

L. Gonzaga da Fonseca

HISTÓRIA
DE
OLIVEIRA

1961

EDIÇÃO-CENTENÁRIO

“... terra das moças bonitas!”



Para estas criaturas que enfeitam os meus dias:

Yone,

Maria Luísa,

Rosana

...e para meus irmãos, especialmente você, Saria.

Em memória de

meu pai
João Antônio da Fonseca
fazendeiro que consumiu
sua vida no pioneirismo ru-
ral do Oeste mineiro.

minha mãe
Maria Genoveva da Fonseca
que sempre acompanhou
meus esforços, principal-
mente os da confecção dêste
livro, e que, até à morte,
sempre desejou conhecer
Oliveira.

quem me
chamou para Oliveira e aí
me foi o amigo de todas as
horas: padre *José Ferreira*
de *Carvalho*.

Honradamente

Ao historiador João Dornas Filho, em cujos trabalhos de pesquisa histórica, iniciados sobre a própria cidade natal, Itaúna, hauriu este seu conterrâneo a coragem de perpetrar este livro sôbre Oliveira;

ao deputado Néelson Ferreira Leite, pela iniciativa e patrocínio desta Edição-Centenário;

a Helvécio Silveira, pela concepção da capa e a Eurico Santos, pela paciência com que redatilografou os originais atualizados;

aos atualizadores dr. Honório Silveira Neto e dr. Geraldo Ribeiro de Barros: ao primeiro, pelos apontamentos de 1942 a 1954; ao segundo, pelos de então até nossos dias, acrescidos ainda da sua assistência técnica na paginação, revisão, coleta de fotos, mapa, fac-símiles, confecção de clichês e legendas; a ambos, enfim, pelo prefácio, biografia do livro e do autor, bem como pelas suas reiteradas campanhas na imprensa contra o esquecimento a que vinha, há dezenove anos, sendo relegada esta humilde obra;

por iguais campanhas e interesse, ao bravo jornal oliveirense Gazeta de Minas, ao seu colunista Oliva, ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores de Oliveira, na administração e legislatura assim do período atual como principalmente do de 1952-55;

a quantos, direta ou indiretamente, contribuíram já nas pesquisas arquivais e informações orais ou cessão de fotos, já na publicação e difusão dêste livro – e especialmente ao leitor, pela sua leitura e crítica esclarecida:

agradecimentos sinceros, extensivos ao editor Bernardo Álvares, aqui apresenta

o AUTOR.

- Notícia Histórica
 - Estatísticas
 - Aspectos Pitorescos

- Biografias
 - Folclore

PALAVRAS DE SAINT-HILAIRE EM 1819

“Tempo virá em que cidades florescentes tomarão o lugar das miseráveis choupanas nas quais eu mal podia encontrar abrigo, e então os habitantes gozarão de uma vantagem que raramente se tem na Europa.

Admirar-se-á de saber que, onde então estiverem localizadas cidades ricas e populosas, não havia mais do que uma ou duas casinhas quase iguais à choça do selvagem”.

Este Livro

Não nos conformávamos a que continuasse indefinidamente inédita uma obra de tão alta significação cultural.

Concluídos em 1942, após árdua pesquisa iniciada em 1938, os originais deste livro foram, então, pacientemente datilografados e encadernados pelo autor que, decepcionado, os trazia na gaveta, à espera de quem os publicasse.

Doze anos depois, por motivos de ordem cultural, educativa e sentimental, levávamos a termo uma campanha contra esse esquecimento e essa injustiça. Por que, afinal, não se editavam os originais da história de nossa terra?

Através da imprensa, particularmente dos jornais *A Lanterna* e *Gazeta de Minas*, vínhamos concitando autoridades e povo de Oliveira a que promovessem a publicação do livro do professor Gonzaga da Fonseca.

Tínhamos presentes, então, aquelas palavras do historiador Néelson de Sena: – “Desde a escola primária, convém ensinar à juventude mineira a se interessar pelos negócios de seu cantão, de seu burgo, da sua aldeia ou cidade; daí, do perfeito conhecimento do seu município, é que o pequeno cidadão irá evoluindo o próprio espírito e a inteligência, para melhor conhecer e amar a Pátria Grande – que é o Brasil”.

Coroados de êxito os nossos esforços, conseguimos pelo menos isto: que os poderes municipais, na administração José Silveira, em 4 de setembro de 1954, mercê da lei municipal 325, de 8 de fevereiro do mesmo ano, adquirissem do autor os direitos editoriais por trinta mil cruzeiros, com a obrigação de, no prazo de cinco anos, promoverem a publicação da obra. Entregues à Prefeitura, sob essa condi-

ção, os originais, fomos simultaneamente encarregados de lhes adicionar, com aprovação do autor, os fatos locais advindos nos doze anos já decorridos.

Carência de verba e – por que não dizê-lo? – injunções políticas oriundas da natural mutação dos quadros administrativos locais retardaram novamente a publicação.(*)

Sete anos depois, nova campanha nossa. E eis que, outra vez acrescida de novos dados, sai agora editada a obra do professor Gonzaga da Fonseca. Cumpre assinalar que isto ocorre na administração Francisco Cambraia de Campos, a quem devemos, como anteriormente com o prefeito José Silveira, a ressonância aos nossos apelos de 1954. Se naquela época tivemos o apoio do dr. Efigênio Salgado dos Santos, do professor Paulo Paulino de Carvalho e dos demais vereadores da câmara municipal de então – hoje, sob o estímulo do deputado Néelson Ferreira Leite, pomos fim à “sinfonia inacabada” da publicação da História de Oliveira.

Urgia que isto disséssemos, para ficar explicada muita coisa à margem desta história, inclusive a autenticidade dos nossos acréscimos imparciais, por sinal ratificados pelo próprio autor. A este é que devemos a amplitude e a profundidade da obra realizada; nosso é apenas o modesto trabalho dos acréscimos e das campanhas pela sua publicação. Trabalho feito de boa vontade, sim, mas obstado pela incompreensão de muitos a quem debalde recorremos para colher dados mais precisos e necessários para complementar o livro.

Longe de julgar completa a sua obra, o autor, assim como aceitou adendos, espera que ela desperte, para o futuro, o interesse pela pesquisa histórica no município, como, por exemplo, a genealogia das antigas famílias locais, os roteiros primevos, as picadas dos pioneiros e a sugestão de certos topônimos circunvizinhos.

Nisto estará a melhor recompensa ao seu exaustivo trabalho.

(*). Ver Nota Final, pág. 447.

Vivendo a cidade durante os quase sete anos em que lecionou o idioma nacional no Ginásio Mineiro “Prof. Pí-nheiro Campos”, o autor estranhava existir entre as antigas cidades mineiras uma que não possuía, editada, uma história orgânica e atual. Daí, a sua resolução de dotá-la de “um documentário que lhe descortinasse, para o porvir, todas as suas dimensões no tempo, na sua paisagem e na sensibilidade de seus filhos. É que – dizia-nos ele em entrevista pessoal – a marcha civilizadora, de impulso em impulso, irá transfigurando a face das cousas mais familiares em novos quadros de vivência e estruturação. Era preciso, portanto, que alguém endereçasse, por escrito, à falível memória dos vindouros, como mensagem de fé, reencorajamento e civismo a visão retrospectiva de quantos viveram, sonharam e sofreram por esse solo e por essa gente”.

Este, o motivo por que não fez apenas história, em sentido estrito. Fez muito mais. Além de nos estruturar um filosofia da história local, dourou-a de poesia e de calor humano. Colheu elementos do folclore, da lenda, da tradição e até do anedotário local, o que justifica os quatro anos que gastou, sozinho e sem qualquer ajuda oficial, a elaborar a obra, em longas vigílias sobre velhos alfarrábios.

Da bibliografia compulsada, é bom lembrar que, só de antigos jornais oliveirenses, leu mais de três mil, um de cada tiragem. Soube extrair deles e de centenas de códices da história colonial aquele cerne a que juntou o sabor ameno da informação oral.

Se, de um lado, a obra assume aspectos científicos – de outro, ela se ameniza de pitorescos.

História é vivência. Nem tudo está nos documentos amarelecidos dos arquivos. Muita coisa se transmite oralmente de geração em geração. As lendas de um povo também explicam muito da sua psicologia.

Além disso, a História de Oliveira transborda do âmbito territorial da comuna por apresentar, em parte, a própria evolução geo-econômica da civilização mineira.

É em torno do município que, desde os primeiros tempos, vem gravitando a própria vida brasileira. E esse sentido comunitário da sociedade nacional, Oliveira o tem vivido intensa e profundamente. Ler a História de Oliveira é, sem dúvida, ler fatias da própria história pátria.

Grande é, pois, a satisfação com que entregamos êste livro aos leitores, especialmente aos oliveirenses – natos ou adotivos –, justamente quando nossa terra comemora o centenário de sua elevação à categoria de cidade.

Oliveira, setembro de 1961

Silveira Neto

Geraldo Ribeiro

VERSOS A OLIVEIRA

Belmiro Braga

Bendigo as ditosas plagas,
Berço de honrados mineiros.
Terra dos Castros, dos Chagas,
Dos Lobatos, dos Ribeiros.

A estes — nas meias tintas
Da saudade — o meu afeto:
Quatro famílias distintas.
Quatro esteios de um só teto.

Costas Pereira, Diniz.
Bernardes, Mouras, Andrades.
Pinheiros, Olímpio, Assis,
Mendes, Leites, mil saudades!

Tendo os olhos rasos d'água.
Com pesar lastimo aqui:
Se foi para sofrer mágoa,
Para que vos conheci?

Foram-me as horas benditas
Em vossa terra feliz:
das moças bonitas,
Terra dos homens gentis!

E agora penso também:
Abençoada a canseira
De todo aquele que vem
Buscando a vossa Oliveira!

Oliveira, abril de 1910

CAPÍTULO I

PRÉ-HISTÓRIA DO OESTE

Primórdios – Primitivos habitantes — O primeiro homem branco – A "Picada de Goiás" e os primeiros caminhos — O destino econômico das picadas e a debandada para o Oeste.

PRIMÓRDIOS

Oliveira é filha duma encruzilhada.

O que equivale a dizer que ela é filha da sua própria geografia: um entroncamento de caminhos provocou, pelo comércio e pelo cultivo do solo, o aparecimento do lugar.

É uma das poucas cidades mineiras, cuja fundação não se liga à presença do ouro ou de gemas preciosas.

Situada no Oeste mineiro, na zona do Campo ou Serra Acima, ocupa sua área territorial a acidentada região entre as primeiras vertentes do rio Grande, ao Sul, e as do São Francisco, ao Norte.

Pela sua situação geográfica, tornou-se, sobretudo no ciclo do ouro, a travessia obrigatória de quantos demandavam as ricas regiões goianas, para onde os feitos de sertanistas como Castanho Taques, Anhanguera e Fróis canalizaram logo um verdadeiro oceano de gente ávida de riquezas.

Antes, porém, de traçarmos as primeiras tentativas de colonização do município, cumpre-nos dizer algo da sua *pré-história*.

Nesta, procuraremos saber quais os seus primitivos habitantes indígenas, qual o primeiro homem branco a pisar o seu solo, como se abriram os primeiros caminhos do Oeste, qual foi o destino civilizador desses caminhos — até atingirmos a *história oliveirense* propriamente dita, que começa com os primeiros colonizadores desta região.

PRIMITIVOS HABITANTES

Segundo diversos historiadores e etnólogos, o Sul e o Oeste mineiros eram primitivamente habitados pelos Tapajós e pelos Carijós, antes que o bandeirantismo ou outro fenômeno qualquer os deslocassem daí.

Dizem até que os Carijós eram os índios mais belos: feições menos rudes, olhos claros, muita vez azuis e ânimo dócil.

Lá para o Sul, aquém e além Mantiqueira, ficavam os Teremembés.

Todas as nações indígenas viviam da caça, da pesca, de frutas e raízes silvestres. Daí, serem determinadas regiões muito disputadas, vivendo as tribos em contínuas guerras e inter-escaramuças. Fenômeno agravado com as "entradas", a cuja aparição uma tribo tangia a outra e o bugre, quando não reagia a golpes de tacape, ou adería à nova raça, ou fugia para o desconhecido.

Na luta pela conquista do solo, os Teremembés dividiram-se em duas hordas. A horda vencida ficou lá pelo Sul mesmo, espalhando-se do outro lado da Mantiqueira. Ao passo que a horda vencedora marchou sobre o Norte, ocupando quase todo o território mineiro, principalmente os vales do rio Grande e do rio das Mortes, assumindo pretensiosamente o enfático nome de "*Ca-TU-AUÁ*" (gente boa). Por ser gutural o *u* indígena, *catu-auá* se transformou em *cataguá*, cujo plural pode ser com ou sem *s*, visto desconhecem os indígenas êsse sinal de pluralização.

Implicitamente, encontramos Oliveira incluída na região dada por Diogo de Vasconcelos como território muito povoado pelos Cataguás. Diz êle:

"Quando Félix Jaques, fundando Taubaté, uniu-se aos Teremembés (vencidos), e com estes transpôs a Mantiqueira em guerra aos *Catu-auá*, foram êstes repelidos para os *sertões do Pium-t¹* e do *Tamanduá*".

¹ Adotamos essa grafia por impossibilidade técnica de usar a em vigor.

Ora, abrindo um mapa antigo de Minas, nota-se que os Cataguás vieram de Sul para Norte, desalojando os Carijós das cabeceiras do rio Pará (Arraial dos Carijós), e ocupando toda essa região compreendida entre as nascentes desse rio, a serra do Itatiaiuçu, sertões do Pium-í e Tamanduá (Itapecerica) compreendendo dentro dessa ocupação todo o território do hoje município de Oliveira. De tal modo que, arremessada mais para Oeste a nação dos Carijós, Itaguara, Bonfim, Japão², Oliveira, Itapecerica, Pium-í e outros lugares ficaram largamente dominados pela temível nação dos Cataguás, “a que mais terror incutiu aos velhos paulistas”, no dizer do historiador citado.

E tal era o predomínio desses índios sobre o primitivo território mineiro, que este, por muito tempo, antes de ser a Capitania de Minas emancipada da de São Paulo em 1720, foi chamado "*Campos Gerais dos Cataguás*". Depois, "*Minas Gerais dos Cataguás*", formando a comarca dos Cataguás que, naquele tempo, no dizer de Paulo Setúbal, ia dos sertões da Mantiqueira aos sertões do Peru!...

Uma taba cataguá vegetava, pois, às margens desse velho e minguido Maracanã.

Onde mais tarde se estenderiam avenidas paralelepipedadas e praças ajardinadas, miravam na corrente do Maracanã as caiçaras cataguás e as suas largas ocaras onde, ao luar, se reuniam os conclaves guerreiros.

Algumas provas. Lê-se a palavra "*cataguá*" em cartas de Sesmarias do Campo Grande da Picada de Goiás (Oliveira), referente embora a um pau das matas locais. Escavações feitas numa das fazendas do município patentearam utensílios e armas de guerreiros indígenas, bem como as conhecidas "panelas de índio" ou igaçabas, dentro das quais, de cócoras, eram sepultados os chefes. Reminiscência da topônimo indígena (cataguá ou carijó) encontramos,

dentro

² Hoje, Carmópolis de Minas

do município, em denominações como Camacho, Lambari, Maracanã e Maependi.³

Mas a hora final dos Cataguás estava prestes a soar na História. Outro sertanista mais ousado do que Félix Jaques viria dar combate ao Cataguá, mesmo às portas do município. E este seria o primeiro homem branco a atravessar o território que mais tarde constituiria a próspera comuna oliveirense.

O PRIMEIRO HOMEM BRANCO

Dominava todo o território o matagal imenso, povoado de aves esquisitas e feras bravias, quando reboou, do Pindorama à velha Lusitânia, a fama aurífera dos campos dos Cataguás.

Gotas de ouro e grãos de riqueza brincavam de esconder nos lacrimais das grotas. Pedras verdes rendilhavam cristas de serras, por sobre lagoas em que se escondia a maravilhosa Iara cujos cabelos verdes, flutuando nas águas translúcidas, não eram senão afloramentos de pura esmeralda.

Lendas gostosas assim sopravam comichões nos nervos dos homens. E uma alucinação enorme, insopitável, desesperadora começou a avassalar o espírito dos aventureiros. E todo mundo começou a enxamear para cá. Gente vinda

³ Etimologia indígena desses vocábulos: Camacho — *camá*, seios, e *chuá*, coisa aguda. Lambari — alteração de *alambari* que, por sua vez, se apresenta como *aráberi* ou *aráber-e* — "baratinha, peixinho". Há alhures outros homônimos desse topônimo. Maracanã — *maracá*, diabo feroz, e *ná*, semelhante. Dizem outros que *maracá* significava "instrumento que ruge". Assim, *Maracanã* é tudo aquilo que é "semelhante à cousa que ruge". Alusão talvez às primitivas enchentes desse riacho oliveirense, que possui homônimos por todo o Brasil. Maependi — vem de *mbae-pindi*, "cousa aberta ou limpa"; alusão a um campo ou clareira na mata, espécie de picada, facilitando passagem. *Maependi* é forma muito mais consentânea com sua origem; é a mais encontrada em antigos documentos e roteiros. Existem homônimos alhures.

de todos os lados. De todos os países e credos. Ofir e Golgonda, e nem mesmo os reinos de Ali-Babá, não teriam povoado tanto os mares e as florestas.

Os sertões dos Cataguás resplandeciam dentro das imaginações. Atrás das montanhas, dos rios e das matas intonsas, imaginava-se estarem dormindo, vigiados por dragões ou por deusas imponderáveis, tesouros virgens como a terra, inesgotáveis como o oceano.

Então, os mares foram travessados. Os montes começaram a ser escalados de maneira espantosa. Matas e matas zebraram-se de mil e uma picadas. O sertão foi penetrado em todos os sentidos; e as picadas abertas ora se emparelhavam, ora se cruzavam.

Eram homens brancos; na maioria, portugueses. O aborígene e a fera, a codorna e a araponga iam recuando espavoridos, ante aquelas aparições vestidas, facões em punho, golpeando troncos e cipós, disparando tiros, falando coisas e seguindo ora a direção dos rios, ora a dos picos, ora a da bandeira levada à frente do grupo, flabelante ao sabor do vento sertanejo.

Das Inúmeras bandeiras que riscaram o solo mineiro, a mais importante foi a de Fernão Dias.

O que hoje se chama *território oliveirenae* ficou fora do roteiro desse intrépido "violador de sertões". Mas, nas suas pegadas, que quase tangeram esse território, começa o primeiro avanço da civilização em rumo destas paragens.

Fernão Dias golpeou Minas de sul a norte, quase emparelhando-so, paralelamente, com o rio São Francisco.

Tendo partido de Taubaté num alvorecer de julho, vingou Guaratinguetá, atravessou o Embaú, os rios Passa-Quatro e Capivari, detendo-se, por algum tempo, para plantios ou quiçá minerações. Atravessados os rios Verde e Grande, deteve-se, durante longa estação chuvosa, em Ibituruna, "o primeiro lar da pátria mineira", no dizer de Diogo de Vasconcelos.

Passadas as chuvas, isto é, no ano seguinte, transpôs a serra da Borda. Galgou a região do campo. E, às margens do Paraopeba, fundou Santana, ganhando a bacia do rio das Velhas, num de cujos primeiros panoramas fincou o *seu* arraial de São João do Sumidouro, local assinalado não só pela morte de força infligida por ele ao seu próprio filho revoltoso, como também por ter sido a última visão que se apagou nos seus olhos de moribundo iluminado, quando, em 1681, agonizava à vista do arraial nascente, na doce ilusão de haver descoberto as esmeraldas.

Esse roteiro prolongara-se, antes, lá pelo norte, até a famosa Itacambira, a cuja sombra sonhavam as águas da encantada Vupabussú, refletindo a serra resplendente e guardando nas suas águas o mistério letal da formosa Iara.

Deixando em paz os cataguás domiciliados no oeste mineiro, Fernão Dias seguira para o norte. Outro, não menos bravo e audaz, viria nas suas pegadas para cair sobre eles, rumando para o ocidente.

Já então voava de taba em taba, sertão adentro, o nome arrepiante dum sertanista-mata-bugres. Munido de credenciais régias e com o fito de atingir as célebres minas auríferas dos *Martírios* em regiões transgoianas, um destemido de fibra "tomou a si, pelos seus cabedais e fôrça do corpo de armas, penetrar o sertão dos bárbaros cataguás e entrou para esta conquista com patente do Governador".⁴

Este destemido era *Lourenço Castanho Taques*, abastado sexagenário paulista, de porte atrevido e robusto. Tipo de verdadeiro caça-bugres. Um daqueles sertanistas de Paulo Setúbal: "onde botam o pé, aí surge um mundo novo!"

Partindo de São Paulo apenas um ano depois de Fernão Dias, veio na trilha dêste até certa altura, desviando-se logo em direção do sol-poente.

⁴ Pedro Taques, apud Diogo de Vasconcelos. E também "O bandeirantismo paulista e o recuo do meridiano", de Alfredo Ellis Júnior, 2.^a edição, pág. 261.

Pouco depois, ei-lo aqui perto, na serra do Itatiaiuçu, entestando-se com os cataguás. Luta acesa, encarniçada, sanguinolenta. Trabuco em punho e à frente do seu bravo pelotão de sertanistas, Taques desbaratou a bugrada feroz que se assanhava como vara de caititus acuados nas furnas.

E essa vitória, verdadeira conquista do solo, ficou na geografia local e nas crônicas regionais, no nome de uma localidade ali perto, até bem pouco tempo denominada *Conquista*, hoje Itaguara, a 12 léguas de Oliveira.

Batida aí a primeira resistência cataguá, Taques prosseguiu na sua arrancada indioclasta em direção do ocidente, numa verdadeira e gloriosa *marcha para o Oeste*. De Conquista, veio batendo os cataguás através do sertão que ficava entre Oliveira, Itapeçerica, Pium-í, até Araxá, donde rumou até à serra de Paracatu, denominada depois serra de Lourenço Castanho.

Essa epopéia foi tamanha, que sua notícia atravessou o oceano, trazendo, assinada pelo rei de Portugal, uma carta de elogio (1684) a *Lourenço Castanho Taques*, um dos primeiros descobridores de Minas.

“Foi indubitavelmente a de Lourenço Castanho, o Velho, a mais importante empreitada de penetração do sertão, em toda a década (1660-1670). Marchou ela contra os ferozes cataguases e abriu caminho nas gerais, que ficou livre da tribo gentílica de verdadeiros cérberos das minas de ouro”. (“O Bandeirantismo Paulista e o Recuo do Meridiano”, de Alfredo Ellis Júnior, 2.^a edição, pág. 261).

Ora, amigo leitor, aí parece estar o *primeiro homem branco* que pisou o solo ollveirense, mais ou menos em 1670. Sua investida sobre os índios, se não atravessou o Maracanã, pelo menos cortou, de fora a fora, a região do futuro município de Oliveira, galgando suas serras e descobrindo o seu território.

Saltando muitos dos seus riachos, deixou nas suas pegadas as ruínas do velho domínio cataguá e um rascunho de trilha, que mais tarde seria alargada em estrada, da qual

iriam depender, futuro adentro, os destinos de muitas cidades, máxime os destinos de Oliveira.

A “PICADA DE GOIÁS” E OS PRIMEIROS CAMINHOS

De um arremesso sertanista para o Oeste, amassando o bugre e demandando as ricas plagas goianas, foi que se delineou, matas virgens adentro, esse tortuoso e torturante caminho que todo oliveirense conhece por "Picada de Goiás" — velha mãe duma filha graciosa: Oliveira.

Picada...A princípio, era um debuxo apenas. Seguia, mais ou menos, o risco daquele "rush" impulsivo e massacrante de Lourenço Castanho Taques que deixara a direção norte seguida pelo roteiro de Fernão Dias, para torcer sua investida rumo de Goiás .

Em 1711, um punhado de gente, por causa dum sério motim nas minas, resolvera romper o sertão do Oeste. Nesse número ou nesse punhado, estavam Bartolomeu Bueno Anhanguera que deixara sua fazenda em Sabarabuçu, acompanhado de seu primo e sócio João Leite da Silva. Depois de Castanho Taques, foram estes os primeiros rompedores das matas do São Francisco e das fronteiras goianas.

Estoura, Minas afora até o litoral, a notícia das suas proezas e das suas prodigiosas descobertas em Goiás. O nome Anhanguera estalara de boca em boca, como um toque de avanço. Então, em 1733, sob o governo de Martinho de Mendonça de Pina e Proença, surgem uns afoitos sertanistas que, sob licença régia, "abrirão huma picada para Goyaz, a qual assim se ficou chamando".⁵

“O descobrimento e Povoação *da chamada Picada de Goyaz* e do Rio das Abelhas, hoje com o nome de Rio das Velhas a conquista do Campo Grande e suas anexas etc., até

⁵ Revista do Arquivo Público Mineiro, ano IX, fases. III e IV, pgs. 875-879. "Requerimento dos moradores de S. Domingos do Araxá, etc. em 1815"

o Rio S. Marcos, tudo foi descoberto e povoado e conquistado pelos moradores da Capitania de Minas Gerais. É tradição certa que no ano de 1733 se deu princípio à conquista do Campo Grande, Picada de Goyaz (sic), e seus anexos além do Rio de São Francisco.”⁶

O idealizador desse primeiro caminho do Oeste foi um sujeito teimoso e enérgico – o cel. Matias Barbosa – apelidado o Testa de Ferro. Reuniu mais os seguintes companheiros: cel. Caetano Alves Rodrigues Horta, o guarda-mor Maximiano de Oliveira Pais, o capitão-mor Manuel da Costa Gouveia, o sargento-mor Manuel Alves de Melo, o capitão Francisco Bueno da Fonseca⁷ e o contratador José Alves de Mira, que era, aliás, o mais interessado na abertura daquele caminho. O grupo contratou como guia um destemido, profundo conhecedor daquele sertão, que os levou através do desconhecido, até Goiás. Foi o sertanista Urbano do Couto que, por isso, recebeu deles a gratificação de três mil cruzados, ou seja um conto quatrocentos e quarenta mil réis.

Aqueles mesmos rompedores da picada voltaram depois, e pediram “Sesmaria para estabelecerem roças no novo Caminho de Goyaz.”⁸

Esse caminho de Goiás era justamente um atalho novo que abriram de Suaçuí (hoje João Ribeiro) a Pium-í, passando por Oliveira, para diminuir a volta por Tamanduá (hoje Itapecerica).

Fica, aliás, explicado porque muito antes de Oliveira nasceram São João Batista, Passa Tempo, São Francisco de Paula e Japão. É que se achavam na ordem do velho caminho de Fernão Dias, Antônio Dias e Matias Cardoso⁹, datando de muito mais tarde o atalho de que se originaria Oliveira.

⁶ Op. Cit., ano II, fasc. II, pág. 878.

⁷ Fundador de Lavras

⁸ Ibidem

⁹ Matias Cardoso de Almeida, uns cem anos após Matias Barbosa da Silva, sobe São Francisco acima em combate aos caiapós no sertão baiano.

Dizem os velhos escritos que quem abriu esse atalho, em 1736, foram o capitão-mor Manuel da Costa Gouveia, o cel. Antônio de Magalhães Godói, Félix da Costa Gouveia, Pedro Xavier Gouveia, Francisco Bueno da Fonseca, Pedro da Silva Miranda e Pascoal Leite, aos quais foi concedida “A licença da abertura chamada Encruzilhada para a Picada de Goyaz, e se lhes concederão Sesmarias”.

A 3 de julho de 1736, começa Gomes Freire de Andrade, governador de Minas, a expedir licenças "para Sesmarias para os Abridores da picada de Guayaz".

Estava aberto, pois, no perfil duma picada, o caminho que traria a civilização ao Oeste. Caminho, cuja importância histórico-econômica não podemos hoje aquilatar bem, cercados como nos achamos das muitas e onímodas facilidades de transporte: locomotiva, automóvel, avião etc., sem falar no rádio, na televisão e nos teleguiados que hoje enchem as preocupações modernas.

Vamos, entretanto, reconstituir, trecho a trecho, as duzentas e muitas léguas daquela picada heróica que, no século XVIII, ligava quatro importantíssimas capitânicas: Rio, São Paulo, Minas e Goiás.

Riscou-se de sul a noroeste; a princípio, sobre roteiros de dois grandes bandeirantes e depois nas pegadas afoitas dos sertanistas que já citamos, acrescida dos roteiros de bandeirantes outros vindos ao Itatiaiuçu ou a Bonfim, seguidos dos aventureiros que fundaram Itapecerica. Além da Picada de Goiás, rabiscaram-se novos caminhos e novos atalhos que com ela, ou entre si, se cruzavam e se entrelaçavam. O caminho de Goiás não era, pois, uma estrada única e direta. Graças aos seus desvios e atalhos, formando verdadeiro trançado, servia a um rosário de localidades espalhadas pelo sul e pelo oeste de Minas, até alcançar, lá em cima, o vértice superior do triângulo mineiro.

Começava em dois galhos principais, partidos do sul: um, vindo de São Paulo, perfilado no caminho aberto pelos primeiros taubateanos que escalaram a garganta do Embau- na Mantiqueira — era o *Caminho Velho*; outro, vindo do

Rio, calcado na primitiva, mas graciosa engenharia do *Caminho Novo*, aberto por Garcias Rodrigues Pais e Domingos Rodrigues da Fonseca. Pais espirituais dos nossos engenheiros, eses dois bravos galgaram aquele sinistro desfiladeiro de João Aires, passando pela Barra do Pirai, Entre-Rios e depois, Minas adentro, Juiz de Fora, Tiradentes, São João del-Rei, Barbacena, etc.

Em ponto controvertido, esses dois galhos se fundiam num. E esse continuava, ora mais inclinado para o oeste, ora para o norte, através de Bom Sucesso, Passa Tempo, São João Batista, Matinha, *Oliveira*, Lambari, Formiga, Bambuí, Araxá, Paracatu e daí a Goiás — sem deixar de servir, por desvios diversos, a muitas localidades ficadas para trás, como Brumado, Pium-í e Candeias.

Era como um gigantesco *Y* emborcado, estendido obliquamente oeste afora. Seus cornos se dirigiam para o sul, chifrando Rio e São Paulo. O pé, esse se projetava sertão adentro, em direção do interior goiano, cortando o vértice superior do triângulo mineiro.

Esse caminho assumia, aqui e ali, nomes diferentes, de acordo com as várias regiões por ele atravessadas e de acordo com os atalhos e desvios em que se multipartia. *Caminho do Rio Preto*, na travessia do rio do mesmo nome. *Estrada Real*, em quase toda a sua extensão canalizadora de boiadas. *Salineira*, em todo o percurso frequentado pelas tropas e cargueiros de sal, vindos da Corte, O sal custava então rios de ouro. Quanto mais se afundava para o sertão, mais caro ficava.

Escoadouro de quatro províncias, um dos seus atalhos, como vimos, atravessa o *Campo Grande da Picada de Goiás* (*Oliveira*), perfilado nessa velha e tortuosa rua da Misericórdia, cuja assombrosa extensão vai das fraldas do Diamante ao seu cruzamento com a ferrovia, além do bairro João Pessoa. Eis porque, apesar das terraplenagens feitas no seu leito, a rua da Misericórdia continua profunda no seu velho sulco pisado pelas gerações de duzentos e muitos anos...

Não era, a Picada de Goiás, um caminho retilíneo. Nem o podia ser, já que nascera duma aventura sertanista. E esta, se tinha como tática de conquista a emboscada e a escaramuça, tinha contra si esta acidentadíssima região compreendida entre as cristas da Mantiqueira e as nascentes do São Francisco.

Um simulacro de caminho. Meandroso. Contornando cabeceiras. Rompendo vaus de córregos e rios. Refugando atoleiros e brejais. Estertorado de cotovelos imprevisos, de cavas profundas e *assombradas*, de morros empinados, de rampas abismais, onde, mais tarde, vamos encontrar, em pleno coração do município, esconderijos de salteadores e bandidos.

Apesar de tudo, era uma engenharia em germe. Por sinal que, ainda hoje, trechos desta artéria viva do sertão revivem nas nossas modernas ferrovias e rodovias, sintonizando a engenharia hodierna com a engenharia ousada dos intrépidos sertanistas.

O DESTINO ECONÔMICO DAS PICADAS E A DEBANDADA PARA O OESTE

O destino das cidades é o destino dos caminhos, sejam eles marítimos, terrestres ou aéreos. Desaparecidos os caminhos, desaparecem as cidades, comidas pelo isolamento e pelo marasmo.

O destino de Oliveira, como o de todas as suas irmãs nascidas à margem do mesmo caminho, estava na Picada de Goiás, enquanto a engenharia moderna não lhe trouxesse os trilhos e as rodovias largas.

Se muitas de suas irmãs devem seu destino à picada heróica, esta, por sua vez, a quem deve o seu?

Ao ouro.

E — depois do ouro — ao gado: foi ao passo tardo e fecundo dos ruminantes que se abriram as povoações, que

se comunicaram brasileiros do norte com os do sul, que se desvirginaram regiões desoladas e imensas.¹⁰

Não fôra o ouro e o gado, ter-se-ia apagado esse caminho por onde, até hoje, ronda, em certos trechos, a alma ressecante dos ermos.

Aventureiros foragidos da justiça fundaram Tamanduá¹¹, em tempos remotos em que nem se sonhava ainda com um habitante sequer na paragem oliveirense. Descobriram ouro no lugar, cujas lavras ainda guardam até hoje seus vestígios em redor da cidade. E, do sul, tomaram, por isso, a picada legiões e legiões de homens. Mas esgotou-se enfim o ouro; e Itapecerica que em 1790 já era vila (Vila de São Bento do Tamanduá), teria regredido para a inanição, se não fosse a picada, por onde a febre já se canalizara para Paracatu.

Paracatu tinha um córrego notável. Chamavam-no *córrego-rico*: produzia, de fato, ouro à flux. Para melhor identificar o local, seus primeiros descobridores ai deixaram buritis enlaçados por uma corrente. Às mãos de José Rodrigues Fróis, de importante família paulista, veio cair o roteiro que falava dos tais buritis. Fróis teve sorte! Picada de Goiás afora, foi esbarrar direitinho com o córrego que era efetivamente rico. Ouro a granel. Para Sabará o ia levando Fróis, às arrobas. Foi nomeado *guarda-mor*, galardoado com uma *data-de-preferência*. Guarda-mor era o magistrado a quem competia distribuir terrenos auríferos. E datas eram lotes d'esses terrenos, conferidos a quem o guarda-mor quisesse.

¹⁰ "Síntese da História Econômica do Brasil", por Afonso Arinos de Melo Franco.

¹¹ Antigamente, "paragem do sertão da Casa do Casco de Tamanduá", hoje Itapecerica, fundada em 1730, a três quilômetros da atual cidade, pelo cap. Estanislaw de Toledo Pisa e seu primo guarda-mor Feliciano Cardoso de Camargos, fugidos dos seus credores de Goiás.

Destarte, Fróis guiou a Paracatu levas e levas de homens. O ouro parecia inexaurível. Europeus voaram também para lá. Outros córregos invejaram o "córrego rico" e pegaram a *minar* ouro também.

A debandada para o Oeste foi ficando cada vez mais alucinante, através da picada que já se afundava sob milhões de passadas que iam, e sob milhões de ouro que vinham. Novos destinos se costuravam, de pouso em pouso, gerando agrupamentos novos, entre os quais Oliveira.

Os mineradores do "córrego rico" compraram escravos e mais escravos. Iam buscá-los no Rio, à boca dos navios-negreiros. E a Picada de Goiás os levou, coitados, e Oliveira ainda em germe começa a vê-los passarem a pé, encambulhados uns aos outros pelo pescoço, por meio de trelhas e correntes, numa dolorosa ciranda tangida pelo rebenque dos comboeiros. Presos, arrastados, retalhados, salmorados, esvaídos de dor, cansaço, fome e sede — começam os negros a fugir e a se aquilombar pelos socavões do interior, em grupos organizados que lhes garantiam, pelo homicídio e pelo saque, a subsistência e a vingança.

Paracatu crescia como uma alvorada, entre vinhos e mercadorias mandadas vir da Europa. As festas de igreja despendiam somas mirabolantes. Havia até concertos musicais e teatros. E os próprios negros, quando das suas folganças, esparziam ouro em pó no pixaim das suas dançarinas.

Esgotadas, porém, as minas, acabado o ouro e empobrecidos os *córregos-ricos*, Paracatu parou. E ter-se-ia sumido, se não fosse a picada.

Aquele povaréu que para lá fôra, voou mais para diante. Chegara a vez de Goiás. A sombra de Anhanguera, o homem do estratagema, parecia rondar por lá ainda, depois de haver revelado ao mundo as minas pródigas donde os índios tiravam ingênuamente lâminas e fragmentos luzentes para enfeitar suas namoradas. O ouro em pó andava de mão em mão, feito moeda. Era proibido. Mas era a moeda da época; e ia de mão em mão, graças ao contra-

bando. E os contrabandistas camuflavam de todo o jeito o ouro em pó, caindo com ele o interior dos aposentos e disfarçando-o sob uma camada de outra borra qualquer. Por isso, dizia-se que, em Goiás, para se fazer dinheiro *bastava raspar a parede*.

E tudo isso fazia recrudescer mais e mais o vai-vem pela picada.

Mas o pó amarelo acabou e as paredes se empobreceram. E Goiás ficou queda, triste, reumática, olhando para a sua picada que lhe trouxera tanta gente, tanta coisa!

Então, mais adiante, outro grito: ouro em Cuiabá! Ouro como terra! Foi outra correria mais desesperada ainda. A picada heróica continuava a conduzir a trepidação infrene, enquanto, para trás, as cidades abandonadas tinham ímpetos de pedir esmola.

Tamanduá, Paracatu, Goiás entraram a involuir. Terminara a evolução.

Se, nascidas do áureos sonhos subterrâneos, já se achavam em tamanha penúria, que seria de Oliveira que apenas apontava para a vida, sem ver em seu solo roncarem alviões em busca de lavras famosas?

Que força misteriosa haveria de soerguê-la nos meandros dessa picada, a cuja margem definhavam outras irmãs suas?

A resposta viria muito depois, quando em 1819 passava pelo então arraial do Nossa Senhora da Oliveira o famoso naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire. Trotando pacientemente no lombo de burricos e estudando a flora brasileira, esse sábio ia, ao mesmo tempo, assinalando na sua "*Voyage aux sources du rio S. Francisco et dans la province de Goyaz*", observações finas sobre economia, etnologia e costumes das antigas povoações do interior.

Confessa que encontrou em Oliveira um punhadinho de casas baixas e quase todas fechadas e despovoadas.

Por que?

É que seus habitantes se achavam pelas roças e fazendas, ocupados em lavrar a terra e criar seus rebanhos. E mais do que seus colegas em explorações científicas como Cunha Matos, Dr. Pohl e o barão de Eschwege —, Saint-Hilaire se deteve e pode surpreender na gênese desta terra a importância do fator estradas e o labor fecundo dos lavradores e criadores.

Tendo em suas vizinhanças localidades descobertas muito antes por bandeirantes célebres, e achando-se colocada a meio caminho das regiões riquíssimas que alucinaram gerações —, Oliveira “pertence ao pequeno número das que não devem sua fundação à presença do ouro; deve-a unicamente às vantagens da sua posição. Com efeito, *diversas estradas importantes passam por este ponto*: a que vai de Barbacena a Vila de Formiga, a do distrito do Rio Grande à cidade de Pitangui, do *Rio de Janeiro e São João del-Rei a Goiás* (Picada de Goiás), de vila da Campanha a Formiga etc.”¹²

E naquele “etc” final, Saint-Hilaire queria resumir essa infinidade de atalhos, desvios, veredas e ramificações da *estrada* real, as quais, ligando povoados a povoados, fazendas a fazendas, muito contribuíram no destino desta cidade.

Prova de que outras picadas célebres tangiam ou mesmo cortavam o território oliveirense está no fato de Antônio Dias, fundador de Ouro Preto, ter descoberto a serra do Itatiaiuçu, antes de rumar para o Tripuí; e no da fundação bandeirantista da vizinha cidade de Bonfim, bem como na circunstância sintomática de Passa Tempo, outrora distrito de Oliveira, e de mais antiga fundação do que esta, ter um nome cuja razão toponimial parece seguir a mesma ordem de Passa Dez, Passa Vinte, Passa Trinta e Passa Quatro.

¹² Op. cit., I, 135-138.

Quer dizer que, desde os seus primórdios, o rincão oliveirense não se achava isolado do meio dos sertões do oeste mineiro. Estava, sim, costurado de estradas e atalhos aos destinos das outras localidades de fundação anterior, como São João Batista, São Francisco de Paula, Japão, Itapecerica, Passa Tempo, Santo Antônio do Amparo e, acima de todas, essa lendária Tiradentes ou Comarca de São José do Rio das Mortes, a cuja história se entrelaça grande porção do passado oliveirense.

Enquanto suas irmãs deliravam na caça ao ouro e aos diamantes, Oliveira, pacatamente, beneditinamente, cavava o solo, plantava e pastoreava, às margens dos seus riachos tranquilos.

A imprevidência prejudicou aquelas. Esta, porém, continuou humilde e soerguida no ramerrão lento e fecundo dos enxadeiros, criadores e mercadores, prevendo o que iria acontecer às outras quando se lhes esgotassem as lavras e se transmigrassem os mineradores imprevidentes.

E onde, quando e como se iniciou esse espírito agropecuário e comercial que até hoje preside aos destinos de Oliveira?

Procuraremos dar a resposta nos capítulos seguintes, retrocedendo um pouco mais atrás do ponto a que vínhamos chegando.

Temos que partir da época em que as solidões florestais, que iam do rio Grande e do Rio das Mortes até divisas com Goiás, estavam infestadas por negros foragidos. Aquilombados de onde em onde, à margem do caminho de Goiás, formavam nações de negros em que havia rei, rainha, príncipes etc.

Contra tais enquistamentos se organizaram companhias de sanguinários “Mestres de Campo”, entre os quais se notabilizou, pela crueldade, um tal Damião de Oliveira que percorria toda a comarca do Rio das Mortes até à extrema do Lambari, matando e esartejando negros aquilombados.

Tão grande era o número desses quilombos e tão bem organizados se achavam, que até planejavam um levantamento em massa, a fim de massacrar todos os brancos da Capitania; para o que designaram a quinta-feira santa, 15 de abril de 1756. Tentativa essa sufocada pelas sete companhias de *Capitães do Mato* que o governador interino José Antônio Freire de Andrade expedira “para irem destruir os quilombos do Campo Grande”.¹³

A destruição foi efetivamente vandálica, marchando as sete companhias por serras e vales, abrindo caminhos e picadas, prendendo e matando.

Tão sanguinolento foi esse massacre de negros através destas regiões, que um capitão-de-mato (Bartolomeu Bueno) se recolheu vitorioso, apresentando ao governador *uma penca de 3.900 pares de orelhas* de negros aquilombados!

¹³ Efemérides Mineiras, de Xavier da Veiga, II, 82.

CAPÍTULO II

COLONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Conquista do Campo Grande — Sesmaria da Forquilha
Sesmarias do Campo Grande da Picada de Goiás.

CONQUISTA DO CAMPO GRANDE

A colonização do território, que mais tarde constituiria o município de Oliveira, prende-se a uma grande campanha travada no oeste mineiro, em meados do século XVIII. Essa campanha, que durou anos e custou rios de sangue africano, passou para a História com o nome de *Conquista do Campo Grande*.

Entendia-se por Campo Grande esta vasta região ocidental, compreendida entre o Rio das Mortes e as cabeceiras do São Francisco, indo daqui até quase os sertões da Farinha Podre (Uberaba).

Dentro dessa região, Oliveira era conhecida sob a denominação extensiva de “*Campo Grande da Picada de Goiás*” ou Campo Grande da Travessia de Goiás ou ainda Caminho Novo de Goiás, porque era de fato, uma travessia, um atalho novo para quem demandasse as regiões goianas.

O desbravamento, conquista e colonização do Campo Grande compreende três fases:

1) Abertura da Picada de Goiás e seu atalho (1733 e 36), de que já tratamos em páginas atrás.

2) Invasão dos quilombolas e sua extinção em face do avanço das companhias de mestres de campo (1733-1769).

3) Demarcação das sesmarias do Campo Grande da Picada de Goiás (1734-1770).

Quilombos do Campo Grande. — “He tradição certa que no anno de 1733 se deo principio à conquista do Campo Grande Picada de Goyaz, e seus anexos alem do Rio de S. Francisco”¹⁴, com abertura de picadas e atalhos para se atingirem as minas goianas. Os afoitos rompedores dessas picadas e atalhos, como já vimos, voltaram e com “outros pedirão Sesmarias para estabelecer rossas no novo Caminho de Goyaz” (1736). E já vimos como se abrira esse caminho novo também chamado “travessia ou encruzilhada para a Picada de Goiás”.

Não foi, porém, fácil a entrada para o Campo Grande. Já estava todo infestado pelos quilombolas, como descrevem as velhas crônicas:

“O Campo grande pelo seo retiro té então desconhecido pela falta de o haverem entrado aprasível cheyo de amenos Rios e abundante de exquesitos peixes e de immensas cassas e de preciosos haveres e de fertilissimas terras de agricultura¹⁵ havia grassado no seu âmbito ceyo grande numero de negros fugidos os quaes inquietavão os novos povoadores¹⁶ com cruelissimas mortes, façanhosos roubos, e inconsideraveis hostilidades entrando Suassuhy¹⁷, Peropeba¹⁸, Comarca do Rio das mortes nam perdoavam a innocencia mais umilde o emprego dos seus insultos de que noticiado o Excelentíssimo Gomes Freire de Andrade, que felizmente dirigiu ao povo de Minas querendo cohibir a tantas dezordens effectivas”¹⁹.

¹⁴ Revista do Arq. Públ. Mineiro, ano IX, fsases. III e IV,

¹⁵ Não há, como se vê, referência alguma a terras minerais, págs.875-879. “Requerimento dos moradores de S. Domingos do Araxá etc.” — em 1815.

¹⁶ Os primeiros sesmeiros do Campo Grande.

¹⁷ Brumado do Suaçuí ou Entre-Rios, de Minas, depois João Ribeiro.

¹⁸ Bonfim?

¹⁹ Revista do Arq. Públ. Mineiro, pág. 376 em diante, ano II, fasc.II. O documento citado é de 1798.

Não há dúvida que essa invasão negra fora provocada por aquele escandaloso transitar pela picada, descrito em páginas atrás, e que pegou a dar na vista demais. Goiás era uma Canaã. Voltavam ricos os que tinham ido pobres.

Iam e vinham mares de aventureiros. Passavam boiadas e tropas. Seguiam comboios de escravos. Cargueiros intérminos, carregados de mercadorias, bugigangas, miçangas, tapeçarias e... sal.

Diante disso, negros foragidos de senzalas e de comboios em marcha, unidos a prófugos da justiça e mesmo a remanescentes dos extintos cataguás, foram se homiziando em certos pontos dessa estrada. Essas quadrilhas perigosas, sucursais dos quilombolas do rio das Mortes, assaltavam transeuntes e os deixavam mortos no fundo dos boqueirões e perambeiras, depois de lhes pilhar o que conduziam.

Roubavam tudo. Boiadas. Tropas. Dinheiro. Cargueiros de mercadorias vindas da Corte. E até os próprios comboios de escravos, matando os comboeiros e libertando os negros trelados. E, com isso, era mais uma súcia de bandidos a engrossar a quadrilha.

Em terras oliveirenses acoitava-se grande parte dessa nação de “caiambolas organizados” nas matas do rio Grande e rio das Mortes, de que já falamos. E do combate a essa praga é que vai surgir a colonização do território.

Mestres de campo, sesmarias e colonizadores. – Para rechaçar esses negros aquilombados, os sucessivos governadores de Minas, além de organizar tropas de combate, iam retalhando em sesmarias o Campo Grande, concedendo-as aos abridores de caminhos e aos conquistadores do sertão. O Conde de Bobadela e seu irmão José Antônio Freire de Andrade foram os que mais sesmarias concederam no Campo Grande e na Picada de Goiás, secundando isso com as companhias de mestres de campo expedidas para ajudarem os concessionários das sesmarias a limpar das matas e caminhos os terríveis salteadores.

Entre os mais perigosos bandos do Campo Grande, figuravam o quilombo do negro Ambrósio e o do negro Canalho.

Em abril de 1741, Gomes Freire lavrou uma portaria ao sargento-mor João da Silva Ferreira “para apenar²⁰ Capitaens de Mato para a Conquista do Campogrande”, dizem os velhos documentos já citados.

A expedição organizada e chefiada por esse sargento-mor atacou realmente os negros. Não foram, porém, completamente destroçados, voltando de novo a organizar-se em bandos perigosos e aliciando novos negros para os engrossar.

Em janeiro de 1743, são encarregados de “atacar um lote de negros no campo grande que havia sahido a roubar pela Comarca do Rio das Mortes”, o tenente Manuel Cardoso da Silva e o alferes Sebastião Cardoso de Menezes.

Em julho de 1746, Gomes Freire escalona um esquadrão de dez companhias de mestres de campo, tendo cada uma trinta homens armados, sob as ordens do capitão de cavalaria Antônio João de Oliveira. Abastecidos e munidos de armas, foram subsidiados com 750\$ pelas câmaras de Vila-Rica, Sabará, São João del-Rei e São José, marchando Campo Grande em fora, guiados por pessoas de confiança, entre as quais o capitão Manuel de Sousa Portugal. Foi atacado e destroçado o grande quilombo do Ambrósio, após violento combate de sete horas a fio, ficando morto o próprio Ambrósio que se dizia rei, e rendendo-se cento e vinte chefes negros, com vários súditos e inúmeras crianças que foram logo batizadas.

Em 1758, o capitão Diogo Bueno recebia ordens de “entrar o Campogrande a destruir as relíquias do Quilombo do Ambrozio que hia principiando a engrossarse e a fazerse temido”. E em 1759, abrindo picadas e fazendo pontes através dos matos, um corpo de quarenta homens atacou o quilom-

20 — *Apenar* — Obrigar por meio de penas e multas (*Dic. de Moraes*).

bo do Canalho, que ficou reduzido a cinzas, resultando mortandade enorme de negros. Chefiou essa expedição o sanguinário Bartolomeu Bueno do Prado, o tal que, de regresso da hecatombe, pôde apresentar ao governo uma penca de 7.800 orelhas de negros aquilombados!

José Antônio Freire de Andrade, sob cujo governo se perpetravam horrores tais, secundava, em 1760, esta façanha com um novo e maior massacre sobre os negros.

Em 1769, o célebre mestre de campo Inácio Correia Pamplona²¹, com uma poderosa força de cento e vinte homens armados, quarenta bestas de carga e trinta de transporte, estabelecendo uma das suas companhias em Oliveira, sob a chefia do capitão João Antônio Friaça ou Fuoça, descarregou, sobre os quilombos ainda sobreviventes, um tal ataque, que conseguiu, de vez, arrancar-lhes das mãos todo o Oeste, inclusive “as conquistas do Campo-Grande e picada de Guayaz” que, durante muito tempo, ficaram sob sua patente honorífica.

Estava aniquilada a hidra do sertão. Simultaneamente, desde 1734, o Campo Grande vinha sendo retalhado em sesmarias e fazendas. Em geral os sesmeiros e fazendeiros que aí requeriam demarcação de terras, eram componentes das tropas expedidas contra os negros. Mais ganhava terras e matas quem mais matasse e destroçasse.

Foi com esse critério vandálico que vieram conseguindo sesmarias à margem da picada em 1736 os abridores do grande caminho. Assim, foram concedidas as sesmarias de Mandassaia (1737), do Bom Retiro (1746), do morro do Quilombo (1746), da Forquilha (1753), a do Jacaré (1765) concedida a Josefa Maria de Sá, moradora na aplicação da capela de N.S. de Oliveira – estando já na posse dos Costas Pereira e dos Costas Guimarães as terras da fazenda do

²¹ Inácio C. Pamplona, de triste memória na Inconfidência Mineira

Sobrado desde 1704 (Japão Grande) e as do arraial do *Japão*, desde 1705²².

Já São João Batista, com sua capelinha, era uma aldeiola perdida entre as serras, oriunda da caça do ouro, até hoje abundante no seu solo. Morro do Ferro, seu nome atual.

São Francisco de Paula já vinha apontando para a vida.

Passa-Tempo muito havia que brotara no rastro dalgum componente da bandeira que passara por Passa-Dez, Passa-Vinte, Passa-Quatro, etc.

Agora iria chegar a vez das terras contíguas à serra do Diamante, bordejando esse velho e irrequieto córrego do Maracanã. Não longe daí, o córrego *Lavrinhas* ameaçava, com seus ensaios de mineração, tomar certa importância, logo, porém, gorada e sem maior influência na fundação do lugar.

SESMARIA DA FORQUILHA

Uma grande e impressionante mata que, do Maracanã, se estendia Boa-Vista abaixo, chamou logo a atenção de vários fazendeiros ricos, oriundos uns do Brumado, outros de Vila-Rica, Sabará, Pitangui, etc.

Aproveitando-se da campanha sanguinolenta que os capitães-de-mato do rio das Mortes vinham atizando afora contra os quilombolas, e sobretudo valendo-se do estado de ânimo do governador da Capitania de Minas, que então vinha organizando aquela caça de extermínio aos “quilombos do Campo Grande” —, esses fazendeiros do Brumado, Vila Rica e alhures vieram e se apossaram das terras oliveirenses, desde o Maracanã, descendo Boa-Vista abaixo, até além da sua barra no Lambari.

22 — Sobre as sesmarias acima, cf. no Arq. Público Mineiro códices 106, 134 e 140, sg. — Japão chama-se hoje Carmópolis de Minas, ex-distrito de Oliveira.

Não foi fácil essa conquista. Houve combate encarniçado com os quilombolas e luta com a natureza agreste da região. Mas para tal empresa, mobilizaram esses afoitos senhores os seus inúmeros escravos.

E valia a pena tal conquista. Aquela mata-virgem, aquelas águas leves e saborosas, aquele clima doce e ameno, aquelas terras gordas de humus e fertilidade, e, acima de tudo, aquele fervilhante caminho de Goiás — tudo atraía.

Justamente ali perto havia uma encruzilhada de caminhos, muito propícia ao intercâmbio econômico. E cada vez mais se intensificava o vai-vem para Goiás.

Dentro desse pelotão de proprietários, citemos os seguintes:

José Fernandes, João Cardoso, Custódio de Torres Lima, o capitão Antônio Pinto de Sousa, o sesmeiro Pedro Gomes Barroso, o capitão Manuel Martins Arruda, seu parente Manuel Martins Gomes, Inácio Afonso Bragança e André Ribeiro da Silva com seus dois filhos: o capitão Serafim Ribeiro de Castro e o carpinteiro Antônio Ribeiro da Silva, irmãos somente por parte do pai.

Deste último surgiu o ramo Ribeiro de Oliveira e Silva, anos depois, com a vinda da família Oliveira, aqui introduzida por um estalajadeiro aparecido ao acaso, como veremos. Isto, quando o arraial começa a apontar entre ranchos e morros.

Do capitão Serafim, vêm os Ribeiro de Castro.

De Manuel Martins Arruda, a família Martins que, a princípio, encheu todo o lado oeste da cidade, legando seu nome ao vizinho povoado dos Martins.

Do capitão Antônio Pinto, os Pintos e seu povoado.

De Inácio Afonso Bragança, os Afonso Bragança e Afonso Rodrigues, de Carmo da Mata.

E aí temos os mais antigos ramos genealógicos do município.

Ora, pelos velhos documentos escritos que essa geração nos legou²³, vê-se que Inácio Afonso Bragança se estabeleceu no hoje município de Carmo da Mata, na fertilíssima floresta que se estendia desde *Forquilha*, correndo Boavista abaixo, até além da Tamanca. Da Forquilha para cima, ficavam as posses de André Ribeiro da Silva, cujas divisas vinham quase confinar com a Picada de Goiás a oeste, limitando-se ao norte com as imediações do Lambari e ao sul com os Costas Pereira e Costas Ribeiro que, de há muito, vinham já se derramando do Japão para cá. Ao capitão Manuel Martins Arruda, cuja fazenda ficava na própria Picada de Goiás, tocaram essas terras que, de oeste a norte, se estendem além do atual bairro João Pessoa.

Antes que este último proprietário desse origem aos pousos à margem da picada, já a nordeste, a meia-dúzia de léguas, à sombra da velha serra da Laje, estava formado o povoado de Nossa Senhora do Carmo da Japam, o avô de Oliveira, e, mais para cá, o Japão-Grande, o bisavô da cidade, mais antigo do que o próprio Japão (Carmópolis de Minas).

E é daí, dos Costas Pereira, que veio um tal coronel Costa, cujas propriedades chegaram a ir do Jacaré ao Lambari, abrangendo todas essas terras em que hoje se assenta a cidade com suas imediações. Terras estas que, mais tarde, passaram a pertencer, quase todas, ao patrimônio da freguesia de Nossa Senhora de Oliveira.

“Paulatinamente, foram sendo doadas e vendidas em parcelas, à proporção que iam surgindo os primeiros lares oliveirenses, muitos dos quais foram construídos com madeira tirada do largo da Matriz...

²³ Vid. arquivo do Cartório do 1.º Ofício, da Comarca de Oliveira.

Dos Costas Pereira, veio também esse nosso capitão Antônio da Costa Pereira²⁴, de quem há adiante mais notícia. Esse digno cidadão, já antes de 1855, era dono da velha e senhorial fazenda do Diamante, nesse tempo “fazenda dos banquetes”, onde os recém-vindos da Corte eram recebidos principescamente à beira de lautas mesas, merecedoras da pena de um Rabelais.

Voltando àquele pelotão de fazendeiros que, em 1752, se estabeleceram às margens do Boa-Vista, focalizemos entre eles estes três:

André Ribeiro da Silva, Inácio Afonso Bragança e o capitão Manuel Martins Arruda que era compadre do primeiro e compadre também da mulher do segundo.

Dos três, Inácio, que era o mais atilado e sabido, via que aquelas posses precisavam duma confirmação oficial do governo daquém e dalém mar. Evitar-se-iam, assim, para o futuro, possíveis fraudes e violação de propriedade. Fez uma proposta ao capitão Arruda e ao cel. Ribeiro da Silva. Ficariam como sócios seus, assumindo ele a responsabilidade de requerer ao governo a demarcação oficial daquelas terras. Concordaram.

Abastado proprietário de gados e escravos em Brumado, Inácio Afonso achava-se, porém, “falta de terras e pastos acomodados” para criar seus rebanhos e dar serviço ao seu pessoal.

Dirigiu-se, em 1753, ao governador da capitania de Minas, que era então José Antônio Freire de Andrade²⁵, requerendo para si a doação de uma sesmaria, nela incluindo suas posses no Boa-Vista e as dos seus sócios na “travessia

²⁴ Antônio da Costa Pereira e sua mulher D. Francisca de Paula das Chagas deram a Oliveira a ilustre educadora Manuelita da Costa Chagas (Tia Lilita).

²⁵ José Antônio Freire de Andrade, irmão do seu ilustre antecessor no governo da Capitania, o general Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela.

da Picada de Goayazes”. Ficaria confrontando com os demais proprietários já estabelecidos nas proximidades.

Prometia varrer da região os quilombolas e criminosos que a infestavam. Fundaria, com seus sócios, fazendas de criação e culturas. Povoaria as terras com a maior rapidez possível e chamaria todos à religião de Nosso Senhor Jesus Cristo. Entre os deveres impostos aos sesmeiros, nas doações de terras, figurava o “*encargo de pagarem dellas Dízimos como quaesquer Seculares e a condiçam, de nellas nam sucederem, Rellegeoens por titullo algum*”.

A doação foi logo concedida, em vista das intenções do requerente e por se tratar de verdadeiro sertão (Certam) que não figurava nos mapas como terras auríferas.

A 26 de maio de 1753, Freire de Andrade, usando das atribuições que lhe conferiam as reais ordens de Sua Majestade o rei de Portugal, assinava, em Vila-Rica de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, a seguinte carta de sesmaria:

"Carta de Sismaria de Ignacio Affonso Bragança. José Antonio Freire de Andrade, do Conselho de Sua Magestade, Tenente Coronel da Cavalaria com o Governo desta Capitania de Minas Gerais:

"Faço saber aos que esta minha Carta de Sismaria virem que tendo respeito a me representar por sua petissam Ignacio Affonso Bragança, morador no Brumado²⁶, Freguesia das Congonhas do Campo, que elle se acha com fabrica de Escravos e Gados de criassam, e como estava falto de terras e pastos accomodados para arrumaçam da dita fabrica, lhe fora percizo com bastante trabalho hir apossear

²⁶ Cidade de Entre-Rios, em Minas, hoje João Ribeiro. Chamava-se antigamente "Nossa Senhora das Brotas do Brumado de Suassuf". E eis como desde épocas remotas seus destinos se entrelaçavam com os de Oliveira por meio de estradas: — "É cortada (a cidade) por várias estradas, sendo as mais notáveis a quem vem de Ouro Prêto e segue para Oliveira, Formiga, Tamanduá, Uberaba e mais partes do sertão e outra que vem da cidade de Barbacena e segue para Bonfim". (Ap. "Alm. de Minas").

humas terras nos Campos Geraes em a Matta do Rio da Boa Vista, Termo da Villa de Sam Jozé Comarca do Rio das Mortes e travessia de Picada de Goayazes paragens exquezitas e sujeitas a Quilombolas e mais prevercios que costumam suceder em Certoens semelhantes, e como era conviniente apovoallas me pedia em fim e concluzam de sua petissam lhe mandasse passar sua Carta de Sismaria de tres legoas de terra e em circuito, e que fizesse Piam aonde fosse mais conviniente na forma das Ordens de Sua Magestade, o attendendo eu e ao que responderam (responderão) os Officiaes da Comarca da Villa de Sam Jozé e os Doutores Procurador da Fazenda Real e Procurador da Coroa e Fazenda desta Capitania a quem ouvi, disse lhes nam offerecer duvida na concessam desta Sismaria, por nam encontrarem inconveniente que a prohibisse, pella facultade que Sua Magestade me permite nas suas Reaes Ordens, e ultimamente na de treze de Abril de mil setecentos e trinta e oito (1738) para conceder Sismarias das terras desta Capitania aos moradores della que mas pedirem.

Hey por bem fazer mercê, como por esta faço de conceder em Nome de Sua Magestade, ao dito Ignacio Affonso Bragança por Sismaria trez legoas de terra de comprido, e humas de largo, ou trez de largo, e humas de comprido, ou legoa e meia em quadra, que comphenderam (comprenderão) as posses que tem em humas terras citas na referida paragem, por ser Certam, e dentro das confrontaçoes assima mencionnadas, fazendo Piam aonde pertencer, nam passando da referida extençam de trez legoas em terras mineraes, nem em aquellas em que semelhante extençam he prohibida pellas Ordens de Sua Magestade, porque só conforme a ellas he que lhe concedo a referida Sismaria, com a declarassam porem, que será obrigado dentro de hum anno, que se contará da data desta, a demarcallas judicialmente, sendo para esse effeito notificados os Vezinhos com quem partir para allegarem o que for a bem de sua Justiça, e elle o fará também apovoar e a cultivar as ditas trez legoas de terras, ou parte dellas dentro de dous annos, as quaes

nam comprehenderam (compreenderão) ambas as margens de algum Rio navegavel, por que neste cazo ficará livre de huma dellas o expasso de meia legoa para ouzo publico, reservando os Citios dos Vezinhos com quem partirem as referidas trez legoas de terras, suas vertentes e logradouros, sem que elles com este pretexto se queiram apropriar de demaziadas em prejuízo desta mercê que fasso ao Suplicante a que se nam empedirá a repartição dos descobrimentos das terras mineraes que no tal Citio hajam, ou possam haver, nem os Caminhos e Serventias publicas que nelle houver e pelo tempo adiante paressa conviniente abrirse para maior commodidade publica do bem comum e pessuhirá as ditas trez legoas de terras com a condiçam de nellas nam succederem Rellegeoens por titullo algum, e acontecendo pessuhillas, será com o emcargos de pagarem dellas Dizimos como quaesquer Seculares, e será, outrosim, obrigado a mandar requerer a Sua Magestade pello seu Concelho Ultramarino confirmaçam desta Carta de Sismaria, dentro em quatro annos, que correram (correrão) da data desta, a qual lhe concedo salvo Direito Régio e prejuízo de terceiro, e, faltando ao referido, nam terá vigor e se julgaram (julgarão) por devollutas as ditas terras, dando-se a quem as denunciar, tudo na forma das Ordens do dito Senhor:

Pello que mando ao Ministro a que tocar dê posse ao Suplicante das referidas terras, comprehendendo nellas as posses que tem em humas terras citadas em Campos Geraes em a Matta do Boa Vista feitas primeiro a demarcassam e notificaçam como assima ordemno, de que se fará termo no Livro a que pertence e assento nas Costas desta, para a todo o tempo constar do referido, na forma do Regimento.

E por firmeza de tudo lhe mandei passar esta Carta de Sismaria por duas vias, por mim assignada e sellada com o Sello de minhas Armas, que se cumprirá inteiramente como nella se contem, registrando-se nos Livros da Secretaria deste Governo, e onde mais tocar.

Dada em Villa Rica de Nossa Senhora do Pillar do Oiropreto; a vinte e seis de Mayo, anno do Nassimento de

Nosso Senhor Jezus Christo de mil settecentos e cincoenta e trez (1753).

José Antonio Freire de Andrade”²⁷.

Três dias depois (29-5-1753), essa carta de sesmaria era remetida para Tiradentes, a fim de ser visada e assinada pelo Intendente da Real Fazenda e Juiz Executor de sesmarias na Comarca do Rio das Mortes: dr. Manuel Caetano Monteiro.

Para isso, o secretário Peleja, que a redigira em Ouro Preto, acrescentava à mesma a seguinte guia:

"Sismaria porque Vossa Senhoria ha por bem fazer mercê de conceder em nome de Sua Magestade ao dito Ignacio Affonso Bragança trez legoas de terras de comprido e huma de largo ou trez de largo e huma de comprido ou Legoa e meia em quadra por ser Certam, compreendendo nellas as posses que tem em humas terras citas nos Campos Geraes em a Matta do Rio da Boa Vista, Termo da Villa de Sam Jozé, Comarca do Rio das Mortes e travessia da Picada de Goayazes, dentro das confrontaçoes assima, mencionadas fazendo Piam aonde pertencer, tudo na forma das Ordens do dito Senhor, como assima se declara; para Vossa Senhoria ver e assignar.

Registrada a folhas trinta e seis do Livro de Registro de Cartas de Sismarias que serve na Secretaria deste Governo.

Villa Rica, a vinte e nove de Mayo de mil settecentos e cincoenta e trez (1753).

José Cardoso Pelleja.”

Mas o burocratismo dos magistrados e meirinhos de Tiradentes retardou, por quatorze meses, o despacho da carta e a expedição das autoridades incumbidas da demarcação e medição.

Desde muito que, à espera do despacho, se achavam fora das suas fazendas André Ribeiro da Silva, Inácio Afon-

²⁷ Arq. Público Mineiro, secção colonial, Coleção S.G., códice 106.

so Bragança, o capitão Antônio Pinto de Sousa e seus companheiros. Grandes eram os prejuízos e despesas que isto lhes acarretava. Apelaram para os santos, fazendo promessas. A mulher de Inácio Afonso Bragança, inquieta com a demora do marido e seus sócios, apegou-se tanto a Nossa Senhora que, a 16 de julho do ano seguinte, era demarcada a sesmaria. Sendo esse o dia de Nossa Senhora do Carmo, construiu-se ali uma ermida sob sua invocação, dando, assim, origem ao nome do lugar que, por muito tempo, foi “*Ermida da Mata da Senhora do Carmo*” — contraído depois em *Mata do Carmo* e finalmente transposto em *Carmo da Mata*.

Com o fito de medir e demarcar a sesmaria, chegava aqui, a 11 de julho de 1754, uma grande comitiva de cavaleiros vindos de São José del-Rei, através da Picada de Goiás. Eram os sesmeiros e seus empregados, seguidos de dois louvados, o escrivão e o dr. Intendente da Real Fazenda e Juiz Executor de sesmarias. Este impertigado intendente ficou hospedado “em casas de morada e sesmaria” de Manuel Martins Gomes, no Campo Grande da Picada de Goiás. Daí não se deu ao trabalho de sair através daquelas “*paragens exquesitas e sujeitas a Quilombolas e mais prevercios que costumam suceder em Certoens semelhantes*”.

No dia seguinte, à guisa de quem põe os cães no mato e fica no caminho, expediu os demarcadores e medidores, acrescentando o seu soleníssimo “cumpra-se” à carta do governador:

“Cumpra-se e se proceda a mediçam e demarcação.

Picada de Goayazes, de Julho doze de mil settecentos e cincoenta e quatro.

Monteiro”.

E os louvados e sesmeiros partiram para as matas, para medirem e demarcarem as terras do Boa-Vista, tomando por pião (Piam), isto é, centro de partida das medições, a “paragem chamada a posse da *Forquilha*”, onde, em verdadeira forma de forquilha, fazem barra dois córregos — “hum maior, outro mais pequeno”.

Começavam aí as terras de André Ribeiro da Silva, remoto ancestral de uma das mais destacadas famílias do município. Já aí trabalhava André com seus escravos desde muito tempo, antes que se pensasse em demarcação oficial. Foi ele quem forneceu a necessária matalotagem ao pessoal encarregado de abrir picadas para a medição, figurando entre os derribadores o seu filho natural Antônio Ribeiro da Silva, carpinteiro domiciliado no local onde se achia hoje a cidade de Oliveira.

Para as despesas dessa demarcação, o capitão Manuel Martins Arruda concorreu com duas oitavas de ouro.

No dia seguinte, feita a demarcação, Inácio Afonso Bragança tomava posse das terras, lavrando disto o competente termo datado de 17 de julho de 1754.

Vejamos, porém, a íntegra do auto de demarcação e medição, lavrado pelo escrivão Sarmento:

“AUTO DE MEDIÇAM E DEMARCASSAM”

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo, de mil settecentos e cincoenta e quatro annos, aos dezasseis dias do mez de julho do dito anno, na paragem do Campo Grande e Picada de Goayazes, Freguezia de Santo Antônio da Villa de Sam Jozé, Termo da mesma Villa, Comarca do Rio das Mortes e terras e mattos da Sismaria de Ignacio Affonso Bragança, aonde estava pouzado o Doutor Manoel Caetano Monteiro do Dezembargo de Sua Magestade, Intendente da Real Fazenda da Comarca do Rio das Mortes, e nella Juiz Executor das Sismarias, onde eu Escrivam ao diante nomeado fui vindo com o dito Doutor Intendente e Executor das Sismarias e os Louvados Jozé da Rosa de Bem e Joam Pedro de Andrade à requerimento do dito Sismeiro por seu Procurador para haver de se medirem e demarcarem as terras da Sismaria que havia alcançado na paragem do Campo Grande, como na mesma Carta de Sismaria se declara, e sendo ahy os ditos Louvados vindos com huma Corda de quinze braças de cumprimento para haver de ser medida a dita Sismaria, na forma de sua Carta, fizeram os

ditos Louvados para mediçãam e demarcassam das referidas terras e mattos Piam na paragem chamada a posse da Forquilha, onde fazem barra dous corrigos, hum maior, outro mais pequeno, e para divisa e demarcassam fizeram os ditos Louvados huma Cruz em hum pau de cattaguá nativo, e correndo rumo do Este do dito lugar do Piam mediram ao dito rumo do Este duzentas e conçoenta Cordas que findaram em hum monte que verte para o Rio da Boa Vista, e para diviza e demarcassam fizeram os ditos Louvados huma Cruz em hum pau nativo chamado pau de carvam, com hum copim ao pé e parte com posses de Jozé Fernandes, e de seu Socio João Cardoso tornando os mesmos Louvados ao referido lugar do Piam com a referida Corda de quinze braças de cumprimento, mediram com ella ao rumo Norte sessenta Cordas, que findaram no alto da Serra chamada Bella Cruz²⁸ e para deviza e demarcassam fizeram os mesmos Louvados huma Cruz em hum pau nativo de Jacarandá; tornando os mesmos Louvados ao dito lugar do Piam com a referida Corda, mediram ao rumo Leste cento e cincoenta e seis cordas que findaram em hum morro alto que fica ao Norte de huma Caxoeira de hum Corrigo que vem correndo de Leste ao Este por toda a Sismaria e faz barra no Rio da Boa Vista, e para deviza e demarçaaçam fizeram os mesmos Louvados huma Cruz em hum pau de Olio, e parte com posses de Custodio de Torres Lima; e tornando os ditos Louvados com a referida Corda ao lugar do Piam, mediram ao rumo do sul cento e quarenta Cordas que findaram no alto de hum morro com as vertentes para a mesma parte do rumo, e para outra parte do Norte vertentes da mesma Sismaria, e para deviza e demarcassam fizeram os ditos Louvados huma Cruz em hum pau de Olio; e, outrossim, declararam os ditos Louvados que as terras medidas

²⁸ Bela Cruz ou Vera Cruz, diz uma nota à margem dos originais transcritos num processo arquivado no cartório já referido. Verte, ao sul, para a Forquilha e sua sesmaria e, ao norte, verte para São Bento do Tamanduá

que comprehendem esta Sismaria na demarcassam do rumo de Oeste, athe huma Caxoeirinha que nasse da ponta da Serra, que será meia legoa, pertenciam por posse que dellas tomou Manoel Martins Arruda, as quais lhe ficaram pertencendo a elle dito Arruda, por tracto que entre Sy havia feito com o dito Sismeiro; e da dita Caxoeirinha declarada athé o lugar do Piam, chamada a posse da Forquilha que pertence a André Ribeiro da Silva por posse e tracto que também havia feito com o mesmo Sismeiro, e do lugar do Piam correndo rio assima entre o alto da Caxoeira, ficam pertencendo a Ignacio Affonso Bragança; e desta forma declararam os mesmos Louvados haver feito a dita medissam e demarcassam que assignaram, de que elle Ministro mandou fazer este e eu Antonio de Moraes Sarmiento Escrivam das Sismarias que o escrevy.

Monteiro

Joam Pedro de Andrade

José da Rosa de Bem"

Nam contem mais cousa alguma em o dito Auto de mediçam e demarcassam transcrito em o mesmo traslado e a folhas seis do qual se acha a Sentença de cujo o seu theor he o seguinte: Vistos estes autos de mediçam e demarcassam de terras de Sismaria, concedida pella Carta de mercê junta a folhas ao Sismeiro Ignacio Affonso Bragança, para a qual foram notificados os Vezinhos, Juramentos dos Louvados, e mais dos autos, dos quites se mostra ser feita na forma de Direito e Ordens de Sua Magestade, a julgo por finda e as terras medidas e demarcadas, e mando dellas se dê posse ao Sismeiro, salvo o Direito do protesto a folhas destes autos e sua Sentença, querendo-a, e pague as Custas.

Picada de Goayazes, e Julho dezasseis de mil settecentos e cincoenta e quatro.

Manoel Caetano Monteiro”.

E para encerrar aquele portugûes exótico e trôpego do Intendente, cuja confirmação dava foros officiais à papelama do sesmeiro (bem como lhe conferia posse solene das

suas terras e aquela “facada” final do “pague as custas”), transcrevamos por último a derradeira anotação do escrivão Sarmento:

“E nam se continha mais em a dita Carta de Sismaria. Registro e cumprasse que tudo bem fielmente aqui fis trasladar da própria a que me reporto.

Campo Grande da Picada de Goayazes, aos desassete diaz do mez de Julho de mil setecentos e cincoenta e quatro annos e eu Antonio de Moraes Sarmento, Escrivam das Sismarias que a subscrevi e assigney.

Antônio de Moraes Sarmento”.

SESMARIAS DO CAMPO GRANDE DA PICADA DE GOIÁS

Eis o que era Oliveira em 1754: um xadrez de sesmarias, zebradas de trilhas e riachos, destacando-se entre todas a sesmaria da Forquilha, alvo de uma rumorosa pendenga que vai varar o século seguinte.

Como vimos, data de 1752 a verdadeira tentativa de colonização do solo oliveirense. Ao passo que seu descobrimento pode ser datado de 1676, isto é, setenta e seis anos antes, quando da passagem do primeiro homem branco pelos sertões do Oeste.

Logo que tomou posse das terras demarcadas, Inácio Afonso Bragança dividiu-as em três partes iguais, de nascente a poente. Cedeu a parte ocidental ao capitão Manuel Martins Arruda, cujas terras, como vimos, foram aumentadas até saltar a Picada de Goiás. A parte do meio, entregou-a, como devia, a André Ribeiro da Silva. E a parte oriental, reservou-a para si, abrangendo em suas posses a atual cidade de Carmo da Mata.

Catorze anos depois, a 9 de agosto de 1768, estoura uma contenda entre Inácio Afonso Bragança e André Ribeiro da Silva. André fizera um roçado em terras suas, na confluência dos dois córregos, próximo às fronteiras com Inácio Bragança. Este, dizendo-se esbulhado em suas propriedades, moveu, por isso, contra ele, um libelo constituído

de dez artigos acusatórios. Dizia-se dono único das terras e queria despejar fora delas o seu sócio, acusando-o de “indevida ocupação”. Além da devolução das que corriam Boa-Vista acima, desde a Forquilha, exigia também que André lhe pagasse “seis oitavas, três quartos e sete vinténs de ouro”, provenientes duma cangalha de burro que lhe vendera, mais dez carros de milho que lhe emprestara, e ainda as perdas e danos ocasionados pela “indevida ocupação”, incluindo também o pagamento das custas judiciárias de toda essa demanda, que foi a primeira a explodir na história de Oliveira.

Foi um sarrabulho danado. Para depor, foram mobilizadas testemunhas residentes no Campo Grande da Picada de Goiás (Oliveira), na “Cappela de Sam Joam Baptista”, na Ermida da Mata do Carmo, etc. E todo o pessoal teve de comparecer na então “Vila de Sam Joam de El Rey Comarca do Rio das Mortes”, perante o juiz dr. Inácio José de Alvarenga, que mandou registrar os depoimentos todos, aonde fomos beber grande parte deste capítulo e do anterior.

Formaram ao lado de André Ribeiro da Silva — além do seu sócio e compadre Manuel Martins, honesto e sexagenário plantador de roças junto à Picada de Goiás —, os dois filhos de André: o carpinteiro Antônio Ribeiro da Silva e o capitão Serafim Ribeiro de Castro com sua mulher.

O juiz, a 30 de julho de 1778, deu ganho de causa a André Ribeiro da Silva, condenando-o apenas a pagar as custas judiciárias da demanda...

Mas os autores do libelo não concordaram com a sentença. Apelaram para o Juízo Superior do Tribunal de Relação, em 1819. Para isso, anexaram aos autos uma pública-forma da carta de sesmaria e do termo de demarcação que transcrevemos páginas atrás.

Recrudescer o barulho. Os matos foram de novo vasculhados, em nova busca às demarcações já apagadas.

Em 1831, continua a pendenga entre os herdeiros dos sesmeiros primitivos. Aí, vemos envolvidos na contenda o

capitão Serafim Ribeiro de Castro, Antônio Rodrigues²⁹ da Costa, o fazendeiro Antônio Ribeiro de Moraes, o tenente Antônio Machado de Moraes com sua mulher D. Maria Antônia de Moraes, o capitão José da Silva Botelho, quatro árbitros: o tenente Paulo Rodrigues Rocha e Afonso Manuel do Espírito Santo, por parte dos denunciantes; o alferes Manuel da Costa Ribeiro e João Martins da Costa, por parte dos denunciados.

Um dos árbitros indicados *ad hoc* para exame das terras, o tenente Paulo Roiz Rocha, declarou que, na barra da Forquilha, tendo aí feito todos os exames precisos, não encontrou pau algum, nem vestígios mais do “ditto Pau de Cathuguá como bem consta da Certidão da medição”. Portanto, concluía ele, é justo e de direito que a barra mencionada fosse o pião da sesmaria, alvo de toda aquela velha demanda. Mais para cima, encontrou-se uma pedra enterrada: coisa sem importância, declarava ele.

O árbitro João Martins da Costa disse ter arrancado, 45 braças acima da Forquilha, uma pedra, sob a qual foram encontrados carvões que, sendo cortados a canivete, mostraram ser “Pau de Cathuguá”. Correndo daí rumo norte até o alto da serra chamada Vera-Cruz (ou Bela-Cruz), foi dar em um pau de jacarandá nativo, em cujo tronco ainda reconheceu, confessa ele, as marcas feitas pelos demarcadores de 1754. Correndo rumo sul 140 cordas, foi dar em um “Pau de olhio”, vertentes para norte e sul.

Diante dessa contradição entre os árbitros, foi outra vez ajuntado ao processo o termo de demarcação da velha sesmaria. E de novo foram vasculhadas as matas, em busca das divisas primitivas.

Em vista da falta de um monumento (sic) pelo qual se identificasse o antigo “pião”, o juiz de paz Alexandre Pereira Cardoso determinou fosse aceito o parecer do tenente Paulo Roiz Rocha, considerando como “pião” a barra dos

²⁹ Rodrigues ou Roiz.

dois córregos. Mandou que daí partissem as linhas de uma nova medição, como fizeram os louvados de 1754.

E deu por finda a contenda (8-10-1831), ordenando a cobrança das custas judiciárias: 7\$670!

Em 1862, porém, renasce a pendenga, naquela rumorosa demanda do tenente Balduino Roiz Costa *versus* D. Romualda Maria de Jesus.

Na fazenda do Ribeirão, até as matas em litígio, D. Romualda, viúva do Cel. José Ribeiro de Castro, era a herdeira universal de D. Joana Eleutéria da Silva, viúva do Capitão Serafim Ribeiro de Castro, filho de André Ribeiro da Silva, um dos primitivos sesmeiros.

Balduino, por sua vez, dizia-se possuir *pro indiviso*, com D. Francelina Cândida do Amaral, D. Laura Delfina de Jesus, filhos e genros das mesmas senhoras, uma parte da sesmaria de Inácio Afonso de Bragança, vinda por herança deixada por D. Angélica de Oliveira.

Como se vê, não passava duma continuação da velha demanda entre Inácio Afonso Bragança e André Ribeiro da Silva.

D. Romualda mandara derribadores e carreiros ir tirar madeiras no mato denominado Capetinga, sendo isso considerado, por Balduino, verdadeira lesão de propriedade. Aí tirara ela, antes (1855), madeiras para a capelinha de São Miguel, do cemitério da cidade, com o consentimento de Balduino que até fornecera mantimento para os "camaradas". Antes de 1851, daí foram também tiradas madeiras para o sobrado do tenente José Ferreira de Carvalho e do capitão Francisco Vicente de São Carlos, além das que depois foram fornecidas para o sobrado de José Luiz do Frade. Até aí nenhum protesto contra a arquipotente D. Romualda.

Um dia, também Balduino Roiz da Costa resolve cortar nas mesmas matas um enorme Jacarandá e doá-lo ao finado Francisco Joaquim de Andrade. D. Romualda protestou, fez finca-pé, disse que era esbulho e mandou seus es-

cravos ir buscar o pau que foi arrancado do curral do Cedro, sem resistência alguma.

Mas Balduino, sem ligar para o passado, estava agora disposto a demandar. Suas terras ficavam do lado de lá da Forquilha. D. Romualda, do lado de cá. E entre os dois, o velho e litigioso “*pião*”. Antigamente, uma picada estabelecia a divisa. Mas desaparecera com o tempo, não se encontrando mais vestígio algum de quaisquer demarcações, sejam as dos litigantes de 1831 e 1819, sejam as dos demandistas de 1768. Tão depressa se apagam sobre a terra quaisquer pegadas humanas...

Deixemos a causídicos as tricas da pendenga e a sua solução. Se a citamos aqui, foi tão somente para mostrar a evolução colonizadora em que vieram as terras do município, à proporção que a cidade ia surgindo. Nas dobras e entrelinhas desse rumoroso processo, pode-se reconstituir o gráfico de muitas das antigas propriedades de terras, e mesmo das velhas sesmarias em que se achava dividido o Campo Grande. A sesmaria de Inácio Afonso Bragança, por exemplo, unida às terras de seus sócios, devia abranger e unir Oliveira e Carmo da Mata, cujos destinos se entrelaçaram, futuro adentro, durante muitos anos.

Aqueles primeiros proprietários, à parte suas tricas litigiosas, trataram logo de reprimir os bandos de salteadores homiziados nas serras vizinhas, a fim de assegurar, assim, a tranquilidade dos rebanhos e o trânsito pelas estradas que se cruzavam no local.

Começam a ser instalados os primeiros pousos nos principais pontos da "travessia" ou encruzilhada dos caminhos de Goiás, Sabará, Pitangui, Barbacena, Formiga, Tamanduá, Brumado.

É o início daquele espírito agro-pecuário que, unido ao intercâmbio comercial com os viajores que iam e vinham, estabeleceu os alicerces orgânicos desta tríade básica:

La-

voura, Pecuária e Comércio — sobre a qual, futuro adentro, se iria erguer Oliveira.

Já em 1832, encontramos uma prova desta asserção, nas listas dos primeiros matriculados nas Guardas Nacionais de Carmo da Mata e Oliveira.

Em Carmo da Mata, entre 50 alistados, havia 34 agricultores e criadores, 6 negociantes, 3 ferreiros, 2 ourives, 1 carpinteiro, 1 alfaiate, 1 mestre-escola e 1 sacerdote — o sexagenário Padre Manuel Fernandes Martins.

Entre os 34 agricultores e criadores, aí encontramos o jovem Antônio Afonso Bragança e o tenente Balduino Roiz Rocha da Costa, dois dos herdeiros e continuadores da obra colonizadora do velho sesmeiro Inácio Afonso Bragança.

Em Oliveira, entre 122 alistados, havia 67 agricultores e criadores, 32 negociantes, 5 carpinteiros, 4 ferreiros, 4 pedreiros, 3 seleiros, 1 ourives, 1 senhor de engenho, 1 professor de primeiras letras (mestre Inácio Gonçalves de Barros), 1 boticário (Vidal Luiz Pereira), 1 alfaiate, 1 sapateiro, 1 tropeiro e 2 sacerdotes.

Entre os 67 agricultores e criadores, encontramos então em Oliveira o capitão Serafim Ribeiro do Castro, o tenente Januário Ribeiro da Silva, Dâmaso Ribeiro da Silva, alguns Martins e alguns Costa — todos eles continuadores dos primeiros colonizadores de Oliveira: André Ribeiro da Silva, Manuel Martins Arruda e os "coronéis" da família Costa.

Entre os primeiros negociantes dessa Oliveira de 1832 encontramos:

Venâncio Carrilho do Castro, capitão Bartolomeu Ferreira da Silva, Francisco Joaquim de Andrade, Manuel José da Silveira, tenente Paulo Roiz Rocha, alferes Antônio Ferreira de Carvalho e — cousa sintomática — um só ourives!

Prova de que Oliveira nunca delirou com minerações para viver. Essa maioria absoluta de agricultores, criadores e comerciantes de 1832, constituída, aliás, dos mais ilustres representantes daquela geração, vem, pelos algarismos que

extraímos de velhos e sebentos alfarrábios, provar, mais uma vez, que a Agricultura, a Pecuária e o Comércio — desde o início, foram, são e continuarão a ser a tripeça mágica da vitalidade e do progresso oliveirenses.

Dessa predestinação secular, jamais deverá tergiversar todo aquele que for posto a reger os destinos desta cidade, se a quiser ver continuar sua trajetória ascensional.

Tudo está escrito desde os velhos documentos que atrás citamos e que tanta coisa explicam. Explicam muita coisa que a tradição veio trazendo de geração em geração. Por exemplo, a gênese dos antigos pousos e estalagens, antes considerada perdida nas brumas de um passado sem explicação. O aparecimento e desaparecimento dos quilombolas, que só mais tarde voltam, mais uma vez, a agir na Mata do Quilombo, junto à Cruz das Almas, fatos a que nos reportaremos oportunamente.

Com a obrigação premente de povoarem, dentro de dois anos apenas, as terras doadas, os sesmeiros tudo fizeram para incrementar a imigração para o Campo Grande e enchê-lo logo de colonos. É então que chega para aqui a família Oliveira, de origem portuguesa, para, na pessoa dum estalajadeiro, integrar-se na vitalidade local.

Tudo isso se lê nas estrelinhas daqueles velhos documentos, donde duas cousas principais saltam bem à nossa vista:

1) que se tratava de uma verdadeira encruzilhada estratégica (*travessia*), hoje perfilada ainda, dentro da cidade, em muitas das suas ruas;

2) que o primeiro nome do lugar foi Campo Grande da Picada de Goiás, ou simplesmente *Picada de Goiás*, de cuja transição para *Oliveira* vamos tratar em seguida.

CAPÍTULO III

Ascensão Gradativa

“Oliveira” e sua razão toponímica — Oliveira, filha duma paixão? — O povoado da Oliveira — Capela e arraial — Curato e freguesia — Vila e Município — Primeira vereatura municipal — Primeiros quadros municipais — Cadeia, forca e cemitério — Cidade — Comarca. Organização Judiciária — Juízes de direito da Comarca — Os governadores de Oliveira — O atual prefeito municipal — Primeira geração de homens públicos do Município.

“OLIVEIRA” E SUA RAZÃO TOPONÍMICA

Quanto a este bucólico nome, não se pode precisar exatamente a época em que ele veio substituir a antiga denominação do lugar. Quase não se pode também determinar, com absoluta certeza, a causa da sua origem.

Muitas são as versões que o procuram justificar.

Uns o querem nascido da Padroeira: Nossa Senhora de Oliveira. E o sábio Saint-Hilaire, que por aqui passou há mais de 150 anos, parece endossar essa versão, dizendo já naquela época:

“Oliveira, ou Nossa Senhora da Oliveira, onde passei a noite, etc.”

Mas essa versão, apesar do seu fundo piedoso e poético, carece de fundamento histórico. A primeira padroeira do lugar foi Nossa Senhora Mãe dos Homens, invocação, aliás, generalizada no Brasil colonial pela influência jesuítica. A sua capelinha em Oliveira era uma pequena edificação em estilo semi-jesuítico, mais ou menos como a capela dos Passos, mas sem a torre, tendo o sino de um lado e, fora, do outro, um gigantesco cruzeiro.

Ficava dominando o fundo

da velha praça que ia, nesse tempo, até lá em baixo no Maracanã e que, ainda hoje, à beira da antiga estrada de tropeiros, conserva o nome tradicional.

Assim plantado à margem do caminho que levava a Goiás e com sua frente voltada para a estrada que seguia para Pitangui, foi esse o primeiro templo católico construído em Oliveira, numa remota época em que as primeiras manifestações religiosas da aldeia se realizavam ao pé de cruzeiros erguidos sobre as colinas. Construção frágil e improvisada, a duração dessa capelinha foi relativamente efêmera. Já em 1844, o dr. Hermógenes Francisco de Aguilar Pantoja, juiz municipal e de órfãos dos termos reunidos de São João e São José del-Rei, juiz de direito interino da comarca e provedor geral das suas capelas e rendas, nomeava provedor e zelador para a Capela da Senhora Mãe dos Homens, já então em "estado decadente", diz a provisão aqui passada. E em 1855, um dos procuradores dessa capela pagava a José Gomes Pereira a quantia de 45\$720, por um novo retelhamento e reparos diversos feitos na mesma capela, cujo estado ruinoso inspirava já sérios cuidados.³⁰

Hoje, talvez não restem pessoas idosas que dêem notícia da sua existência. Poucos a viram já em estado decrépito, próximo a ruir-se. Ultimamente, restavam-lhe os alicerces que a Prefeitura Municipal mandou destruir de vez, em 1923, para aproveitar suas pedras na construção da capela da Santa Casa.

Fora o nome da praça em que existiu, o que hoje resta da extinta capelinha é a imagem de Nossa Mãe dos Homens, que continua venerada pelo povo num dos altares da matriz.

É ignorada a data da fundação da capela Mãe dos Homens. Mas podemos presumir uns 185 anos, baseando-nos nas datas dos primeiros documentos referentes à região e aos quais reportamos em capítulos anteriores.

³⁰ — Vid. livro referente a recibos e despesas das capelas antigas de Oliveira, no arquivo do Cartório do 1.º Ofício desta Comarca.

Ora, o nome “Oliveira” começa a aparecer pouco depois das primeiras tentativas de colonização, ou talvez antes mesmo do aparecimento da referida capelinha.

Quem, mais tarde, ergueu a matriz velha, ali por 1785 mais ou menos, viu logo no nome do lugar (Oliveira) e no da Virgem (oliva speciosa) um ensejo para mudar a invocação da Padroeira do lugarejo nascente. Teve assim a feliz ideia de retirar do livro da Sabedoria e mandar gravar a cinzel no frontispício granítico da matriz, aquela frase latina de sabor tão vergiliano: “Quasi oliva speciosa in campis”³¹.

E o arraial ficou sendo de Nossa Senhora da Oliveira, uma das mais belas invocações sob que o catolicismo põe o nome da Virgem³². “Nossa Senhora de Oliveira” é, pois, uma adaptação, e não causa, na toponímia do lugar.

Outra versão é a que põe como origem do nome da cidade árvores de oliva existentes na chácara duma antiga herdade outrora situada no ponto onde se ergue a Escola Normal.

Ora, essas árvores, poucos exemplares apenas, não eram nativas, para desde o início identificarem assim a localidade. E, se foram aqui plantadas, posteriormente às primeiras tentativas de colonização, devem ter aparecido no ciclo agrícola. Ciclo este vindo depois do ciclo do ouro, que é o que gerou aquele trânsito intenso pelo caminho ou caminhos que atravessavam a localidade que encontrou nisto uma desculpa para nascer. A debandada para o Oeste é

³¹ Eis o texto integral: “*Quase oliva speciosa in campis, et quasi platanus exaltata sum juxta aquam in plateis*”. “Qual oliveira especiosa nos campos, e qual plátano sou exaltada junto da água nas praças”. (O cinzelador da frase no granito claudicou um pouco na ortografia latina, escrevendo “especiosa”, em vez de “speciosa”).

³² Sobre capelas de N. S. de Oliveira em Minas, ver “Instituições de igrejas no Bispado de Mariana” (1945, SPHAN, págs. 211-212) do cónego R. Trindade. A invocação não é exclusiva do lugar. Ela existe em Portugal e na Espanha.

que foi atraindo para aqui os primeiros proprietários de terras, como vimos, e os primeiros donos de estalagens.

O nome “Oliveira” começa a estender-se a toda a localidade, justamente na transição entre o ciclo do ouro e o ciclo agrícola ou época do aparecimento das grandes herdades dentro do atual perímetro da cidade.

O nome é, por conseguinte, anterior a plantios.

E, mesmo que fosse oriundo das ditas árvores de oliva, o nome deveria ser então Oliveiras, e não Oliveira.

Ora, nenhum documento antigo referente ao lugar traz na data “vila das Oliveiras”, nem “cidade das Oliveiras”. Mas sempre: vila da Oliveira.

Variante desta última versão é aquele chavão retórico com que quase todo orador, discursando em Oliveira, chama-a de terra da paz, invocando enfaticamente a velha cena bíblica da pomba que regressou à Arca trazendo no bico um ramo de oliveira, como mensagem pacifista do irado Jeová...

Sugestionado talvez por este lugar-comum, o povo chegou até a criar outra versão ainda mais retórica. Tropeiros, partindo de Goiás onde tinham sido bem sucedidos nos negócios, desavieram-se na viagem, numa disputa que quase raiou em derramamento de sangue. Só conseguiram chegar a um acordo mútuo, portas adentro de Oliveira, numa estalagem outrora existente no bairro dos Cabrais. E, como símbolo da nova aliança que aqui firmaram, trocaram entre si um ramo de oliveira: o que teria dado origem ao nome sugestivo desta terra.

Esta versão, realmente sugestiva, poderia ser verdadeira, se também o fosse a segunda, isto é, a que fala das árvores de oliva.

Para encurtar, citemos afinal a versão que nos parece ser a menos infundada. Não resta dúvida que é um tanto romanesca, muito ao agrado do povo e, talvez por isso, a mais insistente na tradição local.

OLIVEIRA, FILHA DUMA PAIXAO?

Foi há muito, há muito tempo. Lá pelo tempo em que o Campo Grande da Picada de Goiás acabava de ser retalhado em sesmarias, varridos dos seus caminhos os audaciosos quilombolas e plantados os primeiros milharais dentro das clareiras abertas no verde-escuro das matas-virgens.

Já os rebanhos tranquilos pasciam pelas pastagens. E, canalizadas pela picada, as levas de aventureiros que iam passando, costumavam tomar pousada e descanso num rancho outrora existente ali nas fraldas do Diamante, por onde se espria o velho bairro dos Cabrais.

Um dia, na sequela de tropeiros que demandavam a lendária Goiás, por aí apareceu um moço que trazia nos olhos uma profunda onda de tristeza e desencanto.

Manuel de Oliveira vinha em busca de novos destinos para o curso de sua vida que acabava de sofrer uma caprichosa reviravolta. Era filho de colonos portugueses. Oriundo talvez duma vasta “família Oliveira” já largamente espalhada pelo território mineiro em plena fase colonial.

Esse moço e seu irmão mais velho haviam-se estabelecido em Brumado (Entre-Rios). Na mesma terra, donde, como vimos, tinham vindo os primeiros donos de sesmarias e fazendas no Campo Grande da Picada de Goiás.

Laboriosos e unidos, os dois irmãos começaram a prosperar. E já se viam donos de muitas posses, quando acontece apaixonarem-se ambos por uma mesma donzela. Não tardou que um ficasse sabendo das preferências sentimentais do outro. E já estava iminente uma violenta ruptura entre ambos, quando o mais velho, avisado e prudente, assim falou a Manuel:

— Meu Irmão. Como mais velho, devo propor uma solução pacífica para este caso. Até aqui, tudo nos andou bem. Mas uma mulher entrou em nossa vida para nos afastar um do outro. Proponho que te cases com ela, que, da minha parte, procurarei outro destino.

O mais jovem sentiu-se tocado pela generosa renúncia daquele gesto nobre. E respondeu:

– Não. Tu é que deves casar-te com ela. És mais velho, mais poderoso e tens, pela idade, mais direito do que eu. Ela é tua. Da minha parte, já sei que rumo deverei tomar.

Dito e feito. Ao alvorecer do dia seguinte, o jovem Oliveira já tinha desaparecido. Uma caravana a caminho do Oeste, e ei-lo enfim no rancho, à margem da Picada de Goiás, atijando o foguinho na tripeça, cá nestas paragens remotas, à sombra do Diamante. Que lhe restava agora fazer? Seguir para Goiás ou ficar ali no lugarejo nascente?

Agradando-se talvez do panorama, dos seus ares e das suas águas — ou mesmo a convite dos sesmeiros que eram também de Brumado e cujo interesse era povoar depressa estas terras —, o moço resolveu ficar. Domiciliou-se ali ao pé da serra verdejante, frente às colinas arredondadas, propícias à meditação.

Foi-lhe entregue a direção de um dos pousos locais.³³ Tendo-o adaptado melhor às necessidades dos que passavam, tornou-se em breve o pouso favorito de quantos, indo ou vindo, por aí transitavam.

E, assim, foi ficando conhecido e procurado o “rancho do Oliveira”, o primeiro hotel desta cidade de hotéis.

– Toca a mula ruana, menino! Devemos pernoitar hoje no “rancho do Oliveira”.

E os viajores iam passando, e o rancho ia crescendo com a família do novo estalajadeiro. Sim; o jovem Oliveira

³³ Na Revista do Arq. Públ. Mineiro (ano XIX, pág. 425), vê-se um capitão Manuel Lopes de Oliveira recebendo do governador José Antônio Freire de Andrade, a 20 de março de 1752, uma sesmaria de "*três léguas de terra na paragem do Campo Grande na Picada, em que tinha sido estrada para Goyaz* (sic)"... Infelizmente, não se encontram aí, nem alhures, esclarecimentos que possam identificar êsse sesmeiro com o seu homônimo da versão acima. Baldadas foram tôdas as pesquisas nesse sentido.

encontrara novo amor e constituíra aqui seu lar: o primeiro lar da terra oliveirense.

Quando a morte lhe veio cerrar os olhos, ficava-lhe no lugar uma dinâmica substituta, na pessoa de Maria de Oliveira, descendente do extinto, ou talvez sua viúva.

Assumindo a direção da estalagem, Maria de Oliveira aumentou-a e melhorou-a.

– Pousaremos hoje no “Rancho da Oliveira”.

– Vamos tocar firme para alcançar o “pouso da Oliveira”!

E, fitando, cansado, as distâncias perdidas, quanto viajor exausto não suspirou por esse “rancho da Oliveira”, depois arraial da Oliveira, vila da Oliveira, cidade da Oliveira, ou modernamente, de Oliveira.

“Da Oliveira” é como se lê em todos os documentos antigos referentes ao lugar, inclusive na pequena monografia escrita em 1882 pelo bacharel alagoano Francisco de Paula Leite e Oiticica, trazendo como título “Notas sôbre o município da Oliveira”.

Esse “da Oliveira” é sintomático³⁴. Faz pensar na sempre lembrada estalajadeira, cujo nome ainda rola na boca dos habitantes deste rincão, para o qual ela, sem o saber, serviu de epônimo, à proporção que em torno do seu rancho e perlongando a estrada, foram se estendendo as casas que mais tarde se transformaram em palacetes, galgando o dorso das colinas.

³⁴ Em 1790, um edital de convocação lavrado e exposto em Oliveira por um magistrado de Tiradentes, começava assim: “Pelo presente meu Edital faço saber aos moradores, e vizinhos deste arayal de Nossa Senhora do Oliveira (sic) do termo da Vila de Sam Jozé” etc. E terminava assim: “Dado e passado neste Arayal de Nosa Senhora da Oliveira (sic) aos seis de janeiro de mil e sete centos e noventa”... (Rev. do Arq. P. Mineiro, ano II, fasc. I, 95-97). Erro gráfico ou não, esse “do Oliveira” e esse “da Oliveira”, por nós grifados na citação, fazem evocar o jovem estalajadeiro e sua brava substituta.

O pitoresco “Oliveira” em breve substituiu o arcaico e melancólico “Campo Grande da Picada de Goiás”.

Exposta embora em tom romântico, aí fica a mais insistente versão sobre a origem do nome “Oliveira”.

É a que menos inverídica se nos apresenta. Bastante comum é na toponímia ameríndia herdarem as regiões e localidades o nome dos seus primeiros moradores, ou dos seus descobridores e colonizadores. América. Antônio Dias. Juiz de Fora. Monlevade. E... aqui perto: Cabrais, Faleiros, Fradiques, Pintos e Martins.

Oliveira é, pois, filha de uma paixão, pelo seu lado toponímico. Topograficamente, ela é filha da sua geografia privilegiada. E, historicamente, nasceu dum arremesso para o Oeste.

Um poeta da terra ainda há de aproveitar o assunto. E emparelhando Oliveira e o amor, tecerá o poema da cidade e dos seus destinos. Iniciada à margem duma encruzilhada de aventureiros, surgiu como um produto dum desafogo psicanalítico...

O POVOADO DA OLIVEIRA

Quando deixam de figurar entre os vivos os primeiros proprietários de terras no Campo Grande da Picada de Goiás e aquela desassombrada estalajadeira que legou seu nome ao lugar, já um ensaio do povoado começa a delinear-se em torno dos pousos.

Perlongando a Picada de Goiás, estende-se a primeira tentativa de rua, seguindo o que é hoje a extensão total desta quilométrica via-pública formada pela rua dos Cabrais, largo dos Passos, rua da Misericórdia, travessia da fonte da Estalagem, na saída para o Engenho de Serra, atravessando dois riachos: um que vem do Diamante, em direção norte (o Maracanã); outro, em direção leste, oriundo do Morro das Pedras.

Estes dois riachos, correndo um em busca do outro, lado a lado da colina central, formam como um ângulo reto, atenazando o povoado dentro duma espécie de tesoura aberta.

Em cada um dos lados desse ângulo formado pelos dois riachos, encontramos uma fonte. Dois jorros de água cristalina e leve, golfejando de bicas toscas. Entre as muitas fontes existentes no lugar, estas duas, como dois polos extremos do povoado, exercem um papel importante nos primórdios da localidade. As primeiras casas, que vão surgindo, parecem disputar a sua aproximação.

Ainda existem até hoje, sempre procuradas pelas lavadeiras e pelas mulheres proletárias que lá vão, pote à cabeça, em busca da linfa clara. Chamamo-las hoje: fonte dos Passos, a que fica junto à igreja dos Passos. E fonte da Estalagem, a que fica no extremo oposto, onde outrora existiu afamada estalagem de tropeiros. Ganhou também o nome de “fonte dos Frades”, depois que ali perto, do lado de cá, existiu um suspeito convento de frades falsificados, no enorme edifício que ultimamente pertenceu à família Guglielmelli e serviu de 1ª sede ao Grupo-Escolar “Carlos Chagas”.

Estas duas fontes marcaram as duas principais entradas da localidade: a do caminho de Goiás e a do caminho de São João del-Rei e Barbacena.

Até o início deste século, ainda eram os dois polos da cidade, quais dois cromossomos numa célula gigante, assinalando os pontos terminais da mais velha e mais extensa rua de Oliveira que, sucessivamente, tem sido batizada com os seguintes nomes: Picada de Goiás, rua das Palmeiras e finalmente rua da Misericórdia.

Também os nomes das duas fontes foram inicialmente outros. A da Estalagem, como vimos, recebeu esse nome por causa duma antiga estalagem que ali existia, pouco adiante, muito procurada pelos que vinham de Goiás. Ainda existe, pouco além da fonte, uma velha casa, a mais antiga do lugar, a qual dizem ser contemporânea dos extintos ranchos e cobertas da dita estalagem.

A fonte dos Passos, no extremo oposto, ganhou esse nome depois que se lhe construiu ao lado, em período talvez posterior a 1820, a capela de Nosso Senhor dos Passos. Cons-

trução pequena, sem torre, à beira da estrada, como a capelinha da Senhora Mãe dos Homens, lá mais adiante, na encruzilhada de Pitangui. A antiga estrada de Pitangui está hoje perfilada na rua da Preguiça (atual Padre Francisco Barreto) e na rua Dr. Cícero Ribeiro, cujo primeiro nome foi rua da Mata.

Velhos tropeiros, passando por aqui, naqueles remotos tempos, costumavam comentar jocosamente o fenômeno curioso de serem as igrejas de Oliveira construídas à beira da estrada.

Como as duas fontes, estas duas igrejas têm uma importância enorme nos começos do arraial. Ambas, com a frente voltada para a estrada, ali ficaram, anos e anos, abençoando a alma erradia dos viajores e aventureiros, caçadores de homens e caçadores de ouro, num perpassar constante, ora comboiando extensas filas de cativos, ora tangendo tropas e rebanhos...

Próximo à fonte dos Passos, na margem oposta do Maracanã, existia também uma estalagem, à guisa da outra já referida. Ficava na saída para Barbacena e São João.

É o pouso mais afamado nas crônicas locais. Supõe-se ter sido o que pertencera à primitiva “família Oliveira”, de que já falamos.

Nenhum vestígio resta mais hoje, por meio do qual possamos identificar o ponto da sua antiga localização. Mesmo entre os mais velhos, ninguém há que ao menos dê notícia sequer dos esteios dessa estalagem.

Mas é fato seguro que seu ponto era uma das margens da rua dos Cabrais. Aí é que começou a cidade.

Ora, no trecho intermediário que vai de uma fonte à outra, ou de uma à outra estalagem, eleva-se a colina-mestra em que se assenta a cidade, a qual já se vai derramando pelas ladeiras e alcançando as demais colinas de em torno, galgando-as até o cimo.

Como já ficou dito, todas estas terras pertenciam, a princípio, a quase um só dono. Depois, as moradias torna-

ram-se verdadeiras fazendas e retiros de criação, dentro mesmo do perímetro que hoje chamamos urbano. Fórum, matriz, escola normal, colégio oficial, hotéis, agências bancárias — tudo isso foi sede de herdades e retiros. Muitos ainda vieram até quase os nossos dias, imprimindo à localidade a nota bucólica do gado solto nas ruas, da capadaria e das cabras pastando o vassoural do largo da matriz.

Quem por aí passava descuidadamente à noite, corria o risco de subir de repente no cachaço dalgum boi sonolento, acachapado na escuridão tépida, sob as acácias e casuarinas sussurrantes...

Voltemos àquela primeira e tortuosa rua que se delineou de uma fonte à outra. Era ladeada de casas baixas, longas, caiadas de branco, as portas e portais amarelos, como em 1819 as vem encontrar Saint-Hilaire, na sua passagem em demanda de Goiás.

A rua fraldejava a colina, paralelamente ao Maracanã. Depois, ameaçando ruir-se a capelinha da Senhora Mãe dos Homens, surge, no alto da colina a igreja matriz hoje dita velha, em contraposição à nova que se está ultimando .

O velho templo foi planejado em arrojado projeto que não pode ser executado *in totum*. Só em 1851 é que a Irmandade do Santíssimo, por meio de esmolas arrecadadas dominicalmente, pode dar andamento às obras desde muito paralisadas, concluindo a fachada, o consistório e as torres — tudo conforme a planta deixada pelo idealizador do templo.

O iniciador da obra foi o capelão padre Bonifácio da Silva Toledo, ali por 1785. Nesse tempo, Oliveira era apenas uma capela, isto é, menos do que um curato. Quem vem inaugurar o curato e prosseguir a construção desse templo, dando-lhe maiores proporções, é o ilustrado sacerdote português padre Francisco de Paula Barreto, primeiro juiz de paz do lugar. Aqui se estabeleceu em 1798, tornando-se proprietário de terras e escravos, além de arrolar uma vasta extensão de terrenos doados pelos fazendeiros locais para

se organizar o patrimônio da capela de Nossa Senhora de Oliveira.

No arquivo do Sr. Artur de Melo, fomos encontrar um velhíssimo calhamaço de contas, do antigo homeopata e comerciante Manuel José da Silveira: ali se lê, à folha 133, uma conta do vigário Barreto, datada de 6 de maio de 1835, orçando em 6\$680, incluindo-se na mesma um capote novo de baeta roxa por \$800, comprado para o seu escravo Francisco, e uma colcha nova, também de baeta roxa, por \$600! Bons tempos!...

Muitos e relevantes serviços prestou a Oliveira esse bravo sacerdote, escudado pelos seus contemporâneos, os quais vamos ter ocasião de conhecer mais adiante.

Apesar de inacabado, o velho templo da praça Quinze onde há mais de um século e meio reina a Padroeira da Cidade da Oliva Especiosa, foi o chamariz que arrastou, colina acima, as casas que bocejavam lá em baixo, à beira do velho caminho de tropeiros.

Oliveira cresceu de baixo para cima. Até nisso se espelha o seu destino ascensional.

Estava formado o arraial da Oliveira, sob o aceno suave da *oliva speciosa*. E antes mesmo da sua elevação a vila, já todos dizem Vila de Nossa Senhora da Oliveira, como a vamos encontrar descrita por Saint-Hilaire em 1819.

CAPELA E ARRAIAL

Apesar da falta de documentos sobre os primórdios do lugar, deparam-se-nos, do velho arraial de Oliveira, dois instantâneos antigos.

Um nos veio pela pena burocrática de um meirinho da primitiva comarca do Rio das Mortes. O outro, pela pena ponderada e sábia de Saint-Hilaire.

Data de 1790 o primeiro. E de 1819, o segundo. Apenas três decênios entre ambos. E quantos anos entre nós e eles?...

A 20 de novembro de 1789, o Visconde de Barbacena, então governador de Minas, houve por bem atender a uma justa pretensão dos habitantes do arraial do Tamanduá. Queriam elevar a vila o seu histórico e pacato vilarejo³⁵. Mandou, então, o governador que um ouvidor de Tiradentes viesse a Oliveira perguntar aos seus habitantes se, eclesiasticamente, queriam ficar pertencendo à freguesia de São José del-Rei ou à de São Bento do Tamanduá.

O ouvidor indicado, vindo a Oliveira, aqui lavrou um enfático edital de convocação³⁶ que expôs, por 24 horas, no principal ponto do arraial. Deviam os oliveirenses comparecer à sua presença, no outro dia, sem falta, às onze horas da manhã, sob pena dalguma represália legal.

Efetivamente, no outro dia, à hora marcada, deu-se a audiência, comparecendo diante do magistrado mais de trinta dos principais habitantes do lugar. Eis como o escrivão da audiência no-la descreve:³⁷

“Termo de declaração dos applicados da Capela de Nossa Senhora da Oliveira.

Aos sete dias do mes de Janeiro de mil e sete centos e noventa annos neste Arayal de Nosa Senhora da Oliveira do termo da Vila de São Jozé minas e comarca do Rio das Mortes em cazas do dito Arayal em que se achava aposentado o Doutor Desembargador Luis Ferreira de Araujo Azevedo profeso na ordem de Crispto do Dezembargo de Sua

³⁵ “Pelo augmento que tem tido a cultura, Povoação e comércio da nova conquista do campo grande, e picada de Goyaez, e pela grande distancia em que fica da Villa de Sam Jozé etc., tenho determinado criar huma villa no Arayal de Sam Bento do Tamandoá, por ser o maes considerável daquele Território” — Palavras do Visconde de Barbacena em 1789.

³⁶ Esse edital, já citado atrás, é que começa com a expressão “Arayal de Nosa Senhora *do Oliveira*” e termina com a de “Arayal de Nosa Senhora *da Oliveira*”. Não pudemos averiguar se foi apenas um engano da grafia original ou da posterior impressão tipográfica.

³⁷ *Revista do Arq. Públ. Mineiro*, ano II, fase. I, 98 e 99.

Magestade Fidelisima que Deos Goarde ouvidor geral e corregedor desta dita comarca com alsada no civil e crime, comigo escrivão de seu cargo ao diante nomeado, ahi por vertude do Edital retro compareserão presentes o Reverendo Bonifácio da Sylva Toledo capelam da capela do dito Arayal, o capitam Jozé Fernandes Martins³⁸ comandante do dstricto do dito Arayal, João Antônio Friaça capitam de huma das companhias do terço do Mestre de campo Inácio Correa Pamplona³⁹, Jozé Pereira Cardoso quartel Mestre do dito terço, João Velozo da Sylva morador neste Arayal, Antonio de Souza Bastos morador neste Arayal, João Antunes Cintra morador no mesmo, Jozé Moreira Belo Morador nos Subúrbios do mesmo Arayal, Boaventura Jozé dos Reys morador neste Arayal, Francisco Fabião Cordeiro morador no mesmo, Francisco Couto Pacheco morador na applicaçam da capela deste Arayal, Jozé Moreira de Araujo da dita applicaçam e subúrbios deste Arayal, Antonio Pereira Dutra morador neste Arayal, Manoel Ribeiro Roza morador nos suburbios deste Arayal, Manoel Antonio da Sylva morador nos suburbios deste Arayal, Manoel Cabral Pimentel⁴⁰ morador nos suburbios deste Arayal, Bernardo Jozé dos Santos morador nos suburbios deste Arayal, Felis Jozé de Carvalho⁴¹ morador na Fazenda do Caxambu, Fradique Marques Palmeira⁴² morador nos suburbios do dito Arayal, Nicoláo Francisco de Toledo morador neste Arayal, João Francisco dos Santos morador no mesmo, Jozé de Moraes Castro morador na applicaçã da capela deste Arayal, Manoel Soares de Faria morador neste Arayal, Agostinho de Freitas de Guerra morador neste Arayal, Antonio Machado de Moraes morador nos

³⁸ Ancestral da família Martins que deu origem ao vizinho povoado dos Martins.

³⁹ Vid. Combate de 1769 contra os negros.

⁴⁰ Um dos Cabrais que legaram seu nome a um bairro da cidade.

⁴¹ Cf. povoado dos Félix, oriundo da família Félix.

⁴² Cf. povoado dos Fradiques, idem da família Fradique.

suburbios do dito Arayal, Joaquim, Ribeiro de Moraes morador na applicaçam da dita capela, Francisco Antonio de Moraes Castro morador nos Suburbios do dito Arayal, Antonio Ribeiro de Moraes Castro morador na dita applicaçam, Frandisco Antonio Leitam morador na dita applicaçam, Manoel Fernandes Martins⁴³ morador na dita applicaçam, Florêncio Dias morador neste Arayal, todos homens brancos aos quaes o dito Ministro declarou por ordem que tinha do Illustrisimo e Excecelentissimo Governador e capitam General desta Capitania hia criar em Vila o Arayal de São Bento do Tamandoá, e para a devisão do termo que lhe havia asinar os mandou a convocar por Edital que no dia de hontem se havia publicado neste Arayal para declararem qual lhes era maes util se ficarem no termo pertencente a Vila de Sam Jozé, ou ao que se asinalara nova Vila, declarando as circumstancias, e motivos dos seos votos e declarações; e pelos abaixo asinados foi dito em rezão de ficarem maes vezinhos a cabesa da comarca, e em rezao dos particulares da Igreja lhe ficarem maes perto por ser a capela deste dito Arayal felial da freguetia da Vila de Sam Jozé, como também em rezão de se habelitarem para os cazamentos por asestir na cabeça da comarca o Reverendo Doutor Vigário da Vara, além de outras Licenças do seu proprio Parocho, como também por que desta applicaçam se valem os Povos dos viveres que vem ultramares, alem das suas consultas que podem acontecer no foro ecclesiastico, e Secular, por haverem homens de probidade, e graduados nas Vilas de Sam Jozé, e Sam João, adonde fiquem sem duvidas as suas dependencias; outro sim maes destrebuição dos afeitos que prosedem das suas Lavouras, sendo que a mayor parte vão para a Vila Rica, sendo pelo contrario sem a demarcaçam do termo da nova Vila de Sam Bento do Tamandoá se incluhir o territorio da applicaçam desta dita Capela tudo lhe ficar ao deverço, motivos por que lhe he muito conveniente ficar a deviza do termo da nova Vila do Tamandoá, com o

⁴³ Cd. povoado dos Martins

da Vila de Sam Jozé pelo Rio Lambari que he a divisão tanto do dito termo da Vila de Sam José, como da freguezia da mesma, e da applicaçam desta Capela de Nosa Senhora da Oliveira, de como asima diserão se asinarão com o dito Menistro e eu João Pedro Lobo de Araujo Pereira escrivão da ouvedoria Geral que o escrevy. — Azevedo, o Padre Bonifacio da Sylva Toledo, Antonio de Souza Bastos, Boaventura Jozé dos Reys, Cruz de Jozé Moreira de Araujo, Francisco Fabiam Cordeiro, Manoel Soares de Faria, Antonio Dutra Pereira, Manoel Ribeiro Roza, Manoel Antonio, Francisco Coto Pacheco, Jeronimo do Rozario Vieira de Azevedo, Cruz de Manoel Cabral Pimentel⁴⁴, Bernardo Jozé, Fradique Marques Palmeira, Felix Jozè de Carvalho, Nicolao Francisco de Toledo, Jozè de Moraes Castro, João Francisco dos Santos, Agostinho de Freitas da Guerra, Florêncio Dias, Antonio Machado de Moraes, Francisco Antonio de Moraes Castro, Joaquim Ribeiro de Moraes, Antonio Ribeiro de Moraes Castro, Joaquim Ribeiro Leitão, Manoel Fernandes Martins.

E logo pelos abaixo asinados foy dito em prezença do dito Menistro, e de todos os declarados no termo retro que em rezão de ser maes perto da vila do Arayal do Tamandoá que da Vila de Sam Jozè oito Legoas, e nem haver no caminho para o dito Tamandoá Ribeirão, ou corgo que perturbe viajarem em qualquer tempo os Povos, o que não a contese para a vila de Sam Jozè que tem Rios que em tempo de Agoas algumas vezes empedem, e perturbam o viajor, por esse motivo são de voto e parecer que lhe he maes conveniente ficar o terreno da applicaçam desta Capela de Nosa Senhora da Oliveira dentro dos Lemites do termo que se demarcar para a nova Vila do Tamandoá; e de como asim o diserão asinarão com o dito Menistro e eu João Pedro Lobo de Araujo Pereira escrivão da ouvedoria geral que o escrevy. — Azevedo. — Jozè Fernandes Martins — João Velozo — Jozè Pereira

⁴⁴ Uma cruz feita de próprio punho substituía a assinatura de quem não soubesse escrever.

Cardozo — João Antonio Fuoça — Jozè Moreira Belo — João Antunes Dutra”.

Aí está o primeiro retrato do arraial. Bastante indciso nas suas meias-tintas antigas. Uma capela filial, apenas. Alguns oliveirenses; quase todos descendentes dos primitivos sesmeiros, tendo à frente o capelão padre Bonifácio Toledo e o comandante do arraial capitão José Fernandes Martins. Há aí também um dos capitães de mato que, batendo os negros aquilombados ao longo da Picada de Goiás, realizaram a “conquista do Campo Grande”, em 1769. Há aí também até um Moreira Belo, para lembrar aquele seu parente que, em 1824, iria ser o primeiro a abastecer de água potável o arraial de Oliveira.

O tempo que medeou entre a publicação do edital e a audiência (24 horas apenas) foi pouco para que, das fazendas de em torno, viessem os Ribeiros de Castro, os Ribeiros da Silva e os Costas Pereira.

Vem, entretanto, como ilustração a esse fosco instantâneo o primeiro censo demográfico do arraial feito em 1795:

Nesse ano⁴⁵, Oliveira já possuía 224 casas e 1713 habitantes .

Desses habitantes, 1.351 eram maiores; 351 eram menores: 1.237 já se achavam crismados e 11 estavam ausentes do arraial.

Oliveira já era o núcleo mais populoso duma grande região. Enquanto seu censo acusava então 1.713 habitantes e 224 casas, eis o que, de acordo com o mesmo recenseamento, acusavam simultaneamente as localidades vizinhas.

	Pessoas	Casas
Cláudio.....	1.030	165
Passa Tempo.....	782	137

⁴⁵ “Taboa da Matriz de Santo Antônio da Vila de São José em 1795, contendo todas as suas capelas filiais”. Revista do Arq. Públ. Mineiro, ano VIII, fasc. I e II, 623.

Japão.....	747	90
São João Batista.....	487	57

Eram todas capelas filiais da freguesia de Tiradentes e estavam regidas pelos seguintes capelães:

Padre Gregório Coelho — Oliveira.

Padre Pedro José — Cláudio.

Padre Francisco Pinto — Passa Tempo.

Padre Bernardo de Sousa Pereira — Japão.

Padre José Bernardes — São João Batista.

Saltemos agora a 1819. Descrevendo o velho arraial, outros sábios pesquisadores que, como Saint-Hilaire, por aqui passaram muito antes, legaram-nos, pelos seus livros de viagens, suas impressões sobre Oliveira de então.

O que viram parece apresentar um aspecto primitivo demais. O austríaco Dr. Pohl, por exemplo, aqui enxergou apenas choças, e nada mais. O barão de Eschwege viu apenas uma povoação constituída duma rua só.

Saint-Hilaire, manifestando-se em desacordo com ambos, põe uma nota-protesto à margem dos seus dizeres, traçando dessa Oliveira de 1819 a seguinte descrição que se pode ver no seu livro já citado⁴⁶:

“Oliveira, ou Nossa Senhora da Oliveira, onde passei a noite é uma das sucursais de São José...

... está situada no meio de morros, sobre o dorso de uma colina cujo cume é muito achatado. Compõe-se de duas ruas, das quais a principal é muito larga. A maior parte das casas que a marginam não tem mais do que o rés do chão; mas são bastante grandes para o país, e cobertas de telhas. Em geral são caiadas e têm portas e janelas pintadas de amarelo com uma moldura rósea, o que, no meio de paredes brancas, produz um efeito muito agradável.

Grande parte dessas casas, e mesmo das mais bonitas, só são habitadas no domingo: pertencem a proprietá-

⁴⁶ "Voyage aux sources du Rio S. Francisco et dans la province de Goyaz", I, 135 a 138.

rios que passam a vida nas suas fazendas e não vão à vila sinão nos dias de missa obrigatória”⁴⁷.

Oliveira possui duas igrejas, das quais a principal foi construída no cume da colina, no meio da rua larga, e à igual distância das duas ordens de casas; é bastante bela no interior. Empregaram, para orná-la, uma pedra de um belo verde-maçã, que o mineralogista Pohl afirma ser, talvez, talco (Portal, Kanzel, Altarstucke fand ich aus apfel grunem verhartetem Talk. REISE, I)⁴⁸.

Vêm-se em Oliveira diversas lojas de fazendas e mercearia que são bem sortidas, tavernas, uma farmácia e dois albergues, cada qual com seu rancho. Há aí também alfaiates, cordoeiros, serralheiros, etc.”

Esse grande sábio francês que, aos 40 anos de idade, percorreu, palmo a palmo, quase todo o território brasileiro, estudando-lhe a terra e a flora, parece não ter tido boa impressão da sua chegada ao arraial da Oliveira, apesar de tê-lo visto com olhos menos pessimistas do que Pohl e Eschwege.

Ao penetrar no futuro município, assalta-o um comichão de bichos de pé.

“Na fazenda das vertentes do Jacaré – diz ele — deram-me um quarto baixo e escuro; mas, apenas nos tínhamos instalado, sentimos as pernas e os pés cobertos de bichos de pé (pulex penetrans).

...entre a fazenda e a vila de Oliveira, distante 3 léguas e meia, a região montanhosa, cortada de matas e campinas, apresenta vastas solidões; não encontrei aí um único viajante, não avistei animais domésticos; vi apenas duas habitações, uma à margem do caminho e a outra ao longe.

⁴⁷ 1819. O então curato de Oliveira já tinha sua missa dominical obrigatória. Regia o pequeno rebanho o Padre Francisco de Paula Barreto.

⁴⁸ Esteatita é o nome científico dessa pedra.

Em Oliveira achei-me ainda uma vez confundido, sob um sujo rancho, com tropeiros de todas as cores. Em todos os cantos havia fardos de algodão amontoados, e alabardas colocadas em série, umas sobre as outras. Dois ou três fogos acesos no rancho serviam a cozinhar a janta dos tropeiros. Uma dúzia de pessoas me rodeando se extasiavam com a paciência de José Mariano (o guia) ocupado em preparar os animais. Os mineiros têm grande antipatia pelas viagens marítimas, mas, em compensação, adoram viajar por terra. A liberdade que se goza nos ranchos agrada principalmente aos moços; depois de uma jornada fatigante, saboreiam o repouso despreocupadamente estendidos sobre um couro, e ocupados em tocar guitarra (violão ou viola) ou contar as suas aventuras”.

Saindo de Oliveira, piora outra vez a impressão do sábio:

“Deixei em breve a vila e, até a fazenda do Bom Jardim, atravessei ainda uma região montanhosa, cortada de bosques e pastagens. Num espaço de 3 léguas e meia até Bom Jardim, não encontrei absolutamente ninguém, não vi animais nos campos; não lobriguei mais do que duas choupas e uma fazenda bastante importante, da qual dependia um engenho de açúcar.

Fiz alto em Bom Jardim, sob um rancho aberto de todos os lados e onde o vento nos incomodava muito. O dono da casa e vários outros cultivadores se reuniam em redor de mim enquanto trabalhava. Eram todos brancos; mas não se pareciam absolutamente com os colonos das comarcas de Sabará, Vila-Rica, Serro-Frio; por suas maneiras diferiam pouco dos nossos campônios franceses. Como todos os sertanejos da região, de poucos recursos, esses não vestiam senão uma calça de algodão e uma camisa, cujas fraldas flutuavam por cima das calças; suas pernas e pés estavam nus; um largo chapéu redondo cobria-lhes a cabeça e, segundo o uso dos mineiros, tinham no pescoço um rosário que apenas serve de ornato”.

E Saint-Hilaire acrescenta depois uma observação acerca dessa velha e discutida questão da queda brusca de temperatura em plagas oliveirenses: “Em Bom Jardim, a temperatura baixou tanto que me foi quase impossível dormir”.

E pensar que era um europeu que batia queixo em Oliveira!

E acrescentava, ainda, que em Camacho encontrara algumas plantas que ainda não tinha visto desde que saíra do Rio a 26 de janeiro de 1819, para essa viagem em que, passando por Oliveira, deveria percorrer a parte ocidental de Minas e alcançar Goiás.

Convém lembrar que o seu trajeto, viajando a cavalo, de localidade em localidade, de pouso em pouso, acompanhou o velho perfil da Picada de Goiás, seguindo seus atalhos e desvios principais, a fim de atingir pontos diversos no oeste mineiro, antes de vingar o interior goiano. “É por este caminho — já comentava ele que se fazem transitar quase todos os rebanhos do bovinos enviados da parte ocidental da província de Minas, onde se cria muito gado, para o Rio de Janeiro”.

Muitas outras observações interessantes expendeu o grande naturalista em torno de quanto viu e observou em Oliveira e nos seus arredores, inclusive o plangente e menciocóreo canto da araponga ou ferreiro, contrastando com a calma profunda das matas.

Expendeu observações acertadas sobre a orografia do território. Os costumes dos seus habitantes. O comércio e a pecuária.

Não lhe escapou detalhe algum. A raça dos habitantes locais (branca) lhe pareceu mais aperfeiçoada do que as que vira alhures, em Minas. Como traje, viu a indumentária comum do roceiro primitivo: chapéu grande e vasto, calças de algodão arregaçadas, sem paletó, fraldas negligentemente para fora, e os pés descalços.

Não lhe escapou nem sequer o ambiente romanesco dos ranchos de tropeiros, tal qual no-lo descreve Afonso Arinos nas páginas imortais do seu delicioso “PELO SERTÃO”.

O sono sobre o couro. A viola tocada de papo pro ar. A narração fanfarronesca das próprias aventuras.

Não lhe passou despercebido nem ao menos o rosarinho de conta-de-lágrimas com as encardidas bolsinhas de “rezas brabas” e “agnus-dei”, que o homem do campo, desde tempos imemoráveis, costuma trazer pendentes do pescoço, do berço ao túmulo, como um esotérico conjuro contra “bichas” (lombrigas), cobras peçonhentas e todos os inimigos do corpo e da alma.

Mas o que mais nos interessa nas páginas maravilhosas desse fino observador que, estrangeiro embora, foi o primeiro que escreveu a respeito de Oliveira — é aquele instantâneo do arraial delineado fielmente pelas suas observações. Há uma estreita conexão entre os velhos documentos territoriais dos primitivos sesmeiros e tudo aquilo que Saint-Hilaire viu, observou e registrou no seu caderno de apontamentos. Tudo aí vem clarear a história desse passado longínquo e mais que centenário, e até explicar muita coisa do presente, numa verdadeira filosofia dos acontecimentos.

Comentemos os dizeres de Saint-Hilaire.

Começava a vida econômica do arraial. A estrada que atravessava esta região, embora não tivesse mais aquele transitar infrene despertado pelo já agonizante “ciclo do ouro goiano”, já vinha, no entanto, desde cedo, canalizando, oeste em fora, o comércio de gado para o Rio. Gado de toda a parte ocidental de Minas, inclusive das pastagens oliveirenses, onde já vicejavam fazendas importantes: a do Jacaré, a do Bom Jardim, a do Sobrado, a do Diamante e muitas outras. Muitas delas, mais antigas do que o próprio arraial.

Perto da localidade, já havia um importante engenho de açúcar, propriedade do capitão Joaquim Ferreira Carneiro, segundo podemos deduzir pelo livro de matrículas da Guarda Nacional de apenas onze anos depois.

E, apesar daquele desolador aspecto de solidão que ele notou antes de entrar e depois de sair do arraial, num raio de três léguas e meia, pôde contudo descortinar pastagens bem cuidadas, sinal de que a pecuária já se achava em grande desenvolvimento em Oliveira.

Dentro do arraial, já se notava a arquitetura peculiar dos agrupamentos nascentes. Casas de um só pavimento, cobertas de telhas, mas bastante longas e extensas, com as portas e portais oleados de amarelo e as paredes caiadas de branco. O arraial já possuía duas ruas: a de baixo e a de cima — respectivamente, rua das Palmeiras e rua do Carmo, segundo esclarecimentos colhidos em escritos antigos e em informações orais.

A rua de cima era uma rua larga, cujas margens eram, pelo lado de cima, o alinhamento em que hoje ficam o Fórum, o Grupo “Cel. Francisco Fernandes”, a escola normal, o colégio oficial, etc. Pelo lado de baixo, o atual alinhamento inferior da rua Dr. Coelho de Moura (rua Direita), desde os palacetes que se erguem à esquerda da matriz velha até alcançar lá em baixo a Igreja dos Passos. Começando na velha matriz, com a atual largura da praça 15 de Novembro, essa rua ia se alargando, até que, afunilando-se novamente, descia para o Maracanã, junto à fonte dos Passos. Era uma larga avenida fusiforme, com a dupla ou talvez tripla largura da avenida Amazonas, em Belo Horizonte. Mais tarde, vamos ver aparecerem os quarteirões de casas e quintais que a vão encher, incluindo os atuais prédios da Prefeitura, teatro municipal, hoje Cine Municipal, distribuidora, nova matriz, “Oliveira Clube” e outros.

A matriz ficava ao fundo da extremidade superior desse fuso enorme formado pela rua larga. Apesar de ainda não ter as suas duas torres, já era um templo de aspecto agradável, como a vemos ainda e como a viu Saint-Hilaire, a cujo olhar perscrutador e científico não escapou nem ao menos aquela pedra verde-maçã do sopedâneo da capela mor.

E aqui chegamos a um ponto em que a informação de Saint-Hilaire lança alguma luz sobre a questão dos pri-

meiros templos de Oliveira. Diz ele que viu apenas duas igrejas, “das quais a principal foi construída no cume da colina, no meio da rua larga, e à igual distância das duas ordens de casas”.

É a matriz.

E qual seria a outra? Sem dúvida que seria a capela da Senhora Mãe dos Homens, que, como vimos, já era objeto de reparos anos mais tarde, em 1844. Conclusão: ainda não existiam em 1819 as igrejas dos Passos e do Rosário.

Outra coisa que também salta aos olhos do historiador nesta informação legada por Saint-Hilaire é ter ele encontrado fechadas as casas quase todas e, quase todas, desabitadas, apesar de já no arraial haver certo progresso denunciado na presença de lojas bem sortidas, farmácia, tavernas, albergues para viajantes, oficinas de alfaiate, de cordoeiros, serralheiros etc.

Aquelas casas fechadas e ermas denunciavam, contudo, um trabalho fecundo e oculto, do qual iriam depender os futuros destinos da terra. Seus habitantes eram fazendeiros ricos, abastados criadores e lavradores. Todos se achavam ocupados no trabalho das suas searas e dos seus rebanhos, longe do leve bulício do arraial, fermentando, ao de lá dos seus morros verdes, a agricultura e a pecuária. Eram os heróis anônimos da história de todo município mineiro. Eram os construtores desta Oliveira que não encontrou na história agitada do bandeirantismo do século colonizador, uma desculpa de ouro nem de pedras luzentes no seu solo, para poder nascer e criar alento. Cidade filha de uma marcha para o Oeste, filha da sua geografia privilegiada e do heroísmo oculto dos bravos legionários do comércio, da lavoura e da pecuária: caso raro na história mineira, a localidade pertence, diz Saint-Hilaire, ao pequeno número das que não devem sua fundação à presença do ouro, apesar de ter-se iniciado quase simultaneamente com as fidalgas cidades mineiras brotadas dalgum delírio áureo ou diamantífero.

Sete anos depois da passagem desse cientista, Oliveira, segundo um censo demográfico de 1826⁴⁹, já possuía 2.079 habitantes. Desse total, 1.029 eram homens e 987 eram mulheres: prova de que os marmanjos estavam sobrando...

No mesmo total figuravam 330 homens e 304 mulheres de cor branca; 281 homens e 287 mulheres de cor parda; 481 homens e 396 mulheres de cor preta. Havia 885 escravos, dos quais eram homens 490 e mulheres, 395.

Significa que o arraial já era um bom núcleo de população. A presença daqueles 885 escravos só dentro do lugarejo denuncia já muito braço posto no trabalho.

Aí estão os primeiros contornos do arraial de Nossa Senhora de Oliveira.

CURATO E FREGUESIA

Tendo fundado o curato de Oliveira antes de 1800, o padre Francisco de Paula Barreto empregou logo todos os seus esforços em prol da criação da freguesia. Enormes eram os sacrifícios exigidos para se entrar em comunicação com a vila de São José, a cuja freguesia pertencia Oliveira desde 1752. Grandes distâncias, poucas estradas, poucas e péssimas, além de exíguos e primitivos demais os meios de transporte.

Começou o vigário Barreto a sua campanha prosseguindo a construção da matriz de pedra no alto da colina, auxiliado por fazendeiros e negociantes do lugar. Estes, além da doação de material construtor, puseram à disposição da sagrada causa o seus carros-de-bois e seus escravos. A velha capela do curato se transformou na capela-mor do novo templo.

E, apesar de tê-lo deixado inacabado, foi dentro do bojo desse velho templo que o vigário Barreto iniciou sua doutrinação religiosa e cívica, educando a primeira geração de homens públicos de Oliveira.

⁴⁹ Rev. do Arq Públ. Mineiro p. 54, ano II, fase. I.

Dentro desse templo é que ele reuniu, em 1831, o primeiro conselho de qualificação para se constituir a Guarda Nacional de Oliveira, quatro meses e dez dias depois que ela fora criada no Rio pelo padre Feijó, como veremos na participação oliveirense nos acontecimentos nacionais.

Dentro dessa igreja é que se vão reunir, de eleição em eleição, todos os conselhos eleitorais, para se elegerem vereadores, oficiais militares do lugar, deputados, senadores etc. E será também na sua nave, sob o seu assoalho de bálsamo, que virão repousar, tranquilamente, os mortos oliveirenses de muitas gerações de batalhadores.

Como de um pulmão imenso e vigoroso, foi de dentro das paredes graníticas desse velho templo da praça Quinze que se irrompeu, desde o bravo vigário Barreto, aquele sopro impulsivo que, despertando aquela Oliveira embrionária de 1800, viria imprimir-lhe personalidade e autonomia.

Apesar de já se achar participando de todos os anseios da Pátria, aquela pequenina Oliveira de então continuava entregue a si mesma quando se extinguiu o primeiro Império. Passaram D. João VI e Pedro I. E só em plena Regência é que vamos surpreender o lugar galgando o primeiro degrau da sua autonomia: freguesia de Nossa Senhora de Oliveira, emancipada da de Santo Antônio da Vila de São José do Rio das Mortes.

Em nome de D. Pedro II, que era ainda garoto, o governo regencial de 1832 lavrou o seguinte decreto, primeira penada oficial com que Oliveira foi agraciada.

Ei-lo em grafia atualizada:

"DECRETO DE 14 DE JULHO DE 1832.

Eleva a Paróquias diversos Curatos da Província de Minas Gerais e suprime outras.

A Regência, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Tem sancionado, e Manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléia Geral, sobre proposta do Conselho Geral da Província de Minas Gerais:

Artigo 2º — Ficam, elevadas a Paróquias na Província de Minas Gerais, e na comarca do Rio das Mortes os seguintes Curatos:

.....
Artigo 3º — O Curato de Nossa Senhora da Oliveira, tendo por filiais os Curatos de Nossa Senhora da Aparecida do Cláudio, e de Nossa Senhora do Carmo da Mata.

Artigo 4º — O Curato do Passa Tempo, tendo por filiais os Curatos de Nossa Senhora do Carmo do Japão, e de S. João Batista.

Artigo 5º — O Curato de Santo Antônio do Amparo, tendo por filiais os Curatos do Senhor do Bom Jesus dos Perdões de Santa Ana do Jacaré, e do Senhor Bom Jesus da Cana Verde.

.....
Artigo 13 — Ficam revogadas as Leis e Ordens em contrário.

Diogo Antônio Feijó, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessários.

Palácio do Rio de Janeiro, em quatorze de Julho de mil oitocentos trinta e dois, undécimo da Independência e do Império.

Assinaturas:

José da Costa Carvalho

João Bráulio Moniz

Diogo Antônio Feijó".

(Págs. 31-34, da “Coleção das Leis e decisões do Império do Brasil” — 1832).

Igreja unida ao Estado, esse decreto do governo civil foi sendo aprovado parceladamente pela autoridade eclesiástica.

A criação da freguesia de Santo Antônio do Amparo, por exemplo, foi logo aprovada na mesma data de 14-7-1832,

tendo por vigário encomendado o padre Lúcio Francisco Mendes Abraão. Era a mais agraciada das três.

Já a freguesia de Passa Tempo só foi aprovada a 7-3-1837, tendo por vigário colado o padre José Fabião Cordeiro.

E, por último, foi aprovada a criação da freguesia de Oliveira a 19-7-1838, isto é, quase às vésperas da sua elevação a vila, tendo por vigário colado o cônego Pedro Meireles de Barros, que tomou posse solene a 24 de junho de 1839⁵⁰.

Foi muito intencionalmente que, do decreto supra, citamos as linhas referentes às freguesias de Oliveira, Passa Tempo, Santo Antônio do Amparo — e aos curatos do Cláudio, Carmo da Mata, Japão, São João Batista, Perdões e Cana Verde. É que todos esses agrupamentos humanos vão, daqui a pouco, entrar como as primeiras células constitutivas do futuro município de Oliveira.

E – particularidade curiosa! – sobre cada um desses agrupamentos paira sempre, como bênção de bondade e proteção, o nome de Maria:

É Nossa Senhora da Oliveira. É Nossa Senhora da Aparecida do Cláudio. É Nossa Senhora do Carmo da Mata. É Nossa Senhora da Glória do Passa Tempo. É Nossa Senhora do Carmo do Japão.

Em tudo, como lírio alvinitente pintalgando a campina, vemos aí o nome dessa doce e impressionante figura do catolicismo, presidindo aos primeiros passos da comuna oliveirense, como se a indicar que Oliveira, seu município e sua história deverão ser sempre a Betânia de Maria e uma prova cabal de que toda a nossa civilização tem nascido ou aos pés da cruz de Cristo, ou sob o sorriso complacente da Mãe de Deus...

Fica em capítulo próprio outra notícia mais minuciosa sobre a paróquia e seus párocos, quando voltaremos a

⁵⁰ "Arquidiocese de Mariana" do cônego Raimundo Trindade, vol. I, págs. 418 e 419.

falar do vigário Barreto, homem de fé e dinamismo que ensinou Oliveira a adquirir personalidade.

Estava criada a paróquia de Oliveira. Iria começar aí maior movimento na localidade, despertado pelas festividades religiosas. Encontro de famílias do campo com famílias do arraial. Mais unificação na sociedade. Mais intercâmbio psicológico e comercial. Começa aí o fenômeno dos compadres e fazendeiros negociando gado, capadaria e terras, no adro da igreja, ou mesmo durante a missa. Era esta a ocasião em que as famílias rurais vinham fazer no comércio o sortimento para a semana.

A criação da freguesia era, pois, não só uma emancipação espiritual, mas uma alvorada nova na vida econômica do lugar, ao qual ficavam desde já filiados os curatos de Cláudio e Carmo da Mata.

As festas religiosas começam a mobilizar tudo: a população local, as populações rurais, o comércio, o trânsito, as estalagens. Já se canaliza para a novel freguesia uma nova agitação. Começam aí as tradicionais festas dos Passos e de Nossa Senhora do Rosário.

Surge o “Reinado”. Organiza-se a Irmandade africana de Nossa Senhora do Rosário. Constrói-se a sua igreja, em frente à matriz no meio da rua larga, no ponto onde hoje se ergue a matriz nova.

Aquela capelinha, a princípio sem torre, voltada para o largo da matriz, vai desempenhar também o seu papel saliente na história local. Quanto movimento e quanto dinheiro não canalizou ela para Oliveira, durante aqueles dias cheios e trepidantes do “Reinado”, em festejos fartos, formigantes, repetidos ano a ano, cada vez mais animados e pródigos!

Dois grandes cruzeiros de madeira erguem-se no meio da rua larga, de permeio às duas igrejas que se defrontam como num desafio beato.

Os festejos dos Passos erguem então a sua igreja e ainda hoje pompeiam na tradicional e comovente semana santa oliveirense.

Surpreende-se um pouco daquela fisionomia provinciana da antiga freguesia de Oliveira, através duma palestra que em 1940 o autor destas páginas travou com um negro velho, cujos cento e alguns anos já descambavam então para a caduquice. José Sérgio, morador num dos recantos de Oliveira (rua do Sapo), é um negro espigado, um pouco recurvo pelos janeiros, conservando, porém, firmes a voz, os dentes e a cor de puro ébano. O cabelo e a barba já parecem dois flocos de neve suspensos no vácuo.

– Quantos anos tem o senhor?

– Na noite do natal passado, interei cem anos e um dia.

Cem anos e um dia é a mesma resposta que José Sérgio vem dando há muitos anos. Sincronizando com largos gestos e faiscar de olhos o pitoresco da sua linguagem, ele ora dilata a fisionomia, ora a contrai, para evocar do passado as sombras fantásticas da sua conversa:

– A “Picada de Guaiais”?... Ora! eu me lembro muito dela. Vinha desse mundão de Rio de Janeiro e Barbacena. Entrava aí no Romualdinho⁵¹. Pegava a rua da Misericórdia. Saía no Engenho de Serra e tocava por aí afora, varando Três Córregos, Lambari, Baependi, Tamanduá, Formiga, e sumindo pra Guaiais. Eu conheço tudo isso por aí afora. Viajei muito com tropeiros, boiadeiros, comboeiros. Em lombo de burro. Em carros-de-bois. Dormindo no mato. Passando até fome e sede.

Nesse tempo, Oliveira era um tiquinho de casas. Eram duas ruas só: a rua de baixo e a rua de cima. Me parece que a de cima se chamava rua do Carmo. Era muito larga e comprida. Começava lá em riba na matriz e vinha rasgando a ladeira dos Passos, para os lados dos Cabrais, até no Romualdinho. O mais tudo era beco: beco que subia; beco que descia — costurando as duas ruas uma na outra.

⁵¹ Romualdo José da Silveira, da Guarda Nacional de 1845, solteiro e negociante, então com 20 anos de idade.

Pois nesse tempo, sô môço, o nome era já Oliveira – arraial de Nossa Senhora de Oliveira.

Quando havia festa, daquelas festanças do tempo da fartura (Passos ou Senhora do Rosário), o povo, primeiro, se arreunia para limpar o arraial. Aparecia gente de toda banda, com enxadas, vassouras, foices — negros e brancos, ricos e pobres. Todo mundo garrava no serviço. A sujeira das ruas era amontoada e arrastada em couros puxados por bois, tal qual nós fizemos depois, a mandado dos Barbão⁵², com as pedras das Águas-Santas, para fazer o cemitério. Os bois eram cedidos por coronéis ricos. E aquele lixo misturado com terra era arrastado até cá em baixo, e atirado aqui nesse vargado da rua do Sapo. Esse chão nosso aqui é lixo lá de riba. Terra, o que há de boa!

Depois, a gente plantava fileiras de bananeiras na beirada das ruas. Espalhava muita folha verde no chão varridinho. Assuspendia no ar cordões de bandeirinhas de papel de cor. Botava arco de bambu pras procissões passar debaixo.

E o arraial ficava que nem um brinco!

Vinha então as festas. A matriz *assim*: batendo chifre!”

A essas evocações do velho negro, podemos acrescentar ainda outras.

Serviam de cemitérios da freguesia as próprias igrejas, seus adros e praças. Os ricos eram enterrados dentro da igreja. Os pobres, do lado de fora. Carradas de ossos foram extraídas, há pouco tempo, da própria praça Quinze, quando da escavação feita para o novo calçamento e do local em que se demoliu a velha igreja do Rosário, para dar lugar à matriz nova.

Foram cemitérios os seguintes pontos da cidade: praça Mãe dos Homens, largo dos Passos, praça Dr. José Ribeiro,

⁵² Frades capuchinhos vulgarmente conhecidos por Bar- bôneos, e a quem deve Oliveira a construção do seu cemitério em 1855.

praça Quinze de Novembro, praça Manuelita Chagas, interior das igrejas e capelas... Reminiscências disto são os algarismos romanos que se veem no assoalho da matriz velha.

De tal modo que, onde a geração de hoje transita, despreocupadamente, por entre jardins, luzes e fascinação das garotas bonitas, dormem, sob os paralelepípedos, no fundo da terra, os despojos de muitas gerações de oliveirenses...

É a população invisível da cidade. População maior, pacífica, anestesiada para sempre pelo sono de que só se lembra ao som das trombetas do juízo — mas que, como a geração de hoje, também sonhou, amou, pelejou, ansiou e... sofreu...

VILA E MUNICÍPIO

A 8 de junho de 1840, Oliveira realizava solenemente a sua posse de vila. A esta categoria tinha sido elevada, no ano anterior, pela lei provincial 134, de 16 de março de 1839, simultaneamente com cinco outras colegas: Caldas, Bonfim, Santa Bárbara, Presídio (Rio Branco) e Formiga. Esta última já tinha sido colega sua em 1832, quando da criação da freguesia.

Realizada a posse solene com a ereção pública do pelourinho simbólico⁵³, ao som dos sinos das igrejas locais e ao clarinar das trombetas da Guarda Nacional a novel edilidade apressou-se logo em oficialar ao governo nos seguintes termos:

“Offício de Felicitação que esta Camara derigiu ao Exmo. Presidente da Província Bernardo Jacinto da Veiga significando o acto de sua posse.

limo. e Exmo. Snr. Prezidente da Provincia de Minas Geraes.

⁵³ Esse pelourinho parece ter sido um antigo relógio de sol que existiu, por muito tempo, no meio do velho largo da Matriz. Consistia numa coluna de pedra, na qual o sol marcava as horas do dia num quadrante próprio à indicação da maior ou menor inclinação da sombra.

A Camara Municipal da Vila de Oliveira passa a participar a V. Exa., que no dia oito do corrente teve lugar o acto de sua posse e inauguração desta Villa. A Camara Municipal aproveita esta ocasião para significar a V. Exa. que no seo Município promoverá quanto lhe for possível a observância da Constituição e Leis em vigor, e a sustentação das Auctoridades legalmente constituidas, intimamente convencida, que só assim poderemos attingir a um porvir cada vez mais rizonho e que só assim poderão prosperar a Agricultura, a Industria e Comercio, unicas fontes da ventura Nacional. A Camara Municipal se congratula com V. Exa. pela sua recta administração no Governo da Provincia.

Deos Guarde a V. Exa. como a Provincia ha mister.

Caza da Camara Municipal, em sessão ordinaria, 16 de junho de 1840.

Prezidente: Francisco de Paula Barreto.

Vereadores: Thomaz de Abreu Monteiro, Manoel Fernandes Airão, Candido de Faria Lobato, José Ferreira Cardozo.

Secretário: Modesto Luis Caldeira”.

Resposta do presidente da Província:

“À Câmara Municipal da Villa da Oliveira.

O Prezidente da Provincia respondendo ao officio, que na data de 16 do corrente lhe dirigirão os Snres. Prezidente, mais Vereadores da Camara Municipal da Villa da Oliveira, participando haverem sido empossados no dia do referido Mêz, tem a declarar-lhes que persuadido da exatidão de princípios, que declararão ter em vistas para promoverem a felicidade de seo Município, espera, que seguindo uma tal vereda prestarão relevantes serviços aos mesmos.

Por esta ocasião o Prezidente da Provincia agradece aos Snres. Prezidente e mais Vereadores as expressões de louvor, que lhe dirigem pela sua administração, lisongean-do-se sumamente de que seus actos, que só tem por fim a boa execução das Leis, e a prosperidade da mesma Provincia, prosperidade, que não pode obter-se sem a mantença

da ordem, e decidido afferro à Monarchia Constitucional representativa, mereção as sympathias dos Snres. Presidente e mais Vereadores, que igualmente se mostram possuídos destes princípios.

Ouro Preto Palacio do Governo em 25 de Junho de 1840.

Bernardo Jacintho da Veiga”⁵⁴.

PRIMEIRA CÂMARA MUNICIPAL

Antigamente, as eleições eram feitas por mesas paroquiais, dentro das igrejas. Muitas vezes, mesmo em Oliveira, o recinto sagrado, por ocasião de eleições, virou *ring* de sérios pugilatos.

A primeira Câmara oliveirense ou a primeira câmara municipal foi eleita em 1839 dentro das igrejas, pelas mesas paroquiais de Oliveira, Passa Tempo, Santo Antônio do Amparo e São João Batista, primeiros distritos que entram para “compor a nova Municipalidade da Vila da Oliveira”.⁵⁵

Enviadas as urnas e as atas dessas eleições para Tiradentes, aí foi feita a apuração a 24 de abril de 1840, ficando eleita a seguinte câmara:

Presidente: Padre Francisco de Paula Barreto.

Secretário: Padre Modesto Luís Caldeira.

Vice-Presidente: José Ferreira Cardoso.

Vereadores: Silvério José Bernardes, Antônio José de Castro, Mariano Ribeiro da Silva, Manuel Fernandes Airão, Tomás de Abreu Monteiro.

Suplentes — mais de setenta cidadãos, cujos nomes estão inclusos, adiante, na galeria da primeira geração de homens públicos de Oliveira.

⁵⁴ Ambos (ofício e resposta): ver arquivo da Prefeitura.

⁵⁵ Ata de 24 de abril lavrada em Tiradentes em 1840. Cf. anais da antiga câmara municipal, no arquivo da Prefeitura.

Ora, decretada vila em março de 1839, só em junho do ano seguinte pôde Oliveira realizar a posse da sua cidadania.

Por que isto?

É que demasiado morosas eram as autoridades de Tiradentes ao despachar negócios oliveirenses e também dificultosíssimas as inter-comunicações daquela câmara para o remoto vilarejo de Oliveira. Para lá e para cá, era tudo em lombo de burro.

A primeira câmara acima citada, aliás a mais importante, porque foi a organizadora e inauguradora da municipalidade oliveirense, funcionou interinamente durante seis meses: de junho de 1840 a janeiro de 1841. Muita coisa, porém, foi empreendida em tão curta legislatura.

A primeira sessão ordinária por ela realizada foi a 9 de junho de 1840, sob a presidência do padre Barreto. Constam do expediente diversos despachos. São apresentados exemplares duma memória sobre a plantação, cultivo e fabrico de chá; exemplares que se resolveu fossem distribuídos logo pelos fazendeiros mais curiosos do município. Deliberou-se também divulgar por todo o município, por meio de editais, o ato solene da posse da vila, realizado no dia anterior.

Na sessão seguinte (10 de junho) tomou posse do seu cargo o primeiro secretário da câmara – padre Modesto Luís Caldeira – com o invejável ordenado de 150\$ por ano pagos trimestralmente! Doze cruzeiros e cinquenta centavos, por mês.

Mas ainda não havia real nos cofres da câmara recém-instalada. Eis as desoladoras palavras com que o secretário Caldeira abria a primeira receita municipal:

“Não existindo quantia alguma em Cofre por ser em começo da Villa, não se estabelece por isso quantia recebida por não a haver”.

A 8 de junho, justamente no dia da posse da vila, entram nos cofres da câmara as primeiras finanças, na quan-

tia de 3\$200, dinheiro coletado do distrito de Cláudio pelo primeiro procurador da câmara: Romualdo José de Noronha.

A primeira *despesa municipal*, autorizada pela câmara oito dias depois, foi de \$280, pagos pelo procurador Noronha ao folheiro Francisco de Paula de Oliveira, por duas medidas de folha, isto é, duas vazilhas próprias para medir, segundo o padrão arcaico dos pesos e medidas.

Na referida sessão do dia 10, o presidente Barreto apresenta, para ser provisoriamente adotado pela câmara de Oliveira, o regimento interno da câmara municipal de Araxá. Nesta sessão, é eleito o primeiro promotor público do termo: Manuel Fernandes Airão. Tomou posse na sessão seguinte.

Na sessão de 11 de junho, é eleito o primeiro carcereiro da cadeia pública de Oliveira: Florentino Correia dos Santos, com o ordenado de 30\$ por ano! É também determinada a quantia de 40\$ anuais para vencimentos do porteiro e contínuo da câmara.

São nomeados os caminheiros municipais, espécie de estafetas encarregados de levar ofícios e cartas aos párocos e juizes de paz dos distritos, ganhando cada um \$480 por seis léguas andadas.

Na sessão do dia 15, entra em foco o rêgo da vila que já se achava aberto desde 1824 e desde muito em mãos da municipalidade, graças a Venâncio Carrilho. O vereador Castro requer, em seguida, trate logo a câmara de se entender com o fabricante para se fazer um cemitério, acrescentando que urgia marcar o lugar para o matadouro público da municipalidade. Para isso, é nomeada uma comissão constituída dos vereadores Castro e Lobato.

“Entrando em discussão a construção do referido Matadouro, e de que material, resolveo a mesma Camara que fosse feito de Barro”.

Assim está escrito na ata do dia.

É apresentado então, o primeiro mapa da vila, confecção e oferta do munícipe Felipe José de Lana.

Na sessão seguinte (dia 16), entra em discussão o metal para pesos da câmara, segundo o antigo padrão, e fica resolvido sejam feitas de ferro os maiores até duas libras, e “dahi para baixo de Metal”.

Na sessão de 7 de julho, o vereador Castro lança na câmara o primeiro grito em prol da instrução em Oliveira, lendo uma petição que dirigira ao governo provincial, solicitando uma escola feminina para o lugar. O mesmo vereador lê também uma solicitação feita ao governo pedindo para Oliveira uma “administração do correio”.

E o vereador Airão torna a ferir a tecla do matadouro municipal. Para solucionar esse problema, é nomeada, na sessão seguinte, uma comissão composta dos vereadores Castro e Airão e do capitão Joaquim Ferreira Carneiro, cumprindo-lhes demarcar o local do matadouro e o respectivo orçamento.

Na sessão do dia 9, sob presidência do padre Barreto, o vereador Castro apresenta um orçamento de 60\$ (sessenta mil réis!). E, escandalizada com tamanha exorbitância, *“a camara resolveo por em praça por editaes para quem por menos fizer (sic) sendo o dito Curral cercado de Muros de Barro, e nessessario Capim de baze de 4 palmos, e de dous palmos em cima, tendo o dito Muro 9 palmos de altura, coberto de Telha atravessada, com um Portão de 12 palmos de largura e de grades em pé, com coberta dentro, que leve um Milheiro de Telhas, e Madeira de Lei, e deverá ter dous Moirões, e terá sete braças, e meia de frente, e nove, e meia de fundo, na rua da Palmeira, vizinho a caza do finado Valladão, sendo o portão do dito Curral de duas Bandeiras, e com chave”*.

Esta planta, traçada em todo esse primitivismo, foi executada fielmente.

Na sessão seguinte, resolvia a câmara assinar o “*Correio de Minas*” por ser mais oficial, bem como uma coleção das Leis Gerais impressas na Tipografia de Silva e uma das Leis Mineiras (sic).

Nessa mesma sessão, uma comissão de vereadores, tendo por relator o bravo vereador Castro, incumbem-se do caso do cemitério público para a vila. Ficou assentado arrematar-se, de acordo com o fabriqueiro, e em hasta pública, o patrimônio da matriz, construindo-se o cemitério com as rendas que daí proviessem.

“A Camara resolveo — diz a ata — que o Fabriqueiro construise um Cemiterio compativel com as rendas da Fabrica, tendo as respectivas Catacumbas”⁵⁶.

Chegada aqui a notícia de que o jovem D. Pedro II se determinara assumir o trono imperial e realizar a sua coroação, a câmara de Oliveira, em sessão extraordinária de 15-8-1840, manda que o faustoso acontecimento seja aqui convenientemente festejado. Decreta o asseio das ruas. Luminárias multicores na frente das casas durante três noites consecutivas. São espalhados editais congratulatórios. Dia 15 de agosto, dia inicial dos festejos, há um solene *tedium* na matriz. À noite, as ruas são percorridas por bandas de música e por uma parada marcial da Guarda Nacional. E é mandada ler aos habitantes da vila, de esquina em esquina, uma vibrante proclamação redigida pelo intelectual da época: o jovem vereador Castro.

As sessões de 8 de julho e 26 de setembro marcam os primeiros passos em prol do urbanismo local. Entra em discussão o alinhamento do largo da Matriz e a organização do mapa da vila, provocando violento debate que é adiado.

São objeto de discussão as duas saídas da vila (Passos e Estalagem), mandando-se construir “*uma ponte de madeira branca no Corrijo dos Passos*” e no da Estalagem uma calçada de pedra dum lado e outro, para servir ao trânsito de cavalos e carros-de-bois.

Também a teimosa saúva oliveirense põe a câmara em reboição. O primeiro grito contra ela é levantado por

⁵⁶ Ata de 8-7-840. Este cemitério foi a princípio numa praça da cidade (praça Manuelita Chagas), transferindo-se em 1855 para a colina oposta, onde se encontra hoje.

Venâncio Carrilho de Castro que, em requerimento, dirigido à municipalidade, pede “*providencias sobre immensos Formigueiros*” dentro da localidade (sessão de 27-10-1840). Em julho do ano seguinte, vem secundar esse grito um requerimento de Antônio Ferreira de Carvalho, exigindo providências imediatas por parte da Câmara para extinção de “*imensos Formigueiros que existem na Villa*” (24-7-1841). E, anualmente, veremos, de então em diante, a câmara arrendar um fole à população pela quantia de 20\$ (vinte mil réis) anuais, para soprar fumaça tóxica no bojo dos “imensos formigueiros”.

Na sessão de 28-10-1840, é lido o ofício do governo provincial declarando criada em Oliveira uma escola feminina de primeiras letras. A escola masculina já vinha funcionando desde 1830. Urgia apenas por o professor no olho da rua, por causa do seu mau procedimento, abusando “*da boa fé das auctoridades e do Publico, que amargamente lhe fazem acres censuras*”. A câmara, depois de muitas discussões em torno do assunto, requereu mesmo do Padre Visitador das Escolas a retirada da vítima, cujo nome é João Alves de Almeida França, professor de primeiras letras.

Na sessão de 5-12-1840, última presidida pelo padre Barreto, vemos chegar ao conhecimento da câmara ter dirigido o governo provincial um ofício ao Ministro do Império, exigindo para Oliveira uma administração do correio. É dado o despacho em março do ano seguinte, sendo então criada em Oliveira a sua agência postal, tendo por primeiro agente Columbano Francisco de Assis.

Eleita a 7 de setembro de 1840, a câmara efetiva para o quadriênio 1841-1845 foi empossada a 7 de janeiro de 41.

A extinta e heróica câmara interina, presidida pelo padre Barreto, deixou nos cofres da câmara as primeiras rendas municipais, na quantia de 510\$150, referentes a apenas um semestre de trabalho. Já era muito. As rendas anuais dos primeiros anos, como se vê nas primeiras câmaras subsequentes, costumam acusar muito menos, chegando a ser arrematadas por 480\$000!

Agora, excetuados os dias belicosos da revolta de 42, a câmara vai entrar num período de franca estabilidade, graças ao que ficou feito pela anterior que, como vimos, trabalhou intensamente realizando sessões diárias, sob a presidência do padre Barreto.

E, graças a essa estabilidade, iriam ser abordados diversos problemas, como o da casa da câmara, por exemplo. Os vereadores não dispunham de paço municipal para realizar as sessões. De sorte que, por muito tempo, serviu de casa da câmara um sobrado do largo da Matriz, propriedade do capitão Joaquim Ferreira Carneiro, que espontaneamente fazia tal cessão, até que se construísse o paço municipal da vila.

Tão pobre estava ainda a novel municipalidade que, se não tinha casa própria, nem ao menos um sino possuía para assinalar o início das sessões. Foi preciso officiar à Mesa da Irmandade dos negros do “Reinado”, pedindo permissão para, ao som do sino da igreja do Rosário ali ao lado, se chamarem os vereadores e se iniciarem as sessões da câmara, até que esta pudesse “*mandar vir huma Sineira*” (sic). (Ata do dia 9-1-1841).

PRIMEIROS QUADROS MUNICIPAIS

Como vimos, data de 8 de junho de 1840 a inauguração do município de Oliveira. Foi criado pela mesma lei que criou a vila (lei provincial 134, de 16 de março de 1839).

Desmembrou-se do vasto e antiquíssimo município de São José del-Rei (Tiradentes), em cuja câmara se lavrou a 24-4-1840 a ata de apuração da primeira vereação oliveirense. Segundo essa ata, o primeiro quadro municipal oliveirense estava assim organizado:

- 1 – A sede da vila da Oliveira.
- 2 – A freguesia do Passa Tempo.
- 3 – A freguesia de Santo Antônio do Amparo.
- 4 – O curato de São João Batista (atual Morro do Ferro).

5 – O curato do Cláudio.

6 – O curato da Mata do Carmo (depois, Carmo da Mata).

Um ano depois, era desanexado o distrito de Passa Tempo que, entretanto, seria aí de novo reintegrado dentro de um ano apenas.

Quando da posse da primeira câmara efetiva (legislatura Castro, 1841-45), a 7 de janeiro de 1841, o município já constava de oito distritos:

Vila de Oliveira – Mata do Carmo (Carmo da Mata) – Japão – Cláudio – Canaverde – Perdões – São João Batista – Santo Antônio do Amparo.

No início do quadriênio seguinte (1845, legislatura Carvalho), já figurava novamente no quadro municipal, desde três anos atrás, o distrito de Passa Tempo.

Ao iniciar-se, por exemplo, o 5º quadriênio (1857, legislatura Pereira Matos), já o município contava com o invejável quadro de doze distritos, período áureo da sua hegemonia municipal:

Vila de Oliveira (sede) – Perdões – Cláudio – Mata do Carmo – Bom Sucesso – Canaverde – Japão – São Francisco de Paula – Passa Tempo – São João Batista – Santana do Jacaré – Santo Antônio do Amparo.

Era uma brilhante dúzia de distritos, dos quais muitos são hoje florescentes cidades e outras tantas sedes de prósperos municípios mineiros.

Vários e frequentes têm sido os retalhamentos feitos na comuna oliveirense desde que adquiriu a sua autonomia municipal. Caso típico é, como vimos, o do distrito de Passa Tempo. São Francisco de Paula, por exemplo, um dos seus atuais distritos (S. Francisco de Oliveira, atualmente), apenas lhe era anexado em 1846, era-lhe tirado outra vez dois anos depois, em 1848. Uns, por constituírem sedes de novos municípios; outros, para integrarem quadros municipais de outras comunas; todos os mais foram se destacando do qua-

dro acima⁵⁷. Os últimos a emancipar-se foram as vizinhas cidades de Carmo da Mata e Carmópolis de Minas (antigo Japão), que se constituíram cabeças de município, respectivamente, em 1939 e 1949.

Primeiro juiz municipal⁵⁸ — Por nomeação oficial do presidente da Província, o primeiro juiz municipal de Oliveira foi o dr. Manuel Antônio Fernandes, nomeado em 1841 e empossado a 22 de abril de 42, apesar de sua nomeação ter ficado dependendo apenas da aprovação do Imperador. Além de juiz municipal, era curador de órfãos e juiz de direito deste termo. Por interinidade, porém, o primeiro juiz municipal foi o oliveirense Joaquim José de Andrade (1840). O padre dr. João Honório de Magalhães Gomes, nomeado para um período de quatro anos por D. Pedro II a 2-4-845, foi o segundo juiz municipal, sendo o primeiro apenas por nomeação imperial, o que pouca diferença faz.

Um dos primeiros orçamentos da câmara municipal — É o que se refere ao ano de 1849-50. A receita e a despesa acusam, respectivamente, 1:338\$798 réis, incluídos 100% anuais gastos com o rego d'água da vila⁵⁹.

É um dos maiores orçamentos dos primeiros anos da novel municipalidade. Os primeiros acusavam apenas qui-

⁵⁷ Um dos maiores desmembramentos se deu entre 1870 e 1872, quando Campo Belo se propôs subir a município açambarcando São Francisco e Santana do Jacaré, havendo logo igual pretensão por parte de Bom Sucesso que ameaçava chamar a si Santo Antônio do Amparo. Oliveira ficou alarmada e via nisto o fim da hegemonia do município "outrora tão florescente antes da desmembração das importantes freguesias de Perdões, Canaverde e Bom Sucesso", e prevendo ficar "aniquilado se forem tirados os Distritos de São Francisco de Paula, Sant'Anna do Jacaré e Santo Antônio do Amparo". (C/. ofício da câmara ao governo a 22-2-871).

⁵⁸ O dr. Oiticica, entre diversos outros anacronismos das suas "Notas sobre o município da Oliveira", enganou-se quando disse que o primeiro juiz municipal de Oliveira foi o padre dr. João Honório de Magalhães Gomes.

⁵⁹ Vide canalização da água potável.

nmentos, seiscentos mil réis, já para a receita, já para a despesa.

CADEIA, FORÇA E CEMITÉRIO

Constituída em vila e município, Oliveira foi logo dotada de cadeia pública, força e cemitério (1840-55). Desde 1831, já possuía a sua Guarda Nacional⁶⁰, cujos batalhões, aquartelados no lugar e nos curatos vizinhos, punham Oliveira como centro de irradiação de uma vasta área territorial. De tal modo que, antes mesmo de ser cabeça de município, o lugar já era o cérebro de uma grande região povoada de aldeias, curatos e freguesias.

A primitiva cadeia funcionou, a princípio, no largo da Matriz, em casa particular cedida para ser paço municipal. Depois, construído o edifício da câmara (atual Prefeitura Municipal), aí mesmo, no andar térreo, funcionou a cadeia durante muito tempo. Mais tarde, construiu-se-lhe prédio próprio (cadeia velha), junto ao local em que hoje se ergue o elegante prédio do Grupo Escolar “Desembargador Continente”. Ultimamente, em 1938, foi transferida para o atual edifício da cadeia pública, na rua Cel. João Alves, em instalações modernas, incluindo presídio, delegacia e quartel do destacamento policial da cidade.

E por falar em destacamento policial: o antigo policiamento público era feito por particulares, remunerados pela municipalidade. Eram soldados à paisana. Depois, arranjaram-lhes um uniforme, aliás tão ridículo que lhes valeu a alcunha de “amarracachorros” e “bate-paus”. Havia soldado raso, cabo, sargento etc.

O primitivo quartel policial funcionou, por muito tempo, num velho prédio de esquina, da antiga rua Direita.

Quanto à Força, para entre os mais antigos a unânime lembrança de que ela existiu ali na colina fronteira,

⁶⁰ V. capítulo sobre a participação de Oliveira nos acontecimentos nacionais.

onde hoje branqueja o cemitério. Até 1855, data da construção deste, ainda se via ali, em pé, a trave do velho patíbulo que tanto terror infundiu na população.

O povo era obrigado a assistir às execuções. E estas, raras sempre, terminaram antes de ser extinta no país a pena de morte⁶¹.

Tinham um aspecto de grave e terrível solenidade. Depois que recebia, pela última vez, os sacramentos da confissão e comunhão, o réu era levado processionalmente, da igreja à forca, ao som de dobres a finados, de litanias e misereres entoados por confrarias e irmandades revestidas dos seus respectivos hábitos e distintivos. Sempre era concedido um pouco de prazer aos últimos momentos do condenado: davam-lhe pão e vinho como alimento, até chegar a hora fatal.

Dizem que o último enforcamento a que Oliveira assistiu, foi o de uma moça. Era uma jovem escrava, cuja sinhá estava prestes a dar-lhe alforria por se ver já muito velha e próxima do fim. Um dia, vendo-se na iminência de ser castigada pela sinhá que lhe havia imposto uma tarefa acima das suas forças, resolveu liquidar a velha, antes mesmo que esta fizesse descarregar-lhe por cima toda a sua cólera. Matou-a a machadadas durante o sono. E, carregando ocultamente o cadáver, atirou-o ao fundo dum esbarrancado distante. O desaparecimento da velha senhora pos em polvorosa parentes, vizinhos e criadagem.

Encontrado afinal o cadáver, já dilacerado pelos urubus, as suspeitas caíram sobre a mulatinha que, presa e submetida a rigoroso interrogatório, acabou confessando tudo.

Condenada à morte, passou a noite inteirinha cantando alto na sua prisão ali no largo da Matriz, à espera da

⁶¹ Pelos arts. 38 e 42 do Código Criminal do Império era aplicada no Brasil a pena de morte, só riscada da nossa legislação em 1890. Mas, desde 1870, era sempre comutada em galés perpétuas.

manhã seguinte, em que, na colina sinistra, seu corpo airoso seria içado ao ar diante da multidão.

Segundo outros, não foi esse o último enforcamento. Mas o de quatro escravos condenados por crime de homicídio. Uma noite, cercando o patrão na estrada da fazenda, amarraram-no em uma porteira e o mataram lenta e friamente, depois de atos da mais refinada crueldade.

O enforcamento desses negros teve um lance verdadeiramente patético.

Como de costume, o carrasco, um brutamontes musculoso e mal encarado, passava o laço fatal no pescoço de cada um dos condenados e o empurrava no vácuo. E, quando a vítima começava a debater-se no ar, ele saltava felinamente às costas do desgraçado, dependurando-se-lhe nos ombros para, aumentando-lhe o peso, abreviar a execução.

Ao saltar num desses negros, rebentou-se a corda e despejaram-se ao solo carrasco e condenado. Este, já arquejante e sangrando pelo nariz e pela boca, ainda conseguiu erguer-se, trôpego e desvairado. E, ajoelhando-se aos pés do padre, figura imprescindível em tais atos, pediu-lhe perdão em nome de Deus e um refúgio contra a morte e a represália dos homens. Mas, sobre a multidão estarecida, soou, dolorida e impotente, a voz do padre:

— Ah, meu filho! Só o Imperador é que pode conceder-lhe perdão. Mas está tão longe...

E os executores da justiça, arrastando o negro novamente ao alto do tablado, insensíveis aos seus gritos e urros, puseram-lhe outra corda ao pescoço, e pela última vez, o pobre condenado içou-se no ar, debatendo-se com o carrasco ante o pavor do povo.

Quanto ao cemitério, já vimos como a câmara, pondo em hasta pública o patrimônio da Matriz, conseguiu construir o primeiro cemitério público numa das praças da cidade. Viera a proibição eclesiástica de se enterrarem defuntos dentro das igrejas.

Chegava a vez de desaparecer para sempre um dos mais primitivos e anti-higiênicos aspectos da localidade:

iam deixar de ser cemitério de gente pobre os adros e praças públicas, até então ericadas de cruces sepulcrais.

O antigo largo da Matriz, por exemplo, hoje a elegante praça Quinze, era uma verdadeira seara de túmulos e cruces, à sombra de acácias e casuarinas esguias, postas em dois renques laterais que convergiam para a Matriz ao fundo, e em cujas franças gementes a ventania noturna resmungava arrepios e imprecações. É de se imaginar o que de terror não infundiu tudo isso no psiquismo das gerações que se foram!

Chegava também a vez de desaparecer a tola gabolice dos que, para alardear nobreza de estirpe, roncavam que sua família era gente que só se enterrava dentro da igreja, e não do lado de fora como o zé-povo.

Reminiscências desse tempo são os algarismos romanos que se vêem ainda talhados no assoalho da matriz.

Hoje, Oliveira possui três cemitérios: cemitério paroquial, cemitério particular dos drusos e cemitério eclesiástico-municipal.

O primeiro foi construído em 1855, numa colina ocidental da cidade. Iniciativa de capuchinhos italianos — Frei Francisco e Frei Eugênio — ao ensejo de umas missões que então pregaram em Oliveira.

Todo mundo conhecia esses missionários como Padres Barbões, Barbôneos ou Barboni, alusão talvez às suas barbas vastas e impressionantes.

Eram frades italianos, largamente conhecidos em Minas, onde andavam pregando de localidade em localidade. Por onde quer que passassem, aí levantavam grandes cruzeiros, capelas votivas, cemitérios amplos e higiênicos. Marcos que ficavam, por aí além, assinalando suas pegadas de andarilhos da fé e do progresso. Itapecerica, Itaúna, Divinópolis, Oliveira e muitos outros lugares receberam deles semelhantes melhoramentos.

Em Oliveira, eles reuniam na igreja a população, todas as manhãs. E, terminada a missa e a pregação, iam com o povo buscar pedras para o cemitério, trazendo-as do vizinho morro das Pedras, onde até hoje a crença popular lo-

caliza uns rastros misteriosos e umas águas a que já se atribuíram virtudes secretas.

O povo carregava as pedras na cabeça. Os ricos enviavam seus escravos e seus bois para arrastarem as pedras em couros de boi.

Frei Eugênio Maria de Gênova nasceu em 4-11-1812, na Itália, na cidade de Oneglia. Este capuchinho dinâmico chegou ao Brasil em 18-4-1843, pelo pacote “Feliz”, iniciando logo sua fecunda peregrinação pelo interior do país, construindo igrejas e cemitérios, pregando missões e convertendo gente em massa. Para isso fora nomeado pregador apostólico para o mundo inteiro, pelo cardeal Tardini, em 16-7-1842. Em 1852, chegava a Itaúna; em 1855, a Oliveira; alguns anos depois, falecia em Uberaba (então Farinha Podre), deixando atrás de si muitas realizações.

E, deste modo, construiu-se, na data mencionada, essa velha e alvinitente necrópole aonde Oliveira tem levado, entre soluções, muitos dos seus filhos, muitos dos seus grandes filhos.

Já em 1882, o seu aspecto era, como hoje, de um “silencioso e quieto recinto, na vertente de uma colina em frente à cidade; é todo cercado de muros de pedra, tendo, quase ao centro, uma elegante capelinha construída em estilo gótico, com uma ala de catacumbas ao correr dos muros do fundos e dos lados, todas alvas, com inscrições em pedra mármore e algumas com gradil em roda e jardim. Vai ser dotado dum sólido e elegante portão de ferro, oferecido pelo dr. Joaquim Galdino Pimentel, da corte, quando, em passeio à cidade, perdeu sua interessantíssima esposa, apenas com quatro meses de casado⁶².

Em 1882, pagava-se por enterro em sepultura de chão a taxa de um cruzeiro, sendo de vinte cruzeiros a taxa de

⁶² Dr. Leite e Oiticica, op. cit., pág. 36. — Como se vê, tudo ali tem uma história: até o portão de ferro, fruto duma lua-de-mel malograda...

sepultamento em catacumbas. Até para morrer era mais fácil naquele tempo...

A primeira pessoa enterrada aí foi um escravo chamado Miguel. Razão por que ficou se chamando Cemitério de São Miguel, dado o caráter trágico da morte do pobre negro.

Assim diz o povo.

O nome já devia ser esse, segundo o costume dos próprios Barbôneos que assim batizavam todos os seus cemitérios, construindo-os sempre em forma de Capitólio e deixando-os sob o patrocínio do arcanjo São Miguel. Erecta ao centro a capelinha do santo, aí entronizavam sua imagem de porte marcial, vestida de legionário romano, segurando numa das mãos a balança do juízo-final e, na outra, o gládio ígneo da justiça divina.

Mas o povo preferiu ficar com a história do negro Miguel. Quando escravos e enxadeiros se ocupavam na escavação das profundas valas para os alicerces dos paredões do cemitério, o preto Miguel levantou, entre os colegas, o seguinte palpíte:

— Eh malungada, qual vai ser o primeiro desgraçado que vem comer terra aqui?...

A resposta não tardou. Um estrondo profundo e... quando acudiram, Miguel jazia soterrado no fundo da vala, debaixo de enorme barranco que se desbeizara à pressão dum bloco de pedra posto à margem.

Deixando o cemitério druso para ser historiado junto com a colônia síria, cumpre-nos dizer algo do cemitério eclesiástico-municipal: fica numa colina a leste da cidade: alto de São Sebastião. Em novembro de 1935, foi celebrado entre a paróquia e a prefeitura um contrato. Conforme aprovação do arcebispo metropolitano e do governo estadual, esse cemitério ficaria sob administração e conservação da Prefeitura Municipal; dividido, porém, em duas áreas: uma, exclusivamente destinada a enterros de acatólicos e pessoas excluídas das regalias canônicas; a outra, recebida a bênção litúrgica, ficaria destinada ao sepultamento exclusivo de ca-

tólicos. Para esta última área o contrato reservou espaço maior, por ser católica a quase totalidade do município (sic). Cf. *Livro do Tombo, da Paróquia*.

CIDADE

A Vila estava completando os seus vinte e um anos de emancipação municipal, quando 1861 lhe trouxe a categoria de cidade. Eis os termos da lei 1.102, de 19 de setembro: “*Carta de Lei que eleva à Categoria de Cidade a Vila da Oliveira*.”

O Conselheiro Vicente Pires da Mota, Presidente da Província de Minas Gerais: Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu Sancionei a Lei seguinte:

Art. Único — A Vila da Oliveira, pertencente à Comarca do Rio das Mortes, fica elevada à categoria de Cidade; revogadas as disposições em contrário.

Mando por tanto a todas Autoridades a quem o conhecimento e a execução da referida Lei pertencer que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nela se contem. O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio da Presidencia da Provincia de Minas Gerais aos desenove dias do Mês de Setembro do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e sessenta e um, quadragésimo da Independencia e do Império⁶³.

COMARCA — ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Sete anos depois de criada a cidade, foi a mesma elevada a comarca com o nome de Comarca do Rio Lambari (1868), desmembrada da do Rio das Mortes, tendo antes pertencido à Comarca do Pará, entre 1867 e 68.

Além do empenho de ilustres filhos de Oliveira, um dos critérios que determinaram esse desmembramento foi

⁶³ Coleção de leis da Assembléia Legislativa da Província de Minas Gerais, de 1801, pág. 3 e 4.

a dificuldade de intercomunicação judiciária das freguesias e distritos com a sede da comarca em São José del-Rei.

Por exemplo: um pobre meirinho para ir de Oliveira a Tiradentes, levava nada menos de quatro, cinco dias, por estradas péssimas, numa cansativa viagem em lombo de burro.

Hoje, a comarca só conta com a sede e Carmópolis de Minas.

Data de 1891 a sua elevação à 2ª entrância. E de 1-5-1954, a sua elevação à 3ª entrância.

O paço judiciário da cidade – Funcionando a princípio no mesmo edifício da câmara municipal que comportava a um tempo cadeia e municipalidade, o Fórum oliveirense mudou-se a 25 de outubro de 1914, para o atual edifício, havendo, nesta data, solene inauguração.

Construída para sua moradia particular pelo abastado oliveirense cel. Teodoro Ribeiro de Oliveira e Silva, essa construção, então orçada em 90:000\$, foi encetada antes da lei áurea de 13 de maio de 1888, sendo nela empregado grande número de escravos.

Teve de paralisar-se temporariamente, após a abolição da escravatura, mercê da debandada dos braços servis. Concluída a construção pelo arquiteto português José Fernandes do Couto (Zé Carapina) a quem Oliveira deve, desde 1860, essa série de casarões de sacada e andares duplos – o escultor italiano Ravagnielli, adventício no lugar e também construtor dos lindos mausoléus do cemitério, colocou, em cada lado do edifício, aqueles dois bustos majestosos que até hoje lá se encontram. De um lado, Meyerbeer, o célebre compositor berlinense morto em Paris em 1864; e, do outro, o nosso imortal maestro Carlos Gomes, numa atitude feroz e impulsiva, com a sua inconfundível “juba leonina”.

Morto o cel. Teodoro, o majestoso edifício, dado em partilha a um dos seu herdeiros, dr. Teodorinho Ribeiro, no valor de 25:000\$, este o vendeu para o Estado em 1913,

por 50:000\$, pagos parceladamente em prestações de.....
10:000\$ por ano.

Era então Juiz de direito da comarca o saudoso dr. Cleto Toscano Barreto e presidia a câmara municipal o cel Manuel Antônio Xavier. A ambos deve Oliveira a grande adaptação que se imprimiu no edifício, tendo dirigido as obras o popular artista Miranda Júnior (Mirandinha).

Hoje, Oliveira tem na praça Quinze um Palácio da Justiça que é um dos mais belos do Estado. Fachada sobranceira e soberba, impera no alto, sob a última cimalha a estátua de Têmis, a deusa da Justiça, com os olhos vendados, tendo numa das mãos a balança justiceira e na outra o gládio inexorável da punição.

Dentro, no andar térreo funcionam: a coletoria estadual e seis cartórios, o criminal, o de paz, o do partidor e os do 1º, 2º e 3º ofícios).

Quase todas as repartições públicas da cidade albergam-se no bojo imenso desse edifício, cuja majestade e amplitude evocam um passado glorioso e pujante (1942).

Fica aí dentro, no segundo andar, um dos melhores salões de Júri do Estado. Dentro dele já trovejou a eloquência de muitos causídicos notáveis, inclusive dos velhos advogados provisionados (râbulas): major Laurindo Nogueira de Faria, cel. José das Chagas Andrade Sobrinho e outros de grande atuação e inteligência, como o Dr. Alfredo Paraíso⁶⁴.

⁶⁴ Dr. Alfredo Paraíso, veterano da Justiça em Oliveira. Ouropretano de nascimento (1871), formado pela Faculdade de Direito de São Paulo sob o magistério do grande Pedro Lessa. Transferindo-se para Oliveira a convite do Conselheiro Afonso Pena, aqui se casou na família Ribeiro de Oliveira e Silva, legando à cidade filhos operosos, e aqui exerceu diversos cargos: Juiz municipal, juiz de direito interino por duas vezes, vice-presidente da 18ª Subseção da Ordem dos Advogados, além de ter exercido a vida agrícola e ter cooperado muito na vida vicentina de socorro aos pobres. Foi um estilista fino e conceituoso, além de jornalista militante no tempo da hegemonia da imprensa em Oliveira.

JUÍZES DE DIREITO DA COMARCA

Antes de ser criada a comarca, respondia pelo cargo de juiz de direito o juiz municipal. Logo, devemos citar até 1868, data da criação da comarca, a série de juízes municipais de Oliveira.

O primeiro foi o oliveirense Joaquim José de Andrade (1840), em caráter interino. Oficialmente nomeado pelo governo provincial, seguiu-se-lhe o dr. Manuel Antônio Fernandes (1841-44). Depois deste vieram: o padre dr. Honório de Magalhães Gomes, nomeado pelo Imperador D. Pedro II (1845-49); dr. Luís Francisco da Silva (1850-54); dr. Francisco Antônio de Borga Júnior (1855-61); dr. Augusto Fausto Guimarães Alvim (1862-63); dr. Gabriel Caetano de Guimarães Alvim (1863-68).

Em 1868, data da sua criação, a comarca teve como primeiro juiz de direito este último juiz municipal (dr. Gabriel Alvim) sendo a seguinte a série brilhante dos seus magistrados no comando judiciário da sua vida forense:

1) *Dr. Gabriel Caetano de Guimarães Alvim*. (1868-1870). Suprimida a comarca em 1870, voltou o município a ser outra vez termo da comarca do Rio das Mortes. Restaurada a comarca oliveirense em 1873, teve por juízes de direito:

2) *Dr. Miguel Augusto do Nascimento Feitosa* (1873-1876). Dentro desta judicatura, serviu interinamente, em 1875, o Dr. Fernando Leite Ribeiro de Faria.

3) *Dr. Antônio Luís Ferreira Tinoco* (1876-1881).

4) *Dr. Gabriel Caetano de Guimarães Alvim* (1881-1882).

5) *Dr. Antônio Carlos de Castro Madeira* (1882-83) — Juiz interino.

6) *Dr. Felisberto Soares de Gouveia Horta* (1883-1890).

7) *Dr. Caetano Augusto da Gama Cerqueira* (1890-1891). — Retirou-se em setembro de 1891, nomeado desembargador.

8) *Dr. João Pereira da Silva Continentino* (1891-1909). — Retirou-se em 1909, nomeado desembargador.

9) *Dr. Lívio de Oliveira*, juiz interino, de outubro a novembro de 1909, cabendo-lhe lavrar o termo de congratulação pela promoção do dr. Continentino e externar o pesar geral pela saída do ilustre magistrado.

10) *Dr. Francisco Cleto Toscano Barreto* (1909-18). Data de 30-11-918 a sua última audiência, encerrando uma judicatura brilhante de nove anos. Sua retirada foi motivada pela sua promoção à comarca de Uberaba, donde saiu mais tarde para mais altos e merecidos postos.

11) *Dr. Ladislau de Miranda Costa* (1919-1931). Data de 16-1-1919 a sua primeira audiência e de 12-10-1931 a última. Durante a sua operosa judicatura, houve um interregno de um mês e pouco em que foi juiz interino o dr. Alfredo Paraíso.

12) *Dr. José Sátiro da Costa e Silva* (1931-1935). Data de 12-11-1931 a sua primeira audiência e de julho de 35 a última.

13) *Dr. Sebastião Ewerton Curado Fleury* (1935-1945).

14) *Dr. José Domingos de Assis Rocha* (1945).

15) *Dr. Silvio Cerqueira Pereira* (1945-1949).

16) *Dr. Alberto de Oliveira Andrade* (1949 a 10-954).

17) *Dr. Henrique de Paula Ricardo* (1954), (1º Juiz de Direito) e *Dr. Conde Paula Santos* (2º Juiz de Direito).

OS GOVERNADORES DE OLIVEIRA

Na impossibilidade de reconstituir, uma por uma, todas as câmaras antigas com seus vereadores, vice-presidentes e secretários — aqui recompomos, após árduas pesquisas, a luminosa série dos varões que, sucessivamente, através de mais de um século, vieram regendo os destinos do município, imprimindo-lhe cada um o vinco da sua personalidade.

São os governadores de Oliveira: seus presidentes da velha câmara municipal, da transitória intendência municipal de 91 e 92, e os prefeitos municipais da fase moderna.

Ei-los:

1 – Padre Francisco de Paula Barreto, junho de 1840-1841; 2 – Antônio José de Castro, 1841-1845; 3 – José Ferreira de Carvalho, 1845-1848; 4 – Manuel Félix de Faria Lobato, 1849-1852; 5 – José Ferreira de Carvalho (2a. vez), 1853-1857; 6 – Capitão Modesto José Pereira Matos, 1857- 1860; 7 – Major Teodósio da Costa Pereira, 1860-1864; 8 – Antônio José de Castro (2a. vez), 1864-1868; 9 – Joaquim das Chagas Andrade, 1868-1872; 10 – Cap. Antônio da Costa Pereira, 1872-1878; 11 – Dr. Antônio Justiniano das Chagas, 1878-1884; 12 – Evaristo das Chagas Andrade, 1884-1888; 13 – Dr. Cândido de Faria Lobato, 1888-1889.

Fase da Intendência:

14 – Francisco das Chagas Andrade, 1890-1891; 15 – Dr. Carlos Ribeiro de Castro, 1891-1892.

Câmara republicana:

16 – Francisco J. Coelho de Moura, 1892-1898; 17 – Cel. João Alves de Oliveira, 1898-1912; 18 – Cel. Manuel Antônio Xavier, 1912-1915; 19 – Cel. Américo Ferreira Leite, 1916-1921; 20 – Dr. Djalma Pinheiro Chagas, 1921-1924; 21 – Dr. Cícero Ribeiro de Castro Filho, 1924-1927; 22 – Cel. Joaquim Afonso Rodrigues, 1927-1929.

Fase da Prefeitura:

23 – Cel. Armando Pinheiro Chagas, 1930-1931; 24 – Dr. Artur Furtado, 1931-1932; 25 – Cel. Armando Pinheiro Chagas, setembro 1932; 26 – Valdemar Fernal, 1932- 1936; 27 – Dr. José Baden Teixeira, julho 1936; 28 – Dr. Jaime Pinheiro de Almeida, 1936-1945; 29 – Período de transição, 1945-1947; 30 – Athos Cambraia de Campos, 1948-1951; 31 – José Silveira, 1952-1955; 32 – Dr. Djalma Pinheiro Chagas, 1955-1958; 33 – Francisco Cambraia de Campos, 1959-1962.

Convém acrescentar à galeria supra as seguintes observações:

Na legislatura Costa Pereira (1860), o presidente eleito fora o capitão José Antônio Teixeira, por ter sido o vereador mais votado. Mas não sabemos porquê, renunciou à presidência, funcionando, durante todo esse quadriênio, como simples vereador. As atas nada explicam.

Na 2ª legislatura de Antônio José de Castro (1864), tinham sido eleitos presidentes, com 1.808 votos, José Gomes Pinheiro e o tenente-coronel João Ribeiro da Silva. Nenhum dos dois pôde assumir a presidência, empatados como se achavam. Assim, coube de novo o cargo ao vereador imediatamente mais votado, que no caso era Antônio José de Castro. Tal era a legislação eleitoral daquele tempo: não havia desempates. Os empatados continuavam empatados...

Sob aquela primeira legislatura republicana de 1892, não pode ficar olvidada a brilhante atuação do seu vice-presidente, Dr. Cândido de Faria Lobato, verdadeiro êmulo do presidente Coelho de Moura. Dr. Francisco J. Coelho de Moura foi um grande administrador e um nobre cidadão. Era sanjoanense pelo nascimento, mas oliveirense pelo coração. Vindo para Oliveira logo depois de formado em medicina, aqui se casou e aqui foi, não só o médico da pobreza, como o honesto e dinâmico presidente da câmara em duas legislaturas e o deputado operoso que muito fez pelo seu distrito eleitoral. Morreu a 4 de maio de 1910, deixando viúva a velhinha que todos conheceram por D. Pucuta.

Em interregnos diversos, houve várias interinidades na presidência da câmara, nas quais figuraram: em 1912, Dr. Antônio Justiniano das Chagas, cel. João Alves de Oliveira e farmacêutico Cornélio Epaminondas de Castro que deu posse ao presidente eleito: cel. Manuel Antônio Xavier. Entre 1915 e 16, dr. Cícero Ribeiro de Castro como vereador mais antigo. Na ascensão do Dr. Djalma Pinheiro Chagas à chefia da Secretaria das Finanças em 1924, esteve como presidente interino o dr. Cícero Ribeiro de Castro Filho, logo depois eleito presidente efetivo.

PERÍODO DE TRANSIÇÃO

Em vista da insatisfação reinante no país com o regime discricionário que se prolongava indefinidamente, foi obrigado o governo a baixar o decreto-lei de 28 de fevereiro de 1945, ato adicional à Constituição de 10 de novembro de 1937, marcando eleições para a formação do Congresso Nacional. Oliveira entra também nessa fase de restauração democrática, que vai de 1945 a 1947, com a eleição, nesse último ano, do prefeito Athos Cambraia Campos. A 12 de abril de 1945, é nomeado prefeito o snr. Armando Pinheiro Chagas, que administra o município até 21 de novembro do mesmo ano, passando o executivo para o dr. Sílvio Cerqueira Pereira, juiz de direito da comarca, o qual vai até 5 de dezembro seguinte. Assume, novamente, o executivo, o snr. Armando Pinheiro Chagas, até 1946, quando o entrega ao dr. Romeu Ribeiro de Castro. Deste, a Prefeitura passa às mãos do dr. Edmundo Augusto Lins, em março de 1947, seguindo-se-lhe o dr. José Ferreira Leite, nomeado a 25 de março do mesmo ano, tomando posse três dias após. Nomeado a 10 de outubro de 1947, o dr. Evaristo Nogueira de Sá Filho entrega o executivo ao prefeito eleito constitucionalmente, snr. Athos Cambraia Campos, a 1º de janeiro de 1948. Caracteriza-se esse período de transição, como em todos os municípios, pela falta de continuidade administrativa.

CÂMARA MUNICIPAL (1947-1950)

Reposto o país na vida constitucional, foram eleitos e empossados a 8 de dezembro de 1947 os seguintes vereadores à Câmara Municipal de Oliveira: dr. José Ferreira Leite (presidente), dr. Acácio Ribeiro de Oliveira e Silva (secretário), Elói Cambraia de Azevedo, Emílio Haddad, Franklin Lopes do Amaral, José Teodoro da Silveira, João Machado da Silva Vargas, João Augusto Reis Pinto, dr. Efigênio Salgado dos Santos, João J. Pinheiro Chagas e José Ribeiro de Andrade. Em 1º de março de 1949, com a

renúncia do snr. Franklin Lopes do Amaral, tomou posse o sr. José Pinto de Resende.

A 2 de março de 1950, com a vaga do dr. Efigênio Salgado dos Santos, empossou-se o sr. José Rodrigues Pereira. Foi vice-prefeito durante essa legislatura o dr. José Antenor de Castro.

CÂMARA MUNICIPAL (1951-1954)

A 31 de janeiro de 1951, empossou-se a nova edilidade oliveirense, tendo como prefeito o snr. José Silveira e como vice-prefeito o snr. Athos Cambraia Campos. São os seguintes os vereadores: cel. Joaquim Cambraia do Nascimento, presidente, nascido em Santana do Jacaré a 24-11-1887; dr. Hélio de Castro Costa, secretário, nascido em Oliveira a 25-10-1912, médico; Paulo Paulino de Carvalho, 12-3-1921, professor; Francisco Ferreira Pacheco, Oliveira, 20-2-1905, fazendeiro; dr. Efigênio Salgado dos Santos, 3-11-1909, médico; Geraldo Magela Alves, 10-11-1909, comerciante; João Ferreira de Assis, 28-5-1904, fazendeiro; José de Souza Ribeiro, 6-12-1902; Ciro Coelho de Andrade, 22-6-1901; dr. Vicente Martins Carvalho, 7-2-1909, médico; Wander Assis Ribeiro, 12-1-1920, fazendeiro.

CÂMARA MUNICIPAL (1955-1958)

A Câmara Municipal de Oliveira, nessa legislatura, era integrada dos seguintes vereadores: doutor Olavo Monteiro Costa, José Luiz de Souza Júnior, Sebastião Assis Aguiar, Sabino Machado Silveira, Oscar Alves de Carvalho, Tamim Mattar, José Cambraia Dinis, Sebastião Ribeiro de Andrade, Josias Geraldo Vargas, Yolanda Chagas Ribeiro de Castro e Geraldo Batista dos Santos.

Para a legislatura que vai de 1959 a 1962, foram eleitos vereadores os srs. dr. Efigênio Salgado dos Santos, dr. José Maria Lobato, Paulo Paulino de Carvalho, Waldemar Leite Junqueira, Omar Mattar, Geraldo Magela Alves, Sudário Andrônico Ribeiro, José Luiz de Souza Júnior, Seve-

rino Lopes Neto, dr. Isac Rezende e Ciro Coelho Andrade.

O ATUAL PREFEITO

Nasceu o Sr. Francisco Cambraia de Campos no dia 3 de novembro de 1905, em São Francisco de Oliveira, distrito deste Município, filho de Mário de Campos e Silva e d. Maria Cambraia de Campos. Seu pai, chefe político em São Francisco de Oliveira, representou aquele distrito por três vezes, como vereador à Câmara Municipal de Oliveira.

Iniciou o Sr. Francisco Cambraia de Campos suas atividades políticas em 1945, ano em que o Brasil reconquistava as franquias democráticas, após o longo período da ditadura. Nesse ano, juntamente com outros companheiros, fundou o Diretório Municipal da União Democrática Nacional, sendo eleito seu presidente, cargo para o qual tem sido reeleito nestes 15 anos. É também membro, desde 1945, do Diretório Estadual daquela agremiação política.

Dotado de senso político, o sr. Francisco Cambraia de Campos tem pautado sua atuação em ambiente de normalidade e respeito dos próprios adversários. Em 1958, foi eleito prefeito do Município de Oliveira e desde então vem lutando para resolver ou encaminhar soluções para os principais problemas da população. Demonstrando experiência no trato com os homens públicos, em pouco tempo conseguiu benefícios de grande importância para o Município, através de verbas de organismos federais e estaduais. A base de sua administração, segundo declara reiteradamente, é o incentivo à iniciativa particular. Citam-se, como exemplos dessa orientação, a instalação dos serviços de força e luz pela CEMIG e uma fábrica da Companhia Nestlé, além de outras iniciativas, como a Companhia Oliveirense de Telefones, sede própria do Oliveira Clube e muitas outras.

Atuando junto às autoridades, no âmbito federal e estadual, o prefeito Francisco Cambraia de Campos conseguiu que fossem instalados em Oliveira um posto de vendas da CAMIG e uma agência do Banco do Brasil. Conse-

guiu, igualmente, as verbas restantes ao prosseguimento das obras de abastecimento de água e esgoto, iniciadas por seus antecessores.

Seguindo a boa tradição mineira, o sr. Francisco Cambraia de Campos possui família numerosa (12 filhos), sendo sua esposa d. Maria da Conceição Pinheiro de Campos, sua grande companheira de todas as horas, exemplo das virtudes da mulher mineira.

PRIMEIRA GERAÇÃO DE HOMENS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO

Sem falar por enquanto em muitas das atuais famílias ilustres, de entrada relativamente recente na história oliveirense, queremos, neste capítulo, registrar as famílias principais que, nos velhos tempos, deram origem não só à elite de Oliveira, como aos guieiros e líderes das gerações aqui nascidas: são as famílias Ribeiro da Silva, Chagas Andrade, Castro, Lobato, Costa Pereira, Ferreira de Carvalho e Rodrigues Rocha.

Desses ramos genealógicos profundamente ligados a raízes hispano-portuguesas da nossa época colonial, surgiram aqui quase todos os componentes da primeira geração de homens públicos de Oliveira.

Recorrendo às mais antigas fontes da história oliveirense⁶⁵, foi-nos possível reconstituir a galeria da primeira geração dos varões ilustres da história de Oliveira. Por curiosidade, transcrevemos, ao lado do nome de alguns, até a própria idade, estado civil e profissão, de acordo com o ano da respectiva matrícula na extinta Guarda Nacional.

⁶⁵ Cartas de sesmarias (1704-54) . Revistas do Arquivo Público Mineiro. Livros de matrícula da Guarda Nacional do antigo arraial de Oliveira (1831-40). Anais das primeiras vereações da câmara municipal de Oliveira (1840 em diante). Manuscrito inédito do finado ex-professor primário João da Costa Maravilhas (Japão).

Cultuemos essa geração heroica. De uns ranchos, ela nos arrancou Oliveira, elevando-a gradativamente a curato, freguesia, vila, município, cidade, comarca... e só a deixou já pujante de vida, nas mãos da brava geração que atravessou o século, chefiada pelo vigário José Teodoro e por Coelho de Moura. Eis alguns componentes daquela galeria histórica:

Padre Francisco de Paula Barreto. Padre Modesto Luís Caldeira. Tenente Paulo Roiz Rocha, 54 anos, viúvo, negociante (1832). Antônio José de Castro, 27 anos, solteiro (1835). Dr. João das Chagas Andrade. Capitão Francisco das Chagas Andrade. Capitão José Ferreira Cardoso. Capitão Joaquim Ferreira Carneiro, 48 anos, casado, senhor de engenho (1832). João Ferreira de Oliveira. Capitão Serafim Ribeiro de Castro. Venâncio Carrilho de Castro, 50 anos, casado, negociante (1832). Padre João José dos Santos. Padre Pedro Meireles de Barros, primeiro vigário-colado de Oliveira. Padre Fabiano Dias Ladeira. Padre Pedro Fernandes Santiago, vigário de Santo Antônio do Amparo. Padre João Teixeira Pinto. Padre João Valeriano Cecílio de Castro. Padre José da Costa Ribeiro, fundador da freguesia do Japão. Padre Manuel Pires Campos. Padre José Fabião Cordeiro, primeiro vigário-colado de Passa Tempo. Joaquim Luís Campos, 25 anos, primeiro sacerdote inscrito nas fileiras da Guarda Nacional de Oliveira (1832). Manuel Fernandes Airão. Antônio Alves de Moura. Tomás de Abreu Monteiro. Cândido Faria Lobato, 43 anos, casado, negociante (1833). Alexandre Pereira Cardoso. Mariano Ribeiro da Silva, que lutou ao lado de Caxias na guerra de 42. Joaquim José de Andrade, primeiro comandante da Guarda Nacional oliveirense e primeiro juiz municipal interino. Manuel Félix de Faria Lobato, 51 anos, viúvo, negociante (1842). Columbano Francisco de Assis, primeiro agente postal de Oliveira. José Ferreira de Carvalho, 19 anos, solteiro (1833). Capitão Bartolomeu Ferreira da Silva, 34 anos, casado, agricultor (1832). José Joaquim da Costa. Silvério José Bernardes. Alferes Antônio Ferreira de Carvalho, 45 anos, casado, negociante (1832). Manuel José da Silveira, 36 anos,

casado, negociante (1835). Francisco de Santo Antônio Abade. Francisco Vicente de São Carlos. José Teixeira Alves. Tenente Januário Ribeiro da Silva, 40 anos, casado, agricultor (1832). Teodósio da Costa Pereira. Carlos José Bernardes. Felisberto Ribeiro da Silva, herói da guerra de 42. José Ferreira Carneiro. Antônio Rodrigues Rocha. Antônio José Teixeira, 42 anos, casado, tropeiro (1832). Teodoro Ribeiro da Silva. Manuel da Costa Ribeiro. Manuel José de Andrade. João Alves de Moura. Manuel Gomes Pinheiro. Farmacêutico Modesto Pereira Matos, 38 anos, casado (1845). Romualdo José da Silveira, 20 anos, solteiro, negociante (1845). Pio Ribeiro da Silva, 19 anos, solteiro, agricultor (1843). Capitão Antônio da Costa Pereira... e muitos outros cujos nomes nos escaparam.

A essa geração constituída de oliveirenses natos e de oliveirenses adotivos, vêm unir-se depois vultos preeminentes como o padre dr. Honório de Magalhães Gomes (1845), o dr. Francisco Inácio Werneck (1868), o dr. Miguel Augusto do Nascimento Feitosa (1873).

Vários, como já dissemos, são descendentes diretos das primeiras famílias que aportaram, em 1752, às terras do Campo Grande da Picada de Goiás e, muito antes, em 1704, às sesmarias devolutas do Japão. Isto é, muitos foram os iniciadores do lugar. Auxiliaram o cura na conclusão da velha igreja de pedra. Abriram as primeiras ruas e os primeiros caminhos, presenciando passarem por aqui, antes de 1820, os sábios europeus Pohl, Eschwege e Saint-Hilaire. Soerguida no esforço desta geração, Oliveira escalou paulatinamente, ao som dos seus primeiros sinos e ao clangor da sua Guarda Nacional, os degraus sucessivos da sua ascensão gradativa, de freguesia a cidade, de cidade a comarca.

Focalizemos alguns vultos dessa galeria:

Padre Francisco de Paula Barreto — Cavaleiro “da Ordem de Cristo, homem culto e realizador. Tríplice fundador: do curato, da freguesia e do município, incluindo a inauguração da vila e a organização da sua primeira câmara municipal. Foi também o primeiro juiz de paz do curato

e o primeiro governador de Oliveira. Deve-lhe o lugar os primeiros melhoramentos urbanos como: matadouro, cemitério, correio, abertura das primeiras escolas. Foi quem educou e orientou a primeira geração de oliveirenses ilustres.

Hoje, o velho pastor de almas dorme, ao lado de um seu coevo ilustre, sob o pavimento da matriz, do lado de dentro da porta principal.

Tenente Paulo Roiz Rocha — Aqui nasceu em 1777, quando Oliveira ainda não era Oliveira, e, sim, um “tiquinho de casas” à beira duma picada. Antes de ser criada a Guarda Nacional em 1831, já pertencia à milícia da extinta guarda municipal do primerio império. Foi juiz de paz do curato de Oliveira, onde trabalhou muito pelo progresso local e morreu em 1854, como oficial da Guarda Nacional. Seus restos mortais, como os do padre Barreto, segundo o costume daquela época, foram inumados dentro da velha matriz, junto à entrada principal.

Capitão Francisco das Chagas Andrade – Cavaleiro da Ordem de Cristo, cognominado pela sua geração “Cidadão benemérito e Pai da Pátria” (Vide atas da câmara). Ocupou diversos cargos públicos: juiz almotacé⁶⁶, juiz ordinário, capitão de ordenanças em Passa Tempo, presidente da câmara e por diversas vezes eleito para as vereações municipais, só abandonando a vida pública por precariedade de saúde e velhice avançada. Era alto comerciante de fazendas e, no tempo em que era tolerado o tráfico negreiro, foi um dos maiores comboeiros de escravos, conduzindo da Corte para o interior muitas levas de africanos. Voltando à lavoura em que fora criado, tornou-se abastado proprietário, introduzindo no município a cafeicultura e plantando imensos canaviais, além de possuir um grande engenho de açúcar, afamado em todo o Oeste. Era cirurgião aprovado pelo Imperador e licenciado em medicina. Sempre aten-

⁶⁶ Almotacé — antigo fiscal de pesos e medidas encarregado de fixar preços no comércio.

dia a todos “sem receber estipêndio algum” (Ofício da câmara em 12-1-1842).

Foi um dos primeiros e maiores propagadores da vacinação do município, percorrendo todos os recantos, imunizando gratuitamente o povo contra epidemias. Era pai de numerosa família e procurou ministrar aos filhos a mais completa educação.

Como criador, foi quem introduziu aqui a técnica de selecionar bovinos e equinos de raça. Diz o ofício citado que o capitão Chagas tinha muitos cavalos de Argola (?).

Jamais negou subscrever dinheiro para a realização de melhoramentos públicos, como cadeia, casa da câmara, estradas, pontes, reparos na matriz e nas capelas locais, para tudo concorrendo com quantias avultadas, inclusive para festejos públicos, fossem religiosos ou cívicos, sempre realizados aqui com a maior pompa possível.

Antônio José de Castro — Quando se inaugurou a vila, o vereador Castro era um dos mais jovens componentes da sua geração. Contava apenas 32 anos e estava casado de pouco. Foi, por assim dizer, o líder intelectual do seu tempo. Era mentor de todos e, apesar de jovem, foi eleito para presidente do quadriênio de 1841, sendo de novo eleito para o de 1864. Eis o que dele dizia em 1882, o primeiro historiador da cidade — dr. Leite e Oiticica:

“O cidadão Antônio José de Castro, falecido a 6 de outubro do ano passado (1881), assistiu ao começo do município, sendo presidente da sua primeira Câmara municipal⁶⁷ que serviu durante quatro anos. Ocupou todos os cargos de eleição popular e de nomeação do governo a que um cidadão pode aspirar no seu município; foi presidente da câmara, juiz de paz em muitos quadriênios, delegado de polícia, juiz municipal suplente e, como tal, exerceu por vezes a vara de direito e, ainda nos últimos dias, velho, cansado, com a saúde quase inutilizada, ocupava o lugar de curador geral

⁶⁷ Um dos anacronismos do dr. Oiticica.

dos órfãos. Homem de espírito claro, ainda nas vésperas de morrer, citava trechos latinos e em francês, de que era apaixonado; foi por muito tempo o médico da pobreza e, curioso como era, chamavam-no todos para curar quando não havia médicos na cidade”.⁶⁸

Ao lado desse espírito multiforme de homem público, poliglota e médico improvisado — focalizemos dois outros nomes: Venâncio Carrilho de Castro e o capitão Joaquim Ferreira Carneiro.

Venâncio Carrilho — Jamais galgou altos cargos dentro de sua geração. Limitou-se a ser vereador suplente uma vez, procurador da câmara, negociante, bordador (?), corretor e soldado raso na Guarda Nacional. Mas foi o primeiro herói do urbanismo local. Vede-o, adiante, nos capítulos referentes ao urbanismo oliveirense, dando de beber ao seu povo e rasgando ruas por meio de assaltos noturnos. Era um homem-corisco...

O capitão *Joaquim Ferreira Carneiro* foi juiz municipal interino, juiz de órfãos, delegado de polícia, vereador em mais de uma legislatura, revolucionário em 1842 e oficial da Guarda Nacional. Era rico e bom. Por muitos anos, pos à disposição da edilidade oliveirense uma casa sua no largo da Matriz. Foi aí que funcionaram as primeiras câmaras municipais e a cadeia pública de Oliveira.

⁶⁸ Notas sobre o município de Oliveira, pág. 19.

CAPÍTULO IV

O MUNICÍPIO NO SEU ESTADO ATUAL

Geografia – Hidrografia – Subsolo – Flora – Fauna – Distritos.

GEOGRAFIA DO MUNICÍPIO

O município de Oliveira, na região sudoeste de Minas Gerais, acha-se colocado entre os municípios de Cláudio, Passa Tempo, Santo Antônio do Amparo, Bom Sucesso, Campo Belo, Carmo da Mata, Candeias e Carmópolis de Minas.

É uma região atravessada por inúmeras estradas de grande importância na vitalidade econômica do Estado e do País. Seu índice demográfico acusa cerca de 20 habitantes por quilômetro quadrado.

Território muito acidentado, como quase todo o oeste mineiro, situa-se todo na zona do Campo ou Serra Acima, com uma temperatura média de 18°,6.

Seu clima, em geral, é doce, temperado e saudável.

Ocupa o município grande parte do elevado platô divisório entre as vertentes iniciais de duas grandes bacias: a sanfranciscana e a platina. Para a primeira, a captação das águas é feita principalmente pelo rio Boa-Vista. Para a segunda, pelo Jacaré e rio Grande.

Não há, entretanto, montanhas abismais nem picos pontiagudos. E, sim, uma sucessividade de morros rotundos, serras e vales, que vão descaindo em degraus contínuos, à proporção que se dirigem para as margens do rio São Francisco. Por outro lado, é menor o declive em direção do rio Grande; o que, aliás, se nota na lentidão dos afluentes deste em território oliveirense.

Há, pois, uma crista divisória dentro do município. De tal modo que, de qualquer lado que se venha, é subindo que se chega a Oliveira.

Essa crista divisória salienta-se dentro do município nas seguintes serras principais: serra da Mandassaia; morro do Sono; morro Vermelho; morro do Ferro ou serra dos Alemães; serra do Diamante e o pico do mesmo nome, formando a serra das Vertentes; e morro das Pedras, quase dentro dos limites da cidade, de cujo cimo se descortina vasto panorama.

A mais considerável é a serra das Vertentes. Dela faz parte a pequena cordilheira do Diamante, onde fica o ponto culminante do município (morro do Diamante), a leste da cidade, da qual dista uns seis quilômetros, numa altitude de 1.200 metros acima do nível do mar. Daí se descortina soberbo painel, com uns 200 quilômetros de raio, abrangendo a vista diversas localidades do Oeste, “vendo-se as terras qual um mar revolto, encrespando-se nas morrarias que se sucedem, juntadas em chamalote”. São palavras do jornalista diamantinense Porfírio Camelo que subiu ao seu cume em 1909, declarando ter enxergado daí, ao longe, “formando o último plano da paisagem, esfumada, a Serra do Curral, fronteira a Belo Horizonte”.

Quais baluartes naturais que avultam a leste da cidade, as cumiadas do Diamante formam o principal *divortium-aquarum* entre as duas bacias que, nos seus começos, se emparelham fronteiras adentro do município: a bacia do rio Grande, ao sul; e a bacia do São Francisco, ao norte. De tal modo que, das vertentes oliveirenses, correm águas para dois destinos opostos: umas, lá para o longínquo nordeste brasileiro; outras, para as plagas portenhas.

O sistema orográfico do município não é senão um prolongamento de certas ramificações da Mantiqueira. Prolongamento este que, nas proximidades do São Francisco, vai de encontro à serra do Espinhaço. Para Saint-Hilaire, tudo isso formava uma espécie de crista, a que dera o nome

de Serra Grande e do São Francisco, porque divide as águas dêsses dois rios⁶⁹.

Mas não resta dúvida que é uma das mais elevadas regiões do País, diz o mesmo sábio; “pois que se acha compreendida entre os começos do rio Grande e as fontes dos primeiros afluentes do São Francisco”. (Ibid.)

“Essas regiões, diz Eschwege citado por Saint-Hilaire, devem formar o planalto mais elevado não só da província de Minas, mas ainda de todo o Brasil, pois que suas águas correm, de um lado, até os últimos confins meridionais do império, e do outro, quase até às suas fronteiras setentrionais”.

Com efeito. Se Oliveira está a quase mil metros de altitude, um distrito seu, São João Batista⁷⁰, a seis léguas da sede, se encontra a 995 metros acima do nível do mar, segundo antigas observações barométricas do mesmo Eschwege que por aqui passou há mais de 150 anos.

O acidentado da região sugere a hipótese de que, em eras geológicas mui remotas, esse trato de terreno se tenha entumecido a grandes convulsões vulcânicas, das quais ficaram como foscos vestígios os fenômenos sísmicos duma cidade vizinha. E que, depois, os grandes ventos do cataclisma genesiaco, as chuvas e essa ventania infrene que até hoje costuma fustigar estas alturas desabrigadas, tenham acumulado, de monte em monte, num lento trabalho de aluvião, uma terra rubra, solta e esboroante, dando aos morros essa forma rotunda e achatada.

A constituição do solo não é homogênea. Predomina, porém, a composição sílico-argilosa em muitos trechos. Tudo leva a crer que é um terreno de formação muito velha, dada a forma abaulada dos seus morros e a caprichosa tortuosidade dos seus rios (o Jacaré, por exemplo), características geológicas com que a ciência identifica a idade de tais acidentes.

⁶⁹ Op. cit., I, 115.

⁷⁰ Hoje, Morro do Ferro.

Não só por ser parte da zona ao Campo, como também por causa da ação contínua do machado e do fogo, já se vão rarefazendo as matas que, pela sua primitiva abundância, chegaram a dar a um dos seus antigos distritos o pitoresco nome de Ermida do Carmo da Mata, hoje município. A maior extensão é de campos com vegetação rasteira, dando aos morros um aspecto de nudez escanhoadá, máxime quando esbatidos nas tardes enfumaçadas de agosto.

Nos flancos desses morros é curioso notar-se o fenômeno das boçorocas, ou esbarrancados⁷¹. São boqueirões rubros e hiantes, rasgando-se em certas encostas, exceto nas em que fica a cidade, onde, aliás, já existiram como profundas chagas, ora na ladeira dos Passos, ora na rua dos Fialhos⁷², hoje inexistentes graças às realizações urbanísticas das antigas edilidades. Esses boqueirões, diz o jornalista diamantinense citado, são “barocas profundas, enormes, avançando no moledo das colinas como cunhas vermelhas”. O autor destas páginas, subindo um dia, em 1941, ao alto do morro das Pedras, pôde contar daí 46 boçorocas espalhadas pelas encostas circunvizinhas, prejudicando as pastagens, chegando mesmo a alcançar até leito de estradas. Tomam formas caprichosas e ameaçadoras. Perto da cidade, a três quilômetros fica o impressionante Morro Vermelho, verdadeiro “canyon” dilacerando a serra em direção do Diamante.

Tão pavorosa é a sua visão de perto, que Porfírio Camelo viu aí, alarmado, uma grave ameaça para o próprio morro do Diamante que, “continuando o trabalho da erosão que se nota, intenso, nos seus taludes ou contrafortes, em curto espaço de tempo, relativamente, terá deixado de existir” (sic!).

Afora o tom terrorista desse vaticínio feito há mais de meio século, não há dúvida que o fenômeno constitui

⁷¹ Boçoroca (voçoroca ou simplesmente soroca) vem de çoroca, gerúndio do verbo tupi “romper-se”. Boçoroca é, pois, terreno rompido, desmanchado, rasgado.

⁷² Atual rua Padre Eustáquio.

verdadeira praga. O vizinho distrito de Morro do Ferro acha-se tão cercado de boçorocas, que suas casas já chegaram a ver-se assediadas por elas e seus habitantes a criar lendas e credices em torno da origem das mesmas⁷³.

A gênese desse fenômeno é lançada na conta da pouca consistência de certos trechos desprovidos de vegetação que os segure, e no insano trabalho da erosão que por aqui chega a extinguir lagoas (a da Matinha e da Tapera, por exemplo) e a criar outras, deslocando ou acumulando massas de terra. O homem tem a sua parte de culpabilidade na origem dessa erosão. Antigamente, os tapumes de propriedades eram feitos por meio de valos rasgados pelas encostas abaixo, canalizando e facilitando a ação erosiva das águas pluviais. Hoje, o oliveirense tem se penitenciado dessa culpa, enchendo os valos arcaicos, desviando as enxurradas e principalmente intensificando o reflorestamento, por meio de plantios de bambuais e de verdadeiros parques de eucaliptos.

Nas baixadas, a erosão tem acumulado reservas telúricas de muita fecundidade. Certas encostas e vertentes, outrora matas virgens, guardam ainda a antiga fecundidade. E, insuladas na extensão adusta dos campos e cerradões avermelhados, implantam-se, de onde em onde, capoeiras e matagais denominados “capões”. Estes foram um dos mais fecundos e produtivos rincões do País, para aqui atraindo observações de afamados técnicos agrícolas.

HIDROGRAFIA E POTENCIAL HIDRÁULICO

1. *Rios*. — São pequenos os rios que banham o município de Oliveira. Uns correm para o norte, em busca do São Francisco, recolhidos pelo Boa-Vista e pelo Pará. Outros correm para o sul, em busca do rio Grande, recolhidos quase todos pelo Jacaré.

Assim os mais importantes rios de Oliveira são: o Jacaré, o Boa-Vista e o Lambari.

⁷³ Vid. “Lendas oliveirenses”, neste livro.

O *Jacaré*. Com suas nascentes no morro do Tatu em Santiago, atravessa, de leste a oeste, o município oliveirense, sendo cortado pela ferrovia em dois pontos diferentes; primeiro, entre a estação da cidade e a de Antônio Justiniano, onde, encachoeirado de súbito, sob o majestoso pontilhão de ferro, abre uma das suas poucas exceções à sua lentidão arenosa; e segundo, próximo a Canaverde. Tortuoso e lento, corre, a princípio, para oeste e, depois, para sudoeste, banhando Santana do Jacaré e servindo de limite entre Oliveira e Campo Belo. Desemboca, finalmente, no rio Grande. É navegável em certos trechos e um tanto piscoso em terras oliveirenses.

Seus principais afluentes: Lambari, Pintos, Fradique, Caxambu, Motas e Maracanã.

Este último (*maracá*, diabo feroz e não, semelhante) banha a cidade de norte a sul, oriundo do sopé do Diamante. Riacho arenoso e exíguo, suas proporções atuais parecem desmentir a origem indígena do seu nome (Maracanã), ou apenas justificá-la com sua antiga pujança, talvez devida às matas hoje extintas ou – quem sabe? – a algum guerreiro famoso da tribo indígena que primeiro habitou estas paragens. Corre por aqui a lenda de que suas águas possuem um filtro mágico: quem delas beber, fatalmente se casará com pessoa da terra...

O *Boa Vista*. Nasce na lagoa da Folha Larga e segue para o norte, emparelhando-se demoradamente com a ferrovia Oliveira-Divinópolis (RMV). Nas suas margens e nas do Maracanã se localizou outrora grande parte do início da civilização oliveirense.

O *Lambari*. Foi outrora o epônimo da comarca. Afluente do Jacaré, com nascente e barra dentro do município, o Lambari é, como seu colega o Maracanã, um rio genuinamente oliveirense, nascendo e morrendo dentro da sua pequena pátria. Por sinal que deu seu nome à comarca durante muito tempo... Serve de divisa entre a sede e o distrito de São Francisco de Paula (hoje, S. Francisco de Oliveira).

2. *Quedas d'águas e seu potencial* – Apesar da lentidão dos seus rios, o município possui diversas quedas d'água nos rios Jacaré, Curral e outros, arroladas num potencial hidráulico de 5.800 H.P., aproximadamente – tocando a cada queda uma média de 100 a 2.000 H.P.

Integralmente aproveitado, o potencial hidráulico do município daria para industrializar, de sobra, toda a sua área territorial. Desse potencial, acham-se aproveitados pela Prefeitura 660 HP. na cachoeira Grande do rio Jacaré e a soma global em cavalos-força das duas dezenas e pouco de geradores particulares instalados pelas fazendas do município (estatística de 1940).

3. *Lagoas* — Romão e Fôlha Larga são as principais. A da Matinha, dantes tão citada em monografias sobre o município, está hoje extinta por completo, debaixo dum areal imenso trazido pelas cheias do Jacaré. Este tem sido o destino de muita lagoa e açude do município: a extinta lagoa da Tapera, o açude dos Fialhos e a vasta represa de D. Romualda há muito que desapareceram. E tão completamente, que ninguém conseguiria hoje identificar o lugar exato em que cada uma existiu.

Fôlha Larga. Fica ao norte da cidade, da qual dista uns três ou quatro quilômetros. Situada à margem da ferrovia, da janela do trem a gente a pode ver qual enorme gota de alumínio espalhada lá em baixo, ao pé dos morros empinados. É o nascedouro do Boa-Vista. Tem de extensão uns 1.800 metros (em 1942) e uma profundidade bem respeitável. Pela sua superfície sempre plácida e translúcida, barquejam, noite e dia, pescadores que aí costumam colher ótimos resultados. A origem do nome “Fôlha Larga” permanece incerta, talvez venha do nome de uma conhecida madeira encontrada nas matas do município, talvez lhe tenha vindo do seu próprio formato com recortes de uma grande folha. De tempos para cá, essa lagoa tem diminuído consideravelmente, tendendo a desaparecer.

SUBSOLO — FLORA — FAUNA

Os trechos mineralmente mais agraciados ficam para os lados do Morro do Ferro. Basta lembrar que a serra do Ferro, nesse distrito, foi alvo de laboriosa e profícua exploração alemã antes de 1914; serra, de fato, rica em ferro, ouro, cobre e amianto. No ex-distrito do Japão, fica a serra da Laje, de formações auríferas, num comprimento de 7.000 metros por 40 de altura. Há aí ferro e cobre também. Existem, outrossim, formações auríferas nos terrenos da fazenda da Vera-Cruz, atingindo seu ouro 22 quilates.

Perto de Oliveira, o córrego Lavrinhas, como indica o seu próprio nome, já foi alvo de minerações, aliás de pouca importância histórica e econômica. Outra coisa que supõe mineração antiga é o nome Diamante, posto, em épocas remotas, na cordilheira vizinha à cidade. Ninguém sabe justificar tal denominação, nem dizer se aí houve descoberta diamantífera. Aliás, perto da cidade, o terreno é pouco mineral. Excetuam-se apenas o leito aurífero do córrego Areão e duas pedreiras vizinhas, uma das quais, próxima dos Cabrais, está transformada em fábrica de paralelepípedos. É daí que tem saído todo o calçamento da cidade.

Nas imediações do rio Lambari, tem havido pequenas minerações à bateia. Além disso, há pelo município jazidas de mica e enormes reservas das mais finas e ligosas argilas plásticas, próprias para os mais delicados produtos cerâmicos. Infelizmente, a indústria oleira, tanto da sede como dos distritos, tem se limitado a produzir apenas tijolos e telhas.

Mas, de todas as possibilidades do subsolo oliveirense, nenhuma outra tem despertado maior debate do que uma *jazida de mármore verde* situada a duas léguas da cidade. É calculada em muitas centenas de contos de réis e continua inexplorada. Fica nos Fradiques, a dois quilômetros do riacho do mesmo nome e a um apenas de outro menor.

A pedra dessa jazida (esteatita), que, aliás, entrou na construção da velha matriz há mais de cento e sessenta anos, já foi objeto de muitas observações e chegou a figurar

numa exposição internacional em Londres. É de um lindo verde-maçã, com arabescos de cores várias, julgada como talco endurecido pelo mineralogista austríaco dr. Pohl, que a observou *in-loco*. Desclassificada em Ouro Preto numa análise, ao que parece, precipitada, confirmou-se afinal tratar-se de legítimo mármore verde, capaz de rivalizar com o de Carrara. Pelo menos, é o que dizem observações mais práticas das afamadas marmorarias Lunardi e Matarazzo.

Saint-Hilaire não deixou de admirá-la na velha matriz, quando aí entrou em 1819, na sua passagem para Goiás. A pia batismal e o sopedâneo da capela-mor constituem o bloco mais bonito.

Essa jazida, pertencente em 1942 aos herdeiros do ilustre oliveirense cel. Joaquim Dias Bicalho Júnior, ocupa uma área de 1.815 metros quadrados, apontando, aqui e ali, em afloramentos diversos, de formação calcárea, próprios, aliás, para ser aproveitados numa rendosa indústria de cimento.

Flora — Dentro da área territorial do município, há ainda 1.500 alqueires em reservas florestais. Aí se encontram e daí se extraem excelentes madeiras quer para construção, quer para marcenaria, sem falar nas elevadas metragens cúbicas de superior lenha de mato, numa produção média de 100 mil metros cúbicos por ano.

As madeiras mais encontradiças aqui nas reservas florestais são: angelim, canela, cangerana, cedro, ipê, jacarandá, jequitibá, maçaranduba, óleo, peroba, aroeira, bálsamo, ipiúna, sassafrás, sucupira, tambu, folha-larga, jatobá, caixeta, vinhático, ingá, sapucaia etc.

As mais impressionantes reservas florestais do município ficam, atualmente, no distrito de São Francisco de Oliveira.

Este é um pálido instantâneo tropical dos melhores trechos da flora oliveirense. Dela extraem as tradicionais tecedeiras que, nos Martins, ainda mourejam com teares de pau, uma variedade de tintas de firmeza incrível. Ali estão a marmelinha, a folha-miúda, o anil, o urucum, a aroeira

– donde sai essa padronagem de cores berrantes, tão empregadas nas afamadas colchas de lã e algodão, mais conhecidas na gíria por colchas de dado, de larga reputação em todo o Estado de Minas.

Para fins industriais, são extraídas da flora oliveirense toneladas de cascas. As cascas de cortiça, por exemplo, atingem por vezes a uma espessura tal que produzem ótimas rolhas, além de serem muito empregadas na confecção de câmaras frigoríficas.

Para a química industrial, a fim de fornecer tanino à indústria curtidora, está saindo de Oliveira (1942), para os mercados do Rio, uma média anual de 75.000 arrobas de cascas de barbatimão.

A flora medicinal de Oliveira oferece uma rica fonte de medicamentos. Aí se encontram congonha de bugre, suma branca, suma roxa, jurubeba, caroba, taiuiá, velame, capim mercúrio etc. Quase podemos imputar a essa fonte medicinal a grande legião de raizeiros e charlatães que até há pouco infestava o município.

E, como apêndice à flora oliveirense, convém lembrar que, em 1819, o naturalista francês Saint-Hilaire descobria nas imediações da cidade, para os lados do Camacho, uma planta exótica que ele confessou não haver encontrado antes, em toda a sua viagem desde o Rio. Em novembro de 1889, o técnico-agrícola dr. Vaz Pinto, que não escondia sua admiração pelas culturas de videiras e trigo espalhadas então pelo município, descobria, nas adjacências da lagoa da Folha Larga, uma das variedades da vinha brasileira pertencente ao grupo *Cissus*, já descrita por Martius, e encontrada na zona onde sua existência fora determinada por Foex e Viala.

Fauna — O esporte venatório ainda pode encontrar, pelas capoeiras do município e pelos seus rios e lagoas, uma infinidade de representantes da riquíssima fauna brasileira: jacaré, capivara, queixada (Folha Larga e rio Jacaré), paca, cotia, veado, coelho, macaco, tatu, preá, lobo do campo, codorna, perdiz, nhambu, juriti, trocal, traíra,

bagre, curumatã, papa-terra, timburé, dourado, mandi e acará.

Dos répteis venenosos que ainda infestam as matas oliveirenses, são encontradiços a cascavel, o urutu, a jararaca, a jibóia e a cobra coral. E, entre os araquinídeos venenosos, não podemos esquecer o nosso “amigo” escorpião que, de vez em quando, faz das suas aqui pela cidade...

No domínio do passaredo canoro, podemos enumerar os canários, pintassilgos, sabiás, a araponga, as maitacas, os periquitos, peixes-fritos e outros.

No domínio da apicultura, que constitui fonte de renda para muitos, conta o município com a seguinte variedade de abelhas: mandassaia, jataí, abelha-europa e arapuá.

DISTRITOS

De acordo com o cartograma territorial do Brasil, em vigor desde 1939, o município de Oliveira compunha-se de quatro distritos até 1949:

1. São Francisco de Paula
2. São João Batista
3. Japão⁷⁴
4. Oliveira (distrito-sede)

São Francisco de Paula — Com uma população, nos dias atuais, de 5.564 habitantes, fica esse distrito a vinte quilômetros da sede. É também conhecido por São Francisco de Oliveira, em contraposição ao seu homônimo de Juiz de Fora.

Para melhor diferenciação, já lhe quiseram, uma vez, mudar a denominação para Jacareguai. O neologismo não pegou, porém. O nome do padroeiro continuou a batizar o lugar.

⁷⁴ Município desde 1949, com o nome de Carmópolis de Minas.

São Francisco é uma localidade de aspecto antigo e pitoresco, situada num planalto suave. Sua fundação data dos primeiros decênios do século dezoito: é um dos lugares nascidos da mesma ordem da velha picada que, em direção de Goiás, passava por Japão, São Francisco e Tamanduá. Eis porque é mais velho do que Oliveira, tendo esta nascido bem depois, ao se abrir o atalho novo da velha picada. Não há dúvida que esse atalho roubou a São Francisco grande oportunidade de progresso.

Em 1774, já se constituía o patrimônio da capela de São Francisco de Paula, cujas terras, dotadas de grande fertilidade, foram doadas, por carta régia, às antigas famílias portuguesas Lima e Cintra.

Anexado ao município de Oliveira em 1841, foi elevado a freguesia civil e eclesiástica a 10-12-1867, pela lei mineira 1.415.

O arraial de São Francisco de Oliveira, que em 1942 tinha apenas 3.473 habitantes, experimentou nestes dezoito últimos anos uma fase de crescimento demográfico digno de nota. Além disso, suas atividades nos diversos setores tiveram também um relativo desenvolvimento.

Possui um grupo escolar, denominado “Cel. Mário Campos”, em homenagem a um de seus mais operosos filhos, seu representante na edilidade oliveirense várias vezes.

No setor recreativo, possui um clube que é frequentado pela sociedade local, um clube esportivo, “Oeste F.C.”.

Conta, ainda, com uma agência dos Correios e um serviço telefônico, farmácia, casas de comércio e escolas rurais.

A atividade econômica principal é a agricultura, destacando-se a excelente produção de café. São também culturas mercedoras de menção as de milho, feijão, arroz, cana de açúcar e outras.

Destaca-se São Francisco de Oliveira na pecuária, possuindo cerca de 15.000 bois para abate, que são vendidos aos grandes centros consumidores do país. A produção de leite gira em torno de 8.000 litros diários. A arrecadação

de impostos e taxas, no distrito, somou Cr\$779.691,80, em 1959.

No setor religioso, a população é católica na sua totalidade. O distrito possui a igreja-matriz e mais 4 capelas, havendo 5 associações religiosas. É vigário da paróquia o Revmo. Pe. Augusto Martins.

Havia em 1959, no distrito, 1.850 eleitores inscritos.

Não há mineração alguma pelo seu território. A sua principal característica é a produção agrícola e pastoril.

2. *São João Batista (hoje, Morro do Ferro)* — Com uma população de 3.187 habitantes, esse distrito fica a 24 quilômetros de Oliveira e a 18, de Passa Tempo. Por mais de uma vez, esteve desligado do quadro municipal de Oliveira, datando de 1840 a sua primeira anexação.

Como São Francisco de Paula, o nome desse arraial veio do calendário católico.

São João Batista, rústico como o próprio profeta do Jordão, fica situado numa pequena elevação, vizinha à serra hoje denominada serra dos Alemães. A fundação do lugar é anterior à de Oliveira, não só por causa da sua antiga localização à beira de caminhos mais antigos, como porque o terreno, bastante mineral, para aí atraiu os antigos exploradores.

Possui grupo escolar estadual, boas casas comerciais, farmácia, correio etc.

A serra do Ferro, em São João Batista, é uma serra efetivamente rica. Dormem-lhe no seio e nas imediações jazidas de hematita, manganês, cobre e amianto, além de vários veios auríferos. Explorada por técnicos alemães antes da primeira conflagração europeia, compraram-na e a revolveram em diversos pontos, com ótimos resultados — diz o povo — correndo, de então para cá, insistente boato de haverem extraído daí, não só muito ouro, como até um enorme diamante. Estourada a guerra de 1914, regressaram à pátria, deixando aí ao abandono as referidas terras, que

ainda eram até há pouco propriedade da *Brasilianisch Bugache J. Huntugellechasft* (Alemanha). Desde então, o povo batizou o local de serra dos Alemães.

O distrito de Morro do Ferro é também dotado de boa indústria pastoril e pode gloriar-se de se achar ligado por estradas a diversos centros de progresso: Oliveira, São João del-Rei, Rio etc.

É pena que o arraial venha sendo assediado pela praga das boçorocas, fenômeno, aliás, nascido da própria constituição geológica do seu terreno e do contínuo trabalho da erosão. Cabe ao homem sustar esse mal com os meios naturais do reflorestamento, desvio das águas pluviais, aterros etc.

MORRO DO FERRO NA ATUALIDADE

O distrito de Morro do Ferro, atualmente, experimenta uma fase de grande progresso. Para isso, tem recebido a sua população o apoio dos chefes do Executivo oliveirense, como se verá mais adiante.

Dotado de serviço de iluminação pública, abastecimento de água e outros serviços essenciais, Morro do Ferro possui também inúmeros melhoramentos introduzidos graças ao esforço de seus filhos.

Na parte recreativa, conta com um clube de futebol, o Aliança F.C., que possui campo próprio, o Estádio Paulo Pinheiro Chagas, construído com o auxílio do governo estadual. Possui, ainda, duas bandas de música: a Lira Batistana e a Lira Santa Cecília, que são regidas pelos maestros Paulo Pereira Barros e Ilídio Vieira de Andrade, respectivamente .

No setor religioso, há em Morro do Ferro a Matriz, um belo templo erigido sob a proteção de São João Batista; a Capela de Nossa Senhora do Rosário, em construção; e a Capela de Nossa Senhora de Lourdes, havendo, também, capelas nos povoados de Tombadouro, Engenho, Jacaré e Ouro Fino. Em atividade, diversas associações religiosas.

No setor da instrução, Morro do Ferro conta com as Escolas Reunidas, onde funcionam cinco classes. Há, ainda, junto ao estabelecimento, em funcionamento, um curso de adolescentes e adultos e uma caixa escolar, que mantém uma cantina para distribuição de merenda aos alunos pobres.

A população do distrito é de 2.976 pessoas, das quais são eleitores 993.

Com a reimplantação do regime democrático no Brasil, em 1945, o distrito de Morro do Ferro passou a ter sua representação na Câmara Municipal. Foram eleitos vereadores: em 1947 – sr. João Machado Vargas; em 1950 – srs. Geraldo Magela Alves e Ciro Coelho de Andrade; em 1954 – srs. Josias Geraldo Vargas e Sabino Machado da Silveira; em 1958 – Geraldo Magela Alves e Ciro de Andrade. Foram eleitos juízes de paz: em 1947 – srs. Otávio de Paula Barros, Vicente Alves dos Santos e Pedro de Oliveira Barros; em 1950 – Vicente de Paula Machado, Pedro Teixeira de Rezende e José Prudente Júnior; em 1954 – Erasmo Machado da Silveira e Alípio Belizário de Rezende; em 1958 – Adélio da Silva Leão, Paulo Pereira Barros e João Batista dos Santos.

O distrito de Morro do Ferro conta com vários melhoramentos, ali introduzidos pelos diferentes administradores que têm passado pela Prefeitura Municipal de Oliveira. Na gestão do prefeito Athon Cambraia Campos, foi feito o serviço de sarjeta da rua do Comércio, atual rua Prefeito José Silveira; melhoria na rede de distribuição de água, com substituição de canos; reconstrução do prédio das Escolas Reunidas de Morro do Ferro; diversas obras em todas as ruas e praças; reconstrução da ponte sobre o rio Jacaré; início da construção do prédio da escola-modelo do povoado de Tombadouro; extensão da linha telefônica até a usina do rio Jacaré; construção de um coreto na praça da matriz.

Na administração José Silveira, foram concluídos os melhoramentos anteriormente iniciados.

No período de governo do dr. Djalma Pinheiro Chagas, foram feitos reparos em vias públicas e estradas. O seu substituto, sr. Sebastião Aguiar, construiu um prédio para escola no povoado do Engenho; iniciou a construção de uma escola no povoado de Ouro Fino e construiu um trecho de estrada ligando Tombadouro a Oliveira.

O atual prefeito, sr. Francisco Cambraia deu prosseguimento às obras iniciadas por seu antecessor; terminou as obras do coreto; concluiu a construção da escola de Ouro Fino e procedeu a serviços de encascalhamento de ruas, de melhoria no abastecimento de água e reparos na ponte sobre o rio Jacaré.

3. *Carmópolis de Minas, ex-Japão de Oliveira* – Fica a 39 quilômetros da sede o ex-distrito de Oliveira. Desde 1841, figurou no quadro municipal oliveirense. Seu pitoresco casario, entremado de construções elegantes e suntuosas, espraia-se por sobre uma colina arredondada.

Quando, no fundo da nossa história colonial, começou a nascer o Japão, nem ao menos havia ainda a histórica picada de que nasceria Oliveira.

Em começos de 1700, sendo rei de Portugal D. Pedro II, filho de D. João IV, e estando o governo do vice-reinado do Brasil entregue a D. Rodrigo da Costa a quem sucedeu até 1710 D. Luís César de Menezes, houve aquela febre de imigração portuguesa para os Campos Gerais dos Cataguases, futura capitania de Minas em 1720.

A caça ao ouro e às gemas preciosas, aliada ao interesse de Portugal ávido de riquezas para garantir seus negócios internacionais – era o que justificava aquela imigração crescente.

Entre os imigrantes portugueses vindos para Minas em 1703, quatro colonos de prol, talvez políticos exilados da velha Lusitânia, vieram parar nas terras em que hoje floresce Carmópolis de Minas. Eram eles os quatro irmãos:

tenente Antônio da Costa Pereira⁷⁵, padre Domingos da Costa Guimarães, guarda-mor João da Costa Guimarães e alferes Manuel da Costa Pereira.

Aí, nas velhas e impressionantes florestas ainda não rabiscadas de caminhos, requereram, em 1703, posse de sesmarias. Aquelas terras eram então consideradas devolutas: requeridas anteriormente por outros, não foram, porém, apossadas.

De posse da carta régia que lhes assegurava o domínio daquelas paragens, iniciaram logo a sua colonização, importando escravos trazidos pelos comboeiros ou aprisionando os quilombolas já por ali refugiados.

O tenente Antônio da Costa Pereira embrenhou-se com seus escravos mais para diante umas duas léguas. E, aí, numa extensa baixada cortada por um ribeiro, fundou a “Fazenda do Sobrado”, no local denominado Japão Grande. Construiu-a em princípios de 1704: um casarão de pedra, com parapeito à frente servido por escadaria de pedra, uma porta larga e duas janelas. O velho casarão apesar das modificações sofridas através dos seus 260 anos de idade, guarda ainda hoje quase toda a sua integridade histórica. É o mais velho solar do antigo município de Oliveira e continua a ser a mesma fazenda do Sobrado, propriedade do cel. Salatiel Vaz de Oliveira (em 1942).

Enquanto o tenente Antônio da Costa Pereira cuidava de extrair ouro, arrebancar escravos e amansar o solo, seu irmão padre Domingos da Costa Guimarães pensava em catequizar os africanos, tanto os já existentes aí pelos quilombos, como os que fossem chegando em comboios, estendendo também a luz da doutrina aos índios cataguás, sobreviventes àquela histórica batida de Lourenço Castanho Taques em 1076, iniciada em Conquista (Itaguara).

⁷⁵ Não confundi-lo com o oliveirense capitão Antônio da Costa Pereira, pai de Manuelita da Costa Chagas.

Para essa catequização, padre Domingos construiu sobre a colina, em frente à serra da Laje, um sobrado de pedra. Este serviu de ermida, até que se construísse, em 1707, a capela também de pedra, hoje demolida e substituída pelo suntuoso templo gótico-romano iniciado em 1926, pelo vigário padre Francisco Pedro de Araújo, e terminado em 1934.

A velha casa de pedra ficou se chamando Casa de Nossa Senhora: foi aí que se recolheu a imagem da padroeira local, Senhora do Carmo, vinda de Portugal em 1705. A preciosa relíquia histórica ainda existe na matriz, onde a fé do povo a cerca de comovida veneração.

Sua antiga igreja de pedra tinha a frente voltada para o norte, defrontando-se com a casa de pedra ou Casa de Nossa Senhora, hoje extinta e substituída por residência particular. No frontispício do velho templo, gravara seu fundador esta legenda sagrada: “*Hic est domus Dei et porta coeli*. Aqui é a casa de Deus e a porta do céu”.

As obras da construção custaram-lhe 670 oitavas de ouro, ou mil cruzeiros em moeda de hoje.

Mais tarde, o padre Domingos deixou o Japão em direção do Oeste. No triângulo mineiro, fundou o arraial de São Domingos, hoje cidade de Araxá. E aí morreu na fazenda da Babilônia. Por ter deixado muitas dívidas, foram postas em hasta pública e arrematadas todas as suas posses no Japão e no triângulo mineiro.

Quanto aos dois outros irmãos, também deixaram o Japão, seguindo cada qual rumo diverso. Parece que desgostaram do lugar ou aí se desavieram em alguma demanda.

O português Manuel da Costa Pereira retirou-se para Santo Amaro, município de Queluz. Aí se apossou de terras, mediante carta régia que lhe foi passada. Regressaria daí, mais tarde, seu filho, alferes Manuel da Costa Ribeiro, de grande proemiência na história japonesa.

Quanto ao guarda-mor João da Costa Guimarães, seguiu para Conquista, hoje Itaguara, no município de Itaúna. Por meio também de carta régia, apossou-se aí

duma vasta área territorial, dividida hoje em dezenas de fazendas prósperas. Aí fundou a fazenda da Cachoeira e legou ao lugar diversos descendentes, um dos quais, vivendo ainda em Itaguara, traz o mesmo nome do primitivo colonizador: João da Costa Guimarães.

Em novembro de 1862, graças ao padre José da Costa Ribeiro, que arrolou em patrimônio da capela a igreja e o sobrado de pedra, foi criada, por D. Viçoso e ratificada por D. Pedro II, a freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Japão (carta imperial n.º 1144).

O padre José da Costa Ribeiro era filho do alferes Manuel da Costa Ribeiro. Nasceu na Fazenda Velha a 25-12-1809, ordenou-se em São Paulo, a 13-6-1836 e morreu no Japão a 28-2-1872. Foi o 3º capelão do lugar e o seu 1º vigário colado.

Hoje, a próspera localidade, com suas grandes matas, seus distritos e povoados vizinhos, suas ricas fazendas e a sua impressionante serra da Laje, cujo ouro atinge 22 quilates⁷⁶, está fadada a um futuro brilhante.

É servida pela rodovia Oliveira-Belo Horizonte, pelo telégrafo nacional e telefone interurbano. É abastecida de água potável instalada pelo cel. João Alves em 1899, quando da sua presidência na câmara municipal de Oliveira. Goza de diversos melhoramentos trazidos já pela câmara municipal, já por iniciativas particulares de pioneiros locais, entre os quais se destacam o cel. Américo Leite, o cel. Paulinelli com seus filhos, o itaguarense Ivo Rosa de Freitas e outros muitos.

Em 1942, graças ao dr. Antenor de Castro, foi inaugurada a iluminação elétrica do lugar.

E — coisa curiosa! — no meio do município, na praça mais frequentada, ergue-se, como abrigo de gerações, uma árvore anciã, ensombrando bancos sempre cheios de pessoas a palestrar: dizem que essa velha árvore de óleo é a

⁷⁶ Amostra examinada em Morro Velho em 1869.

única sobrevivente das antigas matas que cobriam o lugar antes do seu povoamento.

Se for verdade, ali está uma irmã gêmea daquele buriti perdido que Afonso Arinos cantou inspiradamente como testemunha sobrevivente do drama da conquista...

Por que Japão? — O nome é antigo como o lugar. E nada tem a ver com o seu homônimo asiático.

Sua origem segue, aliás, aquela divertida mania com que os portugueses arvoravam em topônimos, palavras ou frases corriqueiras ditas em momento psicológico. Exemplo: Olinda, de “Ó linda!”

Sobre a palavra Japão, a tradição nos legou algumas versões. A primeira diz o seguinte:

Portugueses e taubateanos, viajando em busca das prodigiosas minas de Goiás, verdadeiras êmulas das estrelas do céu, passaram por aí: acharam sobremodo inóspito aquele lugar junto à serra da Laje. Não havia aí um lugar, um rancho, um fogão, nada que os abrigasse e lhes matasse a fome. Saíram esconjurando.

De volta, já encontraram casas cheias, com fogões acesos, donde o pão nosso de cada dia lhes veio à mesa, em panelas fartas e fumegantes. Não contiveram uma exclamação alegre e reconhecida:

– Graças a Deus, já há pão!

E desse alvissareiro já há pão originou-se, por si-nérese ou corruptela, o topônimo Japão.

Contra esta versão há a circunstância de que nesse tempo ainda não tinha sido aberta a estrada para Goiás.

A segunda versão pouco se diferencia da primeira.

O velho Freitas, diz a tradição, era um português escovado e caprichoso. Quando veio agregar-se aos primeiros colonos do lugar, não se conformou com ficar sem o seu costureiro pãozinho de trigo, tão comum lá no Reino e mesmo cá na Corte.

Que fez?

De fubá ou talvez de farinha de trigo trazida por ele em boa hora, começou sua mulher a fabricar em casa, ali perto da fazenda do Sobrado, uma espécie de pão ou broa, amassada em gamelas e assada em forno de cupim.

Passando, um dia, pela sua casa outro português recém-vindo da Corte, admirou-se quando lhe puseram para lanche uma bandejada das tais broas com pretensão a pães. E exclamou com ímpeto:

– Caramba! Por aqui já há pão?!

A frase caiu no gosto do povo e pegou; as crianças se incumbiram de ir passando-a para diante. Repetida, martelada de boca em boca, ela se contraiu em Jahapão (Antigo Jahapam) (Japão).

O historiador Nelson de Sena considera o nome Japão forma evolutiva de Yapuã ou Yapuão, pássaro outrora existente nas matas locais. O iapuão seria o iapu grande, correspondendo o nome à onomatopéia do seu canto, espécie de grito intermitente no meio da mata.

A partir de 1949, Japão de Oliveira foi elevado à categoria de município com o nome de Carmópolis de Minas, tendo como 1º intendente o sr. Vítor Macedo. Pela sua íntima e secular ligação com a história do município de Oliveira, este capítulo escrito em 1941 continuará incluído neste livro como homenagem ao seu glorioso ex-distrito.

PANORAMA OLIVEIRENSE EM 1961

O distrito-sede do Município de Oliveira, que em 1941 contava com 10.000 habitantes, possui hoje, ou seja, 20 anos depois, 20.000 habitantes, sendo 5.663 eleitores. Foi desmembrado de seu território o ex-distrito do Japão de Oliveira, hoje o florescente Município de Carmópolis de Minas.

Nesses 20 anos, Oliveira passou por muitas transformações. Na órbita política, como aconteceu em todo o Brasil, experimentou a mudança dos dirigentes, notando-se um apreciável progresso nas relações entre os diversos grupos políticos de influência na região. No setor religioso, ganhou

o Município a Diocese de Oliveira, solenemente instalada em 8 de dezembro de 1945, com grandes benefícios para a população, tradicionalmente católica. No campo social, houve sensível melhora no nível de vida dos habitantes, graças, em parte, à política nacional de desenvolvimento, que vem proporcionando ao país oportunidade de criar novas fontes de riqueza. No setor industrial e comercial, notam-se também alguns melhoramentos, fruto da iniciativa particular, que sempre esteve atenta ao desenvolvimento da cidade. No terreno esportivo, de um lado, verificou-se maior entusiasmo na prática de esportes menos popularizados, como a natação, o voleibol e o basquetebol, decaindo em consequência a atividade no setor do futebol, glória do passado oliveirense. No setor da cultura e da instrução, a cidade ganhou mais escolas primárias, principalmente na zona rural, resultado de uma política acertada dos dirigentes municipais, bem como alcançou melhores níveis no ensino secundário, com a criação do curso colegial no tradicional “Pinheiro Campos” e de uma escola técnica de comércio, esta de iniciativa particular. Ainda no setor da instrução primária, formaram-se novas professoras, e aperfeiçoaram-se os métodos de ensino, dando-se especial atenção ao problema da psicologia dos alunos e aos testes vocacionais. Criaram-se também novas bibliotecas, inclusive uma de iniciativa da Prefeitura Municipal, pela lei n. 554, de 28-11-59. Por seu turno, a Diocese apressou o término das obras do Seminário da Santíssima Trindade, destinado a formar sacerdotes e que já vem funcionando há algum tempo, com ótimos resultados.

No setor de obras públicas, Oliveira pode se considerar uma cidade privilegiada, pois tem quase todos os seus problemas fundamentais já resolvidos. A administração pública, a partir de 1945, tem seguido a mesma tradição dos prefeitos anteriores, dando sempre prioridade aos problemas de interesse coletivo. Nestes 15 anos que assinalam a redemocratização do país, Oliveira muito se beneficiou da atuação de seus administradores, os quais, bem entrosados com

o governo estadual, puderam realizar a contento os seus programas de realizações em favor do Município. O atual Prefeito, sr. Francisco Cambraia Campos, que se tem revelado um político sagaz, conseguiu até aqui contornar as poucas dificuldades de sua administração, mantendo-se em posição que se pode dizer invejável quanto aos benefícios alcançados. Dando amplo apoio à iniciativa particular, o Prefeito tem estimulado muitos melhoramentos para a cidade, ao tempo em que, através de seus contatos, consegue também junto das autoridades federais e estaduais o amparo a essas iniciativas e a solução de alguns problemas básicos para a população. Entre as iniciativas governamentais e de particulares mais importantes nestes últimos cinco anos, podemos assinalar as seguintes: entrega dos serviços de força e luz à CEMIG; construção de novos reservatórios de água e reforma da rede distribuidora; construção da sede própria do Oliveira Clube; construção da sede do Banco do Brasil; instalação da Companhia Oliveirense de Telefones, também com sede própria; construção da sede própria do Banco de Minas Gerais; construção do Grande Hotel de Oliveira; ligação asfáltica entre a cidade e a Rodovia Fernão Dias; e muitos outros empreendimentos, no setor industrial e comercial principalmente, de menor importância mas indispensáveis e necessários à dinamização do progresso local.

Resolvidos os problemas da energia e dos transportes, podemos vaticinar para Oliveira um futuro promissor, que colocará a nossa cidade em situação de privilégio no Oeste de Minas.

Em branco

CAPÍTULO V

URBANISMO E MELHORAMENTOS MUNICIPAIS

O urbanismo oliveirense, seus aspectos e seus heróis – Água potável – Iluminação pública – Administração Djalma Pinheiro Chagas – Administração Jaime Pinheiro de Almeida – Administração Athos Cambraia de Campos – Administração José Silveira – Nova administração Djalma Pinheiro Chagas – Salubridade – Aspectos atuais da cidade

O URBANISMO EM OLIVEIRA, SEUS ASPECTOS E SEUS HERÓIS

Data de janeiro de 1842 uma das maiores modificações urbanísticas em Oliveira. Das duas primitivas ruas que constituíam o velho arraial, a rua de cima, que era muito larga, teve a sua faixa central toda dividida em lotes, aparecendo então os quarteirões centrais, entre as seguintes ruas que citamos com seus nomes atuais: Dr. Carlos Chagas, Dr. José Ribeiro, Dr. Coelho de Moura, Duque de Caxias e outras. Nesses quarteirões que outrora eram rua, estão hoje o "Oliveira Clube", a Prefeitura, o correio, a distribuidora, a catedral, etc.

A municipalidade fez concessão dos lotes, mediante donativos em dinheiro para a construção da casa da câmara: na esquina do largo, por exemplo, o sargento-mor Felisberto Ribeiro da Silva ganhou terreno para seu sobrado, com a condição de dar 50% para as obras do paço municipal.

Ficou reservado o espaço necessário para o largo do Rosário, cuja igreja já existia desde muito. Para aí foi transferido um chafariz que ficava no meio da rua larga. Perto dele, pôde construir seu sobrado o tenente-coronel Antônio

Alves de Moura. Outro prédio aí erguido foi o do furriel Francisco de Santo Antão Abade. O tenente-coronel José Ferreira de Carvalho aí teve também o seu lote, para construir um sobrado. Idem, Cândido de Faria Lobato, uma casa de duas frentes, na primeira linha do largo. É o que rezam os velhos anais da câmara.

Todos deviam começar suas casas dentro do prazo de seis meses, sob pena de perderem o terreno. Deveriam também, dentro de um ano, apresentar construído ao menos o exterior das casas, sob pena de ter de pagar à câmara a multa de 100\$⁷⁷. Tudo isto em 1842.

1. *Aspectos antigos*. — A atual praça Quinze de Novembro era outrora o Largo da Matriz para todos os efeitos, inclusive para reunião das “panelinhas” maledicentes. Tinha 75 braças de comprimento por 30 de largo. A matriz ao fundo como ainda hoje; e, lado a lado, em renques que convergiam para a porta principal, duas alas de árvores altíssimas: casuarinas a leste e acácias a oeste. O centro, que, antes de 1840, era cemitério, quando não se reduzia a um imenso vassoural, era um gramado zebrado de trilhas tortuosas, uma para cada residência. Data de 1887 a derribada das velhas acácias e casuarinas, em cujas franças gemeu lugubrememente muita ventania noturna, sugerindo aos tímidos a lembrança do além-túmulo...

Além do grande cruzeiro que aí se ergueu em 1855 (hoje desaparecido), ficavam ali os velhos cochos para a distribuição de água potável, como se verá mais adiante.

Pelas ruas e praças, pasciam manadas de reses e porcos. Para evitar que invadissem as residências, cada casa tinha sua porta da rua guarnecida duma cancela de ripas.

Eis o que a *Gazeta* local dizia em letras garrafais em 10-11-1889:

⁷⁷ Sessão da câmara de 14-1-1842. Presidência do vereador Castro.

“À ilustríssima câmara municipal, pedem-se providências para o gado solto na rua durante a noite, e que mi-moseia os ouvidos dos infelizes, menos do fiscal que parece ser surdo e cego. a.) *Uma vítima*”.

2. *Becos e largos*. — Afora meia dúzia de ruas enladeiradas e buraquentas, tudo o mais era beco. E cada qual com o nome mais incrível, nascido em geral da imaginação da garotada. Havia, por exemplo, o “Beco do Pio”, porque nele ficava a casa do tenente Pio Ribeiro da Silva. O “Beco da Sá Mestra”, porque aí morava o maior pesadelo da criançada: a mestra régia e sua terribilíssima palmatória. Abaixo desse beco, no local hoje ocupado pelo cinema, havia uma cova larga e funda, cheia de jóá bravo, antigo amassador de barro para adobos: a criançada arranjou-lhe logo o prosaico nome de “Buraco de Sá Cota”, porque ali perto residia alguma D. Cota. Aquela ladeira íngreme que por muitos anos se chamou Ladeira dos Frades e que hoje pompeia na belíssima rua Dr. Alexandrino Chagas, era outrora um beco sujo e esconso a que recorriam à noite os *necessitados* (?), donde lhe resultou o nome de... (com licença!) “Beco da Merda”. Outro beco era o “Beco da Mangueira”, hoje avenida Américo Leite.

Quanto à atual praça Manuelita Chagas, chamava-se outrora praça do Cruzeiro, nome que vinha do grande cruzeiro plantado no seu centro e hoje transferido para o topo da colina, final da avenida Valdemar Fernal. Era uma praça abaulada. Um capinzal imenso retalhado de trilhas, uma para cada casa. Medrava aí um imenso bambual. Era o ponto escolhido para se armarem circos de cavalinhos. O primeiro circo que entrou em Oliveira e aí se armou foi a “Companhia de Equitadores do Circo Olímpico”, dirigido por Alexandre Luard⁷⁸. Aqui chegou em maio de 1842 e a câmara municipal, com certo constrangimento,

⁷⁸ Ata da câmara, 13-5-1842.

resolveu permitir o funcionamento dos espetáculos, cobrando-lhe 3\$ por noite, para os cofres da câmara (sic).

Dizem ter existido nessa praça, em tempos muito remotos, um pequeno cemitério. A esse ponto vinha desaguar, numa grande caixa de areia, o antigo rego d'água aberto em 1842 para abastecer a população. Parte dessa água movia monjolos e moinhos assentados a oeste da praça, local em que se formou logo um grande charco arruinando toda aquela parte até o recanto dos Fialhos. Nesse recanto, rasgava-se um imenso boqueirão (boçoroca), onde a crença popular localizava aparições noturnas de almas do outro mundo. Outro boqueirão semelhante abria-se também na ladeira dos Passos, para cujo desaparecimento muito se bateu na câmara Venâncio Carrilho em 1843.

Os culpados pelo aparecimento desses esbarrancados eram os antigos valos que retalhavam o terreno sobre que nasceu a cidade. Agrupamento de fazendas a princípio, a localidade recorria ao valo para tapume de cada propriedade. Tapume depois substituído pelos grossos muros de taipa, feitos de barro e capim, vulgarmente chamados “muros de braça”. Restam deles, ainda hoje, trechos grandes, dando aos quintais um aspecto pitoresco e evocativo.

3. *Arquitetura.* – As casas antigamente eram baixas e longas, tais como as viu Saint-Hilaire em 1819. Datam de 1835 os primeiros sobrados construídos no lugar. Das velhas casas longas e baixas ainda existem algumas na rua Coelho de Moura e na própria praça Quinze, infelizmente deformadas por fachadas “modernas”, cobrindo o seu velho aspecto colonial: portas arredondadas e grossas paredes de pedra.

Estabelecendo-se aqui, lá por 1860, o português José Fernandes do Couto (Zé Carapina) que era exímio construtor, iniciou aqui um tipo especial de arquitetura genuinamente colonial. Os mais abastados do lugar, mobilizando suas finanças e seus escravos, confiaram-lhe a construção dos seus solares. Desses bons tempos é que nos vieram os casarões de sacada e andar duplo, com a frente sombreada

de beirais e o bojo dividido em salões imensos, coloridos, ligados dentro por corredores e fora por enormes escadarias internas ligadas por um saguão ao mundo exterior.

Quanta coisa sugerem esses solares imponentes! Abastanças e glórias passadas. Amores idos e vividos. Aventuras esquecidas. Romances íntimos recalcados no interior daquelas alcovas discretas, forradas de arabescos.

“Os deuses tutelares da cidade amam a poesia. Eles guiaram a mão dos construtores da cidade, na edificação dos seus solares, amplos e nobres, com o seu ar antigo, as sacadas altas, deitando para as ruas”⁷⁹.

Oliveira deve sempre amar e conservar íntegra essa arquitetura senhorial que tanto a caracteriza e que logo fascina o forasteiro quando aqui pisa os paralelepípedos das ruas limpas e largas, ou vem descansar, sob as magnólias floridas, no ameno remanso dos jardins oliveirenses.

4. *Zona urbana*. — A primeira demarcação da zona urbana data de 1860. Segundo um documento dessa época, era considerada zona urbana somente a parte compreendida entre os córregos dos Passos e Maracanã, de um lado; e, do outro, entre a ladeira dos Frades e a praça do Cruzeiro.

Ontem, mera colina habitada; hoje, cidade das colinas, sua zona urbana e suburbana, em transbordos de morro a morro, já leva o próprio calçamento das ruas ao encontro asfáltico da conexão rodoviária com a Fernão Dias.

5. *Obras públicas*. — Cadeia, quartel e câmara eram antigamente no largo da Matriz. Sob os auspícios do nosso segundo juiz de direito, Dr. Miguel Augusto do Nascimento Feitosa (1873-1876), e às expensas dos seus comarcões, foi construído, para Casa da Câmara, um edifício próprio, cujo plano e administração devemos ao português Antônio da Silva Campos. Nesse prédio, funcionaram, por muito tempo, simultaneamente, câmara, cadeia e fórum. A cadeia, transferida mais tarde para um prédio próprio na

⁷⁹ Francisco E. da Fonseca, em “*Variações Sobre a cidade e o morro*” — Gazeta de Minas, 2-6-1940.

descida da rua da Mata (hoje rua Dr. Cícero), funciona atualmente em melhor edifício à rua Cel. João Alves.

Quanto a outras obras públicas, tais como igrejas, fórum, educandários, hospitais, estações etc., dedicamos-lhes referências especiais nos seus respectivos capítulos, o mesmo fazendo com o histórico referente à canalização da água potável e à iluminação pública.

6. *Abertura de ruas.* — Cidade nascida ao sabor das circunstâncias, isto é, sem prévios cálculos de engenharia, como aconteceu a Washington, Belo Horizonte, Goiânia e Brasília — era natural que Oliveira saísse com o seu traçado defeituoso. As ruas eram antigamente poucas e tão separadas uma da outra, que não só aleijavam a própria topografia, como dificultavam o trânsito duma para outra via pública.

Tal se dava, por exemplo, com duas ruas: a rua Direita e a rua das Palmeiras, respectivamente denominadas hoje Coelho de Moura e Misericórdia. De uma à outra, descendo encosta abaixo, estendiam-se longos quintais murados e tufados, e árvores e hortas.

Venâncio Carrilho, grande paladino do urbanismo local, cisma então de cortar esses quintais com uma rua plana, que se estendesse paralelamente entre as duas já mencionadas, sem contudo prejudicar os quintais de um lado e de outro, ficando estes até valorizados e aptos para serem vendidos em lotes. Recorre, para isso, à câmara municipal. Protestam os proprietários. Carrilho os procura para um entendimento amigável, invocando-lhes o patriotismo e a atenção para com a câmara. Nada! Continuavam inflexíveis. Que fazer? Resignar-se? Não!

Carrilho assume uma atitude violenta, mas eficaz. Reúne, certa noite, uma turma de trabalhadores, em completo sigilo. E, ao clarão do luar, guiando-os como um caudilho, invade aqueles quintais. A golpes de picaretas e machados, tombam grossos muros e velhas árvores frutíferas, ficando aberta, de fora a fora, uma longa picada com pretensões a via pública.

Quando o sol brotou sobre o Diamante, tinham os oliveirenses uma rua a mais. Venâncio Carrilho, porém, recolhia-se à sua cama, com os ossos moídos por uma boa dose de porretadas! – Este foi o protomártir do urbanismo local!

Na série dos presidentes da Câmara e dos prefeitos, acham-se também grandes urbanistas: Coelho de Moura, João Alves, Manuel Antônio Xavier, Djalma Pinheiro Chagas, Cícero de Castro Filho, Armando Pinheiro Chagas, Valdemar Fernal e Jaime Pinheiro de Almeida.

A Coelho de Moura devemos o primitivo calçamento, a primitiva iluminação pública por meio de lâmpões, a regulamentação interna da primeira câmara republicana e o desencantamento desse velho pesadelo: a canalização da água (1892-1898).

A João Alves de Oliveira (1898-1912) devemos a iniciativa do nosso teatro municipal⁸⁰, a usina e a iluminação elétrica da cidade e diversos outros melhoramentos, inclusive a abertura de duas importantes vias públicas: a primeira é a que hoje tem seu nome. Levando, uma tarde, uma turma de trabalhadores à praça da Estação, fez, como Venâncio Carrilho, o assalto ao trecho que liga a praça Manuelita Chagas à rua da Várzea lá em baixo. A segunda é a atual avenida Pinheiro Chagas, constituída outrora pela escavada e estreita rua do Cruzeiro, cuja entrada inferior, garroteada entre o edifício da escola normal e um casarão posto ao seu lado (morada duma antiga professora pública), não passava de um corredor estreito, ao qual a garotada deu o nome de “beco da Sá Mestra”. O cel. João Alves comprou o casarão. Pô-lo abaixo. E abriu essa “larga avenida que desce da Estação, limpa, cheia de canteiros e de luzes, dando o aspecto de uma via pública dalguma grande cidade”. (F. E. da Fonseca).

⁸⁰ O antigo teatro era um vasto barracão outrora existente na atual praça Pinto Machado. O novo foi terminado em 1923. Mais recentemente, foi demolido e construído um novo prédio em seu lugar.

A Manuel Antônio Xavier (1912-1915) devemos o início do ajardinamento local, a arborização com magnólias e eucaliptos, e o relógio público da matriz.

A Cícero Ribeiro de Castro Filho (1924-1927), estradas para Japão e São Francisco; reforma do jardim da praça Quinze; a primeira caixa d'água no Cruzeiro; a iluminação sem postes instalada no meio das ruas; passeios e retirada dos paredões antigos que havia na frente das casas.

A Armando Pinheiro Chagas devemos, entre outros melhoramentos, um trecho aberto na avenida Américo Leite, o início do calçamento a paralelepípedos, dos quais foram colocados aqui, os primeiros, em 1927, na pavimentação da rua Direita, corrigindo-lhe a irregularidade dos antigos passeios de dois metros de altura. Devemos-lhe também a construção do jardim de cima ou jardim da Estação, o qual nasceu conjuntamente com esta, em 1929. Fez-se ali um grande desaterro, o que ainda se nota no desnível de algumas casas velhas do lado oeste.

AGUA POTÁVEL

1. *O antigo rêgo.* — Atravessados os primeiros umbrais do século passado, Oliveira não podia mais contentar-se com descer suas ladeiras, em busca de água potável das suas já tão disputadas fontes naturais – Passos, Estalagem ou outras – a cujas bordas se iniciara a sua civilização urbana.

Em 1824, Antônio Moreira Belo, fazendeiro residente no então arraial de Oliveira, propôs uma solução. Trazer até à localidade, por meio dum rêgo, a água dum córrego nascido no morro do Diamante, contratando executar o serviço mediante o concurso dos ricos do lugar que, por meio dum rateio, cobririam as despesas feitas com as obras.

Empregando nestas os escravos da sua fazenda, Moreira Belo abriu um rego, desde o nascedouro do córrego até a atual praça Manuelita Chagas. Aí, os companheiros de Belo recusaram-se a concorrer financeiramente para pagar as despesas feitas com o serviço até então executado.

Que fez Belo?

Apossou-se da água e começou a fazer dela o que bem entendia. Cedeu uns anéis da linfa a parentes seus e com o restante, montou uns monjolos e uns moinhos de fubá dentro do atual perímetro urbano. Mais tarde, vendeu vários anéis da sua água para moradores do arraial. Depois, doou quatro anéis à câmara municipal, a fim de se instalarem chafarizes públicos pela localidade.

A família Belo continuava, entretanto, como proprietária exclusiva da água. Aparece então, antes de 1840, um homem que vem protestar contra esse monopólio. É Venâncio Carrilho de Castro, cujos ideais urbanísticos já são do nosso conhecimento. Vinha pregando que a água devia ser toda de toda a população, e não propriedade de particulares. O rego devia pertencer à câmara. E esta, com a obrigação de zelar pela sua higiene e pureza, trataria de distribuir a água pelas casas mediante uma taxa anual.

Mas, vendo que os donos da água se recusavam a aderir ao seu plano, Venâncio Carrilho opinou pela desapropriação. E, para isso, dirigiu-se à câmara de Tiradentes, à qual pertencia então Oliveira, que ainda não era vila.

Essa atitude resoluta de Carrilho abalou o ânimo dos proprietários. A água foi cedida à câmara. Esta, assumindo a obrigação de zelar pelo rego, montou logo três chafarizes públicos e começou a vender anéis d'água a particulares, mediante uma taxa anual. Esses chafarizes ainda duraram até começos do atual século.

Já nas primeiras tertúlias da câmara o rego era alvo de debates. Em setembro de 1841, o ilustre vereador dr Chagas agitava outra vez na câmara o caso do rêgo, sendo aprovada uma resolução. O procurador da câmara ficava autorizado a despender anualmente a quantia de 60\$ com a conservação do rego da vila. Cada anel d'água custaria a taxa anual de 2\$. E seria cortada a água de quem não pagasse, cada ano, essa taxa. A câmara mandaria por caixas de divisão em todos os lugares donde partissem anéis d'água públicos ou particulares. Multa de 4\$ para quem mexesse

ou imprimisse qualquer modificação nesses anéis, sem licença do respectivo fiscal. E seria multado em 20\$ quem arrombasse a água ou quem a deixasse correndo sem necessidade. O proprietário da fazenda do Diamante, onde o rego tinha sua origem, ficaria obrigado a zelar pela conservação e limpeza do açude e pela higiene da água dentro dos limites do seu quintal, sob pena de perder o uso da mesma linfa.

Em janeiro de 1842, a câmara mandava transferir para o largo do Rosário um chafariz já desde muito existente em outro local. Em julho de 1845, entre a municipalidade e o cidadão Silvério Fontoura Garcia era celebrado o contrato de zelar este pelo rego, mediante honorários anuais de 100\$, não deixando faltar água à vila, não a deixando impurificar-se nem ser arditosamente tirada do rego (sic), ficando ainda com a obrigação de colocar aparelhos pelo rego onde fossem necessários – tudo isso, sob pena de ainda perder os “cem mangos”, se a coisa não ficasse a contento do povo. Em 1852, o mesmo contrato era celebrado com o major Joaquim Dias Bicalho pela quantia de 180\$ por ano.

Até 1882, a câmara já havia vendido 68 anéis d’água, sob o imposto de 10\$ (dez cruzeiros).

Mas logo a linfa começou a se impurificar. Além das impurezas recebidas através do rego, ela passava primeiro por uma fazenda, de modo a chegar à cidade já em condições de quase nenhuma potabilidade. Começou então a ser servida só em usos domésticos: lavagem de roupa, rega de hortas, sementeiras e chiqueiro de porcos. E os próprios porcos, soltos pelas ruas, costumavam sempre fazer a “fineza” de se enlamear na própria água pública...

Apesar de tudo, era já um grande melhoramento. E a ele continuava ligado, não só o nome de Antônio Moreira Belo, mas sobretudo o de Venâncio Carrilho. Aquele seu gesto resoluto em favor da coletividade teve aplauso geral. Em recompensa, a câmara municipal concedeu ao bravo herói do urbanismo oliveirense e à sua família, um anel d’água — concessão que foi respeitada até quase às

vésperas da canalização da mesma fonte do Diamante, já em pleno período republicano.

2. *A canalização.* – Mas, até que raiasse o dia em que a água, pura como na sua nascente, haveria de jorrar na cidade, através dos canos de metal, a canalização teria de fazer muita dor de cabeça no povo e nos poderes municipais .

Muitas foram as tentativas feitas, de quadriênio em quadriênio, ficando todas enterradas nos arquivos. Enquanto isso, a câmara ia tratando de limpar o rego anacrônico: cada previsão anual da receita e despesa municipais trazia sempre uns quinhentos, seiscentos mil réis para custear a limpeza e inspeção do rego do Diamante e uns 150\$ para o seu zelador. Quando o mato, a areia ou detritos animais e vegetais obstruíam demais o rego, era preciso votar verba especial para a limpeza da sujeira, numa extensão total de 8.500 metros através das encostas. Eram gastos que se acumulavam, passivamente, enquanto que a população, pagando a taxa de água, ia curtindo sede e vontade de tomar banho...

A culpa não era, porém, da municipalidade. Esta vinha sempre abordando o problema. Mas faltava-lhe mais bafejo oficial dos poderes do Estado.

Em 1870, o dr. Agostinho José Ferreira Bretas, vice-presidente da Província, sancionava a lei 1730, de 5-10-1870, da Assembléia Legislativa Provincial, decretando se executasse a lei provincial 1601, de 20-7-1868, título 12, *que autorizava a quantia de 6:000\$ para canalização de água potável para a cidade de Oliveira.*

Quando foi decretada aquela lei 1601, a câmara de Oliveira se reuniu em sessão extraordinária a 7 de maio de 1869, e oficiou ao governo provincial dizendo que, em face de tal lei, havia nomeado uma comissão composta dos cidadãos Pedro Justiniano das Chagas, tenente Carlos José Bernardes e José Henriques de Melo, “para se encarregar da canalização da dita água”, pedindo ao governo aprovar tal comissão, pois só após essa aprovação é que a municipalidade poderia tratar de receber a quantia decretada.

Em 1875, o engenheiro Cândido José Coelho de Moura, pelo orçamento de 6:320\$982 réis, fazia o relatório dos consertos necessários no rego. Um paredão de 14 metros, feito de alvenaria com argamassa de cal e areia, para represa da água, no seu nascedouro. Onde havia bicames e esbarrancados, seriam feitos paredões idênticos. A água seria acondicionada dentro dum leito calçado, coberto e emparedado de pedras, defendido por boeiros contra as enxurradas pluviais, protegido por calçadas e aterro na travessia da estrada de Bom Sucesso e com uma caixa de areia de 5 metros de comprimento, por 4 de largura e 5 de profundidade, no alto do Cruzeiro, hoje praça Manuelita Chagas.

Esta foi a primeira canalização. Bastante deficiente, até que viesse a canalização em canos metálicos.

Em 1881, as obras de canalização já se achavam orçadas em 13:500\$000, incluída a construção de chafarizes públicos em diversos pontos da cidade.

Em junho de 1889, reunia-se a câmara para solicitar à Assembléia Provincial a verba de 30:000\$000, a fim de completar a quantia necessária à canalização. Dr. Franklin de Castro e Laurindo Nogueira de Faria recebiam da câmara a incumbência de redigir a devida apresentação à Assembléia.

Essa Oliveira de 1889 bem merecia que os poderes estaduais olhassem melhor para ela. Sem iluminação pública e sem calçamento apresentável, era de um aspecto tristíssimo à noite. Não parecia ter-lhe batido às portas, já havia um ano, a locomotiva que lhe trouxera um novo sopro para o comércio, a lavoura e a indústria. O velho rego continuava a grugulejar no seu leito de pedras, trazendo água suja para a população.

Em princípio de 1891, a canalização era de novo assunto na câmara municipal, que então passava por um período de transição, metamorfoseada em Intendência, presidida por Francisco das Chagas Andrade. Em abril desse ano, era chamado, para isso, o engenheiro Antônio Horta Barbosa que declarava ter achado muito boa a água do Dia-

mante e sobejamente capaz de abastecer toda a população. Dr. Horta Barbosa traçou, gratuitamente, uma planta da canalização e ofereceu-a à municipalidade que, em sinal de reconhecimento, mandou dar-lhe um precioso mimo.

Tratou logo a Intendência municipal de mandar proceder à análise qualitativa da água, já considerada potável no laboratório da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Fez-se novo orçamento para a canalização: cento e trinta e oito contos, incluindo obras e material!

Já então era presidente da Intendência municipal o dr. Carlos Ribeiro de Castro, que, a 23 de maio de 1891, rumava para Ouro Preto, então capital do Estado, a fim de, junto ao governo, tratar de negócios concernentes à canalização. Entre outros documentos, levava uma representação coletiva, oferecida espontaneamente pela população de Oliveira, e na qual se pedia ao governo a autorização para ser levantado o empréstimo necessário a perfazer o capital orçado.

Um mes depois, telegrafava à Intendência o congressista Mariano de Abreu comunicando ter o governo autorizado o levantamento do empréstimo de 150:000\$000, para a canalização e outros melhoramentos locais.

A cousa ficou, porém, só em telegramas. “A água potável – dizia a Gazeta de Oliveira a 24-4-1892 – como que se constituiu a hidra, a cabeça de Medusa, das nossas Intendências e Câmaras; tempos há que chegamos a crer na sua realidade, quando os esforços patrióticos de alguns cidadãos, procurando aproveitar-se das promessas do Governo, tomavam aos ombros acabar de uma vez com aquela hidra, e, por meio de uma empresa, asseguravam-nos que o precioso líquido seria uma questão vencida e que Oliveira se fartaria dele, poupando-nos tantos incômodos e dissabores! Mas, ah! Eram promessas falazes e a população geme de sede!”

Enquanto isso, a municipalidade, partilhando da sede do povo, ia mandando limpar o rego, enquanto a imprensa local, ora verberando as tais “promessas falazes”, ora reani-

mando o povo, ia apelando para os novos ocupantes do poder estadual e batendo-se pela canalização.

O rego anacrônico já se tornara objeto até de irrisão. Procedendo do Diamante, vinha ele despejar-se nuns cochos grandes que ficavam ali na praça Quinze de Novembro, em frente à série de prédios que se defronta com a matriz. O bojo desses cochos levava uma série de furos, pelos quais a água era distribuída pelas casas da seguinte maneira: cada furo ficava vazando para um rego e cada rego corria para o seu destino, formando o que se chamava “anel d’água”. Cada moradia tinha o seu “anel”, pagando por ele uma taxa. Toda casa do largo da Matriz tinha o seu rego cujos restos ainda se vêem no fundo de alguns quintais.

Para que não faltasse água a ninguém, o furo de cada anel só podia ficar aberto o tempo estritamente necessário. Mas sempre havia um que deixava o seu anel jorrando o dia inteiro, com prejuízo para os vizinhos.

Ainda mais. Os velhos cochos, além de se tornarem um ótimo viveiro de rãs enormes a que os meninos davam caça divertida, tornavam-se verdadeiras piscinas para as “amabilidades” do entrudo. O entrudo tinha os seus limões cheirosos e as suas bisnagas delicadas. Mas tinha também as bacias d’água atiradas, propositadamente, das janelas e portas, nos que passavam distraídos, fossem moços ou velhos, sãos ou doentes, grã-finos ou não. Quanto sujeitinho casquilho e engomado não tomou baciadas de água suja; às vezes era agarrado a muque e atirado dentro dos cochos, saindo todo molhado e enlameado de lodo...

Além desse lado jocoso, o rego tinha também a sua face trágica. Já assassinara duas pessoas. Uma, o mestre Lourenço, que amanheceu morto, um dia, num poço outrora existente além do local onde está hoje a estação ferroviária e que era formado por sobras da água do rego. Outra, foi um guarda-freios da estrada. No corte que vara para o local chamado “Garganta”, a linha passava debaixo dum bicamente, aí colocado quando, vindo a estrada, teve ela de sub-atravesar o rego. O guarda-freios recebera de sua mãe

o aviso para que não viajasse naquele dia. Mas, não ligando importância ao aviso materno, o rapaz partiu fazendo piruetas sobre os vagões. E tão entretido ia que, ao passar debaixo do bicamente, este o pegou pela nuca e o mandou logo para o outro mundo. Até hoje, ainda existe no local a sua cruz mortuária e, pouco adiante, o velho sulco do extinto rego rabiscando as encostas.

Estabelecida a primeira Câmara Municipal republicana (7-3-1892), seu presidente dr. Francisco José Coelho de Moura é quem iria desencantar a “cabeça de Medusa” e decretar o fim do rego tragicômico.

A 14 de abril de 1893, era votada e sancionada a resolução nº 18, segundo a qual ficava o presidente da câmara autorizado a levantar um empréstimo de cem contos (100:000\$000), a juros de 7% pagos anualmente e amortização de 10% do capital levantado a partir do segundo ano. E, além de outras instruções sobre o valor dos respectivos títulos de empréstimo, dizia a resolução que tal capital seria destinado à canalização de água potável para a cidade.

Às duas horas da tarde de 26 de agosto do mesmo ano, era lançado o empréstimo municipal votado. Em menos de duas horas, estavam subscritos 49:400\$000, havendo, ainda, muitos pedidos de apólices. Em outubro de 1893, o número 321 da *Gazeta de Oliveira* trazia a lista completa dos que subscreveram apólices, completando o capital levantado: cem contos de réis.

Entre os maiores subscritores, figuravam o tenente-coronel João Ribeiro da Silva, com 20 apólices de 500\$ – (10:000\$) a veneranda D. Maria Josefa das Chagas Lobato, com 16 apólices de 500\$ – (8:000\$); o comendador Francisco de Faria Lobato, com 80 apólices de 100\$ – (8.000\$); e, acima de todos, num recorde de subscrição, o cel. Teodoro Ribeiro de Oliveira e Silva, com 113 apólices de 100\$ e mais 47 de 200\$, ou sejam 20:700\$000.

A 11 de novembro, a câmara lavrava o contrato com o engenheiro civil, dr. O'Connell Jersey, para o serviço da canalização, para cujo começo ficava determinado o prazo

de oito dias. Mas sete dias depois, era pedida a rescisão desse contrato pelo próprio engenheiro que, por motivos particulares, desistia de levá-lo avante.

Aceita a rescisão, a câmara firma outro contrato com o engenheiro, Dr. Hermilo Alves, a 7 de fevereiro de 1894, concernente exclusivamente aos estudos para a canalização. Para apresentação de tais estudos, o contrato concedia ao dr. Hermilo o prazo de dois meses, acrescentando que o material deveria ser encomendado na Europa.

E a 12 de maio, era firmado, com a empresa “Almeida Júnior & Cia.”, o contrato para o serviço da canalização mediante o capital de 120:000\$000. Esse contrato, assinado pelo vice-presidente, dr. Cândido de Faria Lobato, e pelos componentes da firma, frisava que o serviço tinha de ser executado de acordo com a planta, memorial e orçamento confeccionados pelo dr. Hermilo Alves. A empresa ficaria obrigada a começar as obras no prazo de dois meses e entregá-las prontas dentro de um ano.

Pouco mais de um ano depois, era inaugurada a canalização. E com que poesia! O velho vigário José Teodoro lançou a bênção litúrgica sobre a primeira torneira. Enquanto isso, eram distribuídos copo da mesma água à população aglomerada na praça do Rosário, em meio de um grande regozijo popular assinalado por fogos, música, discursos, passeatas, luminárias nas fachadas e um baile de arromba.

“Doze de setembro de 1895 é já agora uma data brilhante nos fastos da câmara municipal”, dizia a *Gazeta de Oliveira*, no seu nº 420 que assim descrevia as festas inaugurais da canalização:

*Triste, bem triste raiou o dia 12 de setembro.
Nuvens de um escuro medonho e tétrico substituíam a
limpidez de um céu todo azul.*

*Parecia que tremenda tempestade ia cair sobre Oli-
veira, como que zombando do símbolo da paz – a oliveira-
E a treva ia dando lugar à luz.*

Uma salva de morteiros anuncia que Oliveira estava em festas.

E o tempo, que também se alegra com as alegrias humanas, de borrascoso tornou-se mais alegre.

É que iam começar as festas de inauguração solene de canalização de água potável para a cidade.

Iniciou-se o festival pelo ato religioso que constou de missa rezada pelo ilustrado vigário, Pe. José Teodoro Brasileiro, e bênção do chafariz pelo mesmo sacerdote. A ambos estes atos religiosos assistiu grande concurso de pessoas de todas as classes.

Às quatro horas da tarde, procedeu-se à inauguração solene da canalização da água.

No meio de grande massa popular e rodeado das mais gradas pessoas da nossa sociedade, o dr. Presidente e Agente executivo (dr. Coelho de Moura) disse que ia inaugurar-se aquele importante melhoramento, para o que convidou para representar a população de Oliveira o venerando ancião, sr. cel. Antônio da Costa Pereira, e para representar o empresário das obras, o sr. dr. Luis Afonso Braga.

Ao som do hino nacional, brilhantemente executado pela Banda de música de Carmo da Mata, os dois ilustres cidadãos abriram as torneiras do chafariz do Largo do Rosário, correndo abundante, límpida, cristalina, fresca e leve a água, a deliciosa água tão ansiosamente desejada, fazendo-se em seguida ouvir a palavra eloquente do digno dr. juiz substituto da comarca, que enalteceu os gloriosos e patrióticos serviços dos ilustres membros da câmara municipal, entre os quais o vice-presidente, dr. Cândido Lobato, guiados pela sábia orientação de seu nobre presidente e agente executivo. Depois tomou a palavra o sr. Evaristo das Chagas, felicitando o engenheiro diretor das obras, o sr. dr. Hermilo Alves, a quem respondeu o sr. dr. Braga como legítimo representante de S. Excia. que por doença não pode comparecer à solenidade que se celebrava.

Daí partiu o cortejo cívico para o palacete do sr. tenente-coronel Ernesto Ribeiro da Silva, onde se realizou o

lauto banquete oferecido pela digna municipalidade. Aqui recusa-se a pena a descrever a opulência da ornamentação do palacete e mais ainda a profusão, variedade, perfeição e esmero do serviço da mesa em tudo inexcedível, digno dos maiores louvores.

Ao servir-se o champanhe falou o redator-chefe desta folha, sr. major Antônio Fernal, por parte da imprensa local – A Democracia, Pérola e Gazeta de Oliveira – saudando a câmara municipal e a um por um de seus membros.

O sr. dr. Coelho de Moura, respondendo, agradeceu comovido, em nome de toda a câmara, o apoio que sempre encontrou e a justiça que sempre lhe fez a imprensa oliveirense.

Seguiram-se várias saudações e brindes.

Terminou o banquete às 9 horas da noite, havendo em seguida uma marche aux flambeaux acompanhada da banda de música, sendo interrompida a cada momento a fim de serem ouvidos diversos oradores, entre os quais: Olímpio de Castro, redator de A Democracia, Ferreira de Carvalho, A. Fernal, João das Chagas, Manuel Jorge, Joaquim de Melo, dr. Coelho de Moura, Acrísio Dinis, redator da Pérola, dr. Figueiredo Paraíso, Chagas Sobrinho e outros.

Ao regressar a marcha cívica, começaram as danças, havendo durante a noite, sempre abundantemente provida, uma mesa de doces à disposição de todos, trocando-se aí por várias vezes calorosos brindes.

Terminou pela madrugada tão bela festa que, sem dúvida, gratas recordações gravou nos corações de todos que tiveram a felicidade de assistir a ela.⁸¹

Estava terminado o pesadelo da água potável. O regozijo da inauguração esteve na razão direta da longa expectativa: um verdadeiro desafogo.

⁸¹ Gazeta de Oliveira de 15-9-1895.

Imediatamente, Coelho de Moura lançou as instruções e penalidades referentes à distribuição de encanamentos pelas moradias⁸².

Cada pena água custaria 36\$ por ano, e só se instalaria mediante pagamento adiantado e feito semestralmente. Ninguém poderia mais fazer como se fazia com o antigo rego: prolongar até sua casa o encanamento do vizinho ao lado. Quem deixasse aberta alguma torneira, como outrora acontecia com buracos do cocho, pagaria 15\$ de multa. E, para zelar pela higiene da canalização e executar quaisquer encanamentos aprovados, ficaria criado o cargo de guarda-fiscal da água potável.

As primeiras instalações da canalização ainda não eram de todo perfeitas. Nada, neste mundo, nasce perfeito. Nos primeiros meses, os canos entraram a rebentar e a vaziar em verdadeiros repuxos pelas ruas. A água, além de não atingir muitas casas, invadia as ruas, ocasionando poças e lamaçais em que os carros-de-bois se atolavam, misturando num só atoladiço lama, lixo e as pedras do velho calçamento.

Graças à própria administração Coelho de Moura e a todas as administrações que lhe sucederam, chegou a água potável de Oliveira a uma quase perfeição, faltando-lhe talvez somente os meios químicos e físicos hoje geralmente empregados para filtragem em grande escala.

3. *Estatística* (1942) — Oliveira possui três grandes reservatórios de água potável, instalados segundo os mais modernos ditames de higiene: um fica no Alto de São Sebastião e os outros, no Alto do Cruzeiro. Abastecem toda a população, tendo em reserva, continuamente renovados, 770.000 litros água, cujos mananciais se acham fora do alcance público, em terras florestais sem moradores, sob fiscalização de um guarda permanente, cercadas de tapumes, com entrada proibida e constituindo propriedade exclusiva da municipalidade.

⁸² Resolução nº 37, de 17-9-1895.

A rede total da atual canalização, incluindo a rede adutora e distribuidora, compreende 17.500 metros de extensão e é toda fabricada em ferro fundido. A água dispõe duma pressão máxima de 18 metros e uma mínima de 12. Existem na cidade 48 logradouros servidos pela água encaçada, estando distribuídas pelos pontos principais 9 torneiras públicas. O número atual de prédios abastecidos é de 510, havendo 519 penas instaladas em toda a cidade. Paga-se por pena d'água, anualmente, a taxa de 60\$00 para a primeira e 50\$00 para as penas seguintes.

Há, também, dois reservatórios nos distritos de São Francisco de Oliveira e Morro do Ferro. A rede de água, atualmente, serve a 4 avenidas e 58 ruas e o total de penas d'água instaladas é de 1.484.

Na administração do Prefeito José Silveira foram perfurados cinco poços artesianos, com a vazão de 78.000 litros horários, construindo-se também a casa de máquinas e uma rede adutora. A rede de distribuição foi ampliada em mais de 3.000 metros. Assinou-se convênio com a Comissão do Vale do São Francisco para a realização de estudos, projetos, obras de captação, tratamento, adução e distribuição de água para a sede do município. Foram também construídos 5 chafarizes, sendo 3 na cidade e 2 nos distritos.

O problema da água vem merecendo a melhor atenção do atual prefeito, Francisco Cambraia de Campos. Entre as obras a serem construídas, destaca-se um grande reservatório de concreto armado. A distribuição da água, feita depois de o líquido passar por dois potentes filtros, sai em seguida por uma tubulação de 6 polegadas com a velocidade de 36.000 litros horários.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Oliveira foi das primeiras cidades de Minas a inaugurar a sua iluminação pública por meio de eletricidade.

Data de 1908 esse acontecimento.

Antes dessa época, a cidade era servida por uma iluminação primitiva demais, cujos começos vêm lá dos pri-

mórdios da vila. Um lampião de “duas em duas léguas”... Hiatos de escuridão pelas ruas e esquinas... Um caos!

Tem a palavra a pena inteligente e lépida de José Demétrio:

“Naquele tempo não se pensava em eletricidade. Era a cidade iluminada por lampiões a querosene e esses eram muito bem feitos, obedecendo a linhas bem dispostas e até atraentes. Eram confeccionados numa dependência da casa da câmara, pelo Estêvão Pereira, e abastecidos e conservados pelos empregados da câmara: Policarpo, Calá e Pedro dos Reis. Todos os dias, davam um giro pela cidade, de escada alçada e uma lata de combustível à mão para a provisão dos bojos de vidro. Ali, ao pé de cada poste, que tinha uma cruzeta em cima para apoio da escada, o zelador chegava, subia, limpava o pavio carbonizado, abastecia o lampião, limpava devidamente o vidro e, à noitinha, voltava de poste em poste, acendendo os lampiões que permaneciam acesos enquanto durasse o querosene”⁸³.

Em agosto de 1899, realizava o cel. João Alves o contrato para o assentamento dos postes destinados à iluminação elétrica.

Vendo aqueles paus enormes fincados ao longo das ruas, uma cruzeta na extremidade de cada um, julgavam os tabaréus que fossem cruzeiros. E, a fim de beijá-los um por um, chapéus na mão, desciam reverentemente dos seus cavalos e ajoelhavam-se, benzendo-se. De volta aos seus lares, chegavam alegres contando que o povo de Oliveira estava ficando mais religioso...

A 11-4-1907, padre José Alves de Oliveira, ao lado de seu ilustre irmão e presidente da câmara, cel. João Alves, lançava a bênção litúrgica sobre a primeira pedra da usina, lá na cachoeira Grande do rio Jacaré.

⁸³ “Recordações de Oliveira” (ed. 1950), livro do oliveirense José Demétrio Coelho.

Ao anoitecer de 4 de fevereiro de 1908, era inaugurada em Oliveira a iluminação elétrica, graças ao então presidente da câmara, cel. João Alves de Oliveira. Acontecimento inesquecível nos fastos oliveirenses, essa inauguração foi assinalada por estrondosas festas que estão assim descritas em o nº 1.049, de 9-2-1908, da *Gazeta de Minas*:

“Começaram as festas pela entrega dos serviços pela casa contratante — a conhecida Companhia Brasileira de Eletricidade Siemens-Schuckwerke à câmara municipal, para cujo fim chegou no dia 1º a esta cidade o dr. Alexandre Buchen, diretor da companhia, principiando o ato pela Usina, para onde se dirigiram, no dia 2, em numerosa cavalgada, este cavalleiro, o sr. cel. presidente da câmara, o dr. Henrique Betex, diretor dos trabalhos, imprensa, representada pelo nosso colega dr. Pinto Machado e José Cordeiro, diretor da secretaria da câmara, seus auxiliares e convidados.

A chegada à Usina, pelas 3 horas da tarde, foi saudada com uma salva de bombas de dinamite e de foguetes, sendo todos ali gentilmente recebidos pelo dr. Henrique Erismann, engenheiro auxiliar.

Depois de um leve descanso, dirigiram-se os srs. drs. A. Buchen e H. Betex ao canal e começaram a levantar a comporta, por meio de uma roda adaptada a um eixo vertical, que vai ter à comporta. Dentro em pouco a água corria veloz da cachoeira para o canal, donde saía pelos tubos condutores para a turbina. Dali passaram todos os presentes para a Usina, à porta da qual o dr. A. Buchen, descobrindo-se, no que foi imitado pelos demais, convidou o sr. cel. presidente e agente executivo a acompanhá-lo até junto das máquinas, que ambos puseram em movimento, surgindo logo a luz bela, brilhante, ofuscante, apesar de serem ainda quatro horas de uma tarde clara.

Naquele momento, todos os presentes romperam em vivas estrepitosos à casa Siemens e à câmara municipal ali personificada no seu incansável presidente, sendo trocados muitos e efusivos cumprimentos.

Finda a imponente cerimônia, seguiram todos para a casa dos empregados onde, depois de algum descanso, foi servido lauto banquete, que correu animadíssimo, ao som da orquestra eterna da formosa cachoeira.

Terminada a festa da Usina, regressaram a autoridade municipal, engenheiros (exceto o dr. Erismann), imprensa e demais convidados a Oliveira, onde chegaram no dia 3, pelo meio dia.

No dia 4, às 5 e meia horas da tarde, teve lugar o banquete oferecido pela câmara municipal ao dr. Alexander Buchen, no palacete do cel. João Alves de Oliveira. Foi ele de cento e cinquenta talheres, vendo-se ali representantes de todas as classes sociais: alta magistratura, advocacia, foro, imprensa, funcionários públicos, capitalistas, comerciantes, industriais, etc.

Durante o banquete, como no anterior da Usina, muitos brindes foram trocados por vários cavalheiros.

Mau grado uma chuva torrencial, que desabou sobre a cidade, teve lugar à hora marcada (7 e meia da noite) a entrega oficial do serviço de iluminação à câmara municipal, depois da bênção religiosa do escritório da luz, fazendo-se então ouvir novos discursos, nesse ato.

Houve animados bailes e manifestação popular na cidade, pelo acontecimento da inauguração da luz elétrica em Oliveira, que é excelente, talvez a primeira do Estado de Minas, porque a casa Siemens por intermédio do dr. Betex, competentíssimo diretor das obras, auxiliado ultimamente pelo não menos competente dr. H. Erismann, fez uma instalação toda caprichosa, como é seu costume, com ótimo material, inteiramente moderno e aperfeiçoado, recomendando-se e impondo-se para serviços idênticos a todo o Brasil".

A CEMIG EM OLIVEIRA

Um dos mais angustiosos problemas de nossos municípios é o da força e luz. Quase até há pouco, lutavam com grande carência de energia, ficando por isso estagnados, impossibilitados de se desenvolverem.

A nova política do governo, posta em prática nos últimos 15 anos, após a redemocratização do Brasil, veio permitir um surto de desenvolvimento no setor da energia elétrica.

Oliveira e centenas de outros municípios muito se beneficiaram dessa orientação administrativa.

O governo mineiro, tendo criado a CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais), companhia de economia mista, possibilitou aos municípios a solução do grave problema. Oliveira, graças à visão administrativa de seus homens públicos, que contaram com o substancial apoio financeiro de seus fazendeiros, comerciantes e industriais, também se tornou um dos municípios beneficiados com os serviços de força e luz da CEMIG, vindo a energia da Usina de Cajuru. Assim, no dia 22 de outubro de 1960, com grande euforia da população, a luz da CEMIG chegava aos lares oliveirenses. Era uma nova fase que se iniciava para o município, que poderá daqui por diante atrair indústrias para a sua área, principalmente se considerarmos a excelência de seu clima, a abundância de água, os baixos níveis de salários e muitos outros fatores capazes de influir no sentido da industrialização de nossa terra.

Em fins de 1960, era o seguinte o quadro relativo à energia elétrica no município: potência da usina: 660 HP; na cidade: motor diesel de 355 HP; transformadores instalados: na rede distribuidora: 17; particulares: 23; ligações domiciliares (luz): residências: 1.512; comerciais: 199; rurais: 12; industriais: 33; iluminação pública, lâmpadas: 594; nº de wats: 50.000.

O consumo de energia no município, de 130.000 KWH, tinha o valor de Cr\$ 173.723,20 mensais.

ADMINISTRAÇÃO DJALMA PINHEIRO CHAGAS

(1921-1924)

Na presidência da câmara municipal, um dos primeiros atos do dr. Djalma Pinheiro Chagas foi promover o pagamento da dívida municipal flutuante, superior então a 300 contos, afora a dívida consolidada que era de 500 con-

tos. A primeira foi paga em menos de dois anos, por meio de grandes economias e grande fiscalização, resultando daí enorme acréscimo nas rendas municipais.

Foram em seguida atacados diversos melhoramentos nos seguintes setores:

- 1) Instrução e saúde pública.
- 2) Vias de comunicação
- 3) Urbanismo.

1. No primeiro, impunha-se, acima de tudo, a saúde pública gravemente ameaçada por endemias em certas partes do município. Os munícipes impressionavam-se profundamente com a desvalorização de muitos dos seus trechos férteis, como no Japão, onde imperavam a verminose, a malária e outras endemias.

Apresenta dr. Djalma à Câmara dos Deputados, o projeto da fundação de postos de higiene municipal, datando daí o movimento pela criação dos ditos postos em todos os municípios. O de Oliveira foi o primeiro a ser instalado em Minas (1922). A câmara municipal promoveu então um entendimento com a Fundação Rockefeller, por intermédio do dr. Carlos Chagas (o cientista de Manguinhos). E às duas instituições, Posto e Fundação, foi dado todo o apoio e liberdade de ação. Ambas atacaram de rijo e até violentamente o saneamento municipal, isto é, enquanto o Posto agia educando, a Fundação Rockefeller agia executando os trabalhos de drenagem, vacinação, medicação etc.

Resultado: cada distrito, principalmente o do Japão, ganhou logo sobre suas terras uma valorização de 1 para 6, com repercussão nas rendas municipais que tiveram uma ascensão vertiginosa.

Simultaneamente, dr. Djalma obteve a criação de vários grupos escolares nos distritos do Japão, Carmo da Mata e São Francisco, afora as escolas rurais que a câmara ia criando e mantendo, atingindo logo o número de 14.

2. No segundo setor – vias de comunicação – sentia o administrador que se tratava do problema principal,

porque é de estradas que precisa o povo, ou, como disse alguém, *governar é abrir estradas*.

Conseguiu, em 1925, abrir a larga rodovia de Oliveira ao Japão, para uni-la à estrada Belo Horizonte-Sul de Minas, que então estava sendo aberta pelo Estado. Aproveitando os elementos que se achavam na realização desta obra, dr. Djalma iniciou então a estrada Oliveira-Carmo da Mata, executada no mesmo plano da rodovia Belo Horizonte-Oliveira. Em seguida, depois de receber melhoramentos diversos, foi encampada a estrada para São Francisco, antes aberta por iniciativa de particulares com subvenção da câmara.

3. No terceiro setor — *urbanismo* — foi iniciada a rede de esgotos da cidade. Quanto ao calçamento, foi ele atacado quando se achava o dr. Djalma na Secretaria da Agricultura. Aceitando do governo estadual o cargo de Secretário da Agricultura, fê-lo com a condição de ali encontrar liberdade de ação para fazer alguma cousa pelo seu município.

O calçamento a paralelepípedos foi iniciado em 1928, quando o cel. Armando Pinheiro Chagas se achava na presidência da câmara. Ao mesmo tempo, o ajardinamento da praça Manuelita Chagas, antiga praça do Cruzeiro, onde, entre renques de bambuais, ficava uma espécie de pasto muito procurado para se instalarem circos de cavalinho. Nova arborização da cidade. Melhoramentos da iluminação pública.

Em 1924, convidado pelo governo Melo Viana, passou da presidência da câmara à Secretaria das Finanças, tendo sido, desde muito, simultaneamente, presidente da câmara e deputado ao Congresso Estadual.

Da Secretaria das Finanças, dr. Djalma passa à da Agricultura, a convite do governo Antônio Carlos. Datam daí, em Oliveira, a construção do Hospital Colônia, de diversas pontes de concreto no perímetro da cidade, o Grupo Escolar “Desembargador Continentino” e o Ginásio Mineiro “Prof. Pinheiro Campos”.

A gratidão oliveirense, num anseio de perpetuidade, ergueu, nas duas principais praças da cidade, dois bustos de granito e bronze: um, no jardim da Praça Quinze, em homenagem a Antônio Carlos; outro, lá em cima, no jardim da Praça Manuelita Chagas, em homenagem ao dr. Pinheiro Chagas, cujo nome foi também dado à avenida que daí desce para o coração da cidade.

ADMINISTRAÇÃO JAIME PINHEIRO DE ALMEIDA (1936-1945)

Essa administração se caracterizou por dois modos: primeiro, pela volta às velhas e sadias tradições locais; segundo, pelo avanço às últimas conquistas do progresso, realizando em Oliveira tudo o que o urbanismo científico tem de mais moderno.

1. *Volta às tradições sadias.* — De conformidade com esse critério é que o administrador deu apoio e estímulo ao autor destas páginas, para que ele reconstituísse o passado e o presente do município. Abriu-lhe todos os arquivos da Prefeitura e, à proporção que as pesquisas feitas nestes e em outros arquivos iam revelando as cousas do passado, dr. Jaime ia restituindo a diversos logradouros públicos os seus nomes primitivos e históricos, bem como idealizando, para futuro próximo, a reconstituição dos antigos monumentos que influíram na história local, como a capelinha da Senhora Mãe dos Homens⁸⁴. Acrescente-se a isto a homenagem que votou aos seus antecessores, organizando no salão nobre da Prefeitura a galeria dos presidentes da câmara e prefeitos municipais, de Oliveira, com base na reconstituição feita pelo autor deste livro.

⁸⁴ Infelizmente, o prefeito Jaime Pinheiro de Almeida não cumpriu seus compromissos com o autor da “História de Oliveira”, deixando-a inédita e sem qualquer remuneração. Também não realizou, como projetara, a reconstituição da capela Mãe dos Homens, a estação rodoviária, o parque florestal, a usina do Anil, o arquivo histórico e a biblioteca da municipalidade.

2. *Progresso*. — As realizações de Jaime Pinheiro, em Oliveira, o puseram na ala dos seus mais esclarecidos administradores municipais.

Vejamos algumas das mais importantes realizações da sua administração:

a. *Estradas*. — Abriu as seguintes: a que vai da Usina a São João Batista; todo o trecho que vai ao encontro da rodovia que se prolonga até São João del-Rei e Rio; a estrada para Bom Sucesso e Santo Antônio do Amparo, encampando-a e reconstituindo-a.

Essa administração projetou para a cidade uma estação rodoviária, à semelhança da de Belo Horizonte.

b. *Pontes*. — Construiu até o presente (1942) 16 pontes, distribuídas através do município, pelos seguintes pontos: Lambari, São João Batista, Usina, fazenda da Lagoa, rio Jacaré, Japão (córrego Lavapés), Fundão, Júlio Resende e S. Resende, Fradique e Sabiá (estrada de São J. Batista), Capim, rua Alexandrino Chagas (viaduto), Martins, Antônio Augusto, Pintos, Campos (São Francisco).

c. *Iluminação*. — A reforma da usina foi o primeiro melhoramento empreendido pela administração Jaime Pinheiro, levantando na cabeceira da queda d'água uma barragem de concreto, resultando grande acréscimo de água nos tubos adutores. Remodelou, na cidade, as instalações iluminativas da avenida Pinheiro Chagas, praça Pinto Machado e praça Dr. José Ribeiro. Iluminação inaugurada; rua do Brejo-Alegre; fim da rua dos Cabrais; trecho da rua Padre Francisco Barreto até sair na rodovia Oliveira-Belo Horizonte; praça da Bandeira, incluindo toda a ladeira e frente do cemitério, bem como a rua da fábrica. Tem sido grandemente melhorado o sistema "Nova-Lux", pelo qual é iluminado o centro urbano.

d. *Água e esgotos*. — Além da reforma de toda a linha adutora, ampliou e reformou as redes distribuidoras em diversos trechos, como Passos, praça Dr. José Ribeiro, levando mais abundante água potável aos pontos menos agraciados. Reconstituiu um reservatório novo no Alto do

Cruzeiro. E, na parte referente a esgotos, fez as diversas redes que servem as ruas da Misericórdia, Treze de Maio, Dr. Alexandrino Chagas e outras.

Atacou também diversas obras de sarjeteamento e macadamização nos distritos do Japão, São João Batista e São Francisco.

e. *Calçamento*. – Atingia em 1942 a elevada cifra de 44.018 metros quadrados a área do calçamento realizado na cidade pela administração Jaime Pinheiro. Dentro desta área (calçada a paralelepípedo e alvenaria) contavam-se então os seguintes logradouros públicos:

Praça D. Manuelita Chagas	23.800 ms ²
Rua Dr. Alexandrino Chagas	4.160 ms ²
Praça da Bandeira (cemitério)	5.755 ms ²
Rua dos Passos	9.870 ms ²
Rua Vigário José Teodoro	433 ms ²
Total	44.018 ms ²

Muitos dos trechos calçados tiveram de sofrer primeiro terraplenagens e desaterros. E cumpre registrar aqui o nome do calceteiro-técnico, Francisco Domingos Vieira, sob cuja administração tem sido feito, desde o início, tudo o que se refere a obras de calçamento, quer em paralelepípedos, quer em alvenaria.

f. *Ajardinamento e arborização*. — Além do alargamento da rua Venâncio Carrilho, antiga rua João Pessoa, o sr. Jaime Pinheiro construiu, em 1939, o jardim da praça Pinto Machado, o da praça Dr. José Ribeiro em 1940, o da Praça da Bandeira e o do trecho da rua da Fábrica em 1941, e o da ladeira dos Passos na mesma data.

Ao mesmo tempo, foi feita arborização nova na praça Quinze e a dos seguintes trechos: rua Dr. Alexandrino Chagas, ladeira dos Passos e avenida Pinheiro Chagas.

Outro projeto desse prefeito: fomentar o reflorestamento do município e criar, para isso, na cidade, um grande parque florestal dotado de cultura de sementeiras.

g. *Instrução*. — Além das escolas rurais que encontrou fundadas, criou outras através dos distritos. A Pre-

feitura mantinha 24 escolas rurais em 1942, espalhadas pelo município.

h. *Outros melhoramentos.* — Terminou e inaugurou a cadeia pública. O moderno matadouro municipal, obra exclusiva da sua administração. A reforma completa do edifício da Prefeitura. O arquivo histórico e a biblioteca municipal.

ADMINISTRAÇÃO ATHOS CAMBRAIA DE CAMPOS (1947-1950)

Athos Cambraia de Campos, primeiro prefeito constitucional após a restauração democrática de 29 de outubro de 1945, nasceu em Oliveira, no distrito de São Francisco, a 23 de fevereiro de 1908. Estudou na escola pública do distrito, no ginásio “Prof. Pinheiro Campos” e na Academia de Comércio de Juiz de Fora, pela qual se diplomou contador. Posteriormente, estudou na Escola de Agronomia e Veterinária de Viçosa. Casou-se em 1936 com D. Ione Ferreira de Sousa Campos, tendo oito filhos.

Assumindo a direção do município em época de certa agitação do país, com o clima de violentos embates eleitorais que se seguiu à queda da ditadura, o sr. Athos Cambraia Campos fez uma administração tranquila, num ambiente de respeito democrático e trabalho construtivo. Atacou o problema da água, aumentando a sua capacidade através de poços artesianos, iniciou a construção de novas estradas, calçou ruas e abriu outras, deu começo ao campo de pouso no Alto de São Sebastião, abriu escolas rurais, tudo isso apesar de seu curto período de administração, que se encerrou a 31 de janeiro de 1951.

ADMINISTRAÇÃO JOSÉ SILVEIRA (1951-1954)

José Silveira, prefeito empossado a 31 de janeiro de 1951, nasceu em Carmo da Mata a 27 de maio de 1895, filho de Virgílio Silveira e dona Maria Augusta Diniz. Fez o curso primário com o prof. Otaviano Amaral, nessa cidade,

e o curso ginásial, em Oliveira, no Instituto Carvalho de Brito, sob a direção do prof. Pinto Machado. Residiu em Gonçalves Ferreira e no Rio de Janeiro, voltando a Oliveira como guarda-livros de Narciso Haddad e Martins de Paiva. Contraíu núpcias com dona Cândida Silveira, em 6 de julho de 1918, em Cercado de Pitangui, tendo seis filhos. Estabeleceu-se como comerciante em 1924. Foi secretário do Conselho Consultivo de 1932 a 1937 e prefeito-substituto na gestão do sr. Arthur Eugênio Furtado, no governo Olegário Maciel, além de juiz de paz de 1934 a 1937. Foi correspondente do Banco Mineiro da Produção até 1949 e gerente do mesmo estabelecimento dessa data em diante. Foi empossado como prefeito municipal de Oliveira a 31 de janeiro de 1951. Teve como auxiliares: Geraldo Batista dos Santos, que ocupava o cargo de secretário da prefeitura desde 1947; sr. João de Azevedo Costa, chefe do serviço do patrimônio; sr. Herculano Guimarães, chefe do serviço de contabilidade e antigo funcionário municipal; e sr. Antônio de Oliveira Barros, chefe do serviço da fazenda.

Entre outras realizações, o prefeito José Silveira construiu um novo e moderno jardim na Praça Quinze de Novembro; dotou o distrito de Morro do Ferro de uma usina hidrelétrica, antiga aspiração daquela localidade, assim como a rede telefônica com a sede do município; concluiu os serviços dos poços artesianos, iniciados na administração anterior; realizou melhoramentos nas redes d'água e esgoto e terminou a construção do campo de pouso do Alto de São Sebastião. Outra realização do prefeito José Silveira que merece ser destacada foi a aquisição dos originais da presente "História de Oliveira", pela lei de 8 de fevereiro de 1954.

NOVA ADMINISTRAÇÃO DJALMA PINHEIRO CHAGAS

Em 1954, foi eleito prefeito o dr. Djalma Pinheiro Chagas, figura tradicional da política oliveirense, cuja obra está retratada nas páginas deste livro.

Para o quadriênio que findaria em 1958, foi eleito vice-prefeito o sr. Wander de Assis Ribeiro, o qual, cha-

mado a suceder ao prefeito, que se afastara para tratamento de saúde, preferiu renunciar, pelo que foi escolhido o presidente da Câmara Municipal para ocupar a Prefeitura, no impedimento do dr. Djalma Pinheiro Chagas. O sr. Sebastião Assis Aguiar foi o escolhido pelos vereadores. Sua passagem pela Prefeitura, embora por pouco tempo, foi marcada pelo zelo e interesse de servir à coletividade. Sem rancores políticos, com muito tato, o Sr. Sebastião Assis Aguiar mostrou-se muito capaz para dirigir os destinos do Município, tendo agradado a gregos e troianos. Foi o segundo filho de São Francisco de Oliveira a ocupar o elevado posto. Antes, havia sido prefeito o sr. Athos Cambraia Campos, também nascido naquele próspero distrito.

Com a grande experiência de sua vida pública o dr. Djalma Pinheiro Chagas pôde realizar na Prefeitura de Oliveira uma administração que trouxe alguns benefícios para o Município; procedeu-se a uma reforma total das linhas de transmissão de energia elétrica; foram feitas reformas na usina e adquiridos novos transformadores; diversos melhoramentos foram introduzidos nos distritos e deu-se prioridade ao ensino rural e à reforma das estradas municipais. Várias leis, votadas e aprovadas pelos vereadores, tiveram a sanção do prefeito e permitiram a melhoria dos vencimentos do funcionalismo e trouxeram outros benefícios de ordem geral.

O sr. Sebastião Assis Aguiar prosseguiu nas obras iniciadas pelo prefeito que veio a substituir. Promoveu o calçamento de ruas, inclusive da que tomou o seu nome, dando acesso à pracinha no Alto de São Sebastião; construiu a piscina infantil da Praça de Esportes e concluiu a sede do Tiro de Guerra 100, além de ter realizado alguns trabalhos em benefício dos distritos, reformando estradas e escolas .

SALUBRIDADE

Altitude, clima, arejamento atmosférico, fertilidade do solo, ausência de moléstias endêmicas, condições higiênicas oriundas dum urbanismo bem orientado — tudo põe

Oliveira em situação privilegiada. Foi sempre tida como “bela e amena estância de repouso e convalescença”, procurada, desde épocas remotas, por educadores, magistrados, prelados, intelectuais e todos os que se achem ergasteniados pela lufa-lufa da vida.

“Nós que vimos dos grandes centros urbanos, onde há o tumulto, a miséria das ruas berrantemente iluminadas, o vício que se disfarça sob o colorido do gás neon, encontramos aqui um ambiente cálido de repouso”.⁸⁵

“A cidade de Oliveira – escreveu o seu antigo vigário padre J. Lopes Cansado – à margem da E. de F. Oeste, não longe da Capital Mineira, parece talhada para uma gestão veranista, satisfazendo todos os requisitos de salubridade e de conforto.

O ar ozonado, límpido, diáfano é dos melhores; sua água cristalina e leve; as casas e hotéis, atingindo o luxo, convidam os forasteiros ao seu convívio doce e social.

Situada num declive, graciosamente disfarçado, cercada de longas campinas, purificadoras do seu ambiente, dotada de bons prédios, iluminada a eletricidade, possuindo muito bons hotéis, poderia a cidade de Oliveira ser apontada como das melhores para restauração da saúde alterada, ou como simples ponto de recreio em Minas”.⁸⁶

De citações nesse tom poderíamos encher centenas de páginas. Limitemo-nos, porém, a registrar aqui dados de observação e estatística.

A cidade ainda não foi atingida por epidemias devastadoras, apesar de, por vezes, ter sido rondada pela varíola e pelo tifo. A única epidemia que conseguiu atravessar os seus limites, foi a famosa espanhola de 1918, que vitimou apenas 14 pessoas. Isto, graças não só às condições locais de salubridade, mas também — é preciso confessá-lo

⁸⁵ Francisco E. da Fonseca, em “*Variações sobre a cidade e o morro*”, artigo na “Gazeta de Minas” de 2-6-1940.

⁸⁶ Apud dr. Nelson de Sena, *Anuário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, 696, ano de 1909.

— à abnegação e altruísmo dos que, como Joaquim Laranjo e dr. Cícero Ribeiro de Castro Filho, levaram socorros aos epidêmicos e lutaram para debelar o flagelo.

Cabe registrar nesse capítulo um grande herói oliveirense que se entregou, corpo e alma, a uma insana e audaciosa luta contra uma epidemia de varíola que assolou alguns distritos do município: dr. José Ribeiro da Silva, cujo nome figura hoje numa das praças da cidade.

1. *Altitude e clima.* — Colocada a 962 metros acima do nível do mar⁸⁷, a cidade goza de clima seco, temperado e salubre. É o ar das elevações. Contém 75% de umidade.

Mais ou menos como o de Belo Horizonte. Verdadeiro clima-sanatório. Por isso, desde muito, a cidade é procurada como estância de repouso e convalescença, como provam as crônicas locais, onde temos desde a visita de um D. Macedo Costa, até a instalação aqui do antigo e afamado Sanatório Oliveirense, cujo conceito se espalhou pelo País durante o final do século passado e começo do atual. Um cronista da imprensa local, falando de Oliveira em 1888, chegou a por o clima daqui como êmulo do de Campos do Jordão, em São Paulo (*Gazeta de Minas de 1888*).

2. *Temperatura.* — Temperatura média anual é de 18°,6.

3. *Valores metereológicos extremos e mínimos.* — A maior máxima observada foi a de 8 de janeiro de 1930, que atingiu 34°,3 à sombra.

A menor mínima foi de 18 de julho de 1926 — 1°,5 à sombra. Durante dezessete anos de observações metereológicas na cidade⁸⁸, tem-se notado que as mínimas tendem a subir até além de 3 graus e que as máximas tendem a descer abaixo de 30 graus. Fato que vem demonstrar cada vez menos amplitude ou menor oscilação climática — mais estabilidade e mediania.

⁸⁷ Segundo observações barométricas do dr. Hermilo Alves, em 1889, como engenheiro da estrada de ferro.

⁸⁸ Até 1941.

4. Ventos. — Apesar de tudo, a cidade é às vezes muito fustigada por rajadas repentinas, provocando quedas bruscas de temperatura. Tal, porém, só se dá na mudança de estações.

O vento predominante é o *Sudeste* (SE). O 2º vento predominante é o *Nordeste* (NE).

Há aqui um vento noturno chamado “o vento do Diamante”, que costuma surgir de repente, às 9 horas da noite. É sempre anunciado por um arrepio nas franças e, quando desce aos troncos, já virou ímpeto. Logo as ruas se despovoam e as casas vão se fechando. É impressionante escutar aquele uivo nas árvores e nos jardins, em horas mortas. Também como surgiu, assim desaparece: inesperadamente .

5. Chuvas. — Segundo o dr. Álvaro da Silveira em 1909, a chuva aqui cai numa média anual de 1.153 milímetros. Conforme as observações metereológicas da respectiva estação local, desde 1920, o maior número de horas de chuva continuada, ininterrupta, foi de 52 horas; isto, aí por 1936. O mes de mais chuva observado foi janeiro de 1929, tendo caído 683 litros d’água por metro quadrado. O mes que apresentou maior número de dias chuvosos foi janeiro de 1924 — a saber: 29 dias não consecutivos. O dia mais chuvoso até hoje observado foi o dia 2 de janeiro de 1935, tendo caído 88 litros por metro quadrado.

Há, na tradição local, notícia de chuvas calamitosas em 1906, ocasionando arrombamento de açudes; e há também a lembrança dum temporal de granizos verdadeiramente diluvianos, em seguida ao célebre “tempo da fumaça”.

Em outubro de 1940, a cidade presenciou uma súbita chuva de granizos caída nos arredores da fazenda do Diamante. O terreno ali situado numa encosta, voltado para a cidade, ficou completamente coalhado de gelo acumulado em camadas grossas, ao ponto de se não ver mais uma nesga de verde.

O degelo durou dois dias, e, felizmente, só foram vítimas: a vegetação e alguns animais.

6. *Médias pluviométricas* (1941) — Afirma o encarregado técnico das observações meteorológicas locais, haver nas médias pluviométricas aqui observadas uma tendência para menos: a evaporação e precipitação estão decaindo, talvez por causa do gradativo desaparecimento das matas do município. Se esse desaparecimento continuar assim e não forem tomadas enérgicas providências em prol do reflorestamento municipal, pode-se vaticinar para os cercadões de Oliveira, em futuro não mui remoto, um outro Saara adusto e desértico como o da África...

Aí estão as boçorocas e a saúva para ajudar... E aí está também o fenômeno de lagoas que desaparecem e de riachos que mingam...

Oliveira precisa olhar melhor para esses sintomas alarmantes!

7. *Estações do ano*. — Chuvosa, de outubro a março. Seca, de abril a setembro.

Graças às condições atuais do urbanismo aqui realizado, a cidade, em ambas as estações, não sabe o que seja lama, não sabe o que seja pó. Por ano, há uma média de 114 dias claros e radiosos. Um dos mais belos prenúncios da primavera em Oliveira é a magnífica floração dos seus ipês, que os há vários e maravilhosos nas campinas adjacentes e dentro da cidade, como os do jardim de cima e esse ipê fronteiro à matriz, na praça Quinze (1942).

O maior número de dias de seca, dias consecutivos sem cair sequer uma gota de chuva, foi de 128 dias, observados em 1935.

8. *Situação astral*. — Oliveira está situada a:

20° 41' 47" de latitude sul

44° 49' 58" de longitude oeste (pelo meridiano de Greenwich).

Pelo meridiano do Rio de Janeiro, fica a cidade a 2° 6' de longitude oeste.

9. *Outras condições de salubridade* (1942) — Graças ao movimento vicentino local, desapareceram da rua os bandos de mendigos, entre os quais era costume figurarem diversos morféticos. Além disso, a cidade dispõe de contínuo serviço preventivo no seu Posto de Higiene Permanente e na Santa Casa de Misericórdia.

Além do calçamento, excelente água potável, rede de esgotos, arborização adequada, matadouro moderno e serviço de extinção de focos de mosquitos — a Limpeza Pública, a cargo de pessoal pago pela municipalidade, mantém sempre asseada a cidade, coletando uma média de 6 metros cúbicos de lixo, diariamente, através da cidade, em carrocinhas próprias. O depósito de lixo fica fora da zona povoada. Como estímulo educativo à limpeza pública, a Prefeitura instalou, em cada praça, uma placa com dizeres assim: “Não atire lixo no chão. Ajude a manter limpa a cidade” (1941).

10. *Estação metereológica*. — Já em 1892 existia aqui uma estação metereológica, com vasta aparelhagem enviada pelo chefe da Comissão de Exploração Geográfica do Estado: dr. Augusto de Abreu Lacerda, engenheiro. Uma das poucas existentes então no Estado, essa estação metereológica ficava a cargo do dr. Carlos Ribeiro de Castro, diretor do antigo Sanatório Oliveirense, que aí instalou os aparelhos: barômetro, termômetro de máxima e de mínima, pluviômetro, evaporômetro, ozonômetro e anemômetro.

Atualmente, essa estação se acha extinta e seus aparelhos desaparecidos. A que hoje existe aqui, é outra e data de 1913. Estação metereológica de 3ª classe, ela se acha instalada na praça Manuelita Chagas, acusando aí 1003 metros de altitude (?), no planalto da estação ferroviária, com os seguintes aparelhos (arrolados em 1942):

Parômetro de Tonnelot, termômetro de máxima de R. Fuess, idem de mínima, de R. Fuess, idem de temperatura, de R. Fuess, idem úmido de Tonnelot, pluviômetro de Tonnelot, anemômetro de Wild.

11. *Sanatório Oliveirense*. — Cabe neste capítulo uma rápida evocação do que foi essa casa de saúde. Ficava no local onde hoje se ergue o Hospital⁸⁹. Inaugurado a 4-6-1893, dispunha de um estabelecimento hidroterápico e de outro eletroterápico.

O estabelecimento hidroterápico possuía termas próprias para banhos medicinais, tanques de imersão, chuveiros, duchas em jactos ascendentes, dorsais, espinhais, gabinete para massagens.

O estabelecimento eletroterápico foi instalado depois que se inaugurou a luz elétrica da cidade. A eletroterapia era aí aplicada por meios que ainda são julgados modernos.

O Sanatório dispunha ainda de um hotel de repouso, dotado de bilhar, salas de estar, refeitório, onde chamava a atenção um filtro Chamberland, sistema Pasteur – o primeiro que entrou em Oliveira: filtrava 10 litros d'água por hora.

Além de aparelhos para ginástica, animais de sela e carruagem para passeios, campo de corridas a pé ou velocidade, possuía também um piano Blutner em sala própria, para aqueles clássicos e saudosos serões musicais em que Oliveira era tão fecunda e... hoje tão pobre!

Damas da sociedade, cavalheiros abastados, garotas bonitas — todo mundo ia diariamente ao Sanatório, uns em liteiras levadas por animais ou empregados, outros em carruagens elegantes.

É de se imaginar o furor que tudo aquilo causava naquele tempo...

ASPECTOS ATUAIS DA CIDADE (1941)

Educandários:

Colégio “Nossa Senhora de Oliveira”, praça Dr. José Ribeiro.

Ginásio “Prof. Pinheiro Campos”, praça dos Passos.

Grupo Escolar “Francisco Fernandes”, praça Quinze.

⁸⁹ De Neuro-Psiquiatria Infantil, antigo Hospital Colônia.

Grupo Escolar “Desembargador Continentino”, rua das Flores.

Movimento cultural e recreativo. — Existem na cidade as seguintes instituições de caráter cultural, recreativo, educativo e fiscal:

Oliveira Clube, fundado em 1940, com finalidade recreativo-cultural, contando (1941) com mais de 200 associados. Ambiente ameno e divertido, frequentado pela elite local, gabinete de leitura com revistas e jornais, salão de danças, orquestra própria e uma radiola Philips com umas 160 gravações musicais variadas, serviço de bar e confeitaria. Proporciona o clube: partidas dançantes mensais, horas dançantes aos sábados, jogos de diversas espécies, festas carnavalescas na sua devida ocasião.

Centro Cultural “Pinheiro Campos”, subordinado ao ginásio local e com finalidades educativas e culturais. Fundado pelo autor deste livro em 1939. Tem jornal (O Gládio), biblioteca e hino próprio. Associados: os ginásianos da cidade.

Grêmio Literário “Lúcio dos Santos”, subordinado à Escola Normal, com biblioteca e tendo por associadas as alunas do mesmo estabelecimento. Fundado em 1926.

Tiro de Guerra, fundado em 1939, graças aos esforços da Prefeitura, coadjuvada pelo Prof. Iraci P. Manata, pelo autor destas linhas e por oficiais do Exército. Em pleno funcionamento sob a direção de um sargento instrutor.

18ª Subsecção da Ordem dos Advogados, de natureza cultural e fiscal, criada aqui em 1930 e filiada à O.A.B. com sede no Rio. Tem uns 25 associados e funciona no salão nobre do Fórum (1941).

De caráter esportivo: Social Futebol Clube, Fabril Futebol Clube, Ginásio Esporte Clube, Bancários Futebol Clube etc.

Quanto às associações de caráter religioso e benéfico, há sobre as mesmas, em outro local, referências especiais.

Em branco

CAPÍTULO VI

VIAS DE COMUNICAÇÃO

(Contribuição ao “Guia do Viajante do Brasil”)

A estrada de ferro (Histórico) — Rodovias — Correio — Telégrafo e radiotelegrafia — Telefone em Oliveira.

ESTRADA DE FERRO

Oliveira é servida pela ferrovia Sítio-Paraopeba (Rede Mineira de Viação), bitola de 76 centímetros.

Dentro da cidade, através da qual percorre 3.500 metros, tem a estrada duas estações: Oliveira e João Pessoa.

1. *Estações.* – A de Oliveira, inaugurada a 14-4-1889, acha-se a 962 metros de altitude e numa posição quilométrica de 270.925 metros, a partir de Sítio.

O prédio antigo tinha 50 metros de gare dupla, situada como se achava entre os desvios da linha. Era uma construção antiga, em forma de chalé, sem torre.

O prédio atual, construído em 1930, foi iniciado pelo engenheiro dr. Janot Pacheco, autor da planta, sendo concluído pelo dr. José Bretas Bhering. A planta não foi, porém, executada *in-totum*. Ficou faltando uma torre: a do lado oeste. Era para ser muito alta, dotada de grande relógio luminoso com mostradores diversos, um para cada lado. Apesar disto, o prédio saiu uma sólida obra de arquitetura, ao fundo da aprazível praça Manuelita Chagas, tendo uma gare de 80 metros de comprimento e uma torre em que funcionam os escritórios da 12ª Residência, compreendendo três secções: 34, 35 e 36. A magnífica residência do engenheiro local é também construção do dr. Janot Pacheco.

A secção nº 34, que compreende o trecho ferroviário do município, está sob a fiscalização de um mestre de linha residente em Oliveira.

A estação de João Pessoa, outrora chamada Maracanã e Fromm, foi inaugurada a 10-2-1894 e dista da anterior três quilômetros, com 926 metros de altitude. Fica junto à Cia. Têxtil Oliveira Industrial, no bairro de João Pessoa, a oeste. Foi construída e doada à estrada pelo finado dr. Ludolfo Fromm.

2. *Histórico.* — A história desse trecho ferroviário de São João del-Rei a Oliveira começa, em 1880, no patriotismo dum grupo de oliveirenses abastados e de elevada posição social. Dentro desse grupo figuravam: José das Chagas Andrade, dr. Antônio Justiniano das Chagas, cel. João Ribeiro da Silva, cel. Teodoro Ribeiro de Oliveira e Silva, capitão José Pedro Ferreira de Paiva, capitão Carlos Ribeiro da Silva Castro, Eliezer Ribeiro das Chagas, Antônio Alves de Moura, Vicente Rodrigues Rocha e o engenheiro dr. Cândido José Coelho de Moura.

A 7 de janeiro de 1880, o governo mineiro, pela lei 2.625, concedia a esses bravos o privilégio para a construção duma estrada de ferro de bitola estreita que, partindo de São João del-Rei, viesse até Oliveira, com a garantia de juros de 7% durante 40 anos sobre o capital de três mil contos; capital esse elevado a quatro mil em 1882, pelo então administrador da Província dr. Teófilo Otoni.

A esse pugilo de oliveirenses, acrescentemos mais alguns, reconstituindo aquela geração idealista e ativa que, desde antes de 1880 até quase nossos dias, conduziu Oliveira a grandes conquistas: padre José Teodoro Brasileiro, dr. Francisco Coelho de Moura, dr. Franklin de Castro, Antônio Rodrigues Fernal, Evaristo Ribeiro, Francisco de Andrade e Silva, Laurindo Nogueira de Faria, Vigilato José Bernardes — sem esquecer esse artista-mendigo que foi o maestro João Francisco da Mata.

Ousados foram os ideais contemporâneos a essa geração: indústria a vapor, telégrafo, estrada de ferro, ilumi-

nação pública, máquinas para a lavoura, imigração para Oliveira, encanamento da água potável, alfabetização dos pretos, instrução pública, imprensa local, urbanização da cidade, campanhas abolicionistas e republicana e... até uma *universidade para Oliveira!*

Só não conseguiram a universidade. Tudo o mais realizaram.

Essa geração, qual novo Moisés, conduziu seu povo através da guerra com o Paraguai, através desse 13 de maio funesto para a lavoura, através do republicanismo, através mesmo da passagem do século aos pósteros, quando na arena já se batiam ao lado dela os Alves de Oliveira, os Pinheiro Chagas e os novos Ribeiro de Castro nas pessoas de João Alves de Oliveira, Djalma e Carlos Pinheiro Chagas, Manuelita Chagas, Carlos Chagas, Cíceros de Castro, pai e filho e o prof. Antônio Pinheiro Campos.

Nas pegadas desses bravos está a maior sintonização com os destinos desta terra. Era de desesperar o primitivismo urbanístico daquela Oliveira de fins de 1800. Esses lutadores é que vão transfigurar tudo: surge a imprensa oliveirense em setembro de 1887 e, por meio da imprensa, um enxame de sonhos, inclusive o da estrada de ferro.

A 31 de outubro de 87, já o expresso entrava silvando em Bom Sucesso, aqui perto. Foi uma festa como poucas: presentes ministros de Estado, senadores, autoridades diversas e – a imprensa oliveirense. De volta, os jornalistas locais Laurindo Nogueira e Antônio Fernal trazem a palavra alvissareira do ministro da Agricultura discursando aos bonsucessenses: “Esta ferrovia, senhores, não parará aqui: o governo e a empresa construtora breve a estenderão mais para diante, e não está longe o dia em que o silvo da locomotiva estará repercutindo no Alto São Francisco!”

Com efeito, a 15 de novembro, Oliveira em peso subia à praça do Cruzeiro para assistir ao término dos trabalhos de preparação do leito para a ferrovia. A última pirâmide de terra foi derribada pelo vigário José Teodoro, pelo dr.

Franklin de Castro, por Laurindo Nogueira, José das Chagas Sobrinho e o jornalista Antônio Fernal.

Cada qual vibrou a sua picaretada. E tudo com tanta poesia. Eram ferramentas enfeitadas, vindas em carroças embandeiradas junto a um infalível quinto de vinho oferecido aos trabalhadores. Hinos, fogos, vivas, ao desabar da pirâmide final. Todo mundo discursou. Percorrendo a pé um quilômetro pelo leito afora, povo e autoridades voltaram depois, entre aclamações, músicas e foguetes, estabelecendo-se logo uma passeata através das ruas da cidade.

E vieram outra vez os discursos. Laurindo Nogueira, rábula e jornalista badalante, perorou *saudando a liberdade*, em frente à residência do engenheiro da estrada, que, gentilmente, ofereceu aos presentes um profuso copo d'água (sic).

Já estava sendo assentada, a duas léguas, a grande ponte de ferro sobre o rio Jacaré. A 2 de junho era colocada a cumieira da estação. Outro foguetório. Outra discursadeira. E, outra vez, a clássica passeata pelas ruas, ao som de vivas e dobrados marciais, à proporção que em cada sacada iam assomando os *demóstenes* da hora. Oliveira nunca soube festejar grandes acontecimentos sem estes quatro temperos: foguetes de cauda, passeata pelas suas ruas, banda de música e discursos nas sacadas.

Logo a 8 do mesmo mês, entrava, cidade adentro, silvando alvissareira a primeira locomotiva.

A praça do Cruzeiro estava apinhada. A estação, toda embandeirada e fremente de povo. Apesar de segunda-feira brava, as garotas da terra ali se comprimiam, numa ansiedade única, ostentando toaletes chiques e estudando os melhores sorrisos e os melhores ademanos, para receber os engenheiros bonitos que viriam no trem. Quantas vezes as moças casadoiras não ouviram aqui, das suas vovós, este aviso prudente e consolador:

— Espera, menina; aí vem a estrada com os engenheiros!

Tem a palavra o repórter que assistiu pessoalmente à festa:

“As 5 horas da tarde, ouviu-se de perto pela primeira vez o silvo da locomotiva e, pouco depois, ao som da música e ao estampido de fogos, avançaram as duas máquinas Lavras e Rio São Francisco conduzindo dois carros de passageiros e mais vagões.

Deles apearam-se os srs. Comendador Castro, Antônio Rocha, sócios da empresa construtora da Estrada, dr. Hermilo Alves, engenheiro da companhia, dr. Braga, dr. Paiva, dr. Duarte do Amaral, engenheiro fiscal da Província, dr. Pereira das Neves, Carlos Isacson, guardalivros da empresa, Paula de Almeida, Herculano Maia, Alferes Soares Pinto, Alvarenga, alguns atores da companhia dramática “Brandão” estacionada nesta cidade, e outras pessoas cujos nomes nos escaparam.

O Sr. Evaristo Chagas, presidente da Câmara Municipal, da plataforma de um dos carros, ergueu uma saudação entusiasta à empresa construtora da Estrada de Ferro Oeste, a seus dignos engenheiros, significando o contentamento do povo olivieirense.

Seguiram depois todos para o Hotel Concórdia, onde lhes foi oferecido um jantar organizado por pessoas desta cidade”⁹⁰.

Travaram-se então os brindes recíprocos, da câmara aos engenheiros, dos engenheiros à câmara, à cidade e à Gazeta, bem como ao belo sexo de Oliveira. Terminou às 8 da noite o jantar, durante o qual tocou a banda de música da cidade.

“Sentimo-nos inteiramente satisfeitos agora que Oliveira se acha ligada à importantíssima cidade de São João del-Rei e a outros centros industriais e comerciais.

Para o trabalho, para a lavoura e o comércio é a Estrada do Oeste poderoso impulsor, como verdadeiro canal por onde se difunde a riqueza, e agora a nova cidade poderá erguer-se ao nível de um centro de comércio, para o que a

⁹⁰ *Gazeta de Oliveira* —1888, junho.

fadou a Providência com fertilidade de solo, clima excelente, índole pacífica e trabalhadora de seus habitantes. E para conseguir tudo isso, tem Oliveira agora uma varinha mágica — a Estrada de Ferro Oeste de Minas". (Ibid.)

Foi com essa galhardia que a ala nobre de Oliveira recebeu a primeira locomotiva. Como a teria recebido a ala dos simples e ignorados? Que lhe teria acontecido quando o comboio entrou de sopetão, silvando e retinindo?

“Foi uma debandada em regra, diz José Demétrio⁹¹. Os menos corajosos foram abrigar-se no bambual então existente ali na praça, onde hoje se desfruta de soberbo jardim e, de lá, espreitavam o bicho que vomitava fumo e fogo”.

A arraia miúda, vinda da roça para assistir a tão memorável acontecimento, estourou pela encosta abaixo, até lá no Maracanã — é o que conta “seu” Leléco.

Além do grande impulso imprimido então no comércio local e na lavoura, a estrada trouxe, para o lugar, as residências das turmas de trabalhadores. Em geral, estes eram portugueses e italianos. Entre os forateiros e a rapaziada do lugar, começaram então a travar-se brigas e conflitos, pondo em sobressalto o delegado e seus bate-paus, e não deixando mais enferrujar-se as chaves da enxovia local. As brigas de portugueses no largo sacudiram, por muito tempo, a pacatez local, durante os meses em que se rasgava a estrada mais para diante.

A 17 de setembro (1888), chefiada pelo dr. Hermilo Alves, passava por aqui uma luzida comitiva de engenheiros, a fim de fazer o reconhecimento das paragens por onde deveriam passar os prolongamentos da estrada até Pitangui, Itapecerica e Alto São Francisco.

A 5 de fevereiro de 1889, entre festas e discursos, Oliveira em peso formigava de novo na praça do Cruzeiro, para ver a comissão de técnicos bater a primeira estaca desses prolongamentos. Dias depois, já as obras atingiam a garganta da Folha-Larga.

⁹¹ Obra citada.

A 6 de fevereiro, ali pelas 18 horas, partia da estação, em rumo dos mercados do sul, o primeiro comboio de gado, conduzindo 120 reses.

A 25 de agosto, já o trem descia até o Engenho de Serra, levando moças e rapazes. Ali, em casa do guardalivros da estrada, Carlos Isacson, fizeram um baile e dançaram a noite toda, até o sol arregalar-se sobre o Diamante.

Entre as primeiras gentilezas da estrada para com Oliveira, figuram, além do incremento econômico e das brigas de portugueses, o transporte gratuito de imigrantes estrangeiros para a lavoura oliveirense, acompanhados de sementes e ferramentas agrícolas. Os ex-escravos, alucinados então com a alegria do recente 13 de maio, entraram a invadir os expressos e a viajar gratuitamente para baixo e para cima, numa vadiagem única que descontava, de sobra, o antigo cativoiro.

A tarifa cobrada de cada passageiro por quilômetro viajado, era então de 80 réis em primeira classe e 40 réis em segunda, havendo ainda abatimento de 30% nas passagens de ida e volta, válidas por 45 dias!

Eis os preços de então daqui para algumas estações: para Bonsucesso (56 kms.), 5\$ de 1ª e 2\$500 de 2ª; para Lavras (117 kms), 10\$200 e 5\$100; para São João (173 kms.), 15\$200 e 7\$600; para Sítio (273 kms.), 24\$ e 12\$.

Quanto ao telégrafo ferroviário, que logo entrou em funcionamento, cobrava-se por um telegrama de 15 palavras apenas \$500, adicionando-se 50 réis por palavra excedente desse número.

Além de tanta cousa boa trazida pela estrada, ela vinha também ensinar ao oliveirense em que altitude se encontrava sua cidade acima do nível do mar. Assim é que depois de estudos feitos então pelo ilustrado engenheiro, dr. Hermilo Alves, ficou Oliveira sabendo, desde 1889, que se achava a 962 metros de altitude, enquanto que mais baixas se encontravam várias vizinhas suas como: Bom Sucesso, distante 56 quilômetros, a 824; Lavras, distante 117 quilômetros, a 737; Tiradentes, distante 186 quilômetros, a 860; Na-

zaré, distante 107 quilômetros, a 821; Ibituruna, distante 81 quilômetros, a 786; e aqui perto; Tartária (29 kms.), a 911 metros; Fromm (3 kms.), a 926 metros; Folha-Larga (16 kms.), a 749; e Carmo da Mata (26 kms.), a 749 metros.

Como se vê, fica em Oliveira o pináculo desse longo percurso ferroviário.

Pelo primitivo traçado, tal ascensão iria ser contornada: não passaria a estrada dentro da cidade. Evitando a “Garganta”, os trilhos seguiriam a baixada do Jacaré. E, passando a oeste, entre o morro das Pedras e o povoado dos Martins, sairia, lá adiante, no extremo do bairro da Fábrica, seguindo daí para a Folha-Larga. Destarte, a estação de Oliveira ficaria além do Maracanã, ou seja a cinco quilômetros da cidade. Graças, porém, a uma imediata e prestigiosa intervenção do sr. João das Chagas Lobato junto à chefia da comissão construtora, foi estaqueado o leito que, numa escalada íngreme, fez a estrada atravessar a cidade aí colocando duas estações. Os declives e as contorsões dessa escalada têm ocasionado muitos desastres aqui, num dos quais o foguista se embarafustou pela caldeira adentro, virando torresmo...

Mas, pior seria se a estação ficasse lá nos confins do Pacheco, quase exigindo um novo ramal ou uma linha de bonde, da cidade até lá, como em Bom Sucesso.

Mais tarde, foi feita a ligação entre Gonçalves Ferreira e Belo Horizonte, evitando, assim, a volta que se fazia até Sítio para, pela Central, ganhar a nova capital mineira.

Inauguração da estação ferroviária. — Este foi um dos acontecimentos mais memoráveis nos fastos oliveirenses. Foi a 14 de abril de 1889. A festa começou em São João com a partida de um trem especial, trazendo o presidente da Província e sua comitiva; continuou em Lavras, cuja estação foi também inaugurada solenemente; e veio terminar em Oliveira, onde os festejos duraram dois dias e duas noites.

Primeiro, ao romper do dia 14, partiu daqui uma comissão para assistir aos festejos de Lavras e aí encontrar-se

com o presidente da Província, dr. Antônio Gonçalves Ferreira e sua comitiva.

A comissão oliveirense estava assim constituída: dr. Cândido de Faria Lobato, presidente da câmara; Andrade e Silva, vice-presidente; dr. Antônio Justiniano das Chagas, ex-deputado geral; dr. Felisberto Horta, juiz de direito; comendador Carlos Justiniano das Chagas; tenente Luís da Cunha Pinto Coelho, diretor dos colégios N. S. da Piedade e S. Luís; major J. Teixeira; cel. João Ribeiro da Silva; Afonso Lobato, proprietário do Grande Hotel; Antônio Fernal, redator-chefe da *Gazeta de Oliveira* e Randolpho Chagas.

Terminados os festejos da inauguração da estação de Lavras, rumaram para Oliveira, às 13 horas, dois comboios com cerca de 600 pessoas: um, o comboio oficial, trazendo o presidente da Província e uma grande comitiva em que se viam os deputados gerais Cesário Alvim, Lemos, Passos de Miranda e Aureliano Mourão; os deputados provinciais Barbosa da Silva e Martins de Andrade; os ex-deputados-gerais Teixeira Guimarães e Álvaro Botelho; o oficial de gabinete do presidente da província; seu ajudante de ordens; o engenheiro da Oeste, dr. Hermilo Alves; o engenheiro-chefe, dr. Alberto Isaacson; todo o corpo técnico e diretor ia da estrada; o cônsul geral da Dinamarca, dr. Emílio Nielsen; Neubrandt, representante da famosa fábrica Krupp; Boetter, diretor do Brasilianisch Bank fur Deutschland; dr. Hussak, geólogo austríaco a serviço da comissão geológica de São Paulo e engajado pelo príncipe D. Pedro Augusto; edilidade bonsucessense; a banda de música Sociedade Lira Sanjoanense; autoridades diversas e comissões gradas, destacando-se a imprensa do País que veio assim representada:

1) Imprensa do Rio: *Jornal do Comércio*, pelo dr. Pederneiras. *O País*, por Veridiano de Carvalho. *Gazeta de Notícias*, por Maximino Serzedelo. *Diário de Notícias*, pelo dr. Paulo F. Alves. *Tribuna Liberal*, por Raul Cardoso. *Novidades*, pelo dr. Campos da Paz. *Diário do Comércio*, pelo dr. Cândido Mendes. *La voce del Popolo*, por Giovanni Luglio. *Revista Treze de Maio*, pelo dr. Pereira Franco.

2) Imprensa de Minas: *Diário de Minas*, pelo dr. Sousa Lima. *Farol*, por Lindolfo de Assis. *União*, por Lauro de Lima. *Liberal Mineiro*, pelo dr. Francisco Catão. *Movimento*, pelo dr. Assis Barcelos. *Verdade Política*, por Avelar Brotero. *Opinião Liberal e Rio Grande*, por Lopes Neves. *Gazeta de Oliveira*, por Antônio Fernal.

Quando os dois comboios, às seis da tarde, entraram na estação, a banda musical de Oliveira atacou o hino nacional, e uma multidão de 3.000 oliveirenses irrompeu em frenéticas aclamações. Pararam aí os dois trens, depois de passarem debaixo de grandes arcos de triunfo. O primeiro arco ostentava estes sugestivos dizeres: “*Nascitur exiguus, vires acquirit eundo*”. O segundo trazia um lema que é irmão do anterior: “*Labor omnia vincit*”.

"A chegada do trem inaugural em Oliveira, diz a Gazeta, foi tão majestosa, tão pomposa e tão solene, que com palavras de três ou quatro idiomas (sic) não poderíamos pintar o quadro que contemplamos. Luzes, arcos, folhagens, flores, foguetes, fogos cambiantes, música, sorrisos e entusiasmo...

“A começar da estação, rua do Cruzeiro, largo do Rosário, rua Direita e largo da Matriz até a ladeira dos Frades, as luminárias, os arcos de triunfo e as folhas que juncavam as ruas, tornavam esses quarteirões da cidade um verdadeiro brinco. Em decoração de cidades do interior, Oliveira esteve inexcédível. O edifício da câmara, ultimamente reconstruído, estava imponente e luxuosamente iluminado. A igreja matriz com suas luzes onicolores formava um centro sobremodo atraente e deslumbrador”. (Gazeta de Oliveira, n.º 86)⁹².

E continuava o repórter descrevendo a iluminação das casas, as baixelas ricas sobre as janelas e sacadas, o luar que reinava naquelas noites e o grande arco de triunfo que ficara junto à casa do major Chagas Sobrinho, em frente à atual matriz nova.

⁹² Note-se que ainda não havia luz elétrica.

“A cidade de Oliveira, desde a estação, tinha as ruas embandeiradas, erguendo-se, de espaço a espaço, grandes arcos triunfais com dizeres análogos à festa da inauguração, à engenharia e à empresa construtora.

À noite houve iluminação a giorno, não só nas ruas onde se viam grandes renques de folhagens e lanternas chinesas, como nas sacadas e frentes das casas particulares e edifícios públicos”. (Gazeta de Notícias).

Os forasteiros invadiram os três únicos hotéis da cidade: Hotel Cruzeiro, Hotel Concórdia e Grande Hotel. Casas particulares tiveram de acolher a maioria dos visitantes. O comendador Chichi hospedou o presidente da Província no seu solar, hoje Ginásio Mineiro. E os representantes da imprensa foram hospedados pelo dr. Antônio Justiniano, major Chagas Sobrinho e capitão Ernesto Ribeiro.

À noite, houve o grande banquete oferecido pela municipalidade e pela empresa construtora, no palacete do cel. João Ribeiro, no topo da Ladeira dos Frades. Basta dizer que, para fazer esse banquete, foi contratada especialmente no Rio a Casa Pascoal que veio com toda a sua bateria e baixelas, e aqui, assombrando o povo com “uma abundância de delicados e esquisitos manjares, fez-nos lembrar os festins de Baltazar” – comentava enfaticamente o repórter oliveirense daqueles tempos.

Depois desse banquete, onde os brindes e o champanhe romperam em verdadeira chuva, seguiu-se um baile de gala que só terminou às 5 horas da manhã. Realizou-se no palacete do cel. Antônio da Silva Campos, o português mais jovial e folgazão que já entrou em Oliveira. Tomando parte na primeira quadrilha, o presidente Gonçalves Ferreira teve por par D. Maria Campos, esposa do dono da casa, e por *vis-à-vis* D. Maria Eugênia de Magalhães Gomes que dançava com o presidente da câmara, dr. Cândido Lobato. Foi um “baile faustoso, abrilhantado com as jóias da sociedade oliveirense, com as toaletes ricas, correspondendo às gentis damas e aos guapos cavalheiros que aí se achavam, no derramamento da alegria e contentamento,

a par de belíssimas execuções musicais”. (*Gazeta de Oliveira* n° 86).

“O baile esteve animadíssimo – comentava o *Jornal do Comércio* – e tal era a concorrência de cavalheiros e de senhoras, muitas delas com elegantes e ricas toaletes, que nas salas era difícil andar”.

No dia seguinte, além de novas festas, houve a inauguração oficial dos trabalhos para o prolongamento da estrada até Pitangui, Itapecerica e Alto São Francisco. A primeira estaca foi batida ao som do hino nacional, entre aclamações populares e espocar de foguetes.

E, às treze horas, com o pesar geral, soa na estação o sinal da partida. Os trens arrancam resfolegando. Há lenços abanando e olhos femininos rasos água. De repente, uma gritaria:

– Para trás! Para trás, o trem oficial!

É que o presidente e sua comitiva ainda não tinham embarcado quando o chefe apitou e a composição partiu.

Houve marcha-ré divertida e se deu então a partida definitiva irrompendo-se “de dentro do comboio uma saudação entusiástica”⁹³:

– Viva o povo de Oliveira!”

RODOVIAS

Oliveira é hoje servida por inúmeras rodovias, entre as quais se destaca como principal a BR-55, Rodovia Fernão Dias, construída pelo governo federal, ligando Belo Horizonte a São Paulo. É uma estrada de primeira ordem, toda asfaltada, com uma extensão de 576 quilômetros, passando por mais de uma centena de municípios mineiros e algumas dezenas de municípios paulistas. Sua inauguração ocorreu em 22 de outubro de 1960, sendo presidente da República o

⁹³ “Gazeta de Oliveira”, n°86.

sr. Juscelino Kubitschek do Oliveira. A construção dessa estrada vinha desde os tempos do governo ditatorial.

Na confluência da rodovia com a variante que vai até Oliveira, esta numa extensão de 8 quilômetros, também asfaltada, há uma bela praça ajardinada, com um trevo rodoviário, oferecendo uma visão agradável aos que por ali transitam.

Oliveira, graças à Rodovia Fernão Dias, ficou distante de Belo Horizonte apenas 140 quilômetros, tendo havido, em relação à estrada antiga, um encurtamento de 80 quilômetros. Modernos ônibus, confortáveis e velozes, fazem diariamente o percurso entre a Capital e Oliveira, em apenas 3 horas e meia de viagem.

Além da BR-55, Oliveira dispõe de um grande sistema de estradas estaduais e municipais, que colocam a cidade em contato com os seguintes municípios e localidades: Bom Sucesso (36 km.); Cláudio (45 km.); Passa Tempo (62 km.); Itapecerica (66 km.); distrito de São Francisco de Oliveira (23 km); e distrito de Morro do Ferro (34 km.). Há ainda numerosas estradas municipais e particulares ligando a cidade a fazendas, sítios e chácaras da zona rural.

ESTAÇÃO RODOVIÁRIA

No período de governo do sr. José Silveira, foi votada e sancionada lei criando a estação rodoviária de Oliveira.

Em 1960, por iniciativa do sr. Emílio Haddad, grande entusiasta e impulsionador do progresso oliveirense, a cidade foi dotada desse imprescindível melhoramento. A Estação Rodoviária de Oliveira é um prédio bem construído, localizado em ponto central, pois fica nos fundos da matriz velha, tendo um bar e restaurante anexos, e possibilita aos viajantes e pessoas em trânsito condições de conforto e higiene.

CORREIO

Data de 1841 a instalação da primeira agência de correio em Oliveira. Antes de 1888, data da ligação ferroviária Oliveira-São João, o transporte de correspondência era

feito por um estafeta que viajava em lombo de burro. O estafeta de São João dei Rei, trazendo as malas vindas da corte, encontrava-se com o estafeta de Oliveira em Santiago. Pernoitavam aí para, no dia seguinte, trocadas as malas, voltarem cada um ao seu ponto de partida. Esse serviço, feito assim em cargueiros, era moroso demais. O estafeta de São João partia nos dias ímpares. As malas só chegavam a Oliveira nos dias pares. De modo que os mais recentes jornais do Rio chegavam às mãos do oliveirense com três, quatro dias de atraso.

Inaugurada a estrada de ferro em 1888, a Câmara Municipal fez à mesma uma representação para que fosse feito pelos trens o serviço postal, imprimindo-lhe mais rapidez e modicidade.

A inauguração da nova agência postal de Oliveira teve lugar no dia 10 de abril de 1951, com a presença do governador Juscelino Kubitschek de Oliveira, vice-governador Clóvis Salgado, Prefeito José Silveira, deputados, diretor regional do Departamento dos Correios e Telégrafos, dr. Milton Xavier de Carvalho, dr. Odilon Behrens, chefe do gabinete do governador, jornalistas e outras autoridades. As instalações foram bentas pelo bispo diocesano dom José Medeiros Leite. Falaram, na ocasião, o governador do Estado e o dr. Milton Xavier de Carvalho, declarando inaugurada a agência, que está situada na Rua Padre José Teodoro, em prédio moderno e funcional.

TELÉGRAFO E RADIOTELEGRAFIA

O primeiro telégrafo inaugurado em Oliveira foi o telégrafo ferroviário, em 1888. Cobrava, inicialmente, \$500 por telegrama de 15 palavras; o excedente desse número acrescia, por palavra, apenas 50 réis.

Hoje a cidade é servida pelo Telégrafo Nacional, aqui inaugurado em 1928, tendo por primeiro telegrafista Nilo Ivon Sperling. Funciona o telégrafo no mesmo edifício do correio.

A 6 de setembro de 1928, sendo presidente da câmara municipal o sr. Armando Pinheiro Chagas, foi inaugurada

em Oliveira uma estação radiotelegráfica, com o prefixo PRMM, assentada no edifício do fórum, pelo técnico Henrique Silva.

TELEFONES EM OLIVEIRA

A primeira empresa a explorar o serviço telefônico no município foi fundada em 1912 pelos srs. dr. Oscar de Andrade Botelho e Antônio Alvarenga, tendo iniciado suas atividades em 12 de dezembro daquele ano, mediante concessão por 25 anos, dada pela Câmara, na época sob a presidência do dr. Djalma Pinheiro Chagas.

Os concessionários, algum tempo depois, diante das dificuldades e falta de apoio do povo e dos poderes públicos, pretenderam cessar suas atividades, o que não se concretizou graças à intervenção dos drs. Djalma Pinheiro Chagas e Cícero Ribeiro de Castro.

Em 1918, com a denominação de Empresa Telefônica São Geraldo, passou à responsabilidade do sr. Amaro Ferreira Rosa, o qual, juntamente com sua família, nestes longos anos, manteve o serviço telefônico no município, possibilitando fácil comunicação com as cidades vizinhas de Santo Antônio do Amparo, Lavras, Bom Sucesso, Carmo da Mata e Cláudio, e, ainda, com os distritos de São Francisco de Oliveira e Morro do Ferro, e dezenas de fazendas localizadas na região.

Foram incontáveis os serviços prestados pela Empresa Telefônica São Geraldo, que sobreviveu todo esse tempo, sem qualquer auxílio dos poderes públicos, graças unicamente à abnegação e aos esforços pessoais de seu dirigente, sr. Amaro Ferreira Rosa.

NOVA EMPRESA

Em 1960, por iniciativa do sr. Lincoln Gregório Mendes e dr. Othon Carvalhais Siqueira, engenheiro do D.N.E.R., foi organizada a Companhia Oliveirense de Telefones, com o capital de Cr\$ 4.500.000,00.

A nova empresa, que obteve a concessão dos serviços telefônicos no município, dispôs-se a instalar, de início, 180 aparelhos semi-automáticos, de fabricação da Ericson do Brasil S.A., bem como a construir um edifício próprio. O serviço passará a ser automático logo que o número de assinantes alcançar os 300.

CAPÍTULO VII

ASPECTOS SANITÁRIOS E ECONÔMICOS (1942)

Santa Casa de Misericórdia – Pôsto de Higiene – Hospital de Neuropsiquiatria Infantil – Finanças – Agricultura e Pecuária – Indústria – Comércio – Oliveira e o sistema métrico – A colônia síria.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

Data de 1862 a primeira tentativa pública para se fundar em Oliveira uma Casa de Caridade. Nesse sentido, a câmara municipal apelou para todo o município que então se compunha de 9 distritos: 1 – Cidade; 2 – Santo Antônio do Amparo; 3 – Japão; 4 – Passa Tempo; 5 – Cláudio; 6 – Carmo da Mata; 7 – São Francisco de Paula; 8 – Santana do Jacaré; 9 – São João Batista.

Em cada distrito foi criada uma comissão encarregada de angariar donativos. Cada comissão compunha-se do vigário do lugar, do juiz de paz e mais pessoas gradas.

Eis uma cópia de um dos ofícios dirigidos então ao presidente de cada comissão distrital:

“Illmo. Sr.

A Camara Municipal da cidade d'Oliveira, em Sessão de hoje, resolveo nomear Comissões nos Distritos desta Municipalidade, para estas angariarem donativos, a fim de se fundar ua Casa de Caridade nesta Cidade, que amuito tempo os infelizes reclamão anossa attenção. Nesse humanitario intento esta Camara lembrou-se dos nomes de V.S. e dos Illmos. Snres. José das Chagas Andrade, Vigário José Teodoro Brasileiro, Tenente Carlos José Bernardes, Tenente Pio

Ribeiro da Silva e Tenente Francisco de Faria Lobato, nomes estes que são o symbolo da caridade e religião.

Esta Camara em vista dos precedentes de V.S. está certa que accetando este religioso Cargo, envidará com aquelles prestáveis Cidadãos, todos os esforços para assim chegarmos ao nosso desejado fim, e sermos lembrados elouvidos pelos que soffrem.

A Comissão Central desta Cidade fica encarregada de obter um estatuto ou compromisso para a nossa Pia instituição, e receberá das Comissões defora os donativos ou communicações que tenham de faser.

Deos Guarde V.S.

Paço da Camara Municipal em Sessão Ordinaria de 17 de Julho de 1862”⁹⁴.

Em 1875, no dia de ano novo, reuniu-se no corpo da matriz um bravo pugilo de 46 pessoas, chefiadas pelo vigário José Teodoro Brasileiro. Instalou-se nesse dia a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Oliveira, nomeando-se uma mesa provisória que tinha por presidente o vigário José Teodoro e por membros Marcelino Rodrigues Tito, major José Antônio Teixeira, major Teodoro Ribeiro de Oliveira e Silva e José Henriques de Melo. Foram lidos e aprovados os estatutos da Irmandade. Eleitos os mesários, aparecem como provedor o dr. Miguel Augusto do Nascimento Feitosa, como vice-provedor o capitão José Pedro Ferreira de Paiva, como escrivão o cel. Antônio da Costa Pereira, como tesoureiro o tenente-coronel José Ferreira de Carvalho, como procurador o capitão Carlos Ribeiro da Silva Castro e como mordomos o capitão Carlos José Bernardes, dr. Fernando Leite Ribeiro de Faria, Mariano Ribeiro da Silva, Misael Ribeiro da Silva Castro, José Henriques de Melo, Joaquim Dias Bicalho.

Esse foi o bravo batalhão da Misericórdia, onde se salientou o dr. Feitosa, juiz de direito.

⁹⁴ Dos anais da câmara municipal.

Empossados os que se achavam eleitos, foi “declarada instalada a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia sob a invocação de Nossa Senhora das Dores”.

A 15-4-1876, em reunião da mesa, o provedor dr. Feitosa, feita uma revisão no capital até então angariado, sugeria fosse logo indicado o local em que deveria ser erigido o edifício da Santa Casa. Para isso, convidou os presentes a se dirigirem ao alto do Cruzeiro (hoje praça Manuelita Chagas), a fim de se proceder ali ao alinhamento do referido edifício (sic), sendo para isso convidado o mestre carpinteiro José Fernandes do Couto, a quem Oliveira deve a sua arquitetura colonial. Fez-se então o seguinte alinhamento: “do cruzeiro para cima deixou-se um espaço de duzentos e treze palmos para servir de praça, principiando aí o terreno destinado ao edifício da Santa Casa, procurando o mais possível o alinhamento das casas do lado debaixo da rua do Cruzeiro (hoje av. Pinheiro Chagas) com relação a este, até cem palmos acima da árvore de gameleira que se acha na esquina do muro da casa de Vicente Rodrigues Rocha e outros, em linha reta, e daí formando um ângulo até o valo do pasto da chácara do tenente Francisco de Faria Lobato (hoje Colégio Estadual); e pela frente a contar do ponto acima, fazendo com o referido alinhamento do lado um ângulo reto até encontrar o mesmo valo do referido pasto da chácara do dito tenente Lobato; havendo esses terrenos sido cedidos por seus proprietários, o referido tenente Lobato, Vicente Rodrigues Rocha e outros herdeiros do finado alferes Antônio Machado Rodrigues, como tudo consta dos respectivos títulos, autorizando igualmente a Câmara Municipal que para não prejudicar o alinhamento cortasse este a rua existente, com a condição porém de fazer a Irmandade correr a mesma rua pelo terreno do curral da casa de Nicolau Alves Garcia e outros, destruída assim a curva que faz no canto do muro. Determinou mais a Mesa que a casa tivesse cento e trinta palmos de frente, sobre sessenta e cinco de fundo, e nessa ocasião marcou-se a largura dos alicerces, deixando para o lado da rua do Cruzeiro um espaço de trinta palmos que será destinado para um jardim; e resol-

veu finalmente que a cerimônia do assentamento da primeira pedra tivesse lugar no dia três de maio próximo futuro, dando-se para isso as precisas providências, em ordem a ser celebrado o ato com a maior solenidade possível, autorizando o irmão Tesoureiro a despender o que fosse preciso para tal fim”.⁹⁵

Efetivamente, a 3 de maio de 1876, foi ali lançada a pedra inaugural da Santa Casa. Povo em penca enchendo a velha praça do Cruzeiro, onde, em altar improvisado, à sombra do antigo bambual aí existente, o vigário Teodoro celebrou missa campal, procedendo, em seguida, à bênção da primeira pedra. Houve aclamações e vivas; houve fogos e bandeirolas, decorrendo a solenidade “ao som de belas e festivas peças de músicas executadas pelo coro regido pelo Irmão Marcos dos Passos Pereira” (sic), exímio maestro que, por muitos anos, andou musicando a alma do povo oliveirense.

Infelizmente, porém, a construção da Santa Casa na aprazível praça do Cruzeiro não foi além da pedra inaugural. Outra, e menos salubre, iria ser a localização do almejado estabelecimento.

A 21-6-1896, era novamente dirigido outro apelo a todo o município, em prol de donativos para a Santa Casa, como se fez em 1862, sendo então organizadas comissões nos distritos do Japão, Cláudio, Passa Tempo, Carmo da Mata, São Francisco de Paula e Santana do Jacaré. Era mais uma tentativa em rumo do capital que ainda estava longe de se completar.

A 4-12-1898, além de 60\$ que eram aprovados como vencimentos mensais para um administrador incumbido de orientar os trabalhos da Santa Casa, organizava-se uma brilhante comissão para angariar donativos, composta das mais distintas damas da sociedade oliveirense de então. Aí figuravam uma D. Maria Pulucena das Chagas Lobato, uma Elvira Xavier das Chagas, uma D. Amanda de Campos Con-

⁹⁵ Págs. 5 e 6 do livro de atas das eleições da Irmandade da Santa Casa.

tingentino, uma Tia Lilita, uma D. Policena Fernandes das Chagas Lobato e outras muitas. Competir-lhes-ia a vitória final, embora houvessem baqueado Já dois grandes baluartes da campanha sagrada, sendo um deles o bravo cel. Antônio da Silva Campos.

Em compensação, surgia agora como provedor o *cel. Francisco Fernandes de Andrade e Silva*, que, ao lado do dr. F. Coelho de Moura, do vigário José Teodoro e do comendador Francisco Lobato, iria desencantar o problema do edifício para a Santa Casa.

Com efeito. Depois de adquirir na ladeira dos Frades um prédio para escola pública da cidade, antes instalada na sacristia da matriz, o cel. Fernandes comprava, a 4 de julho de 1898, por 16.000\$00, um casarão na rua das Palmeiras (hoje rua da Misericórdia), prédio esse inventariado então na herança deixada pelo abastado cel. João José da Cunha Santos. Fora pensamento do cel. Fernandes comprá-lo e doá-lo no dia 19 de junho, data em que o benemérito oliveirense completaria os seus 66 anos. Não o tendo podido fazer nesse dia, adaptou-o e mobiliou-o primeiro e dele fez doação a *25 de março de 1899*, festa da Encarnação do Verbo Divino, data sugestiva em que foi solenemente inaugurada a Santa Casa de Misericórdia, da cidade de Oliveira. Eis a ata da instalação.

“Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e noventa e nove, aos vinte e cinco dias do mês de março do dito ano, nesta cidade de Oliveira, Estado de Minas Gerais, em o edifício destinado para a Santa Casa de Misericórdia, sita à rua das Palmeiras, desta cidade, às onze horas do dia, pelo Reverendíssimo Padre Francisco José Correia foi celebrada uma missa, à qual assistiram tôda a Irmandade, autoridades judiciárias, Câmara Municipal, Imprensa e diversas pessoas desta Comarca.

Seguiu-se a bênção da casa, terminada a qual, o reverendo Padre Francisco José Correia convidou, em nome do senhor Provedor tenente-coronel Francisco Fernandes de Andrade e Silva, tôdas as pessoas presentes para a cerimô-

nia da instalação que se devia realizar às cinco horas da tarde dêsse mesmo dia.

À hora designada, presentes o senhor Provedor Francisco Fernandes de Andrade e Silva que ocupou a presidência tendo à sua direita o Reverendo Padre Francisco José Correia e em redor da mesa os mordomos – dr. Francisco José Coelho de Moura, cel. José das Chagas Andrade Sobrinho, dr. Cândido de Faria Lobato, major João Alves de Oliveira e o capelão José Joaquim Gomes, o Tesoureiro Comendador Francisco de Faria Lobato, o procurador José Francisco de Lacerda Pinheiro, comigo escrivão adiante nomeado. Estabelecida a ordem pelo sr. Provedor foi lido o histórico desde a primeira época da fundação da Casa, o qual histórico vai transcrito no fim desta. Em seguida o Escrivão fêz a leitura de doação da casa que o mesmo senhor Provedor fêz à Irmandade .

Concluída esta leitura, falaram depois várias pessoas, entre as quais o Reverendo Pe. Correia, o Tenente-Coronel Laurindo Nogueira de Faria em nome das senhoras oliveirenses, o Dr. Juiz de Direito da Comarca e os representantes da Imprensa desta cidade. Segue-se o histórico (a folhas 18-24). Do que para constar lavrei a presente ata que assinam os mesmos⁹⁶ depois de lida por mim Alfredo Pausânias Ulisses de Castro, secretário que a escrevi".

Pelo cel. Francisco Fernandes foram ainda doadas 12 cadeiras de jacarandá, 2 cantoneiras de sala, 1 bacia e jarro esmaltados, além de várias apólices de contos de réis

⁹⁶ Os mesmos que assinaram o histórico que se acha incluso na ata: cel. Francisco Fernandes, Comendador Francisco de Faria Lobato, dr. João Pereira Continentino, dr. Cândido de Faria Lobato, dr. José Joaquim Gomes, padre José Teodoro Brasileiro, dr. Adelino Pinto Machado, dr. Ribeiro da Silva, dr. F. Coelho de Moura, Olímpio Chagas Leite, J. Olímpio de Castro, Venâncio José Benfica, José Vieira da Silva, Mariano Ribeiro da Silva, Acrísio Diniz, Salatiel de Faria Lobato, João Estanislau, Álvaro Ribeiro, Abílio Ribeiro de Castro, José G. Ribeiro da Silva, Paulo Roiz Rocha (descendente do seu homônimo já referido).

e diversos donativos angariados entre seus parentes.

O comendador Lobato, além de outros benefícios, doou o terreno.

O dr. Coelho de Moura conseguiu no Congresso Estadual uma subvenção anual de dois contos de réis. A municipalidade fez um donativo de 10:000\$. Antônio Fernal, na *Gazeta de Minas*, abriu gratuitamente as colunas do grande hebdomadário oliveirense para qualquer publicação com vistas à Santa Casa.

Tudo isto em 1909. E assim, do unânime espírito humanitário daquela geração, pôde nascer e desenvolver-se em Oliveira a Santa Casa de Misericórdia.

A casa teve como primeiro corpo médico os doutores Francisco José Coelho de Moura, José Ribeiro da Silva, Ludolfo Fromm, Franklin Benjamim de Castro, Carlos Ribeiro de Castro e Virgílio de Castro.

Data de 19-7-1903 a inauguração solene da capela da Santa Casa, onde paira, sobre o altar, como bênção à benemerência dos fundadores da obra humanitária e aos que nela buscam lenitivo e cura, a padroeira do estabelecimento: Nossa Senhora das Dores.

Na mesma data da inauguração da capela, era solenemente aposto nos salões do estabelecimento o retrato de um dos seus maiores beneméritos: o comendador Francisco de Faria Lobato. O mesmo fizeram depois ao grande benfeitor de todas as iniciativas humanitárias de Oliveira: o cel. Francisco Fernandes de Andrade e Silva.

Data de 7 de abril de 1907 a primeira tentativa para a vinda de religiosas e enfermeiras para a Santa Casa. A 5 de novembro de 1914, aqui aportavam as abnegadas Irmãs da Piedade em número de 4, chefiadas pela irmã Josefina. Firmaram então contrato com a Mesa para, daí por diante, dirigirem o estabelecimento onde, além da atuação de ótimas e dedicadas enfermeiras, se salientou a figura sinergicamente conglutinada com todas as vitalidades da Casa: o enfermeiro Alfredo José dos Santos.

Entre os que mais têm mourejado pela prosperidade do estabelecimento, devemos destacar o dr. Feitosa, o dr. Cícero Ribeiro de Castro, o sr. Artur Bernardes Costa, os falecidos Aristeu Caetano de Lima e tenente Evaristo Ribeiro de Oliveira e Silva.

Em 1942, o patrimônio da Irmandade constava de 97 apólices no valor de 89:000\$ e de 4 carneiras no cemitério local, acrescentando-se a isto o patrimônio imóvel do prédio com suas dependências e mobiliário.

As finanças da Santa Casa foram assim mobilizadas em 1941:

Receita	62:193\$400
Despesas	32:419\$500
Saldo em caixa	29:773\$900

Tem faltado a esta piedosa instituição mais bafejo do governo. A antiga subvenção estadual vai ficando para as calendas gregas... Foi requerida uma subvenção federal ao Ministro da Educação e Saúde, mas a resposta ainda não atravessou a Mantiqueira...

Têm contribuído com donativos a Prefeitura local (4:200\$ em 1940) e as Prefeituras de Passa Tempo e Carmo da Mata.

A Santa Casa possui farmácia, duas enfermarias, sendo uma para homens e outra para mulheres: quartos para diaristas, aparelho de raio X e sala de operações com a respectiva aparelhagem.

Anexa ao prédio, ergue-se uma elegante capela em estilo gótico, iniciativa do antigo provedor dr. Cícero Ribeiro de Castro; feita por subscrição popular, essa capelinha, iniciada em 1923, foi concluída e inaugurada a 16 de setembro de 1927, dia de São José de Cupertino.

A 27 de maio de 1945 foi inaugurado o pavilhão Dona Leonina Ferreira Leite, feito sob a administração do padre José de Oliveira Barreto, capelão da Santa Casa. O pavilhão, que se constitui de maternidade e novos apartamentos para doentes, veio contribuir para a melhoria dos serviços do estabelecimento hospitalar. Contudo, no relatório de 1953,

o provedor dr. Domingos Ribeiro expôs a necessidade da construção de um nôvo hospital em Oliveira, já tendo tomado tôdas as providências para a concretização dêsse empreendimento. O balancete de 1953 da Santa Casa de Misericórdia assinalou o seguinte resumo:

	Cr\$
Receita	704.220,50
Despesa	324.326,80
Saldo	379.893,70

Corpo médico – Dr. Domingos Ribeiro de Oliveira e Silva (provedor), Dr. Efigênio Salgado dos Santos, Dr. Hélio de Castro Costa, Dr. Vicente Martins Carvalho, Dr. Sebastião da Silva Leão.

Administração atual — O Dr. Domingos Ribeiro de Oliveira e Silva foi reeleito durante nada menos de 23 anos, tendo prestado os mais relevantes serviços à Santa Casa de Misericórdia de Oliveira, que lhe é eternamente reconhecida.

O atual provedor, sr. Moacir Ferreira Leite, foi eleito em 1º de janeiro de 1960 e tem como companheiros de administração: Emílio Haddad (vice-provedor), José Silveira (1º secretário), Plínio Assis Ribeiro (2º secretário) e José Lobato (tesoureiro). São mordomos os srs. Néelson Ribeiro de Oliveira e Silva, Dario Afonso, Sebastião Assis Aguiar, José Antônio da Rocha Costa Jr., Wilson de Oliveira Barros e José Geraldo dos Santos. O Conselho Fiscal é integrado pelos srs. Júlio Ribeiro, Diaulas Ribeiro da Silva e Herculano Guimarães.

PÔSTO PERMANENTE DE HIGIENE DE OLIVEIRA

O Pôsto de Oliveira foi o primeiro a ser fundado em Minas. Data de 7 de setembro de 1922 a sua inauguração solene, com a presença do grande cientista Carlos Chagas. Tendo estado a princípio sob a orientação técnica da benemérita Fundação Rockefeller, passou depois a ser mantido pelo Estado e pela municipalidade, concorrendo esta com 30% das despesas e cabendo àquele o financiamento anual de 30:00\$000.

Logo nos seus primeiros anos (1925), sob a direção do ilustrado higienista oliveirense dr. Domingos Ribeiro, o Posto de Oliveira foi classificado em 2º lugar entre os serviços de higiene de Minas e São Paulo, merecendo, por isso, tanto a instituição como o seu chefe, um voto congratulatório do inspetor da Fundação Rockefeller, dr. John H. Jauney.

Chefes do Posto. — O primeiro foi o dr. Domingos Ribeiro que, em 1933, por motivo de transferência, foi substituído pelo dr. José de Almeida Neto, o qual permaneceu na chefia até 1934. De 1934 a 1938, foi chefe o dr. Nadir Gomes de Sousa. Em 1938 passou para a direção do dr. Domingos Ribeiro e deste para o dr. Romeu Ribeiro de Castro. Voltou ao Estado e está sob a direção do dr. Sebastião da Silva Leão desde 1947.

HOSPITAL DE NEURO-PSIQUIATRIA INFANTIL

Este estabelecimento foi fundado pelo governo estadual como Hospital Colônia, à guisa do de Barbacena. O prédio foi construído pelo engenheiro José Zuquim em 1928-1929, sendo presidente do Estado o dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, secretário da agricultura dr. Djalma Pinheiro Chagas e secretário da Assistência Pública o dr. J. F. Bias Fortes. O primeiro diretor foi o dr. José Cesarino, seguindo-se-lhe o dr. José Jorge Teixeira, que entregou o cargo ao dr. Rafael Mesquita em fevereiro de 1947. Foi na gestão desse último que o Hospital Colônia se transformou em Hospital de Neuro-Psiquiatria Infantil, remodelado e inaugurado em 16 de dezembro de 1949. Desde 1951, é dirigido pelo dr. Vicente Martins Carvalho. Em 1942, no Hospital Colônia estavam internadas 400 doentes mentais. Hoje, ali são assistidas 160 crianças internas. O serviço está sendo dirigido pelas Irmãs de Jesus da Santíssima Eucaristia, em número de quatro, desde 1952. A capelania está entregue ao padre Milton Medeiros.

Vida Bancária. — Data de 1920 a nova vitalidade bancária em Oliveira. Hoje a cidade conta com várias agências dos mais conceituados bancos do país.

Destas agências, a primeira instalada na cidade foi a do Crédito Real, cuja inauguração data de 21-12-1922. Teve por primeiro gerente o saudoso oliveirense dr. Cícero Ribeiro de Castro, ao qual se seguiram cronologicamente os seguintes gerentes: Luís Dutra Nicácio, Pacífico Alvarenga Paixão, Antônio Gonçalo de Almeida, José Monteiro de Moura Júnior, dr. Abelardo Guerra, José Gomes de Almeida, Antônio Muzzi e, (2a. vez) – José Gomes de Almeida.

Esta agência, na sua fundação, encampou aqui uma casa bancária, existente desde muito no lugar, sob o nome da Casa Bancária “Silva, Castro & Cia.”, fundada por um grupo de oliveirenses ilustres, entre os quais figuravam o dr. Djalma Pinheiro Chagas e o dr. Cícero Ribeiro de Castro.

Foi esta a primeira casa a realizar operações bancárias em Oliveira. Tais operações eram, antes, feitas por capitalistas particulares, entre os quais são lembrados: comendador Francisco Lobato, cel. João Ribeiro da Silva, Álvaro Ribeiro e Francisco Inácio Ribeiro Júnior (cel. Mandassaia).

Agências bancárias de Oliveira em 1960, com a respectiva data de instalação:

1. Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A. (1922).
2. Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais S/A. (1927).
3. Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A. (1937).
4. Banco de Minas Gerais S/A. (1938).
5. Banco Mineiro da Produção S/A. (1938).
6. Banco do Brasil (1959).
7. Caixa Econômica Federal (1952).
8. Caixa Econômica Estadual (1949).

Movimento bancário. — Graças sobretudo aos dois principais produtos do município (café e gado), as agências

bancárias locais têm uma mobilização financeira muito intensa, tendente a aumentar numa média de 7 a 10% ao ano. Em 1940, por exemplo, esse movimento atingiu a elevada soma global de 20 mil contos de réis em depósito por 7 mil contos em capital colocado.

Tal movimento não se tem limitado a uma vitalidade local apenas, nem se tem restringido ao âmbito municipal. Ao contrário, tem se irradiado além das fronteiras do município, num verdadeiro controle sobre Bom Sucesso, Passa Tempo, Cláudio, Itaguara, Bonfim, Itapecerica, Carmo da Mata, Divinópolis e outros centros do Oeste.

Outras rendas. — Enfileiramos aqui apenas as principais, isto é, algumas de carácter oficial ou industrial, no ano de 1940:

	Cr\$
Coletoria Estadual	1.421:451\$200
Coletoria Federal	399.344\$300
Prefeitura Municipal (média anual) ..	
Arrecadação em 1960:	510:000\$000
Coletoria Estadual	28.000.000,00
Coletoria Federal	10.000.000,00
Prefeitura Municipal	7.605.814,30

AGRICULTURA E PECUÁRIA

Desde que aqui aportaram os primeiros colonizadores, a agricultura e a pecuária foram as suas preocupações máximas. Também, que outra preocupação poderia haver, se se não tratava de terras minerais?

A derribada das antigas matas e o plantio do solo introduziram aqui a agricultura. As velhas fazendas de curral à frente e invernadas em torno deram início à pecuária.

E uma e outra é que constituíram a razão de ser da comuna oliveirense. Portanto, historiar agricultura e pecuária em Oliveira é historiar Oliveira mesma. Café e gado são, e têm sido, os seus dois esteios.

Já em 1831, nas primeiras matrículas da Guarda Nacional local, a maioria de matriculados é constituída de agricultores e criadores.

Logo que se inaugurou na sede a primeira câmara municipal, um dos seus primeiros atos foi espalhar, entre os fazendeiros, exemplares sobre a cultura do chá e logo depois incrementar o comércio do gado.

1. *Agricultura*. — O primeiro passo técnico para a lavoura oliveirense se ensaiou em setembro de 1889, quando caiu o velho sistema adotado pelo braço servil. A agricultura sofrera o colapso de 88. A convite dos agricultores locais, aqui veio o dr. Antônio Vaz Pinto Coelho da Cunha, inspetor geral da imigração em Minas e concessionário do projeto de lei provincial 3.647 que autorizava a fundação de cinco estabelecimentos agrícolas em Minas, “tendo deliberado – dizia a Gazeta – ser o nosso município a sede de um desses estabelecimentos”.

Fez-se então, na cidade, uma espécie de Semana Agrícola, com a presença de grandes proprietários. E o dr. Vaz Pinto realizou uma série de conferências sobre imigração agrícola e novos processos técnicos para a lavoura, datando daí a entrada de diversos estrangeiros em Oliveira.

Grande foi o entusiasmo que as conferências despertaram na população. Principalmente entre os grandes da época: cel. Teodoro Ribeiro, comendador Francisco Lobato, cap. Carlos Ribeiro de Castro e outros.

Surgiu então o sonho dum estabelecimento agrícola em Oliveira, aproveitando-se a “chance” do projeto-lei. Depois esse sonho cresceu. E quiseram mais do que um simples estabelecimento agrícola: quiseram uma universidade! E aí morreu o sonho como a rã da fábula, deixando Oliveira embalada na malograda esperança de ser ainda um centro universitário.

Mais tarde, em 1892, com o mesmo intento de aqui fundar um estabelecimento de técnica agrícola, veio a Oli-

veira o educador Samuel Gammon⁹⁷. Mas não soube talvez entrar em Oliveira. Suas tendências de proselitismo protestante provocaram uma forte reação da parte dos oliveirenses. E o famoso educador saiu bíblicamente, sacudindo contra a cidade o pó dos seus sapatos – tocando a Lavras acolhê-lo com o resultado que hoje conhecemos...

Tudo isto vem provar o interesse que as terras do município sempre despertaram nos entendidos de agricultura. Em 1891, a imprensa registrava um acréscimo de compras de fazendas, por parte de capitalistas vindos de fora. A estrada de ferro valorizara as terras e fizera passar o susto de 88. E era opinião unânime que trechos fertilíssimos do município bastavam ser roteados por mãos hábeis para, em pouco tempo, amortizarem o capital empregado e levantarem grandes fortunas.

Essa sempre lembrada fertilidade e excelência climática, cuja fama vem se estendendo até nós desde que se demarcaram as primeiras sesmarias da Travessia da Picada de Goiás, têm um brilhante e irrefutável atestado em fatos concretos registrados pela imprensa local.

É, por exemplo, uma abóbora monstro, em janeiro de 1892, colhida na fazenda de Joaquim Antônio de Andrade. Uma esplêndida moranga de 10 quilos, irmã de outras ainda maiores que lá ficaram para amadurecer. Coisa que, aliás, não era aqui fato inédito, porque já em dezembro de 1889, aparecia na cidade uma colossal moranga de 35 quilos, com um metro e meio de circunferência, acompanhada de umas batatas, de tamanho e beleza dignos da abóbora. Tudo, produto da fazenda do Bom Jardim, propriedade então do comendador Carlos Justiniano das Chagas Sobrinho.

⁹⁷ Os reverendos Samuel R. Gammon e G. W. Chamberlain aqui realizaram no Grande Hotel conferências evangélicas em março de 1892. Quando quiseram, porém, prolongar suas palestras ao católico povo de Oliveira, foram rebatidos em público por intelectuais da terra, como o major Chagas Sobrinho, entre grandes aplausos da massa. Diante de tal reação, os dois missionários retiraram-se da cidade apressadamente (*Gazeta de Oliveira*, 3-4-892).

Além desses fenômenos, havia ainda as grandes culturas de videira, jorrando por aqui, torrencialmente, o saboroso vinho Bicalho, de saudosa memória. São também de saudosa memória os trigais do município. Sim, Oliveira já plantou muito trigo. E quem o introduziu foi o alagoano, dr. Francisco Leite e Oiticica, espalhando entre os fazendeiros as primeiras sementes vindas dos Estados Unidos.

Mas tudo passou, como também vai passando aquela recente febre do algodão, pela qual muito doutor de mão lisa largou a cidade para ir plantar algodão na roça...

Apesar de tudo, o município continua a produzir muito algodão, bem como milho, arroz, feijão, cana, açúcar, batata, mamona, frutas e os velhos produtos: rapadura e aguardente.

Em 1941, as culturas agrícolas atingiam um total de 2.123 alqueires, dentro de 1.616 quilômetros quadrados.

E subiram de muito em valorização as terras cultiváveis do município, depois que, na administração Djalma Pinheiro Chagas, foi feito o saneamento rural pelo Posto de Higiene e a Fundação Rockefeller.

O agricultor oliveirense está se sintonizando com a técnica. As lavouras já se enchem de máquinas agrícolas. Cada fazenda tem, além de sua rodovia e do seu automóvel ou caminhão, uma usina particular que lhe fornece energia e luz necessárias não só à sua indústria agrícola e pastoril, como ao conforto da casa residencial, que é hoje um verdadeiro palácio no meio do mato, sem a rusticidade da antiga casa grande e suas senzalas. Para acompanhar a evolução da nova técnica agro-pecuária, cada proprietário assina jornais e revistas sobre o assunto e acompanha pelo seu rádio, no morno remanso da sua fazenda, nas tardes bucólicas, os programas do fazendeiro em que as emissoras brasileiras são hoje felizmente fecundas.

O *café*. — A cafeicultura no município obedece, na sua evolução, a três fases:

Na primeira – fase simplesmente embrionária – o café ainda não poderia despertar o interesse do agricultor. O monopólio cafeeiro estava todo com São Paulo e a Zona da Mata. A cultura local limitava-se a algumas dúzias de cafeeiros plantados pelos quintais. Um ou outro fazendeiro se arriscava a fazer plantios maiores, principalmente lá pelo lado do antigo distrito de Cláudio, donde a febre cafeeira se derramou depois sobre Oliveira e seus arredores. Entre os primeiros introdutores da grande cafeicultura no município destaca-se o capitão Francisco das Chagas Andrade, contemporâneo daquela geração guerreira de 42.

Entre 1870 e 1887, aparece a segunda fase da cafeicultura oliveirense. Os cafezais da Zona da Mata e São Paulo acabavam de ser assolados pela geada e por uma praga que ficou célebre nos anais agrícolas do país. Resultado: grande alta do café e a consequente febre cafeeira que avassalou as terras férteis do Oeste. De Cláudio, Japão e São Francisco de Paula, veio a onda verde cobrindo todo o município, culminando nos cafezais de Cunha Santos, na fazenda do Ouro-Fala; nos de João Guimarães Alvim (irmão do 1º juiz de direito da comarca: dr. Gabriel Alvim), na fazenda dos Faleiros; nos de Eliezer das Chagas, na fazenda Sítio; nos de Ernesto Ribeiro, na fazenda da Espadilha; nos do cel. João Ribeiro da Silva, na fazenda da Lagoa; nos de José das Chagas Andrade, Carlos Ribeiro de Castro e muitos outros.

De encosta a encosta, só se ouvia o machadear contínuo dos derribadores, pondo abaixo as velhas matas, para dar lugar aos cafezais. Vem daí a extinção de antigas reservas florestais do município.

As terras se valorizaram vertiginosamente, enquanto os trilhos aí vinham de São João del-Rei para cá. Nunca Oliveira teve mais fartura nem mais dinheiro. Um balanço financeiro feito em fins de 1800 revelava ter então o município, em depósito nos bancos nacionais e estrangeiros, a alta cifra de 25.000:000\$000, verdadeiro recorde sobre todas as cidades vizinhas, naqueles tempos.

Essa abundância trazida pelo café ensejava, às famílias locais, frequentes passeios à corte, à América do Norte e à Europa, sendo fenômeno até banal ouvir-se aqui, naquela época, uma senhorita dizer:

– Conheço Londres, Paris e Nova York.

Reminiscência desses bons tempos são os velhos casarões de ar senhorial e as antigas fotografias de damas trajando ricos vestidos feitos na França, chapéu, luvas finas e braceletes de ouro e diamantes...

Na sua terceira fase, a cafeicultura oliveirense não pode escapar aos fenômenos da baixa geral que atingiu o café brasileiro. A fogueira de café acesa pelo governo devorou muitas toneladas saídas de Oliveira...

Morreram os velhos cafezais da fase anterior. Mas outros aí estão, verdes e promissores.

Em 1941, o município possuía, em área cultivada em café, 761 alqueires, atingindo um total de 2.561.500 cafeeiros registrados na Coletoria Estadual, não falando do que ficava oficialmente silenciado⁹⁸.

A safra de 1939-40 foi de 95.000 arrobas.

A apanha do café. — Entre os sistemas adotados no município, o mais generalizado é o primitivo sistema do *talhão*. Cada apanhador toma uma ou duas fileiras de cafeeiros (um ou dois talhões). Limpa-lhes o chão por baixo da ramagem. Além de bem varrido, o chão é às vezes forrado com sacos de aniagem. Aí cai, numa verdadeira chuva, o café que é deitado abaixo por meio do derriçamento, acumulando-se em grossas camadas. O apanhador costuma adotar também, preso à cintura, um balaio onde vai deitando o fruto derriçado por ambas as mãos. Levado para o depósito, o café apanhado é medido em alqueires, recebendo o apanhador o seu salário que varia de 1\$200 a 3\$000

⁹⁸ Cadastro de cafeicultores registrados na Coletoria Estadual de Oliveira (em 1941).

por alqueire colhido, conforme tenham estado pouco ou bem carregados os cafeeiros do seu talhão. (Dados de 1942).

Secagem. — Durante alguns dias, o café é conservado amontoado no seu depósito, para *pubar-se*. É que assim ele se torna mais gostoso. Depois, é levado aos terreiros de secagem, feitos em cimento ou em chão simples. Movimentado continuamente por meio de rodos, recebe o sol em todos os sentidos, até ficar seco e pronto para ser levado aos engenhos de beneficiamento.

Beneficiamento e seleção (em 1942) — Beneficiado o café, é ele submetido a um processo de seleção que é por aqui conhecido por “catação de café”, geralmente feita por mulheres do povo e crianças. O salário é proporcional à tarefa feita. Por saca selecionada, paga-se de \$500 a 1\$000, quando o café é bom; e de 1\$500 a 3\$000, quando é café inferior. Selecionado e classificado em tipos, está pronto para ser ensacado e exportado aos mercadores consumidores. O “comprador de café” e o boiadeiro são tipos característicos de Oliveira.

2. *Pecuária.* — Os anais pecuários de Oliveira estão assinalados por grandes exposições de gado, como a que se realizou aqui em fins do século passado e a de 1920, como preliminar à Grande Exposição do Rio. Desta última há notícia completa no álbum histórico “Oliveira”, que se acha citado na bibliografia final deste trabalho.

Verdadeiro centro pecuário, Oliveira sempre abasteceu de gado os mercados sul-mineiros e sobretudo os mercados do Rio. Já em 1819, Saint-Hilaire observava admirado os extensos rebanhos que, desta parte, se encaminhavam a passo tardo pelas estradas, em demanda dos mercados de Barbacena e Rio.

Antigamente, as porcadadas e as boiadas eram conduzidas a pé. Não havia estrada de ferro. Os rebanhos eram tangidos de vagar e “pousavam” de três em três léguas, além de parar nos “registros” para a contagem e a cobrança de impostos. Ganhava um moço 6\$000 para conduzir uma manada de porcos daqui ao Rio.

A imprensa local de 1888-1892 registrava um fenômeno constante. A cidade estava se tornando uma verdadeira feira de gado. Três a cinco boiadas grandes entravam aqui por semana, vindas já das pastagens do município, já das dos municípios circunjacentes. De Oliveira, seguiam para os matadouros de Santa Cruz, Sítio e Benfica. Durante 1891, por exemplo, Oliveira sozinha exportou, para esses mercados, mais de 30.000 reses, já estando consagrada, Oeste afora, a sua fama de zona produtora de gado⁹⁹.

“Zona pastoril, tranquila e submissa da sua natureza” — assim a definia Rui Barbosa em 1916.

A exportação de gado por via férrea iniciou-se para Oliveira a 6 de fevereiro de 1889, com a saída do primeiro comboio de reses exportadas então numa manada de 120 cabeças. Esse dia deve ficar para sempre registrado nos anais pecuários do lugar.

Na impossibilidade de darmos aqui uma estatística exata da situação pecuária do município, limitamo-nos a nomear os nomes de alguns dos seus maiores criadores, em 1942:

João Martiniano dos Santos, Newton Ferreira Leite, Moacir Ferreira Leite, Rodolfo Ferreira Pacheco e filhos, Francisco Cambraia de Campos, Salatiel Vaz de Oliveira e filhos, Antenor Ferreira Leite, Augusto Machado da Silveira, Teodósio Machado da Silveira, Francisco Machado Sobrinho, José Diniz Linhares, Euclides Ribeiro de Oliveira e Silva, José Ribeiro de Oliveira e Silva Júnior, José Maria Ribeiro de Castro, Ambrosina Ribeiro de Oliveira, família Ramiz Junqueira, família cel. Mandassaia e outros cujos nomes nos escapam presentemente.

Entre bovinos, equinos, asininos, muares, suínos, ovinos, caprinos e galináceos — há um cálculo global de 1941, aliás imperfeito, que atinge 190.000 cabeças.

O gado bovino do município, em cujos rebanhos figuram reprodutores de raça valorizados em centenas de con-

⁹⁹ *Gazeta de Oliveira* de 8-5-1892.

tos cada um, compreende as seguintes raças principais: caracu, suíço, holandês, zebu etc.

Alguns criadores primam em mandar buscar, nos centros pecuários do país ou do estrangeiro, espécimens selecionados para a reprodução científica de novas raças e novos rebanhos.

O caracu é o que melhor se tem aclimatado no município. Grande força muscular, manso, leiteiro, bom peso para talho. Gado desenvolvido, pelo fino, cauda longa, cascos amarelos e chifres para diante.

O holandês resiste bem ao clima: bom peso, bastante leite, porém mais delicado e exige pastagens boas (gordura ou provisório).

Os cruzamentos de espécimens importados, feitos aqui com o gado crioulo, têm resultado tipos de grande resistência em face das epizootias e do carrapato.

Quanto aos suínos, as raças mais encontradas pelo município são: berkshire, polaca, china e canastrão.

INDÚSTRIA

“... Em Oliveira a indústria é nula!”

Assim dizia em 1889, na imprensa local, o dr. Josefino Felício dos Santos, censurando acremente, em repetidos artigos, o fracasso em que deram diversas tentativas para industrializar Oliveira.

E, realmente, a cidade ainda não chegou a ser um centro verdadeiramente industrial, apesar dos esforços que aqui fizeram para isso homens ilustres como o próprio dr. Josefino Felício dos Santos, dr. Antônio Justiniano das Chagas, o engenheiro Pedreira Franco, Joaquim Cardoso da Cunha, que era fabricante de chapéus, Joaquim Dias Bicalho e Nominato José dos Santos que eram viticultores e fabricantes de vinho. Acrescentemos a estes os nomes de José das Chagas Andrade Sobrinho, Antônio da Silva Campos, João Alves de Oliveira — antigos fabricantes, em alta escala, da afamada e saudosa “Cerveja Oliveirense”. A fábrica era ali perto da estação, produzindo 30.000 garrafas por mês e

exportando 80.000 por ano, sob a direção do técnico especialista em cerveja Osvaldo Parucher. Havia a cerveja dupla, a \$460 réis a garrafa; a preta, pelo mesmo preço; e a extra, a \$600 réis.

E a cervejaria do dr. Fromm? Chamava-se “Fábrica do Oeste”, da firma Ribeiro & Fromm, produzindo licores, água gasosa e cervejas de 350 a 800 réis a garrafa, inclusive a afamada Boch-Bier.

Além dessa fábrica, outra ainda apareceu com o nome de “Distilaria Central Oliveirense”, instalada por José Pacheco Miranda. Ficava na rua da Misericórdia.

E a fábrica de móveis do Mirandinha? Ficava ali na rua Direita e, graças a esse carioca de alma leve e mãos de artista que era “seu” Mirandinha, a fábrica produzia móveis do mais fino labor, de que hoje restam alguns na cidade, em estilo atualmente raro.

Teve também Oliveira fábricas de macarrão, meias, um grande curtume, destacando-se uma notável fábrica de chapéus de lebre e palhinha, outrora localizada ali ao sopé do morro de São Sebastião. O local ficou se chamando, por muito tempo, “Beco da Fábrica”. Os fabricantes eram portugueses e franceses e seus produtos, segundo a própria imprensa local de 1887, rivalizavam com os mais finos produtos de procedência estrangeira.

Essa hegemonia industrial em Oliveira pode ser localizada lá por 1889, justamente quando a indústria aqui era tida como nula. Já nesse tempo, para fomentá-la ainda mais, pensava-se em fundar na cidade uma grande casa bancária, por meio do congraçamento de capitalistas locais.

Mas tudo se acabou. Nada mais resta hoje desse passado industrial, numa terra que teve a glória de ser o berço de um dos maiores industriais da época — Raul Leite, nome que avassalou o continente¹⁰⁰.

¹⁰⁰ *Dr. Raul Leite* (n. 12-8-86, m. 23-1-39). Nasceu em Passa Tempo, ex-distrito de Oliveira. Formou-se em medicina no Rio, em 1912, depois de já graduado em farmácia. E morreu na

Apesar de tudo, porém, Oliveira ainda tem a seguinte atividade industrial (estatística de 1942):

1 fábrica de balas, com uma produção média de 25.000 quilos por ano; 3 padarias; 2 tipografias; 5 fábricas de manteiga no distrito da cidade; 1 fábrica de queijos (na fazenda do Segredo); 1 selaria e algumas sapatarias pequenas; 1 grande fábrica de sapatos; 2 fábricas de sabão; 1 grande empresa de beneficiamento de arroz e café; 1 curtume pequeno; 1 fábrica de aguardente (“Dias Bicalho”); 1 fábrica de Queijos (Mário Andrade), além de muitas outras do mesmo produto; 1 grande fábrica de tecidos; 1 torrefação de café.

A grande fábrica de sapatos acima referida é a Sapataria Progresso dos Irmãos Barcelos, cuja produção média anual era de 15.000 pares de calçados (em 1942).

E, quanto à grande fábrica de tecidos, tracemos-lhe o histórico e organização.

Cia. Têxtil de Oliveira Industrial S/A. — Foi fundada por José do Nascimento Teixeira em 11 de maio de 1912, sob a firma “Nascimento Teixeira & Cia.”. Desta firma, registrada em 22-5-1912, faziam parte os sócios Antônio

Bahia, vitimado por uma crise cardíaca. Sentindo-se vocacionado, desde m^oço, a um ramo industrial conexo à carreira médica, iniciou, como comerciante de laticínios (vendedor de leite, a princípio), a moderna indústria de leite higienizado, congraçando, no magno problema da questão alimentar do povo, os podêres municipais do Rio e a classe médica. Depois de anos de labor diuturno, com dezesseis horas de trabalho por dia, contratando técnicos, difundindo idéias pela imprensa, conseguiu realizar a maior organização químico-biológica da América do Sul: os atuais “Laboratórios Raul Leite”, fundados em 19-11-1921. Essa organização, graças ao seu fundador, difundiu-se pelo país e atravessou suas fronteiras, estabelecendo filiais em Portugal, África Oriental Portuguesa, Índia Portuguesa, Argentina, Paraguai, Peru, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Cuba etc. Raul Leite, o maior industrial nascido no oeste mineiro, é uma glória de Oliveira, porque o é do Brasil. (Resenha Médica) revista, Rio, ano VI, n.º 1).

Gonçalves Coelho, Carlos Guedes e José do Nascimento Teixeira.

A fábrica chama-se a princípio “Cia. Oliveira Industrial”. Antes de aí ser instalada, o terreno era ocupado por um engenho de beneficiamento de arroz e café e por um grande depósito de queijos¹⁰¹.

Organizada a fábrica, esteve primeiro arrendada à Cia. Têxtil Ferreira Guimarães, com sede no Rio.

Incorporada posteriormente à Cia. Oliveira Industrial e finalmente arrendada pela Cia. Têxtil Ferreira Guimarães em 1º de janeiro de 1925.

Foi fundada com o capital de 300 contos de réis, com 50 teares Greckson-Monk.

Em 1940, seu capital se elevava a 500:000\$000; e os teares, a 94, com tendência a 100.

O seu operariado orçava em 250 pessoas, obedecendo ao seguinte quadro: homens – 79; mulheres 169; direção e administração – 2; total – 250.

A produção de 1940 acusava 1.848.845 metros de brins, no valor de 2.814:848\$000.

Os principais mercados consumidores ficam em Minas, São Paulo, Distrito Federal, alcançando também atualmente os próprios mercados da Argentina. O Norte e o

¹⁰¹ Afirma José Demétrio Coelho, no seu livro já citado, que em 1906 ali instalou uma indústria de beneficiar arroz e café o cel. Manoel Antônio Xavier, até então alto comerciante de armarinhos e fazendas na cidade. O cel. Xavier dotou o seu engenho de modernas máquinas. Passou-os depois ao Irmãos Mitre, que cederam parte do prédio a Francisco Robortela para instalação de uma fábrica de laticínios. Um enorme incêndio consumiu tudo, de um dia para outro. Por muito tempo ali só restaram as paredes em pé. O então presidente da Câmara, cel. João Alves de Oliveira, concedeu à firma Nascimento, Teixeira & Cia. Isenção de impostos municipais, água, luz e cem cavalos-fôrça gratuitos pelo espaço de 25 anos, demonstrando, com êsse gesto, o seu grande desejo de industrializar a cidade.

Oeste incluem-se também entre os seus mercados consumidores.

Além dos 94 teares, tem instalados 2.584 fusos.

Consumo. — O maquinismo consome, em energia, cerca de 300 HP, pagos à prefeitura municipal. E, em algodão, o consumo anual atingiu, em 1940, a cifra de:

98.435 quilos em pluma vindos de Minas;

149.911 quilos em pluma vindos de São Paulo;

35.751 quilos em fio, de procedência nacional diversa. (Dados de 1940).

Organização social (1940). — A empresa oferece ao operário diversas garantias. Todos os empregados são segurados contra acidentes. Em torno da fábrica, sob a sombra amena dum parque de eucaliptos, ficam as casas dos operários, todas em ótimas condições, com água, luz e esgoto — alugadas a preço módico.

Além disso, os operários gozam de garantias na Assistência Social dos Empregados da Cia. Têxtil Ferreira Guimarães, a saber: assistência médica gratuita, farmácia e dentista, com grande abatimento. Há escola gratuita para os filhos dos operários.

Outra cousa. Certa de que a boa alimentação influi diretamente, não só no ânimo do operário, como na sua capacidade produtiva, a fábrica mantém anexo um serviço de cozinha e restaurante para os operários, um dos primeiros no gênero em todo o Estado.

As refeições são sadias e custam apenas \$400 o prato. Os lanches consistem em café com leite e pão — e custam a bagatela de 100 réis!

Tudo isto vem da Assistência Social da Companhia, que ainda fornece auxílios pecuniários em casos de extrema penúria, sem que os empregados concorram prévia ou posteriormente para isso.

O horário de trabalho começa às 5 da manhã e termina às 22 horas, sendo preenchido por duas turmas de trabalhadores, tocando a cada uma precisamente 8 horas de trabalho, havendo espaço de 60 minutos para as refeições.

Essa indústria não sofreu alteração substancial de 1940 para cá.

Sapataria Progresso. — Em 12 de dezembro de 1932, os irmãos José e Ascendino Barcellos organizaram a firma Irmãos Barcellos, para exploração da indústria de calçados para homens, senhoras e crianças, estabelecendo-se com a Sapataria Progresso, na Praça 15 de Novembro. Mais tarde, passaram a fazer parte da firma mais dois irmãos: Adelina e Adolfo Barcelos.

Os produtos dos Irmãos Barcellos conquistaram logo os mercadores consumidores, passando a Sapataria Progresso a constituir um dos marcos do desenvolvimento industrial da cidade. Dotados de muito tirocínio comercial, verificaram desde cedo o valor inestimável da propaganda e dela fizeram o esteio do seu êxito, ao mesmo tempo em que divulgavam também o nome de Oliveira em todos os quadrantes do Brasil. Os calçados “Progresso” tornaram-se famosos e conhecidos em toda parte.

Laticínios Figuinha S.A. — Uma das principais indústrias de Oliveira é a fabricação de queijos tipos “prato”, “reno”, “parmezão” e “pasteurizado” e de excelente manteiga, produtos que trazem a chancela de Laticínios Figuinha S.A., empresa em grande desenvolvimento.

O capital da companhia é de Cr\$ 10.000.000,00. Possui matriz em Oliveira e filiais em Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre, cabendo à de São Paulo abastecer o sul do país, excetuando Santa Catarina e Rio Grande do Sul, controlados pela filial da capital gaúcha. As fábricas se acham localizadas em Oliveira, na Fazenda Santa Amélia (no município), em Formiga e Sabinópolis. Produção média mensal: 45.000 quilos.

Formam a diretoria de Laticínios Figuinha S.A. os srs. Francisco Salgado Ribeiro (presidente); Antônio Salgado; João Salgado Ribeiro e Benedito Salgado Ribeiro (diretores administrativos).

Indústrias Reunidas Santa Rita. — Em 1935, a firma Batista de Almeida iniciava suas atividades em Oliveira,

com uma pequena fábrica de balas. Idealizada e dirigida pelo sr. Batista de Almeida, ela foi o primeiro passo para a concretização de antigo sonho, transformado hoje nas Indústrias Reunidas Santa Rita, que compreendem a fábrica de balas, recheios e caramelos, uma fábrica de móveis e outra de brinquedos.

Dotado de grande capacidade de trabalho, dinâmico e empreendedor, o sr. Batista de Almeida¹⁰² soube conduzir a sua empresa como um timoneiro, tendo como auxiliares imediatos seus filhos, Demerval Chagas de Almeida e Sebastião Chagas de Almeida, que completam o quadro dirigente da organização.

Os produtos, notadamente as balas, recheios e caramelos, de ótima qualidade, são de grande aceitação em todo o país. A empresa mantém funcionários encarregados da venda e entrega do produto a domicílio, dispondo para isso de veículos próprios. A produção média mensal é de 30.000 quilos. O capital da firma é de Cr\$ 20.000.000,00.

A partir de 1951, a firma Batista de Almeida tornou-se concessionária da Mercedes Benz do Brasil, que antes se denominava Distribuidores Unidos do Brasil. Em suas novas atividades, experimentou a empresa um grande desenvolvimento, conseguindo colocar dezenas de caminhões e ônibus de fabricação da notável organização que é a Mercedes Benz do Brasil.

As Indústrias Reunidas Santa Rita acham-se localizadas na Praça 15 de Novembro, no centro da cidade, em prédios próprios. A firma explora, também, o Brasil Hotel, situado à rua Dr. Coelho de Moura, um dos estabelecimentos hoteleiros tradicionais de Oliveira, sua mais recente aquisição.

DEPÓSITO DA FABRICA NESTLÉ

O ano de 1960 marcou para Oliveira uma fase de grandes realizações em todos os setores de atividade, principalmente entre os particulares, que compreenderam a neces-

¹⁰² Falecido em 1960.

sidade de contribuir para obras de embelezamento, recreação e de utilidade pública. Assim é que surgiram, nesse ano, as idéias que se concretizaram na construção da sede própria do Oliveira Clube; a sede própria do Banco do Brasil; a torre de repetição de televisão; a Companhia Telefônica; e muitos outros empreendimentos.

No setor industrial, a conhecida Fábrica Nestlé construiu um grande depósito para leite e refrigeração do produto adquirido em fazendas e sítios do Município. Trata-se de uma construção de cerca de 20 milhões de cruzeiros, localizada na rua dos Cabrais, em terreno doado pela Prefeitura, onde outrora havia uma britadora do Município. Foi mais um melhoramento incorporado à vida da cidade.

COMÉRCIO

A princípio, em carros de bois. Cinco dias de viagem até São João del-Rei. Quando não em carros de bois, era em tropas de cargueiros, como no primitivo sistema da “Picada de Goiás”, velho escoadouro do comércio local.

Os apontamentos de Saint-Hilaire e as matrículas da Guarda Nacional vêm revelando, em 1819, em 1831, o grau de desenvolvimento em que já estava o comércio local. Lojas de fazenda e mercearias bem sortidas, tavernas, farmácia, hospedarias — isto em 1819, observado por Saint-Hilaire.

Já em 1831, o lugar contava com 32 negociantes, entre os quais encontramos Venâncio Carrilho de Castro, capitão Bartolomeu Ferreira da Silva, Francisco Joaquim de Andrade, Manuel José da Silveira, tenente Paulo Roiz Rocha, alferes Antônio Ferreira de Carvalho e outros.

Depois vieram Joaquim Bicalho, “seu” Salgado, Romualdinho Silveira, José Antônio Teixeira etc.

Lotes de tropas é que forneciam a esses comerciantes. Os cometas vinham de São João del-Rei, ou então diretamente do Rio, trazendo as últimas novidades da corte ou de além-mar.

E cá do interior vinham em carros de bois cobertos de couro: panelas de barro, toucinho, barris de aguardente,

rapadura de 40 réis cada uma. O balcão era o próprio carro que ficava parado na praça, entregue aos cuidados do candeeiro, enquanto o carreiro saía de porta em porta, oferecendo as mercadorias.

Em 1888, ocasião em que já progredia em muito o comércio local, passo a passo com a cafeicultura e a pecuária, batia às portas da cidade a locomotiva, trazendo um novo surto comercial.

É então que aparecem as grandes casas, verdadeiros empórios comerciais:

Loja dos Coqueiros, de Chagas Sobrinho e Oliveira, no largo do Rosário; *Loja da Sinceridade*, de Costa Pereira Júnior, também no Largo do Rosário; *Casa da Sinceridade*, de Joaquim Antônio de Andrade Júnior, na ladeira dos Frades.

Na mesma ladeira, o *Empório Oliveirense*, de Chagas, Madeira e Mendes.

Na rua das Flores ficava o grande *Armazém de Secos e Molhados*, de Domingos Punaro Barata, onde havia cerveja nacional a \$600 a garrafa e vinho Palheta superior a \$800.

Havia ainda o *Preço Fixo* de Serafim Pinheiro Chagas e até uma “Maison Nouvelle” de Josué Espíndola de Resende, na rua da Aurora – vendendo muita coisa fina, inclusive fiambre a três mil réis a libra.

Essas eram as casas principais.

Muitas datavam do meado do século extinto e algumas vieram até quase nossos dias.

E já em 1891, era pensamento da câmara municipal, então metamorfoseada em Intendência, criar em Oliveira um mercado municipal, a fim de defender o pobre contra a caprichosa oscilação de preços nos gêneros de primeira necessidade. Era idealizador da obra o então intendente int-rino, cel. João Alves de Oliveira¹⁰³.

¹⁰³ *Gazeta de Oliveira* de 5-4-1891.

ARMAZÉNS BRASIL DE OLIVEIRA S.A. (ABOSA)

Em 1939, por iniciativa do sr. Aristóteles M. Ribeiro de Barros foi constituída uma sociedade anônima que tomou a denominação de Armazéns Brasil de Oliveira S.A. (ABOSA), com o objetivo de explorar o comércio de gêneros em geral, em alta escala.

A primeira Diretoria foi a seguinte: Presidente — Aristóteles M. Ribeiro de Barros; Secretário — José Silveira; Gerente — João Alfredo Alvim; Tesoureiro — Júlio Ribeiro.

Reeleito várias vezes, o sr. Aristóteles exerceu a presidência dos Armazéns Brasil de Oliveira S.A. durante sete anos; os primeiros deles em época de grandes dificuldades para o comércio, pois estava o país sofrendo as consequências da conflagração mundial. É de se ressaltar que a nova sociedade, embora criada com finalidade lucrativa, desempenhou um papel de suma importância no mercado oliveirense e municípios vizinhos, graças à orientação adotada por seus diretores. Numa época em que a ganância de muitos era fonte de enriquecimentos fáceis, os Armazéns Brasil de Oliveira S.A. prestaram inestimáveis serviços à população pobre e mediana da cidade, obedecendo escrupulosamente às tabelas de preços e distribuindo, equitativamente, as mercadorias que tinha à venda, de maneira a impedir que uns ficassem melhor aquinhoados do que outros, sabido que aquela era também uma época de racionamento de muitos produtos de primeira necessidade, como o sal, a banha e outros. Por inspiração de seu presidente, aquela casa de comércio exerceu, assim, uma função eminentemente social, colaborando de perto com as autoridades.

Convém notar, ainda, que, mesmo nos anos de maiores dificuldades, os Armazéns Brasil de Oliveira S.A. sempre distribuíram dividendos de 10 e 12% aos seus acionistas, formando relativos fundos de reserva.

A partir de 1947, com o afastamento do sr. Aristóteles, renovou-se a diretoria da sociedade, que passou a contar com a participação dos srs. José Alvim e Antônio Alvim. Homens dinâmicos e empreendedores, deram grande impul-

so às suas atividades. Ainda hoje, os Armazéns Brasil de Oliveira S.A. funcionam na cidade e prestam bons serviços aos fazendeiros e à população em geral, sob a direção dos irmãos Alvim.

Também de iniciativa do sr. Aristóteles foi a fundação da Cooperativa de Consumo Popular de Oliveira Ltda., que funciona no local onde outrora se achavam estabelecidos os Armazéns Brasil, na Praça D. Manuelita Chagas, junto da estação da R.M.V. Essa Cooperativa foi fundada em 1958 e vem prestando grandes serviços aos seus sócios, contribuindo para o barateamento do custo de vida. O sr. Aristóteles, dando prova de desprendimento, exerceu as funções de diretor comercial por três anos sem perceber qualquer remuneração e tem sido um dos entusiastas e batalhadores do cooperativismo em Oliveira.

O COMÉRCIO SÍRIO OLIVEIRENSE

O comércio sírio oliveirense que é hoje tão grande, começou nessa longínqua época de 1890, com Felipe Simão e Nicolau, que mascateavam pelas ruas, baú às costas, curtindo vexames e até fome. Felipe Simão aqui se estabeleceu, de porta aberta, tornando-se milionário. Isso atraiu para o lugar muitos patrícios. E hoje Oliveira deve à colônia síria o ter-se tornado um grande centro comercial. No comércio oliveirense, a porcentagem de sírios sobre brasileiros é calculada em 85%, em 1942.

Aí está, em rápidos traços, o histórico do passado comercial de Oliveira.

Acha-se em construção o mercado da cidade, onde serão centralizadas as atividades comerciais. O prédio fica no local onde havia a cadeia velha.

OLIVEIRA E O SISTEMA MÉTRICO

Acontecimento de alcance internacional, o sistema métrico – adotado no Brasil pela lei 1157, de 26 de junho de 1862, e posto em execução em todo o território nacional em 1873 — foi, neste mesmo ano, introduzido em Oliveira,

revolucionando a sua vida econômica, antes estacionária com o velho sistema de pesos e medidas. Eis o ofício que a vereação oliveirense dirigiu ao então presidente da Província, dr. Joaquim Floriano de Godói:

"A Camara Municipal da Cidade da Oliveira tem a honra de accusar o recebimento da Circular que V.Exa. se dignou endereçar a esta Municipalidade em 22 de Outubro do p. passado anno, acompanhada do exemplar impresso do Decreto n.º 5089 de 18 de Setembro ultimo que aprova as instrucções provisórias para execução da lei n.º 1157 de 26 de Junho de 1862 que Substituiu em todo o império o actual systema de pesos e medidas pelo systema Métrico francez. Em resposta esta Camara tem a honra de asseverar a V. Excia. que fará quanto lhe for possível para que sejam satisfeitas pontualmente todas as disposições do mesmo decreto, em todos os pontos deste Município; mas para isso é necessário que V. Excia. se digne mandar fornecer-lhe com aconveniente anticipação os pesos e medidas constante da relação juncta, e mais os que V. Excia. julgar necessários para servirem de padrão nesta Municipalidade, que no proximo fucturo Orçamento de suas despesas incluirá averba necessária para satisfazer aos cofres públicos a importancia em que montarem os mesmos pesos e medidas.

Deos Guarde a V. Excia.

Cidade da Oliveira no Paço da Camara Municipal em Sessão Ordinaria de 14 de Janeiro de 1873".

A COLÔNIA SÍRIA

Cidade hospitaleira e até certo ponto cosmopolita, Oliveira sempre acolheu e vem acolhendo, em seu seio, gente de todas as raças e países: portugueses, espanhóis, italianos, poloneses, sírios e libaneses.

Quando em 1888, com a libertação do braço servil, veio aquela intensificação de novo movimento imigratório, Oliveira começou a perder o seu aspecto de cidade serrana. Pouco depois, aqui entravam os italianos com os Rivetti, os

Guglielmelli, os Lo-Buono e Barezani. Os portugueses, com os Pires, Laranjo e outros.

Mas de todos os estrangeiros ora integrados na vida oliveirense, nenhum outro imigrante mais sintonizado com a pulsação vital desta terra, do que o bom e pacífico filho da Síria e desse lendário Líbano.

Apenas bateram aqui a sua tenda, os sírios se entregaram a uma atividade multifária, uns no setor comercial, outros no setor industrial, poucos no setor da lavoura, porque o sírio é mais comerciante do que agricultor.

Seus filhos aí estão se ilustrando nas escolas locais.

Data de 1889 a entrada dos primeiros sírios em Oliveira. Entre estes, muitos se salientaram, como o poeta e jornalista Narciso Haddad e o operoso Antônio Raimundo. As primeiras famílias sírias que entraram em Oliveira foram: Mitre, Haddad, Simão e Mátar.

Trazendo na massa do sangue aquele instinto comercial herdado dos seus avós fenícios, os sírios logo se dedicaram às atividades comerciais. As primeiras casas comerciais sírias em Oliveira foram as de “João Mitre & Irmão”, “Casa Pedro Simão”, “Casa de Antônio Said”, todas de 1894.

Do atual comércio oliveirense, 85% estão nas mãos dos sírios. Não há logradouro público, rua ou praça, sem uma loja turca ou um balcão dalgum Said ou Salim.

Hoje, as principais famílias sírias aqui domiciliadas são: Mitre, Haddad, Simão, Mátar, Assreuy, Said, Farah, Jurdi e Souki. (Dados de 1942).

Paz e construtividade tem sido o seu lema. Pacíficos, cordatos e trabalhadores, os sírios nunca deixaram suas atividades quer para viver mendigando na ociosidade, quer para partilhar de qualquer motim ou sublevação popular. Não são, entretanto, aptos para a agricultura. Urge que Oliveira volte também seus olhos para uma intensa e racional imigração de colonos agrícolas.

Os drusos. — Os drusos constituíram uma parte curiosa dentro da colônia síria de Oliveira.

Nem todos os sírios são católicos. Formam uma religião à parte os drusos que, todavia, não fazem sectarismo, não ostentam culto nem promovem hostilidade aos demais credos.

Ao contrário. Respeitam as crenças alheias e estão sempre prontos a abrir sua bolsa pelas obras religiosas do credo oliveirense – o credo católico. Exemplo disto foi a recente organização do patrimônio da Diocese de Oliveira, para o qual os drusos foram dos primeiros a concorrer com avultadas quantias.

Seita destacada do mulçumanismo, a crença dos drusos nasceu ao pé do Líbano, na Síria, no tempo do califado fatimita.

Quem a introduziu em Oliveira foi a família Mátar, ali por 1901, mais ou menos. Atualmente, são as seguintes as famílias drusas da colônia síria local: Mátar, Assreuy, Jurdi e Souki.

Os drusos têm o seu ministro que é denominado *Alimem* ou *Cheik*. É uma espécie de cura, mas sem distintivo ou idumentária que o distingam dos outros. Vive como os demais drusos: casado e entregue aos seus negócios. Compete-lhe realizar batizados, casamentos, encomendações, de acordo com o ritual druso, sem receber remuneração alguma.

Os drusos são muito unidos. A família é-lhes sagrada. Obedecem aos mesmos preceitos do *Alcorão*, com pequenas modificações. O divórcio lhes é mais rigoroso e tendem muito pela monogamia indissolúvel.

Já possuíram em Oliveira imprensa própria: o jornal *Al-Hislah* (O Reformador). Possuíram também sociedade própria de caráter filantrópico, registrada no tabelião com o nome de Liga Beneficente Drusa.

O cemitério druso. — Situado junto ao grande cemitério de São Miguel, a oeste da cidade, foi aí construído em 1928, pelos adeptos da religião drusa.

A iniciativa partiu da própria família drusa, certamente para evitar futuros atritos com outros credos. Gesto inteligente!

O terreno foi comprado do sr. Tibúrcio Marques de Carvalho.

O primeiro sepultamento feito nesse cemitério foi o de uma criança drusa de dois meses de idade, de nome Fáose.

CAPÍTULO VIII

CULTURA E INTERCÂMBIO CULTURAL

Ciclos culturais da história oliveirense – Imprensa – O teatro, o cinema, o livro, o rádio e a televisão – Oliveira Clube – Visitantes ilustres – O cientista Carlos Chagas – Deputado Néelson Ferreira Leite – Dr. Maurício Chagas Bicalho – Deputado Paulo Pinheiro Chagas – Casa da criança e seu idealizador – Homens dedicados à caridade – Outros oliveirenses ilustres

CICLOS CULTURAIS DA HISTÓRIA OLIVEIRENSE

Podemos dividir a evolução cultural de Oliveira em três ciclos: 1 – ciclo embrionário; 2 – ciclo sanjoanense; 3 – ciclo oliveirense.

1. Quando, à margem da picada, apontava o arraial, já aí se delineava uma cultura em germe, sob a orientação dum sacerdote culto.

Prosseguindo a construção da matriz de pedra e gravando-lhe no frontispício granítico aquele latim bucólico da *oliva speciosa*, esse sacerdote que iniciou em Oliveira o espírito cultural foi o padre Francisco de Paula Barreto.

Em volta da sua sotaina, começou no lugar a sementeira luminosa do cultivo intelectual.

Criando na sacristia da matriz a primeira escola de meninos (1830), aí reunindo os primeiros soldados da Guarda Nacional (1831) e inaugurando a freguesia (1832) e o município (1840), o vigário Barreto foi um educador de gerações. Aliam-se-lhe em 1839, o vigário Meireles de Barros e o padre Modesto Luís Caldeira que, unidos ao poliglota Antônio José de Castro, ao facultativo dr. João das Chagas Andrade, ao ancião iluminado José Ferreira de Carvalho e

a um grupinho renitente de rúbulas e charlatães improvisados, constituem os primeiros intelectuais do lugar.

Deles, alguns viram passar por Oliveira as grandes cerebrações estrangeiras: dr. Polh, o barão de Eschwege e Saint-Hilaire. Já havia, pois, antes de 1820, uma como osmose espiritual entre aquela Oliveira nascente e a cultura europeia.

Em 1840, já encontramos a primeira edilidade municipal assinando jornais de fora e inaugurando no lugar a primeira agência do correio. Prova de intercâmbio cultural.

Entre a carta do *b-a-bá* e a terrível palmatória de cinco furos, formam-se as gerações intelectuais da vila. Começa a alfabetização feminina em 1841, numa verdadeira emancipação do sexo. Antes de 1888, já a raça negra encontra aqui a sua emancipação intelectual nas escolas particulares frequentadas por filhos de escravos, quer na cidade, quer nas fazendas.

Mas a verdadeira eclosão intelectual de Oliveira começa em 1860, com a vinda de um jovem sacerdote de 33 anos de idade — padre José Teodoro Brasileiro — cuja inteligência robusta e cuja personalidade poderosa abrem na história local um novo ciclo de cultura.

2. Ora, por todo o oeste mineiro se irradiava, nessa época, um movimento cultural que podemos chamar de *irradiação sanjoanense*. Das margens do rio Grande às do São Francisco, as cidades pensavam através de um cérebro: São João del-Rei.

Em São João vicejava uma elite intelectual composta de tribunos, jornalistas, escritores, poetas, artistas e maestros.

Sanjoanense como era, o vigário José Teodoro Brasileiro, então moço e idealista, procurou atrair para Oliveira uma centelha da cultura sanjoanense, trazendo de lá músicos e educadores: maestro João da Mata, maestro Marcos dos Passos, prof. Francisco de Paula Brasileiro e sua esposa a mestra Ambrosina Brasileiro.

Já então o arquiteto português José Fernandes do Couto (Zé Carapina) vinha transfigurando a cidade com

os palacetes assobradados, com sacadas altas deitando para a rua, talhados na arquitetura colonial das velhas cidades como São João e Goiás.

Dentro desses casarões vão aparecer os primeiros colégios de ensino secundário para ambos os sexos (Ginásio Oliveirense, Colégio Nossa Senhora da Piedade e Instituto São Luís), sendo que é ainda de São João que lhes vieram os melhores diretores e lentes. O próprio padre José Teodoro foi um grande professor de humanidades e principalmente uma autoridade na arte de Mozart.

Com o enriquecimento das famílias locais por meio do café e do gado, os moços começam a cursar academias de fora (Rio, São Paulo e Ouro Preto), enquanto as moças, depois de diplomadas pelos colégios da cidade, entram a viajar para o Rio ou para a Europa, trazendo de regresso as últimas novidades dos grandes centros. Por seu lado, Oliveira, como cidade veranista e repousante, vai se tornando um centro de convergência de intelectuais e homens de pensamento. O 13 de maio de 1888 vem, por exemplo, surpreender D. Macedo Costa em Oliveira.

Nesse tempo, foi tão intensa aqui a educação artística e literária, que o largo da Matriz vivia ecoando sons cristalinos de pianos bem executados; e pelas famílias se reuniam, à noite, serões literários com declamações e recitativos. Como relíquias desse tempo, guardavam-se, até há pouco, em cada solar, um piano grande ao canto do salão, com a respectiva coleção clássica dos grandes compositores. Sonhando com o velho Liszt ou com Chopin, os teclados esquecidos amarelecem hoje à minguá de virtuosos, enquanto o rádio, na sala de jantar, está gritando guerra e bombardeios... Isto, em 1942.

O ano de 1887 marca a hegemonia desse segundo ciclo e enseja a emancipação cultural de Oliveira que então começa a sair da tutela sanjoanense: é criada no lugar uma imprensa própria, que logo, pelas colunas da *Gazeta de Oliveira*, começa a difundir já uma cultura oliveirense propriamente dita. Dois portugueses iluminados, Antônio Fernal

e Pinto Machado, completam, com Olímpio de Castro, Laurindo Nogueira e Ferreira de Carvalho, o grupo dos estimuladores. Com eles, vão aparecendo os primeiros clubes dramáticos, tendo à frente Acrísio Diniz, Randolfo Chagas e outros.

Tão larga vai se tornando então a irradiação cultural desse bloco através da Gazeta de Oliveira que esta, mercê da sua grande circulação pelo Estado, passa, em 1899, a denominar-se *Gazeta de Minas*, como a dizer-se mais do seu Estado do que da sua cidade.

Outras tipografias e jornais começam a surgir, como se pode ver no capítulo referente à imprensa.

Já o padre José Teodoro está vergado ao peso dos janeiros e seus pupilos, não esquecendo o “vigário velho”, enxameiam-se de sonhos: abolição, república, estrada de ferro, água potável e até... uma universidade para Oliveira!

3. Está iniciado o ciclo oliveirense propriamente dito. Os intelectuais do lugar já têm por guias um Cleto Toscano, um Coelho de Moura, um José das Chagas Andrade Sobrinho, um Xavier, um Artur Diniz, um Olímpio Leite e outros. São verdadeiros torneios oratórios e musicais os bailes e festas de inauguração de melhoramentos municipais como a estação, a canalização da água e a iluminação elétrica. Surgem os clubes dramáticos, intervalados de companhias líricas que aparecem na cidade gargarejando rigoletos e elegias, ainda pouco apreciados pelo povo que se acostumara com os dramalhões semi-pré-históricos.

Surgem os clubes literários, entre os quais esse memorável *Elite Clube Oliveirense*, com a sua rica biblioteca “Vigário Teodoro” e as suas palestras culturais feitas por literatos vindos de fora como Belmiro Braga, Abílio Barreto, Mário de Lima e outros, como se pode ver no capítulo dos visitantes ilustres.

Produtos desse terceiro ciclo são os expoentes de cultura, representados pelo filólogo José Oiticica; pelos educadores Pinheiro Campos e Manuelita da Costa Chagas; pelos irmãos Djalma e Carlos Pinheiro Chagas; e, sobretudo, pelo

grande cientista Carlos Chagas, “le plus grand homme du Brésil”, no dizer de George Dumas.

IMPrensa OLIVEIRENSE

Daquela eclosão jornalística de 1887 até hoje, são os seguintes os principais jornais nascidos na cidade e no município: em 1887: *Gazeta de Oliveira*; em 1888: *O Estandarte*; em 1890: *A Borboleta*, jornal humorístico; em 1891: *A Bonina*; em 1893: *A Luta*; em 1894: *A Democracia*; em 1894: *O Astro*, em Santana do Jacaré; em 1894: *O Mimo*, em Santana do Jacaré; em 1895: *A Pérola*, em janeiro; em 1895: *O Lírio*; em 1895: *A Tribuna*, em dezembro; em 1897: *O Claudiense*, em Cláudio, a 25 de janeiro; em 1897, *A Gazetinha*; em 1900: *O Oliveirense*; em 1914: *Rosa Mística*, revista católica; em 1914: *O Operário*, órgão mensal dos empregados da *Gazeta de Minas*.

Em épocas mais recentes: *A União*, órgão dos Moços Católicos; *O Conservador*; *A Defesa*; *A Tocha*; *O L.C.T.*, jornal humorístico cujas iniciais significam “Liga contra o trabalho”; *O Paroquial*, órgão da paróquia; *A Justiça*, fundado pelo advogado prof. José Lopes Ribeiro; *O Gládio*, órgão do ginásio local¹⁰⁴; o jornal escolar das normalistas e os jornaizinhos mimeografados dos dois grupos escolares; *A Lanterna* (1953-54), de Geraldo Ribeiro e Silveira Neto.¹⁰⁵

Como se vê, Gutenberg encontrou em Oliveira o seu *habitat*. Oliveira tem sido um verdadeiro centro jornalístico.

Aqui labutaram como jornalistas Antônio Fernal, dr. Pinto Machado (D. Fuas), José Olímpio de Castro, José Ferreira de Carvalho, Lafaiete Chagas que morreu moço, Basílio de Magalhães, Laurindo Nogueira de Faria, Randolpho Chagas, Acrísio Diniz, Ariosto Palombo, Cleto Toscano, Bento Ernesto Júnior e outros.

¹⁰⁴ Hoje, "O Lume", órgão dos estudantes.

¹⁰⁵ Ambos advogados, escritores e poetas, com várias obras já editadas.

Oliveira teve gazetas e gazeteiros; mas a sua *Gazeta de Oliveira*, filha primogênita, nasceu para ser um jornal e para viver, como até hoje vive, sob o rótulo menos oliveirense, porém mais mineiro.

Solenemente inaugurada entre fogos e arcos de bambu, a 4 de setembro de 1887, lançou nessa data o seu primeiro número que, como todos os demais saídos até hoje, é conservado na grande coleção da *Gazeta de Minas*. Fundou-a um pugilo de oliveirenses chefiados por Antônio Fernal, português de origem que, domiciliado antes em Formiga onde dirigia *O Democrata*, para aqui se transferiu em 1886. Foi um dos maiores paladinos do jornalismo em Minas, como o afirmava, no seu tempo, não só a imprensa local, como a própria imprensa do Rio. Dirigiu a *Gazeta* durante 21 anos, como proprietário e redator-chefe, apesar de velho e sempre doente.

Substituíram-no José Olímpio de Castro, Artur Diniz, Pinto Machado, Cleto Toscano e outros.

Jornal “neutro e alheio às politiquices de aldeia” – foi assim que a *Gazeta* surgiu. No seu primeiro corpo redatorial, encontramos o padre José Teodoro, Mariano de Abreu, Laurindo Nogueira, Chagas Sobrinho, dr. Cícero Ferreira, Irineu Ribeiro da Silva, Francisco Brasileiro, dr. Gouveia Horta, dr. H. de Melo, dr. Franklin de Castro, dr. Ferreira Neto, dr. Olegário da Silva e José Olímpio de Castro.

Era a folha de maiores dimensões de quantas havia e tinha havido em Minas, afirma Xavier da Veiga (*Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano III, pág. 225).

Realmente, as tiragens de 1896-1917 lançavam números vastos, maiores do que o próprio *Jornal do Comércio* do Rio.

Entre os seus mais ilustres colaboradores de fora figuram dr. Josefino Felício dos Santos, José do Patrocínio, Aldo Delfino, Abílio Barreto, Mendes de Oliveira, Belmiro Braga, Mário de Lima e o próprio Eça de Queiroz, que lhe enviava, às vezes, lá da Europa, as suas famosas crônicas internacionais.

Funcionou a princípio numa casinha ao fundo da ala oeste de casas da praça Manuelita Chagas, com máquinas tocadas a braço. O homem que as movimentava durante a noite ganhava 30\$ por mês. A casinha, verdadeira relíquia histórica do jornalismo oliveirense, ainda existe atrás do Oeste Hotel, cujo prédio foi também redação e oficinas da mesma Gazeta, sendo para isso construído por Antônio Fernal. Aí, as máquinas já eram a vapor. Antes, porém, redação e oficinas estiveram funcionando no andar térreo da escola normal, transferindo-se mais tarde para a praça Quinze, donde saiu para onde se encontra ainda, no pardieiro da travessa das Flores, que de flores só tem o nome... (1942).

Dada a sua larga circulação e a amplitude das suas campanhas interessando a toda a Minas, a 1º de janeiro de 1899 passou a denominar-se *Gazeta de Minas*.

Gazeta de Minas iniciou nova fase, como patrimônio da Santa Cruz Publicidade Ltda., da Diocese de Oliveira, a 19 de março de 1950, com suas oficinas instaladas na Rua Alexandrino Chagas, 20, tendo como diretor o dr. Hildebrando Vilaça Castro. As máquinas foram doadas à Diocese pelo dr. Djalma Pinheiro Chagas. Por ocasião foi rodado o primeiro número do jornal, tendo havido a bênção das instalações por dom José Medeiros Leite. Usaram da palavra, na oportunidade, o bispo diocesano, monsenhor Leão Medeiros Leite, dr. Hildebrando Vilaça Castro, dr. Efigênio Salgado dos Santos, deputado João Lima Guimarães e os jornalistas Moacir Andrade e Silveira Neto. As solenidades foram irradiadas pela Sociedade Rádio Oliveira.

Tendo sido transferida para a Diocese a *Gazeta de Minas*, o seu até então diretor Augusto Silveira fundou a *Gazeta de Oliveira*, cujo primeiro número saiu a 18 de março de 1949. Atualmente não mais circula.

O mais recente jornal fundado em Oliveira foi *A Lanterna*, cujo primeiro número saiu a 19 de setembro de 1953, em comemoração ao Dia da Cidade, dirigido pelos jornalistas e então universitários Geraldo Ribeiro e Silveira Neto. órgão combativo e de crítica construtiva, coroaram-

se de êxito as principais campanhas promovidas por *A Lanterna*, quais sejam a solução do problema de energia elétrica, a elevação do ginásio a colégio e, principalmente a que visou a retirar o livro “História de Oliveira” do esquecimento .

O TEATRO, O CINEMA, O LIVRO, O RÁDIO E A TELEVISÃO

O teatro aqui surgiu com os dramalhões de capa e espada, à imitação dos que foram aqui representados, antes de 1890, pelas famosas companhias de Brandão e Henrique Boldrini. Estas e todas as outras companhias que aqui vinham, como também todas as representações dos amadores locais, tinham por teatro um barracão enorme outrora erigido na praça hoje denominada Pinto Machado.

Couto Rocha, que de São João viera com a sua “troupe” em carros de bois, aí levou: *O Anjo da Meia Noite, o Remorso Vivo, A Cabana do Pai Tomás, O Poder do Ouro, Os Milagres de Santo Antônio*.

“O Pinto empolgava a plateia e o velho Couto quase apanhava quando encarnava o cínico da peça”¹⁰⁶.

Quando começou a arruinar-se o velho barracão, verdadeiro mundéu para o povo, foi ele derribado em 1899, na administração João Alves. Provisoriamente, serviu de teatro um vão outrora existente entre as casas à esquerda da Matriz.

Uma vez, aqui chegaram os atores Palhais, sua mulher D. Rosalina e sua sogra D. Matilde. Queriam representar. Mas onde?

Entusiasmando os amadores locais, Palhais improvisou, com eles, um teatro no rancho do Romualdinho, uma quase estrebaria abandonada. Uma ligeira caiação, uma carangueijola com ares de palco, um poleiro para as gerais, umas cadeiras emprestadas e – pronto! Ali mesmo, apesar da ventania e do frio terrível a invadir o recinto desabri-

¹⁰⁶ José Demétrio, ob. cit.

gado, *Herança de Sangue* empolgou a platéia que era uma verdadeira enchente! Fora, vendedores de café, chaleiras fumegantes e tableiros de cubus e pastéis ficavam aguardando os intervalos.

Data, dessas noitadas de arte, o início da carreira dos amadores locais Zequita Pinheiro Chagas, Virgílio Vitral e José Tertuliano dos Santos.

De outra feita, aqui chegou, vinda de Itapecerica, a companhia de Roberto Guimarães. A falta de um teatro municipal levou-a a improvisar, com o Neves e o Miranda que eram hoteleiros sócios, um salão de arte no andar térreo do Hotel Central — hoje Grande Hotel. Derribadas aí algumas paredes e feita uma ligeira pintura, surgiu um recinto de bar com algumas mesinhas, tendo ao fundo um tablado com tendências a palco. Quando não havia diversão alguma no lugar, era aí que o Neves embasbacava a rapaziada com o seu gramofone, que era então a última palavra em progresso, graças ao espírito iluminado de Edison.

Foram feitas aí diversas modificações por Roberto Poggio, pintando este o pano de boca em largo painel reproduzindo a barra do Rio de Janeiro.

Com a bela opereta *Niniche* aí representada, tentou-se então introduzir em Oliveira o gênero lírico. Mas logo velhos e moços, ainda leigos em questão de teatro, não achando graça naquilo, deram o grito de retorno aos velhos dramalhões de capa e espada. É o que a platéia queria.¹⁰⁷

A 1.º de julho de 1906, a companhia dramática de Roberto Guimarães, em nova *tourné* por Oliveira, inaugurava aqui o antigo teatro da cidade.

No mesmo local, ergue-se hoje o teatro municipal concluído em 1923. Por aí têm passado afamadas companhias líricas e dramáticas, e grandes conferencistas. Aí tem a mocidade de Oliveira demonstrado o seu pendor helênico pela arte do palco, relembrando os seus velhos ensaiadores: Chagas Sobrinho, dr. Cleto Toscano e outros.

¹⁰⁷ José Demétrio Coelho, ob. cit.

Quanto ao cinema, data de 1909 a sua introdução em Oliveira, pelo empresário André Belo que, em frequentes viagens ao Rio, trazia sempre muitas novidades cinematográficas para os habitués da terra, velhos *fans* de Tom Mix e Rodolfo Valentino.

Era romântico o cinema daquele tempo: cena muda, sobrecarregada de intenso sentimentalismo e acompanhada pelos violinos soluçantes do saudoso artista Roque Silveira e Mestre Balduino, e pelo teclado ágil de José Olímpio de Castro...

Augusto Trindade enfileira-se entre os paladinos do cinema em Oliveira. Hoje, com o predomínio do rádio e do cinema falado, o teatro aqui está em decadência.

Excetuados o clube dançante e os esportes, a diversão principal do oliveirense de hoje está no *footing* da praça Quinze e no cinema.

Quanto ao livro, a história local registra dois records de leitura em Oliveira: a extinta biblioteca “Vigário José Teodoro” e a Livraria Silveira.

A primeira ministrava leitura gratuita; a segunda, por meio dos preços estandarizados nas editoras, vem ministrando livros. Não importa a diferença: ambas fizeram a cidade acertar o passo com o livro.

A grande biblioteca “Vigário José Teodoro”, aqui inaugurada a 21 de abril de 1910, era fruto do *Elite Clube Oliveirense*: uma e outro nasceram da iniciativa inteligente do dr. Cleto Toscano, ex-juiz de direito e um dos maiores beneméritos do progresso local. Como reanimador do clube, muito fez o digno substituto do dr. Cleto, dr. Ladislau de Miranda Costa.

Essa biblioteca, desaparecida depois por culpa da geração que sucedeu aos coevos de Cleto Toscano, de Chagas Sobrinho e dr. Ladislau, compunha-se das mais célebres obras da literatura universal, desde a coleção da Biblioteca Internacional até uma rica série da “Revue de Deux Mondes” que era então assinada pelo clube. Russos, franceses, ingle-

ses, americanos figuravam entre os autores aí catalogados, sem esquecer os clássicos gregos e latinos.

No arquivo da Prefeitura Municipal ainda restam uns preciosos destroços dessa biblioteca. Cada prefeito pensa em reorganizá-la ainda.

Pelos antigos catálogos e livros de frequência da extinta biblioteca, hoje arquivados na Prefeitura, ainda se pode ver como se lia naquele tempo, o que se lia e quais eram os seus visitantes vindos de fora. As estantes de livros e as salas de leitura ficavam no andar térreo do paço municipal, justamente onde funcionou outrora a cadeia pública. Esse contraste de destinos impressionou a um dos visitantes da biblioteca; dr. Floriano de Lemos, poeta e jornalista do Rio, aqui vindo a convite do clube, em março de 1913, para realizar umas conferências no Municipal. Eis as quadrinhas que ele lançou como termo no livro de visitas da biblioteca:

*Embora em viagem ligeira,
Deixo aqui minha impressão.
O cérebro de Oliveira
Bem lhe vale o coração.
Só o gênio fecundo creia
Este fato singular:
Aonde era outrora a cadeia,
Vem-se hoje ler e estudar!*

Livraria Imperial. — Esta casa de livros da rua Dr. Coelho de Moura é um atestado da cultura oliveirense. É a sucessora da antiga Livraria Silveira, fundada por José Silveira em janeiro de 1947. Tão grande era o movimento da livraria que, em 1942, o seu estoque atingia o total de 4.000 livros, além de possuir uma seção de papelaria e artigos religiosos. A partir de 1954 passou à firma A. Castro.

Rádio e televisão em Oliveira. — Oliveira, que já tinha uma tradição jornalística, aderiu também à radiofonia e, mais recentemente, à televisão. Assim é que inaugurou, em 25 de dezembro de 1948, a Sociedade Rádio Oliveira, de prefixo ZYS-4, iniciativa dos srs. dr. Acácio Ribeiro de Oli-

veira e Silva e Wander Assis Ribeiro. Na oportunidade da inauguração, procedeu à bênção das instalações o sr. Bispo Diocesano, D. José Medeiros Leite, tendo discursado, a propósito do melhoramento, o vice-prefeito, dr. José Antenor de Castro, e o presidente da Câmara Municipal, dr. José Ferreira Leite. Atualmente, é um dos proprietários da emissora o sr. Plínio Ribeiro de Assis.

A Sociedade Rádio Oliveira é captada não só no município como nas cidades vizinhas, constituindo mais uma mensagem da cultura e do progresso de Oliveira.

Repetidor de TV. — O sr. Lincoln Gregório Mendes teve a iniciativa de montar na cidade um repetidor de televisão, o qual foi instalado no morro do Diamante, propiciando à população captar a imagem da Televisão Itacolomi, Canal 4, pertencente aos Diários e Emissoras Associados de Minas Gerais. Com a colaboração das pessoas interessadas, comerciantes e fazendeiros, o repetidor de TV começou a funcionar em curto espaço de tempo, com grande êxito, possibilitando o recebimento das transmissões da Itacolomi com a mesma nitidez conseguida em Belo Horizonte. Este melhoramento foi inaugurado em 1960.

OLIVEIRA CLUBE (1960)

É uma sociedade lítero-recreativa fundada em 1940 pelos srs. José Gomes de Almeida, dr. Jaime Pinheiro de Almeida, dr. Hildebrando Vilaça Castro, dr. Tales Assis das Chagas, dr. Romeu Ribeiro de Castro, dr. Olavo Monteiro Costa e dr. José Maria Lobato. A primeira Diretoria foi eleita em 25 de maio de 1940 e estava constituída assim: Presidente – José Gomes de Almeida; Vice-presidente – dr. Jaime Pinheiro de Almeida; 1º Secretário – dr. Hildebrando Vilaça Castro; 2º Secretário – dr. Tales Assis das Chagas; 1º Tesoureiro – José Silveira; 2º Tesoureiro – Francisco Cambraia de Campos; Orador – dr. José Maria Lobato. A Comissão de Sindicância e Contas era integrada pelos srs. dr. Domingos Ribeiro, dr. Romeu Ribeiro de Castro, dr. Cícero Ribeiro de Castro Filho, dr. Moacir Martins de Andrade e Artur Bernardes Costa.

A atual Diretoria é constituída dos seguintes membros: Presidente – dr. Hélio de Castro Costa; 1º Vice-presidente – dr. Efigênio Salgado dos Santos; 2º Vice-presidente – dr. Olavo Monteiro Costa; 1º Tesoureiro – José Lobato; 2º Tesoureiro – João Haddad; 1º Secretário – Helvécio Silveira; 2º Secretário – João Martiniano Duarte; 1º Orador – dr. José Maria Lobato; 2º Orador – Prof. Paulo Paulino de Carvalho. A Comissão de Sindicância e Contas é integrada pelos srs. Evaldo Silveira, Dario Afonso, Levi Lacerda, Mário Andrade e Teodoro Ribeiro da Silva.

Sede própria. — A mais importante realização do Oliveira Clube é a construção de sua sede própria, no centro da cidade. O empreendimento só foi possível depois de uma nova elaboração dos estatutos da entidade, à qual se seguiu uma campanha para arrecadação de fundos destinados à construção do prédio. Foram subscritas 800 ações no valor de Cr\$ 5.000,00 cada uma, perfazendo o total deCr\$ 4.000.000,00. Através do Banco Minas Gerais, o Oliveira Clube conseguiu um financiamento de dois milhões de cruzeiros, em condições excepcionais, iniciando as obras imediatamente. A nova construção, que vem quebrar o tradicionalismo da arquitetura colonial, predominante na cidade, é um belo edifício, moderno e imponente, em linhas arquitetônicas avançadas. A planta foi elaborada pelo engenheiro, dr. Ildeu Aguiar, da firma Romeu de Paoli, de Belo Horizonte. Constituído de dois pavimentos, o prédio terá, na parte térrea, lojas comerciais, uma galeria de circulação e, nos fundos, uma área destinada a uma churrascaria ou restaurante .

A parte superior compreende um salão de festas, com a área de 380 metros quadrados, dependências sociais com toilete para senhoras, secretaria, biblioteca, salão de jogos, além de cozinha e bar.

As obras estão orçadas em 8 milhões de cruzeiros.

A Diretoria do Oliveira Clube pretende, ainda, construir a sede campestre junto da estrada Fernão Dias, campos de vôlei e basquete e outros melhoramentos.

A biblioteca do clube é das mais valiosas da cidade, contando cerca de 1.000 volumes sobre literatura e assuntos diversos.

OLIVEIRA TÊNIS CLUBE

Entrou em atividade em 1954. Ocuparam a presidência: Wander Assis (1954), José Maria Monteiro Costa (1955) e dr. Néelson de Castro Costa (1956-1960). Os esportes praticados são: voleibol masculino e feminino, basquetebol, futebol de salão, natação e tênis. O Oliveira Tênis Clube tem participado de todos os campeonatos do interior, conseguindo várias vitórias significativas. Em 1959, ano que marcou suas atividades na natação, sagrou-se campeão do interior e vice-campeão mineiro. Em 1960, a equipe de voleibol masculino foi campeã regional. Nos anos anteriores – 1957 e 1958 – tornou-se campeão regional de vôlei masculino e feminino e vôlei masculino.

O Sr. Hercílio Otacílio Maia é o técnico de natação e superintendente da Praça de Esportes; o Sr. Alfredo Santos é técnico de esporte terrestre.

VISITANTES ILUSTRES

Além da imprensa, do teatro, do cinema e do livro, outro grande fator no intercâmbio cultural de Oliveira com outros centros foram os seus visitantes ilustres. Aqui vieram ou por aqui passaram cientistas célebres, prelados, pregadores, poetas e homens de letras, homens públicos e administradores.

Uma resenha apenas:

Cientistas: Dr. Polh, barão de Eschwege e Saint-Hilaire, antes de 1820.

Prelados: D. Viçoso, que vinha a Oliveira transportado em liteira; D. Macedo Costa, em 1888 e 89; monsenhor Spolverini, núncio apostólico e representante de Leão XIII, em 1889; D. Silvério Gomes Pimenta, por diversas vezes; D. Antônio dos Santos Cabral, *idem*.

Pregadores célebres: padre Júlio Maria; cônego Nunan; cônego dr. Benedito Marinho, da arquidiocese do Rio, em janeiro de 1924 e 30, com uma série de pregações concorridíssimas no púlpito oliveirense; padre dr. Henrique Magalhães, em 1929, num novenário de pregações; missionários redentoristas; o orador-sacro padre Solindo José da Cunha, com pregações, em janeiro de 1931; o pregador e cientista padre dr. João Gualberto do Amaral, com palestras científicas, em agosto de 31; o pregador padre José Maria Fernandes, em dezembro de 31; os escritores e conferencistas padre Álvaro Negromonte e Humberto Rhoden, em 1939, com palestras culturais e doutrinárias.

Poetas e literatos: Severiano de Resende, em 1889; o poeta satírico padre Correia de Almeida, em abril de 89; o maviioso bardo Belmiro Braga, em 1910, Corgozinho Filho, Abílio Barreto e Carlos Góis, em 1911, Mário de Lima em 1912 e Floriano de Lemos em 1913 – todos esses a convite do *Elite Clube Oliveirense*; Cornélio Pires, Monteiro Lobato, Gustavo Barroso e Francisco Campos, nos anos mais recentes.

Homens públicos: o presidente Antônio Gonçalves Ferreira, os deputados Aureliano Mourão e Cesário Alvim, o cônsul dinamarquês Emílio Nielsen – todos ao ensejo da inauguração da antiga estação ferroviária em abril de 1889; Carvalho de Brito e Estêvão Pinto, em 1909; Delfim Moreira e Raul Soares, em 1912; Antônio Carlos, em 1930; dr. Cristiano Machado, em 1934; Francisco Campos, em 1940; Ovídio de Abreu, em 1941; Osvaldo Aranha, em 1940.

Acrescentem-se a essa lista os nomes de Epitácio Pessoa e Mário Matos: ambos se casaram dentro da família oliveirense.

D. Macedo Costa. — O estilista da “Questão Religiosa”, orador destemido e companheiro heroico de D. Vital na questão epíscopo-maçônica, esteve em Oliveira em 1888, acompanhado do cônego Nunan, vigário de São João del-Rei.

No clima da cidade, vinha D. Macedo buscar melhoras para a sua saúde combalida. Aqui chegou a 8 de maio. A ponta dos trilhos ainda vinha aí pela ponte do Jacaré, a

duas léguas da cidade. Procedente de São João del-Rei, D. Macedo desembarcou aí na ponte, sendo transportado em liteira para a cidade, seguido de grande multidão que lhe fôra ao encontro. A comissão que o recebeu aí na ponta dos trilhos, era composta dos mais distintos cavalheiros oliveirenses, jornalistas e educadores, tendo à frente o presidente da Câmara, em cuja casa ficou hospedado.

Na comitiva episcopal figuravam o irmão do bispo, dr. Francisco de Macedo Costa, suas sobrinhas Maria Francisca e Marcolina Macedo Costa, cônego Nunan, Júlio Reis, organista da catedral do Pará, Nuno Telmo de Melo e Alfredo Neves, redator do hebdomadário sanjoanense *Opinião Liberal*.

Triunfal foi a entrada de D. Macedo na cidade: bimbalar de sinos, foguetes, salvas pirotécnicas, discursos. Moças e crianças, formando alas à sua passagem, desfolhavam flores sobre D. Macedo, enquanto uma banda musical executava um *Ecce sacerdos magnus*, musicalizado aqui, a propósito, pelo maestro João da Mata. À noite, banquete e *soirée* artística ao piano, com demonstrações virtuosistas das sobrinhas do bispo, seguidas de uma verdadeira porfia ao teclado por Manuelita da Costa Chagas (futura Tia Lilita), por Carmelita Justiniano, pelo jovem José Olímpio de Castro e pelo organista da catedral do Pará – Júlio Reis. Nos intervalos, banda de música.

A 12 de maio, banquete no palacete do futuro comendador Chichi — tenente Francisco de Faria Lobato. O ágape foi servido pitorescamente sob a extensa alameda de bambus ao fundo da chácara do comendador, onde foi feita previamente uma decoração condigna. Convidados em número de 60. Brindes; depois novo torneio pianístico e, finalmente, uma cena digna dum pincel: há um intervalo nas músicas, e surge na sala, frente ao bispo e às damas, quatro escravos seguidos dos seus senhores: o comendador Chichi e o dr. Cândido de Faria Lobato. Um dos dois toma a palavra, dizendo que, por intermédio de D. Macedo, queriam conceder liberdade àqueles cativos, num ato não mais de fi-

lantropia, mas de dever de consciência (sic). E dizer que o 13 de maio histórico estava então por poucas horas...

D. Macedo ficou encantado!

Depois de presenciar, com os oliveirenses, o advento da Liberdade e depois de visitar aqui, até o dia 23, o colégio de Nossa Senhora da Piedade e a *Gazeta de Oliveira*, D. Macedo, com sua comitiva, partia para o Rio, levando nos olhos o panorama da cidade em que ele vira surgir sobre a Pátria aquele Treze de Maio, começo do fim daquela monarquia que o levava com D. Vital à barra dos tribunais e ao fundo dos cárceres...

Sete meses depois, a 15 de novembro de 1888, D. Macedo voltava a Oliveira trazendo o núncio apostólico mons. Spolverini, representante de Leão XIII, então gloriosamente reinante na cátedra romana. Na comitiva, vinham frei Mazzarini e padre Wolfgango de Abreu, vigário de Manaus (Amazonas).

Já então a locomotiva entrava Oliveira adentro. Foi um desembarque como poucos: enquanto, ao som de músicas e fogos, os dois prelados iam rompendo a multidão, alas de colegiais lhes atiravam flores, formando-se logo um cortejo imponente por sob arcos triunfais erguidos pelas ruas.

Como antes, o presidente da câmara hospedou os ilustres visitantes e as meninas do Colégio, como da outra vez, tiveram dois dias de sueto.

Repetindo o que havia feito no Rio, concedendo condecorações diversas em nome do Papa e do Imperador, os dois prelados vinham aqui conceder comendas a alguns oliveirenses nobres.

Belmiro Braga. – Outra visita digna de especial registro foi a do poeta mineiro Belmiro Braga, em abril de 1910. Aqui vindo a convite do Elite Clube Oliveirense, o bardo das rosas realizou no teatro duas conferências: uma, sobre os sinos; e outra, sobre as rosas. Antes da sua partida, a sociedade oliveirense promoveu-lhe uma noitada de arte como homenagem, em sessão magna do Elite Clube. E a menina Zezé de Castro, filha de José Olímpio, ofertou-lhe

um braçado de flores enlaçado de fitas, nas quais estavam gravados estes dizeres:

“Onorate l’altissimo poeta!”

A menina, com toda a graça e desenvoltura, despejou-lhe por cima um discurso empolado, cheirando ao estilo do pai, onde Belmiro era chamado o João de Deus mineiro e “o mais mimoso e dulcíloquo filho das Musas, cujos versos se repetem nas quebradas da terra mineira, puros como a primavera eterna que nos embala”.

E Belmiro, muito emocionado, abraçou a cidade na pessoa da criança, agradecendo com as seguintes quadrinhas ditas de improviso e que, sozinhas, bastariam para consagrá-lo entre os intelectuais oliveirenses:

*“Oliveira, tu me encantas
Os dias de dissabores:
Mais flores... Já ganhei tantas
E ainda me trazes flores...”*

*Para serem mais queridas
Ao meu afeto e lembrança,
As flores me são trazidas
Pelas mãos de uma criança.*

*E a criança traz-me umas
Palavras com tais olores
Que em sua boca tão linda
Essas palavras são flores.*

*Flores e frases formosas
Que eu guardarei com carinho
No coração. Tantas rosas,
E nem sequer um espinho!...*

*Minha frase comovida
Não tem perfume nem cores:
Senhora da Aparecida,
Mudai-me as frases em flores!*

*E as frases no ar subindo
Como pétalas travessas,
Que voltem, depois, caindo
Por sobre vossas cabeças.*

*E não restando mais nada
Desses áureos esplendores,
– Da vida na longa estrada,
Que os vossos pés pisem flores!”*

E, fazendo, por fim, o seu agradecimento a cada um em particular, Belmiro assim se despediu de Oliveira:

*“Ao que inventou a partida
Eu nunca perdoarei:
Quem parte, parte sem vida,
Quem fica, chora... não sei...”*

*Foram-me as horas benditas
Em vossa terra feliz:
Terra das moças bonitas,
Terra dos homens gentis.*

*Por estas provas de estima,
Minh'alma afirma e não erra:
Que além desse céu lá em cima,
Existe este céu na terra.*

*E agora penso também:
Abençoada a canseira
De todo aquele que vem
Buscando a vossa Oliveira.*

*A minha alma agradecida
E presa assim por tais laços,
Agora vive perdida
Numa floresta de abraços.*

*Nessa viagem – que horrores!
Chapadões e chapadões.
Não vi casas, não vi flores,
Nem até vi estações.*

*Pobre de mim! Não sabia
Que no fim desse deserto
Vinha encontrar – que alegria!
Este vosso céu aberto.*

*Levo o coração repleto
E a transbordar de saudade.
Porque nele o dr. Cleto
Derramou tanta bondade.*

*E eu desse amigo direi
A todos vós – reverente:
Juiz – escravo da lei
E homem-senhor da gente.*

*Do pobre verso me valho
Para em público afirmar,
Que o que devo hoje ao Bicalho
Jamais poderei pagar.*

*Qual de uma ave, a débil asa
Cercou-me com tal carinho
Que eu ali em sua casa
Senti-me no próprio ninho.*

*Caráter bom, alma antiga,
O Quinquim – quanta afeição!
Se encheu-me bem a barriga,
Muito mais o coração.*

*Bendigo as ditosas plagas,
Berço de honrados mineiros,
Terra dos Castros, dos Chagas,
Dos Lobatos, dos Ribeiros.*

*A estes – nas meias tintas
Da saudade – o meu afeto:
Quatro famílias distintas,
Quatro esteios de um só teto.*

*Entre tantas almas grandes,
Mais uma Oliveira encerra:
A do coronel Fernandes
– Orgulho de vossa terra.*

*Bendigo também meu fado
Por ver a vossa aliança
Ao escritor Padre Cansado,
Cuja prosa não nos cansa.*

*Perdoai-me! É tanta a gente
A quem devo as mãos beijar,
Que não posso, infelizmente,
De todos me recordar.*

*Lisboa, Lívio, Cordeiro,
Ferreira, Alfredo, Paixão,
Caldeira, vos deixo inteiro
Para sempre o coração.*

*Costas Pereira, Diniz,
Bernardes, Mouras, Andrades,
Pinheiros, Olímpio, Assis,
Mendes, Leites, mil saudades.*

*Tendo os olhos rasos d'água,
Com pesar lastimo aqui:
Se foi para sofrer mágoa
Para que vos conheci?*

*Para que meu Juiz de Fora
Deixei para vos buscar?
– Coração dorido, chora
O teu imenso pesar.*

*Parto em breve, mas vos digo
Que não há separação:
Levo Oliveira comigo
No fundo do coração".*

(Gazeta de Minas, abril de 1910).

Outro visitante, inspirado e enamorado, aqui deixou, em 1914, este retrato lírico da cidade de então:

“Como uma flor favorecida pela Natureza, Oliveira realça entre todas as cidades mineiras.

Situada em um alto, gozando de clima ameno, de povo culto, sociedade pouco vulgar, Oliveira dá ao visitante a impressão de uma terra fantástica, uma espécie de paraíso terrestre, enchendo-se de admiração por seus habitantes tão corteses e tão amigos da ilustração!

As oliveirenses são, de ordinário, sedutoramente belas, amantes das excursões, relacionadas com todos os centros cultos, são tratáveis, trajam-se com rigor, dando a aparência de mulheres de grandes cidades. Dançam, recitam, são sentimentalistas e sabem prender corações.

O tipo do oliveirense é austero, de barbas brancas, pensativo e atarefado com as grandes cifras.

Ao lado dos homens do metal, existem rapazes de um “smartismo” sem rival, que gostam de francês, apreciam Paris e vivem para a vida.

O gênio progressista da população da rainha do Oeste salienta-se nos prédios elegantes, de uma arquitetura sólida, bem acabados, fazendo de Oliveira uma das melhores cidades de Minas.

Quem passa por Oliveira tem o pensamento de estar em um jardim, onde cada casa é um ramalhete de lírios, e cada moça uma esbelta rosa”.

R. Cansado Sobrinho — B. Horizonte, 10-9-914 — (Gazeta de Minas).

O CIENTISTA CARLOS CHAGAS

Carlos Chagas representa a maior glória desta terra que um poeta¹⁰⁸ chamou cidade-inteligência. Ele, pois, é que, em rápidos traços biográficos, vai honrar essa parte referente à evolução cultural de Oliveira¹⁰⁹.

Na fazenda do Bom Retiro, a poucas léguas da cidade de Oliveira, nasceu Carlos Justiniano Ribeiro das Chagas a 9-7-879. Era filho e neto de fazendeiros; mas, antes mesmo dos seis anos, já era órfão e lhe morriam dois irmãos, sendo pequeno o pecúlio que lhe tocava por herança.

Criança ainda, segue para São Paulo onde vai iniciar seus estudos em Itu, com alguns meninos também de Oliveira. Fá-los, porém, retornar à sua cidadezinha natal uma eclosão, ali, de epidemia muito contagiosa. Iniciando seus estudos de humanidades no austero Colégio de São Francisco em São João-del-Rei, termina-os mais tarde em Ouro

¹⁰⁸ Eurico Trindade.

¹⁰⁹ Sobre Carlos Chagas, vid. escritos de – Eurico Vilela, Samuel Libânio, Emille Marchoux, Gregório Araoz Alfaro, Sousa Pinto, Hélio Lobo, Veiga Lima, Renato Clark Bacelar, e também as Gazetas de Minas de 1912 e 1922, e a Enciclopédia Internacional de Jackson, vol. IV, pág. 2.427.

Preto, onde chega, em seguida, a iniciar o curso da Escola de Minas.

Outra era, todavia, a sua vocação. Transferindo-se para o Rio, aí se matriculou na Faculdade de Medicina, onde se diplomou depois de árduos anos de estudos. Entre os vultos eminentes da Ciência que muito influíram na sua formação médica, figuram Osvaldo Cruz e Miguel Couto. Levado por Miguel Couto, entrou Carlos Chagas, em 1902, para o Instituto Osvaldo Cruz. Incorporado, em Manguinhos, quando ainda estudante, aos bravos caçadores de micróbios, revelou-se logo, qual novo Pasteur, o pesquisador seguro e profundo. Data daí a sua tese “*Estudos hematológicos no impaludismo*”, obra que se tornou clássica na literatura médica.

Quem o fez protozoologista foi um discípulo do grande Schaudinn, Max Hartmann, contratado então para a seção de protozoologia de Manguinhos.

Dedicando-se mais profundamente às pesquisas em torno do impaludismo, Carlos Chagas realizou explorações científicas pelo norte de Minas, onde estudou e descreveu a “*Cellia brasiliensis*”.

No domínio da entomologia, após cada descoberta feita, suas pesquisas foram assinalando as seguintes espécies de anofelínios: *Myzorhynchella parvus*, 1907; *Myzorhynchella nigratarsis*, 1907; *Arribalzagaia intermedium*, 1908; *Arribalzagaia pseudomaculipes*, 1908.

Como malariólogo já consagrado, couberam-lhe, depois de ter sido médico dos hospitais da Diretoria Geral de Saúde Pública, diversas missões oficiais: chefe da comissão de profilaxia contra a malária nas obras do rio Xerém e do prolongamento da Central do Brasil até Pirapora. Fruto dessa jornada científica e humanitária é a sua monografia: “*Profilaxia do Impaludismo*”.

Assistente do Instituto Osvaldo Cruz, desde 1906; chefe de serviço do mesmo Instituto desde 1910; chefe da comissão de estudos da tripanossomíase brasileira no interior do Brasil; diretor do Instituto Osvaldo Cruz por no-

meação, em 1917, – em tudo, ele não só imprimiu o vigoroso sinete da sua personalidade, como soube enriquecer a literatura médica com sua pena de humanista, a qual sempre seguia pari-passu o seu faro de pesquisador.

Numa dessas missões foi que Chagas realizou em Minas a mais importante das suas descobertas: o micróbio duma nova moléstia humana, hoje universalmente conhecida por “Moléstia de Chagas”. Como homenagem ao seu grande mestre Osvaldo Cruz, Carlos Chagas batizou o agente causal dessa moléstia com o nome de *Tripanossoma Cruzi*, denominação mudada in loco para a de “*Doença de Chagas*”, pela própria comissão de notabilidades médicas, encarregada de comprovar a descoberta.

... “le nom de Carlos Chagas se trouve-t-il à jamais immortalisé par cet ensemble, cet enchainement logique et complet de travaux sur une maladie qui, à si juste titre, porte son nom”. Assim dizia um estrangeiro – o prof. Emille Marchoux, do Instituto Pasteur de Paris.

Dizia Flexner que, em patologia humana, nenhum outro trabalho podia ser mais completo do que o de Chagas no estudo da tripanossomíase americana.

Quando esse trabalho saiu à luz, o mundo inteiro, pelos seus grandes cientistas, pasmou-se diante daquele moço de 32 anos de idade, filho duma cidadezinha do interior de Minas, órfão de pai e mãe!

Em 1911, era-lhe conferido o prêmio Schaudinn, consagração científica devida ao melhor trabalho de protozoologia e microbiologia. Esse prêmio lhe vinha do Instituto de Medicina Tropical de Hamburgo, votado num júri internacional de que participavam grandes sumidades hoje levadas, como Carlos Chagas, ao Panteon dos grandes descobridores: Ehrlich, inventor do “606”; Roux, fundador do Instituto Pasteur de Paris; Metchnikoff, criador do soro antitetânico; Laveran, descobridor do parasita do sangue na etiologia do impaludismo; Nicolle, um dos chefes do laboratório do Instituto Pasteur e colaborador de Roux; Leishmann,

bacteriologista descobridor de vários tripanossomos, conhecidos, aliás, por “leishmanioses”.

Carlos Chagas – dizia Samuel Libânio aos olivellenses em 1922 – deixou de ser um nome tão somente nacional, para figurar entre os cientistas do renome universal.

“Pour moi – afirmava George Dumas – c'est le plus grand homme du Brésil. Avec son air naive de jeune fille, il a l'étoffe d'un Pasteur”.

E, no entanto, só em 1916, pôde, pela primeira vez, visitar um país estrangeiro: esse homem de celebridade já tão universal, a bem da ciência e da saúde dos homens, preferia percorrer sua pátria imensa, de norte a sul, em viagens sem conforto, a visitar terras estrangeiras em transatlânticos de luxo.

A primeira vez que saiu do Brasil foi para visitar Buenos Aires onde, como representante da sua pátria, participou dum congresso sul-americano de cientistas, aí encontrando-se com o prof. Strong, da Universidade de Harvard que, comissionado especialmente pela própria Universidade, o convidou para nela fazer um curso de doenças tropicais: era a primeira vez que tal convite era dirigido a um brasileiro.

De então em diante, a Argentina não olvidou mais o ilustre visitante: tornou-se um centro de estudos da doença de Chagas; e hoje o nome desse oliveirense imortal figura num dos grandes logradouros públicos de Buenos Aires.

Sem pretensões de colher seus merecidos louros, mas tão somente por se ver comissionado pelo seu governo ou mesmo a convite de sociedades estrangeiras, Carlos Chagas visitou, pela primeira vez, a América do Norte, em 1920 e a Europa, em 1923.

Na primeira, a Universidade de Harvard o reconheceu então como *Artium Magistrum honoris causa* e o prof. Strong, ouvindo suas conferências aí feitas, disse que foram “as mais interessantes sobre patologia tropical que se ouviram até então em Harvard”.

Na Europa, realizou conferências em Paris, Estrasburgo, Carlsbad, Hamburgo, Berlim, Londres, Bruxelas, Roma, Sevilha, Madrid e Lisboa. E, nas festas comemorativas do centenário de Pasteur, como em toda a Europa, Carlos Chagas se apresentou então com a dupla investidura de vice-presidente do Comitê de Higiene da Liga das Nações e chefe da Missão Brasileira então enviada a Paris.

Em Londres, ao ser apresentado ao grande malariólogo coronel James, este, pasmo e ainda incrédulo pela surpresa, custou a acreditar achar-se mesmo diante do seu “great Chagas”.

Em Bruxelas, o rei Alberto lhe ofereceu um banquete no palácio real de Laeken, com a presença de personalidades notáveis, inclusive o jovem príncipe que mais tarde seria Leopoldo III, cujo comparecimento então era anti-protocolar:

– É preciso que cedo aprenda ele a conhecer os grandes sábios! desculpava-se galantemente o saudoso monarca belga, de cujas mãos Carlos Chagas recebeu então a comenda da Ordem da Coroa da Bélgica.

Em Hamburgo, foi-lhe conferido o prêmio Kümel, medalha de ouro.

Em Madrid, desejoso de conhecê-lo, o rei espanhol recebeu-o em audiência especial e, em homenagem aos seus trabalhos, agraciou-o com as comendas da Ordem de Afonso XIII e da Ordem de Isabel a Católica.

Em 1925, a Sorbone de Paris, através da sua Faculdade de Medicina, conferia a Carlos Chagas o título de *Doctor honoris causa*, a maior homenagem a que se pode aspirar no mundo científico. E o embaixador brasileiro, telegrafando ao nosso ministro das Relações Exteriores, resumia assim a grande apoteose: “Compareci Sorbone, cerimônia verdadeira glorificação Carlos Chagas”.

Ainda representou Chagas sua pátria no estrangeiro em 1933 e 34, como delegado à VII Conferência Pan-Americana, de Montevidéu. E ainda foi nomeado pelo governo para diversas delegações dentro e fora do país, bem como

realizou na sua pátria diversas obras, inclusive a criação da hoje difundida Escola de Enfermeiras, antes que, naquela quinta-feira de 8-11-34, fechasse para sempre os olhos, deixando as seguintes obras principais:

Estudos hematológicos no impaludismo (1902); Profilaxia antipalúdica (1907); Classificação e descrição de diversas espécies de anofelinas e outros culicídeos; Descrição de uma nova moléstia humana transmitida pelo “barbeiro” triatoma megistus (1912).

Morto, ficavam-lhe como continuadores os seus escritos e os seus dois filhos — Evandro e Carlos Chagas Filho — andarilhos da ciência e tão pesquisadores quanto o próprio pai. Mas um desastre de avião, em 1940, sustaria de vez as largas passadas de Evandro, como jovem e promissor tropicalista.

De Carlos Chagas (pai) disse Mesnil: “Il est un excellent exemple de ce qu'un savant peut faire pour ajouter à la gloire de sa patrie”.

Sim; não só a glória de sua pátria grande – o Brasil; mas sobretudo a glória de sua pátria pequenina – essa Oliveira, cujo nome Carlos Chagas projetou sobre o Universo!

BUSTO DE CARLOS CHAGAS NA PRAÇA 15

Em 19 de setembro de 1959, quando a cidade comemorava seu 99º aniversário, o grande cientista Carlos Chagas foi alvo de novas homenagens por parte do povo oliveirense. Na Praça 15 de Novembro, presentes autoridades locais, foi inaugurado o busto do ilustre homem de ciência, devendo-se a iniciativa à sucursal mineira do jornal “O Globo”, no ato representada pelo jornalista Hélio Vaz de Melo.

Convidado especialmente para a solenidade, o dr. Carlos Chagas Filho fez-se representar por seu filho, dr. Luís Chagas Lobo.

De ressaltar que, em 1960, as festas do Dia da Cidade (19 de setembro) foram assinaladas por grandes festejos populares, tendo contribuído para o êxito das solenidades

as professoras dos grupos escolares locais, que organizaram um desfile dos mais interessantes. Merece destaque a atuação das professoras do Grupo Escolar “Carlos Pinheiro Chagas”, que apresentaram seus alunos simbolizando um batalhão de combate à moléstia das chagas e uma turma representando os jornais mineiros, figurando entre os homenageados “O Diário” (católico) e a nossa “Gazeta de Minas”.

DEPUTADO NÉLSON FERREIRA LEITE

Com a reimplantação do regime democrático no Brasil, em 1945, Oliveira voltou a vibrar como antigamente acontecia, por ocasião dos grandes momentos da vida nacional.

Depois de tentativas sem êxito, conseguiu Oliveira fazer um deputado estadual, sr. Néelson Ferreira Leite, eleito na legenda da União Democrática Nacional em 1958, com 8.946 votos.

Nasceu o sr. Néelson Ferreira Leite no dia 21 de julho de 1921, filho do sr. Newton Ferreira Leite (falecido) e d. Polínia Santos Leite, de tradicional família do lugar.

Fez seus estudos primários no Instituto Padre Machado, em São João dei Rei, passando depois para Lavras, onde concluiu o curso secundário no Instituto Gammon, matriculando-se em seguida na Escola Superior de Agronomia daquela cidade, pela qual se diplomou.

Exerce atividades políticas desde o tempo de estudante, tendo sido presidente do diretório acadêmico de sua escola.

Espírito arejado, esportivo, e ao mesmo tempo estudioso, o sr. Néelson Leite conquistou vasto círculo de amizade nas cidades onde estudou e viveu os anos de sua juventude. Depois de formado, veio para Oliveira, onde passou a auxiliar seu pai nos trabalhos de administração das fazendas de sua propriedade, iniciando um novo processo nesse setor, que muito beneficiou suas atividades e contribuiu para melhorar as condições do homem do campo.

A política logo o tentou e fez com que o sr. Néilson Leite ingressasse no Partido de Representação Popular, onde teve atuação marcante. Em 1958, em virtude de entendimentos políticos com os chefes da UDN local, candidatou-se ao cargo de deputado estadual, logrando vitória relativamente fácil.

Na Assembléia Legislativa, a atuação do deputado Néilson Ferreira Leite tem sido caracterizada pela moderação das atitudes. Não é ele orador inflamado, como alguns de seus colegas de legenda partidária, mas nem por isso deixa de participar dos debates que se travam naquela casa legislativa.

Dentro dessa atuação discreta, porém, o representante oliveirense tem sabido desempenhar bem as suas funções, cumprindo a contento o mandato popular. Oliveira e muitos outros municípios muito se têm beneficiado de sua atuação parlamentar. Por sua iniciativa, foram apresentados vários projetos de lei de interesse regional, além de distribuir, todos os anos, as verbas de que dispõe para numerosas associações religiosas, culturais, recreativas e esportivas.

O deputado Nelson Ferreira Leite é casado com D. Beatriz Cambraia Leite, da sociedade oliveirense.

DR. MAURÍCIO CHAGAS BICALHO

Entre os oliveirenses ilustres, que se têm destacado na vida pública brasileira, o dr. Maurício Chagas Bicalho é um dos que vêm cumprindo uma carreira digna de nota e merecedora dos mais francos elogios.

Homem extremamente modesto, tem sido convocado para exercer as mais elevadas funções em cargos de responsabilidade, onde, mercê de sua capacidade, esforço, inteligência e devotamento, consegue granjear cada vez mais a confiança de seus superiores e o respeito de seus comandados.

Moço ainda, o dr. Maurício Chagas Bicalho pode se orgulhar de haver alcançado as posições mais cobiçadas por aqueles que possuem vocação para o exercício de funções

públicas. Em todas elas, o seu nome aparece como o de um autêntico servidor público, sem preocupações políticas imediatas, sem ambições pessoais, procurando sempre dar a sua melhor colaboração ao governo ou à empresa que o tenha convocado para o seu serviço.

Nasceu o dr. Maurício Chagas Bicalho em Oliveira, no dia 19 de março de 1913, onde fez seus primeiros estudos, concluindo-os em Juiz de Fora. Em seguida, cursou a Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, pela qual se diplomou em 1935.

São seus pais o sr. Edmundo Dias Bicalho e d. Maria da Conceição Moura Chagas Bicalho, ambos já falecidos.

Entre as funções de maior relevo por ele exercidas, podemos mencionar as que se seguem: Advogado-consultor do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro; professor de Direito Fiscal no Curso de Especialização da Secretaria das Finanças, cujas aulas foram publicadas no livro “Aulas de Técnica Fiscal”, de grande interesse; procurador da Fazenda Estadual junto ao Conselho de Contribuintes; Diretor do Departamento de Estudos Econômicos e Legislação Fiscal do Estado, ocasião em que organizou a “Consolidação da Legislação Fiscal do Estado”; Chefe de Gabinete do sr. Jair Negrão de Lima, Secretário das Finanças do Governo João Beraldo, em 1956; Assistente Técnico do sr. Ovídio de Abreu, Secretário das Finanças no período 1936/1940 e seu assistente jurídico no Banco do Brasil, de julho de 1949 a dezembro de 1950; Representante de nosso Estado, em 1938 e 1939, nas Conferências Nacionais de Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários.

Advogado militante, pertence ao Círculo de Juristas Católicos e ao Instituto dos Advogados, aos quais sempre emprestou sua colaboração valiosa e desinteressada. Esteve várias vezes na América do Norte, em viagens de estudo.

É Diretor da CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais, S.A.); Diretor do Banco Belo Horizonte S.A.; Diretor da Associação Comercial de Minas Gerais; Diretor da Central Elétrica de Furnas, S.A.

Exerceu, também, as funções de Secretário do Interior e Justiça do Estado de Minas Gerais, cumulativamente com as de Chefe de Polícia; em 1958, passou a Diretor da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, tendo ocupado esse cargo até julho de 1959, quando foi nomeado Presidente do Banco do Brasil. Exerceu essas funções até novembro de 1960, época em que foi eleito Diretor Executivo do Fundo Monetário Internacional. Durante os anos de 1959 e 1960, esteve no cargo de Ministro da Fazenda por duas vezes.

Já exerceu o jornalismo, como redator da “Folha de Minas” e foi Presidente do Sindicato das Indústrias Hidro e Termo-elétricas no Estado de Minas Gerais, cumprindo seu mandato até fevereiro de 1959.

Cumprir ressaltar a participação do dr. Maurício Chagas Bicalho em favor de Oliveira, sua terra natal. Assim é que, no exercício da Presidência do Banco do Brasil, criou uma agência do estabelecimento em Oliveira, autorizando logo a construção de sede própria, já em andamento e que constituirá um valioso presente ao urbanismo local. No setor de energia elétrica, propiciou condições para que a CEMIG aqui instalasse seus serviços, tendo colaborado com as autoridades municipais na solução de problemas de luz e força, sendo justo ressaltar também a participação dos oliveirenses, drs. Edmundo Bicalho Filho e Blair Chagas Bicalho, aos quais homenageamos nesta nota, embora a sua modéstia preferisse o contrário. A história, porém, se faz com fatos e estes não podem ser negados, na atual realidade oliveirense, para a qual muito contribuíram os irmãos Maurício, Edmundo e Blair Chagas Bicalho. Estamos, além disso, cumprindo um dever de fiéis intérpretes da gratidão do povo de Oliveira para com aqueles seus ilustres filhos.

DEPUTADO PAULO PINHEIRO CHAGAS

Paulo Pinheiro Chagas, escritor e político, nasceu em Oliveira a 1º de setembro de 1.906, filho de Francisco Pinheiro Chagas e D. Maria Eulina de Carvalho Chagas. Fez os estudos primários no Grupo Escolar “Francisco Fernan-

des". Diplomou-se engenheiro-agrimensor em 1924 pelo Colégio Militar de Barbacena. Doutorou-se em 1930 pela Faculdade Nacional de Medicina, com a tese "Semiótica do Aparelho Respiratório". Em 1937, bacharelou-se em Direito pela Universidade de Minas Gerais.

Escritor de estilo elegante e homem de ciência, já publicou os seguintes livros e ensaios: "Semiótica do Aparelho Respiratório", 1930, tese de doutoramento em medicina; "Questões Clínicas da Atualidade", 1931, com o prof. Rocha Vaz e outros; "Teófilo Ottoni, Ministro do Povo", 1943, biografia laureada com o Prêmio "Joaquim Nabuco" da Academia Brasileira de Letras; "O Brigadeiro da Libertação", 1945; "A Resposta de Juscelino", 1953; "Tradição e Atualidade do '5 de Julho'", 1955; "Os Dois Lados do Homem e da Lição Vargas", 1955; "Do Alto desta Tribuna", 1956; "Arca de Noé", 1956.

Jornalista militante desde a mocidade, Paulo Pinheiro Chagas fundou e editou em Belo Horizonte, entre 1933 e 1935, "O Debate"; foi diretor do "Diário Carioca", do Rio, de 1949 a 1951.

Como político, já ocupou vários cargos eletivos e administrativos. Em 1933, foi suplente à Constituinte Federal. Em 1934, deputado à Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Em 1946, suplente à Constituinte Federal. Elegeu-se deputado federal, a partir de 1950, por três vezes consecutivas. Criada a Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, pelo governador Bias Fortes, foi seu primeiro titular efetivo, empossado em 25 de maio de 1956, cargo em que mostrou as suas excepcionais qualidades de administrador e homem público.

O Dr. Paulo Pinheiro Chagas é casado com D. Zembra Soares Pinheiro Chagas, tendo dois filhos: Daisy e Hugo.

Grande orador e consagrado homem de letras, Paulo Pinheiro Chagas ocupa uma cadeira na Academia Mineira de Letras.

CASA DA CRIANÇA E SEU IDEALIZADOR

Este estabelecimento de assistência nasceu de um velho anseio de Joaquim Laranjo da Costa, um dos homens mais abnegados que Oliveira já conheceu. Em 1937, Joaquim Laranjo fundou o Lactário São Vicente de Paula em condições difíceis e o vinha mantendo com sacrifício até que a morte o colheu, em 1º de maio de 1945. Assumiu, então, a direção do Lactário, o sr. Nereu do Nascimento Teixeira. Com o advento da diocese, D. José Medeiros Leite reorganizou os serviços do Lactário e planejou a construção da Casa da Criança, o que, efetivamente, se realizou.

Fundada em 1949, é mantida pela Associação de Proteção à Maternidade e Infância. A construção do prédio foi iniciada em 1946 e os serviços externos funcionaram desde 1948. Em 1959 foi construído o pavilhão com enfermarias para crianças de ambos os sexos, gestantes, sala de parto e berçário, ficando completo o hospital, que vai funcionar sob a administração de irmãs de caridade.

Atualmente, a Casa da Criança distribui diariamente 500 mamadeiras e 150 pratos de sopa na cantina. O serviço de puericultura atende a cerca de 20 crianças doentes, medicadas no local. Possui aparelho de ultravioleta, incubadeira elétrica e aparelhagem de oxigenoterapia.

Acha-se a Casa da Criança localizada no Bairro N.S. da Aparecida, em terreno de 10.000 metros quadrados, doado pela Prefeitura Municipal. O prédio foi construído conforme planta fornecida pelo Departamento Nacional da Criança.

Compõem sua atual Diretoria (1960): Presidente – dr. Hélio de Castro Costa, Vice-presidente – dr. Antônio Rabelo Vasconcelos, secretário – José Luiz de Sousa Júnior, Tesoureiro – Sílvio Mitre.

HOMENS DEDICADOS À CARIDADE

Joaquim Laranjo. — Em 1908, aportou jovem a Oliveira esse português insofrido, de olhos azuis, vivos e compreensivos. Vinha com a incumbência de calabarar na montagem da usina e rede elétrica, como técnico da Siemens

Schuckwerke e sob a orientação do dr. Henrique Bétex, encarregado de dirigir os trabalhos da companhia que instalou então a iluminação de Oliveira.

A principal incumbência técnica de Joaquim Laranjo consistiu em aparelhar a Distribuidora da Ladeira dos Passos, receptora da rede de alta tensão vinda da usina.

Justamente numa daquelas chaves de distribuição que Joaquim Laranjo instalara e manejava com maestria, morreria eletrocutado o seu primogênito Asuil, que, rapaz feito, se ocupava ali diariamente em ajudar o pai.

Joaquim Laranjo a custo se refez do golpe. Continuou a criar e a educar seus filhos em Oliveira. Apesar de pertinaz doença que se foi agravando dia a dia, sua integração na vida da cidade foi tanta que a Câmara Municipal, presidida por João Alves de Oliveira, lhe entregou a direção local dos serviços elétricos para que ele não voltasse ao Rio.

Sua vida aqui ia, porém, assinalar-se por tarefas outras que o consagrariam Apóstolo da Assistência Social em Oliveira.

Como presidente da Conferência Vicentina de Nossa Senhora Mãe dos Homens, que se reunia dominicalmente na capela do Rosário, várias vezes alertou ali seus confrades com relação a dois graves problemas do lugar: a mortalidade infantil e a infância abandonada.

– Um absurdo! gritava ele. Encontrei, pelos bairros, crianças catando nos depósitos de lixo restos de comida podre para comer.

Repetia esse grito pelas esquinas como um alucinado que regressasse de campos de concentração. É que percorria amiúde os bairros proletários e sabia que era de fome que morriam muitas crianças. Mas não era só aos bebês que faltava alimento; este faltava também às mães proletárias.

Joaquim Laranjo falou, insistiu, pediu contribuições, reuniu recursos. Começou assim a distribuir leite e feculoses às mães indigentes. Começou também a distribuir agasalhos e a conseguir gratuitamente receitas médicas e

medicamentos para os enfermos pobres. E assim surgiu o Lactário São Vicente de Paula, em 1937, de cujos relatórios feitos por Joaquim Laranjo até 1945 constam os veementes apelos em favor dos meninos órfãos “que aí perambulam na escola da vadiagem e do crime” (Relatório de 1940).

Os funerais de Joaquim Laranjo constituíram grandiosa consagração póstuma em que se congraçaram espontaneamente todas as classes sociais.

Dr. Cícero, Capitão Henrique e Edmundo Bicalho.

– Quando se fala na prática de caridade, no sentido em que a pregou São Vicente de Paula, não podemos esquecer três nomes entre os oliveirenses dedicados ao auxílio de seus semelhantes. São eles o dr. Cícero Ribeiro de Castro, o Capitão Henrique de Castro Ribeiro e o sr. Edmundo Bicalho.

Esses três oliveirenses dedicaram grande parte de seu tempo e de suas existências a obras de caridade e assistência.

Seria grave omissão do historiador se deixasse de fazer este registro.

Como todo verdadeiro discípulo de São Vicente, os três oliveirenses trabalharam sem alarde, no silêncio, procurando convencer os outros a se integrarem no movimento universal de auxílio ao nosso irmão em Cristo que sofra ou mereça nosso amparo, nossa palavra de carinho e nosso estímulo.

Três bons e grandes vicentinos, que os oliveirenses reconhecidos haverão sempre de recordar.

OUTROS OLIVEIRENSES ILUSTRES

Na medicina:

Dr. Antônio Justiniano das Chagas, deputado geral, homem culto e caritativo; dr. José Ribeiro da Silva; dr. Francisco J. Coelho de Moura; dr. Carlos Ribeiro de Castro; dr. Alexandrino Justiniano Chagas; dr. Júlio Ribeiro da Silva, fundador em São Paulo do “Instituto Paulista”; dr. Olegário Ribeiro da Silva; dr. Henrique de Melo; dr. José Lacerda Pinheiro; dr. Virgílio de Castro; dr. Carlos

Bernardes Costa; dr. Cândido de Faria Lobato; dr. Carlos Ribeiro Chagas (Carlito) .

Na advocacia:

José das Chagas Andrade Sobrinho (capitão Juca); major Joaquim Dias Bicalho Júnior; dr. Leopoldo Ferreira Monteiro; dr. Cícero Ribeiro de Castro; dr. Francisco Assis das Chagas.

Todos falecidos.

CAPÍTULO IX

INSTRUÇÃO (DADOS DE 1941)

(Contribuição à história da educação no Brasil)

Ensino Primário, secundário e universitário — Estatística educacional — Colégio Estadual "Prof. Pinheiro Campos" — Escola Normal "Nossa Senhora de Oliveira" — Grupo Escolar "Francisco Fernandes" — Grupo Escolar "Desembargador Continentino" — Grupo Escolar "Carlos Pinheiro Chagas" — Educação Física e esportes.

ENSINO PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E UNIVERSITÁRIO

1. *Ensino primário.* — A princípio, à falta de escolas públicas, os mais favorecidos da fortuna contratavam professor particular para seus filhos. As aulas funcionavam em casa, sob as vistas dos pais. Às vezes, o chefe da casa permitia se juntassem aos filhos os filhos dos vizinhos, os filhos dos agregados e, às vezes, os “ingênuos”, isto é, descendentes de escravos após a lei do ventre livre.

Crescido, e mais ou menos preparado, o jovem rico que quisesse ser doutor, era enviado para fora, a fim de concluir seus estudos. Curso secundário e universitário eram feitos em Ouro Preto, em São Paulo ou no Rio. O regresso dum oliveirense laureado provocava festas estrondosas, com recepção dosada de fogos, música, baile e jantares lautos.

Assim, a instrução em Oliveira começa na fase embrionária da escola particular, sob a regência de um professorzinho ranzinza, amigo do rapé e da palmatória de cinco furos. O método pedagógico consistia em tabuada cantada e cartas do *b-a-bá*.

Geralmente, só havia instrução para os meninos, os quais, algumas vezes, eram também enviados para estudar em Itapecerica e São João del-Rei. As meninas não deviam aprender a ler ou escrever: alguns pais temiam que, crescendo, pegassem a escrever cartas para o namorado.

A tradição guardou o nome e a figura de um dos velhos professores de meninos, da vila de Oliveira: mestre Lourenço. Era professor particular. Talvez o mesmo que se acha registrado nas velhas crônicas educacionais do arraial de Santana de São João Acima, hoje Itaúna¹¹⁰.

Velhinho atarracado, tabaqueiro, caixinha de rapé no bolso, lenço de alcobaça para assoar o nariz nos intervalos das lições, rosto magro, cavanhaque ralo, estatura baixa, expressão viva, calças de algodão, paletó preto de alpaca lona, chapéu côco... esse rude e apostólico andarilho da instrução, vindo de outras plagas em que lecionava, aqui teve uma passagem meteórica.

Um dia, encontraram-no morto num poço formado pelas sobras do velho rego d'água da vila, ali onde há hoje um mata-burro, adiante da estação ferroviária, na saída para São João del-Rei. Suicídio ou não, o certo é que foi um desaforo para a meninada.

Assentados nos bancos toscos, imóveis, de mãos para trás, os alunos, cansados da mesma cantilena de *b-a-bá* e tabuada solfejada, quanta vez recorriam a supostas necessidades fisiológicas. Só assim conseguiam escapular um pouco daquela masmorra.

Metódico que era, mestre Lourenço procurou por ordem naquilo. Colocou um pau roliço no canto da sala. Quem precisasse de ir “lá fora” levava consigo o pau, cuja ausência impedia a saída de outro. Às vezes, o pau ficava toda a vida lá por fora, com algum vadio. Então era uma tragédia...

¹¹⁰ *vid.* “Paralelo entre a pedagogia antiga e a pedagogia moderna” — palestra e dramatização do prof. Viriato Fonseca, *ex-catedrático* de psicologia da Escola Normal de Itaúna.

– Ocê num demore não, hein? Eu também tô querendo! dizia baixinho um aluno, quando o outro passava, vitorioso, carregando o pau.

Houve aqui uma professora antiga que, em vez de pau, adotava uma pedra preta que ficava em cima da sua mesa. Batizou-a de *signum* (sinal); mas os alunos que nada capiscavam de latim, diziam *sinho*. Só se ia “lá fora” levando na mão o tal *sinho*. Aquela pedra escura não parava sobre a mesa da mestra, durante a aula. Vivia saltando de mão em mão. Às vezes, mal apontava na porta, era arrebatada por outro que saía triunfantemente, ora para um beco esconso e sujo, ora para o próprio quintal de Sá Mestra ou ali para o “Buraco da Sá Cota” onde havia sempre muito joá maduro.

Isso é do tempo da escola paga pelo povo. Depois surgiu a escola imperial, em que a professora ganhava do imperador e, por isso, se chamava Mestra-Régia: foi mestra-régia aqui, por muitos anos, D. Ana Izabel, avó do comediógrafo e jornalista José Olímpio de Castro.

Qual, porém, teria sido a primeira escola primária do lugar e seu primeiro professor? Matriculado na Guarda Nacional, encontramos lecionando aqui, em 1832, o mestre Inácio Gonçalves de Barros, professor de primeiras letras do arraial de Oliveira. Não há notícia de outro antes dele. Sua escola funcionava na sacristia da matriz, iniciativa do vigário Francisco de Paula Barreto.

Essa escola, paroquial a princípio, passou depois a ser paga pelos poderes oficiais. Em 1841, vamos encontrar regendo-a o prof. João Alves de Almeida França. Seu procedimento e hipocrisia atraem a revolta da vereação municipal que, a bem da juventude oliveirense, requereu do Padre Visitador das Escolas, a deposição e retirada do pedagogo sem escrúpulos e a nomeação de outro¹¹¹.

¹¹¹ Anais da câmara. Atas de 1840-41. Arquivo da Prefeitura Municipal.

Em 1855, vamos encontrar a escola pública local de 2º grau, regida pelo prof. José Pedro dos Santos¹¹². Este, dez anos depois, é substituído pelo mestre Joaquim Alves de Oliveira, nomeado a dez de agosto de 1865, pelo inspetor dr. Domingos Eugênio Nogueira.

Reveste-se de um certo humorismo a entrada de Joaquim Alves na família oliveirense. Antes de pensar em se estabelecer aqui, devia morar lá por Campo Belo ou Candeias, depois de haver prestado serviço militar na Guarda Nacional em que se achava matriculado. O pai era plantador de fumo e talvez descendente daquele célebre coronel Narciso da guerra de 42.

Estando com a casa cheia de moças no ponto de casar, um compadre do pai de Joaquim disse-lhe um dia:

– Compadre! Em vez de trazer todo o mês cargueiros de fumo para me vender, você podia é me arranjar rapaz solteiro para casar com as minhas filhas.

– Pois não, compadre! Tenho lá em casa um rapaz assim, assado, que vou trazer na próxima viagem. Se as moças agradarem...

O rapaz era o Joaquim, o futuro mestre. As moças ficaram com o espírito preparado.

Quando da nova carga de fumo, Joaquim Alves, seu pai e o compadre deste entraram no assunto, sentados na sala. Foram chamadas as moças da casa: um rosário de oito morenas sacudidas, como se diz no sertão.

Convidado a escolher ali a sua noiva, Joaquim Alves, corado, cabeça baixa, indicou, a esmo, a mais próxima. Maria Rosa, porém não aceitou, confessando sua paixão por outro. Joaquim, mais confuso ainda, indicou a segunda que se chamava Ana. Sem se entreolharem ao menos, ficaram noivos. E depois se consorciaram, resultando dali um casal feliz que deu à pátria diversos filhos, entre os

¹¹² vid. livros de matrícula da Escola Pública de Oliveira 1855-67 e 85.

quais um médico, um padre, um farmacêutico e sse dinâmico João Alves de Oliveira que foi aqui um grande presidente da câmara.

Mestre Joaquim Alves encaneceu aqui no magistério. Pelos bancos da sua escola passou muito deputado, muito senador, muito educador, inclusive seu batalhão de filhos. Sua escola ficava ali na descida para os Passos, esquina da rua Duque de Caxias com Sete de Setembro, num casarão que foi sede do Lactário e Dispensário São Vicente.

As aulas funcionavam no porão, com as janelas tapadas de pano grosso para impedir que os meninos enxergassem a rua. No canto da sala, ficava o pote, onde cada menino enfiava seu caneco, quando queria água. No centro, dependurada de um prego no esteio, ficava a terrível palmatória de jacarandá roxo.

O curso era de três anos, compreendendo leitura, escrita e contas. Para exercitar os alunos na leitura de manuscritos “garranchentos”, mestre Joaquim Alves mandava vir do cartório as velhas escrituras de letra arvezada. Isto era para quem já tivesse passado pelos três livros de leitura de Abílio César Borges, barão de Macaúbas.

Ai de quem engasgasse na leitura ou na tabuada! A férula de jacarandá roxo descia lá do prego, impiedosamente, sobre as mãos da meninada, deixando-as em fogo...

Até aqui, escola masculina. Quando teria começado o ensino para as meninas? A requerimento da primeira vereação municipal, o governo da Província, em 1841, criou na vila a primeira *escola feminina* de primeiras letras. Data daí a emancipação intelectual desse sexo que, mais tarde, nos daria uma Tia Lilita.

Em 1881, as escolas primárias oficiais, do município, já orçam em doze; e a sua matrícula global, em 571 alunos. Ao lado dessas escolas oficiais, continuavam existindo, como hoje, diversas escolas particulares. Nas fazendas, por exemplo, incrementava-se a instrução para escravos, incluindo

até rudimentos de música. É o que se podia ver¹¹³ na fazenda do cel. Francisco Fernandes e na do cel. Teobaldo José dos Santos, em 1888 e 89. Cada escravo já podia amanhar a sua gleba e aprender a ler na sua cartilha.

Em janeiro de 89, vemos Saldanha Marinho telegrafar ao Clube Republicano Oliveirense, felicitando-o pela criação de escolas para libertos em Oliveira.

Durante os últimos decênios do século passado e até quase a nova fase do ensino primário oliveirense, iniciada com a criação do Grupo “Francisco Fernandes” – encontramos as cadeiras locais do sexo masculino entregues ao mestre Joaquim Alves e ao mestre Venâncio Benfica, que era diplomado pela escola normal de Campanha. As cadeiras do sexo feminino estavam então com D. Ambrosina de Paula Brasileiro e D. Leonor Jacinta de Oliveira, sob a fiscalização do inspetor municipal Antônio José Coelho de Moura.

Nesse tempo, incluindo escolas particulares, a matrícula na cidade chegava a um média de 150 alunos por ano.

E em torno, nos povoados vizinhos, graças aos deputados Coelho de Moura e padre José Teodoro, foram apontando, em 1888, as primeiras escolas rurais dos Martins, Faleiros e Pintos, já se encontrando à frente da escola dos Pintos esse veterano do nosso ensino, falecido há pouco: prof. Carlos José da Silva (mestre Carrinho), antigo aluno do mestre Joaquim Alves.

E, em fins de 1890, já se acha funcionando na cidade uma aula noturna de operários, com matrícula superior a 50 alunos, cadeira a cargo do mestre Venâncio. Em 91, já encontramos escolas funcionando no Japão-Grande, no Japão e em São Francisco de Paula.

A princípio, os exames das escolas primárias eram em agosto, seguindo-se-lhes as férias até 17 de setembro. Depois, passaram a realizar-se a 1º de setembro, no salão

¹¹³ Gazeta de Oliveira – 1888-89.

nobre da câmara municipal, onde todas as cadeiras primárias da cidade se congregavam, sob a presidência do governador da cidade.

Em 1891, por exemplo, encontramos o cel. João Alves presidindo aos exames das cadeiras locais, masculinas e femininas, com a assistência de todo o Colégio Nossa Senhora da Piedade. Os exames revestiram-se de grande solenidade, começando e terminando com um hino de Castilho. As crianças ofereceram às mestras braçadas de flores; e as mestras, por sua vez, premiaram as alunas mais adiantadas com exemplares do célebre livrinho de De Amicis, "Coração", todo ornado de fitas em cujas pontas balançava esta sugestiva quadrinha de Bellegarde:

"Ou seja nobre ou plebeia,
À mulher podem caber
Ou as rosas da beleza
Ou os louros do saber".

2. Ensino secundário. — Data de 1847 a primeira tentativa de se difundir em Oliveira o ensino secundário. A 2 de janeiro daquele ano, vemos a municipalidade apoiar e subvencionar a fundação de um colégio na vila, iniciativa dos professores Ludovico Gramático e dr. H. R. Genettes. Em reconhecimento à câmara, o colégio pôs-lhe à disposição duas matrículas gratuitas para meninos pobres.

Em 1881, a cidade já dispunha dum bom estabelecimento secundário denominado Ginásio Oliveirense, fundado por uma sociedade anônima com o capital de 10:000\$000, em ações de 200\$ cada uma. Sua matrícula remontava então a 23 alunos internos. Não confundir este ginásio com outro do mesmo nome, mais recente.

O primeiro estabelecimento secundário para meninas foi aqui fundado em 86 por D. Maria Cândida Pinto Coelho: era o Colégio Nossa Senhora da Piedade. Simultaneamente Luís da Cunha Pinto Coelho fundava na cidade o Externato ou Colégio São Luís, para meninos. Em 91, o tenente Pinto Coelho, sua senhora e sua sobrinha Joanhina Pinto, retira-

vam-se de Oliveira, deixando um grande pesar em todas as famílias. O Colégio São Luís continuou sob a direção do prof. Felismino Pereira Pinto, outro educador que muito fez pelo ensino aqui. Mas o colégio das meninas, levou-o D. Maria Cândida para Juiz de Fora.

Essa lacuna foi logo preenchida pelo Colégio Conceição duma oliveirense ilustrada, com tirocínio feito no Rio e em São João del-Rei: D. Elisa Augusta de Moura Costa. D. Ernestina e D. Mariquinhas de Moura foram suas grandes auxiliares. É nesse colégio que começam a brilhar os primeiros luminares do nosso professorado secundário: as Mouras, o padre José Teodoro, seu irmão prof. Francisco de Paula Brasileiro, dr. Joselino Ribeiro Mendes, Dr. F. Coelho de Moura, dr. Ludolfo Fromm e D. Manuelita Chagas.

Esse estabelecimento ensinava quinze ou vinte disciplinas, entre as quais português, francês, italiano, história, mitologia, piano, desenho, modelagem. Além desse colégio, havia na cidade o Externato Rosário de D. Luísa de Castro.

Com a extinção incompreensível de uma velha cadeira de latinidade na cidade, há, em 88, uma fugaz tentativa de se criar um externato masculino gratuito, com aulas de português, latim, francês, matemática, geografia e religião.

Daí para a frente, graças à imprensa local e sobretudo graças ao grande educador dr. Adelino Pinto Machado, que trazia diploma duma universidade europeia, a cidade começa a ser um verdadeiro centro de ensino secundário.

Dirigido por Pinto Machado, aparece, a 18-6-96, o Colégio Oliveirense que surge, em fases diversas, com outros nomes: Liceu Municipal, Externato Municipal e Colégio Machado. Era seu secretário e lente o prof. Olímpio Leite que tinha curso feito no Rio.

Esse educandário durou muitos anos.

Mais tarde, encontramos Pinto Machado dirigindo o seu Instituto Carvalho de Brito, ora na ladeira dos Frades,

ora no antigo Sanatório (hoje Hospital de Neuropsiquiatria Infantil).

Quando, em 1915, aqui chega o prof. Pinheiro Campos, não só encontra ele Tia Lilita já à frente do seu educandário, como também funcionando pela cidade a escola acadêmica do padre Cabral Beirão, e depois o colégio do padre Spechit.

A história local registra também outros educadores, mais antigos uns, outros mais recentes, mas todos eles ávidos de intensificar o ensino secundário em Oliveira. São eles: o dr. Francisco de Paula Leite e Oiticica, que aqui viveu oito anos, aqui escreveu a primeira história de Oliveira e aqui deu à pátria quatro cidadãos, inclusive o filólogo e professor José Oiticica¹¹⁴; o prof. Pitanga, sogro do dr. Oiticica, o maestro João da Mata, o maestro Marcos dos Passos, a professora D. Ana Guedes, o francês Martin Cyprien, padre Carvalho, dr. Cicinho, dr. Djalma Pinheiro Chagas – todos são nomes intimamente ligados à difusão do ensino secundário em Oliveira.

Fiquem aqui registrados os seus nomes e releve-se ficarem muitos para trás, na impossibilidade de se historiar completamente a fase educacional desta terra, que foi sempre um viveiro de educandos e educadores.

3. *Ensino universitário.* — Oliveira nunca teve ensino universitário. Mas, por mais duma vez tentou-se criar aqui estabelecimento de ensino superior. Em 1889, depois das magníficas conferências realizadas pelo técnico agrícola dr. Antônio Vaz Pinto, estalou em Oliveira a ideia de uma universidade para os oliveirenses. A ideia começou com uma escola agrícola. Dr. Josefino Felício dos Santos quis, em dezembro de 89, criar em Oliveira uma universidade em

¹¹⁴ O prof. José Oiticica (obras principais: *Teoria da Correlação*, — *Manual de Análise*, — *Manual de Estilo*, — *Roteiros da fonética fisiológica*) — nasceu em Oliveira, em 22-7-1882 e faleceu em 1959, no Rio.

que se ensinasse direito, medicina, engenharia e agricultura técnica.

Mais tarde, com intuito de aqui fundar uma escola superior de agricultura, vêm a Oliveira dois pastores protestantes, Samuel Gammon e G. Chamberlain. Tiveram, porém, que desistir do plano, porque suas teorias confessionais não agradaram ao católico povo oliveirense.

Na verdade, Oliveira jamais pôde ter uma escola superior. Mas raramente se encontra outra cidade que tenha enviado tão grande quantidade de jovens às academias do país, ensejando o aparecimento de cerebrações como Carlos Chagas, Carlos Pinheiro Chagas, Raul Leite e outros.

Se nunca conseguiu possuir estabelecimento de ensino superior, Oliveira muito tem realizado até hoje nos dois primeiros setores educacionais – primário e secundário – principalmente sob as administrações João Alves, Antônio Xavier, Djalma Pinheiro Chagas, Cícero de Castro Filho, Jaime Pinheiro de Almeida, Athos Cambraia Campos e José Silveira.

Outro atestado melhor não há do desenvolvimento educacional alcançado por Oliveira, do que a estatística que se vai ler, referente a todo o município, durante 1941.

ESTATÍSTICA EDUCACIONAL (1941)

Os três últimos anos da atividade educacional de Oliveira acusam a seguinte estatística:

Estabelecimentos de ensino. – Há no município 33 educandários assim distribuídos: 1 Ginásio Oficial mantido pelo Estado; 1 Escola Normal particular, equiparada; 5 grupos escolares, sendo 3 na sede e 3 nos distritos; 2 escolas noturnas mantidas pelo Estado; 24 escolas rurais mantidas pela Prefeitura; 1 aula de Música, gratuita, mantida pela Prefeitura; 3 ou 4 cursos particulares (inclusive Instituto São Luís).

Desses estabelecimentos, ficam na sede o ginásio oficial, a escola normal, 3 grupos escolares, as 2 aulas noturnas e os cursos particulares.

Núcleos educacionais. — São núcleos educacionais, isto é, possuem escolas os seguintes pontos: a sede do município (Oliveira), as sedes dos distritos de São Francisco, Japão e São João Batista e mais as seguintes localidades espalhadas pelo município: Martins, Barreiro, Tombadouro, Fradique, Lontra, Jacaré, Pará, Picaria, Cachoeira da Laje, Usina, Japão-Grande, Retiro dos Motas, Antônio Justiniano, Gameleira, Córrego do Paiol, Pintos, Retiro — e diversas fazendas em que funcionam aulas particulares regidas por professoras contratadas em caráter privado.

Através desses núcleos e espalhada pelos 1.616 quilômetros quadrados do município, moureja, mobilizando a sua juventude, plasmando suas novas gerações, uma brilhante falange de 131 professores, assim escalonados na sagrada peleja: no ensino secundário – 27; no primário – 100; no particular – 4; total – 131.

Desse total, 82 residem e mourejam na cidade de Oliveira, incluindo nesta cifra os 27 professores de ensino secundário, dos quais o professorado do Ginásio se acha todo legalmente registrado no Ministério da Educação.

Ao professorado do município, devemos acrescentar dois inspetores de ensino secundário e um de ensino primário na sede, os inspetores primários dos distritos.

No professorado primário, predomina o sexo pedagógico por excelência: o sexo feminino.

Nos mais recentes fastos educacionais de Oliveira, destacam-se, entre os seus maiores educadores, os nomes dos seguintes já falecidos: D. Manuelita da Costa Chagas, prof. Adelino Pinto Machado, prof. Antônio Pinheiro Campos, prof. Francisco Assis das Chagas, prof. Alfredo Jacobi, D. Albina Antão e essa inolvidável D. Mariquinhas ou D. Maria Cândida Pinheiro Chagas, que legou a Oliveira não só o seu nome de educadora culta, mas sobretudo filhos ilustres.

Dos educadores ainda vivos, os que contam com mais de vinte anos de exercício no magistério são: Lavínia Dale Lobato – professora desde 1909; Margarida da Silva Santos – desde 1912; Francisca Rocha e Amasiles Geraldina da Costa Ribeiro – desde 1915; Julieta Flor e Maria Estela dos Santos – desde 1919; prof. Manuel das Chagas Andrade – desde 1920; Anita Jacobi – desde 1920 e Jesuina Resende – desde 1921.

Que gente heroica!...

Educandos. — Havia, em 1943, no município 3.609 educandos, dos quais 1.812 se encontram na sede (Oliveira). Destes 1.812, setenta estudam em cursos particulares diversos e 437 distribuem-se pelo ensino secundário local, enquanto que o restante pertence todo à esfera do ensino primário. É um vasto, um enxameante exército de gente miúda a marchar, diariamente, para as aulas, sob o comando daqueles 131 mestres, sobraçando livros e devassando horizontes novos...

Dessa mocidade nascente, Oliveira tem atualmente, entre a mocidade acadêmica do país, uns 25 jovens matriculados nos cursos universitários de Belo Horizonte, Rio e São Paulo.

Na história educacional de Oliveira, marcaram época os acontecimentos da primeira Maratona Intelectual do Brasil, em 1938, para uma de cujas sedes foi escalado o Ginásio “Prof. Pinheiro Campos” que, graças à brilhante atuação do seu professorado e dos seus alunos inscritos naquele torneio, foi classificado em 2º lugar em todo o país.

Outra fisionomia relevante do ensino em Oliveira, é o ensino técnico-profissional, um dos primeiros criados em Minas, ministrado num curso anexo ao mais antigo dos atuais estabelecimentos primários da cidade: Grupo Escolar “Francisco Fernandes”.

Oliveira é, pois, um verdadeiro centro educacional. O autor deste livro jamais se arrependeu do que ele escreveu

quando, há quatro anos atrás, aqui entrava para assumir a cátedra em que Pinheiro Campos pontificara até morrer:¹¹⁵

“Oliveira é, realmente, acima de tudo, uma cidade educadora.

Entrar em Oliveira é entrar no templo da pedagogia. Mal raia a alvorada, vibra pelas ruas paralelepipedadas o vaivém promissor dos uniformes cáquis dos ginasianos e das saias azuis das normalistas.

As janelas dos colégios ou dos grupos despejam para o exterior, iluminado e borborinhante, o murmúrio fecundo das aulas, onde se plasmam destinos em flor.

É, sem dúvida, uma vasta aula popular a própria praça do footing noturno, de cujo alto-falante estalam sobre o povo músicas e mensagens radiofônicas que instruem.

No púlpito, outra inegável escola social, pontifica um vigário inteligente. Na prefeitura, um jovem prefeito dinâmico e esclarecido. Na magistratura, na classe jurídica e na classe médica, homens de valor.

Parece pairar ainda sobre a cidade o espírito dos seus antigos e grandes educadores.

Se educar é elevar, Oliveira é um dos elevadores da grande Pátria Brasileira, onde “só existe um problema: o da educação” (Miguel Couto).

A você, pois, cidade-educadora, Oliveira bela, ativa e cristã, a saudação quente de um moço que aqui entra com a mesma sensação extática de Moisés ante a sarça ardente nas culminâncias do Horeb!”.

Em 1960, o número de educandários se eleva a 50. Entre estes incluem-se como dos mais recentes: Grupo Escolar “Carlos Pinheiro Chagas” e a Escola Técnica de Comércio Oliveirense. Os demais são escolas rurais, criadas pela Prefeitura e mantidas mediante convênio com o Estado. Das 36 escolas rurais em funcionamento, em 1960, 11 foram

¹¹⁵ “Cidade-Educadora” – primeiro artigo de Gonzaga da Fonseca na Gazeta de Minas (10-4-38).

criadas ao tempo da administração do sr. Athos Cambraia de Campos.

COLÉGIO ESTADUAL “PROF. PINHEIRO CAMPOS”

É um estabelecimento oficial de ensino secundário, mantido pelo Governo estadual e equiparado ao Colégio Estadual de Belo Horizonte.

Acha-se localizado dentro da zona urbana da cidade, em arrabalde, ao sopé da ladeira dos Passos, em frente à igreja deste nome, à margem esquerda do Maracanã. O prédio, completamente insulado num recanto bucólico e quieto, fica num terreno cercado de muros e todo arborizado, numa área de 20.259 metros quadrados, livre da vizinhança ruidosa dalguma fábrica e fora do trânsito intenso de veículos barulhentos. Foi outrora uma florescente chácara, cuja antiga pujaça ainda se nota no variado pomar ao fundo da horta. O prédio, casarão de sacada e dois pavimentos, foi a antiga residência de um oliveirense ilustre: Comendador Francisco de Faria Lobato. O imponente solar por ele construído achava-se em mãos dos seus herdeiros, quando um bravo pugilo de homens dinâmicos o adquiriu por meio duma subscrição pública. Nessa subscrição, além dos nomes daqueles que mais contribuíram, devem ficar sempre lembrados os de Antônio Pinheiro Campos, padre José Ferreira de Carvalho e dr. Ladislau de Miranda Costa, que, para completar o capital necessário, palmilharam as ruas da cidade, batendo de porta em porta e buscando a adesão de cada oliveirense.

Houve, na aquisição do prédio, um momento crítico de que dependeria o futuro da obra, onde apareceu providencialmente a figura do cel. Joaquim Afonso Rodrigues, prefeito de Carmo da Mata.

Graças aos esforços desses homens e, sobretudo, ao prestígio e apoio do dr. Djalma Pinheiro Chagas, instalou-se nesta cidade o Ginásio Mineiro, no dia 5 de setembro de 1930, conforme se lê no termo de instalação redigido pelo

prof. Francisco Horta, um dos primeiros lentes do estabelecimento:

“Aos 5 dias do mês de Setembro do ano de 1930, às 12 horas, no salão nobre do Ginásio Mineiro de Oliveira, pelo Reitor Prof. Antônio Pinheiro Campos, presentes o secretário Francisco Horta, os professores Drs. Aristides Costa e Antônio Adelino Pinto Machado e demais funcionários, bem como diversas pessoas desta cidade, foi declarado, conforme ordem do Exmo. Sr. Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente do Estado, em seguinte radiograma do dia 30 de agosto: “– Belo Horizonte, 30 de agosto de 1930. Professor Pinheiro Campos – Oliveira – Podeis instalar o Ginásio Mineiro de Oliveira. Saudações – Antônio Carlos” – foi declarado instalado o Ginásio Mineiro de Oliveira. Em ligeiras considerações, o prof. Pinheiro Campos, mostrando os grandes benefícios que este estabelecimento de ensino vem prestar a Oliveira, aliás a toda a zona do Oeste, devido a S. Excia. o sr. Governador do Estado e ao benemérito filho desta terra o Exmo. Sr. Dr. Djalma Pinheiro Chagas, incansável em dotá-la de tudo quanto possa concorrer para seu progresso e engrandecimento, congratulou-se com o povo desta cidade por tão notável acontecimento. Aproveita a oportunidade para inaugurar também no salão nobre do estabelecimento os retratos dos Exmos. Sres. Dr. Presidente do Estado, Dr. Djalma Pinheiro Chagas, Coronel Joaquim Afonso Rodrigues e D. Manuelita da Costa Chagas, uma humilde homenagem do povo deste lugar a seus benfeitores e uma prova de gratidão pelo muito que lhes deve.

Tomou a palavra o secretário sr. Francisco Horta que saudou aos sres. Presidente do Estado, Secretário da Agricultura e ao prof. Pinheiro Campos, em nome dos sres. professores e demais funcionários. Em seguida o Revmo. sr. Padre José Ferreira de Carvalho, vigário desta cidade e ex-aluno do prof. Pinheiro Campos, saudou ao mesmo, congratulando-se também com o povo oliveirense pela feliz escolha desse pioneiro da instrução para reitor do Ginásio

Mineiro de Oliveira. De novo o reitor, tomando a palavra, agradeceu as saudações feitas aos sres. Presidente do Estado e Secretário da Agricultura, lembrando também aos presentes os serviços prestados pelos sres. Rvmo. Vigário Padre José Ferreira de Carvalho e Dr. Ladislau de Miranda Costa, Juiz de Direito da Comarca de Oliveira, em prol da realização desse grande sonho dos oliveirenses, o Ginásio Mineiro. Terminou, agradecendo as saudações feitas à sua pessoa e prometendo tudo fazer para o progresso do estabelecimento ora instalado.

E nada mais havendo que tratar, após ter declarado inaugurado o Ginásio Mineiro de Oliveira, declarou o Reitor encerrada a sessão, lavrando-se esta ata que vai assinada por todos que ao ato assistiram e por mim secretário que a, escrevi e assino". (Seguem-se 83 assinaturas).

Durante um ano (1931-1932), foi cassada pelo governo a verba oficial que mantinha o estabelecimento. Este, porém, continuou funcionando sem ônus para o Estado, trabalhando gratuitamente todos os professores, até que se restabeleceu a verba oficial.

A 1ª matrícula foi de 18 alunos, incluindo filhos não só deste município, como de municípios vizinhos: São João del-Rei, Divinópolis, Pitangui e Ferros.

A 1ª turma diplomada, composta de 6 alunos, teve por paraninfo o Secretário da Educação – Dr. Cristiano Machado – cujo retrato foi inaugurado no salão nobre do estabelecimento.

Morto o primeiro Reitor a 21 de setembro de 1937, assumiu a reitoria o médico prof. dr. João Batista Ferreira, em sessão especial da Congregação. Em ordem de antiguidade conferida por lei, deveria assumir tal cargo o prof. dr. Onofre Fernandes Valentim, que, entretanto, não aceitou tal investidura, em virtude de razões por ele alegadas.

Por força dum decreto do governador do Estado, dr. Benedito Valadares Ribeiro, passou o estabelecimento a denominar-se Ginásio “Prof. Pinheiro Campos”, em homenagem ao seu primeiro Reitor.

Em 21-9-939, por ocasião do segundo aniversário de morte do prof. Pinheiro Campos, inauguraram-se no mesmo salão o seu retrato e do governador de Minas.

As principais fases desta casa de ensino são:

Obteve fiscalização preliminar em 1932. A 11 de outubro de 1938, obteve, pelo decreto-lei 3.146, a inspecção permanente.

Escolhido para sede do interessante torneio que se realizou em todo o Brasil, em 1938, sob o nome de Maratona Intelectual, o Ginásio competiu aqui com alunos de Itajubá, conquistando o segundo lugar em todo o país. Graças a esse estabelecimento, Oliveira ficou considerada como o 2º centro educacional do Brasil, em qualidade.

Mobilizando pequeno número de alunos inscritos na Maratona, nas disciplinas português, matemática e história, pôde o Ginásio vê-los classificados em história da civilização e português, numa proporção de 50%, sendo um deles premiado em 2º lugar, resultando como escore total do educandário a alta contagem de 3.438 pontos. Vitória que, juntamente com o 1º lugar alcançado pelo Colégio “Santa Maria” de Belo Horizonte, colocou Minas na liderança educacional de todo o Brasil.

Dirigiu o estabelecimento o dr. João Batista Ferreira até 1946, quando se aposentou, vindo a falecer a 14 de outubro de 1948. Interinamente, esteve à frente do ginásio, de julho de 1946 a 9 de agosto de 1947, o prof. João Rabelo Costa.

A partir de 1947 o ginásio passou a ser dirigido por Monsenhor Leão Medeiros Leite.

Por portaria ministerial, datada de 13 de fevereiro de 1954, o Ginásio “Prof. Pinheiro Campos” foi elevado à categoria de colégio, passando a contar com o curso científico.

O estabelecimento funciona, desde a sua fundação, em um prédio antigo, adquirido mediante subscrição popular, adaptado pelo governo estadual para os fins a que se destina. O número de alunos matriculados, em 1954, era de 206, sendo 176 no curso ginásial e 30 no científico.

É inspetor federal do estabelecimento o dr. José Maria Lobato.

Cumprе assinalar que a instalação do curso científico no tradicional estabelecimento de ensino foi uma luta dos seus professores, apoiados pelo povo e imprensa locais, destacando-se as campanhas dos jornais *A Lanterna* e *Gazeta de Minas*.

Conforme ficou registrado, o Ginásio “Prof. Pinheiro Campos” tem dado a Minas Gerais e ao Brasil nomes ilustres nos mais diversos setores de atividade. É com verdadeiro orgulho que os oliveirenses se recordam de certames estaduais e nacionais em que brilharam os alunos do “Pinheiro Campos”. Isso é o resultado da excelente formação cultural que conseguiram muitos dos milhares de alunos que passaram pelo famoso estabelecimento de ensino.

Nos dias que correm, o Colégio “Prof. Pinheiro Campos” continua preparando a juventude para os embates da vida, educando os nossos moços segundo as tradições de seu passado glorioso.

O EDUCADOR PINHEIRO CAMPOS. — Antônio Pinheiro Campos, agrimensor diplomado pela Escola de Minas de Ouro Preto em 1897, é filho de um ex-distrito de Oliveira – Passa Tempo, onde nasceu em 1871.

Depois de fazer parte da Comissão Geográfica do Estado, fez-se professor particular de música e matemática. Renunciando a tudo – títulos e profissões outras – dedicou-se, corpo e alma, à missão educacional que o fascinava desde moço.

De São João del-Rei, onde dirigia o Ginásio São Francisco, transferiu-se para Oliveira, aqui se estabelecendo em 1915, e logo assumindo, ao lado de Tia Lilita, diversas cadeiras na Escola Normal.

Em Oliveira fundou e dirigiu alguns estabelecimentos, como o extinto Ginásio Oliveirense.

Com um pugilo de oliveirense operosos, pode ver, por fim, fundado, em 1930, o Ginásio Mineiro, criado e mantido pelo Governo estadual. Foi o seu primeiro reitor e aí le-

cionava até que, velho e esgotado, morreu a 21-9-1937, com 66 anos de idade, depois de dolorosa enfermidade, deixando viúva e três filhos. Sobre sua lousa mortuária gravaram este epitáfio: “Viveu e morreu pelo saber”.

Realmente. Multiforme e inquieto, o espírito de Pinheiro Campos se revelou em diversas modalidades culturais: pedagogo, poliglota, romancista, poeta, filólogo, compositor, comediógrafo, jornalista e pintor.

No magistério, suas disciplinas prediletas eram a língua nacional e a matemática. Bom para os bons, porém áspero para os maus – tais eram os traços do educador que encantava pelo talento, mas que se fazia temido pelo rigor e pela austeridade. Ai de quem abusasse daquele velho esguio, recurvo, de olhos azuis e traje costumeiramente escuro!

Da sua pena sempre ativa nos ficaram: os romances *Tristezas à Beira-Mar e Inverno e Primavera*, ainda inéditos; os poemas *Liriais e Morta*; as novelas *Zimbros e Contos Brasileiros*; a comédia *Uma Lua de Mel*; e a famosa conferência *A Mulher, o Amor e a Poesia*, pronunciada no cinema local em 1917. Não sabemos por onde andam outras obras suas (inéditas), inclusive uma gramática.

Deixou uma biblioteca muito selecionada, mas infelizmente já extinta; quadros em fotominiatura e várias composições musicais.

A sua biblioteca, velha amiga e companheira das suas vigílias, pelo gênero dos seus livros e pelas anotações neles feitas, constituía um campo de estudo psicológico do fâcias interior de Pinheiro Campos. Entre as suas preferências literárias, ressaltavam as obras de Eça, Hugo e Musset que ele cita, a cada passo, nos subtítulos dos seus poemas.

É nervosa e miúda a letra dos manuscritos. E, em todas as suas produções, o tema preferido é o amor, é a paixão, é a dor, é a beleza dos seres e principalmente a das mulheres. As mulheres, não; a mulher, esse era o seu fraco.

Talvez por isso ou por causa da sua tortura interior diante do enigma das contingências humanas, tudo o que

ele produziu, em letra, em música ou em pintura, está re-passado dum acentuado sabor de angústia, melancolia, ironia compassiva e bastante ceticismo.

Pinheiro Campos amou a natureza: e versejou-a. Amou a beleza: e cantou-a. Amou o esplendor das cores e das formas: e pintou-as. Amou a magia dos sons: e compôs valsas ternas e líquidas.

Por tudo isso, Deus quis ser também poeta para com ele, tirando-o no Dia da Árvore, justamente ao meio-dia dessa data bucólica em que, Brasil afora, subiam dos educandários as vozes das crianças celebrando a árvore e as campinas verdes. Não era atoa que ele, por uma espécie de predestinação bucólica, se chamava Pinheiro Campos...

ESCOLA NORMAL “NOSSA SENHORA DE OLIVEIRA”

– “Ser formada pelo Colégio de Oliveira é, para mim, a melhor de todas as credenciais”.

São palavras dum eminente estadista mineiro, referindo-se a normalistas formadas por esse conceituado educandário.

Assim, esse estabelecimento, se sempre gozou de larga reputação, tem uma história profundamente arraigada nos mais remotos fastos educacionais da cidade. O prédio em que funciona e sempre funcionou data de 1864. Foi construído em substituição ao solar de uma vasta herdade aí existente desde os primórdios do lugar. Já funcionaram nesse mesmo prédio, simultaneamente, por pouco tempo embora, as oficinas da *Gazeta de Oliveira* e as aulas do Instituto São Luís (1888), propriedade do Tenente Luís da Cunha Pinto Coelho.

A esposa desse ilustre educador, tendo fundado aqui (1886) o Colégio Nossa Senhora da Piedade, transferiu-o depois para esse prédio (1887) que então era propriedade de D. Laura das Chagas Andrade, com vastas acomodações e uma extensa chácara, área superior a 30.000 metros quadrados. Além do ensino religioso ministrado pela própria diretora, o estabelecimento já ensinava, em 1887, piano, mú-

sica, dança, geografia, português e francês, tendo anexo um curso primário e cobrando de cada interna 80\$ por trimestre! Os exames que eram públicos, e as subsequentes exposições de trabalhos manuais fizeram época na história local, irradiando sua fama além das fronteiras do município. De longe, de São João del-Rei por exemplo, os pais enviavam suas filhas para estudarem com D. Cândida.

Em março de 1891, com pesar de todos, esse colégio retirou-se da cidade, nela deixando enorme lacuna, logo preenchida pelo Colégio Conceição, dirigido pela talentosa oliveirense D. Elisa Augusta de Moura Costa. Essa educadora fez-se cercar dum brilhante professorado, no qual figuravam, além do nome de D. Mariquinhas e D. Ernestina de Moura, os do vigário Teodoro Brasileiro, do dr. Coelho de Moura, da Tia Lilita que ainda não era “tia” pela idade, mas, já célebre pelo talento, era uma exímia pianista que andava musicando a alma das moças bonitas...

Mais tarde, em 1900, transformado em Colégio “Nossa Senhora de Oliveira” e entregue à direção de D. Manuelita Chagas, sucessora de D. Maria de Moura Costa, esse educandário foi equiparado às escolas normais do Estado, pelo decreto 1.845, de 15 de setembro de 1905.

Ao lado das suas fases de glória que foram muitas, teria de passar também fases críticas e extremas. A pior foi a de 1924. Quem o contou foi um dos maiores beneméritos desta casa, padre José Ferreira de Carvalho, um dos protagonistas daqueles dias dramáticos, os quais ele vasou, com lágrimas de sangue, nas folhas do *Livro do Tombo* da paróquia, sublinhadas com esta confissão torturante: – “Sou padre há cinco anos; até a presente data (21-X-26) que abaixo irá por mim assinada, nunca atravessei uma época de vida sacerdotal tão cheia de trabalhos, contrariedades e umas tantas coisas que somente bastam ser conhecidas do Supremo Governador do Universo!...”

Isto dizia um padre moço, mas já experimentado em diversas lides, porque seu ministério ficaria assinalado de realizações como a catedral de Oliveira e diversos educan-

dários locais por ele fundados. Mas... e a pobre da diretora? Já velha, doente, exausta, tendo consumido no ensino toda a sua mocidade e tendo feito pelo colégio os maiores sacrifícios, inclusive sacrifícios financeiros que só Deus sabe – Tia Lilita viu-se na contingência de se retirar da direção do seu educandário e fechá-lo de vez. Os médicos lhe decretavam descanso absoluto: havia mais de trinta anos que se dedicava exclusivamente à educação da juventude e ao socorro dos seus pobres.

Consternação geral da cidade. Surge, então, providencial, a dedicação feminina personificada em D. Maria Olívia Ferreira Leite (D. Maricota), progenitora do ilustre brasileiro dr. Raul Leite.

Feita, sob sugestão sua, uma reunião das mais distintas damas oliveirenses na antiga igreja do Rosário, sob a presidência do padre Carvalho, ficou assente doar-se o estabelecimento ao patrimônio da Santa Casa local, após adquiri-lo mediante capital (50:000\$000), organizado por subscrição pública. As senhoras percorreriam com listas a cidade e o município.

Mas fracassaram as listas e – nada de dinheiro! Por mais de uma vez, surgem então os protestantes oferecendo à Tia Lilita vantajosa compra, procurando apossar-se do educandário para centro de difusão do seu credo, já que baldados tinham sido os demais meios empregados para infiltrá-lo em Oliveira. Qual foi a atitude da nobre educadora?

– Em hipótese alguma, jamais trairei a minha consciência, a qual não vendo por dinheiro nenhum deste mundo. Prefiro perder tudo e fechar o Colégio, a entregá-lo aos protestantes.

Essa resposta categórica, dada ao pároco que era o confidente das suas torturas e sacrifícios, foi a senha duma nova tentativa para salvar o Colégio que se achava a ponto de soçobrar qual velha nau prestes a adernar. Aparece, de novo, D. Maricota Leite sugerindo a feliz ideia de um *Livro de Ouro* em que cada um subscrevesse uma quantia. E tal foi o seu esforço, dentro e fora do município, para preencher

as folhas desse livro, que caiu enfim, de cama, terrivelmente ergasteniada. Obrigada a retirar-se para o Rio em tratamento da sua saúde, deixa em mãos do vigário o *Livro de Ouro*, mas... ainda sem ouro.

Outro cireneu surgiu na pessoa do sr. Armando Pinheiro Chagas que, além de subscrever por duas vezes o *Livro de Ouro*, percorreu, com o vigário, grande parte do município, angariando donativos. Vem completar essa plêiade de beneméritos o dr. Cícero de Castro e o dr. Djalma Pinheiro Chagas.

Completados os 50 contos, “foi a escritura pública do Colégio passada para a Santa Casa de Misericórdia, em o ano de 1926, assinando como vendedora D. Manuelita da Costa Chagas e recebendo em nome da Santa Casa o sr dr- Cícero Ribeiro de Castro, sendo tabelião o sr. Valdemar Fernal" (*Livro do Tombo*, pág. 9).

Antes da escritura, passaram pela sua diretoria D. Maria Cândida Pinheiro Chagas e Antônio Pinheiro Campos.

Durante o período em que o Colégio pertenceu ao patrimônio, teve por diretoras sucessivamente D. Luísa de Santa Cecília, Elisabeth Laudares, D. Maria Luísa Barcelos e Irmã Cândida de São José. Sob a direção desta última, foi passada a escritura para as Filhas de Maria, Religiosas Escolápias, em 1935. Essas monjas, de nacionalidade espanhola como a sua própria congregação, foram trazidas para Oliveira, em fins de 1934, pelo sr. Nereu do Nascimento Teixeira.

O estabelecimento entrou em nova fase em 1946, com a instalação do curso ginásial, passando a contar, assim, com quatro departamentos: jardim da infância, curso primário, curso ginásial e curso normal. O antigo prédio está sendo demolido aos poucos, à medida que se executa o novo sendo demolido aos poucos, à medida que se executa o novo¹¹⁶ mitório será de cabines individuais, amplas e arejadas, com instalações próprias, em número de duzentas.

¹¹⁶ Repetição de texto – erro do texto original do livro.

A EDUCADORA TIA LILITA. – Chamava-se Manuelita da Costa Chagas aquela cuja memória ficou para sempre ligada ao Colégio “Nossa Senhora de Oliveira”.

Nasceu Tia Lilita ali na fazenda do Diamante, a 21-6-861. Eram seus pais o capitão Antônio da Costa Pereira e D. Francisca de Paula Chagas. Iniciada em Oliveira, foi a sua formação cultural completada em São João del-Rei.

Busto alto e alevantado, corpulenta e majestosa, cabelo castanho-escuro e basto, rosto redondo e cheio, olhos castanhos e brilhantes atrás do seu inseparável pincenez, vestida sempre com apuro segundo os figurinos do seu tempo – tal era o seu perfil exterior.

Debaixo daquele semblante austero e daquela impecabilidade externa, ocultava-se um tesouro incalculável de amenidade, doçura e firmeza a um tempo. Os traços psicológicos que mais caracterizavam a sua personalidade foram: punha a missão educacional acima do dinheiro e da política de aldeia; punha a sua fortuna e tudo o que ganhava à disposição dos seus pobres e às ordens dos desprotegidos que queriam estudar; era madrinha de todos: possuía mais de 2.000 afilhados!

Acolhendo a todos e a todos protegendo, foi se diluindo a figura da “professora D. Manuelita da Costa Chagas” para só ficar aquela Tia Lilita bondosa e popular.

Tia Lilita... Basta o nome, que continua a cascatear de coração em coração, para dizer o que ela foi.

Casando-se aqui com Evaristo das Chagas em 1877, iniciou depois o seu magistério em 1890, como professora de música e piano no antigo Colégio Conceição. Mais tarde, em 1900, adquirindo o colégio e reformando-o por completo, transformou-o em Colégio “Nossa Senhora de Oliveira”. E, graças ao seu grande prestígio junto ao governo de Minas, conseguiu para o seu estabelecimento, em 1905, a equiparação com as escolas normais do Estado.

Nesse colégio, Tia Lilita, gratuita ou remuneradamente, educou várias gerações de moças, das quais muitas

são hoje novas educadoras e honradas mães e vovós. Professora durante 40 anos!

Uma vez, um fazendeiro foi ao colégio dizer-lhe, todo confuso e envergonhado, que tinha vindo para levar a filha que não poderia mais estudar. Ao saber do honrado lavrador que era porque se lhe esvaíra a fortuna num revés da sorte, Tia Lilita assumiu esta belíssima atitude: fez o homem voltar sozinho para a roça. E a mocinha continuou no colégio, estudando como as outras, sem nunca saber da gratuidade da sua premanência, nem do que passara entre a mestra e o pai. Tia Lilita sabia que educar não é humilhar.

De outra feita, uma aluna lhe revelou intenções de deixar o colégio para transferir-se ou interromper de vez os estudos. Perguntado o motivo, a menina explicou que era porque seu pai acabava de se tornar adversário político dos parentes de Tia Lilita.

– O que?! atalhou a nobre senhora com veemência. Não me interessa a cor política de teu pai. Quero a tua educação, e esta está acima de qualquer partido.

Traços assim e muitos outros tão nobres como estes, revelam a personalidade dessa mulher forte que só baqueou pelo corpo diante da morte, a 26-7-935. Seu espírito e seu nome continuam, porém, a pairar imortais sobre Oliveira e suas gerações. Nenhum oliveirense teve, como Tia Lilita, funerais tão grandiosos como os daquele anoitecer de 27 de julho de 35. Uma multidão inumerável sacudida pelas explosões de soluços e lágrimas, ao som das marchas fúnebres da banda de música e ao palor de milhares de velas acesas conduzidas pelo povo.

Na ala superior do cemitério, num jazigo voltado para a cidade, uma lousa branca indica o seu último pouso com este epitáfio composto pelo autor deste livro em 1940:

“Descansa, Tia Lilita, no coração emocional da terra em que nasceste, sob as bênçãos das gerações que educaste e dos muitos que socorreste”.

E, em frente ao seu velho educandário hoje dirigido pelas Escolápias, o povo oliveirense perpetuou-a no bronze

e no granito, com um busto inaugurado a 15-8-940, sob a bênção litúrgica do arcebispo de Belo Horizonte que aqui vinha escolher para diocese a terra gloriosa da grande educadora.

GRUPO ESCOLAR “FRANCISCO FERNANDES”

A um inolvidável oliveirense deve-se a fundação deste estabelecimento de ensino primário, que se ergue, sóbrio e altivo, num dos ângulos da praça Quinze de Novembro. Preocupado sempre com os problemas da sua pátria e da sua cidade natal, o cel. Francisco Fernandes de Andrade e Silva foi, entre os primeiros, o maior paladino do ensino público em Oliveira. Em 1890, adquiriu um prédio nesta cidade e doou-o à municipalidade para aulas públicas. Fazendo verbalmente a entrega, lembrava, em discurso simples e sem louçanias, que, em salas acanhadas e anti-higiênicas, não podiam mais continuar funcionando as aulas para a infância oliveirense, sem um mobiliário próprio e professores ilustrados e bem remunerados. Urgia uma dupla reforma: uma, oficial, que partisse de cima, dos poderes do Estado, abrangendo todos os setores do ensino; outra, particular, vinda de cada cidadão, em cada setor, ao encontro do bafejo oficial, ministrando ou fazendo ministrar o ensino.

E era justamente o que estava então fazendo o grande benemérito.

Veio a reforma oficial do ensino que ele previra. Novas técnicas, nova pedagogia, novos métodos. Entusiasmado sempre, Francisco Fernandes sai lá do seu retiro voluntário na fazenda da Boa Vista, e vem, mais uma vez, abrir, filantropicamente, a sua bolsa sempre milionária de ouro e pródiga bondade. Comprou então um dos maiores palacetes da cidade. Um desses belos casarões assobradados, da Oliveira antiga: sacada à frente, escadarias internas e salões amplos, amplos e risonhos como o seu coração dadivoso. E, depois de coadjuvar ainda o povo e o governo na adaptação e no mobiliário do prédio, doa-o para grupo escolar.

Foi, e é, um dos melhores grupos escolares da cidade, e, quiçá, do Estado. Vastidão. Ar e luz. Asseio. Salas bem mobiliadas. Cozinha. Pátios para recreio. Oficina de ensino técnico. Professorado seletos. Enfim, todos os requisitos de um estabelecimento modelo.

Data de 31 de agosto de 1908 o decreto da sua criação, assinado pelo presidente João Pinheiro.

Em 1909, na data histórica de 21 de abril, realizava-se a sua inauguração solene. Presentes à festa achavam-se o Secretário do Interior dr. Estêvão Pinto, o ex-Secretário dr. Carvalho de Brito, o presidente da câmara municipal, cel. João Alves de Oliveira, vereadores, representantes dos distritos, magistratura e imprensa oliveirense, educadores de colégios locais, inspetores de ensino, corpo docente e discente da casa – e, entre todos, assentado à mesa diretora, ao lado do Secretário do Interior, o cel. Francisco Fernandes. Declarando inaugurada aquela casa de ensino, o Secretário do Interior, a cuja palavra se seguiram aplausos e aclamações, ordenou se descerrassem as cortinas sob que se achava um retrato a óleo do cel. Francisco Fernandes, oferecido ao grupo escolar.

Um ano depois, a 7 de agosto, inaugurou-se festivamente o curso técnico anexo ao grupo, com uma assistência não inferior à acima citada. Presente à solenidade, o cel. Francisco Fernandes, ainda vivo, doou quatro contos à novel fundação. E, pedindo a seu irmão Carlos que falasse em seu nome, fê-lo frisar, não os seus próprios atos, mas os serviços inúmeros que Estêvão Pinto prestara a Oliveira.

Não parou aí a generosidade do venerando octogenário. O grupo jamais lhe saiu das preocupações. Até o piano da casa é doação sua. E, certo, lá da sua fazenda, o seu último pensamento, naquela sua derradeira tarde de 28 de abril de 1912, foi dirigido a esse templo da instrução que esteve muitos anos sob a direção fecunda de D. Margarida da Silva Santos, contando com dezenas de gerações de diplomandos.

Das turmas de crianças diplomadas houve apenas duas com 8 alunos; a primeira, cuja colação de grau se deu em 1912; e a turma de 1919, com o mesmo número, por causa da sinistra gripe de 1918 a que as pobres criancinhas pagaram também seu tributo. A maior turma foi a de 1932, composta de 49 diplomandos.

O primeiro diretor do estabelecimento foi o dr. Francisco Assis das Chagas Resende, oliveirense ilustre, morto prematuramente aos 37 anos de idade, a 19-1-916. Era advogado e educador; foi revisor do “Minas Gerais”, secretário da prefeitura de Belo Horizonte, diretor da Secretaria do Interior em Belo Horizonte. Nascera em Oliveira a 4 de outubro de 1878.

Em 1943, foram instaladas as classes pré-primárias, tendo como primeiras professoras Efigênia Salgado da Silva e Alda Antão; a biblioteca “D. Manuelita Chagas” foi reorganizada na gestão de Maria Vitoy de Melo, contando atualmente com 1.500 volumes; em 1943, foi fundado o Clube Agrícola “Jaime Pinheiro de Almeida”; acha-se em construção o Parque Infantil; em 1953, foi realizada completa reforma no prédio. Foram introduzidas as comemorações: Dia das Mães, em maio, e Dia do Grupo, a 21 de abril.

O BENEMÉRITO CORONEL FERNANDES. — O cel. Francisco Fernandes de Andrade e Silva era filho de Sebastião de Andrade e Silva e D. Polucena das Chagas Andrade, e nasceu a 9 de junho de 1832, nesta cidade. Aqui fez seu curso primário, dedicando-se logo à lavoura e auxiliando seus pais, chefes de numerosa família. Falecido o pai e regularizados afinal os negócios de sua progenitora, seguiu Francisco Fernandes para o Rio, a fim de se empregar no comércio. Começou como o último dos caixeiros, suportando, com docilidade e elevação de caráter, a severidade e quase crueldade com que os comerciários eram antigamente tratados no Rio, mormente quando eram ainda simples aprendizes. Mas logo sua dedicação e tino comercial e, acima de tudo, a sua probidade sempre inflexível, o guindaram a

novos cargos, tornando-o alvo da confiança de seus patrões. Guarda-livros de uma grande casa importadora, no Rio, teve um grande revés justamente quando se via melhorar de situação, acumulando suas economias. Estas lá se foram com a quebra escandalosa do banqueiro Souto. Não desanimou, porém, o bravo oliveirense. Dez anos depois, era sócio da casa onde entrara como último dos empregados. Nesse áureo período da sua vida, soube angariar amizades e simpatias entre os grandes políticos do império, entre eles o Visconde de Ouro Preto, que o honrava com uma amizade íntima e atenciosa.

Ali por 1874, Francisco Fernandes regressa à sua terra. Voltava senhor de avultada fortuna adquirida penosa e honradamente com o seu trabalho exclusivo. Rico e viajado, não se entregou, contudo, ao luxo nem à pompa da alta sociedade. Retirou-se para a sua fazenda da Boa Vista, onde, ao lado de sua velha mãe Polucena, se entregou de novo à lavoura e sobretudo ao estudo dos problemas educacionais da sua cidade natal. Quem o visitasse lá na sua Tebaida voluntária, espantava-se de encontrar, não um misantropo insociável, mas um cavalheiro amável e acolhedor. E este traço psicológico ele o manteve até os últimos dias da sua vida, a despeito de ter vivido e morrido solteiro, e a despeito da morte de sua velha mãe e da reviravolta política da mudança de regime em 1889, chocando o seu monarquismo tradicional.

Traços da sua psicologia: afável, porém franco, de uma franqueza sem peias quando se tratava de censurar desmandos e proceder incorretos; bom conselheiro; conservador na fidelidade ao seu credo político; e, acima de tudo, um grande coração aberto para beneficiar a todos, principalmente aos pobres. Dessa liberalidade, nasceram aqui o grupo escolar que hoje tem seu nome e a Santa Casa de Misericórdia.

Como patriota, prestou grandes serviços por ocasião da Guerra do Paraguai, organizando corpos de voluntários e repatriando combatentes inválidos. Renunciando sempre

a honrarias e cargos públicos, não se esquivou, todavia, de servir seu país e sua cidade, fosse qual fosse a cor política de quem estivesse na administração. Em 1890, adquiriu um prédio nesta cidade e doou-o à câmara para as aulas públicas. Depois da reforma do ensino, adquiriu e doou um dos melhores palacetes de Oliveira para nele se instalar o grupo escolar da praça Quinze.

A Santa Casa é a sua mais bela obra. Existia já um patrimônio para a sua fundação. Mas estava em quase abandono. Francisco Fernandes adquiriu o prédio, adaptou-o, organizou a irmandade, coadjuvou-a na aquisição do devido mobiliário, angariou donativos entre parentes e amigos e, assim, abriu, na rua da Misericórdia, as portas duma casa de caridade para abrigar o desvalido, o enfermo, as dores humanas curtidas em grabatos anônimos ou esquecidos. Até morrer, nunca deixou de, pessoalmente, auscultar todas as necessidades desta Santa Casa que era como que o complemento do seu próprio lar.

Uma queda aparentemente sem graves consequências e, depois, uma *angina-pectoris* arrebataram-no para sempre do convívio dos seus. Morreu na tarde de 28 de abril de 1912, na sua fazenda da Boa Vista, com 81 anos de idade. Cinco horas da tarde de 30 do mesmo mês e ano assinalam um dos funerais mais concorridos e emocionantes desta terra. Mais de duas mil pessoas acompanharam Francisco Fernandes até à colina fronteira, onde dorme o sono mais tranquilo entre todos os sonos. Educandos, educadores, municipalidade, representantes do governo estadual, imprensa, música, a sociedade local, ricos e pobres – era uma verdadeira *multitudo ingens* o cortejo fúnebre. Voltava, agora, para a companhia de sua velha mãe – D. Polucena das Chagas Andrade – morta aos 81 anos, a 17 de agosto de 1892.

Sobre seu túmulo se acumulou uma verdadeira montanha de coroas. E muitos oradores discursaram à beira da sepultura, biografando o grande oliveirense que passa à história da sua terra, não por ter sido um gênio ou um talento, nem por ter usado anel doutoral no dedo; mas por

ter passado a vida na suavidade daquele texto evangélico:

– *Pertransivit benefaciendo...*

GRUPO ESCOLAR "DESEMBARGADOR CONTINENTINO"

Situado na esquina da rua Formosa com a rua Dr. Cícero, esse estabelecimento funciona em um elegante prédio em forma de U, em estilo colonial mexicano, com jardim à frente cercado de gradil de ferro, e duas portarias: uma para o corpo docente e outra para o corpo discente.

O nome do estabelecimento é uma homenagem ao antigo juiz de direito da comarca desembargador João Pereira da Silva Continentino, a quem se deve muito pela criação desse educandário.

O prédio foi construído entre 1926-1930, pelos engenheiros drs. Paulo Euler e Alberto Woods Soares, por ordem do então governo do Estado dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, sendo Secretário do Interior e depois ministro da Justiça dr. Francisco Luís da Silva Campos e Secretário da Agricultura o oliveirense dr. Djalma Pinheiro Chagas.

Possui quinze salas assoalhadas a tacos e um porão higiênico onde funciona a oficina técnica de trabalho dos alunos. Três das maiores salas são separadas por enormes portas repartidas em bandeiras, de tal modo que, abertas, transformam-se em amplo salão nobre, próprio para auditórios e festas públicas. Além das instalações sanitárias instaladas com rigorosa técnica, possui o estabelecimento uma cozinha com uma sala em que funciona a Cantina Escolar “Professora Efigênia Vieira”, e dois pátios amplos e sempre limpos.

O aparelhamento é dos melhores. Possui um museu e duas bibliotecas: a biblioteca “Pinheiro Chagas” com 300 volumes, para as professoras; e a biblioteca “Nair Arruda” com 550 volumes, para as crianças. Cada sala do 3º e 4º anos possui a sua biblioteca própria. Existe também a caixa-escolar “Hildelida Toscano”, homenagem à senhora

do ex-juiz de direito de Oliveira — dr. Cleto Toscano, ao qual se deveu a melhor biblioteca pública outrora existente na cidade.

GRUPO ESCOLAR “CARLOS PINHEIRO CHAGAS”

O estabelecimento, cujo nome é uma homenagem ao grande oliveirense que projetou o nome de Oliveira por todo o Brasil, é o mais novo grupo escolar da cidade. Foi criado a 14 de maio de 1946 e instalado a 16 de junho do mesmo ano. Começou funcionando provisoriamente num sobrado antigo da rua Cel. João Alves, esquina com rua Alexandrino Chagas. A sua primeira diretora foi D. Hercília de Sousa Osório. A seguir, dirigiram o estabelecimento, d. Ana Jacobi, d. Maria José Coelho, Angela Teixeira, Cacilda Silveira Lobato e Natividade Vale Mátar. Em 1951, transferiu-se para o novo prédio, no sopé da ladeira que sobe para a igreja de São Sebastião, dando para a rua dos Cabrais. Funciona em dois turnos, com um total de 331 alunos.

Dos dois outros grupos já mencionados, dirige o primeiro desde 2-2-1950 a professora Iolanda Chagas Ribeiro de Castro; e o segundo, desde 12-10-1951, a professora Maria José Coelho.

O Grupo Escolar “Carlos Pinheiro Chagas” é frequentado por meninos e meninas pobres da cidade. A diretora, suas auxiliares e as professoras promovem, todos os anos, festas interessantes e concorridas, em benefício de seus alunos. Possui o grupo uma excelente biblioteca e, entre outras inovações, foram criados entre os alunos o “Pelotão de saúde Dr. Carlos Chagas” e o “Nosso jornalzinho”, publicação periódica que divulga os acontecimentos do educandário.

EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES

Antigamente, o esporte em Oliveira consistia em ramosas caçadas pelas matas hoje escassas e em pescarias pelos ribeiros e lagoas, algumas hoje extintas.

Ao esporte venatório e piscatório, sucedeu depois o esporte das brigas de marruases no largo da Matriz. Eram muito apreciadas e quase sempre acrescidas das brigas de galo e... dos torcedores.

Mais tarde, em 1907, montando em Oliveira o seu consultório médico, dr. Alexandrino Chagas (dr. Xandico), formado no Rio a 26-3-907, aqui introduziu o hipismo. Construiu no alto do Cruzeiro uma praça hípica que o povo passou a denominar “Prados”. Feito aí um hipódromo, realizava o dr. Xandico, aos domingos, tardes turfistas tão concorridas que chegavam a arrastar para o alto do Cruzeiro toda a população, ficando a cidade completamente erma.

Fez época em Oliveira o hipismo do dr. Xandico, além de introduzir no município, entre os criadores, o estímulo pela criação de animais de raça.

Quanto ao futebol, quem o introduziu em Oliveira foi o dr. Cícero de Castro Filho. Data de abril de 1916 a fundação do primeiro time de futebol que se chamou “Oliveira Esporte Clube”, tendo por êmulo e contemporâneo o “Operário Esporte Clube”.

O “Oliveira E.C.” foi fundado a 2-4-916, no cinema local, entre discursos e música, tendo por diretoria: Presidente – acadêmico Cícero de Castro Filho; Vice-presidente – agrônomo José A. Trindade; 1º Secretário – Benjamim Maldonado; 2º Secretário – José Nascimento; Tesoureiro – Paulo Rocha Filho.

Sobre o assunto, vede o nº 1475 da *Gazeta de Minas*.

O primeiro jogo do “Oliveira E.C.” foi a 5-7-916, entre o time branco e o time vermelho, vencendo este último por 3x1.

O primeiro “match” intermunicipal foi a 11-2-917, entre o “Oliveira” e o “Divinópolis F.C.” — com empate de 0 x 0.

Foi em benefício do “Oliveira” que o prof. Pinheiro Campos compôs e pronunciou no cinema, em 1917, aquela maravilhosa conferência *A mulher, o amor e a poesia*.

Na geração que aqui introduziu o “belo e violento desporto bretão”, figuram também dr. Romeu Ribeiro de Castro, José Maria Ribeiro de Castro, Dorival Chagas, Ivã Chagas, dr. Olavo Chagas (Olavo Babão), Omar Ribeiro de Castro, Sebastião de Abreu, Jairo Ribeiro, Edmundo Bicalho Filho (dr. Mundico), Otávio Ribeiro de Castro, Euclides Ribeiro de Castro, Luís Xavier, Carlos Ribeiro de Castro, dr. Olavo Trindade, Saul Pinheiro, dr. José Maria Lobato e outros.

Era um futebol gozado! No “Operário”, por exemplo, havia os que jogavam de gravata e pé no chão... O uniforme era bem interessante. Calções grossos e compridos. Camisa de gola, alta, quando não de colarinho engomado e gravata. Em campo, o “keeper” podia deitar o mocotó em quem lhe viesse tomar a pelota...

Morto o primeiro “Oliveira”, criaram outro em 1923 com o mesmo nome. Começam então a aparecer players do tipo do Ari Laranjo e outros.

Com o “Oliveira 2º”, fecha-se o primeiro ciclo do futebol oliveirense.

O segundo ciclo pertence ao “Esparta Futebol Clube” fundado em 1929. Seu êmulo e contemporâneo foi o “Atlético E.C.”

O terceiro e último ciclo vem trazer a hegemonia do futebol em Oliveira, com o aparecimento do “Social Futebol Clube”, fundado em 20 de janeiro de 1934. É seu êmulo e bravo contemporâneo o “Esporte Clube Fabril” com sede e cancha no bairro da fábrica de tecidos.

O “Social” contava, em 1942, com 80 sócios. Clube filiado à Federação Mineira de Futebol Amador, já tem travado jogos intermunicipais, não só com clubes amadores, como também com clubes profissionais de Belo Horizonte e das principais cidades do interior de Minas. De 90 partidas até então, só perdeu 8. De 1939 a 1941, conquistou 147 pontos contra 55. O maior número tem sido conquistado pelo seu ex-artilheiro-mor Ivã Carvalho.

Entre os fundadores do Social, devemos registrar o falecido José Maia, o cabo José Pacífico que foi o idealizador, Álvaro Maia, Carlos Cesário, Domineu de Sá Marinho (soldado), Moacir Rodrigues, Elias Fará, Luís Carvalho, Natalino Silveira, Ari Laranjo, José G. Mendes, Jorge Narciso e outros.

De 1937 a 1942, o Social F.C. conseguiu formar uma equipe que até hoje não foi igualada. Seus jogadores, todos compenetrados de seus deveres de atletas amadores, conseguiram triunfos memoráveis, tanto contra o tradicional adversário – 1º de Maio – como também em partidas com equipes de Belo Horizonte e do interior mineiro. Era um quadro homogêneo, bravo, lutador, no qual se destacavam as figuras de Ivã Carvalho, Ari Laranjo, Alvaro Maia e tantos outros. Em homenagem a esse punhado de bons amadores do futebol, publicamos fotografias da época, através das quais poderão os leitores matar as suas saudades, reconhecendo os seus ídolos do passado.

Atualmente, o Social F.C., inteiramente renovado, apresenta-se constituído de elementos jovens, destacando-se poucos deles com a mesma fibra e o mesmo desinteresse que caracterizam os praticantes do amadorismo.

ESTÁDIO JOSÉ MAIA

Construído em 1934 por José Maia, herói inesquecível do esporte oliveirense. Português de nascimento, o sr. José Maia veio ainda jovem para o Brasil e radicou-se entre nós, onde constituiu família. No seu desejo de dotar Oliveira de uma praça de esportes, lutou durante toda a sua vida para alcançar esse objetivo, dedicando seu tempo às obras de melhoramento do estádio que veio a ter o seu nome. O Sr. José Maia faleceu em 11 de maio de 1940, vitimado num acidente quando se achava trabalhando nas obras do campo do Social F.C.

ESPORTE CLUBE FABRIL

Foi no passado o poderoso e tradicional rival do Social F.C.

Denominava-se 1º de Maio, em homenagem à data do trabalhador. Sua diretoria e jogadores eram funcionários e operários da Companhia Têxtil Ferreira Guimarães e seu estádio, como ainda hoje, localiza-se no bairro do Engenho de Serra. Sua primeira diretoria era constituída dos seguintes elementos: Presidente – Otávio Moraes; Vice-presidente – Geraldo Maurício de Oliveira; Tesoureiro – José Teodoro Ferreira; Diretor Social – Antônio Gonçalves Monteiro; Técnico – Sebastião Ribeiro da Silva.

A partir de 1942, passou a denominar-se Esporte Clube Fabril, mantendo porém a mesma tradição. Destacavam-se seus jogadores pela fibra e entusiasmo nas jogadas. São nomes inesquecíveis que vestiram a camisa alvi-rubra no passado: João Dionísio, Paulo Carreia, Adolfo e muitos outros.

Nos dias atuais, o E.C. Fabril acha-se inativo. Em sua homenagem, publicamos fotografias de sua equipe mais representativa.

CAPÍTULO X OLIVEIRA E A RELIGIÃO

Homogeneidade confessional — Templos oliveirenses — Matriz nova ou Catedral — Associações religiosas — Semana Santa — O "Reinado" — Oliveira e a sotaina — Os vigários da freguesia — Padre Carvalho — Outros sacerdotes integrados na história de Oliveira — Padres oliveirenses — Padre Ananias, um espírito curioso — Diocese de Oliveira

HOMOGENEIDADE CONFSSIONAL

Um dos aspectos mais interessantes de Oliveira é a sua fisionomia religiosa. Constitui uma quase homogeneidade confessional.

Desde que se ergueu, à margem do seu primitivo caminho de tropeiros, a sua primeira capelinha, nunca mais esta terra apostatou da sua crença inicial. Católica, apostólica, romana sempre. Neste ponto, mais do que em qualquer outro, Oliveira é visceralmente conservadora. Manteve na íntegra o compromisso assumido pelos seus primeiros colonizadores, nas velhas cartas de sesmarias, onde a posse destas terras impunha “a condição de nellas nam succederem Rellegeoens por titulo algum”.

Verdade é que, na campanha republicana, lutou arduamente pela separação entre a Igreja e o Estado, pela secularização dos cemitérios e liberdade de cultos. Mas sabia estar nisso mais uma natural evolução da época do que um fenômeno de laicização.

Um oliveirense ilustre, o deputado dr. João das Chagas Lobato, juristificaria, em pleno Congresso Federal, essa atitude, discursando aí em 1891:

“Hoje a situação da Igreja é outra. Roma, no que é espiritual, já não depende do governo; os bispos são da exclusiva nomeação do papa e as suas bulas não dependem mais da confirmação ou sanção do poder temporal e não se verão mais, cumpre torná-lo bem saliente, os bispos brasileiros serem processados, condenados e metidos na cadeia por terem cumprido as ordens do seu superior legítimo, o Chefe da Igreja. Nestas condições, se o dia do benefício não é a véspera da ingratidão, a igreja brasileira deve estar satisfeitíssima com a República, que a emancipou da tutela governamental”. E acrescentava as célebres palavras de Cristo: “*Quod Caesaris, Cesari; quod Dei, Deo*”.

Oliveira queria mais liberdade de consciência para crer e mais espontaneidade de ação para os seus padres.

Grande fator de progresso, o padre sempre encontrou em Oliveira um rebanho amigo e dócil. E justamente porque sempre grandemente beneficiada por sacerdotes cultos e dinâmicos, nunca Oliveira soube seguir a pregoeiros de crenças outras; tão pouco deixar de venerar o caráter sacerdotal em quem quer que ele estivesse.

Não há nesta terra notícia de fanatismos coletivos, guiados por “pais de santo” e pseudo-profetas, dando origem a conflitos religiosos. O que houve outrora com os protestantes não foi mais que uma reação natural ante a ofensiva que vieram abrir aqui contra a fé tradicional do povo oliveirense.

Por três vezes pretenderam os protestantes implantar em Oliveira o seu credo.

A primeira foi em 1892. Dois homens ilustrados, Samuel Gammon e G. W. Chamberlain, chegaram a realizar na cidade algumas conferências num salão anexo ao Grande Hotel, na praça Quinze. Foram rebatidos energicamente pela imprensa local¹¹⁷ e por oradores, em assembléia pública.

¹¹⁷ *Gazeta de Oliveira* de março de 92, principalmente o número 239.

O major Chagas Sobrinho foi um dos que se levantaram, entre aplausos gerais, para rebater os ataques feitos “contra a Igreja Católica, tão forte e poderosa hoje como ontem e como será amanhã e no correr dos séculos” (sic). (Nº 239 da Gazeta).

A segunda e terceira investida protestante deram-se em 1925 e 26, atingindo o próprio Colégio Nossa Senhora de Oliveira, que lhes não caiu às mãos, graças à Tia Lilita.

Data dessa ocasião uma represália coletiva dos meninos do catecismo, que, infelizmente sob instigações dum sacerdote de fora, ameaçaram apedrejar o sobrado dos protestantes (“Palacete Cambraia”, na rua dr. Alexandrino Chagas), cantando esta ingênua quadrinha improvisada pelo padre:

“Vão embora, protestantes,
Passem fora da Nação:
Pois queremos ser amantes
Do Sagrado Coração”.

Graças a uma enérgica intervenção do vigário, acalmou-se a fúria da garotada que, justa ou não, vem confirmar o quanto Oliveira preza a sua fé.

Desde 1795, isto é, há mais de um século e meio, o nome do lugar tem sido arraial ou vila de Nossa Senhora de Oliveira, trazendo no próprio batismo toponimial o misticismo suave duma proteção benéfica. E o nome da Virgem e o bucolismo pacifista do nome Oliveira, parece, têm protegido sempre este torrão contra os cismas religiosos. Não há na cidade uma loja maçônica, sequer um centro espírita ou um templo protestante. Excetuada a pacífica seita dos drusos que, aliás, não ostenta culto, nem faz proselitismo, nem crenças alheias – toda a população é genuinamente católica.

São conservadas com o máximo escrúpulo e carinho as tradições religiosas vindas de geração em geração, desde

os mais remotos antepassados oliveirenses. Entre essas tradições, contam-se a semana santa oliveirense, a festa da Padroeira a 15 de agosto, o Natal, as missões, o mês de Maria – festas de que falaremos adiante. O “Reinado” foi a única festividade religiosa que se extinguiu, durante algum tempo, por determinação diocesana. Hoje (1961) a Festa do Congo é uma das atrações da cidade todos os anos.

Manifestação do sentimento religioso do oliveirense é também a frequência com que são aqui batizados, com nomes de santos, os diversos estabelecimentos locais: Colégio Nossa Senhora de Oliveira, Casa São Vicente, Casa São Pedro, Bazar Santa Teresinha, Casa Santo Antônio etc.

Outra feição religiosa da terra: na cidade nunca veio a imprensa ateia ou anticristã. Nem mesmo a imprensa dita neutra e imparcial deixou de sair a campo, fosse para defender a fé oliveirense, fosse para difundir-la ainda mais. É o caso, por exemplo, da *Gazeta de Oliveira*, o mais velho e austero jornal do lugar (denominada depois *Gazeta de Minas*).

Uma das tradições mais suaves é a que conservam alguns pais, no gosto de vestir de anjos e virgens suas crianças para seguirem as procissões ou coroaem Nossa Senhora nas rezas do mês de Maria.

Perdura ainda pelas famílias o costume de fazer novenas da Santa Visitadora, que consistem na trasladação processional de uma imagem da Virgem, a qual se detém em cada casa durante nove dias. Em cada lar ela é recebida entre cânticos, sendo entronizada num altarzinho florido e estrelado de luzes, no mais nobre recinto da casa.

Quantas vezes, passando pelas ruas paralelepipedadas e cheias de borbórinho profano, não se ouve à noite, derramando-se de uma janela iluminada ou de uma das sacadas senhoriais, o sussurro discreto dum terço rezado em família ou duma novena cochichada aos pés duma imagem. Adiante, às vezes – não importa! – fervem moçoilas e rapazelhos num baile, entre os guinchos e os chocalhos dalgum jaz ou dalgum “chôro” vindo do morro...

Até hoje, quem se propuser a traçar a história religiosa deste torrão abençoado, nada mais tem que registrar senão acontecimentos católicos. Começemos, pois, pelo ensino religioso.

Ensino religioso. — Muito antes de os poderes oficiais cuidarem do ensino religioso nas escolas, já Oliveira o introduzira portas adentro das suas aulas, ciosa de plasmar a criança integral, para a terra e para a eternidade. Com pequenas exceções, os senhores eram benignos para os seus escravos e, nas fazendas, mandavam ministrar-lhes catecismo. Hoje, cada grupo escolar tem aqui a sua hora de religião. E, através da cidade, aos domingos, marcham rumo das igrejas, ao som dos sinos, crianças e professoras da Doutrina Cristã, para as aulas de Catecismo. Criada para fins exclusivamente educativos, a Doutrina Cristã, como associação, foi aqui fundada em 1932.

* * *

TEMPLOS OLIVEIRENSES

Templos antigos. — Capela da Senhora Mãe dos Homens (extinta). Matriz velha, ainda em bom estado. Igreja do Rosário (demolida). Igreja dos Passos, ainda em bom estado. Ermida de São Sebastião, idem.

Templos novos. — Capela da Santa Casa. Capela da Escola Normal. Matriz nova ou Catedral.

As duas primeiras estão ligadas à história da Santa Casa e do Colégio Nossa Senhora de Oliveira.

Capela da Senhora Mãe dos Homens. — Hoje extinto, foi o primeiro templo que se construiu em Oliveira. Ficava lá em baixo, junto ao cruzamento dos dois primeiros caminhos: o do rio Grande a Pitangui, perfilado na rua dr. Cícero, antiga rua da Mata; e a “Picada de Goiás”, perfilada hoje na rua da Misericórdia, antiga rua das Palmeiras.

Supõe-se que sua construção data de 1775 mais ou menos, pouco depois de ser fundada no Caraça a Irmandade da Senhora Mãe dos Homens, pelo Irmão Lourenço. Velhos

documentos dessa irmandade, inclusos na Revista do Arquivo Público Mineiro, relatavam, entre os membros desse antigo sodalício, nomes de pessoas residentes no território oliveirense em 1774. Ora, é de se atribuir a uma dessas pessoas a construção da capelinha da Mãe dos Homens, dentro do povoado que apenas apontava. E já vimos, num dos capítulos iniciais, como, em 1844 e 55, era ela já objeto de retoques integrais, por se achar em franco estado de ruína. Para aquele tempo, portanto, já era uma antiguidade. Em 1923, restavam apenas uns esteios e os alicerces que foram destruídos de vez, para se aproveitarem as pedras na construção da capela da Santa Casa (1923-27).

Do velho e pequenino templo, restam hoje apenas duas lembranças: uma, é a imagem da Senhora Mãe dos Homens reformada pelo sr. Joaquim Laranjo e posta à veneração pública na matriz velha; a outra é a sua velha praça, cujo nome tradicional tinha sido recentemente trocado por praça da Bandeira, mas felizmente repostado, em 1941, num gesto de amor à tradição, em vista das pesquisas realizadas pelo autor deste livro. Além disso é intenção da Prefeitura construir, no mesmo local, uma capelinha que rememore a outra que aí existiu no fundo da história oliveirense.

Matriz velha. — A praça Quinze, na extremidade ocidental, afunila-se num vértice quase agudo. Na raia desse vértice, ergue-se a matriz que hoje chamamos velha em contraposição à nova que vem sendo construída desde 1929.

Esse vetusto templo de pedra é uma das antiguidades que Oliveira deve conservar e venerar com o maior carinho. Muitos lances dos destinos oliveirenses decidiram-se dentro das suas paredes. Já vimos qual foi a sua influência na evolução local, através de um século e meio.

Sua construção não pode ser localizada no tempo. A última torre só ficou terminada em 1856, enquanto que a nave já se achava concluída antes de 1790. Pois já nesse ano ela era a “capela de Nossa Senhora de Oliveira”, como vimos no capítulo referente ao arraial. O primeiro cura

dalmas em Oliveira – padre Bonifácio da Silva Toledo – deve ter sido o seu iniciador, lá por 1785 mais ou menos.

Construiu uma capela sem torres e sem consistórios. Seu substituto, o padre Gregório Coelho, talvez nada tenha feito para prosseguir a obra, tão rápida foi a sua passagem pela capelania do arraial. Prosseguiu-a o padre Francisco de Paula Barreto, rasgando em arco a parede do fundo e acrescentando a capela mor. Esse arco, por esse motivo, ameaçou ruína antes de 1880, reconstruindo-o então o português Antônio da Silva Campos, a quem Oliveira ficou devendo muito da sua arquitetura antiga.

Criada a Irmandade do Santíssimo em 1848, coube a esta construir as torres, o consistório e conservar o frontispício já em estado ruinoso. Como dizem os velhos anais da irmandade, o frontispício foi reparado em 1857, “independente de desmanchado” – o que prova vir do início da obra aquele versículo gravado na pedra ao pé do nicho em que se encontra uma imagem da Virgem. Essa imagem foi, em agosto de 1936, substituída por outra nova, esculpida pelo artista patricio Otaviano Augusto Costa, do distrito do Japão.

As torres, uma das quais faltava apenas ser concluída, tiveram prosseguimento em 1852, mandando a irmandade vir de fora o mestre de obras Antônio José da Silva Guimarães. Os dois oficiais que com ele trabalhavam, percebiam por dia 1\$200, salário então julgado exorbitante e reduzido a 1\$000.

Para integrar o capital necessário às obras, obteve duas loterias o então deputado geral dr. João das Chagas Andrade, um dos fundados da Irmandade do Santíssimo.

Concluídos os consistórios, o vigário Meireles, presidente e idealizador da irmandade, reservou para capela do Santíssimo o mais recolhido e bonito, destinando à sacristia o outro oposto.

Em 1854, o vigário Meireles e a Irmandade do Santíssimo mandavam calçar o adro e os irmãos do Santíssimo

requeriam para si o privilégio de serem enterrados dentro da matriz.

Construído assim a *prestações*, no esforço dispersivo de gerações distanciadas, esse templo ficou ainda inacabado e imperfeito. Apesar da elegância e majestade da fachada com as duas torres cônicas em cada ângulo, não é uma obra rara nem pelo estilo nem pela suntuosidade. O conjunto apresenta um contraste entre o exterior e o interior. Uma das torres, a mais antiga, está se desaprumando em direção da nave. O relógio que se acha nessa torre foi adquirido pelo cel. A. Xavier, mediante subscrição popular, em 1914.

Cumpre não deixar que o tempo ponha fim a essa igreja. Além de testemunha da história local, ela é toda feita de pedra. E grande parte dessa pedra, mormente dos portais, frontispício, pia batismal e sopedâneo da capela mor, é toda rajada e tida como mármore legítimo, vindo duma jazida do município, como dissemos em outro local. Infelizmente, uma grossa e inestética mão de cal cobre hoje a nudez pétrea das paredes exteriores.

Eschwege, Pohl e Saint-Hilaire, cientistas que por aqui passaram em princípios de 1800, entraram nesse templo e examinaram interessadamente aquelas lajes de cor.

Os dois sinos grandes dessa igreja datam de 1861 e 1884 e foram fundidos em Oliveira por José Carlos Onofre, às expensas da Irmandade do Santíssimo.

Mas isto não quer dizer que antes dessa data a igreja não tivesse nenhum sino. Tinha dois sinos pequenos, na torre mais velha, um dos quais foi refundido em 1857.

Para a fundição dos sinos grandes, o povo contribuiu com arrobas da moeda daquele tempo: os tais “patações” ou cobres goianos, pesados e grandes. Só o velho Joaquim Antônio dos Santos, vulgo Joaquim Tareco, contribuiu com cinco arrobas de moedas de 40 réis.

Havia até a credence de que, ao se fundir um sino, todos os meninos presentes ao ato deviam pregar muita mentira e contar muita potoca em torno dos caldeirões de

metal em fusão, a fim de *assustar* o metal e os sinos saírem bons. Com efeito; tanto mentiu e garganteou aquela geraçãozinha nascente, que os sinos oliveirenses saíram mesmo cheios de música e plangência dolorida...

Os carreiros que tinham carros-de-bois de cantiga longa e afinada, deviam passar com eles bem devagar e bem perto, para que os caldeirões de metal derretido recolhessem no seu bojo rubro e incandescente aquela música sentida e longa que sabe até humanizar os bois...

Filho legítimo daquele tempo é o sino grande, fronteiro ao edifício do fórum. Da boca à sua testagem, o seu tamanho ultrapassa ao de um homem em pé. Foi refundido em Divinópolis a 30-10-1934. É que se rachara, perdendo o seu antigo e belíssimo som em lá menor que atravessava as serras do município, num clamor dolorido.

Voltou de novo à sua velha torre; apesar da majestade e limpidez com que entorna no ar o seu clamor profundo, dizem que não voltou afinado como era antes.

O SINEIRO JOSÉ LINO MODESTO

Quando se fala em sinos oliveirenses, uma figura de sineiro se avulta dentre as outras, vindo relacionar-se diretamente ao assunto. Trata-se do inesquecível e saudoso sineiro José Lino Modesto, que durante muitos anos prestou relevantes serviços à então Paróquia de Oliveira, não somente como sineiro, mas também como ajudante de ofícios religiosos, promovendo, ainda, trabalhos inerentes à sua profissão de marceneiro, sem exigir qualquer remuneração, pois que, como católico praticante e fervoroso membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento, sentia-se imensamente satisfeito em poder colaborar com os dirigentes da Paróquia.

Como sineiro, José Lino Modesto jamais foi igualado! Com seus músculos vigorosos, fazia os sinos transmitir ao povo os mais sonoros acordes, fossem os alegres repiques da Ressurreição, fossem os melancólicos dobrados de Finados.

José Lino Modesto tocava sino por amor. Quando ele se dirigia rumo à torre (preferia sempre o sino maior, ao qual apelidara de bronze), era como um maestro que se preparasse para reger uma grande orquestra. Sentia um verdadeiro entusiasmo em tocar sino e gostava de ser lisonjeado por alguém que fizesse referência à sua resistência em manter os repiques por longo tempo e sem interrupção, tarefa assaz estafante.

José Lino Modesto foi vítima de lamentável engano, quando trabalhava na sacristia da matriz velha, tendo ingerido uma considerável dose de soda cáustica líquida, supondo tratar-se de água filtrada. Veio a falecer em decorrência desse involuntário envenenamento, deixando enlutada a própria Paróquia a quem tanto amou e serviu com carinho e dedicação.

O então coroinha Eurico dos Santos¹¹⁸ gaba-se, até hoje, de haver prestado a última homenagem ao velho sineiro, fazendo um sentido dobrado de sino que, tendo início desde quando o féretro partia da residência do finado (rua Santo Antônio), prolongou-se até à chegada do mesmo à matriz, interrompido para que se processasse a encomendação e reiniciado logo após, só terminando no momento em que o cortejo fúnebre alcançou as imediações do cemitério de São Miguel.

Toda a cidade sentiu e lamentou o desaparecimento prematuro do sineiro José Lino Modesto.

IGREJA DO ROSÁRIO. — Essa igreja existiu, até 1929, ali na praça Dr. José Ribeiro, antigo largo do Rosário.

Sua construção era anterior a 1840. Pois já nesse ano, o seu sino era quem chamava os vereadores para as sessões da câmara municipal que, ainda incipiente e pobre, nem dinheiro tinha para comprar uma sineta¹¹⁹.

¹¹⁸ O jovem Eurico dos Santos, hoje alto funcionário em Belo Horizonte, datilografou pacientemente em 1961 os originais da “História de Oliveira”

¹¹⁹ Cf. anais da câmara municipal. Arquivo da Prefeitura.

Era uma pequena capela, em estilo colonial, a princípio em forma de chalé, com a frente voltada para a matriz. Mais tarde, mudaram a sua frente para o lado oposto, acrescentando-lhe uma torre semi-gótica com um parapeito, em franco desacordo com as velhas linhas coloniais do templo.

Construída, num passado remotíssimo, em meio à rua Larga, essa igrejinha exígua teve um passado glorioso e um papel importante no progresso local.

Edificou-a a Irmandade do Rosário, primeiro sodalício religioso criado no lugar. Compunha-se a irmandade só de africanos. Por ser um dos maiores centros escravagistas do Oeste, Oliveira possuiu uma poderosa Irmandade do Rosário. Basta dizer que já em 1826, só dentro do arraial, sobre uma população de 2.079 habitantes, 877 eram africanos, isto é, quase 50% da mesma população.

Assinalavam o domínio absoluto dessa corporação de negros os dias trepidantes e festivos do extinto “Reinado”, de que há notícia mais adiante.

Durante esses dias, o centro de convergência de toda a população local ou rural, de todo o comércio e de todas as atividades oliveirenses, era a exígua capela do Rosário, cujo perfil ficou para sempre estereotipado na retina saudosa dos negros que “reinaram” na antiga festa de Nossa Senhora do Rosário.

IGREJA DOS PASSOS. — É um templo modesto nas suas proporções. Pouco interesse desperta à primeira vista. Construído em forma de chalé, acrescentaram-lhe mais tarde a torre. E nesta puseram o sino, que antigamente ficava num torreão ao lado.

Acha-se situado à beira duma via pública, ao lado duma fonte antiga, numa baixada, à margem do murmuro Maracanã, o que é pouco comum em questão de localização de templos antigos, quase sempre postos no alto dos morros e quase nunca à beira da estrada.

A construção dessa capela, como a do Rosário, é anterior a 1840, ano em que ela já aparece batizando com o nome “Passos” a fonte ali ao lado¹²⁰.

O critério que determinou o aparecimento dessa igreja foi a tradicional festa dos Passos ou Semana Santa, a que nos reportaremos mais adiante.

Aí se guarda uma impressionante imagem do Senhor dos Passos. É do tamanho natural dum homem, na atitude angustiosa dum condenado oprimido sob o peso brutal duma cruz enorme, longa túnica roxa a descer-lhe dos ombros até os pés, o cabelo em desalinho, a fronte porejando sangue e os olhos congestionados de angústia e sofrimento: – essa imagem é um evangelho em forma humana!

Igual e talvez mais empolgante é a sensação que nos assalta diante de outra imagem, companhia desta nas solenidades da Semana Santa. É a imagem da Senhora das Dores. Do tamanho natural duma dama, túnica talar, véu azulado descaído pelos ombros até aos calcanhares, o cabelo solto em flocos graciosos sobre os ombros, uma auréola suspensa sobre a fronte, as mãos crispadas na altura do colo, o semblante repassado duma dor infinita e lancinante e, no peito, atravessando o coração de mãe, lado a lado, uma cruel, uma transfingente espada.

Não se compreenderia Oliveira sem a sua Semana Santa. Não se compreenderia a sua Semana Santa sem estas duas imagens que tanto falam ao coração.

ERMIDA DE SÃO SEBASTIÃO. — Parece um cromo vivo suspenso no alto do morro. Ergue-se no alto de São Sebastião, a leste da cidade, e sabe poetizar as tardes oliveirenses, entornando no ar o som límpido do seu sino que pode ser ouvido do Diamante aos Martins.

É o templo dos humildes. Aliás, nasceu da exaltação religiosa dum humilde. Ligou-se para sempre à sua

¹²⁰ Cf. anais da câmara municipal.

história o nome de Ananias Xavier dos Santos, homem pobre e de pouca instrução, que renunciou a todas as preocupações e interesses particulares, para só se dedicar ao arremate dessa obra. Não foi ele o seu idealizador. Antes de 1876, um grupo de pessoas, interpretando o sentimento de veneração do povo para com o grande herói do cristianismo – São Sebastião – idealizou a construção dum templo dedicado exclusivamente a esse mártir, na aprazível eminência fronteira ao centro da cidade.

A expensas desse pugilo de devotos, levantou-se, de fato, a igreja, cujas primeiras obras, incluindo acabamento interno, orçara em sete contos e tanto.

Ficaram, porém, inacabadas as obras exteriores: adro, torre e revestimento. Aparece então (1888) Ananias Xavier dos Santos, seguido de João Romualdo da Silveira, João Dias da Silva que tomam a peito terminar a construção. E o fizeram, angariando donativos, promovendo leilões em cada tarde de domingo, até que, de pataca em pataca, conseguiram dar a última demão no templozinho que hoje branqueja no cume do morro mais humano da cidade, porque “É lá que está o povo simples: os homens rudes, as mulheres humildes, as crianças alacres”¹²¹.

Ligados à construção dessa ermida estão também os nomes de D. Luísa A. dos Santos, de seu marido Francisco Pedro dos Santos, os mestres de obras Marçal José da Rosa e José Fernandes do Couto e do abnegado apregoador dos leilões dominicais: Augusto Alves Pereira.

Fique, neste cantinho da História de Oliveira, uma homenagem à ala humilde da população, a esta ala gloriosa e sofredora dos pobres mulatos que vegetam nos recantos esquecidos, ao pé da imagem lancinante do bravo São Sebastião...

¹²¹ Francisco E. da Fonseca, em “Variações sobre a cidade e o morro” *Gazeta*, 2-6-1940.

A 22 de janeiro de 1888, o vigário José Teodoro Brasileiro aí celebrava missa inaugural, tendo sido solenemente trasladada, de véspera, a imagem do santo para o altar, donde continua enviando ao seu povo devoto o seu emocionante sorriso de piedade e dor...

MATRIZ NOVA OU CATEDRAL

Construção maciça em tijolo, argamassa e cimento, dentro de arrojadas normas arquitetônicas.

Mescla de romano e gótico, predominando, porém, o romano, suas linhas seguem o traçado das antigas basílicas da Cidade Eterna. O bojo vasto, atormentado pela grandeza das arcadas e imponência das grossas colunas internas postas em renques laterais tripartindo a nave, infundem elevação e quase pavor.

Suas dimensões: 51 metros de comprimento, por 8 de largura na nave central e 4 nas naves laterais. O comprimento supera em um metro ao da própria Candelária do Rio.

Oliveira deve tão arrojado empreendimento ao dinamismo e à inteligência moça do seu grande vigário: padre José Ferreira de Carvalho, que, em companhia do Arcebispo de Belo Horizonte, D. Antônio dos Santos Cabral, mediu pessoalmente o terreno para a construção.

Demolindo no local a velha igreja do Rosário, começou a construção em dezembro de 1929. As obras executadas até 1941 já orçavam em 380:000\$ e estariam já terminadas se padre Carvalho não fosse frequentemente chamado a outros setores de ação mais urgente.

Pelo primitivo orçamento, as obras custariam pouco mais de 500:000\$; mas, com o aumento do preço do material, custarão uns 700 contos.

O português Joaquim Laranjo, que aportou a Oliveira em 1906, assumiu a construção da igreja, como sucessor do arquiteto Pedro Bax que apenas deixou feitos os alicerces. A direção das obras foram entregues depois ao construtor J. El-Maluf. (Dados de 1942).

ASSOCIAÇÕES RELIGIOSAS

Existem em Oliveira as seguintes associações religiosas: 1 – Irmandade do Santíssimo Sacramento, fundada em 1848 e reorganizada em 1910. 2 – Sociedade de São Vicente de Paulo, fundada em 1892. 3 – Pia União das Filhas de Maria, fundada em 1922. 4 – Apostolado da Oração, fundado em 1923. 5 – Obra das Vocações Sacerdotais, fundada em 1927. 6 – Congregação Mariana, fundada em 1929. 7 – Doutrina Cristã, fundada em 1932. 8 – Ação Católica, fundada em 1938.

Fora estas, mais antigas, ainda existem outras: 9 – Confraria Nossa Senhora das Dores. 10 – Associação de Santa Zita. 11 – Confraria Nossa Senhora Aparecida. 12 – Associação de São José.

Fez época, nos fastos religiosos e sociais de Oliveira, a extinta União de Moços Católicos que teve imprensa própria e vigorosa, com Nereu do Nascimento Teixeira e o poeta A. Néri de Abreu à frente do jornal “A União”.

Embora não tivesse caráter de associação religiosa, mas de verdadeiro partido católico num dos períodos mais agitados da política nacional, teve aqui atuação marcante a Liga Eleitoral Católica.

Das associações acima nomeadas, cumpre focalizar as duas mais antigas: a Irmandade do Santíssimo e Sociedade Vicentina.

IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO

Foi criada em 1848 pelo vigário Pedro Meireles de Barros em torno do qual se reuniram os primeiros componentes dessa associação: Cândido de Faria Lobato, comendador Mariano Ribeiro da Silva, Bartolomeu Ferreira dos Santos, Januário Ribeiro da Silva, José Ferreira de Carvalho, Floriano Ribeiro da Silva, Joaquim José de Andrade, dr. João das Chagas Andrade, José Machado de Santana, João Ribeiro da Silva e Venâncio Carrilho de Castro.

Sob os auspícios dessa plêiade de oliveirenses ilustres, elite social daquele tempo, ficou fundada em Oliveira a Irmandade do Santíssimo, cuja primeira mesa administrativa tomou posse a 26-XII-1850, assim constituída: Presidente – vigário Pedro Meireles de Barros; Provedor – irmão Cândido de Faria Lobato; Escrivão – Antônio da Costa Pereira; Tesoureiro – Modesto José Pereira Matos; Procurador – José Antônio Teixeira.

Coube a esta irmandade a conclusão da matriz velha. O seu papel na história religiosa local foi muito saliente, por contar sempre no seu seio com os mais ilustres filhos de Oliveira e por ter sido muito rico o seu antigo patrimônio em dinheiro e em terras, incluindo os seus mausolés no cemitério.

Eis alguns tópicos curiosos da sua história:

Em 1855, encontramos a irmandade elevando a 25\$ por ano o ordenado do sacristão da matriz, que desde 1851 vinha percebendo 12\$ anuais, “pelo trabalho da Alâmpada e mais seu ordenado”.

Tendo a irmandade acometido o término das obras da matriz, começou logo a angariar esmolas para isso. E, para ajudar as esmolas, o provedor da mesa, em 1851, era autorizado a por em hasta pública a venda de diversas casas pertencentes ao Santíssimo, todas dentro da cidade, recolhendo-se ao cofre da irmandade o produto da venda. Quanto às esmolas, era obrigado a sair tirando-as pelas ruas qualquer irmão, por mais nobre ou grã-fino que fosse. Bastava ser escolhido pela mesa. Quem, por respeito humano ou preguiça, deixasse de esmolar para o Santíssimo, ficava multado. A multa consistia em determinadas libras de cera, pagas em dinheiro ou em cera mesmo.

O primeiro a ser multado pela falta foi o vigário Meireles, seguindo-se o capitão Antônio Pereira cuja multa orçou em oito libras de cera, ou sejam 9\$600 em dinheiro, o que era de fato dinheiro naquele tempo!

SOCIEDADE VICENTINA. — Numa de suas primeiras visitas pastorais a Oliveira, D. Silvério acolheu com o maior carinho e levou avante a bela iniciativa do oliveirense Afonso Cordeiro de Negreiros Lobato: a fundação da Sociedade de São Vicente de Paulo, nesta cidade. Isto em agosto de 1892.

A primeira Conferência Vicentina então organizada teve a seguinte diretoria: Presidente – Antônio da Costa Pereira; Vice-Presidente – dr. Francisco Coelho de Moura; Secretário – José Olímpio de Castro; Tesoureiro – Francisco das Chagas Andrade; Procurador – Evaristo Albino de Noronha¹²².

Num conagraçamento verdadeiramente fraternal, entraram logo para a conferência grandes e pequenos, em número de 22 pessoas, para ministrar, em secreto, ao pobre a caridade material e espiritual, do modo recomendado pelo Evangelho: não saiba a tua mão direita o que faz a esquerda.

Aquele 1892 foi, pois, o primeiro ano vicentino em Oliveira, datando daí o início dessa chuva de benefícios prodigalizados por esta grande obra lançada ao mundo pelo espírito iluminado do jovem francês Frederico Ozanan.

Tão simpática foi a recepção feita pela cidade ao aparecimento da Conferência Vicentina, que logo às primeiras reuniões dominicais, realizadas na igreja do Rosário, compareciam assistentes inúmeros trazendo, espontaneamente, donativos, postando-se na vanguarda muitas damas da alta sociedade, como prova de que a mulher oliveirense foi sempre a maior pioneira das boas causas.

Em 1914, foi iniciada a construção da Vila Vicentina, que é um conjunto de residências para famílias pobres, compreendendo hoje mais de 20 casas.

Hoje, a Sociedade Vicentina oliveirense está desdobrada em sete conferências. Uma das mais antigas é a con-

¹²² *Gazeta de Oliveira*, 4-9-892.

ferência Mãe dos Homens, criada em 1911, em cuja presidência mourejou até morrer o abnegado vicentino Joaquim Laranjo, seu fundador.

Eleva-se a mais de cem o número de famílias socorridas atualmente pela Sociedade Vicentina, à qual se subordina um Dispensário e Lactário aqui fundado em 1937, com o fito de socorrer a maternidade desvalida e as crianças indigentes. À frente dessa instituição benemérita, até à morte, esteve o sr. Joaquim Laranjo que foi de uma emocionante teimosia em socorrer o pobre. Digno continuador do saudoso dr. Cícero Ribeiro de Castro.

Para se avaliar quão dura e escabrosa tem sido a missão dos vicentinos em Oliveira, basta lembrar que há aqui crianças tão famintas que chegam a catar, no depósito de lixo, restos de pão para comer; e que, apesar de ainda não estar de todo debelado o mal hanseniano, foi a Sociedade Vicentina quem retirou das ruas os antigos bandos de mendigos, entre os quais, em 1918, figuravam 22 morféticos inscritos na assistência. Para evitar seu contato com as famílias na cidade, os pobres recebiam à sua porta, pelas mãos dos vicentinos, o socorro necessário angariado entre os contribuintes. Muitas famílias entraram como contribuintes, ficando então suas casas marcadas na porta da rua por uma plaquinha branca com as iniciais vicentinas SSVP, senha que foi por muito tempo respeitada pelos mendigos.

Ajudados por uma subvenção de 5.000\$ do governo federal, os vicentinos oliveirenses inauguraram a 28-9-1941 a Maternidade e o Asilo para os necessitados.

Como homenagem humilde, aqui ficam registrados alguns nomes dos maiores vicentinos de Oliveira:

Afonso Negreiros Lobato, capitão Antônio da Costa Pereira, dr. Coelho de Moura, José Olímpio de Castro, capitão Alfredo de Castro, dr. Cleto Toscano, dr. Cícero Ribeiro de Castro, Joaquim Laranjo, Nereu do Nascimento – e os vigários padre José Teodoro Brasileiro, padre Joaquim Lopes Cansado e padre José Ferreira de Carvalho. (Dados de 1943).

SEMANA SANTA

É tão velha como o lugar a comemoração aqui da Semana Santa. O modo, porém, como é comemorada até hoje vem das pompas, músicas e particularidades introduzidas pelo culto sacerdote sanjoanense padre José Teodoro Brasileiro, desde 1860. De tal modo que são mais ou menos idênticas as semanas-santas de São João del-Rei e Oliveira. Basta dizer que numa e noutra predominam, acima do canto gregoriano, as lindas músicas sacras dos compositores sanjoanenses Pe. José Maria Xavier, maestro João da Mata e maestro Martiniano Ribeiro Bastos.

A Semana Santa oliveirense obedece a uma liturgia quase regional. Nisto, aliás, é que está o seu sabor peculiar e o seu encanto próprio. Oliveira sempre procurou mantê-la tal qual ela veio das antigas gerações locais. Para se constatar isso, basta abrir as *Gazetas de Oliveira* de 1887 em diante, para ver como decorriam então as suas pausadas solenidades. Em nada diferem das de hoje.

Leiamos, por exemplo, a descrição da de 1892, realizada nos dias verde-claros de abril. O setenário das Dores como prólogo. Os ramos e sua procissão verde. A procissão do triunfo. O depósito de Passos à noite. A procissão de Dores. A missa de Pressantificados na sexta-feira da Paixão. A procissão do enterro, com uma afluência de 4.000 pessoas.

Quase em todas encontramos o mestre Balduino ou esse formidável Roque Silveira com seus violinos mágicos soluçando atrás do Senhor Morto.

Particularidades:

— Vamos ao beijo? dizem as pequenas convidando a gente para beijar os “passinhos” depois da procissão do Encontro. “Passinhos” são capelinhas construídas em certos pontos das ruas por onde costuma passar a procissão do Encontro. Representam as estações da via-sacra. Tantos “passinhos”, tantas paradas da procissão.

Outra particularidade é o costume geral de todos se apresentarem com roupa nova no domingo de ramos. Quem

quiser pode dar então uma “batida” nos alfaiates e costureiros locais: estão cheios...

Outras particularidades: a figura da Madalena, representada sempre pela moça mais bonita da cidade, escolhida a dedo entre as melhores famílias do lugar. Sua toalete, sempre muito rica: vestido de cauda, diadema, luvas, jóias etc. Tem havido aqui enxovais de Madalena orçados em contos de réis... Ao seu lado, marcha nas procissões o evangelista São João escrevendo o seu Apocalipse. É sempre um adolescente vestido a caráter. Abraão com seu cutelo ameaçante, Isaac com seu feixinho de lenha, os apóstolos vestidos de túnica (quase sempre autoridades locais) – todas são personagens que figuram ativamente nesses atos. Mas há duas figuras que sempre impressionaram muito a garotada: são a figura da Morte e a figura do Centurião romano. A primeira, um espectro de caveira e foice, fazendo gestos ameaçadores sobre a multidão. E o segundo, um militar romano que, hasta em punho, esporas, capacete emplumado e armadura rebrilhante, fica rondando o Senhor Morto exposto no esquife, momentos antes de sair a procissão. Andando de um lado para outro, pausada e arrogantemente, sua presença concentra a atenção geral. Dizem que quem serve de centurião num ano, não sobrevive ao ano seguinte.

“Todo mundo quer vê-lo e a pequenada se comprime, curiosa, por entre o povo, esgueirando-se por baixo das pernas dos homens que enchem a capela mor. E, assim, um a um, vão se postando a uma distância razoável, comentando baixinho:

– Quem será?...

– É o Buta.

– Não, bobo; o Buta já morreu. É o Antônio Cavalo.

– É mesmo!

– Chi! Eu é que não queria vestir de Centurião. Se ele morrer agora... brucutu no inferno! Deus me livre”.¹²³

¹²³ José Demétrio, op. cit.

O REINADO

Ouçamos uma testemunha do Reinado oliveirense, em 1887. Trata-se dum artigo escrito pelo mestre Venâncio e publicado pela imprensa local sob o título “A festa do Rosário, em Oliveira”:

“Tantos anos já se têm passado, durante os quais se celebra a festa de Nossa Senhora do Rosário, no Brasil, que, precisar a época em que começou esta devoção, seria difficilimo.

O certo é que ela sempre foi outrora solenizada por quase toda a parte do Império, e hoje ainda o é por muitos lugares, onde há irmandades, especialmente por uma composta de africanos e seus descendentes, como uma existente na cidade da Oliveira, que predomina como que por encanto e por um direito hereditário os festejos daqueles dias.

Muitos dias de véspera, ou, melhor, dous ou três dias antes, a festa é anunciada pelo som de caixas e tambores, cujos ecos repercutem aos ouvidos dos que moram nas vizinhanças dos lugares onde fazem seus ensaios.

Na noite do dia antecedente ao do primeiro dia de festa, precedidos levantamento de mastro e novena, costuma sair uma figura esquesita de boi, que comporta uma pessoa¹²⁴ dentro, e percorre as ruas da cidade, acompanhada por uma multidão de gente, na maior parte meninos, os quais fazem a sua corte. Ainda, ao amanhecer do dia seguinte, um daqueles que é para este fim designado, tomando aos ombros possantes uma enorme caixa e empunhando com mãos vigorosas grossas batutas, percorre de novo todas as ruas da povoação rufando-a a todo rufar...

Amanhecido o dia ansiosamente esperado, vem chegando, das fazendas circunvizinhas para a cidade, uns antes e outros depois, moçambiques e crioulos, em grandes grupos que se chamam “ternos”, quais habitantes da Tebaida, condu-

¹²⁴ Bumba-meu-boi (conhecido festejo folclórico).

zindo eles mesmos suas malas de roupa e seus instrumentos prediletos.

Ao meio dia em ponto, geralmente depois da missa, que é sempre cantada, despidos dos toscos trajes da lavoura e vestidos então de asseiadadas camisas, saiotes e calções, calçados de meias de cores e sapatos encarnados, e pondo sobre suas frentes capacetes emplumados, assim como outros que têm postos graduais de capitães, alferes, etc., vestidos de ricos e importantes fardamentos militares, reunidos com os do lugar, seguindo adiante um estandarte em que se vê estampada a efigie da Virgem, divididos em muitos “ternos”, e guiados pelos seus chefes, como tribos guerreiras distribuídas em muitas hordas comandadas pelos seus morubixabas, desfilam-se pelas ruas e praças da cidade, cantando, dançando e tangendo vários instrumentos, tais como adufos, caixas, canjares e ainda outros cujos nomes ignoro, a buscar reis perpétuos e rainhas (que são em grande número, derivando-se com certeza daí o nome de reinado que se dá à festa) príncipes e princesas, juízes e juízas, cada um por sua vez, e juntos um por um em casa da festeira, a qual também tem o título de rainha, chegando o festeiro, que tem o de rei, ambos brancos, escolhidos por escrutínio secreto e pelos mesmos eleitos por maioria absoluta de votos de entre as pessoas mais gradas e opulentas do lugar, a fim de poderem ocorrer às despesas da festa, que não são pequenas (pois que, além de serem obrigados a dar cada um uma esmola de cem mil réis para cima, na ocasião da abdicação das coroas, cumpre-lhes ainda dar lautos banquetes, acompanhados de extensas mesas sortidas de finos e delicados doces), tendo em compensação o ser uma das mais lindas, conjuntamente dirigem-se todos para a igreja do Rosário, sendo lá recebidos a repiques de sinos, música e muitos fogos, pelo pároco e uma comissão composta do Tesoureiro, Secretário, etc. Ali tomando todos assento, sendo os reis em ricos tronos, vai cada um, por uma chamada feita pelo Tesoureiro, depor aos pés da Virgem o seu óbulo, relativamente ao emprego que exerce. Terminada esta cerimô-

nia, formando um imenso grupo, cobertos todos de chapéus de sol, da mesma maneira com que foram, voltam para a casa da festeira, donde saíram, e daí começam a ser dispersados para suas casas. Estas e outras cousas, que descrever seria muito difícil, se passam no primeiro dia.

No segundo dia, as danças principiam mais cedo e, depois de reunirem novos empregados, como fazem no dia antecedente, vão à igreja tomar posse dos empregos para os quais têm de servir no ano seguinte, voltando do mesmo modo para a casa da nova festeira, donde são dispersos.

A tarde, ainda outra vez reunidos na igreja, brancos e pretos, como que para mostrarem que somos todos irmãos, desfila-se uma tão linda, e tão concorrida procissão, pela qual são carregados tantos andores, acompanhados de inúmeros anjos e virgens caprichosa e esmeradamente vestidos, seguindo com vagarosos e compassados passos tão comprido quão bem alinhado préstito, que o observador, ao contemplar tamanho número de gente, fica atônito e maravilhado.

De volta da procissão, é entoado com voz sonora o Te Deum laudamos, ficando, por assim dizer, acabada a festa.

Antes de terminar, convém notar que são incontestáveis os benefícios que, em grande parte, têm usufruído as igrejas da Nossa Senhora do Rosário e os bons serviços prestados por esta incansável irmandade de escravos, e que, se bem que esta festa seja de muito barulho, feita por uma irmandade que se compõe de uma alta jerarquia, todavia possui ela leis tradicionais tão bem fundadas que, durante as festividades e folguedos daqueles dias, reina sempre entre ela a melhor ordem, obedecendo-se uns aos outros gradativa e cegamente!

Mas parece que estes usos já se vão acabando, restando, talvez, só em alguns lugares do Sul de Minas. E o viajante que casualmente passar por esta cidade, por ocasião destes festejos, admirado por ver essas danças, poderá com razão fazer a si próprio a ingênua pergunta seguinte: – Não seria por ventura melhor omitir destas solenidades as danças dessa gente assim vestida, reservando tão somente

o culto religioso, devido à Virgem Maria, a quem também muito venero?” a) V. J. Benfica. (Gazeta de Oliveira, 9-10-1887).

Aí está um Reinado anterior à Abolição. Alegre e ordeiro. Teriam sido também ordeiros os reinados posteriores à lei áurea de 13 de maio de 1888?

Sim; basta abrir uma das Gazetas de setembro de 1889 e ver como decorreu o primeiro Reinado após a libertação dos escravos. Foi o mais concorrido e um dos mais ordeiros. Mais de mil adventícios na cidade. Muita gente, muita alegria, muita animação, apesar da chuva torrencial justamente à hora da festa. A Rainha foi D. Maria Pia da Silva Castro, esposa do ilustre oliveirense Dr. Franklin de Castro. O rei foi o major José Antônio Teixeira Júnior. O rei eleito para o ano seguinte foi o cel. Francisco Fernandes. Gente graúda só; e, no meio, o grande amigo dos pretos e alma dos festejos locais: padre José Teodoro Brasileiro. Não faltou o clássico desasteamento da bandeira da Senhora do Rosário e a grande procissão do segundo dia, com o andor da Padroeira em destaque, precedido de Santa Efigênia e São Benedito, os dois representantes raciais da corte celeste.

Mescla de catolicismo brasileiro e fetichismo afro-negro, o Reinado era uma válvula de escape para o dominador “complexo de libertação erótico-mística”, da raça escravizada e arrancada do seu *habitat* natural – a África. Ritmos bárbaros, músicas esquisitas, cantos creoulos feitos de palavreado africano e latim litúrgico estropiado, danças características ora cadenciadas no congo, ora aceleradas no moçambique ou no catupé, rufos e retumbos de caixas e atabaques, a hierarquia indo do rei à rainha, dos capitães aos dançarinos menos graduados – era tudo um conjunto variado e uniforme a um tempo. Acrescente-se a isto o borborinho da multidão no largo do Rosário, arrodado de lojas e botequins fervilhantes, tableiros de doces, pipotes de refrescos etc.

Era uma festa barulhenta e atordoante, não há dúvida. Mas sempre regida por um código não escrito, trans-

mitido todavia de geração em geração, através da velha Irmandade do Rosário. De tal modo que o Reinado desses negros semiboçais era muito, muitíssimo mais moralizado do que o atual Carnaval dos brancos...

A Festa do Congo. — Há alguns anos, por iniciativa do sr. Geraldo Bispo, vem sendo comemorada novamente em Oliveira a Festa do Congo, durante a qual são prestadas homenagens, no plano temporal, à Princesa Isabel, como reconhecimento pela grande obra da libertação dos escravos; e no plano espiritual, à Senhora do Rosário, cujo culto é piedosamente mantido pelos participantes daquela festa. As comemorações se renovam todos os anos, no mês de setembro. Além do sr. Geraldo Bispo, figuram como organizadores da Festa do Congo os srs. João Francisco Dias, José Simão e Alfredo Santos.

OLIVEIRA E A SOTAINA — OS VIGÁRIOS DA FREGUESIA

Parodiando um escritor contemporâneo¹²⁵, podemos dizer que a História de Oliveira está como a história do Brasil: *cheia de batinas*.

Nenhuma outra cidade brasileira deve tanto ao sacerdote católico. Sua civilização nasceu e se desenvolveu à sombra da sotaina sacerdotal.

Prova disto é já figurar, na primeira câmara municipal efetiva, eleita em 1841 e presidida por Antônio José de Castro, dentre 120 vereadores e suplentes, uma brilhante plêiade de onze sacerdotes incluídos naquela vereação, 4 dos quais eram residentes no lugar. Os demais eram os párocos das freguesias e capelas distritais.

O primeiro presidente da câmara de Oliveira foi um padre, como também foi um padre o primeiro secretário da mesma câmara; padre Modesto Luís Caldeira, ex-aluno do

¹²⁵ Viriato Correia

colégio de Congonhas do Campo, onde se matriculou em 1832.

Entre os primeiros quadros da Guarda Nacional oliveirense, organizada em 1831 pelo padre Barreto, figuram, quer no conselho de qualificação, quer entre as praças alistadas, nomes de sacerdotes diversos, entre os quais o do padre José Francisco Lopes e o do jovem padre Joaquim Luís Campos.

Oliveira é, assim, um produto da sotaina.

Evoquemos, por conseguinte, nestes capítulos, não só a série dos bons vigários da freguesia de Nossa Senhora de Oliveira, como todos os sacerdotes que, oliveirenses natos ou não, encheram o seu passado ou estejam iluminando o seu presente.

VIGÁRIOS DE OLIVEIRA. — A atividade paroquial em Oliveira pode ser dividida em três períodos:

1º — Período da capela filial¹²⁶.

2º — Período do curato.

3º — Período da freguesia e diocese.

O primeiro começa quase simultaneamente com o nascimento do lugar. Em 1790, já encontramos regendo a capela de Nossa Senhora de Oliveira o padre Bonifácio da Silva Toledo, irmão do célebre inconfidente padre Carlos Toledo, vigário de São José del-Rei.

Com seu parente Nicolau Francisco Toledo, projetou o padre Silva Toledo a construção da capela de Nossa Senhora de Oliveira no alto da colina, em substituição à capelinha da Senhora Mãe dos Homens, improvisada, anos antes, à margem da picada, lá em baixo, por alguns componentes da velha Irmandade da Senhora Mãe dos Homens fundada no Caraça em 1774.

Essa nova igreja de Nossa Senhora de Oliveira era tida como capela, não só porque a construíram pequena,

¹²⁶ Sobre este período, vid. págs. 623 e 624 da *Revista do Arq. Públ. Mineiro*, ano VIII, vol. I e II.

sem torres nem consistórios, como também porque, sob a denominação de capela, figurava toda igreja que não fosse ainda cabeça de freguesia ou ao menos de curato.

Em 1795, a capelania de Oliveira se acha entregue a outro sacerdote – o padre Gregório Coelho, cujo rebanho aqui já orçava em 1713 ovelhas.

No segundo período, aparece regendo o curato, de 1798 em diante, o sacerdote português padre Francisco de Paula Barreto, cavaleiro da Ordem de Cristo e tríplice fundador: da freguesia, da vila e do município. Deve ter aportado a Oliveira ali por 1798 mais ou menos. Nos velhos batistérios da matriz, seu nome já aparece em batizados feitos em 1802. De vez em quando, vigários das capelas vizinhas aparecem aqui substituindo-o interinamente, em licença paroquial. O padre José Fabião Cordeiro, por exemplo, que era vigário de Passa Tempo.

Aqui chegando, o padre Barreto deu logo prosseguimento à obra iniciada pelo capelão padre Toledo: a construção da capela de Nossa Senhora de Oliveira, hoje matriz velha, executando o que pôde executar, de acordo com a planta inicial. Não podendo concluir, deixou-a sem torres para o seu sucessor: o cônego Pedro Meireles de Barros. Era natural que, nas linhas do velho templo, deixassem os seus iniciadores, que eram castelhanos de origem, alguma reminiscência do estilo mosarábico dos templos do sul da Espanha. E de fato, essas linhas podem ser notadas no arredondado das torres que guardam não sei que lembrança de minaretes muçulmanos.

Depois que o padre Barreto conseguiu a elevação do seu curato a freguesia em 1832, ainda continuou à frente do seu rebanho até 1838, até que a freguesia fosse aprovada pela autoridade diocesana e fosse colado o seu pároco. Logo que isto se deu, padre Barreto dedicou-se, de então em diante, à sua herdade e a uma fecunda atuação política em prol da elevação de Oliveira a vila e a município – o que conseguiu plenamente, em união de vistas e esforços com a geração do seu tempo. De 1838 a 1839, regeu interinamen-

te a paróquia o padre Joaquim Camilo de Brito que, matriculado aos 17 anos no colégio de Congonhas do Campo em 1829, foi dos primeiros sacerdotes aí formados.

A 24 de junho de 1839, tomou posse solene, como primeiro vigário colado da freguesia, o ilustrado cômego Pedro Meireles de Barros¹²⁷. Seu vicariato, no agitado junho de 1842, é interrompido pela sua participação na célebre Revolução daquele ano. Como um dos chefes revolucionários locais, ajudou a encabeçar a sublevação dos rebeldes da cidade. Derrotadas as forças oliveirenses no combate do Caju, de que há melhor notícia em outro local, e diante da represália legal com que o governo ameaçava os chefes revolucionários, cômego Meireles fugiu. E foragido permaneceu até agosto de 1845.

Durante esse período (1842-45), a paróquia ficou entregue a outro sacerdote, como o afirma, numa das sessões da câmara em 1845, o próprio padre Francisco de Paula Barreto, então vereador. Parece que esse “outro sacerdote” foi o padre João Pedro Pinto, em licença paroquial no lugar.

Termina em 1851 o paroquiato do cômego Meireles que, além de vereador, foi quem concluiu a construção da velha matriz e fundou a Irmandade do Santíssimo. De julho a outubro de 1851, a paróquia esteve interinamente entregue ao padre Manuel Jacinto Castor, por se achar então na Assembléia Provincial o vigário Pedro Meireles.

Além desse substituto, figura também, nos batistérios da igreja, em abril de 1851, o nome do padre Antônio Pereira de Pádua como vigário interino, até que o padre José Teodoro Brasileiro iniciou o seu paroquiato em 1860, o qual só terminou com o seu sentidíssimo falecimento em 1909.

¹²⁷ — Nota do ár. Edelweis Teixeira: *Freguesia instituída canonicamente a 12 de julho de 1833, teve como 1.º vigário encomendado o Pe. Joaquim Luís de Campos. Em outubro de 1838, apresentou-se como vigário colado o Pe. Pedro Meireles de Barros, a quem sucedeu em 1860 o Pe. José Teodoro Brasileiro.*

Com seus dois irmãos o padre Américo Brasileiro (Candeias) e o monsenhor Liças, de Lavras, (Monsenhor Aureliano Brasileiro), formava o padre José Teodoro uma tríade sacerdotal por excelência.

PADRE JOSE' TEODORO BRASILEIRO

Foi um dos mais ilustres sacerdotes que têm passado pela paróquia de Oliveira. Pode ser enfileirado entre as so-tainas mais patrióticas do clero mineiro. Seu nome jamais se apagará dos fastos oliveirenses. Era músico, orador sacro e chefe. Incrementou a arte e a música em Oliveira, para aí trazendo os maestros João da Mata e Marcos dos Passos. Era um homem culto, austero, caráter ilibado, amigo dos pobres e dos humildes, embora guindado, por vezes, a altos postos na política da sua época, convivendo com altas personalidades de então. Foi deputado provincial, juntamente com o dr. Coelho de Moura, embora em bancadas opostas.

O número 1.104 da *Gazeta de Minas*, retificados alguns dos seus enganos, traça-lhe a biografia e a morte. Nascera em São João del-Rei a 15 de outubro de 1826. Aportou a Oliveira com 33 anos, a 5 de março de 1860. Morreu aqui com 82 anos de idade, a 24 de fevereiro de 1909, na sua residência hoje transformada em posto de telefone interurbano. Nos últimos meses do seu paroquiato, achando-se já cego e sem forças, teve por coadjutor o padre José Alves de Oliveira, seu antigo discípulo que lhe cerrou os olhos, assistido pelo santo monsenhor Liças. Foram quase 50 anos de apostolado em Oliveira, constituindo o período áureo da cultura local. Durante esse período, tudo em Oliveira tomou novo impulso. A arquitetura teve um José Fernandes do Couto (Zé Carapina). A música, um João da Mata e um Marcos dos Passos. A imprensa, um Antônio Fernal, um Laurindo Nogueira, um Lafaiete Chagas e outros. A instrução teve o dr. Leite e Oiticica, teve as Mouras, teve o prof. Pitanga, a professora D. Orozimba de Paula Brasileiro, o prof. Francisco de Paula Brasileiro etc.

Quase tudo o que Oliveira tem de são e tradicional vem do tempo do padre José Teodoro. “O túmulo que guarda os seus despojos venerandos – diz a Gazeta – é um livro aberto à mocidade desta terra e a quantos saibam honrar cinzas respeitáveis e aproveitar os sábios ensinamentos que os bons exemplos em abundância encerram”. Foi tão impressionante o seu sepultamento que mulheres sofreram desmaios quando soaram sobre o seu caixão as primeiras pás de terra. Hoje, o velho vigário descansa sob uma gasta lousa de mármore, na nave central da matriz anciã, onde tantas vezes oficiou.

Em 1909, ficou regendo interinamente a paróquia o padre José Alves de Oliveira e logo depois o padre Silvestre de Castro. Logo a 6 de junho desse ano, empossou-se o ilustre filho de Pitangui padre Joaquim Xavier Lopes Cansado que colocou sob proteção especial da Virgem o seu paroquiato. Este durou até 1925, deixando após si um sulco luminoso de notáveis realizações espirituais. Foi, por assim dizer, o reformador espiritual da paróquia, aqui fundando diversas associações. Espírito culto, sereno e bem formado.

PADRE CARVALHO

Padre José Ferreira de Carvalho aportou a Oliveira em 1921.

Último de três irmãos, todos nascidos em São João del-Rei, aí veio à luz a 14 de setembro de 1889. Na mesma cidade, estudou as primeiras letras sob o magistério do padre João Batista do Sacramento, aprendendo também dois ofícios: bombeiro e encadernador.

Iniciados os estudos ginasiais no Ginásio São Francisco, aí regido pelo prof. Pinheiro Campos, completou-os no seminário de Mariana, onde estudou por muitos anos, transferindo-se depois para o de Goiás. Recebeu o presbiterato em 1913, na penúltima turma de sacerdotes ordenados por D. Silvério. Tendo regido por algum tempo o Asilo de São Francisco de Assis em sua terra natal, onde é comissário da ordem do mesmo santo, foi depois para Mateus

Leme. Aí, durante onze meses, ficou como coadjutor do vigário padre Hermenegildo Vilaça. Depois, encarregado da paróquia de Divinópolis durante apenas três meses, foi chamado para acompanhar D. Silvério em visitas pastorais durante oito meses.

Vindo para Oliveira em 1921, confiou-lhe a paróquia o então vigário padre Joaquim Cansado, que entrava em licença. Pró-pároco em 1924, nomeado vigário em 25, padre Carvalho logo se sintonizou com a pulsação vital desta terra. Entre as primeiras realizações aqui introduzidas pelo seu fecundo dinamismo, figura o Ginásio São Geraldo, que fundou em sociedade com o dr. Cícero R. de Castro Filho. Ajudou a reorganizar o Colégio Nossa Senhora de Oliveira e foi um dos fundadores do Ginásio Mineiro, em cuja criação foi o escudeiro-mor do seu velho mestre, prof. Pinheiro Campos. Além de inúmeros reparos que deu à matriz velha, como pára-raios e refundição do sino grande (1931), iniciou em 1929 a construção da nova matriz, demolindo no local a antiga igreja do Rosário. Entre as associações por ele fundadas, figuram a Congregação Mariana, uma das primeiras do interior; a União de Moços Católicos, que teve imprensa própria e biblioteca; a Pia União da Escola Normal; a Associação da Doutrina Cristã; a Obra das Vocações Sacerdotais; o desdobramento de três conferências vicentinas e os diversos setores da Ação Católica.

Houve no seu paróquiato duas interrupções. A primeira foi a sua permuta com o então vigário de Itaúna, o orador sacro padre José Augusto Ribeiro Bastos, que regeu esta paróquia de julho de 1937 a janeiro de 1938, ocasião em que padre Carvalho, terminada a permuta, voltou a assumir o seu vicariato aqui. A segunda foi quando, por ordem do seu prelado, partiu em missão de propaganda em prol de “O Diário”, em dezembro de 1939. Desta data até maio de 1940, regeu a paróquia o vigário provisionado monsenhor Romeu Borges que se retirou por motivo de saúde, sendo de novo chamado ao seu velho posto o padre Carvalho, a quem então ia caber uma grande tarefa: organizar as primeiras

bases da Diocese Oliveirense, empreendimento que logo executou, graças também à operosa cooperação do então prefeito e de diversos líderes do laicato católico local.

Músico. Jornalista. Eloquente orador. Apóstolo da boa-imprensa, percorrendo o Estado em prol do antigo “O Horizonte” e de “O Diário”. Soldado na revolução de João Cândido em 1908. Revolucionário em 1930. Espírito multiforme e inquieto, fecundo e sempre jovial. Muito trabalhou pela instalação da diocese. Faleceu em Belo Horizonte, a 8 de julho de 1950, quando exercia a função de vigário de Passa Tempo. Seu corpo foi trasladado para Oliveira. Os funerais constituíram verdadeira apoteose ao seu antigo e querido vigário. À beira do túmulo, interpretando os sentimentos da cidade, falaram o pe. José de Oliveira Barreto e o prof. Paulo Paulino de Carvalho. Padre José Ferreira de Carvalho repousa no solo oliveirense que ele tanto amou.

OUTROS SACERDOTES INTEGRADOS NA HISTÓRIA DE OLIVEIRA

Padre Modesto Luís Caldeira, primeiro secretário das duas primeiras edilidades municipais (1839-42). Padre José Francisco Lopes, do primeiro conselho de qualificação no primeiro alistamento da Guarda Nacional de Oliveira (1832), jovem sacerdote de 25 anos, que aparece voluntariamente alistado entre as primeiras praças da Guarda Nacional. Padre dr. João Honório de Magalhães Gomes, 2º juiz municipal nomeado, mas de passagem efêmera pela vida local. Padre Francisco Ferreira Rodrigues, Monsenhor Lélis, padre Fortunato de Sousa Pereira (morto e sepultado em Perdões), o ex-padre Antônio Cabral Beirão, padre José Cocozza (morto e enterrado em Oliveira, em 1938) – todos esses sacerdotes residiram nesta cidade, aqui consumindo grande parte da sua vida e da sua mocidade. Residem atualmente aqui, além do atual vigário, o capelão da Santa Casa e o capelão da Escola Normal, de quem há notícia mais minuciosa em outro local.

PADRE BARRETO

Embora seja hoje cônego José de Oliveira Barreto, preferimos continuar chamando-o de padre Barreto. É uma das mais operosas figuras do clero oliveirense, com um grande cabedal de bons serviços à coletividade, quer nos assuntos espirituais, quer na administração, como auxiliar do sr. Bispo Diocesano, quer ainda no magistério. Nasceu o padre José de Oliveira Barreto em São João del Rei, em 1º de novembro de 1888, filho de Francisco José de Oliveira Barreto e d. Rita Cândida das Mercês Barreto. Foi ordenado em Mariana, em 1928. Desde 1942 vem cooperando na cidade de Oliveira. É professor de latim no Colégio Estadual “Prof. Pinheiro Campos”. Exerceu as funções de Capelão da Santa Casa de Misericórdia durante 19 anos.

PADRES OLIVEIRENSES

Padre José Gonçalves A. Chaves, morto em 1899.

Padre Antônio Pereira de Pádua.

Padre José Alves de Oliveira, morto e sepultado em Oliveira, em 1919, filho do mestre Joaquim Alves e irmão do grande oliveirense João Alves de Oliveira.

Padre José de Queiroz, filho do sr. Antônio de Queiroz.

Padre Francisco Maria da Costa, filho de José Gonçalves da Costa.

Padre Vicente Assunção, nascido em Carmo da Mata, quando esta localidade era distrito de Oliveira.

Um prelado e uma missionária. – É filho do município o talentoso bispo de Uberaba, D. Alexandre Gonçalves do Amaral, formado no seminário de Belo Horizonte, do qual foi reitor. D. Alexandre nasceu em Carmo da Mata, em 1906, então distrito de Oliveira. É natural de Oliveira e filha do capitão Henrique Ribeiro de Castro essa brava jovem de nome Jeanete, hoje religiosa missionária na ilha de Madagáscar.

Outros padres oliveirenses, ordenados mais recentemente: pe. Nereu Castro Teixeira, que fez um curso especializado na França; pe. Geraldo Servo, Salesiano, e pe. Paulo Moreira da Cruz.

PADRE ANANIAS, UM ESPÍRITO CURIOSO

Vamos biografar aqui um santo e um sábio, e expor a sua teoria psicodinâmica aplicada ao bem-estar humano. Sua vida poderia servir de ilustração a uma leitura útil que se intitulasse “Constrói tu mesmo a tua saúde e a tua felicidade!”

Infenso às trombetas da glória e da fama, vive em Oliveira um velhinho tranquilo e afável: chama-se padre Ananias de Paula Vieira. Nascido a 10-10-1869 no município de Luz (antigo Aterrado), educou-se a princípio em Porto-Real, estudando em família as primeiras letras. Seu curso de humanidades foi feito no afamado Colégio do Caraça, sob a direção do célebre padre Luís Boa-Vida, poliglota, músico, artista e mecânico, a quem se deve a construção do gigantesco e harmonioso órgão do santuário da Senhora Mãe dos Homens. Estudou teologia em Mariana, onde se ordenou sacerdote em 1897, na primeira turma de padres ordenados por D. Silvério que acabava de subir como bispo ao sólio da sé marianense.

Anêmico e raquítico, foi com sérias apreensões que iniciou o seu ministério como coadjutor da paróquia de Pium-í, onde, por precariedade de saúde, teve de renunciar à coadjutoria, dedicando-se ao magistério num externato por ele fundado na mesma cidade.

Aí viveu 15 anos, dividindo o seu tempo e sua saúde exígua entre o magistério e o ministério sacerdotal, auxiliando o vigário. Nas horas vagas, praticava o jornalismo.

Em 1912, a convite do então vigário de Oliveira – padre Joaquim Lopes Cansado – transferiu-se para esta cidade, onde continua até hoje. Aqui, atuou por muito tempo nas colunas da imprensa local, numa colaboração que

hoje se acha esparsa e em que se destacam produções poéticas de fina sensibilidade e beleza.

Além dos inúmeros serviços que tem prestado à paróquia de Oliveira, coadjuvando o vigário, padre Ananias é hoje capelão da Escola Normal, o conceituado Colégio de Nossa Senhora de Oliveira.

Poliglota, educador, jornalista, poeta, padre Ananias foi sempre um estudioso. Estudou o italiano, para ler e saborear Dante Alighieri no original, retendo de memória muitos dos lapidares versos da Divina Comédia.

Mas de todos os seus estudos, o que mais o tem fascinado é o estudo da medicina e da psicologia aplicada. Há mais de vinte anos que vem vasculhando as obras dos mais afamados cientistas destes dois ramos do saber. Encontrando melhor campo de observação e experiência nas enfermarias da Santa Casa de Oliveira, dedicou-se tão profundamente ao estudo e às experiências diretas dessas duas ciências, que chegou a criar um sistema próprio de terapêutica e psicodinamismo experimental, por meio da transmissão de ondas psico-elétricas.

A sua terapêutica se divide em terapêutica dietética e terapêutica sugestiva. Na primeira, é aplicado o seu sistema higiênico-alimentar intitulado “Tríade biológica” que aqui transcrevemos *ipsis verbis*:

Tríade biológica

Ar. – Respirar profundamente (pelo nariz), umas três vezes de manhã, ao meio dia e à noite. O oxigênio é requerido já e já, em abundância – reações intra-celulares, combustão de toxinas, etc.

Água. – Uns cinco ou seis copos por dia, começando por um bem cedo, ao menos uma hora antes da primeira refeição. Leva nutrição aos tecidos e elimina detritos, micróbios, etc.

Alimento. – Simples. Frutas, verduras, milho (fubá de moinho), leite, etc. Refeições à hora certa. Mastigar muito, insalivar – mesmo os alimentos líquidos. Não co-

mer nos intervalos. Para lanche–frutas: banana, laranja, abacaxi, uva...

Moderação na quantidade alimentar. Do que comemos, diz Mac-Ellen, um quarto serve para a nossa vida e três quartos servem para a nossa morte. Moderação na carne, no sal, doce, café, nos excitantes, em síntese – que estafam o sistema nervoso, grande meio energético.

Observações: – Não introduzir venenos no organismo como sejam: bebidas alcoólicas, fumo, medicamentos (a menos que sejam ministrados por médicos em casos graves, com suma prudência); em lugar de sedativo, de hipnóticos e outros entorpecentes – auto-sugestão: “Isto passa... Isto passa... Durmo, durmo...” – Fazer tudo por sugestão (dr. Pouchet): “Ganho, venço, saro...”

Padre Ananias”.

Na sua terapêutica sugestiva, é aplicado o psicodinamismo em que agem os cérebros, um como transmissor e outro como receptor. No psicodinamismo que o padre Ananias pratica fora da terapêutica, há uma parte puramente experimental que se desdobra em três fases:

A *fase propulsora*, em que as ondas psicodinâmicas agem centrifugamente em ação propulsora. Exemplo: expulsar de uma sala, pelo pensamento, os insetos que nela voejam.

A *fase anestésica*, em que as ondas agem como hipnotizadoras, fazendo, por exemplo, à distância, emudecer um canário que se ache cantando na gaiola.

A *fase magnética*, em que as ondas agem como verdadeiros magnetes, tanto nas pessoas como nos animais, fazendo, por exemplo, acompanhar-se de uma galinha chamando-a apenas mentalmente, depois de focalizá-la pelo pensamento no meio dos demais galináceos.

Todas essas experiências já foram por ele realizadas na presença de testemunhas diversas. E podem se estender aos homens as experiências realizadas nos animais. Porque o indivíduo pode determinar a intensidade das suas vibrações psico-elétricas e a direção de seu telepsiquema. Muita

vez, cumpre apenas repetir a transmissão, porque é possível a estática, a interferência nas antenas do receptor etc.

Quando se transmite um telepsiquema, diz ele, não se atinge a liberdade individual. Mais fácil se torna a obediência, porque é recebida inconscientemente a ordem ou pedido. Ora, imagine-se o bem, naturalmente oriundo da aplicação dessa eletricidade biológica, quer sobre o próprio indivíduo pensante, quer sobre os seus semelhantes. Cabe aos terapeutas estudar isso melhor, realizando as experiências aqui feitas pelo padre Ananias.

Oliveira toda é prova de quanto alívio e bem-estar tem esse santo homem levado à cabeceira dos enfermos, atendendo a chamados de toda parte, desde o tugúrio do pobre até o suntuoso solar do rico. Que o digam os enfermos da Santa Casa de Oliveira.

Padre Ananias é um santo e um benemérito.

Sua própria vida é uma prova cabal do que tem alcançado o seu sistema de auto-sugestão terapêutica. De pálido e anêmico que era desde seus tempos de estudante, goza hoje de saúde sólida, beneditinamente adquirida, apesar de seus quase oitenta janeiros; e, na paz bucólica desta cidade provinciana, vem vivendo a sua velhice sábia, corada e tranquila.¹²⁸

Recolhido modestamente aos seus livros e à sua capelania, padre Ananias não se insulou, entretanto, num absurdo segregamento dos homens, nem se tornou excêntrico ou maníaco. Ao contrário, é um verdadeiro “gentleman” envolto naquele seu ar de afabilidade e brandura complacentes, que inspiram em todos a mais absoluta confiança.

Sábio e santo, a maior das suas virtudes é a modéstia, não captando aplausos de sociedades científicas e nem ao menos alardeando o seu título de membro da Sociedade de Psicologia Aplicada de Lorena, com sede em Nancy. A pedido de seus amigos, editou, em 1953, um pequeno livro.

¹²⁸ 1942, apontamentos colhidos em entrevistas pessoais pelo autor da "História de Oliveira".

A MORTE DO PADRE ANANIAS – Em 16 de julho de 1958, Oliveira inteira chorou a morte do virtuoso padre Ananias de Paula Vieira, que aqui vivera longos anos, exercendo com zelo inexcedível as funções sacerdotais, e ensinando a todos que o procuravam as lições de como viver bem a vida temporal, com vistas à vida eterna, prometida aos filhos de Deus.

Os funerais do grande sacerdote constituíram um espetáculo emocionante de fé e respeito. Toda a população da cidade, por assim dizer, esteve representada naqueles atos que marcaram a despedida de padre Ananias do nosso convívio.

UM ACONTECIMENTO EXTRAORDINÁRIO – No dia 9 de julho de 1960, quando faltavam poucos dias para as comemorações do segundo aniversário de seu falecimento, um fato extraordinário emocionou a cidade inteira, espalhando-se, logo, por todas as cidades vizinhas. Na cabeceira da modesta cama, onde sempre dormira padre Ananias, apareceu uma silhueta representando a figura de Nossa Senhora de Lourdes. A notícia do acontecimento levou a Oliveira milhares de pessoas, todas interessadas em constatar o fenômeno, atribuído às virtudes do padre Ananias.

A cama, entregue aos cuidados da professora d. Julieta Flor, ficou exposta à visitação pública resguardando-se o local da aparição com um vidro. A cada dia que passava, chegavam caravanas e romeiros de todos os lugares de Minas Gerais e de outros Estados. O estranho fenômeno, se não era um milagre, não deixava de impressionar a todos, principalmente aos que tiveram a ventura de conhecer pessoalmente o virtuoso sacerdote, o qual tinha uma veneração especial para com a Santíssima Virgem.

Quando a emoção dominava a todos, eis que, da face da silhueta, do seu lado direito, começou a escorrer um líquido, à semelhança de lágrima, que descia por toda a extensão do corpo, parando mais em baixo, com um brilho forte e intenso. O povo, diante da visão, passou a considerar o fenômeno como sinal de Nossa Senhora a todos os

homens, para que redobrassem suas orações, buscando o aperfeiçoamento espiritual, único bem desta vida.

Esse segundo fenômeno ocorreu em 29 de julho de 1960.

Passado algum tempo, porém, o líquido deixou de correr na superfície da madeira, ficando apenas o sinal de seu trajeto, na silhueta representativa de Nossa Senhora.

Um livro de impressões, organizado por d. Julieta Flor, recolhia palavras dos visitantes, todos admirados com o estranho acontecimento. Muitas pessoas se confessaram curadas, por intercessão da alma do padre Ananias.

DIOCESE DE OLIVEIRA

De picada à freguesia em 1832, passou Oliveira a constituir-se em metrópole diocesana. Como freguesia próspera, Oliveira pertenceu à Arquidiocese de Mariana até 1921, data em que foi criada a diocese de Belo Horizonte, regida pelo sergipano d. Antônio dos Santos Cabral, promovido a arcebispo em 1924.

– Oliveira é a gema de nossa diocese! costumava dizer d. Silvério. A mesma frase deve ter acudido ao cérebro de dom Cabral quando, a 1º de junho de 1940, aqui lançou a ideia de criar a diocese de Oliveira.

Naquela oportunidade, em substanciosa e fluente oração, dom Cabral saudou a população, ao ensejo de sua 5ª visita pastoral, traçando, de acordo com o dogma e a história eclesiástica, a figura e a missão do bispo católico, estendendo considerações sobre as vantagens de ordem moral, intelectual e econômica, que adviriam para Oliveira com sua elevação a bispado. Anunciou o propósito de formar o patrimônio de duzentos contos para criação da diocese, tendo-se organizado, na mesma data, uma comissão de elementos representativos da cidade para esse fim. A 29 de junho de 1942, efetivamente, por bula da nunciatura apostólica, foram desmembradas 16 paróquias da arquidiocese de Belo Horizonte para constituir o território da nova diocese, a qual foi instalada solenemente no dia 3 de agosto

seguinte, com a presença de dom Bento Aloísio Masela, núncio apostólico, dom Cabral, sacerdotes e autoridades. Dom Cabral, por ordem da nunciatura, de 29 de junho de 1942, foi nomeado administrador apostólico da diocese, o qual, não podendo exercer pessoalmente o encargo, elegeu seu delegado monsenhor Vicente Soares, em data de 15 de outubro de 1924. A 24 de agosto de 1945, as emissoras cariocas anunciaram a notícia da escolha do primeiro bispo de Oliveira, que se confirmou imediatamente com grande júbilo para a população local. A posse de dom José Medeiros Leite deu-se a 8 de dezembro de 1945.

Ao tempo da criação, a diocese de Oliveira compreendia as seguintes paróquias: Oliveira, Carmo da Mata, Japão (hoje Carmópolis de Minas), São Francisco de Oliveira, Bom Sucesso, Santiago, Passa Tempo, São João Batista (hoje Morro do Ferro), Santo Antônio do Amparo, Campo Belo, Santana do Jacaré, Cristais, Candeias, Canavieira, Perdões e Ribeirão Vermelho. A população era de 167.425 almas, hoje aumentada para 172.000 almas. Foi criada recentemente, em Santiago, a paróquia de Mercês da Água Limpa. A superfície da diocese é de 6.887 quilômetros quadrados, é sufragânea da de Belo Horizonte e tem sua sede na praça Manuelita Chagas, em Oliveira, residência episcopal. A padroeira é Nossa Senhora de Oliveira e o órgão oficioso da diocese é a antiga e tradicional *Gazeta de Minas*, em nova fase.

DOM JOSÉ MEDEIROS LEITE

Dom José Medeiros Leite, primeiro bispo de Oliveira, nasceu em Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, a 16 de novembro de 1898, filho de João Leite de Oliveira e dona Maria Medeiros Leite. Segundo estudos feitos por intelectuais da província, a genealogia dos Leite de Mossoró remonta aos primórdios da colonização, ao fidalgo e militar português João Leite de Oliveira, herói da guerra holandesa que veio para o Brasil na armada de dom Fernando de Mascarenhas, conde da Torre, a qual saiu de Lisboa a 7 de setembro de 1638.

José Medeiros Leite, batizado na matriz, hoje catedral de Mossoró, de Santa Luzia, foi o primogênito de uma família de três irmãos, monsenhor Leão Medeiros Leite e Maria Medeiros Leite, esta falecida em tenra idade. Foi batizado pelo padre João Urbano de Oliveira. Segundo obra do deputado federal José Augusto de Medeiros, dom José, por parte de mãe, descende de antiquíssima família portuguesa que se liga à tradicional família de Guimarães e que teve como alto representante o papa São Dâmaso.

José Medeiros Leite frequentou o curso primário no grupo escolar “30 de Setembro”, onde teve como professor o doutor Eliseu Viana, depois de lições particulares com dona Lulu (Maria das Mercês Rocha). Sempre com ótimas notas, primeiro aluno da turma, passou para o Colégio Diocesano Santa Luzia, ainda em Mossoró, onde iniciou o curso de humanidades. Aí fundou a Escola Noturna “Francisco Isódio”, para operários, com seu irmão, e a pequena revista literária “Farol”, com um grupo de colegas. Na ocasião, a convite do coronel Bento Praxedes, colaborou no “Jornal do Comércio”. Sentindo a sua vocação sacerdotal, o padre Pedro Paulino Duarte o escolheu para coroinha da matriz, de que se desincumbiu a contento.

A 18 de abril de 1917, matriculou-se no Seminário da Imaculada Conceição, de João Pessoa, no qual concluiu o curso secundário. Ali ocupou o cargo de ecônomo e de membro da Academia Literária São Luís Gonzaga.

Tendo dom Antônio dos Santos Cabral fundado o Seminário de São Pedro, em Natal, José Medeiros Leite foi o primeiro aluno nele matriculado, ali fazendo todo o curso de filosofia e o primeiro ano de teologia. Foi aí que dom Antônio instituiu o curso obrigatório de sociologia, pela primeira vez no país, atendendo ao apelo da Santa Sé, o que vem explicar o posterior interesse e gosto de dom José pelos problemas sociais, sobretudo do homem rural. Nessa ocasião ocupou o cargo de secretário do bispado e revisor da Revista Eclesiástica, da diocese de Natal, em vista de sua prática jornalística na vida estudantil.

Em 1922, dom Cabral transfere-se para Belo Horizonte e, dom José, tendo vindo antes, foi quem preparou a recepção ao primeiro bispo da Capital, a 30 de abril do mesmo ano. Ingressou, então, no Seminário do Coração Eucarístico de Jesus, onde se ordenou a 29 de maio de 1925, na matriz de São José, tendo cantado a primeira missa a 1º de junho seguinte, na mesma igreja. Recebera, em Natal, a primeira tonsura, a 21 de novembro de 1920; ordens menores, ostiariato e leitorato, a 1º de novembro de 1921; exorcistato e acolitato, a 25 de novembro de 1923, já em Belo Horizonte, na igreja do Sagrado Coração de Jesus; o subdiaconato, a 9 de março de 1924, na matriz de São José; o diaconato, a 5 de abril do mesmo ano, na catedral da Boa Viagem; e, finalmente, o presbiterato, a 29 de maio seguinte, na matriz de São José.

Foi, a seguir, aprovado canonicamente nos exames para jurisdição, a fim de exercer o paróquiato. Foi, primeiramente, capelão do Asilo Bom Pastor, em B. Horizonte, de onde saiu para vigário de Santa Efigênia dos Militares. Secretário particular do arcebispado e professor do seminário, foi-lhe também confiada a direção de “O Horizonte”, primeiro jornal católico da Capital, precursor de “O Diário”. Vigário de Santa Efigênia, em janeiro de 1928, ali trabalhou ativamente, tendo inaugurado a Escola Paroquial e a primeira conferência vicentina. Iniciou a construção da nova matriz. Construiu e inaugurou as capelas de Nossa Senhora da Abadia, da Vila Independência, e Santana da Serra, mais tarde transformadas em matrizes, e a capela Nossa Senhora das Mercês, da Vila Paraíso. Promoveu a assistência religiosa aos soldados do 1º Batalhão da Polícia Estadual e introduziu a assistência no Instituto Raul Soares. Em abril de 1933, foi chamado à cidade de Acari, no Rio Grande do Norte, onde se achava enferma sua mãe, que faleceu em dezembro desse ano. Regressando a Minas, foi nomeado vigário de Itapecerica, tomando posse em 1934, festa de São Bento. Além de haver dado novo brilho à vida espiritual, construiu moderna e bem aparelhada Santa Casa de Mise-

ricórdia, Maternidade, Lactário, Asilo de órfãos, Vila Vicentina, Escola de Enfermagem São Bento e escola noturna para operárias e domésticas. Promoveu a fundação do noviciado das Irmãs Batistinas, que ali tiveram sua primeira casa no Brasil. Quando se preparava para realizar outros grandes empreendimentos, foi escolhido bispo da diocese de Oliveira. A sua sagração se deu a 28 de outubro de 1945, festa de Cristo Rei, na matriz de São José, tendo sido sagrante dom Antônio dos Santos Cabral e assistentes, dom Alexandre Gonçalves do Amaral e dom João Batista Portocarrero, este então bispo de Mossoró. Dom José tem as suas armas representadas por uma cruz cor de ouro sobre o campo azul do escudo; no centro da cruz se vê o sol, em vermelho. Encimando os braços da cruz há duas flores de liz, símbolo das armas da família Medeiros. Ao pé da Cruz se vêem dois ramos de oliveira e mais abaixo uma faixa com a inscrição LUX ET VIDA (Luz e Vida).

Logo após a sua sagração, dom José viajou para o Rio Grande do Norte, em visita à família, tendo-se empossado na diocese de Oliveira a 8 de dezembro do mesmo ano. A recepção foi uma verdadeira apoteose. Não só as autoridades e povo acorreram para aclamar o seu primeiro pastor, como delegações de todas as cidades da diocese. Pela lei de 28 de maio de 1949, assinada pelo prefeito Athos Cambraia de Campos, foi dom José Medeiros Leite declarado cidadão oliveirense.

ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA. – Bispo preocupado com os problemas sociais, sentindo as dificuldades da vasta zona do oeste mineiro sob a sua jurisdição, tudo tem feito para melhorar as condições do homem rural, organizando certames educativos, e, ultimamente, criando a Escola de Iniciação Agrícola “Santo Isidoro”, no município de Carmo da Mata. De acordo com o projeto apresentado na Câmara de Deputados pelo representante mineiro Gabriel de Resende Passos, aprovado e remetido ao Senado Federal, onde sua constitucionalidade foi defendida pelo saudoso senador Fernando de Melo Viana, as Fazendas das

Araras e Barreiras, no município de Carmo da Mata, antigas propriedades de João Rafael e Maria Felisberta da Silva, tornadas heranças jacentes com o seu falecimento, passaram a pertencer à diocese de Oliveira, com a área total de 2.308.184 metros quadrados, tudo conforme a lei nº 561 de 18 de dezembro de 1948, publicada no Diário Oficial de 23 de dezembro do mesmo ano. A obrigação assumida pela diocese foi de manter um estabelecimento de ensino de iniciação agrícola, o que logo foi cumprido por dom José Medeiros Leite, que remodelou e restaurou a fazenda, passando a funcionar imediatamente uma escola para menores, sob a direção da professora Marieta Luísa dos Reis. Em 19 de junho de 1953, foi celebrado um acordo entre a diocese e o governo federal, para estabelecimento de uma escola de iniciação agrícola, pelo prazo de cinco anos, com uma subvenção anual de oitocentos e dez mil cruzeiros. O titular da diocese de Oliveira cumpre um programa de grande alcance e profundidade para a recuperação e reintegração do homem do campo na vida nacional.

OUTRAS REALIZAÇÕES. — Em vista da escassez do seu clero, dom José Medeiros Leite atacou imediatamente a construção do Seminário Diocesano, cujas obras vão bastante adiantadas, prédio moderno de três pavimentos, com capacidade para três centenas de pessoas (mestres e alunos), situado no novo Bairro Aparecida.

Também a Casa da Criança foi construída sob os auspícios da diocese, estando funcionando vários de seus serviços para atender as crianças pobres. Dom José concretizou assim um velho anseio de Joaquim Laranjo da Costa.

A *Gazeta de Minas*, inteiramente remodelada, passou para a diocese, que fundou, também, o Círculo Operário e a Cooperativa anexa, modelar no gênero.

Estas e muitas outras realizações de dom José Medeiros Leite no campo espiritual atestam a capacidade e o descortínio do primeiro bispo de Oliveira, que goza do maior respeito e da maior estima de toda a população.

MONSENHOR LEÃO MEDEIROS LEITE. – Monsenhor Leão Medeiros Leite, vigário de Oliveira e cura da Catedral, reitor do Colégio Estadual “Prof. Pinheiro Capos”, nasceu em Mossoró, Rio Grande do Norte, a 2 de fevereiro de 1900. Fez seus estudos primários em sua terra natal e os cursos de teologia e filosofia em Belo Horizonte, para onde veio com dom Cabral. Sua primeira comunhão se deu a 27-11-907; a tonsura, a 1-11-1921; ordens menores, a 8-12-1923; sub-diaconato, a 28-3-1925; a ordenação sacerdotal, a 31 de maio de 1925, na catedral da Boa Viagem. Entre outros cargos, foi professor do Seminário; secretário do arcebispado; capelão do orfanato Santo Antônio; diretor de “O Horizonte”; vigário da Floresta, em Belo Horizonte, por vários anos; diretor da “Hora do Angelus” da Rádio Inconfidência. Em 1935 foi agraciado pela Santa Sé com o título de Monsenhor Camareiro. Jornalista. Professor. Conferencista . É o Cura da Catedral e o diretor da Santa Cruz Publicidade Ltda.

OLIVEIRA CATÓLICA

(hino)

Colocada no cimo dos montes.

Oliveira, a cidade - ascensão.

Ergue a Cristo os seus horizontes,

Seu espírito e seu coração.

Estrilho: Oliveira, ó oliva especiosa,

Cujo aroma é a Virgem Maria:

Põe Jesus na tua alma de rosa

E em teus filhos Jesus irradia.

Manda aos ares a voz dos teus sinos.

Teus jardins abre às luzes dos céus.

Chama do Alto os carismas divinos

Aos teus lares, Betânias de Deus!

Letra: G. da Fonseca

Música: padre Carvalho

HINO DO CENTENÁRIO DE OLIVEIRA

Em junho de 1900, Geraldo Ribeiro escreveu os versos abaixo, pensando vê-los transformados mais tarde no Hino do Centenário, numa homenagem à sua terra natal.

Em 1961, o vereador José Luís de Sousa Jr. apresentou uma indicação à Câmara Municipal sobre o assunto, também ventilado nas páginas da Gazeta de Minas.

A pedido de nosso conterrâneo, Sebastião Chagas Almeida, a senhorita Angela Maria Patrus, exímia pianista, musicou os versos de Geraldo Ribeiro, ficando criado assim o Hino do Centenário. À jovem pianista e compositora, o reconhecimento do autor e dos oliveirenses.

Eis os versos:

Oliveira — meu torrão
amado, belo, imortal.
Oliveira — um coração
de bondade sem igual.
Nascestes da encruzilhada
para o rumo do Sertão.
E crescestes imaculada
sob a santa proteção.
Ao caminhante cansado
abrigaste com carinho.
Era teu fado, esse fado:
servir de pouso e de ninho.
No teu solo abençoado
floresceu paz e bondade.
No teu coração amado
Deus plantou felicidade.
Guardas contigo o sinal
da boa terra mineira.
Nos teus heróis sem rival
tu foste sempre altaneira.
Oliveira — meu torrão
amado, belo, imortal.
Oliveira — um coração
de bondade sem igual.

CAPÍTULO XI

FATOS, CURIOSIDADES, ANEDOTAS E LENDAS (Contribuição ao folclore do Oeste)

Os quilombolas da Cruz das Almas – A Cruz do Encontro – Enterramentos de outrora – O primeiro casamento civil em Oliveira – Carnaval de ontem e de hoje – O primeiro automóvel – Antonomálias da cidade – Outras curiosidades – Vultos curiosos – Do anedotário oliveirense – O fantasma branco – O cavaleiro invisível e outros duentes – A lenda da Lagoa – A lenda do cruzeiro – A lenda das boçorocas – A lenda dos rastros misteriosos

OS QUILOMBOLAS DA CRUZ DAS ALMAS

Três léguas a noroeste de Oliveira, ali à beira do velho caminho de Goiás, há uma espécie de desfiladeiro terminado por uma mata. O local é, até hoje, denominado Mata do Quilombo, Mantiqueira, Cruz das Almas ou Alto de José dos Reis.

Todas essas denominações estão ligadas a uns tantos fatos sinistros apensos às velhas crônicas locais.

Há uns cem anos atrás – talvez mais, talvez menos – aí existiu, por muito tempo, uma perigosa quadrilha de salteadores, filiada ao grande bando da serra da Mantiqueira.

No bando da Cruz das Almas, constituíam maioria os negros quilombolas, ávidos de vingança contra os senhores despóticos. Mas havia também gente branca no meio e, entre os espíões, figuravam até “coronéis” e frades falsificados. Estes pseudo-monjes moravam naquele sobrado enorme, junto à fonte da Estalagem. A ladeira ficou, por isso, se chamando “Ladeira dos Frades”, bem como a própria fonte vizinha. O casarão parece ter sido adrede construído para

fins inconfessáveis. Além dum quarto escuro e de várias portas que se abrem sobre a escadaria interna, há, na entrada para o refeitório, uma enorme “porta do meio” que, aberta até ao canto, tapa completamente a entrada secreta para um sótão superior, onde até hoje se notam vestígios de sangue humano.

Os “frades” que aí moravam, eram espíões dos bandidos da Cruz das Almas e costumavam também hospedar fazendeiros e boiadeiros que voltassem de negociar em São João, Barbacena ou no Rio.

Quando o hóspede era endinheirado e não podiam consumi-lo ali pelos recessos do casarão, a sua partida na manhã seguinte já estava precedida de um portador secreto que levava ao chefe do bando um bilhetinho assim: “Aí vai uma galinha com tanto pintos”.

Senha que era assim interpretada: “Aí vai um ricaço levando tantos contos de réis”.

A desgraçada “galinha” não passava além do sinistro capoeirão, em cujos socavões e gargantas se alapardava o bando facinoroso. Uma boa gorjeta era a resposta ao bilhetinho esotérico.

Esse bando era certamente resquício dos antigos quilombos do Campo Grande. Apesar de protegido pela cumplicidade de gente graúda cujos nomes ficaram no mistério, veio, aos poucos, se dizimando ante os repetidos ataques dos capitães de mato, auxiliados por barões ricos. Vem desses quilombolas esta cantiga velha que recolhemos da boca duma preta anciã nascida em Oliveira:

*Olha o capitão de mato
Que jurou de me matar:
Sete dias, sete noites,
Nós havemos de topar.
Barão com feiticeiro
Já matou o meu parceiro.*

Outrora ricos e poderosos, conservando no seio da mata canastras de moedas e currais cheios de gado, esses

quilombolas foram afinal varridos dali, por causa de um crime de que eles diretamente não tinham culpa.

Entre os estalajadeiros que constituíam os seus melhores espíões, figurava o dono duma estalagem no Engenho de Serra.

Uma feita, hospedou-se com ele um muladeiro rico chamado José, natural de Candeias. Voltando de negociar grandes lotes de mulas lá pelo Sul, José dos Reis e seu ajudante, um caboclinho esperto, dormiram tranquilamente na estalagem, sem desconfiar nada do hospedeiro cujo bestunto maquinava, entretanto, um plano. Desta vez, não queria parceragem. Trairia o bando, fazendo, por suas próprias mãos, o saque. À noite, deixando o hóspede aos cuidados da mulher que industriosamente o soube enlear, partiu para uma suposta viagem. Questão dum chamado imprevisto, pedindo sua presença à beira do leito de agonia duma parenta, coitadinha! Mas que “seu” coronel não reparasse, não. Eram coisas da vida. E... o fazendeiro enguliu a pílula, aliás muito bem dosada pela insinuante estalajadeira.

Ao romper do dia, quando reencetou sua viagem seguido pelo camaradinho, José dos Reis levava já as mãos às suas duas garruchas para atravessar o desfiladeiro do Quilombo quando... *zap!* Inesperadamente, numa curva, assobiou-lhe pelo pescoço uma foiçada traiçoeira. Outra foiçada logo no caboclinho, e dois corpos tombaram da sela ao chão. Preocupado em subjugar e saquear o patrão, o estalajadeiro não dera pelo caboclinho que, ferido apenas no ombro e esgueirando-se por uma regueira de carro, ganhara um boqueirão. Aí se escondeu até que, ganhando o mato, pôde, com a mão no ferimento para estancar o sangue, alcançar uma fazenda à distância, cá para os lados da cidade.

Ao relampejar da foice, fora-lhe possível reconhecer o estalajadeiro. Protegido pela dona da fazenda, uma senhora rica chamada D. Cândida, parenta do capitão Vigilato, denunciou às autoridades oliveirenses o tal estalajadeiro. Este, por sua vez, para eximir-se do crime, denunciou todo o

bando da Cruz das Almas, seus chefes e os seus espionagemos residentes na cidade. Destes, uns fugiram logo e outros se defenderam habilmente.

De Ouro Preto, então capital de Minas, foi requisitado um troço de tropas pelas autoridades locais, figurando entre essas autoridades o major José Teixeira.

Chegada a força, Vigilato se prontificou a guiá-la à mata do Quilombo. Aí, porém, nada mais foi encontrado. Toda a quadrilha desaparecera, não deixando vestígio. Dos seus cúmplices na cidade já lhes tinha ido aviso.

De fato, restam hoje, no alto da serra, apenas os restos da cruz mortuária de José dos Reis, em frente à mata sinistra e não longe da Cruz do Encontro no morro fronteiro, reminiscência de outro fato, diferente na espécie e posterior no tempo.

A CRUZ DO ENCONTRO

Não longe da cruz de José dos Reis, no alto do Quilombo, fica o local denominado “Cruz do Encontro”. Esse nome vem duma cruz plantada aí há muito tempo, para rememorar no local um encontro entre o povo de São Francisco e o povo de Oliveira.

Isto data do tempo da fumaça. O tempo da fumaça e esse encontro são fatos da história oliveirense, e a esta perfumam com o incenso das coisas antigas. Demos a palavra ao velho crioulo José Sérgio¹²⁹ e ouçamos-lhe a exagerada e pitoresca evocação de tudo isso, inclusive desse tempo enfumaçado e esfumado nas distâncias das eras:

— *A gente não diferenciava o dia da noite. Ah, seo moço! Teve uma seca braba e depois baixou uma nuvem escura. Uma fumaça preta por riba das serras e das casas. Tapou o céu, tapou o sol, tapou tudo. Não se enxergava*

¹²⁹ Já citado. Segundo o historiador Edelweis Teixeira, foi 1833 o “ano da fumaça”.

dois palmos adiante do nariz. Só parava acesa a luz de vela benta.

Ninguém sabia donde tinha vindo aquele fumação escuro que nem breu. Todos pensavam que era o fim do mundo. A seca cada vez pior, cada vez pior. Rachava o chão, secava os rios, matava as roças.

O povo já tinha lavado tudo quanto era cruzeiro. Lavar cruzeiro é jogar água no pé da cruz, desde a altura dum homem. É bom para chamar chuva. Trocar imagem é bom também. Imagem vinha, imagem ia, numa casa pra outra. E era aquela carregação de pedra na cabeça para o alto dos morros. Penitência. Penitência pra chover. Mas quem diz que chovia?

A escuridão estava aí, parada, teimosa, emendando noite e dia num só breu. Pelo rumo é que a gente sabia quando era manhã ou quando era tarde.

Então, o povo de Oliveira combinou uma grande procissão pelas estradas, para trocar imagens com o povo do arraial de São Francisco. De lá saía uma procissão com a imagem do milagroso São Francisco; de cá, outra com a nossa madrinha Nossa Senhora de Oliveira. No topar das duas, fosse onde fosse, nós barganharíamos as imagens. E aí fincaríamos um cruzeiro.

Dito e feito. Saímos sem chapéu e de pé no chão, levando pedras na cabeça e cantando atrás do andor. Foi topar uma procissão com a outra aí pelo Quilombo, e desceu “aquela” chuva, roncando e estrondando. Chuva de pedra. Cada pedra de meia arroba. Quem não se escondeu, morreu pelos caminhos. Telhado, não ficou um. O chão ficou alto de pedra. A pedraria encheu os rios, encheu as lagoas, encheu os buracos, encheu os vargedos. A lagoa da Folha Larga ficou atopetada de pedras. Havia uma lagoa aqui perto, chamada lagoa da D. Romualda do Ribeirão. Um estirão de água! Pois ficou cheinha de pedras. E essas pedras duraram quinze dias sem derreter.

Quando abriu o sol e pegou a derreter tudo... não foi nada não! Roncava enchente em tudo o que era grotá.

Arrombou-se a lagoa de D. Romualda. Peixes ferviam por essas bibocas abaixo. Cada peixe de encher gamela! Comeu-se peixe até enfarar. Por fim, eles apodreceram e nem os urubus queriam mais...”

ENTERROS DE OUTRORA

Os defuntos da roça eram trazidos em banguês ou padiolas carregadas por dois ou quatro homens. Pela estrada, gritavam à porta de cada casa:

– Ô de casa! As almas!

A esse refrão, repetido longo e dolente, de casa em casa, o cortejo vinha apanhando gente e aumentando. Se o morto estivesse pesado demais, depunham-no sobre a estrada e aplicavam-lhe uma boa surra de varas para aliviar-lhe o peso. Em seguida, retomavam calmamente o corpo tornado “maneiro” e seguiam para Oliveira.

Explicação do historiador Edelweis Teixeira:

Pelas vendas ao longo do caminho, tomavam repetidos tragos da caninha. Ao retomarem o defunto, sentiam-se trôpegos. Achavam que era o morto que estava de pirraça, ficando pesado.

Iam então ao mato, cortavam varas e sovavam demoradamente o defunto. Transpiravam com o exercício. Ficavam com os membros desentorpecidos e a cabeça desanuviada. A marcha continuava melhor e, assim, julgavam que era o morto que largara de pirraça.

No cemitério, deposto o finado no fundo da cova, a terra era posta por cima em camadas que eram socadas fortemente por meio de soquetes apropriados.

O PRIMEIRO CASAMENTO CIVIL EM OLIVEIRA

Foi o casamento de um padre com a sua sobrinha, em 1891. Oliveira ficou corada como uma colegial adolescente. E era aqui tão inédita a ponta de escândalo daquele gesto de um padre lançando às urtigas a batina para se unir pelo casamento a uma filha de sua irmã, que toda a

cidade se alvoroçou. Os mais carolas trancafiaram-se dentro de casa com a família e a água benta. Os demais, gente em penca, encheram a rua para ver o fenômeno e considerar, com os próprios olhos, o primeiro fruto da República nesta Oliveira católica e devota: o casamento civil de um celibatário juramentado pelos cânones imutáveis!

O cortejo passou pelas ruas e, às 6 da tarde, na presença do 1º juiz de paz, Joaquim Antônio de Andrade, casaram-se perante a lei o padre Luís Antônio dos Santos Amorim e sua sobrinha Maria Efigênia de Sousa. “O ato ao qual assistiram autoridades, funcionários do foro e diversas pessoas, correu sem incidente algum e foi revestido de todas as solenidades” (sic).

São palavras da *Gazeta de Oliveira* de 1-11-1891.

Padre Luís Amorim, natural de Cláudio (então distrito de Oliveira), estudou e ordenou-se em Mariana em 1875. Paroquiara sua terra natal e a freguesia de Pitangui, estabelecendo nesta um colégio. “Aí residia — diz a *Gazeta* — ao tempo em que, esquecendo-se da sua nobre missão de sacerdote, cometeu o crime que acaba de reparar com o casamento, e reprovação de todos os católicos”.

No mesmo dia em que o órgão local publicava isto, entrava em Oliveira, vindo de Itapecerica, o bispo de Mariana, o humilde e santo D. Silvério Gomes Pimenta, então coadjutor da diocese marianense à qual pertencia Oliveira eclesiasticamente. O povo sentiu logo o contraste dos dois acontecimentos e, na própria figura do bispo sábio e santo, ele lia a divisa perfeita da tolerância e da verdadeira concepção de religião, distinguindo-a do fraco elemento humano.

O contraste era de fato chocante. Tratava-se de dois eclesiásticos formados na mesma forja de D. Viçoso, e agora tão distanciados e opostos! “Um, sentado no sólio episcopal, manso, humilde sempre, bom e simples, a pastorear as almas, vergado sob o peso das honras, alvo dos olhares invejosos de tanto saber. O outro, padre, rolando no despenhadeiro infindo; abandonado dos homens a que ele ensinou outrora: o meu reino não é deste mundo”.

São palavras da imprensa local, daqueles dias. Diversos jornais entraram em demorada e calorosa polêmica. Uns pró, outros contra. O caso do padre incendiou todo o Oeste. Um vigário duma das freguesias do município chegou a devolver bruscamente o jornal daqui em sinal de protesto. Estavam judiando demais com a vítima! E é estranho que uma sociedade adiantada como a de Oliveira em 1891, e que pouco antes sentia, emocionada, na arte dramática de Brandão, a luta psicológica entre o padre o homem naquele velho drama *Deus e Natureza* – tenha sido tão rigorosa com a atitude de um cidadão que, sacerdote embora, preferia casar-se legal e pacificamente, do que entregar-se à mancebia ou a fornicações ocultas.

Para dar uma certa satisfação à cidade escandalizada, D. Silvério, seguido da sua comitiva então composta de 16 padres (entre eles: padre Cansado, cônego Nunan, padre Galdino Diniz e padre José Alexandre de Mendonça), foi até à casa dos recém-casados. Achavam-se os dois provisoriamente na residência do dr. Fromm, ali no Engenho de Serra.

Quando, na sala, o padre Amorim compareceu à presença de D. Silvério, foi tão grande a sua emoção que caiu de joelhos, entre soluços, aos pés do grande bispo, dizendo-se perdido para sempre. Reanimando-o a voltar ao antigo caminho, D. Silvério propôs-lhe anulação do casamento. Mas o padre não concordou, porque o que estava feito não estava por fazer; errada ou certa, sua vida continuaria seguindo o coração cujas razões são às vezes superiores à própria razão.

A jovem esposa repeliu terminantemente a sugestão do bispo, inclusive cinco contos de réis que lhe oferecia para ela ir viver honestamente nalgum recanto. Recusou, dizendo que estava bem casadinha e muito satisfeita. D. Silvério voltou ao sólio marianense. Oliveira voltou a rezar e usar água benta. E o padre e sua jovem consorte rumaram para a sua lua-de-mel em São Paulo, onde, fixando residência, ele se formou em direito. Homem culto e dinâmi-

co, o (ex-padre) dr. Luís Antônio dos Santos Amorim conseguiu fortuna e chegou a possuir arranha-céus na capital bandeirante, educando todos os seus filhos.

Dizem que, apesar de tudo, morreu como um místico, sobre um grabato miserável, coberto de cilícios, numa dolorosa penitência que se impôs voluntariamente.

O CARNAVAL DE ONTEM E DE HOJE

“O carnaval em Oliveira era antigamente comemorado somente com o tradicional entrudo. E, às vezes, mui escassamente, se via um mascarado sem espírito a vagar pelas ruas, sempre acompanhado de uma leva de malandros, como ainda hoje acontece.

No entrudo, era um gosto ver-se a batalha travada entre os combatentes de ambos os sexos, limões de cera em punho. No aceso da batalha costumava haver correrias pelas ruas, gritinhos aflitos e histéricos, portas batidas com estrépido e sentenças de punições para outra oportunidade, como revanche...

Cousa gozada era quando se conduzia um paciente para um banho em regra! As vezes era um frajola todo impecável na sua fatiota limpa e passada a ferro... Lá sabiam os poços d’água e os velhos cochos da praça Quinze o estado em que o almofadinha voltava para casa...

E quando a batalha se feria dentro de casa? Ficavam as ceras multicores agarradas por toda a parte, nas paredes, no portais e portas, nos móveis e até no teto.

O gosto da petizada era quando o limão atingia o alvo e não se quebrava.

Quase toda casa comercial expunha taboleiros de “limões” para vender. E esses tomavam formas as mais variadas e bizarras. Uns eram moldados em forma de toco, outros em forma de garrafinha de óleo de rícino, outros em forma de laranjas, limas, papo de galinha etc. E eram verdes, vermelhos, brancos e até cor de terra, de tanto se aproveitar a cera servida.

Que medo não nos causava a aproximação de um atacante, que, já de longe, se denunciava: mãos enfiadas nos bolsos do paletó e todo cautela.

Os rapazes não deixavam que se lhes aproximassem as moças, porque a detenção era certa e o banho, inevitável.

Acabados os limões, entrava em cena a água da bica. Do andar superior dos sobrados, ela descia sobre a vítima, às vezes com vasilha e tudo, escapando-se das mãos do atacante.

Era um prazer e uma tormenta ao mesmo tempo.

A meninada, à míngua de outro recurso, confeccionava um repuxo de bambu que esguinchava água à grande distância. Mas que diabo! faziam suprimento dágua em qualquer lugar, pondo a roupa da vítima em estado lamentável!"

Aí está o carnaval de ontem, no palavreado lépido de José Demétrio¹³⁰. Abanando afirmativa e saudosamente a cabeça, "seu" Leleco (Joaquim Virote) exige apenas que se acrescentem os limões cheios de pétalas de rosas, próprios para se atirarem em pessoas doentes. Era o lança-perfumes da época, substituído pouco depois pelas bisnagas de perfume, em forma de tubo de dentifrício.

De novo com a palavra, José Demétrio vai nos traçar as primeiras tentativas feitas para modernizar aqui o carnaval de ontem e sintonizá-lo com o do Rio ou o de Veneza:

"O Mirandão, moço do Rio de Janeiro, estabelecido em Oliveira com uma fábrica de bebidas, não podia conformar-se com o carnaval assim comemorado. Não; era preciso alguma coisa mais. Animada uma roda de progressistas do lugar, foi tomada a resolução de se promover o carnaval com préstitos, críticas, carros alegóricos e outras novidades.

Pululavam comentários: vai sair uma crítica ao dr. F., outra ao coronel B. Mas ninguém podia prever ao certo o que iria ser. O Mirandão fazia tudo em sigilo absoluto. Deixasse chegar o dia, que tudo se saberia ao certo.

¹³⁰ Op.cit.

E o dia chegou, nessa ansiedade crescente – o sábado de carnaval; à noitinha, ouviu-se um rumor desconhecido, vindo lá da fábrica do Mirandão. Começa a afluir gente ávida de novidade. Que seria?

Simplemente isto; o prelúdio do carnaval, com o tradicional Zé-Pereira do grupo do Fá-Bordão.

Na falta de iluminação elétrica, coisa que viria num futuro remoto (1908), Mirandão buscara suprir a deficiente iluminação fornecida pelos lampiões arcaicos. Fez distribuir meio metro de mecha alcatroada per capita e assim pôde o préstito percorrer as ruas, “feéricamente iluminadas”. As janelas se empencavam de gente atraída pelo barulho das latas de querosene. Das sacadas e parapeitos, estrugiam aplausos aos foliões do Mirandão, introdutores dum espetáculo inédito em Oliveira.

Estava iniciado, na cidade, o carnaval moderno, com o prefácio daquele Zé-Pereira, saindo no dia seguinte, domingo, os carros alegóricos. E que carros!

Na frente o Aquidabã, alegoria alusiva ao feito recente e glorioso desse vaso da nossa Marinha de Guerra na revolta da Armada. Segundo carro: Rosa, em cuja carola se via o menino e futuro advogado de saudosa memória, dr. Assis das Chagas. Tanto balançava a corola aos solavancos do carro pelo velho calçamento, que, temendo pela vida do garoto, resolveram descê-lo em meio ao desfile. Como crítica, vinham atrás duas enormes Tesouras, alusivas a duas línguas que aqui trabalhavam incessantemente na casaca do próximo. Quarto carro: um Tablado com balaústres cheio de mascarados que iam botando para fora os podres de muita gente. Quinto carro, o maior de todos, um enorme Boneco, no porte e feições do médico alemão dr. Fromm, estatura hercúlea, apoiado, segundo o hábito pessoal do saudoso médico, na sua bengala de ipê, salientando a rotunda barriga.

Não tardou, porém, a tombar fragorosamente o gigantesco boneco que, deitado na carruagem, fez o desfile.

Correu logo um palpite sobre o fracasso: foram os irmãos Alvarenga – Fausto e Franklin – que, a mandado do dr. Fromm, pregaram mal o boneco.

Fechava o préstito um carro homenageando o comércio.

Foi um sucesso extraordinário esse carnaval, pelo seu lado inédito e pela primorosa confecção das suas alegorias. Nunca Oliveira gastou tantas interjeições!

Depois dessa estreia, ainda houve mais dois préstitos carnavalescos feitos pelo Mirandinha, irmão do iniciador. Nesses, apareceram, entre outros carros de crítica, um enorme Rato reproduzindo o rapto do diploma de senador conferido pelo Colégio Eleitoral do Estado ao grande oliveirense dr. Francisco J. Coelho de Moura (dr. Chiquinho); enorme Cobra enrodilhada, com cabeça humana: o jacobinismo; um soberdo Leão da Líbia, defrontando o caçador temerário que, embora armado dum pica-pau, vacilava entre fugir ou dar o tiro, tremendo-se todo, recurvado para trás, transfigurado de terror”.

Ainda houve, segundo “seu” Leleco, outras críticas, entre as quais, uma aos engenheiros da estrada: uma grande locomotiva de papelão cheia de foliões, avançando atrás dos engenheiros que iam adiante batendo estacas e mandando remover muros, casas e igrejas.

“Depois disso, diz José Demétrio, voltou Oliveira novamente ao estruendo, com limões de borracha e água em quantidade, além dalguns mascarados volantes.

Dr. Chiquinho, por exemplo, manteve o estruendo a seu modo: lá estava ele sempre, com a porta bem trancada, despejando, da sua alta janela, baldes e latas d’água nos incautos que passassem em baixo, rindo-se homericamente quando o alvo era atingido.

Vieram depois os bailes carnavalescos, com bisnagas e confetes, depois os lança-perfumes e serpentinas. Mas não suprem de todo aqueles banhos que deixavam a roupa grudada no corpo.

Bons tempos!”

Sim; bons tempos, em cujo fundo lá ficaram para sempre os grandes bailes em família, com mesa farta e toaletes ricas; as valsas danubianas ao piano, nos grandes salões coloridos; ou as boas sanfonas e violas nos cateretês das fazendas tranquilas...

O PRIMEIRO AUTOMÓVEL

Data de fins de 1914 a entrada dos primeiros automóveis em Oliveira. Chegaram de trem, por causa da falta de autovias para a cidade. Eram dois carros usados, de fabricação alemã, aqui trazidos por um carioca de sobrenome Bredas. Um desses carros foi logo vendido ao sr. Lindolfo Ribeiro, depois que o Quinho (Antônio Ferreira de Carvalho) trouxera do Rio, em 1915, um “Mercedes-Benz” que aqui fez época no curso carnavalesco.

Quinho e “seu” Lindolfo são, pois, os introdutores do automóvel em Oliveira, num tempo em que a gasolina custava 12\$ a caixa e os carros usados, três, quatro contos.

Ouçamos José Demétrio:

“Corria a nova por toda a parte e os carros eram esperados com uma ansiedade atroz.

Um dia, afinal, ouviu-se um matraquear desconhecido e o fon-fon característico. Era o automóvel do sr. Lindolfo.

Buzinando em cada esquina, apareceu o carro na praça Quinze. O motor, porém, deu o primeiro, o segundo espirro e... moita! Um enguiço. Desce o chofer, levanta a tampa do motor, examina tudo minuciosamente: carburador, distribuição etc., mas não consegue por o carro em funcionamento.

O proprietário, que não quer voltar a pé, insiste; nova inspecção do chofer, mas sem resultado.

Felizmente, havia já muita gente em torno do carrinho teimoso.

– Vamos empurrá-lo, que pega! opina alguém.

E lá se foi o carro rua afora, empurrado pela multidão, levando o chofer firme no volante e, refestelado à sua

direita, o proprietário, solene, fumando a sua comprida pipeira: foi uma viagem triunfal!

Vendo que o motor afinal não pegava mesmo, chamaram o Totó do Zé Joaquim que, com duas juntas de bois, arrastou o carro à garage, com o proprietário firme na boleia.

Dias depois, está o carro novamente reparado e em condições de fazer nova demonstração automobilística. O chofer acelera o motor e verifica que não há falha. Pode sair.

Sobe o proprietário à boleia e o chofer ruma novamente para a praça Quinze e dali para a Estação, deixando atrás o povo embasbacado com o estupendo invento e comendo a fumaceira de gasolina que ia ficando para trás. Mas de repente... outro espirro no motor!

Novo enguiço. Nova inspeção. E... que remédio! – novo apelo aos bois do Totó do Zé do Joaquim.

Mais uma vez, desce rua abaixo, seguido da meninada, puxado por uma pacata junta de bois, o automóvel do sr. Lindolfo, com o chofer firme na direção e o proprietário, todo sorridente na boleia, gozando daquela esplêndida viagem de automóvel... ”

ANTONOMÁSIAS DA CIDADE

Devido à sua geografia privilegiada, colocada no cruzamento de caminhos importantes, Oliveira recebeu o nome de “Princesa do Oeste”. Diversas são, no oeste mineiro, as cidades que se arrogam esse título; por isso, Oliveira não o reivindicou para si com exclusividade.

Por causa da sua topografia e da abundância de arvoredo, verdadeiros tufos verdejantes nas suas ruas, praças e quarteirões – Oliveira, desde muito tempo, é chamada “A cidade-verdura”.

Depois que sua arquitetura alteou-se no ar senhorial e nobre dos seus sobrados de sacada, deram-lhe o nome de “cidade dos palacetes”.

Alguém a chamou de “*cidade-educadora*”, vendo, todas as manhãs, formigar pelas suas ruas essa multidão de uniformes colegiais, desde o cáqui ginásial até o alvi-azul das normalistas e da criançada dos grupos.

Devido à formosura de suas filhas, cujo esmero e elegância no trajar vem sendo louvado desde épocas remotas (basta ler as velhas Gazetas), Oliveira foi por muito tempo chamada “*a cidade das moças bonitas*”.

Depois, por causa de serem ajardinadas todas as suas praças e até uma das suas avenidas, a cidade ficou sendo “*a Oliveira dos jardins*”, num feliz trocadilho ao melancólico Jardim das Oliveiras.

Finalmente, o “*humour*” da rapaziada de fora cognominou de azeitonas as moças oliveirenses, pelo fato de serem de Oliveira...

OUTRAS CURIOSIDADES

Numa das avenidas, há uma gameleira frondosa envolvendo totalmente o caule de um coqueiro indaiá que, verde e ereto, estremece e palpita no alto, ao abraço verde da ramalhuda gameleira. Caso idêntico ao famoso coqueiro outrora existente ao lado da Catedral da Boa Viagem, em Belo Horizonte.

Jorra junto à igreja dos Passos uma fonte de linfa pura e gostosa, onde dizem residir a misteriosa Iara. Nas noites de luar, ela enfeitiça os que passam ou esparze na água da fonte aquele filtro mágico da corrente do Maracanã: quem dela beber, não sairá mais da cidade senão casado com uma filha da terra...

É também particularidade oliveirense o *footing* circular da praça Quinze, à noite. Contornando a área ajardinada, andam os moços numa direção, e em outra as moças, num verdadeiro *vis-à-vis* de quadrilha, como se girassem dentro duma circunferência. É a roda viva de Cupido, o qual aí encontra alvo bastante para as suas setas invisíveis...

Outra curiosidade, a do cachorro lulu que herdou dez contos de réis (10 mil cruzeiros) em 1903, no Hotel Central. Em fotografia da época cedida pelo cel. Francisco Teixeira da Silva, tivemos ocasião de ver apinhada de gente a sacada do hotel (posteriormente Grande-Hotel, em 1941), com o cachorro assinalado por uma cruz. Seu dono, o hoteleiro, ao ter de se retirar para o Rio, deixou-lhe a prazo fixo de 12 % ao ano a quantia de dez contos que, por morte do animal, passaria a um pretinho.

Mais curiosidades: o comércio quase todo nas mãos dos sírios; a poesia dos sinos oliveirenses; as grandes procissões de velas acesas na Semana Santa; as passeatas com discurseira nas sacadas; as moças bonitas; esse firmamento terso e diáfano arqueando-se sobre os morros arredondados; e, acima de tudo, a profunda brasilidade em que se ensopa o espírito oliveirense...

VULTOS CURIOSOS

Vigilato, o Destemido. — Chamava-se coronel Vigilato José Bernardes. Fazendeiro rico, robusto, fisionomia dura e rompante grosso. Dizem que era maluco; botava bois para arrancar as grades da cadeia, se aí retivessem preso algum camarada seu; rompia mata-virgem sozinho desde à infância; guiou tropas à Guerra do Paraguai.

Mas era a bondade em pessoa. Dizem coevos dele que seus estudos se limitavam às primeiras letras e primeiras noções de humanidades, sem ter querido seguir carreira alguma. Apesar disso, foi sempre amigo das belas letras e gostava de ouvir bons oradores; sabia saborear os nossos poetas e prosadores, inclusive os clássicos.

Espírito eminentemente empreendedor, habituara-se, desde pequeno, a viajar por lugares ínvios, só guiado pela própria coragem e orientação prática. Abriu uma estrada até Goiás, alargando e endireitando o primitivo caminho. Sempre atencioso para com os que o buscavam, era também de um civismo decidido quando se tratava do bem da sua cidade, da sua província natal ou do seu país. Qual outro

Guia-Lopes, foi o guieiro de tropas para o Paraguai, rompendo com segurança as longas paragens, suas conhecidas velhas. Promoveu muitos melhoramentos locais.

Sempre que ia à Bahia ou a Pernambuco, trazia, para capangas seus, os bravos caboclos do Norte, de catadura austera e musculatura rija.

Tanta personalidade teve no seu tempo, que seu nome se iluminou dum halo de lenda, ficando ligado ao caso dos quilombolas da Cruz das Almas e até ao aparecimento da lagoa da Folha Larga, como veremos adiante.

Cheios de dores cruciantes foram os seus últimos dias, suportando-os, contudo, na sua costumeira impassibilidade. A 14 de agosto de 1888, morria esse viajante intrépido, esse *globe-trotter* de fibra, caçador destemido e desbravador de hordas e florestas.

Descansa hoje no cemitério fronteiro, para cuja construção, em 1855, prestou relevantes serviços. A beira da sua morada final, teve seu grande elogio na palavra eloquente de um dos maiores juizes de direito que têm passado pelo fórum oliveirense: dr. Felisberto Soares de Gouveia Horta.

Dr. Fromm. — Era um médico sábio e sabido, e se chamava dr. Ludolfo Fromm. Era alemão e viera dos hospitais de sangue da guerra franco-prussiana. Introduziu em Oliveira a indústria da cerveja. Morou e morreu octogenário no bairro do Engenho de Serra ao qual legou seu nome e onde deixou uma série de construções típicas. Homem bastante excêntrico, muito ilustrado e quase poliglota, vivia na “panelinha” maledicente por ele organizada para tosar na casaca alheia, sempre recostado na sua bengalinha de ipê, expandindo para diante o porte avantajado e a barriga proeminente. Deixou viúva e sem filhos uma oliveirense.

Maestro João da Mata. — João Francisco da Mata era pobre, preto e plebeu, percorrendo os três ppp que José do Patrocínio atribuía a si mesmo. Mas era um gênio esse esmolambado João da Mata que percorria as ruas de Oliveira, bebendo a sua cachacinha e esparzindo à flux as suas

magníficas composições musicais. Se estala a Abolição da Escravatura, brota-lhe do cérebro o Hino da Liberdade. Se vem o 15 de Novembro de 1889, rabisca João da Mata um Hino Republicano, para concorrer com os maiores compositores do país.

Em Oliveira, fez ele muita música bonita que, reunida, constituiria uma boa contribuição ao patrimônio musical do Brasil.

Mateuzinho da Mala. — Esse era um simples tipo-de-rua. Constituía o tutu das crianças e o pesadelo dos berços.

A malinha às costas, suspensa por um porrete ao ombro, carinha de bode e a carcassa mirrada – era o gênio mau com que as mães mistificavam as crianças birrentas.

– Psiu! Aí vem o Mateuzinho da Mala para te levar.

E acabava-se o choro. Acabava-se a birra.

Mas um dia desapareceu para sempre o Mateuzinho. Encontraram-lhe depois a mala à beira duma capoeira, longe da cidade, e, mais adiante, o seu cadáver disputado pela urubuzama. Matara-o uma onça. Quando a notícia chegou à cidade, a criançada suspirou num alívio:

– Bendita onça!...

Silvano Benfica, o Potoqueiro. – Ficou na tradição local como um rival do barão de Munckausen. Era cada rodela que ele contava!...

Sua mãe, narrava ele, tinha um papagaio que, para falar assim, estava apartado! Aprendera até a solfejar música e a cantar trechos de óperas. Um dia, o papagaio desapareceu de casa. Caça aqui, caça ali – resolveram procurá-lo nas capoeiras. De repente, no fundo duma gruta, ouviram um conjunto de vozes solfejando a escala natural: dó, ré, mi... Seria gente? Não; era um bando de maritacas aprendendo solfejo com o papagaio que, então, todo solene e doutoral, resolvera virar professor de música...

De outra feita, indo “seu” Silvano pescar na lagoa da Folha Larga, aconteceu-lhe fisgar aí um peixe tão gran-

de, tão monstruoso, que não conseguiu arrancá-lo para fora da água. Pediu juntas de bois nas fazendas vizinhas para arrastar o peixe: uma enorme traíra! Quando começou a chegar com ela a Oliveira, é que notou estar na cidade somente a cabeça, enquanto que o rabo acabava de aluir lá da lagoa – tão colossal era o pescado...

Outra vez, descendo a um açude para beber água, ouviu um zunzum crescente que vinha pelo mato abaixo que nem chuva de pedra. Reparou bem, e só então é que notou ser uma nuvem de carrapatos que vinha também beber água...

Teodoro Quimboto, o Lobisomem. — Puseram-lhe o sobrenome Quimboto que, em africano, significa assombração. Teodoro morava na rua de baixo e, na sexta-feira da Paixão, ele virava lobisomem para cercar, de noite, os que passavam pelos becos escuros.

Zé-Moreira. — Morreu, antes do penúltimo carnaval, num leito da Santa Casa, depois de cantarolar baixinho alguns sambas e marchinhas que costumava berrar pelas ruas, gingando o corpo e dando gargalhadas. Era um africano idoso. Reforçado. Grosso. Inquieto. Olhos acesos na cara aberta, redonda e salpicada duma barbixa rala. Uma pequena calvície espiritualizava aquele pedaço de negro, tosco e rude como uma tora de braúna.

Mal o sol entornava a madrugada nas cristas do Diamante, já o Zé-Moreira vagava pelas ruas, machado ao ombro, sacudindo a pacatez provinciana da cidade, com as suas cantigas, os seus gritos onomatopéicos. Arremedava tudo: cobras, passarinho, rádios, automóveis e apitos de locomotivas.

— Esse apito grosso é a Central. Esse mais fino é a Oeste.

Sua especialidade maior era a declamação. Parava sempre na rua para declamar uma interminável poesia em heptassílabos aleijados, dispostos em quadrinhas, em que eram narradas as aventuras rocambolêscas de um tal Vilela que se tornara cangaceiro, salteador e assassino. Uma

moeda para o mata-bicho – e a história atormentada do bandoleiro Vilela se despejava da boca bravia e desdentada de Zé-Moreira. Era mais duma centena de estrofes, cuja memorização gastara seis garrafas de querosene e muita paulada na mulher para ela segurar a lamparina.

Depois, já de volta da vendinha, o negro descia cambaleando, rumo do bairro dos Cabrais onde morava, gritando a sua costumeira ameaça:

- Eu mato! eu mato!
- Mata o quê, Moreira?
- O bicho!

E desabava uma gargalhada.

Todos gostavam dele. Alma simples, boa, amiga do trabalho e das crianças, incapaz de ofender a um sapo. Era na cidade o melhor rachador de lenda.

Quando a guerra se deflagrou na Europa em setembro de 1939, Zé-Moreira passou gritando:

Mandem o João Chagas ir lá parar essa guerra. Senão, eu vou lá com o meu machado e esbodego esses estranjas.

Zé-Moreira morreu numa tarde de fevereiro, pouco antes do seu querido carnaval, cujas novidades musicais ele era o primeiro a decorar. Muitos sentiram o desaparecimento anônimo desse negro sujo de corpo, mas limpo de coração e leve de espírito. Agora, lá do outro lado, na colina fronteira, numa sepultura rasa, nem ao menos assinalada por uma cruz tosca, Zé-Moreira dorme, sonhando com o seu velho machado e com os irmãos sabiás pousados nos ipês vizinhos, e que, como ele outrora, cantam anonimamente para a vida, alheios à pavonice e às ambições dos que ficaram...

Sete-Bóias. — Tal é o apelido doutro tipo de rua. Muito apreciado em Oliveira. Deram-lhe o nome de Sete-Bóias, porque ele era um verdadeiro homem-estômago: num só dia, pegava o almoço de todas as casas que percorria esmolando, repetindo e jurando, a cada porta, estar com o “estômago limpo e zonzozinho de fome”...

Um dia o coitado morreu, talvez com o estômago limpo, consequência do velho rifão que afirma não merecer crédito o mentiroso nem mesmo quando diz a verdade.

Júlio-Correio. — Todos o conhecem por este nome porque ele, há 36 anos¹³¹, é o estafeta do correio entre Oliveira e São João Batista, indo outrora até Passa Tempo. Seu nome todo é Júlio José Ferreira. Sessenta e sete anos de idade, estatura baixa, porte mirrado, cara miúda, olhos vivos e verdes, cor branca, mas requeimada pelo sol, pernas delgadas – tipo do verdadeiro andarilho.

Há 36 anos vem esse homem carregando, nas costas, as malas postais de Oliveira a São João Batista e a Passa Tempo, vencendo por dia 40 quilômetros a pé. E tudo isso, descalço, com uma só refeição por dia, sob a canícula ou sob os temporais, através de caminhos péssimos, pedregosos, cortados de córregos e empinados de morros. E para quê? Para levar, nas costas, um mundo de sonhos, de mágoas, de esperanças: – àquela noiva, um protesto de amor eterno; àquela mãe saudosa, a carta do filho ausente; àquela coração orfanado, o sinistro envelope tarjado de negro; àquela capitalista, a última cotação da Bolsa ou um punhado de contos de réis...

Trinta e seis anos, indo e vindo pela mesma estrada, para receber 150\$000 por mês! Para ganhar do governo esse dinheiro, “seu” Júlio-Correio já palmilhou a mesma estrada 13.140 vezes, ou sejam 525.600 quilômetros a pé, distância maior do que a da Terra à Lua, ou do que 13 voltas em redor do mundo!

MARIA VENTANIA E JOÃO DO BISCOITO

Entre os tipos populares que existiram outrora em Oliveira, lembram os srs. Mário Andrade e José Leão dois que não foram arrolados pelo autor na época de sua pesquisa. Esses dois tipos eram *Maria Ventania ou Vaca Brava*

¹³¹ Até 1942.

e *João do Biscoito*. A primeira era uma mulher do povo, humilde, sempre maltrapilha, sem profissão, a quem a menina apupava pelas ruas da cidade. Reagindo, ela corria atrás dos moleques, ameaçando-os. O segundo ganhou o apelido em virtude de sua atividade, pois vendia biscoito de porta em porta, conduzindo um balaio às costas. Como era fã do bicho, na época proibido, mas existente, como hoje, João do Biscoito, à medida que vendia biscoito, cantava versos improvisados, através dos quais anunciava os bichos premiados do dia. Era uma espécie de repórter à sua moda.

DO ANEDOTÁRIO OLIVEIRENSE

Nasceram dentro do município as seguintes anedotas que são, aliás, bem fraquinhas:

Literatice. – Enviado pela Secretaria da Agricultura, um engenheirozinho pernóstico veio inspecionar, na vizinha localidade de Santana do Jacaré, então distrito de Oliveira, algumas obras públicas que demandavam reparos urgentes. Entre essas, estava uma velha ponte sobre o rio Jacaré, logo arrebatada por uma enchente, pouco depois da chegada do engenheirozinho que, comunicando o fato ao seu superior e receando uma repetição de termos, assim se expressou em telegrama:

– “Caiu ponte sobre Jacaré em Santana mesmo bicho”.

Que maluco! – Foi com grande empenho que o coronel, fazendeiro forte do município e muito cioso do que era seu, permitira passasse pelas suas terras a estrada de ferro em 1888, vinda de São João del-Rei para cá.

Mais tarde, veio a estrada de automóvel, larga rodovia que iria ligar Oliveira a diversos centros civilizados. Mas teria que passar justamente dentro das propriedades do coronel. Foi outro barulho!

Ameaçado, porém de desapropriação, o fazendeiro acabou cedendo, mediante uma indenização gorda.

Acontece, daí a pouco, passar roncando sobre sua fazenda um enorme avião que, planando alto nos ares, vinha acordar aqueles ermos pacatos.

37
7

O coronel salta então para o terreiro com a sua “pica-pau” engatilhada e dispara para cima algumas cargas de chumbo grosso, gritando:

– Pros infernos, cambada de ladrão! Já dei terra pra estrada de ferro; já dei terra pra estrada de ostromove; mas pra estrada de avião eu num sorto um parmo do que é meu! Esse governo tá é besta!...

Golpe de vista. — Um coronel aqui do município, excessivamente ganancioso por dinheiro, desejava que toda a humanidade morresse para que ele, sozinho sobre a terra, arrebanhasse para sua burra a dinheirama do mundo inteiro. Perguntado o que faria com tanta “grana” se tal acontecesse, respondeu:

Eu iria comerciar...

Sai azar! – O jovem doutorando acabava de se formar na capital e já preparava as malas para rever sua família ali no Capão Redondo, onde seu pai era fazendeiro. Para comunicar urgentemente a sua próxima chegada àquele recanto, telegrafou a seu pai que quase caiu fulminado de susto diante da notícia. Também, pudera! Eis como estava redigido o telegrama do lacônico doutorando:

“Sigo amanhã Capão”...

Bolando as trocas. — Esta se deu com aquele bonacheirão que foi o padre Coccozza, antigo morador em Oliveira. Uma vez, na estação da missa, querendo anunciar que celebraria na capela do Rosário no domingo seguinte, se o tempo o permitisse, saiu-se com esta:

– No domingo... se não houver embaraço de missa, haverá chuva no Rosário...

E virou-se a continuar as orações do missal, enquanto os ouvintes dificilmente sufocavam gargalhadas irreverentes.

Quiproquó. — Esta se deu também com o padre Cozza (a quem Deus haja!). O bom do padre era muito obeso e possuía uma respeitável barriga de rotundidade impressionante.

Certa vez, uma mendiga que dele acabava de receber esmola, fitando-lhe a pança compadecidamente, saiu-se com esse agradecimento:

– Nossa Senhora do Parto que lhe dê boa hora!

Vamos agora às superstições e lendas.

O FANTASMA BRANCO

Antigamente, alta noite, um fantasma branco costumava aparecer pela cidade ainda sem iluminação elétrica. Ele descia do largo da Matriz para a capela da Senhora Mãe dos Homens. Vez em vez, variava o seu trajeto.

“Uma ocasião, conta José Sérgio, eu voltava da fazenda da Mandassaia. Era dez horas da noite. No eu chegar ali na ponte dos Frades, um vulto branco relampeou na minha frente. Era uma mocinha bonita que acabava de sair daquele sobradão da esquina.

A mocinha foi andando devagarinho na minha frente e eu atrás, apertando o passo com má intenção:

– Espera, menina, que nós vamos juntos...

Nada. A mocinha não falava, não se mexia, não corria. Ia no seu vagar. E nada de eu “pegar o bonde” com ela.

Adiante, do lado de baixo da rua, ficava um jatobá antiquera; um mundo de árvore! Dava sombra para quatro litros de milho plantado. Do lado de riba, a igreja da Mãe dos Homens.

Ao passar pelo jatobá, peguei a desconfiar daquilo. Aí, em frente à igreja, o vulto sumiu. Olhei; a igreja estava aberta e toda iluminada. Entrei para ver. Nada de moça lá dentro. Ninguém!

Meus cabelos se arrepiaram. E voei pela rua abaixo. Quando dei fé, eu estava em casa; até hoje não sei como corri nem como saltei o Maracanã”.

O CAVALEIRO INVISÍVEL E OUTROS DUENDES

Um cavaleiro misterioso costumava galopar pelas calçadas toscas de outrora, atrás de pessoas notívagas. Não se enxergava o cavalo nem o cavaleiro. Viam-se apenas as faíscas de fogo que as ferraduras do animal tiravam na calçada.

Os mais corajosos tentaram, por vezes, cercar o cavaleiro invisível para ver quem era e o que queria. Enchiam as ruas e esperavam. Mas o galopar infrene, crescendo pela calçada abaixo, vinha tirando fogo nas pedras e, implacavelmente, passava plaqueplaqueando por sobre as cabeças, num arremesso inexorável.

Ousados como esse cavaleiro eram os patos misteriosos do beco do Pio. Grasnavam soturnamente e, seguidos de pés-de-café gementes, saíam, dos quintais para correr atrás de quem, horas mortas, passasse por ali.

Além das mulas-sem-cabeça que às vezes tinham estrelas na testa (?), metia medo em todos o cadáver seco, outrora guardado ali na matriz velha. Dizem ter sido de um homem que, de mau que fôra em vida, morrera mirradinho e seco como um graveto.

A LENDA DA LAGOA

– Que lagoa, “seu” José Sérgio?

– A Lagoa da Folha Larga; aquele estirão de água que fica lá adiante perto da linha. Já campei boi dentro dela.

– Da linha?

– Não; da lagoa. Pra que rir, moço? Já campei boi no fundo da Folha Larga. Pura verdade!

Foi assim. Era um boi malandro, manhoso e arisco. Até inda me alembro do nome dele. Chamava “Comandante”.

Na hora de botar a boiada no carro, cadê Comandante? A gente ia campear ele, e era aquela campanha! O raio do boi frechava mato adentro, pulava tapume, rompia grotas, dobrava espigões. A última vez que eu campei Coman-

dante foi num grotão fundo, por onde passava uma estrada particular da fazenda de “seu” Vigilato, ali na cabeceira dum poço d’água.

Um dia, vinham por essa estrada uns padres missionários, muito barbados, em rumo de Oliveira. “Seu” Vigilato, cabra maludo e arrastador, cercou os padres nesse grotão fundo, gritando que a estrada não era pública e que eles podiam virar nos tornozelos. Acudiram logo os capangas de “seu” Vigilato e um deles sujigou um frade pela barba e sapecou nele umas chibatadas. Não foi nada não! Os frades juraram que ninguém mais havia de passar ali.

Dito e feito. Ninguém mais passou, porque a estrada sumiu numa lagoa grande que tomou conta do grotão todo e tem o nome de Folha-Larga. Era um pocinho; hoje, é um mar d’água. Da fazenda de “seu” Vigilato, ficaram só os alicerces que ainda hoje estão lá na cabeceira.

Quem vai perto e olha, ainda vê o sinal do caminho antigo que chega, entra na lagoa e aparece do outro lado. Não me chame de José Sérgio, se isso for maromba de negro caduco!”.

A LENDA DO CRUZEIRO

Antigamente, no largo da Matriz, erguia-se enorme cruzeiro, cuja construção o velho José Sérgio traduziu na seguinte lenda:

– “Depois das santas missões, padre Barbão disse que ia deixar uma lembrança pro povo de Oliveira. Havia de ser um cruzeiro bem grande no centro do arraial. Escolheu um pau de bálsamo na mata do Macuco, a quatro léguas do comércio, em terras do major Valério.

Para o senhor fazer uma idéia do tamanho desse bálsamo, basta dizer que ele, tombado no chão, tinha uma grossura maior do que a altura dum homem. Todo mundo esconjurava o pau. O transporte, que campanha! O padre não

queria que lavrasse. Tinha de ser trazido assim roliço, para o largo.

Mas cadê que o pau queria vir? Já tinham botado nele juntas e juntas de bois. O ferrão trabalhava na boiada; a boiada gemia; e não havia canzil nem tiradeira que chegassem. Rebentava tudo; e o pau mesmo lá ficava seu quieto, no fundo da grota.

Padre Barbão soube disso e tocou pra lá. Falou pros fazendeiros:

– Quero dez bois; um de cada fazenda. Mas há de ser dos melhores.

Aconselharam mais bois. Padre Barbão pediu mais dez. Mandou fazer umas entalhas por baixo do bálsamo e aí botou umas roletas, presas por correntes de ferro. Trelados os bois e chegados àquele mundão de pau, padre Barbão subiu em riba do bálsamo, olhou pro céu, cochicou uma reza, pediu aos homens que não botassem ferrão na boiada, chamou cada boi pelo seu nome e... o pau veio, liso, aliviado, com o padre em riba, em pé, que nem santo no andor.

Só assim é que pudemos dar com o bálsamo no largo. Aí, os carapinas o lavraram e fizeram a cruz. Uma cruz mais alta do que a igreja. No dia do seu alevantamento, foi aquela fervura de povo! Escadas, cordas, gente puxando, gente gritando “Muque, pessoal!”, foguete estourando no ar, sino revirando na torre – e o cruzeiro ia subindo, subindo... De repente, um sino grande chamado Jerônimo escapuliu lá da torre e... brucutu por riba do povo! Pegou dois homens e sumiu com eles pelo chão adentro. Gritaria, choro, reza – um Deus nos acuda! Uma moça ficou doida. Parecia dia de Juízo. Jerônimo foi arrancado do chão e ficou preso na cadeia muito tempo...

– E o cruzeiro?

– O cruzeiro ficou firme. Os João-de-barro fizeram casinhas nos braços dele, entremeadas com os “martírios”. Quando era hora de missa, eles ferravam naquela latomia:

– Eu também vou, eu também vou!”.

A LENDA DAS BOÇOROCAS

Ela nos veio ali de São João Batista. Que o bom povo desse pitoresco arraialejo não nos leve a mal o registro desta lenda, irmã da lenda da lagoa.

Há mais de cem anos atrás, o vigário de Oliveira, cônego Meireles de Barros, reverendo trigueiro, porém muito casquilho, recebia do devoto rebanho de São João Batista um convite para celebrar ali a missa do galo. Mas Oliveira não podia ficar sem essa missa. Como resolver?

Diria a missa do galo na cidade e, às dez da manhã, celebraria em São João Batista.

Combinado!

E começaram os preparativos para a festa no lugarejo, incluindo uma recepção condigna ao cônego Barros. Arcos de bambu. Rua varrida e juncada de folhas verdes. Banda de música. Foguete. Repiques de sino.

Na manhã do grande dia, já a frente da matriz do arraial regurgitava. E devia estar mesmo um brinco! Naquele tempo, o alto em que ficava a matriz de São João Batista era de uma poesia natural e sugestiva. Duas alas de coqueiros esguios, alternados de casuarinas, formavam uma extensa alameda que conduzia à igreja branquejante lá no alto.

Quando lá no morro espocassem dois foguetes, era a senha: aproximação do padre. Então o povo, entre músicas, bimbalar de sinos, flores e aclamações, recebê-lo-ia à entrada do lugar e o conduziria processionalmente à matriz para o supremo ato da liturgia católica.

Mas...

O sol já havia arribado duas, três, quatro braças no céu e – do padre mesmo, nada!

Que era, que não era? – e o povo foi se inquietando. Uns culpavam o mau tempo: realmente, ao amanhecer, caíra forte aguaceiro. Outros, maledicentes e despeitados com o prestígio de que gozava o reverendo entre o belo sexo, im-

putavam razões outras à sua demora. Dessa opinião era o cel. Arnaldo, a maior fortuna do lugar. Pavoneava-se, dominador e solene, na sua roda de fazendeiros fortes, onde, por fim, roncou este palpíte:

– Pois se o negro não chegar até o meio-dia, nós o amarraremos num daqueles coqueiros para uma boa sova.

O negro era o padre. A frase, se audaciosa e irreverente, era, para aqueles tempos de religiosidade timorata, mais do que isso: um sacrilégio! um desafio à Divindade!

Virgem Nossa Senhora! e o escândalo voava de boca em boca. Deus nos livre! que pecado! e as mulheres benziavam-se, rabeando olhadelas ferozes no coronelão audaz.

Súbito, dois foguetes estrugiram no alto do morro. Era o padre. Vinha cavalgando um bom animal, acompanhado de um guia também a cavalo.

Saltou da sela, brusco e suarento, limpando a fronte brônzea na manga do guarda-pó e respondendo ao “Sois Cristo” humilde de cada um.

A recepção foi mais carinhosa do que nunca. Natural reação psicológica aos intentos do coronel.

Cônego Barros, enquanto se livrava do guarda-pó e das esporas, ia justificando a sua demora. O aguaceiro caído de madrugada o detivera nos Fradiques. Duas horas num ranchinho, à espera duma estiada! O córrego virara um Amazonas. Teve de esperar muito, até que minguassem um pouco, conseguindo afinal passar com o guia pela pinguela, equilibrando-se a custo, enquanto os animais, rédeas soltas, atravessaram a nado a enchente.

Para o mulherio aquilo foi uma epopéia de mártir, digna de figurar em todos os martirologios, acrescida ainda do jejum canônico.

– Coitadinho, meu Deus! grunhiam as beatas.

E, celebrante à frente, todos rumaram para a igreja. Estranhando os excessos de carinho daquela vez, cônego Barros, insistindo, soube logo de tudo.

Ah, para quê! Gritou do altar que o sacrílego haveria de acabar na miséria, predição que afirmam cumprida. E o lugar haveria de acabar comido pelos buracos (boçorocas). E partiu.

Já à tardinha do mesmo dia, pendiam murchas as palmas do coqueiro para o qual apontara o coronel quando dissera “aquilo”. E, em pouco tempo, imitando o coqueiro, morreram, uma a uma, todas as palmeiras e casuarinas. Rondando o lugar, foram então aparecendo os esbarrancados vermelhos, os boqueirões a pique que se escancaram, hiantes e numerosos, assediando de abismos o velho e pacato distrito de Oliveira...

São as boçorocas que ainda hoje lá se vêem e que só se acalmaram um pouco depois que uns missionários traçaram sobre elas um grande sinal da cruz...

A LENDA DOS RASTROS MISTERIOSOS

A sudeste da cidade, ergue-se um morro pedregoso e abaulado.

É o morro das Pedras.

Na sua rampa rochosa que verte para a cidade, delineiam-se rastros humanos na laje viva. Até parecem feitos propositadamente a cinzel. Vestígios lisos, de pés calçados de alpercatas. Uns dois ou três, postos com intervalos regulares, descendo a rampa, alternados de sinais redondos.

O povo os chama de “rastros de Deus”. E os venera, beijando-os e enfeitando-os de flores.

Dizem por aqui que Jesus Cristo veio um dia, a cavalo, para visitar a cidade que viceja nas colinas sob o sorriso da oliva especiosa que é Nossa Senhora de Oliveira.

Ao galgar o dito morro, descavalgou-se para descansar. O arcanjo que sempre o seguia invisivelmente, notou que ele curtia sede em silêncio. A um aceno seu, brotou ali perto uma fonte cristalina, da qual Jesus bebeu e cujas águas abençoou. São as “Águas Santas”, até hoje existentes ali perto, na encosta que verte para o outro lado.

A elas atribuíam-se outrora virtudes maravilhosas, hoje desaparecidas por causa do abuso e da malícia dos homens.

Ao descer a rampa rochosa, em direção à cidade, Cristo deixou na pedra viva as suas pegadas santas; vêem-se também os rastros do seu animal.

Dali saíram as pedras para a construção do cemitério em 1855, carregando-as o povo na cabeça. “Quando nós roçamos lá para tirar pedra, padre Barbão não deixou cortar os paus da beira da água. Disse que era santa.” (José Sérgio).

E os rastros e a laje em que estes se acham, continuam conservados, apesar da extração de pedras a dinamite, rasgando a rampa, de um lado e de outro. Que eles sejam sempre respeitados e perdure na tradição popular a suavidade desta lenda tão genuinamente oliveirense.

Quem vem de fora, das grandes e tumultuosas cidades, encanta-se ao embalo destas sagas de piedade e primitivismo, e irá fatalmente a lugares assim, “onde a alma ingênua do povo viu, nos sinais primitivos da rocha bruta, a simbolização de um milagre divino”¹³².

¹³² Francisco E. da Fonseca, já citado.

CAPÍTULO XII

PARTICIPAÇÃO DE OLIVEIRA NOS ACONTECIMENTOS NACIONAIS

Célula viva dum organismo enorme – Oliveira e a abdicação de D. Pedro I – A Guarda Nacional de Oliveira – Oliveira e a coroação de D. Pedro II – Oliveira na Guerra de 1842 – Oliveira e a Guerra do Paraguai – Oliveira e a Abolição da Escravidão – Oliveira e a República – Oliveira e a Revolução de 1930 – Oliveira e o momento nacional – Conclusão.

CÉLULA VIVA DUM ORGANISMO ENORME

Como célula viva dum organismo imenso, Oliveira sempre participou, sinergicamente, de todos os acontecimentos desenrolados na história brasileira. Tudo tinha aqui uma repercussão *ad hoc*. Passeatas cívicas pelas ruas. Discursos despejados do alto das sacadas. Lanternas multicores nos beirais das casas. Lâmpioes de querosene, enquanto 1908 ainda não houvesse chegado com a luz elétrica. Retretas musicais nas praças públicas. Serões lítero-dançantes nos salões coloridos dos grandes solares do lugar. Foguetes. Jantares fartos. – E, mais tarde, os comícios políticos. As lutas partidárias pela imprensa, com empastelamento de jornais derrotados. E as eleições ruidosas, etc., etc.

Plantando, abrindo estradas, estudando, escrevendo, amando a ordem e a prosperidade, de vários modos o oliveirense sempre participou de todos os acontecimentos nacionais.

OLIVEIRA E A ABDICAÇÃO DE D. PEDRO I

Quando, em 1831, se deu a rumorosa abdicação de D. Pedro I na pessoa de seu filho ainda menor, Oliveira,

que era então um mero arraialejo serrano, não deixou de vibrar pró ou contra.

Embora grata ao proclamador da nossa independência em 1822, vibrava naturalmente pela retirada do filho de João VI, pois ambos nunca lhe deram a graça de uma penada ou de um olhar sequer. Simples arraial, Oliveira nem freguesia era ainda ao raiar o histórico 7 de abril. Era apenas um curato perdido entre os morros, e, geograficamente, a mais recuada extrema do município de São José del-Rei.

Mas, sintonizada sempre com o ritmo vital da pátria grande, sua alma vibrátil pulsou de júbilo quando o velho tenente Paulo Roiz Rocha, então juiz de paz do curato, leu ao povo um ofício da Câmara de São José del-Rei noticiando a abdicação.

Foi um delírio. Logo a população se reuniu espontaneamente em largas demonstrações de satisfação e entusiasmo. Houve três dias de festas. Em três noites consecutivas, arderam luminárias multicores nas fachadas das casas e diariamente “uma banda de excelente musica” fez retreta no largo, sob as casuarinas e as acácias sussurrantes. E, no terceiro dia, reunida na velha matriz do curato, então dirigida pelo padre Francisco de Paula Barreto, a população fez cantar missa solene de manhã, acrescentando-lhe, à noite, um te-deum em ação de graças, como se a abdicação fosse o fim dum pesadelo. Até parecia uma antecipação secular do 24 de outubro de 1930, quando Washington Luís seria deposto do Catete, diante do avanço vitorioso duma revolução em que Oliveira teve parte saliente.

Eis aqui, *ipsis litteris*, como o juiz de paz Paulo Roiz Rocha, a 17 de maio de 1831, comunicava à vereação de Tiradentes a vibração oliveirense:

"Illmo. Sr. Presidente João Antonio e Campos.

Recebi o officio que V.S. me dirigio em data de 19 do mez p.p. com a Proclamação inclusa, a qual fazendo eu logo patente na forma do estilo, desafiou tamanho praser

e entusiasmo nos Cidadoens deste logar, que dirigindo-se a mim espontaneamente se votarão todos a testemunhar cada um a expensas suas, por via de festejos, a expansão do seu jubilo. E como de facto tres noites successivas inluminaram-se com profusão e elegancia todas as Casas, assistindo na praça em todas as noites uma banda de excellente musica; no terceiro dia achando-se no Templo innumeravel concurso de Cidadãos, se celebrou Missa Cantada e Te Deum em acção de graças ao Omnipotente pelo bem que nos outorgou, coroando a todos estes actos de patriotismo a paz e a harmonia que reinou superabundantemente em todo o povo. É, pois à vista deste procedimento que posso certificar a V.S. que o Povo deste Curato se achava ligado em uma só vontade que é identificar-se em tudo com a Camara Municipal, como Orgam da mesma assás coadjuvais em tudo para o honroso fim, a que se propoem. Deus guarde V.S. por muitos annos.

Oliveira, 17 de Maio de 1831.

Paulo Roiz Rocha, *Juiz de Paz*¹³³

Oliveira foi sempre vibrátil a qualquer movimento nacional. Nunca tomou iniciativa de rebeliões. Mas também nunca “enjeitou barulho”, desde que tocada pela faísca dalguma explosão unânime e justa do povo brasileiro. A câmara de Tiradentes, já então ciente dessa psicologia, não se limitou a auscultar a alma oliveirense de 1831.

Quando da sedição militar de Ouro Preto em 1833, um dos seus primeiros gestos foi velar pela segurança de Oliveira e São João Batista, pondo “em cada uma destas Povoações uma guarda avançada e vedetas no Lambari, por ser a extrema do Termo”¹³⁴.

A GUARDA NACIONAL DE OLIVEIRA

Criada pela lei regencial de 18 de agosto de 1831, as guardas nacionais — fruto do cérebro dinâmico do padre

¹³³ *Terra de Ouro*, de Godofredo Viana, págs. 35 e 36.

¹³⁴ *Ibid.*, 73 e 74.

Feijó, num dos períodos mais difíceis e calamitosos da história brasileira – logo se organizaram de município em município. Em cada distrito, paróquia ou curato, haveria guardas nacionais formadas por companhia, companhias, batalhões e legiões.

Competia-lhes defender a constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império.

Nos curatos ficariam subordinadas ao juiz de paz que aí gozava das funções de um presidente na sua província ou do próprio ministro da justiça na Corte.

As praças eram escolhidas entre pessoas do lugar, formando uma espécie de linha de tiro mais grã-fina, constituída de oficialato superior e inferior.

Fardamento, soldo das praças, armamento – tudo por conta do governo.

Pertencer à Guarda Nacional não só era uma honra, como isentava do recrutamento para o exército ou para a armada. O serviço dividia-se em serviço ordinário e em quadro da reserva, figurando neste os profissionais liberais, acadêmicos, eclesiásticos e maiores de 60 anos.

A 27 de dezembro de 1831, quatro meses e pouco depois de criada no Rio, a Guarda Nacional era também estabelecida no então curato de Oliveira.

Naquela data, o vigário Francisco de Paula Barreto, juiz de paz do curato, reunia, sob sua presidência, no consistório da capela de Nossa Senhora de Oliveira (sic), os seguintes cidadãos: capitão Serafim Ribeiro de Castro, capitão Custódio José Machado, que eram os eleitores únicos do curato, e mais o padre José Francisco Lopes, tenente Silvério José Bernardes, tenente Jerônimo da Costa Guimarães e capitão Joaquim Ferreira¹³⁵.

¹³⁵ *Livro de matrícula geral das guardas nacionais do distrito de Oliveira (1831), pág. 1.*
— Arquivo da Prefeitura.

A finalidade dessa conferência era formar o primeiro Conselho de qualificação para se organizarem as primeiras guardas nacionais de Oliveira.

No primeiro quadro de alistamento no serviço ordinário encontramos, em 1832, 122 praças. E, em 1834, após as eleições costumeiras feitas no consistório da matriz, já Oliveira tinha a sua cavalaria, a sua infantaria e a sua reserva. Declinemos alguns nomes:

Da cavalaria, constante então de 56 praças:

Sargento-mor Silvério José Bernardes, 41 anos de idade, casado, agricultor. Cândido de Faria Lobato, 43 anos, casado, negociante. Antônio José de Castro, 26 anos, solteiro, negociante. Padre Joaquim Luís Campos, 26 anos. Tenente Leonel Gonçalves Gomide. Capitão Antônio Ferreira de Carvalho, 47 anos, casado, negociante. Tenente Paulo Roiz Rocha, 57 anos, viúvo, negociante. Joaquim José de Andrade, 30 anos, casado, negociante. Capitão Mariano Ribeiro da Silva. Capitão Januário Ribeiro da Silva, 41 anos, casado, agricultor.

Da infantaria, constante então de 134 praças:

Joaquim Alves de Oliveira. José Ribeiro da Silva. Venâncio Carrilho de Castro, 52 anos, casado, negociante. José Ferreira de Carvalho, 29 anos, solteiro.

Da reserva, então constante de 17 homens:

Capitão Custódio José Machado. Tenente José Alves Ferreira. Custódio José dos Santos.

Simultaneamente, sob a orientação de líderes oliveirenses, criaram-se também as guardas nacionais de Cláudio, Bom Sucesso, Passa Tempo, Santana do Jacaré, Perdões, São Francisco de Paula, São João Batista, Carmo da Mata, Japão, Santo Antônio do Amparo e Canaverde.

Simple curato ainda em 1831 e 32, já Oliveira irradiava sobre as suas vizinhas uma influência diretiva, como se já fosse cabeça de município.

Em princípios de 1841, logo depois de estabelecida a municipalidade, foi reorganizada a Guarda Nacional do município de Oliveira, com uma companhia em cada distrito.

No distrito da sede, ficava a companhia nº 1, composta de 110 praças do serviço ativo e 20 da reserva.

No distrito de São João Batista, a companhia nº 2, composta de 60 praças do serviço ativo e 12 da reserva.

No distrito do Japão, a companhia nº 3, com 98 praças do serviço ativo e 18 da reserva.

No distrito de Cláudio, a companhia nº 4, com 97 praças do serviço ativo e 18 da reserva.

No distrito de Carmo da Mata, uma seção de companhia sob o nº 5, com 29 praças do serviço ativo e 5 da reserva.

No distrito de Perdões, sob o nº 6, uma companhia com 80 praças do serviço ativo e 9 da reserva.

No distrito de Santo Antônio do Amparo, a companhia nº 7, com 70 praças do serviço ativo e 31 da reserva.

No distrito de Canaverde, a companhia nº 8, com 58 praças do serviço ativo.

Em 1847, já encontramos as guardas nacionais do município formando uma legião, sob o comando geral do tenente-coronel Teodósio da Costa Pereira.

Na primeira organização da Guarda Nacional de Oliveira, o seu quartel general ficava na vila sob o comando do capitão Joaquim José de Andrade, que foi o primeiro chefe das guardas nacionais do futuro município. Logo que este foi criado, além do comandante geral, era o juiz de paz de cada distrito que respondia aí por qualquer expediente da Guarda Nacional local.

Os oficiais da cada companhia eram promovidos, de 4 em 4 anos, por meio de eleições feitas dentro da igreja, pelos respectivos conselhos de qualificação. Havia tenente-coronel, capitães, major, alferes, porta-bandeira, cirurgiãomor, corneta-mor etc.

As paradas eram solenemente presididas pelo juiz de paz. Uniforme de gala – blusão azul ferrete, com dragonas douradas, botões de ouro, quepe, calça com talas de cor ao longo das pernas, espada – ginetes bem ajaezados para os esquadrões de cavalaria, o oficialato em forma, sons de tambores e corneta, bandeira à frente e o tenente-coronel comandando...

É de se imaginar o garbo daquelas paradas! Como não ficaria transfigurada aquela remota Oliveira em pleno meado do século dezanove!

Isto, para só falar dos primeiros anos da guarda oliveirense. Depois, através de novas leis e novos governos, ela deve ter sofrido muitas modificações. Mas, apesar de tudo, ainda chegaram até nossos dias muitos dos seus antigos oficiais.

Através da sua Guarda Nacional, Oliveira vivia com vibração todas as pulsações da Pátria.

Basta ver o entusiasmo local ao subir D. Pedro II ao trono do Brasil. Basta ver a resistência de Oliveira em face do avanço rebelde de 1842, embora caísse sob pressão externa e ante a divisão interna dos seus filhos.

E, agora, como nota pitoresca, anexa à imponência extinta da velha guarda oliveirense, vamos transcrever aqui, ao pé da letra, dois especiosos exemplares de cultura e estilo, extraídos dos velhos anais dessa antiga organização militar em Oliveira: o primeiro é um atestado médico antediluviano datado de 1837; e outro é um assentamento cacográfico de 1841.

UM ATESTADO MÉDICO CURIOSO

“Antonio Jm. de Moraes, Cirurgião aprovado em sangria, cirurgia e medicina Prática¹³⁶ com Carta Regia de

¹³⁶ Saint-Hilaire, num de seus livros, conta com muita graça como, em 1822, encontrou, perto de Barbacena, uma comitiva oliveirense, na qual figurava também um cirurgião com ares de importância que pareciam dizer “Senhores, respeitem-me!”. Vendo-se procurado para consultas diversas, observou o terapeuta que um moço, que acompanhava Sant-Hilaire, sofria duma determinada erupção cutânea. O honrado cirurgião, sempre exibindo os seus títulos, apressou-se em medicar o moço, esfregando-lhe na pele uma

confirmação, na forma da lei, Cirurgião Mor do Segundo Batalhão de Guardas Nacionaes, deste Município.

Attesto e fasso certo debaixo do meu juramento, que o Tenente Paulo Roiz Roxa a um mez poco maes ou menos lhe veio uma grande dor de cabessa e no fim de tres dias passou, deixando-lhe a metade da cara fria e metade quente, e os olhos xorando muito e com muito pouca vista, e no dia que lhe é percizo ler alguma carta afirmando a vista pega os olhos a correr Agoa e fica todo sem ver nada. O Refirido he verdade por estar em Uso de Remedios até apresente não tem alcansado melhoras.

Nossa Senhora de Oliveira — 29 de Julho de 1837, a qual passo por me cer pedida e sendo neceçario juro aos santos evangelhos. — Antonio Joaquim de Moraes¹³⁷.

UM ESPÉCIMEN DE ORTOGRAFIA PELO MÉTODO CONFUSO

Eis um lançamento feito no 1º livro de matrícula das guardas nacionais da vila de Oliveira, obra já citada. A especialidade data de 1841:

"Como por es Quiçimento não foro a Lista das alguas Peças desti Destritu q. as julgou suficientes en a Çilcunstaçias de çerem gardas Naçional eu as no hoje 4 de junho de 1841 marti culadas e são o seguintes

Izaias Ferreira da Costa

Francisco Ferreira da Costa

Vicenti Joze do Santos

exótica mistura de pólvora e sumo de algodão, seguida de uma bênção supersticiosa. E, para completar o seu ridículo, virando-se para Saint-Hilaire, exigiu-lhe, pela medicação, o pagamento de uma pataca...

¹³⁷ Terra de Ouro, de Godofredo Viana, 205 e 206.

Joaquim Bernardi do Nascimento

Joze Vaz Tosta

Joze Antonio Pereira

*E mesmo por q. assim me requererão Villa da O Lieveira 4 de junho de 1841. — Antonio Ferreira de Carvalho, Juiz de Paz".*¹³⁸

OLIVEIRA E A COROAÇÃO DE D. PEDRO II

Quando, há cento e treze anos atrás, assomava ao trono imperial do Brasil um adolescente de olhos azuis, que, durante meio século, haveria de reinar com o nome de D. Pedro II, Oliveira recebeu a notícia com vivos transportes de júbilo.

Em sessão extraordinária de 15-8-1840, presidida pelo padre Barreto, a câmara municipal entrava em conhecimento da portaria com que o presidente da Província anunciava ter Sua Majestade Imperial assumido o poder.

“Estando presentes os Snres. Vereadores Castro, Moura, Faria, e Carneiro, abriose a sessão. Lida, e approvada a acta da antecedente. Leo se uma Portaria do Exmo. Prezidente significando, que S. M. o Snr. D. Pedro 2º ia tomar posse do Governo do Brasil. A Camara deliberou mandar, que se guardasse no Arquivo. Item outra Portaria do mesmo Exmo. Snr. significando, que sua Majestade tinha no dia 23 de Julho assumido o Throno Brazileiro, e incluindo o acto de sua aclamação, juramento, e posse, e ordenando juntamente que a Camara houvesse de festejar tão extraordinário successo. A Camara deliberou ordenar por um edital, que os habitantes desta Villa illuminassem as frentes de suas cazas por trez dias consecutivos devendo começar hoje dia 15, e havendo amanha 16 um solemne Te Deum, e percorresse a noute as ruas com bandas de Muzica. O Sr. Vereador Castro appresentou redigida uma pro-

¹³⁸ Livro de matrícula já citado, folhas 28 e verso. Arquivo da Prefeitura Municipal.

*clamação para ser lida aos habitantes desta Villa foi aprovada, e assinada para ser publicada, e affixada*¹³⁹.

Aquele 15 de agosto, data aliás da Padroeira local, mal podia prever que, 50 anos depois, era também lida à população oliveirense outra proclamação completamente diversa: o advento da República e o exílio desse mesmo monarca que subia ao trono.

Entre aclamações e discursos, Oliveira iria marcar aquela outra data, que também era um dia 15, batizando com ela o mais central dos seus amenos logradouros públicos – Praça Quinze de Novembro!

OLIVEIRA NA GUERRA DE 1842

Gozando a paz rústica e beatífica dos seus dois primeiros anos de vila, Oliveira foi de súbito lançada na fogueira da revolução.

Foi uma queda inesperada. Alma vibrátil, porém blindada de um grande aferro à prudência e à legalidade, Oliveira sempre precisou de golpes rijos e súbitos para se incendiar ou para deliberar. Venâncio Carrilho foi um dos que compreenderam bem essa psicologia local, sacudindo a alma popular com safanões de caudilho, ciente de que só a golpes de coriscos é que se acordam os titãs.

Foi com um empurrão que Oliveira entrou para a guerra de 1842.

Rebelião estourada em Sorocaba, teve, em Minas, o seu início e seu maior núcleo em Barbacena, onde se salientavam chefes da têmpera de um cônego Marinho. Dada a posição social elevada dos dirigentes revolucionários, a intensa propaganda sublevadora e o estado de transição do panorama político daquela época, foi com impetuoso avanço que o movimento veio se estendendo Minas em fora.

¹³⁹ Anais da extinta câmara. Ata de 15-8-1840. Arq. da Prefeitura.

Avassalando o centro e o oeste, ia se repetindo, de localidade em localidade, o que sucedera em Barbacena a 4 de junho: reunião duma câmara revolucionária; toque a rebate nas cornetas; bimbalar de sinos; mobilização de civis e de guardas nacionais; alvoroço no povo e fuga de legalistas.

Muitos lugares aderiram sob pressão externa, e não por sua livre e espontânea vontade. Os rebeldes, engrossadas as suas colunas com as forças aliciadas em um núcleo conquistado, marchavam sobre outro e o tomavam. Assim sucessivamente.

Oliveira, numa atitude de expectativa, ficou olhando o alastramento da revolta avançando do sul para seu lado. São João del-Rei caíra, com a entrada vitoriosa do revolucionário Manuel de Andrade, à frente dum destacamento rebelde. São José del-Rei e Bonfim também não tardaram a cair. Pregoeiros da rebelião vinham, de praça em praça, sublevando as populações, espalhando o incêndio e captando adesões em cada câmara municipal.

Quando Oliveira viu que o barulho atingira distritos seus aqui perto, como Cláudio e Bom Sucesso, deixou de roncar grosso a favor da legalidade e começou a esquecer-se de um pacto que fizera com Tamanduá para não aderirem ambas à revolução, de modo algum.

Tamanduá, de um lado, era um reduto da legalidade. Formiga, Araxá e Pium-í – idem.

Mas, do outro lado, crepitavam São João, Cláudio, Bonfim, e até Paracatu lá longe.

Vendo-se assim entre diversos fogos, Oliveira começou a dividir-se. Os principais cidadãos do lugar procuraram obstar a entrada de rebeldes armados. Mas era tarde. A cizânia já estava semeada dentro da vila.

A 20 de junho chega aqui o juiz de direito da Comarca do Rio das Mortes (dr. Manuel Antônio Fernandes), com a notícia de que São João tinha sido invadida pelos rebeldes.

Foi uma verdadeira injeção de soro nos chefes revolucionários daqui.

No mesmo dia, chega a Oliveira um dos Xenofontes do movimento: o tribuno Cesário Augusto da Gama, ousado pregador da revolta. Unindo-se a seu irmão Francisco de Paula Justiniano da Gama, ao vigário de Oliveira, cônego Pedro Meireles de Barros, ao tenente-coronel José Ferreira de Carvalho, então vereador da edilidade oliveirense, e a diversos outros, entraram a organizar tropa.

Usando ora do terrorismo, ora do suborno, percorreram a vila, durante as noites de 20 e 21 de junho, aliciando gente para as hostes revoltosas. Muitos aderiram mais por incautos do que por rebeldes.

O plano era tomar o poder em Oliveira, implantar aqui uma câmara municipal revolucionária e, logo depois, marchar sobre Tamanduá, se esta vila não aderisse espontaneamente. Daí ganhariam as demais praças do oeste mineiro.

Nesse ínterim, o juiz de direito da comarca – o mesmo que havia trazido pouco antes a notícia da queda de São João – voou para Tamanduá e aí revelou o plano oliveirense.

Na noite de 21, travaram-se conflitos nas ruas de Oliveira. Chefes revolucionários, tendo à frente Manuel Francisco de Andrade, morador em São Francisco de Paula, tentaram proclamar em público e fazer reconhecido pelo povo o governo novo de José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, proclamado em Barbacena, presidente da Província, em oposição ao governo legal de Bernardo Jacinto da Veiga.

No dia 22, o mesmo bloco revolucionário local dirigiu-se à casa da câmara. O tribuno Cesário Gama tomou a palavra e leu proclamações e manifestos revolucionários, ao lado de outros papéis enviados por José Feliciano. Daí, marcharam incorporados à residência do presidente da câmara, que era então Antônio José de Castro. Disseram-lhe que o povo queria uma sessão extraordinária, com a presença de

toda a vereação, para tratar de negócios da salvação pública (sic). Antônio de Castro, porém, fosse por prudência ou fosse por medo, pretextou enfermidade grave, e não atendeu aos rebeldes.

Estes recorreram então ao vice-presidente. Não o acharam: havia dado já às de vila Diogo. O mesmo fizeram os demais vereadores, exceto dois ou três que tinham aderido.

Então, sem atenderem a mais nada, reuniram-se na casa da câmara e improvisaram uma vereação ao sabor revolucionário; presidente, capitão Joaquim Ferreira Carneiro; vereadores: vigário Meireles, capitão Francisco Vicente de São Carlos, sargento-mor Silvério José Bernardes, tenente-coronel José Ferreira de Carvalho, e para secretário o mesmo secretário da câmara – padre Modesto Luís Caldeira.

Essa câmara revolucionária realizou duas sessões barulhentas. Na primeira (22-6-842), proclamaram e fizeram reconhecido pelo povo o governo de José Feliciano, gesto que, por sugestão do vigário Meireles, foi noticiado a todo o município por meio de editais vibrantes. Com a data daquele dia (22 de junho), foi redigida e enviada ao governo revolucionário a adesão de Oliveira ao movimento. Além de açambarcar o poder municipal, obstar a reorganização da câmara legalista, deporem juiz municipal e promotor público, substituindo-os por oliveirenses compactuados com o movimento, os revolucionários de Oliveira expediram uma intimação à câmara de Tamanduá para que aderisse. Como veremos, Tamanduá não se intimidou com esse rompante. Calou-se; e esperou.

Na segunda sessão, foi lida a resposta do presidente revolucionário: José Feliciano. Além de congratulações com Oliveira revoltosa, declarava deposta a câmara legal, inclusive o seu presidente, José Antônio de Castro.

Este, então, vendo-se esbulhado, não se limitou à passividade e tentou organizar uma reação, por meio da “parte

saã dos Cidadãos indignados contra semelhante Estado de cousas”¹⁴⁰.

Temerosa diante de tal atitude, a câmara revolucionária não confiou só nas forças que conservava aquarteladas na vila, constituída de cavalarianos e pedestres. Requisitou forças de fora do município.

É então que, a 30 de junho, Oliveira se vê repentinamente invadida por uma tropa heterogênea. Aqui entrava o bacharel José Jorge da Silva, à frente de 200 rebeldes armados – gente das guardas nacionais do interior e pessoas do povo – verdadeiro enxurro vindo de Santo Antônio do Amparo, Lavras, Bom Sucesso, Cláudio, Japão e Perdões.

Durante sua estada em Oliveira, o chefe José Jorge praticou aqui “todos os actos que sua imaginação lhe sugeria, já ostentando suas forças, já desalentando os amigos da Monarchia por meios os mais degradantes para o homem e honra” (sic). – Ibid.

Andou fazendo por aqui verdadeiras batidas nas casas e fazendas vizinhas, requisitando víveres e dinheiro para prover suas tropas. A cada porta que ele chegava com seus batedores, o proprietário corria para o quintal sobraçando sua burra de dinheiro e as jóias da família, enterrando tudo em lugares esconsos, dentro de tachos e baús. É o que diz certa tradição. De sorte que, ainda hoje, deve haver, aí pelos pomares oliveirenses, muito tacho de moeda dormindo tranquilamente no fundo da terra... Dizem que certos portais ocios e barrotes de assoalho recebiam também valiosos depósitos...

José Jorge desencadeava também a “guerra dos nervos” hoje tão em moda. Vivia espalhando que a vila seria assaltada, de um momento para outro, por um grande exército, que a arrasaria se não aderisse toda ao movimento.

¹⁴⁰ Livro de Atas e Offícios, dos antigos anais da câmara. Arquivo da Prefeitura.

E, com isso, conseguiu tiranizar Oliveira e arrastá-la a um combate com Tamanduá.

Começou por dirigir uma portaria ao bravo comandante da Guarda Nacional oliveirense, major Felisberto Ribeiro da Silva. Se conseguiu com isto dois ou três conscritos, conseguiu muito; porque, efetivamente, a Guarda Nacional de Oliveira não traiu ao seu dever.

O mesmo não aconteceu com as guardas nacionais dalguns distritos do município, exceção feita às de Passa Tempo e Carmo da Mata, onde a legalidade encontrou firmes baluartes. Mas, em Cláudio, por exemplo, aderiu até o oficialato quase todo.

* * *

Combate do Caju. – Quando o bacharel José Jorge da Silva viu que já dispunha de força bastante para marchar sobre Tamanduá, resolveu tentar primeiro a adesão pacífica do velho arraialejo de São Bento.

Mas foram solenemente repelidas as insinuações absurdas do maluco bacharelzinho. Ao lado dos tamanduenses achava-se um legalista destemido, o fazendeiro Narciso Ferreira de Oliveira que era, aliás, natural do município oliveirense, tendo nascido no distrito do Japão. Mudara-se para Campo Belo onde possuía grande fazenda. Para organizar sua tropa, fez, como José Jorge, buscas pelas casas e fazendas, cujos proprietários seguiram o exemplo dos oliveirenses: fugiam para o quintal com as burras de dinheiro, enterrando-as em lugares secretos...

O coronel Narciso, ciente dos planos de José Jorge, opôs-se formalmente à adesão da municipalidade de Tamanduá, mandando que deixassem tudo por sua conta, que ele mostraria ao chefe e à sua cáfila com quantos paus se fazia uma canoa...

Não se intimidou com o enorme exército do bacharel. Recorreu à velha estratégia bélica do tempo de Aníbal:

vigiar os caminhos e fechar as entradas da sua praça de guerra.

Destacando 60 homens comandados por seu irmão, o alferes de Guarda Nacional, Ladislau Ferreira de Oliveira, fazendeiro no Bom Jardim das Flores, localizou essa força a três léguas e meia de Tamanduá, junto à estrada que de Oliveira seguia para aquela vila, Formiga, Araxá e Uberaba. Local esse denominado Campo do Caju.

Enquanto isso, o bacharel José Jorge dava, em Oliveira, o grito de avanço. Para aquela expedição, forneceram carros de víveres alguns “coronéis”, como o oliveirense Joaquim Antônio dos Santos, vulgo Joaquim Tareco, velho patriarca de numerosa família.

A 10 de julho, partia de Oliveira uma tropa de 400 homens armados, sob a chefia de José Jorge da Silva. Iam montados em éguas e burros, em cavalos, ou em carros-de-bois, conduzindo armas as mais disparatadas: foices, machados, bacamartes, reúnas, espingardas pica-pau etc. No meio, seguia também gente grã-fina: padre e vereadores.

Entre vivas e aclamações, lá se foram rumo de Tamanduá, erguendo no ar a poeira dos velhos caminhos... E assim continuavam estrada afora, cantando e vivando, alheios ao perigo que se achava camuflado entre a densa vegetação do Campo do Caju, à beira do caminho: os 60 homens do coronel Narciso.

Quando, no dia 11, por ali passaram os 400 guerreiros oliveirenses já excitados pela aproximação do arraial de São Bento, eis que, de improviso, ruge-lhes por cima um fogo cerrado, vindo não se sabia donde. Aqueles 60 homens caem furiosamente sobre o grande exército de Oliveira. Estabelece-se o pânico. Rolam cadáveres de homens e cavalos. Revidam os de Oliveira; mas acabam em verdadeira debandada pelo mato adentro, depois duma hora de fogo cerrado, deixando o campo da peleja “juncado de muito cadáveres, 13 ponches, uma reúna, nove cavalos e doze malas, afora muitos outros despojos que foram extraviados, por se não

poder explorar no mesmo dia o campo, por estar vizinho há huma matta, em que se embrenharam os mesmos sediciosos”¹⁴¹.

O número de feridos foi de uns quarenta e tantos, sendo que, na parte contrária, só houve três.

Voltando para Oliveira, José Jorge já encontrou aí certa reação. E, logo no dia 12, bateu em retirada com a sua força posta em frangalhos. Esses sediciosos acossados – gente de Oliveira, Lavras, Funil, São João etc. – procuraram refúgios diversos, sendo que o mais teimoso reduto foi o distrito de Cláudio, para onde, dias depois, correram também refugiados dos combates de Sabará e Santa Luzia, alvos das tropas de Caxias, na sua vitoriosa marcha sobre o centro e o norte.

A última resistência sediciosa acabou por se derribar em Oliveira, quando, a 22 de julho, aqui entrava uma coluna legal composta de 150 homens, vinda de Tamanduá, sob o comando do tenente-coronel Antônio Ferreira Pinto, com o juiz de direito da comarca (dr. Manuel Antônio Fernandes) . Essa força, unida à fôrça legal oliveirense (Guarda Nacional), ficou estacionada em Oliveira durante um mês, sob o comando geral do major Felisberto Ribeiro da Silva.

Assim garantida, pôde a vila ver reintegrado o seu governo legal e fugirem os últimos sediciosos, inclusive o vigário da paróquia – cónego Meireles de Barros – que, “além de infenitas faltas que tem tido na administração dos Sacramentos, presentemente se retirou deixando em total desprezo o Pasto Espiritual desta Freguezia” — como afirmava na câmara o seu próprio colega padre Francisco de Paula Barreto, em sessão de 4-8-842.

A 24 de junho, reunia-se novamente, sob a presidência de Antônio José de Castro, a câmara legalista. O ter-

¹⁴¹ *De um officio do coronel Narciso ao governo da Província.*

mômetro reacionário desta e das sessões seguintes subiu na razão direta das arbitrariedades da extinta e efêmera câmara revolucionária. Foram passados a limpo os vereadores desta última. O vereador Andrade, por exemplo, em vibrante verrina contra a demagogia, disse que eles “nem Supplentes erão”, que não haviam assinado juramento algum e que era por demais ignominiosa a atitude que tinham assumido, merecendo toda a repulsa dos seus concidadãos. O vereador Cardoso pediu a palavra e secundou a catilinária. E todos, dizendo-se “respeitosos amantes da Sagrada Pessoa do Senhor D. Pedro 2º e do Governo Monarchico”, congratulavam-se com a vila “por ver quebrado o idulo que nunca reconhecerão”¹⁴².

Substituídos os dois ou três vereadores revolucionários, voltou a câmara a refazer-se daquele colapso de 32 dias.

E, enquanto Oliveira se esforçava por voltar novamente à sua primitiva paz rústica e beatífica, caíam diante de Caxias as praças guerreiras de Sabará e Santa Luzia, mas continuava em pé de revolta o teimoso pessoalzinho de Cláudio, dentro das fronteiras do município oliveirense.

Mas chegam aqui em fins de agosto, os manifestos do Barão de Caxias e do governo legal da Província, confirmando a queda dos últimos redutos revolucionários e a vergonhosa defecção de José Feliciano, fugindo do combate às margens do rio das Velhas. A prisão dos principais cabeças, o epílogo de Santa Luzia e a represália legal iminente sobre os culpados – bastaram para arrefecer Cláudio e Paracatu que acabaram se amainando.

Oliveira, depois de chorar alguns dos seus filhos tombados no combate do Caju, oficiou ao governo da Província, pôs luminárias nas suas fachadas, viveu o heroísmo taman-

¹⁴² Ata da câmara, 24-7-1842.

duense e escutou, na câmara, o último dos oradores reacionários, na voz tonitruante do vereador Chagas...

E eis aí, leitor, como Oliveira entrou para a História em 1842, perdendo para sua vizinha Itapecerica, à espera de um novo encontro em 1930...

Para uma época como a de hoje, aquela jornada do Caju, onde ficaram estendidos alguns oliveirenses e alguns cavalos, tem um sabor pitoresco e um ar liliputiano, apesar das cores dantescas com que o descrevem os velhos documentos daquele tempo¹⁴³.

Quanto ao velho herói e patriota Narciso, acabou, coitado, esquecido da senhora Legalidade que ele tão galhardamente defendera; pois morreu ingloriamente em Campo Belo, em extrema pobreza e abandono...

OLIVEIRA E A GUERRA DO PARAGUAI

Na Guerra do Paraguai, oliveirenses tomaram parte ativa nas campanhas. Nas fronteiras de Mato Grosso e nos campos paraguaios ficaram dormindo para sempre muitos filhos de Oliveira, mortos na defesa da Pátria. Quantos deles não tomaram parte no próprio episódio histórico da Retirada da Laguna!

É verdade que houve casos também de covardia durante o recrutamento aqui. Os ricos forneciam escravos para não ver partirem os filhos. E os moços pobres só tinham que “espírrar” para a guerra ou bancar poltrões, fugindo e escondendo-se. Havia os que se apresentavam espontaneamente. Mas havia também as que eram pegos a laço para

¹⁴³ Atas da câmara de 22 de junho; 6, 24 e 28 de julho; 4 e 20 de agosto; 3 de setembro e 9 de novembro. Ofício da câmara ao presidente de Minas (10-XI-1842). Relatório do conselheiro Paulino José Soares de Sousa à Assembléia Geral Legislativa. Ofício do coronel Narciso e manuscrito inédito de João Ribeiro da Costa Maravilhas (Japão). Efemérides Mineiras, vols. II e III. História do Brasil, de Rocha Pombo. Etc.

serem levados presos. Alguns fugiram e se esconderam no mato. Houve casos de moços válidos disfarçando-se sob vestes femininas ou pretextando invalidez com suposta surdez, cegueira e aleijões diversos, para escaparem ao recrutamento.

Entre os mais poltrões, há, por exemplo, o caso de um moço que se escondia numa sepultura do cemitério, cobrindo-se com uma tampa de tábuas. Daí saía somente à noite, muito cautelosamente, para ir procurar alimento em casa. Não tardou a ser descoberto. Certa madrugada, quando saltava para a sua toca lúgubre, o rapaz foi surpreendido por uma inesperada voz de prisão.

Era um pesadelo aquela guerra. Até criaram aqui um dito popular:

– Essa guerra é como o açougue de Santa Cruz; boiada que vai, não volta mais.

Apesar de tudo, Oliveira soube viver aquela nossa primeira guerra internacional, como esteve disposta às atitudes que o País assumiu em face da catástrofe que ensanguentou o mundo de 1939 a 1945.

Um dos espetáculos cívicos de maior vibração aqui foi a passagem das tropas para Goiás e Mato Grosso. Dois mil soldados brasileiros detiveram-se, um dia, ali no largo da Matriz, onde, de joelhos, ouviram missa campal celebrada na praça. E, depois, sob aclamações da população e engrossadas por filhos de Oliveira que atrás deixavam soluços e quiçá orfandade, essas falanges partiram para enfrentar os terríveis paraguaios.

Um oliveirense destemido – Vigilato José Bernardes – pôs-se-lhes à frente e as guiou até aos confins de Goiás, palmilhando o imenso sertão que ele conhecia palmo a palmo.

E, logo que às margens do Aquidabã caiu vencido pelo império brasileiro o megalômano de Assunção, Oliveira vibrou de alegria e se apressou em sintonizar-se com o Imperador vitorioso:

"Ilmo. e Exmo. Sr. Desembargador Theophilo Ribeiro de Resende.

A Camara Municipal da Cidade d'Oliveira em Sessão Ordinária de 20 do corrente resolveo nomear a V. Exa. e os Illmos. e Exmos. Ses. Matheus Alves de Souza e Dr. Luis Carlos da Fonseca para em nome d'esta Municipalidade felicitarem a S.M. o Imperador e ao seo patriotico Governo pela feliz e honrosa terminação da Guerra do Paraguai. Esta Camara certa do patriotismo de V. Exa. e d'aquelles prestantes Cidadãos espera que V. Exa. se dignará desempenhar e manifestar as sinceras congratulações de que se acha possuída e desde já agradece a V. Exa. por este acto de patriotismo.

Deos Guarde V. Exa.

Paço da Guarda Municipal em Sessão Ordinaria de 20 de Abril de 1870¹⁴⁴

OLIVEIRA E A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO

Filha da agricultura e da pecuária, a terra oliveirense estava por demais aferrada à sua propriedade escrava.

Foi com o negro que Oliveira nascera. Foi sobre rastos de sangue que se traçaram as primeiras picadas da sua pré-história. E tanta foi a influência africana na sua história, que mais de um lugar, na sua área territorial, recebeu o nome de “Quilombo”. Aliás, quilombolas salteadores assinalaram de sangue o seu passado.

Já em 1826, dentro do arraial, mourejavam 855 escravos, cifra já considerável posta à frente dos 2.079 habitantes de então.

Em 1881, sobre um total de 26.213 habitantes, possuía o município 6.883 escravos.

¹⁴⁴ Anais da câmara. Arquivo da Prefeitura.

A derradeira matrícula de escravos acusava em novembro de 1887 um total de 4.017 cativos, dos quais 2.231 eram homens e 1.786 eram mulheres.

E já nas vésperas da abolição, esse número se achava reduzido a 3.811, mercê das alforrias, falecimentos ou libertações a título particular.

Mas, mesmo assim, eram 3.811 pares de braços que iriam deixar a lavoura, quando soasse a hora da liberdade.

Seria um grande colapso na vida agrícola do município. Os fazendeiros, entretanto, continuavam aguardando os acontecimentos, confiantes em que o governo viesse logo em socorro da lavoura, por meio de créditos especiais e por meio duma nova e racional imigração.

Um dos mais “empatacados” fazendeiros daqui, o cel. Teodoro Ribeiro de Oliveira e Silva, foi um dia alvo dum comentário da imprensa abolicionista do Rio (1887). Diziam que ele estava promovendo aqui um movimento abolicionista municipal, começando por alforriar em massa os seus duzentos escravos e logo depois marcando, na cidade, uma reunião de graúdos, em que seria predeterminado ano e dia para libertar todos os escravos do município. Pela imprensa local¹⁴⁵, o cel. Teodoro Ribeiro revidava com um desmentido, dizendo não ter ainda libertado os seus duzentos escravos que eram 70, crendo, porém, que a libertação do elemento servil não viria causar por aqui nenhum abalo, uma vez que tal se resolvesse por estadistas que pusessem acima de tudo – o crédito do Estado (sic). E terminava com um dito da época: “ao caçoante de mau gosto direi simplesmente: outro ofício!”.

Num ambiente de expectativa e serenidade, a campanha abolicionista ganhava terreno por aqui.

O comércio de escravos que antes fora tão intenso através de Oliveira, onde viveram grandes comboeiros, veio

¹⁴⁵ *Gazeta de Oliveira* de 20-10-887.

decrecendo paulatinamente, à proporção que se ia proces-
sando na história a marcha abolicionista por meio de leis.
Lei de 1831 e de 1850, contra o tráfico negreiro. Lei de
1871, libertando o ventre. Lei de 1885, libertando os
sexagenários. Estava faltando apenas a libertação completa
que viria pela lei áurea de 13 de maio de 1888.

Prevendo essa lei, o jovem oliveirense Lafaiete Cha-
gas, então acadêmico em São Paulo, dizia, em vibrante ar-
tigo através da imprensa local¹⁴⁶:

*“É tarde, povo do município de Oliveira; levantai-
vos, que já está alto o sol da redenção.*

*Não convém dormir muito; isto é prejudicial ao
corpo e ao espírito.*

*Afastai vossas vistas dessa esfera acanhada em que
tendes vivido; conduzi-as para os novos horizontes abertos
pelos ilustres paladinos da sagrada causa abolicionista.*

*Se tendes o temor de, dispondo de vossa
propriedade escrava, ficar sem braços para a manutenção
da vossa lavoura, ponde-o de parte.*

Ele é infundado; senão, vejamos”.

E continuava dizendo que São Paulo, Rio de Janeiro
e outras províncias estavam gloriosamente se libertando;
mas que os escravizados, em geral, após a liberdade,
permaneciam pacificamente nas lavouras de seus ex-
senhores, trabalhando como dantes, mediante salário
racional.

E avisava. O gabinete de então iria apresentar um
projeto de abolição imediata. Entre suas bases, confeccio-
nadas pelo conselheiro A. Prado, figurava uma que determi-
nava ficar extinta a escravidão no País, três meses depois da
publicação da lei. E acrescentava o jovem articulista:

*“Ora, considerai, meus ilustres conterrâneos, que
esses três meses serão para vós um período de verdadeira
de-*

¹⁴⁶ *Gazeta de Oliveira*, de 6-5-1888.

sordem, porque os vossos escravizados, libertos pela lei e não por vós, jamais sujeitar-se-ão a trabalhar convosco durante esse tempo marcado pela lei.

Esperar que uma lei intime a desfazer-vos de vossa propriedade escrava, quando o Brasil quase una voce brada que essa propriedade é iníqua, é irracional, e que como tal trata de exterminar, é indigno de vós que sois um povo civilizado, que, como filhos de Minas, tendes tradições gloriosas que jamais deveis ofuscar.

Libertai, pois, vossos escravizados, antes que a lei vos obrigue, e cuidai incontinentemente da introdução de colonos” (sic).

Esse moço tinha carradas de razão. Artigo escrito em São Paulo a 27 de abril de 88, suas palavras eram, porém, um vaticínio. Grande parte, aliás, dos seus conselhos era já praticada aqui por ricos esclarecidos. Vinte dias antes, lia-se na imprensa local¹⁴⁷ esse episódio de doce emotividade :

“Faleceu no dia 7 do corrente (abril), na idade de 73 anos, o sr. Francisco de Paula de Faria Lobato. Oriundo de uma das mais distintas famílias desta província, ocupou por alguns anos o emprego de tabelião público, renunciando o ofício quando se adiantou em anos e a fortuna, que lhe era adversa na vazante da vida, lhe pareceu sorrir. Era muito de notar-se o respeito que o bom velho Lobato consagrava às leis do país etc.

Quando conheceu que se aproximava o termo de seus dias, preparou-se como bom católico para subir às desconhecidas regiões donde não se torna mais, e deu carta de liberdade aos dois escravos, únicos que possuía, os quais o tinham acompanhado como bons amigos nos reveses da sorte, e às pessoas a quem contava jubiloso este ato da caridade dizia:

¹⁴⁷ Gazeta de Oliveira.

— A gente não deve esperar que o governo venha libertar o escravo que custou nosso dinheiro”.

Cena bonita como esta se desenrolou também no dia 12 de maio, justamente às vésperas do almejado dia 13. Ali, numa pitoresca alameda de bambus da chácara¹⁴⁸ do tenente Faria Lobato (futuro comendador Chichi), era servido um ágape de recepção ao grande prelado brasileiro que então visitava Oliveira: D. Macedo Costa. Convidados, em número de sessenta. Brindes, sarau de arte ao piano, e finalmente uma cena bem humana e bem digna de um pincel: num dos intervalos das músicas, o tenente Lobato e o dr. Cândido de Faria Lobato apresentam ao bispo quatro escravos, dizendo que já não era mais um ato de filantropia que praticavam, mas um dever de consciência, dando liberdade àqueles cativos; essa liberdade queriam fosse dada por intermédio da palavra episcopal do ilustre prelado.

E, enquanto se repetiam cenas assim, moços oliveirenses, que estudavam nas academias do Rio e São Paulo, enviavam, por carta ou pela imprensa, seus apelos abolicionistas ao povo do município de Oliveira. Republicanos locais, vendo no movimento o último degrau para a República, faziam coro com os Patrocínios e os Nabucos.

Dado, porém, o caráter eminentemente agrícola da vida municipal, grande era a prudência mantida pela maioria, mormente pela *Gazeta de Oliveira* e pelos altos fazendeiros .

Jornalistas bonsucessenses começaram então a acusar de escravocratas os jornalistas oliveirenses: o pessoal da *Gazeta*. Os de cá, revidavam, mas sempre com certo comedimento.

De outra parte, havia, é certo, os fazendeiros aferrados demais à sua propriedade servil que sempre fôra tratada por eles como coisa. Desses, alguns eram cruéis. Há,

¹⁴⁸ Hoje Colégio “Prof. Pinheiro Campos”.

na tradição local, episódios inconfessáveis de sinhás que atiravam aos porcos os recém-nascidos de escravas, e cenas de pobres negros cujo patrão os mandava amarrar em moirões, com o corpo todo besuntado de mel ou melado, para serem paulatinamente devorados por mosquitos e marimbondos... Em certas fazendas antigas, ainda se vêem cárceres de escravos, troncos, cangas, unhas de ferro, açoites de roseta e diversos outros instrumentos caprichosamente inventados para supliciar os negros.

Com as novas leis e o avanço da campanha, não só se foi amainando esse sadismo cruel, como também muitos proprietários, temendo a deserção em massa do braço servil, começaram a renunciar à vida agrícola, pondo suas fazendas à venda para salvar a própria bolsa. A imprensa local de 1888 está cheia de anúncios de fazendas à venda, com invernadas de capim gordura, cafezais com tantas mil arrobas de produção, maquinismo de moer e beneficiar, terras de cultura, terreiros de secagem, currais de pedra etc.

É que todo mundo aqui estava só à espera duma penada oficial. E – coisa interessante! – entre 2.294 ingênuos (filhos do ventre livre) registrados no município às vésperas da liberdade, o último desses registros feitos na coletoria da cidade foi o de uma pretinha chamada Felizarda... Foi realmente uma felizarda e uma feliz chave de ouro!

Pois, dias após, ao alvorecer de um domingo claro de maio, a Gazeta de Oliveira trazia na primeira página, em letras enormes, a lei áurea. Num artigo único, limpo como o céu escampo, vinham estes dizeres assinados pela Princesa imperial regente e por toda chancelaria-mor do Império: – **“É DECLARADA EXTINTA DESDE A DATA DESTA LEI A ESCRAVIDÃO NO BRASIL!”**

Era a lei de 13 de maio!...

Era o que todo mundo aqui estava esperando. A notícia foi recebida com enormes festejos.

Enquanto o Imperador, distante da Pátria, gemia gravemente enfermo na França, com o afamado Charcot à cabeceira, a cidade aqui ria homericamente com as comédias do famoso cômico Brandão. Os trilhos da estrada de ferro vinham aí pelas alturas da ponte do Jacaré, em busca da cidade. Estava por vinte e poucos dias a entrada da primeira locomotiva em Oliveira.

Foi nessa ambiência que aqui chegou em letras garrafais a lei libertadora. Uma coincidência histórica: o 13 de maio veio encontrar em Oliveira o ilustre D. Macedo Costa, bispo do Pará. Associando-se aos oliveirenses nos regozijos da Liberdade, antevia, por sobre estes morros, nas asas do abolicionismo, o advento próximo do fim daquela monarquia que o levava ao tribunal e ao calabouço com o bispo-mártir D. Vital...

Passeatas. Bailes. Fundação do Clube Republicano Oliveirense. A imprensa local em marcha franca para o republicanismo. Te-deuns na matriz e discursos do alto das sacadas.

As ruas encheram-se de negros. “Na bela noite de domingo passado (20 de maio), diz a *Gazeta*, os novos cidadãos que acabam de entrar para a comunhão brasileira, graças à vontade da nação auxiliada pelos poderes públicos, reuniram-se na praça do Cruzeiro, e precedidos da banda de música dirigiram-se à casa do redator-chefe desta folha, manifestando eles o seu indizível contentamento por meio de calorosos vivas, entre músicas e foguetes.

Aí, ao dirigir-lhes a palavra o nosso redator-chefe, disse-lhes que era muito justo o regozijo de que se achavam possuídos, fez-lhes ver, em frases eloquentes, a par dos direitos que haviam adquirido, os deveres contraídos para com a sociedade, ao transporem esta nova fase da sua vida, e, terminando, foi saudado com vivas à *Gazeta de Oliveira*, aos seus redatores e impressor.

Pela primeira vez foi tocado nesse mesmo lugar o hino da Liberdade, sublime composição do insigne maestro mineiro João Francisco da Mata.

Daí os recém-libertos, acompanhados de muitas outras pessoas, foram parar à frente da casa do dr. Felisberto Soares Gouveia Horta, muito digno juiz de direito desta comarca, o qual, com sua palavra eloquente e respeitosa ouvida, pronunciou um belo discurso em que, saudando a liberdade bem entendida, aconselhou-os que empregassem toda a sua atividade no trabalho, educassem suas famílias e fugissem, como da peste, de frequentarem tabernas. Ao terminar S. Excia. tão oportuno e criterioso discurso, foram levantados entusiásticos vivas.

Continuando os recém-libertos a percorrer as demais ruas da cidade, em diversos pontos foram proferidos bonitos discursos pelo advogado Laurindo Nogueira de Faria, dr. Leopoldo Ferreira Monteiro e cap. José das Chagas Andrade Sobrinho e outros, os quais foram muito aplaudidos.

Reinou sempre a maior ordem neste regozijo pela solução radical de um problema tão urgente, e estamos convencidos de que a decisão dada pelos poderes públicos não trará nenhuma perturbação grave ao trabalho, menos ainda à ordem pública”.

Infelizmente, esses votos não se realizaram totalmente. Muitos libertos começaram a vagar à gandaia pelas ruas. Os carros de 2ª classe da estrada de ferro recém-inaugurada, postos à disposição gratuita dos libertos, viviam cheios de malandros, zanzando para baixo e para cima. Começaram a surgir nos subúrbios da cidade os cortiços e as rodas de samba. Mulatas airosas, em cuja carne já lavrava toda a tropicalidade africana, unida às taras inconfessáveis trazidas das senzalas transformadas em haréns dos seus senhores, começaram a encontrar mais poesia na prostituição, do que no trabalho. Tereis a prova disto lendo os jornais e os registros policiais daquele tempo. Data daí essa chaga social da cidade: a prostituição de cor...

Ao lado disto, vinha uma vertiginosa alta nos preços do comércio. Junho deitara sobre Oliveira tal geada que muitos cafezais ficaram estorricados. Nos Pintos, por exemplo, a geada não poupou nem os pastos, inclusive mesmo os dos lugares mais altos. Novembro chegou, depois, com enchentes impetuosas arrebatando, nas fazendas, arrobas de café posto a secar. O mato começava a invadir os cafezais, os canaviais e as roças, aliás poucas, porque ninguém queria plantar. Os libertos só queriam agora trabalhos leves. E, assim mesmo, bem remunerados. Só aceitavam serviço mais pesado durante as colheitas para, enchendo-se de dinheiro, saírem logo em passeios de cidade em cidade, gastando, bebendo, amando...

Para 1889 previa a imprensa local nenhuma colheita de café, por ter sido nula a florescência anterior. Não haveria mantimentos, porque ninguém plantara. E, para completar, a saúva intensificava sua ronda sinistra em em torno da cidade.

Foi, dentro de tais emergências, que o oliveirense se decidiu logo a apelar para uma tábua de salvação: o republicanismo.

OLIVEIRA E A REPÚBLICA (1889)

A sementeira republicana em Oliveira data de muito antes de 1889. Mas só em princípios de 1888 é que os republicanos oliveirenses começam a organizar-se.

A 27 de maio, quinze dias depois da lei áurea, cidadãos grados do lugar se reúnem em casa do tenente-coronel João Ribeiro da Silva, para lançar, sobre bases sólidas, a fundação do Clube Republicano Oliveirense, à semelhança do que se vinha fazendo em grandes centros como Rio e São Paulo.

Feita a reunião ao meio-dia, ficou marcado o dia 10 de junho seguinte para, no lugar costumeiro, se fazer a eleição da diretoria do clube, a escolha da sua comissão de es-

tatutos e de seus delegados nos diversos pontos distritais do município.

Logo um oliveirense de prol, tenente Pio Ribeiro da Silva, que havia militado “sempre com honestidade no partido conservador, desgostoso com os últimos atos do seu partido”, filiou-se à corrente republicana (Cf. *Gazeta de Oliveira*). Era um modelo de civismo e honradez, diziam seus coevos. Morreu, porém, na madrugada de 12 de junho, dois dias depois de ver-se figurando na diretoria do clube republicano, a qual estava assim organizada: – presidente: Teodoro Ribeiro de Oliveira e Silva; vice-presidente: dr. Franklin Benjamim de Castro, jornalista local, vereador e genro do finado neo-republicano tenente Pio; 1º Secretário: Laurindo Nogueira de Faria, jornalista, poeta e rábula; 2º secretário: Irineu de Moura Costa; tesoureiro: Pio Ribeiro da Silva; orador oficial: dr. Carlos Ribeiro de Castro.

Esse clube entrou logo a agir por meio de intensa e larga propaganda, realizando sessões frequentes e conferências, ora no velho teatro, ora em casas particulares.

A 1º de agosto de 1888, inaugurava o partido local a sua imprensa própria, lançando à luz o seu órgão oficial sob o belicoso nome de *Estandarte*, com um corpo redatorial em que figuravam dr. Carlos Ribeiro de Castro, dr. Franklim de Castro, dr. Francisco Inácio Werneck e Laurindo Nogueira de Faria: “valente plêiade, penas de rija têmpera que darão grande importância àquele jornal” – dizia a austera e comedida *Gazeta de Oliveira*¹⁴⁹. E acrescentava esta que a folha republicana viera completar a ideia propagandista a que se propunha o ilustrado clube. Mas que do seu posto de jornal imparcial (sic), nada lhe competia, a ela *Gazeta*, dizer pró ou contra aquela iniciativa; apenas consignava o fato e transcrevia o artigo-programa do novel órgão republicano, artigo de que transcrevemos os seguintes tópicos:

¹⁴⁹ *Gazeta de Oliveira*, nº de 5-9-1888.

“Só uma mudança rápida e terminante de sistema governativo, nos pode garantir hoje a paz e tranquilidade.

De todos os pontos do Império, aparecem como fachos luminosos, ateados pela imprensa, essa subjugadora da tirania, jornais advogando e ensinando as doutrinas políticas de algumas nações, que, oprimidas como a nossa pelo poder pessoal, alijaram esse fardo ignominioso e adotaram o redentor regime da república federativa.

Eis a razão do aparecimento do nosso Estandarte. Neste município, baluarte da boa fé política monárquica (sic), onde centenas de bem intencionados se deixavam adormecer aos sons maviosos da enganadora sereia, que repousavam tranquilos acreditando na lei escrita e na sagrada constituição, se viram de um dia para o outro desiludidos cruelmente e receando ainda maiores desastres, a tempo reagem e procuram, não remediar o mal que já está feito, mas conjurar outros que lhe possam advir¹⁵⁰.

De semelhante sistema de governo tudo é de esperar; por isso, levantemos nossas fronte enxovalhadas pela mentira constitucional e procuremos adotar o governo republicano, único possível de se compreender no adiantado século dezenove, em que o homem se tem elevado moral e cientificamente a uma altura de aperfeiçoamento que não deve mais suportar o estado gntílico e pagão a que a monarquia subjugava com suas tradições e uso só dignos de aparecer em barracas de feira.

¹⁵⁰ Nas entrelinhas deste trecho estão incluídas duas cousas que, naqueles dias, avassalavam o espírito do olivelense: 1) as consequências que a lei 13 de maio trouxera para a lavoura e a pecuária; 2) o boato crescente de que, proclamando tal lei, a Princesa Regente o fizera menos por amor ao País do que por amor ao seu marido, o Conde de Orleans. Pois este, segundo propalavam, sabendo-se antipatizado pelo povo e vendo seu sogro, o Imperador, quase agonizante na Europa, pensava em subir ao trono brasileiro, inaugurando, com o nome de Gastão I, a dinastia dos Orleans. (Cf. *Gazeta de Oliveira*, artigo de Lafaiete Chagas, a 24-6-1888).

O único programa do Estandarte é esclarecer, educar na medida de suas forças o povo nas ideias republicanas, apontar-lhe as vantagens e garantias que tal sistema de governo oferece ao cidadão, e o grau de moralidade a que pode atingir o povo que é governado pelo sistema federativo”.

Oliveira já tinha personalidade política. Estava formado o seu bloco republicano, a sua imprensa republicana, o seu ego republicano. Com razão? sem razão? – Fique a resposta a cargo dos pósteros. Prossigamos:

Além dos Ribeiros da Silva e dos Castros que se tornaram aqui porta-vozes do republicanismo, entravam também para o novo credo membros ilustres da família Lobato, como o dr. João das Chagas Lobato, “um dos mais fortes baluartes do partido republicano” (sic), segundo a *Gazeta de Oliveira*.

O bloco republicano oliveirense vivia em perfeita sintonia com os chefes republicanos do Rio e São Paulo. Por ter sido vítima dum atentado anti-republicano (30-12-1888) o grande jornal carioca, “*O País*”, que era o púlpito de Silva Jardim – o Clube Republicano Oliveirense se reúne e vota um protesto telegráfico contra os fatos acontecidos no Rio. Discursam com vibração os drs. Carlos de Castro e João Lobato. Este último, no fim da sessão, levanta uma ideia generosa e humanitária: criar em Oliveira escolas para os pobres e ex-escravos.

Embora imparcial e reservada, a *Gazeta de Oliveira* aplaude a moção de solidariedade para com “*O País*” e a ideia das escolas para os pobres.

Em nome de Silva Jardim, o republicano Saldanha Marinho telegrafa aos oliveirenses, agradecendo e elogian-do ambos os gestos.

Como em todas as lutas políticas do País, a cidade estava dividida. Além dos republicanos exaltados, havia os monarquistas ferrenhos. E, entre as duas correntes, ba-

lançava-se uma ala da prudência que, em letras redondas, dizia nos editoriais da imprensa local¹⁵¹:

“Não nos é estranho o movimento republicano que se nota em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas; do nosso posto de observação vemos, sem discutir nem comentar, esse movimento .

Respeitando sempre as idéias políticas, queremos para nós o direito de apreciarmos à luz da verdade a igualdade dos atos. Desde a melindrosa questão do elemento servil, colocamo-nos, como sempre, no terreno da neutralidade. Em vez de insinuações febris no ânimo de nossos leitores, acendendo o abolicionismo, preferimos ditar, como fizemos, instruções acerca da reorganização do trabalho e dos melhoramentos da lavoura.

Cumprimento portanto declararmos que ninguém poderá chamar-nos de defensores da monarquia nem adeptos da república (sic). Independentes de qualquer política, estaremos sempre combatendo ao lado da justiça e equidade, qualquer que seja a política que as dita”.

Palavras assim – que para uns retratavam atitudes comodistas e oportunistas, e para outros medo do ambiente local ou prudência demasiada – vinham no mesmo jornal ao lado de arroubos republicanos à Cassius e à Lafaiete Chagas.

Cassius, por exemplo, era o pseudônimo dum republicano exaltado. A 22-6-88, publicava ele um violento artigo intitulado *“Les rois s'en vont”*, onde dizia que a Regente, libertando o preto em 13 de maio, “estava, inconscientemente, fazendo luzir, no horizonte da Pátria, a aurora da redenção do branco. Se o negro já pode dizer *Sum cives*, não pode ainda exclamar o branco *Sum liber*”. – Queremos a liberdade e publicidade de cultos. Queremos a separação entre a Igreja e o Estado. Queremos a grande natu-

¹⁵¹ *Gazeta de Oliveira* de 29-6-1889.

realização. Queremos a secularização dos cemitérios. Queremos, enfim, o casamento civil e o divórcio (sic!). Até o divórcio!

Lafaiete Chagas¹⁵², que se limitava às normas da democracia cristã, vinha sempre a campo, enviando de São Paulo artigos entusiastas, cartas e notícias do que por lá realizava o movimento.

Outros articulistas locais iam também engrossando as colunas republicanas. Um, por exemplo, em derramada análise entre a derrocada dos grandes proprietários e sua debandada rumo do republicanismo por causa da Abolição, concluía: – “Os lavradores hoje só têm um partido a tomar: o da república. *Away!* Como dizem os ingleses; coragem! que a conquista das liberdades apenas agora começa”.

Pelas rodas e salões corriam também anedotas republicanas, ajudando pelo humorismo o lado educativo do movimento. Uma folha do Oeste noticiava, por exemplo, ter nascido numa fazenda mineira um boi que, em vez de chifres, trazia sobre a cabeça uma protuberância muito semelhante a um barrete frígio: – “Um boi republicano!” exclamavam os criadores locais. E estrugiam risadas.

E esta:

“Um tabaréu estacou diante duma Venus de Milo, sobre a qual estudantes goianos haviam posto um barrete frígio:

– Que santa de carapuça será esta, compadre?

– Homem, isto deve ser alguma Nossa Senhora da Agricultura. Deve ser, deve: tem falta de braços”...

Mas, de repente, murcham nos rostos o humorismo e a exaltação republicana. Volta da Europa o Imperador. Depois de subscrever 500 francos para a estátua de Balzac

¹⁵² Morto prematuramente, pouco tempo depois de formado. Oliveira perdeu, com o desaparecimento desse moço, uma das suas maiores glórias.

e 4.000 para os pobres de Paris, regressa ao Brasil onde é recebido apoteoticamente. Um cronista republicano da imprensa oliveirense explica que ele está sustentado pela “matilha dos barões e demais condecorados”, e pela gratidão dos ex-escravos. Apesar de tudo, todos aqui o prezam e admiram. É sempre o monumento da tolerância, da serenidade, da paz e da complacência.

A imprensa neutra daqui¹⁵³, em editorial derramado, expande-se-lhe em elogios, boas-vindas e perpetuidade no governo, confessando que, se tal não fizesse, estaria traindo impulsos do próprio coração (sic). O vigário Teodoro Brasileiro e o povo da cidade, acompanhados pela “briosa Corporação Musical Oliveirense”¹⁵⁴, cantam solene te-deum na matriz, em ação de graças pelo “feliz regresso de suas Majestades à Pátria e pelo restabelecimento da preciosa saúde de Sua Majestade o Imperador”.

Outra cousa. Lavra seca tremenda em pleno tempo das águas. O povo faz preces públicas ao mártir São Sebastião. Grassa a febre amarela no Espírito Santo, em São Paulo e no Rio. Em Santos e em Campinas, cadáveres a granel. Nas ruas cariocas, caem subitamente vitimadas cinco, dez pessoas por dia. A imprensa local está cheia de horrores assim. Aproxima-se o fim do século. Há profecias de fim do mundo pairando nas bocas.

Corre pela imprensa que o Imperador, em Petrópolis¹⁵⁵, tinha assinado duzentos decretos concedendo títulos e condecorações. No intuito de abafar aqui o movimento republicano – diziam – preparava para os oliveirenses mais ilustres “uma *forjadura* de barões, comendadores, coronéis, com que tentará corromper a consciência da criança que começa a assustar”¹⁵⁶

¹⁵³ *Gazeta de Oliveira de 2-9-1888.*

¹⁵⁴ *Ib.* – 9-9-1888.

¹⁵⁵ *Gazeta de 10-1-1889.*

¹⁵⁶ *Gazeta de Oliveira transcrevendo a Gazeta de Notícias.*

“Não! – os oliveirenses não aceitarão tão ruim presente e terão a coragem cívica precisa para devolver ao corruptor os diplomas da corrupção”. – Assim falava um republicano local assinando-se “a moralidade” (Ib.).

Simultaneamente, no Rio, entre pomposas solenidades, presentes todas as classes sociais, clero e elementos do episcopado, família imperial e os príncipes da Baviera, era entregue à Imperatriz uma simbólica coroa de ouro com vinte estrelas, outra igualmente expressiva ao Imperador, bem como à Sua Alteza Imperial a condecoração da Rosa de Ouro, feita por mons. Spolverini e D. Macedo Costa. Este último leu uma mensagem congratulatória, em nome de todo o episcopado brasileiro. Houve desfile e continência dos fuzileiros navais e grande era a massa popular ali presente. Tais notícias pululavam na própria imprensa oliveirense, dando a impressão de que ia fracassar o republicanismo. E, apesar dos republicanos daqui, apareceram também na cidade os condecorados. Em nome do Imperador, era condecorado com a comenda da Ordem da Rosa o tenente Francisco de Faria Lobato e lá vinham, pelas mesmas colunas republicanas, merecidos elogios e parabéns ao *Comendador Lobato*¹⁵⁷. Para essa cerimônia, abalaram-se até esta longínqua Oliveira sua eminência o Internúncio Apostólico mons. Spolverini, representante do grande Leão XIII, e, pela segunda vez, D. Macedo Costa, conde de Belém e bispo do Pará. Era uma honra insigne!

Em julho de 1889, era aqui atacada em artigo assinado por “um republicano genuíno”, a candidatura do Comendador Carlos Justiniano das Chagas que, condecorado pelo monarquismo, aparecia entretanto na chapa do Partido Republicano.

Para injetar coragem nos republicanos locais, o clube trazia, de quando em quando, um tribuno para pregar a nova ideologia na cidade. Assim é que em março aqui veio

¹⁵⁷ *Gazeta* de 11-11-1888.

Sampaio Ferraz. Suas conferências foram concorridíssimas, mescladas de músicas, foguetes e passeatas. O clube tinha em mente trazer o grande Silva Jardim. Mas este, devendo passar por São João del-Rei primeiro, voltara daí, em vista da recepção que tivera. Isto foi em abril de 1889. Os sanjoanenses atacaram o Grande Hotel onde se achava hospedado o grande propagandista. Do hotel, revidam os republicanos, despejando sobre o povo garrafas e tiros. Os de fora, armados de revólveres e garruchas, ameaçam atear fogo ao hotel. Mas a conferência republicana se realiza assim mesmo lá dentro e no outro dia aparecem os estragos: 2:000\$ de prejuízo.

Tais incidentes chegaram a contagiar também Oliveira. Os empregados da estrada que se prolongava até a Folha Larga, estabelecem conflitos com os rapazes do lugar. Uns diziam que ia ser atacado o clube republicano. Outros diziam que os monarquistas é que iam ser atacados.

Ia assim a luta entre liberais, conservadores e republicanos, quando um incidente no Rio vem por embaraços na marcha da ideia. Um popular desfecha um tiro no Imperador em plena cidade. Salvo como por milagre, D. Pedro II é logo alvo de grandes manifestações. Todo o Brasil se apressa em lhe testemunhar júbilo pelo malogro do atentado. Até os republicanos assim fazem. De Oliveira, envia a câmara um longo e meloso telegrama assinado por toda a vereação, inclusive pelos republicanos dr. Franklin e Laurindo Nogueira que eram vereadores.

E, assim, flutuando entre o republicanismo e a simpatia pelo Imperador, ia Oliveira aguardando os acontecimentos com sua costumeira prudência, quando, súbito, às 14 horas de 16 de novembro de 1889, era a cidade sacudida por um telegrama incrível: *estava proclamada a república!* Foi uma verdadeira dinamite na psicologia oliveirense, “pois ninguém (sic) aqui esperava tão estupendo acontecimento agora!”¹⁵⁸.

¹⁵⁸ *Gazeta de Oliveira*, coleção de 1889.

Imediatamente, a *Gazeta*, a imparcial “*Gazeta de Oliveira*”, espalhou pelas ruas revoadas de boletins com a notícia do “estupendo acontecimento” e telegrafou para o Rio e São João. Logo o povo começou a escachoar à porta da redação. Encheu-se a praça do Cruzeiro. Todos os olhos e ouvidos se voltavam ávidos para as janelas do Fernal e para os tiquetaques do telegrafista da estação ferroviária. Redação aberta até madrugada: a cidade não quis mais dormir. Os boletins iam saindo em novas revoadas à proporção que o telégrafo ia despejando notícias novas, inclusive boatos.

Vivas entusiásticos à República entre pipoquear de foguetes. Ovação popular no largo da Matriz, em frente à casa de José Antônio Teixeira Júnior.

No dia seguinte, às 14 horas, reúne-se o Clube Republicano Oliveirense. Enche-se a casa de José Antônio Teixeira e, aí, ao som vibrante duma banda marcial e ao troar de foguetes, foi freneticamente saudado o novo regime. Os membros do clube, formando-se logo numa passeata, com a música à frente, entraram a percorrer as ruas, com oradores esbracejando e berrando do alto das sacadas, enquanto, rua afora, a mocidade cantava a Marselhesa, mesclando-lhe vivas à república federativa, ao governo provisório, ao exército e à armada. E, enquanto o crepúsculo vinha se fechando sobre a cidade, foram se iluminando, trêmulas e multicores, as fachadas dos velhos solares oliveirenses, para receber a alvorada nova.

Às 14 horas do dia 18, reúne-se a câmara municipal. Toda a vereação telegrafa, solidária, aos fundadores da República. Eis a ata que nos deixaram:

“Às duas horas da tarde, presentes os sres. vereadores dr. Cândido de Faria Lobato, dr. Franklin de Castro, dr. Ronã Ribeiro de Oliveira e Silva, dr. Antônio Justiniano das Chagas, abre-se a sessão. Em seguida, o sr. dr. Presidente disse que havia convocado a presente sessão extraordinária, em virtude de um telegrama recebido do dr. Antônio Olímpio dos Santos Pires, comunicando a proclama-

ção da República Brasileira, havida na capital no dia 15 do corrente, e a criação do governo provisório, governador interino do Estado de Minas Gerais. Portanto submetia o telegrama à consideração da câmara, a fim de pronunciar-se se aderiria ou não ao mesmo governo. A câmara resolveu unanimemente pela afirmativa, telegrafando ao sr. Governador interino do Estado de Minas, e comunicando que as autoridades do município mantem-se nos seus cargos, aderindo francamente ao governo, reinando no município a melhor boa ordem. Neste ato, o sr. vereador Franklin de Castro pede a palavra e diz que em sinal de regozijo por tão fausto acontecimento, propunha que a praça da matriz desta cidade fosse denominada 15 de Novembro, o que foi aprovado. Encerra-se a sessão, do que para constar lavro a presente ata. Eu José Joaquim Gomes, secretário, a escrevi”¹⁵⁹.

E naquela mesma tarde, foi retirada da frente do edifício da câmara municipal de Oliveira a coroa imperial. Ao anoitecer, encheu-se a gare da Oeste. Multidão ansiosa aguardava o trem que, vindo de São João, devia trazer jornais. Fazia três dias que fora proclamada a república, e não tinha vindo ainda uma notícia minuciosa de tudo. Chega enfim o trem trazendo... um só jornal do dia 17. Arrebatam-no das mãos do correio, para ser lido em voz alta para a multidão boquiaberta diante das notícias:

É a mensagem de Deodoro a D. Pedro II e família, convidando-os a retirar-se do país dentro de 24 horas. Resposta resignada do Imperador. – Mais adiante é o embarque de D. Pedro e família imperial às 3 e meia da madrugada, no vapor Alagoas, levando içada no mastro a bandeira republicana, rumo de Lisboa, com proibição de tocar em qualquer porto da costa brasileira. – E ainda: Deodoro doando à família imperial 5.000 contos.

¹⁵⁹ *Gazeta de Oliveira*, de 24-11-1889 e anais da câmara. Arquivo da Prefeitura.

Todas as noites, Oliveira continua a encher a gare da estação, à espera de novas. De São João del-Rei chega telegrama dizendo que o partido conservador dali resolvera “auxiliar o governo provisório na segurança da ordem, tranquilidade e interesses nacionais”. E pensar que, pouco antes, Silva Jardim e sua falange eram ali quase massacrados!

Cesário Alvim embarca para Ouro Preto para assumir o governo de Minas. Correm-lhe ao encontro sanjoanenses em caravana, a fim de lhe pedir a remoção da capital do Estado para São João del-Rei.

A metamorfose já atingiu também a imprensa neutra e imparcial de Oliveira. Pelas suas colunas, pupulam agora melífluos e grandíloquos ditirambos ao novo regime, saudando-o com vivas, hosanas e salves, e cuspidos contra os 67 anos de império: “67 anos de ignomínias, de vilanias de toda a sorte, de torpezas de todo o nome”...¹⁶⁰.

João da Mata compõe, em Oliveira, um hino à República e o envia ao Ministério do Interior para figurar num concurso aí aberto.

Começam os convites para deposição da câmara municipal, que logo irá entrar na sua metamorfose para Intendência Municipal.

E aquela mesma Oliveira, que bateu palmas à abdição do 1º imperador, que festejou solenemente a coroação do 2º, dizendo-se fiel serva da sua sagrada pessoa, batia também palmas ao advento da república e ao ostracismo do velho e sábio monarca!

E tem agora a palavra a *Gazeta de Oliveira* para, com o seu último número de 1889, terminar este capítulo:

“Era ontem (28-12-1889) esperado o nosso distinto amigo e conterrâneo cidadão dr. João das Chagas Lobato. Seria a chegada do mais ilustre republicano oliveirense.

À chegada do trem, achava-se a plataforma da estação apinhada de povo. Uma banda de música tocava, fo-

¹⁶⁰ *Gazeta de Oliveira* de novembro de 1889.

guetes estrugiam nos ares, alguns oradores limpavam a garganta; chega o trem à gare; dentre a multidão parte um viva ao eminente cidadão dr. João das Chagas Lobato...

Dr. João Lobato não veio!” (sic)

Belo epílogo para esse capítulo republicano na história de Oliveira... Aguardemos 1930!

OLIVEIRA E A REVOLUÇÃO DE 1930

Todo o que se propuser historiar a Revolução de 1930, não poderá deixar de incluir Oliveira sem cometer uma grave omissão.

Aqui encontrou o movimento um dos seus maiores redutos. Cada oliveirense se tornou um revolucionário. Com o mesmo entusiasmo com que bateu palmas ao advento de 1889, com o mesmo ardor ajudou a inaugurar uma situação nova em outubro de 1930, enterrando os decrépitos 41 anos de República Velha. Foi indescritível o alvoroço com que Oliveira recebeu a notícia da deposição do presidente Washington Luís a 24 de outubro de 1930. O povo chegou ao ponto de empastelar aqui jornais de caráter conservador e organizar pelas ruas um féretro alegórico, simbolizando o enterro da República Velha.

Muito antes, quando, no Norte, tombou assassinado o grande paraibano João Pessoa, foi Oliveira quem, pela voz de Carlos Pinheiro Chagas, disse a palavra de ordem de Minas: aquela bala assassina ferira também o coração da Pátria e contas tremendas lhe iam ser pedidas pela justiça dos homens...

Embora não fosse – como ainda não é infelizmente – nenhum núcleo de forças federais, Oliveira assumiu um verdadeiro papel de irradiação revolucionária em todo o Oeste. Isto, graças à atuação de vários filhos seus, entre os quais se destacaram os três irmãos Pinheiro Chagas: Djalma, Carlos e Armando.

Este último se limitou a uma atividade de controle dentro do município, executando aqui as ordens vindas de Belo Horizonte. Quanto, porém, ao dr. Djalma e ao dr. Carlos (Carleto), seus movimentos atingiram grande parte do país. Seus nomes, que foram de larga projeção nacional, jamais deixarão de figurar na linha de frente, quando forem levados à História todos os pró-homens do levante outubrinho.

E cremos dar por historiada a participação de Oliveira na Revolução de 1930, bosquejando aqui, em rápidas pinceladas embora, a biografia desses dois irmãos. Ao lado da atuação revolucionária de ambos, evocaremos em suas vidas tudo o que possa servir de edificação ao leitor.

DR. DJALMA PINHEIRO CHAGAS. — Nasceu, a 12 de agosto de 1894, no antigo distrito de Passa Tempo, lugar donde recebeu Oliveira o ramo Pinheiro Chagas originado em Passos, pelo entrelaçamento das famílias Gomes Pinheiro, Chagas Andrade e Campos.

Foram seus pais: Francisco Chagas e D. Maria Cândida Pinheiro Chagas.

Estudadas as primeiras letras em Passa Tempo, cursou depois humanidades em Ouro Preto e no Rio. Matriculando-se em 1907 na então Faculdade Livre de Direito do Rio, aí fez o curso universitário sob o magistério dos célebres juristas da geração do conselheiro Cândido de Oliveira, Lacerda de Almeida e Carvalho de Mendonça. Bacharelado-se em 1912, começou logo a advogar em Oliveira, onde já militava nesta profissão antes mesmo de se formar.

Sua vida de homem público começa propriamente em 1910 com a Campanha Civilista, movimento fundado e dirigido por Rui Barbosa, em oposição à candidatura Hermes da Fonseca.

Após a Campanha Civilista que se extinguiu com a usurpação do diploma de Rui Barbosa à presidência da República, dr. Djalma entrou como um dos dirigentes do movimento pró-formação da Câmara Federal, ajudando a le-

vantar a candidatura Irineu Machado a deputado federal pelo 2º distrito, contra o partido dominante em Minas. Foi nesta ocasião que se deu, pela primeira vez no Estado, a derrota do partido oficial, com estrondosa derrocada dos seus próceres.

É aí que tem início então a campanha municipal, em Oliveira, onde a chefia política da opinião oliveirense estava entregue, desde muito, ao cel. João Alves de Oliveira, um dos mais ilustres presidentes que têm passado pela câmara municipal. Organizou-se então a arregimentação partidária para arrancar de suas mãos a chefia política e administrativa do município. Conseguida esta vitória, resultou da mesma a eleição do cel. Manuel Antônio Xavier para a presidência da Câmara (1912).

Eleito por civilistas, arregimentou-se, porém, o cel. Xavier no partido dominante de então, P.R.M.

Consequência: já no dia da sua posse, deu-se, entre ele e a corrente civilista chefiada pelo dr. Djalma, a rumorosa ruptura que provocou, durante toda a administração Xavier, uma terrível oposição de que resultou perder todas as eleições realizadas durante seu mandato.

Aproximando-se o término da sua administração e vendo que não contava mais com a simpatia do eleitorado para ser reeleito, formulou sua renúncia à candidatura, sendo então indicado o coronel Américo Ferreira Leite que foi eleito. E, durante o tempo da presidência deste, coube ao dr. Djalma, então vice-presidente, exercer de fato toda a administração da câmara, durante continuadas ausências do cel. Américo, quase sempre segregado aos afazeres da sua fazenda.

Terminado o mandato Hermes da Fonseca (1916), os civilistas oliveirenses coligaram-se ao partido estadual dominante (PRM). Foi então aceito um acordo proposto por este, no que muito se interessou o próprio governo de Minas, começando aí a grande projeção de Oliveira no cenário político do Estado.

Estando o governo estadual nas mãos do dr. Artur Bernardes, o cel. Américo Leite aderiu ao dr. Francisco Sales que rompera com o PRM. Grande foi a luta então desencadeada entre o cel. Américo e o dr. Djalma que, entretanto, se manteve fiel às ideias do seu partido, saindo vitorioso afinal.

Dando-se a renúncia do cel. Américo, foi eleito para a presidência da câmara o dr. Djalma (1921), iniciando aí as suas funções administrativas de fato e de direito, já que desde muito as vinha exercendo de fato¹⁶¹.

ATUAÇÃO REVOLUCIONÁRIA. – Com a imposição da candidatura Júlio Prestes pelo governo Washington Luís e o episódio patético do assassinio de João Pessoa no Nordeste, o germe revolucionário, que se vinha fermentando desde a velha Campanha Civilista, irrompeu-se no movimento armado de 3 de outubro, do qual o dr. Djalma Pinheiro Chagas foi um dos chefes civis.

A frente então da Secretaria da Agricultura, coube-lhe o duplo papel da defesa e da mobilização. No primeiro, competiu-lhe fechar todas as entradas de acesso aos revolucionários. No segundo, facilitar ou mesmo dirigir a mobilização das tropas postas a serviço do movimento.

Tocou-lhe então acompanhar como Assistente Civil do Comando Geral a coluna¹⁶² incumbida de defender os centros ferroviários de Ribeirão Vermelho e Soledade, e de atacar as guarnições federais de Três Corações, Itajubá e Pouso Alegre – núcleos ainda não aderidos à Revolução.

O plano revolucionário compreendia o ataque a esses núcleos de guarnições federais e a defesa dos centros ferroviários que, como Divinópolis e outros, facilitassem acesso até à capital do Estado.

¹⁶¹ Vid. “Administração Djalma P. Pinheiro Chagas”, pág. 170. A ambos esses capítulos, serviram de fontes os anais da antiga câmara e as informações orais do biografado.

¹⁶² D denominada “Coluna do Sul”.

Derrotadas as tropas aquarteladas em Três Corações, a Coluna do Sul ocupou Soledade e deixou de marchar sobre Itajubá, por estar avançando ao seu encontro a coluna vinda de Cruzeiro, apoiada pela política estadual de São Paulo, sob a chefia do então coronel Newton Cavalcanti.

Tremendo choque se deu entre as duas colunas, de permeio a Passa Quatro e Itanhandu. Foram três dias de combate cerrado, dele resultando estrondosa derrota das forças legalistas (20-10-30). Se estas dispunham de superioridade em número e armamento, a Coluna do Sul tinha uma incrível superioridade em civismo e em conhecimento do terreno, podendo assim envolver o adversário.

Não foi preciso atacar Itajubá. O seu regimento parlamentou com dr. Djalma, em uma noite, na estação de Cristina. Entrevista de que resultou a confraternização das duas tropas.

Quando dr. Djalma se preparava para ocupar Cruzeiro, é deposto, no Rio, o presidente Washington Luís, ficando assim terminada a Revolução e sem razão de ser a ocupação daquela praça que logo se rendeu.

Vencida a Revolução, a coluna regressou a Belo Horizonte e dr. Djalma se transferiu para o Rio.

Dr. Djalma Pinheiro Chagas é filho da sua própria vontade. Surgiu da sombra pelo seu próprio esforço. Já foi caixeiro no Estado do Rio. Já foi tropeiro em Minas. Soldado, lavrador e fazendeiro. Depois, professor, chefe político, deputado federal e estadual, tribuno, secretário de Estado e banqueiro.

É ele mesmo quem evoca, no seu passado humilde, a figura extraordinária de sua mãe que o impulsionou para a luta:

Era criança. Por uma natural reviravolta da sorte, seu pai perdera tudo quanto possuía. Então sua mãe, assumindo a chefia da família, transferiu-se com esta para a cidade de Oliveira. E aí, lecionando, conseguiu educar os filhos e introduzi-los na vida.

Quem poderá jamais olvidar essa brava velhinha que a 13 de julho de 1941 morria paralítica em São Paulo? D. Mariquinhas (Maria Cândida Pinheiro Chagas) realizou o ideal feminino: foi mãe, educadora e poetisa. Seus filhos guardam com carinho as poesias ternas e piedosas que ela escrevia para cada um deles. Com Tia Lilita, ela perfez, na ala feminina de Oliveira, a dupla educacional por excelência.

É por isso que, segundo repete o próprio dr. Djalma, três foram as personagens femininas que muito influíram na sua formação moral e intelectual: D. Mariquinhas, sua mãe, Tia Lilita e sua esposa D. Maria Guilhermina Ribeiro, verdadeira cooperadora de sua vida de homem público, e com a qual se casou em Oliveira em 1909.

DR. CARLOS PINHEIRO CHAGAS. – Carlos Pinheiro Chagas, ou simplesmente Dr. Carleto, como o chamavam em Oliveira para o diferenciar do seu homônimo e conterrâneo Carlos Chagas – nasceu, como seu irmão dr. Djalma, em Passa Tempo, a 15 de fevereiro de 1889. Estudadas as primeiras letras em Oliveira, o senador Epitácio Pessoa, devido a ligação de família, encarregou-se de educá-lo, colocando-o no Colégio Militar e depois no Ginásio Arquidiocesano de São Paulo. Matriculou-se depois na Faculdade de Medicina do Rio, onde, feito o curso médico, colou grau de doutor em 1913, com 24 anos de idade.

“Durante o seu tempo de acadêmico, trabalhou na Repartição dos Correios e depois de formado seguiu para São Paulo, clinicando em Santa Cruz do Rio Pardo, passando depois para Minas, clinicando em Santo Antônio do Amparo, Oliveira e Bom Sucesso. Nessa época contraiu matrimônio com D. Augusta Carvalho Chagas, pertencente a distinta família de Oliveira, e não deixou filhos”¹⁶³

¹⁶³ De um discurso pronunciado a 17-10-1933 pelo dr. Orozimbo Correia Neto, da Sociedade Mineira de Crenologia e Climatologia, fundada pelo dr. Carlos Pinheiro Chagas em Poços de Caldas. (“A Batalha”, 21-3-1934)

Convidado pela Fundação Rockefeller para se especializar em Anatomia Patológica quando clinicava em Belo Horizonte, seguiu para os Estados Unidos, em companhia de sua esposa. Foi aí assistente do grande Mac Callum, durante dois anos. De regresso ao Brasil, conquistou por concurso a cadeira de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, tendo como sua preparadora a própria esposa.

Durante o seu magistério nessa cátedra, foi convidado como patologista para fazer parte duma comissão de cientistas brasileiros enviados à Argentina, onde fez várias conferências. Na América do Norte, mais do que no Brasil, ele era tido como um grande patologista e teve a honra de reger uma das cátedras da Universidade de Baltimore. Ainda quando professor em Belo Horizonte, foi enviado pelo governo, à frente duma comissão de cientistas, em viagem à Europa, onde aproveitou o ensejo para se aperfeiçoar ainda mais, na Alemanha, como assistente do grande anátomo-patologista Aschoff. Nessa ocasião, representou o Brasil num congresso pecuário em Haia.

Regressando ao Brasil, conquistou por concurso o lugar de anátomo-patologista do Posto Veterinário e Agrícola do Ministério da Agricultura em Belo Horizonte, e foi delegado de Minas em um Congresso Médico Brasileiro.

A convite do governo Antônio Carlos, coube-lhe então a Prefeitura e Superintendência dos serviços termais de Poços de Caldas. Para realizar a completa remodelação dessa estância hidro-mineral e torná-la uma obra digna do Estado, fez nova e curta viagem à Europa, a fim de estudar *in-loco* os mais famosos estabelecimentos termais e estâncias minerais. Contratou dois técnicos: o médico dr. Schober e o engenheiro dr. Mauer.

Realizada sob sua orientação exclusiva, a obra do dr. Carleto em Poços de Caldas foi tão ampla e árdua que, por vezes, teve de contrariar nela o próprio governo mineiro e seu irmão dr. Djalma, então Secretário da Agricultura. “A

Carlos Pinheiro Chagas devemos todo o progresso que atingimos em Poços de Caldas¹⁶⁴.

Em 1929, sendo indicado pelo Partido Republicano Mineiro a uma cadeira no Congresso Federal pelo seu Estado, aceitou e foi eleito. Tormentosa, porém, foi aquela eleição, resultando ser usurpada a cadeira Afrânio de Melo Franco. No dia em que foi reconhecido, dr. Carleto pôs a sua própria cadeira à disposição do colega usurpado, num gesto que reafirmava o valor do varão sacrificado e um protesto contra tal atitude do governo.

Quando foi assassinado o presidente paraibano João Pessoa, Minas incumbiu o dr. Carleto de ser o seu intérprete nos funerais do grande brasileiro. Jamais o país há de se esquecer do discurso que então proferiu Carlos Pinheiro Chagas: uma das mais notáveis peças da nossa literatura, página digna de figurar em todas as nossas antologias.

ATUAÇÃO REVOLUCIONÁRIA. — Deflagrado o movimento de outubro, em cujos preparativos tivera com seu irmão o mais saliente papel e a maior harmonia de pontos de vista, dr. Carleto Pinheiro Chagas, incorporando-se às forças revolucionárias, rumou para uma das frentes. Em verdadeira marcha sobre o Oeste, foi mobilizando os destacamentos de toda a região ocidental de Minas e arregimentando as suas populações civis. Data de então uma curiosa revanche histórica: a tomada de Itapeçerica, mas sem a sangueira do Campo do Caju em 1842...

Toda a atuação revolucionária do dr. Carleto está naquela sua entrevista de 4 de novembro de 1930¹⁶⁵, narração que, pela sua fidelidade e singeleza, constitui um depoimento para a história. Ei-la:

"Achava-me ausente de Belo Horizonte, cheguei à capital dia 3 de outubro e naquele mesmo dia, pelas 16 horas, partia a fim de preparar a Revolução na região do oeste de

¹⁶⁴ Dr. Orozimbo Correia Neto, no discurso já citado.

¹⁶⁵ *Estado de Minas*, ano III, nº823, Belo Horizonte.

Minas. Desincumbi-me da missão que me competia, preparando e prevenindo. E, desempenhada essa missão, acompanhei as tropas sob o comando do coronel Luís Fonseca em sua marcha sobre Três Corações. Na cidade de Lavras, ajudei essa tropa com o que pude, facilitando-lhe o prosseguimento da sua jornada para o sul.

Vencido o 4º R.D.C., de Três Corações, segui a força do coronel Luís Fonseca em sua gloriosa missão no sul do Estado.

Em Três Corações, assisti à tomada do quartel do 4º Regimento de Cavalaria, já, portanto, na fase final daquele brilhante feito de armas.

Do sul do Estado regressei ao oeste mineiro, ainda a serviço da nossa causa. Tomadas todas as providências que me pareceram indispensáveis, voltei a Belo Horizonte, onde cheguei às 20 horas.

Tendo chegado à noite, apresentei-me imediatamente ao Estado Maior das Forças em Operações. Recebi, nessa ocasião, a incumbência de ir parlamentar com o comandante do 6º Batalhão de Caçadores, aquartelado em Ipameri, no estado de Goiás. E, no dia seguinte ao da minha chegada, pelas 10 horas da manhã, deixava novamente Belo Horizonte para desincumbir-me da missão que me era confiada.

Como vêm, desde o primeiro dia da Revolução, tenho estado a serviço da nossa grande causa, à qual devotei toda a minha energia, na qual absorvi todo o meu espírito.

Não foi dos mais felizes o resultado da minha missão perante o comandante do 6º B.C., de Ipameri.

Procurei aproximar-me do comandante. Não o consegui, todavia, porque me foi negada a audiência para um entendimento direto, se bem que discreto.

Longe de desanimar, contudo, permaneci na cidade de Araguari, sondando, por todos os meios ao meu alcance, o espírito que animava a oficialidade superior e inferior, bem como os soldados do 6º B.C.

Verifiquei, com grande satisfação, que a mentalidade reinante era francamente revolucionária e me convenci, então, de que o 6º B.C. não marcharia com facilidade sobre Minas Gerais, só o fazendo sob a pressão de sérios motivos.

De novo procurei aproximar-me do comandante e, desta vez, fui mais feliz do que na tentativa anterior.

Encontramo-nos na estação de Engenheiro Bethout, revestindo-se a nossa palestra da maior cordialidade.

Disse-me, então o comandante do 6º B.C., coronel Pirineus, que, positivamente, não aderiria ao movimento revolucionário, acrescentando que a sua atitude continuaria a ser a que vinha mantendo – guardar a divisa de Goiás, ali em Anhanguera, e impedir a danificação da grande ponte que existe entre essa estação e a de Engenheiro Bethout.

Declarou-me ainda o coronel Pirineus que, no atual momento, não queria ser revolucionário, mas apenas soldado obediente ao dever militar, cumprindo com discernimento as ordens emanadas do governo constituído.

Tornei a Araguari. E, perante as declarações do comandante do 6º B. C., voltei disposto a lançar mão de todos os meios para arredar dali da fronteira aquela unidade militar que constituía uma permanente ameaça para a retaguarda das nossas forças em operações no Triângulo Mineiro.

No dia 24 de outubro, à tardinha, chegaram-nos as primeiras notícias do movimento revolucionário na capital da República, notícias essas acompanhadas logo da dúvida sobre a natureza de tal movimento e sobre quais as disposições da Junta Governativa.

Na noite desse mesmo dia 24, ao conhecimento do comandante militar de Araguari chegavam informações exageradas, segundo as quais o 6º B.C. marchava sobre a cidade. Nestas circunstâncias, o comandante da pequena força existente em Araguari, sem perda de tempo, entrincheirou a sua gente, composta de forças regulares e de patriotas, a 20 quilômetros da cidade.

Surpreendido por essas informações e com esse movimento militar, fui passar a noite com a nossa força. As onze horas da noite telegrafei ao coronel Pirineus, cientificando-o da minha surpresa, perante um tal movimento da sua parte. Como resposta, recebi então um telegrama em que o comandante me dizia que ficava aguardando ordem minha para integrar Goiás ao movimento libertador, cooperando, para esse objetivo, com a força sob o seu comando.

Perante essa resposta, que dissipava apreensões, dei imediatamente ao coronel Pirineus, em nome do Estado Maior Revolucionário de Minas, a ordem indicada na sua resposta. E o comandante comunicou-me que a cumpriria com prazer.

Voltei descansado à cidade de Araguari.

Na manhã do dia 25, ainda não pude esclarecer as minhas dúvidas com relação à disposições da Junta Governativa do Rio de Janeiro. Quis, então, mostrar ao coronel Pirineus a nova situação existente e verificar se, já agora, ele poderia manifestar oficialmente a sua e a adesão da sua tropa ao movimento libertador.

Na resposta que me deu, não objetivou a pergunta que eu lhe fizera, dizendo-me simplesmente que recebera ordens de repor a situação governamental de Goiás e que nada impediria o seu Batalhão de o fazer.

Tive, simultaneamente, notícias de que as forças do coronel Quintino Vargas, o grande legionário de Paracatu, corriam, numa avançada heroica, sobre a capital do Estado de Goiás. Fora, também, seguramente informado de que as forças caiadistas, num efetivo de 450 homens, bem armados e municidados, estavam concentradas na Capital.

Telegrafei, sem perda de tempo, ao coronel Quintino Vargas para que me esperasse em Vianópolis, onde ainda se encontrava com o seu Estado Maior. E parti imediatamente para Ipameri, a encontrar-me com o coronel Pirineus.

Desde a primeira pequenina localidade do Estado de Goiás até a chegada à cidade de Ipameri, verifiquei a vibração formidável do povo goiano pela emancipação da sua

terra e pela regeneração dos costumes políticos. Entre palmas e flores, era eu recebido como o Messias da liberdade. Em Ipameri, essa manifestação culminou de grandiosidade e entusiasmo.

Conferenciei ainda uma vez com o coronel Pirineus e lhe perguntei se estava disposto a ir, com o 6º B.C., colocar-me na presidência de Goiás.

O comandante do 6º B.C. respondeu-me que a força sob o seu comando já estava pronta para seguir e que ele me garantiria em todos os meus atos.

Partimos, nessa mesma noite, destinados a Vianópolis e lá chegamos na madrugada de 26 de outubro. Ali se encontrava, com seu Estado Maior, o coronel Quintino Vargas aguardando a minha chegada.

Postos em contacto o coronel Pirineus e o coronel Quintino, combinaram os dois chefes as medidas militares para a ocupação da capital goiana.

Logo depois, fizemo-nos de marcha, acompanhados do 6º B.C., uma vez que a Legião Quintino Vargas já se achava nas proximidades da capital de Goiás. Percorremos as 56 léguas que separam Vianópolis da Capital, com facilidade, chegando a Goiás às 7 horas da noite.

Os 350 homens da coluna do coronel Quintino Vargas aguardavam, já quase na entrada da cidade, ordens do chefe para marchar.

De passagem, devo salientar a audácia e a coragem desse mineiro que, em 8 dias, trouxe a sua gente de Paracatu até à capital goiana.

Logo após a minha chegada, às 8 horas da noite do dia 26, tendo recebido uma vibrante manifestação popular, dirigi-me para o palácio do governo, acompanhado do coronel Quintino Vargas e do coronel Pirineus, sendo emocionante o entusiasmo do povo goiano.

As forças caiadistas existentes haviam se dispersado ante a notícia da nossa aproximação. E também haviam

fugido os membros da família Caiado, mais diretamente responsáveis pela situação que íamos derrubar.

Assumi, pois, a presidência do Estado de Goiás, sem a menor reação, antes, ao contrário, sob as aclamações cada vez mais delirantes da população da Capital.

O presidente em exercício, dr. Humberto Martins Ribeiro, ficou, sob palavra, preso na cidade.

Lavrei, imediatamente, consultados os elementos, aliancistas de inteira confiança, decretos destituindo os secretários e nomeando, para substituí-los, os seguintes: Interior e Justiça, dr. José Honorato da Silva; Fazenda, dr. Inácio de Loiola; Obras Públicas, dr. Domingos de Velasco; Chefe de Polícia, dr. Antônio Perilo; Secretário da Presidência, dr. Claro Augusto de Godói.

No dia imediato, várias medidas foram tomadas com o fito de garantir inteiramente a ordem na Capital e em todo o Estado, contra bandos armados, fragmentos destruídos de forças caiadistas, regulares e irregulares.

Decretei a destituição do Intendente da Capital e dos seus auxiliares, assim como a dissolução do Conselho Municipal. Considerei vago o lugar de diretor da Escola de Aprendizes Artífices e nomeei diretora desse estabelecimento D. Maria Peclat, arbitrariamente demitida daquele cargo por motivos políticos.

Determinei que voltasse a assumir o exercício das suas funções o consultor jurídico da Delegacia Fiscal que fora, por perseguição política, mandado servir na Delegacia Fiscal do Rio Grande do Norte, e dispensei os serviços do que se encontrava em exercício.

Outros atos de reivindicação e de justiça foram praticados.

No dia 28 de outubro, estudada bem a situação dos elementos aliancistas existentes em Goiás, resolvi passar o governo para as mãos dos goianos, entregando-o, às 16 horas, a uma Junta Governativa, composta dos senhores de-

sembargadores Emílio Póvoa, dr. Mário de Alencastro Caiado e dr. Pedro Ludovico Teixeira.

Feito isto, integrado Goiás no grande movimento libertador, desafogado o povo dessa oligarquia de 21 anos, sob as bênçãos e agradecimentos que eram dirigidos a Minas Gerais, combinamos a nossa volta. E no dia 29 de outubro, às dez horas da manhã, deixamos a Capital desse glorioso Estado, sempre confortados pela alegria e pela gratidão do povo”.

Regressando depois ao Rio, dr. Carlos Pinheiro Chagas foi nomeado pelo governo provisório, diretor da Indústria Pastoral, do Ministério da Agricultura, tendo realizado também uma missão especial de zootecnia através do país.

Nomeado depois tabelião no Rio, o governo de Minas o chamou para a Secretaria das Finanças deste Estado. Foi neste cargo que a morte o veio surpreender aos 42 anos de idade, em 1932, após uma intervenção cirúrgica, num hospital de Belo Horizonte.

Médico, homem de laboratório, professor, administrador, político, revolucionário, membro de várias sociedades científicas do estrangeiro e do Brasil, inclusive da Academia Nacional de Medicina onde não chegou a ser empossado –, Carlos Pinheiro Chagas é um nome nacional pelo seu cérebro, pelo seu coração e pelo seu civismo.

Momentos antes de expirar no seu leito de dor, dirigiu-se aos que o assistiam, pedindo que o levassem até à janela, pronunciando estas palavras que são uma síntese eloquente da sua inteira devoção à Pátria:

– Quero ver, pela última vez, o céu da minha terra!

OLIVEIRA E O MOMENTO NACIONAL

Oliveira sempre teve alma cívica para sentir com a Pátria em todos os instantes de nossa História. Abramos a coleção da *Gazeta de Minas*, número 1529 (22-4-1917) e vejamos a imponente passeata feita pelos oliveirenses a 15 de abril de 1917, em plena guerra europeia, em sinal de pro-

testo contra o torpedeamento do “Paraná” pelos submarinos alemães. Entre foguetes, música, discursos e aclamações à Pátria, 2.000 oliveirenses desfilaram pelas ruas da cidade, levando a bandeira brasileira ladeada pelas bandeiras das Nações Aliadas. Entre os diversos oradores que trovejaram patriotismo do alto das sacadas, estão dr. Djalma Pinheiro Chagas e os saudosos dr. Cícero Ribeiro de Castro, prof. Pinheiro Campos, dr. Cleto Toscano e Joaquim Bicalho Júnior, que falou em nome da Colônia Síria, solidária com a causa brasileira. E, em novembro daquele mesmo ano, entrando o Brasil na guerra, outro gesto de Oliveira vem provar o seu nacionalismo: um extenso abaixo-assinado solicitava da Oeste de Minas batizar por Maracanã, nome brasileiro, a estaçãozinha que até então trazia o nome alemão Fromm.

Acontecimentos semelhantes repetem-se por ocasião da Segunda Guerra Mundial, na qual Oliveira participou através de vários de seus filhos. E lá ficou, dormindo tranquilamente no solo da Itália, como herói da Força Expedicionária Brasileira, o oliveirense Omar Bento do Nascimento, a quem a cidade rendeu comovidas homenagens de saudade. Em maio de 1945, ao noticiarem as emissoras o fim da guerra, com a rendição incondicional da Alemanha, o povo saiu à rua, organizou uma passeata-monstro, estudantes do Ginásio, da Escola Normal, dos grupos, homens do povo, marchando e cantando músicas patrióticas. E, no coreto, que existia no antigo jardim da Praça Quinze, à noite, oradores inflamados exaltaram os feitos das Nações Unidas e o heroísmo do soldado brasileiro. A recepção aos expedicionários oliveirenses, a 14 de outubro de 1945, no Teatro Municipal, foi uma verdadeira apoteose cívica. Uma caravana de oliveirenses veio da Capital para participar dos festejos. Vários oradores se fizeram ouvir, realizou-se uma representação teatral em homenagem aos expedicionários, e, mais uma vez, a alma cívica de Oliveira vibrou freneticamente.

Oliveira também esteve presente ao movimento de restauração democrática do país. Tão logo se anunciou a

eleição, renovou-se a política oliveirense com a liderança do sr. Francisco Cambraia Campos, que entra na liça para vencer, elegendo o sr. Athos Cambraia Campos para o executivo municipal. Num clima de serenidade e alto espírito cívico, fere-se a eleição para a presidência da República. A *Gazeta de Minas* vai registrando, como o faz há mais de meio século, tudo o que acontece na cidade e nas cidades vizinhas.

Oliveira participa na vida nacional através de filhos ilustres que ocupam altos postos na administração estadual e federal. Em agosto de 1949, o Dr. José Maria Lobato é convocado, como suplente, para exercer o mandato de deputado na Assembléia Legislativa de Minas. Dr. Paulo Pinheiro Chagas, historiador, autor de “Teófilo Otoni, Ministro do Povo”, jornalista, filho da terra, é eleito em 1950 para a Câmara de Deputados, onde tem brilhante atuação em favor de seu município. Mais recentemente é o Dr. Maurício Chagas Bicalho que, em 24 de fevereiro de 1954, toma posse do alto cargo de Secretário do Interior do governo mineiro, sobe a presidente do Banco do Brasil e ocupa outros postos de alto gabarito.

Mas não é só na política. Em todos os setores. Nas artes. Nas letras. Nas finanças. No jornalismo. Nas escolas. Nos bancos acadêmicos. Por toda a parte Oliveira se prolonga. Em Belo Horizonte, Rio e São Paulo residem centenas de oliveirenses. Se muitas famílias saem, outras chegam, o que dá à cidade nos últimos anos um ar cosmopolita. A urbe moderniza-se. Expande-se nas quebradas da montanha. Nos seus educandários; na sua nova Praça de Esportes, com piscina e campos de jogos; no Tiro de Guerra; nas associações recreativas, a mocidade oliveirense traz mais um contingente de idealismo e energia para construir a cidade de amanhã. Em breve, Oliveira terá mais eletricidade. Serão mais indústrias para dar vida ao seu povo, para robustecer o seu comércio, para tornar maior essa cidade que nasceu, há quase três séculos, do cansaço dos caminheiros, na marcha para o oeste, onde faiscavam as le-

gendas febris dos rios esmeraldinos, guardando o segredo da riqueza indiferente ao sonho e às ambições dos pioneiros.

CONCLUSÃO

Somos chegados, Oliveira amiga, ao final deste apagado esboço da tua história tão cheia de anseios pela grandeza do Brasil.

Que teus filhos me perdoem se, nestas páginas, houve excessos de expressão ou omissões de fatos concretos e de nomes ilustres. A angústia do tempo e o gênero da obra não me permitiram biografar muitos varões de fibra que, oliveirenses natos ou adotivos, aqui mourejaram pela tua felicidade e pela felicidade da nossa pátria grande.

Todos, porém, têm seus nomes decantados no teu progresso de hoje. São nomes que vivem no vai-vem das tuas ruas e avenidas. No silvo das tuas locomotivas. Nos veículos que te cruzam e te sintonizam com os outros centros civilizados. No murmúrio fecundo das tuas escolas, dos teus bancos, das tuas oficinas, do teu comércio. No cosmopolitismo sadio da tua hospitalidade amena...

E, enlevado no sortilégio azul desta noite enluarada (21 de abril de 1942), este forasteiro que acolheste aqui desde 1938 e que, estudando-te noite e dia, no silêncio e no anonimato, pôde sentir-te nas tuas dimensões no tempo e no espaço, aqui deixa, resumida num soneto, a sua última visão de conjunto das tuas origens e da tua história:

OLIVEIRA, A FLOR DO OESTE

Passando, outrora, aqui, pelas picadas
Abertas rumo do rincão goiano,
Quantos pousavam, frouxos das jornadas,
No rancho do Oliveira bom e lhano!

E desse transitar febril e insano,
Foram surgindo, ao lado, outras pousadas,
Entre alas de casinhas de ar serrano
– Em cidade, mais tarde, transformadas.

Pousos se foram... vêm os palacetes:
Ei-los galgando o aclive das colinas,
Ao som de sinos, músicas, foguetes...

E assim nasceu, um tanto régia e agreste,
Esta flor nívea dos vergéis de Minas,
Ao sopro de arremessos para o Oeste!

L. Gonzaga da Fonseca

FIM

APÊNDICE

COLABORADORES IMEDIATOS HOMENAGEM DO AUTOR

HONÓRIO SILVEIRA NETO: Nasceu em Oliveira, a 13 de dezembro de 1928, filho de José Inácio da Silveira e Maria Cândida da Silveira. Curso primário no Grupo Escolar “Silviano Brandão”, de Carmo da Mata, concluído no G. E. “Francisco Fernandes” de Oliveira. Curso ginásial no “Prof. Pinheiro Campos” e científico no Colégio Estadual de Minas Gerais, tendo sido orador de sua turma, em ambos os cursos. Em 1954, concluiu o curso de direito na Faculdade Mineira de Direito, da Universidade Católica e venceu concursos de oratória em 1951, 1952 e 1953. Fundador e primeiro presidente do Centro de Estudos Jurídicos. Diretor do jornal *A Lanterna* e redator por muitos anos da Rádio Guarani, do *Estado de Minas* e outros jornais. Professor em vários estabelecimentos de ensino da Capital, lecionando atualmente nos Colégios Estadual e Municipal. Obras editadas: “*Eternidade*”, poesia (1947); “*História de Carmo da Mata*”; “*Ensaios Jurídicos*”, estudos sobre economia e direito (1953); “*O Rancho do Oliveira*”, teatro, “*História do Carmo do Paranaíba*”; “*Poemas Franceses*”, tradução (1956); “*A Era Econômica*”, ensaio (1957); “*Os Marginais*”, romance (1959); “*O Desencontro*”, romance (1960). É ainda Doutor em Direito, tendo defendido a tese “*O Estado Brasileiro*” (1957) na Faculdade de Direito da U.M.G., e foi o orador de sua turma (1956), a primeira diplomada pela Faculdade Mineira de Direito, da Universidade Católica.

GERALDO RIBEIRO DE BARROS: Nasceu em Oliveira, a 26 de agosto de 1927, filho de Aristóteles M. Ribeiro de Barros e Cândida Martins Ribeiro. Curso primário no G.E. “Francisco Fernandes”; secundário no Ginásio “Prof. Pinheiro Campos” e no Colégio Estadual de Minas Gerais, em Belo Horizonte, onde fez o curso clássico. Em 1955, diplomou-se pela Faculdade Mineira de Direito, da Universidade Católica, tendo sido o orador da turma com um discurso a que deu o título de “*O Universitário Católico em face do Existencialismo Político*”. Publicou nesse ano um álbum

com a biografia do paraninfo e seus colegas de turma sob o título de “*Oito anéis de grau*”. Exerceu o jornalismo na *Tribuna de Minas* e foi o fundador e diretor do jornal *A Lanterna* e das revistas *Vida dos Municípios* e *Reportagem*, esta editada em Ponta Grossa (Paraná), onde iniciou suas atividades de advogado. Em 1957, ainda no Paraná, publicou um estudo que fizera quando estudante, sob o título “*A Responsabilidade Civil do Estado*”. É autor de “*Tempo Elegia*”, livro de poesia editado em 1952, e atualmente prepara dois romances e uma peça de teatro. Exerce a advocacia em Belo Horizonte e é associado do Instituto dos Advogados de Minas Gerais.

NOTA FINAL

Prescrito em 1959 o contrato quinquenal de 4 de setembro de 1954, pelo qual estavam cedidos à Prefeitura Municipal de Oliveira os direitos autorais deste livro, retornaram esses direitos à posse exclusiva do seu autor, de cujo assentimento ou do de seus herdeiros voltam a depender assim quaisquer novos acréscimos ou redução no texto como qualquer edição futura desta obra.

Da parte do Cedente, cumpridas foram as cláusulas todas de sua obrigação contratual, inclusive quanto à espera como quanto à atualização do presente texto feita pela pessoa indicada, com ratificação expressa do autor.

Da parte da Adquirente, porém, apesar dos seus bons propósitos iniciais, houve descumprimento da cláusula mais importante, já por falta de verba, já por injunções de ordem política, decorrentes da natural disputa partidária e consequente transferência de mandatos, entre 1954 e 1959.

Destas premissas, procedeu *ipso facto* a prescrição do referido contrato e, salvo melhor juízo, a sua rescisão automática.

Esta é a opinião pessoal do autor que, para resguardo dos fundamentos jurídicos do caso e a bem da integridade semântica do presente texto, julga oportuno acrescentar mais o seguinte:

a) de Janeiro a Julho de 1959 (¹⁶⁶), a Adquirente foi pública e sobejamente notificada da sua obrigação contratual e do escoamento do prazo bilateralmente aceito;

¹⁶⁶ Cf. anais da Câmara Municipal de Oliveira, de Janeiro a julho de 1959. De igual época, os exemplares 446-462 da *Gazeta de Minas* (Oliveira), particularmente um artigo do Cedente em 22-3-59 e as sucessivas notas da vibrante coluna “Praça Quinze” assinada por Oliva.

Chefiando em Oliveira, desde 1955, a Residência 6/8 do DNER, o engenheiro Batista Gariglio (B. Hte., 2-2-1927), sob o pseudônimo *Oliva*, muito tem feito na imprensa pelo progresso local, assim como o fez no rodoviarismo, conseguindo inclusive fixar na cidade a citada Residência (iniciada pelo eng. Vinícius Correia Saraiva), com o apoio do ilustre oliveirense, dr. Vicente Pinheiro Chagas, secretário do Diretor Geral do DNER no Rio.

b) o Cedente se dispõe a, se reclamada, devolver à Adquirente a quantia recebida no ato contratual;

c) cedido como esteve, não a qualquer das facções políticas locais, mas exclusivamente à Prefeitura Municipal de Oliveira –, o texto integral deste livro, incluído o que foi acrescido pelos seus colaboradores atuais, pretende manter-se imparcial e equidistante das naturais disputas pessoais ou partidárias;

d) para esta edição do Centenário da Cidade, o autor tudo facilitou, humilde e desinteressadamente, emprestando inclusive a sua assistência pessoal; e reconhece providencial, da parte do atual Prefeito e Câmara Municipal de Oliveira, a contribuição financeira (cem mil cruzeiros) para ajudar nas despesas desta editoração, iniciativa do sr. Deputado incluído no “Honradamente” inicial.

Belo Horizonte, 1961

a) Luís Gonzaga da Fonseca
Rua Pedra Bonita, 588.

BIBLIOGRAFIA

Notas sobre o município da Oliveira, organizadas a pedido da câmara do mesmo município e por esta mandadas publicar, pelo bacharel Francisco de Paula Leite e Oiticica (advogado, natural da província das Alagoas). 1882.

Oliveira (ligeira notícia sobre o município, seu desenvolvimento e riqueza) — 1921. Álbum de exposição pecuária.

Carta de sesmaria da Forquilha e auto de medição e demarcação da mesma — 1753 e 1754. Arquivo do cartório do 1.º ofício do tabelião Nereu do Nascimento Teixeira e Arq. Públ. Mineiro, secção colonial, coleção 8.0., códice 108.

Anuário histórico-corográfico de Minas Gerais, publicação fundada e dirigida pelo dr. Nelson de Sena — 1909. Outras obras do mesmo autor.

Efemérides Mineiras, (quatro volumes), coligidas, ordenadas e redigidas por José Pedro Xavier da Veiga — 1897.

O ouro de Cuiabá, romance de Paulo Setúbal — 1933.

Terra de Ouro, de Godofredo Viana.

Município de Bom Sucesso, de Otávio Leal Pacheco — 1922.

História de Minas Gerais, de Lúcio José dos Santos — 1926.

História do Brasil, de Rocha Pombo.

Minas Gerais na grandeza do Brasil, de Raimundo Pereira Brasil — 1936.

História Antiga das Minas Gerais, de Diogo de Vasconcelos, 2a. edição — 1904.

Pertransivit benefaciendo, homenagem da imprensa oliveirense à memória honrada do benemérito cel. Francisco Fernandes de Andrade e Silva — 1912.

Enciclopédia e Dicionário Internacional, dos editores Jackson.

Carlos Chagas, do doutorando Renato Clark Bacelar — 1938. E várias outras monografias sobre o grande cientista.

Voyage aux sources du Rio S. Francisco et dans la province de Goyaz (dois tomos), de Auguste de Saint-Hilaire. Outras obras do mesmo autor.

Seleção de prosadores mineiros, de José Afonso – 1914.

Tradições de São João del-Rei, do dr. Francisco Mourão Sênior – 1924.

Arquidiocese de Mariana (três volumes), do cônego Raimundo Trindade – 1929.

Dicionário Corográfico e Estatística Corográfica de Distâncias ao Estado de Minas Gerais (2ª edição), organizado por P. Frade, por ordem do dr. Américo Ferreira Lopes.

Resenha médica, revista, ano VI, nº I – Rio, 1939.

Manuscrito inédito (duzentas e muitas páginas) de João da Costa Ribeiro Maravilhas, antigo professor primário e sacristão da matriz do Japão de Oliveira. (Carmópolis de Minas).

Recordações de Oliveira, obra escrita por José Demétrio Coelho em 1940 e editada em 1950.

Revista do Arquivo Público Mineiro – volumes diversos.

Coleção das leis e decisões do Império do Brasil – desde 1822. Idem, das leis provinciais de Minas.

Coleção completa da Gazeta de Minas ou Gazeta de Oliveira desde 1887, ou sejam quase 3.000 exemplares, um de cada tiragem.

A Luta e Defesa – números esparsos e vários jornais do país, contemporâneos à Revolução de 1930.

Arquivo particular e informações orais do sr. Artur de Melo e de sua veneranda progenitora em 1941.

Arquivo da Prefeitura Municipal de Oliveira. Livros de atas da antiga Câmara Municipal. Livro de matrículas da Guarda Nacional. Etc.

Arquivo paroquial da matriz de Oliveira.

Arquivos dos grupos escolares locais, do Colégio Estadual “Prof. Pinheiro Campos”, do Colégio Nossa Senhora de Oliveira, das coletorias estadual e federal, do fórum da Comarca, da Santa Casa de Misericórdia, do Posto Permanente de Higiene Municipal, do Hospital Colônia, da Estação Meteorológica e das estações ferroviárias da cidade.

Relatos orais dos srs. José Francisco Virote (“seu” Leléco), Valentim Ribeiro, José Sérgio, Albino Antão, cel. José Ribeiro de Oliveira e Silva (cel. Juca Neto), José Tertuliano dos Santos, dr. Djalma Pinheiro Chagas, dr. Jaime Pinheiro de Almeida etc. etc., de 1938 a 1942.

ÍNDICE BIOGRÁFICO

	Págs.
Alfredo Paraíso - Nota	109
Ananias de Paula Vieira, padre.....	342
Antônio José de Castro	121
Antônio Pinheiro Campos	176
Carlos Chagas, cientista	258
Carlos Pinheiro Chagas (Carleto)	432
Djalma Pinheiro Chagas	428
Eugênio Maria de Génova, capuchinho	105
Francisco Cambraia Campos	116
Francisco Coelho de Moura (dr. Chiquinho)	113
Francisco das Chagas Andrade	120
Francisco Fernandes de A. e Silva	300
Francisco de Paula Barreto, padre	119
Gazeta de Minas.....	242
Geraldo Ribeiro de Barros	448
Honório Silveira Neto.....	446
João da Mata	371
Joaquim Ferreira Carneiro	122
Joaquim Laranjo	269
José Ferreira de Carvalho, padre	338
José Medeiros Leite, bispo diocesano	348
José Oiticica, filólogo — Nota	281
José de Oliveira Barreto, cónego	341
José Silveira	176
José Teodoro Brasileiro, padre	337
Leão Medeiros Leite, monsenhor	353
Luís Ant. Santos Amorim, secularizado	361
Manuelita da Costa Chagas (Tia-Lilita)	296
Maurício Chagas Bicalho	265
Nélson Ferreira Leite	264
Paulo Pinheiro Chagas	267
Paulo Roiz Rocha	120
Raul Leite - Nota	223
Venâncio Carrilho de Castro	122
Viglato José Bernardes	370
Biografia deste livro	capa, 1ª orelha
Biografia do autor	capa, 2ª orelha

Em branco

ÍNDICE DAS PRIMAZIAS LOCAIS

	Págs.
Primeiros habitantes	18
Primeiro homem branco	20
Primeiros caminhos	24
Primeiro nome do lugar 58,	35
Primeiro hotel ou estalagem	64
Primeira padroeira	59
Primeiros colonizadores	39
Primeiro lar do município	139
Primeira fazenda da região	139
Primeira rua 66,	69
Primeira capela e igreja	60
Primeiros recenseamentos locais	57,75
Primeiros aspectos locais	75
Primeira geração de homens públicos	117
Primeira organização do município	93
Primeiro prefeito	112
Primeira câmara municipal	92
Primeiro presidente da câmara	92
Primeiro secretário da câmara	93
Primeiros vereadores	92
Primeira sessão da câmara	93
Primeira receita municipal	93
Primeiras finanças municipais	93
Primeira despesa municipal	94
Primeira rendas municipais	97
Primeiro matadouro municipal	94
Primeiro mapa do lugar	96
Primeiro paço municipal	98
Primeiro retalhamento no município	97
Primeiro juiz municipal	98
Primeiros orçamentos municipais	100
Primeiro vigário	334
Primeiro juiz de direito	110
Primeiro promotor público	94
Primeiros comerciantes	57
Primeiros sobrados e palacetes	150

Primeiro correio postal	95,97
Primeira escola	237
Primeiro professor público.....	57,97
Primeira escola feminina	95
Primeiro grito contra a saúva	96
Primeiras festas cívicas	96
Primeiro jornal	95
Primeiro exemplar da "Gazeta de Minas"	242
Primeira Conferência Vicentina	325
Primeiro sepultamento no cemitério	106
Primeiro sepultamento druso	236
Primeira escola secundária	279
Primeira locomotiva	190
Primeiro telégrafo	200
Primeiros imigrantes sírios	232
Primeiro circo de cavalinhos	149
Primeiro automóvel	367
Primeiro cinema	246
Primeira agência bancária	213
Primeiro time de futebol	305
Primeiro casamento civil	360
Primeiras investidas protestantes	310
Primeiro bispo diocesano	348
Primeiro comício	383
Primeiro historiador de Oliveira	65. 80, 121

ÍNDICE GERAL

CAPÍTULO I

PRÉ-HISTÓRIA DO OESTE MINEIRO

Primeiros habitantes – O primeiro homem branco – A “Picada de Goiás” e os primeiros caminhos – Destino econômico das picadas e debandada para o Oeste.... 17 a 34

CAPÍTULO II

COLONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Conquista do Campo Grande – Quilombolas – Sesmaria da Forquilha – Sesmarias do Campo Grande da Picada de Goiás 35 a 58

CAPÍTULO III

ASCENSÃO GRADATIVA

“Oliveira” e sua razão toponímica – Oliveira, filha de uma paixão? – O povoado – Capela e arraial – Curato e freguesia – Vila e município – Primeira câmara municipal – Primeiros quadros e orçamentos municipais – Cadeia, força e cemitério – Cidade (1861) – Comarca e organização judiciária – Juízes de direito – Governadores de Oliveira – Transição (1945-47) – Câmaras recentes – Prefeito atual – Primeira geração de homens públicos.....59 a 122

CAPÍTULO IV

O MUNICÍPIO NO SEU ESTADO ATUAL

Sua geografia, hidrografia, subsolo flora e fauna – Potencial hidráulico – Distritos (São Francisco, Morro do Ferro, ex-Japão de Oliveira) – Panorama de 1961..... 123 a 146

CAPÍTULO V

URBANISMO E MELHORAMENTOS

Urbanismo oliveirense, seus aspectos e heróis – Antigos becos e largos – Casas antigas – Arquitetura – Abertura de ruas – Água potável – Iluminação pública – Administração Djalma Pinheiro Chagas,Jaime Pinheiro de

Almeida, Atos Cambraia Campos, José Silveira e Djalma (2a.) – Salubridade, altitude, clima, chuvas, ventos e situação astral – Aspectos atuais, clubes e grêmios..147 a 185

CAPÍTULO VI
VIAS DE COMUNICAÇÃO

Estrada de ferro e estação – Rodovias, distâncias e rodoviária – Correio – Telégrafo e radiotelegrafia – Telefone187 a 202

CAPÍTULO VII
ASPECTOS SANITÁRIOS E ECONÔMICOS

Santa Casa – Posto de higiene – Hospital neuro-psiquiátrico – Finanças; bancos; rendas – Agricultura e pecuária – Cafeicultura – Indústria – Comércio – Sírios e libaneses..... 203 a 236

CAPÍTULO VIII
CULTURA E INTERCÂMBIO CULTURAL

Ciclos culturais – Teatro, cinema, livro, rádio e televisão Oliveira Clube – Oliveira Tênis Clube – Visitantes de outrora: Polh, Eschewege, Saint-Hilaire, dom Viçoso, dom Silvério, dom Macedo Costa, Legado de Leão XIII, Belmiro Braga – Carlos Chagas, cientista – Outros oliveirenses ilustres – Casa da Criança e apóstolos da caridade..... 237 a 272

CAPÍTULO IX
INSTRUÇÃO

Ensino primário, secundário e universitário – Escola antiga; mestre Lourenço – Estatística educacional – Núcleos educacionais – Colégio Estadual e Escola Normal Pinheiro Campos e Tia-Lilita – Grupos escolares: F. Fernandes, Desembargador Continentino e Carlos Chagas – Educação física e esportes 273 a 308

CAPÍTULO X
OLIVEIRA E A RELIGIÃO

Homogeneidade confessional – Templos – Catedral – Associações religiosas – Semana Santa – O “reinado” – Oliveira e a sotaina – Vigários – Padre José Teodoro Brasileiro – Padre Carvalho – Outros sacerdotes – Padre Ananias – Acontecimento extraordinário – Diocese – Dom Medeiros Leite – Monsenhor Leão – Hino (Oliva Especiosa)..... 309 a 353

CAPÍTULO XX

FOLCLORE: FATOS, CURIOSIDADES, TIPOS DE RUA ANEDOTAS E LENDAS

Os quilombolas – Cruz do Encontro – Enterros de outrora – O primeiro casamento civil – Carnaval de ontem e de hoje – O primeiro automóvel – Antonomásias da cidade – Curiosidades locais – Tipos curiosos – Anedotário – Aparições, o cavaleiro invisível e outros duendes – Lendas: da lagoa, do cruzeiro, das boçorocas, dos rastros misteriosos 355 a 385

CAPÍTULO XII

PARTICIPAÇÃO DE OLIVEIRA NOS ACONTECIMENTOS NACIONAIS

Na Abdicação – Na Guarda Nacional – Na coroação de Pedro II – Na rebelião de 1842; guerra entre Oliveira e Itapecerica (batalha do Caju) – Na guerra do Paraguai – Na Abolição – Na proclamação da República – Na revolução de 1030 – Na Guerra Mundial (1ª e 2ª) – Na redemocratização de 1945 – Conclusão; soneto “Oliveira, a flor do Oeste” – Fim 387 a 444

APÊNDICE

Colaboradores Imediatos – Nota final – Bibliografia – Índice biográfico – Índice das primazias locais – Índice geral..... 445 a 457

Compôs e imprimiu:
Editora Bernardo Álvares S/A
Rua Cláudio Manuel, 638 – Fone 4-6429
BELO HORIZONTE

Digitalização:
Daniel Sampaio Teixeira
Historiador
Rua Antônio Queiroz, 226
Bairro Acácio Ribeiro – Oliveira/MG

Anexo fotográfico
(com localização nas páginas do livro)



Partindo do local que o clichê indica, existe uma variante estadual ligando a rodovia Fernão Dias a Oliveira. Oito quilômetros de asfalto, numa pitoresca visão do presente como belo é o passado da terra. Por uma e outra perspectiva, é agradável entrar em Oliveira.

(Entre as páginas 12 e 13)



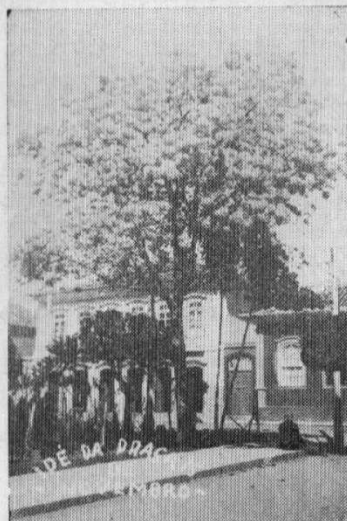
Dois aspectos da Praça 15 de Novembro, sala de visitas da cidade, aparecendo a matriz-velha (em cima) e o antigo jardim em torno do qual os moços e m^oças de Oliveira fazem o seu "footing"

(Entre as páginas 36 e 37 – frente)

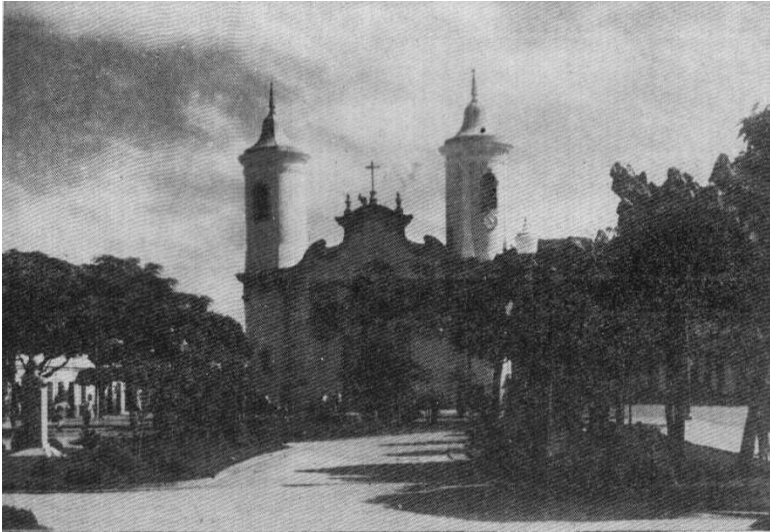


Reliquia da história oliveirense: a Fazenda do Sobrado, a mais antiga do Município, construída em 1704. Fica hoje localizada no Município de Carmópolis de Minas, antigo Japão, ex-distrito de Oliveira

O belo ipê amarelo que existiu outrora no jardim da Praça 15, motivo de inspiração dos poetas oliveirenses



(Entre as páginas 36 e 37 – verso)



O novo jardim da Praça 15 de Novembro, construído na administração José Silveira, com a matriz-velha ao fundo



A famosa Rua Direita (Dr. Coelho de Moura), onde estão localizados os principais estabelecimentos comerciais, clube, bancos, livraria, barbearias e restaurantes

(Entre as páginas 44 e 45 – frente)



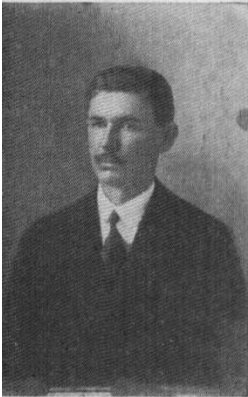
(Entre as páginas 44 e 45 – verso)



Esta fotografia foi feita no pátio do Forum por ocasião da sua inauguração. Aparecem as seguintes pessoas, de pé, da esquerda para a direita: João Lobato, Arthur Bernardes Costa, César Rocha, Américo de Carvalho, José Tertuliano dos Santos, João Batista Costa Chagas, Omar Ribeiro de Castro, João J. Pinheiro Chagas, Jorge Simão, dr. Cicero Ribeiro de Castro, José Antônio de Carvalho, Waldemar Justiniano de Moura Chagas, José Eliseu de Magalhães; assentados, na mesma ordem: José Miguel Cordeiro, Joaquim Dias Bicalho, Francisco de Paula Rodrigues Teixeira, dr. Lívio de Oliveira (Juiz Municipal), dr. Cleto Toscano Barreto (Juiz de Direito), dr. Leopoldo Ferreira Monteiro (Promotor de Justiça), Eudoro Guimarães, Waldemar Fernal, Eduardo José e João José Rabelo Costa. (Foto cedida por d. Margarida Santos)

(Entre as páginas 116 e 117 – frente)

...i vemos o dr. Djalma
...eiro Chagas, revolucio-
...o de 1930, um dos gran-
...benfeitores de Oliveira,
...ado de figuras nacionais
...o os generais Góis Mon-
...o e Juarez Távora, apa-
...ndo ainda seu irmão,
... Carlos Pinheiro Chagas
...deputado Francisco Va-
...res, numa foto histórica,
...o à fonte dos amores,
...em Poços de Caldas

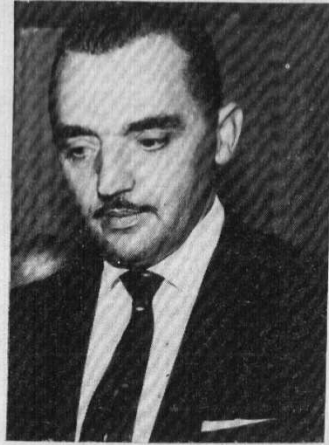


Cel. Joaquim Afonso Rodrigues,
chefe político em Carmo da Mata,
ex-distrito de Oliveira. Foi êle um
dos que contribuíram para a fun-
dação do Ginásio "Prof. Pinheiro
Campos"

(Entre as páginas 116 e 117 – verso)



**Deputado e escritor Paulo
Pinheiro Chagas**



**Deputado Nélson Ferreira Leite, a
quem a cidade deve alguns servi-
ços inestimáveis, entre eles a pu-
blicação deste livro**



**Sr. Francisco Cambraia de Cam-
pos, atual Prefeito Municipal**

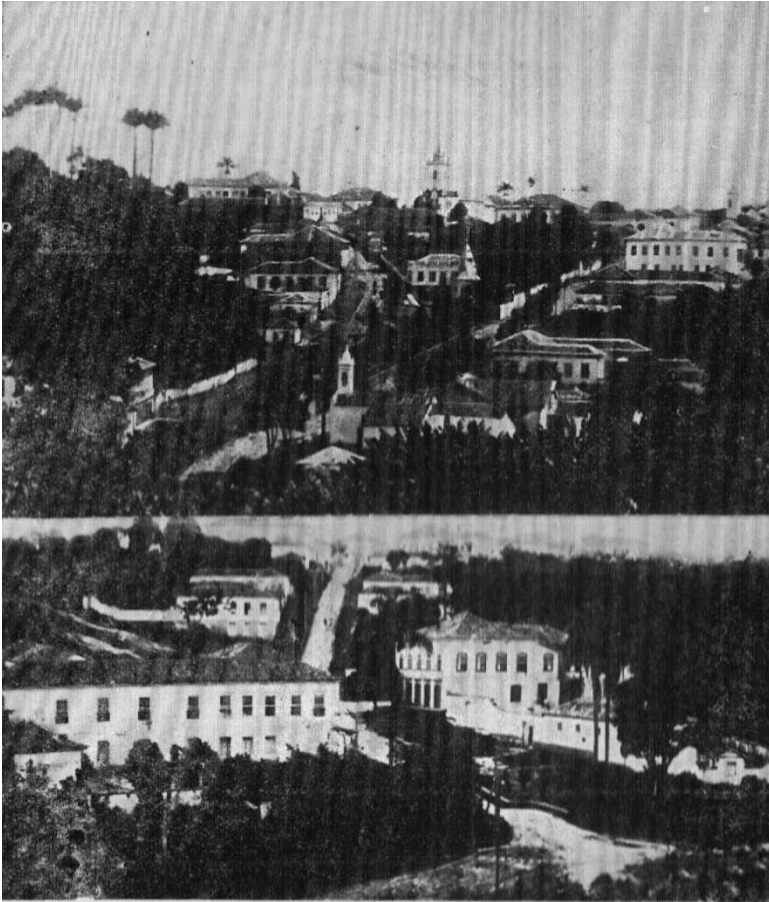
(Entre as páginas 124 e 125 – frente)

OLIVEIRA 1900



Duas visões de Oliveira antiga. Em cima, alguns dos casarões da cidade, e, em baixo, a rua Carlos Chagas, vendo-se à direita o prédio do Grupo Escolar "Francisco Fernandes"

(Entre as páginas 124 e 125 – verso)



Eis mais duas visões de Oliveira antiga. Ao alto, a cidade aparece vista da igreja dos Passos, aparecendo à esquerda coqueiros já desaparecidos. Em baixo, a famosa Ladeira dos Frades, vendo-se à direita o casarão junto à fonte da Estalagem, ligada ao episódio da Cruz das Almas, que vai narrado no capítulo sôbre as lendas existentes na cidade. (Fotos cedidas pelo dr. Iracy D. Bicalho)

(Entre as páginas 148 e 149 – frente)



A Praça Dr. José Ribeiro da Silva, vista sob dois ângulos. Ao alto, à direita, o prédio do Banco de Crédito Real, primeiro a instalar-se na cidade, em 1922. No outro ângulo, aparecem à direita o edifício da Prefeitura Municipal e, ao fundo, a Escola Normal Nossa Senhora de Oliveira, fundada em 1900, por Tia Lilita e hoje sob a direção das Madres Escolápias.

(Entre as páginas 148 e 149 – verso – foto 1)



Prédio da Estação Rodoviária, inaugurado em 1960, por iniciativa do sr. Emilio Haddad, um dos propulsores do progresso local

(Entre as páginas 148 e 149 – verso – foto 2)

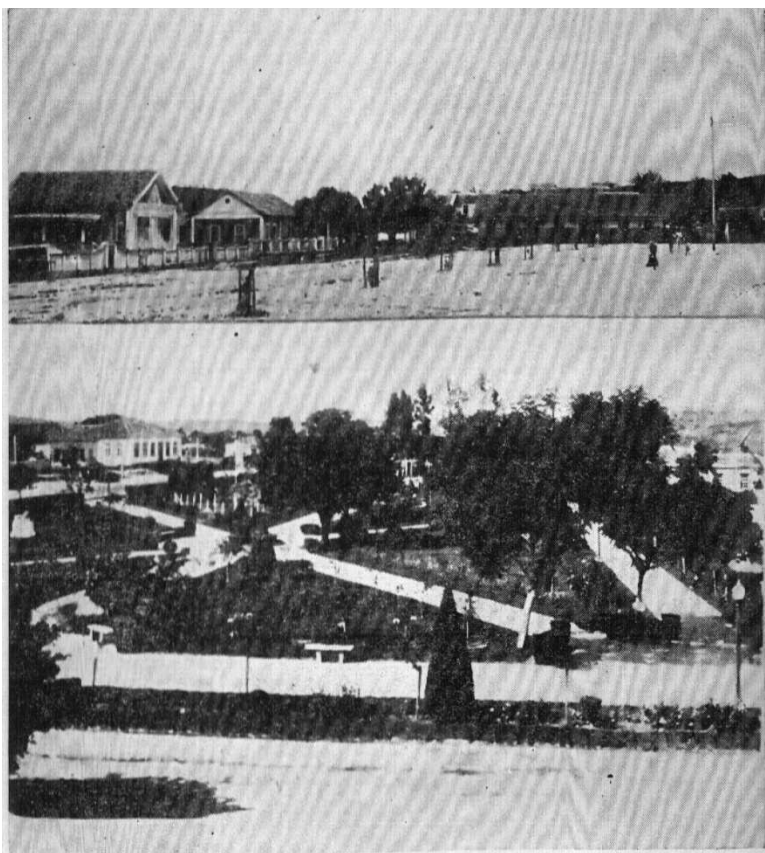


O edifício do Fórum, visto de outro ângulo, com sua fachada imponente, dominando um trecho da Praça 15 de Novembro



Grupo de pessoas presentes à solenidade de inauguração da segunda represa da usina elétrica de Oliveira, quando era Prefeito Municipal o sr. Waldemar Fernal, que aparece ao lado do dr. José Maria Lobato e do sr. José Geraldo Mendes, vendo-se, ainda, entre outros, os srs. José Campos, Venício e Mauro Fernal, dr. Hildebrando Vilaça Castro, senhoras e senhoritas da sociedade oliveirense. (Foto cedida pelo dr. José Maria Lobato)

(Entre as páginas 156 e 157 – frente)



Dois ângulos da Praça D. Manuelita Chagas. Em cima, quando o local era um imenso campo de pó e lama, onde antigamente se instalavam circos de cavalinhos. No ângulo de baixo, vemos a praça com o seu belo jardim, construído em 1929, quando era Prefeito Municipal o sr. Armando Pinheiro Chagas. A esquerda, aparece o casarão que, depois de remodelado, a partir de 1945, se transformou no Palácio Episcopal. Na praça fica também a estação rodoviária

(Entre as páginas 156 e 157 – verso)

COMÉRCIO E INDÚSTRIA



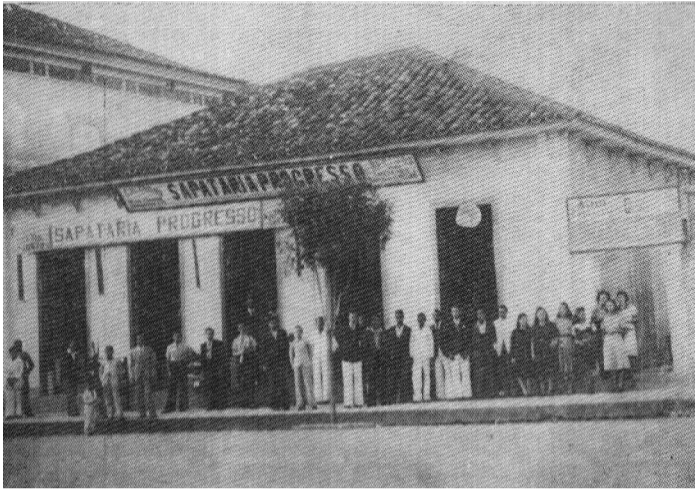
O prédio dos Armazéns Brasil de Oliveira S/A., estabelecimento fundado pelo Sr. Aristóteles M. Ribeiro de Barros, que aparece na foto ao lado sua filha, Ambrosina Ribeiro de Barros, vendo-se também os diretores João Alfredo Alvim e José Silveira.

(Entre as páginas 212 e 213 – frente – foto 1)



Vista parcial do prédio da Companhia Textil Ferreira Guimarães

(Entre as páginas 212 e 213 – frente – foto 2)



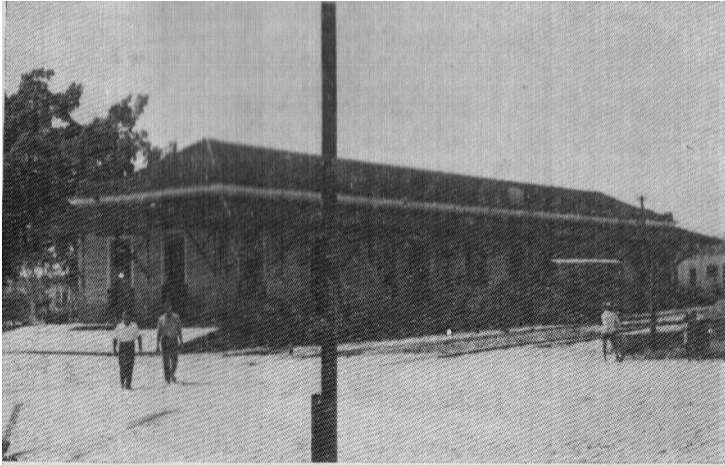
Prédio da Sapataria Progresso, da firma Irmãos Barcellos. Trata-se de um dos mais importantes estabelecimentos industriais de Oliveira, cujos produtos são conhecidos em todo o Brasil.

(Entre as páginas 212 e 213 – verso – foto 1)



As Indústrias Reunidas Santa Rita são um dos principais estabelecimentos da cidade. A foto nos mostra um dos seus prédios e alguns dos seus veículos, no momento em que era feito um carregamento de balas. As indústrias fundadas e por muitos anos dirigidas pelo saudoso sr. Batista de Almeida compreendem a fabricação de balas e caramelos, de móveis e o comércio de peças de automóveis, sendo concessionária da Mercedes Benz

(Entre as páginas 212 e 213 – verso – foto 2)



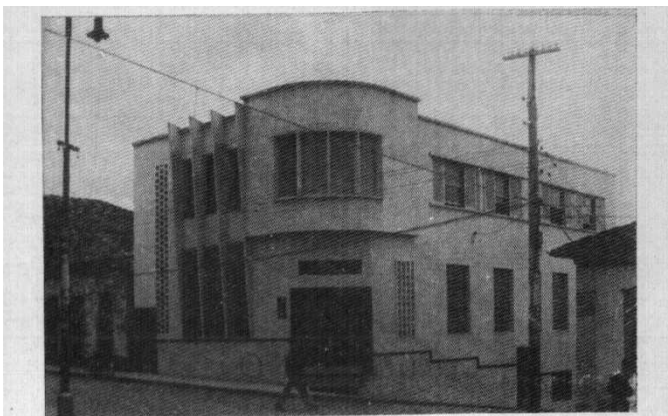
A estação ferroviária, localizada na Praça D. Manuelita Chagas. Com o alargamento da Rede Mineira de Viação, será transferida para o outro extremo da cidade. O prédio que aparece na foto será transformado em grupo escolar.

(Entre as páginas 220 e 221 – frente – foto 1)



Nesta fotografia, aparecem os integrantes da primeira diretoria da Associação Comercial de Oliveira, fundada em 14 de junho de 1936: Presidente, José Demétrio Coelho; vice-presidente, David Mattar; 1.º secretário, José Silveira; 2.º secretário, Aristóteles M. R. de Barros; tesoureiro, Emilio Haddad; bibliotecário, Júlio Ribeiro. Aparecem, também, os seguintes diretores: José Geraldo Mendes (Bibi), José Campos, Jorge Narciso, José Elias e Jorge Simão. Vemos, ainda, de branco e de óculos, o dr. Cicero Ribeiro de Castro Filho, os srs. Said Mattar, Francisco Estêvão, Vitor Simão e outras pessoas

(Entre as páginas 220 e 221 – frente – foto 2)

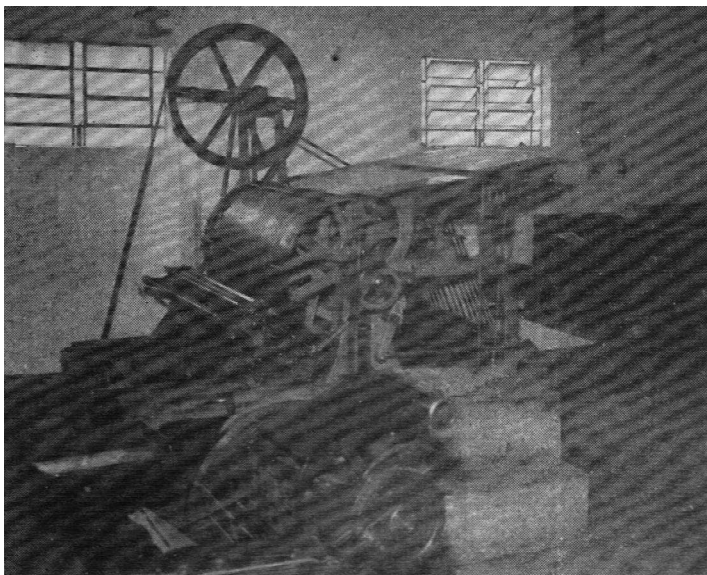


Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., o primeiro a instalar-se em Oliveira



Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A. instalou sua sede própria na rua Direita

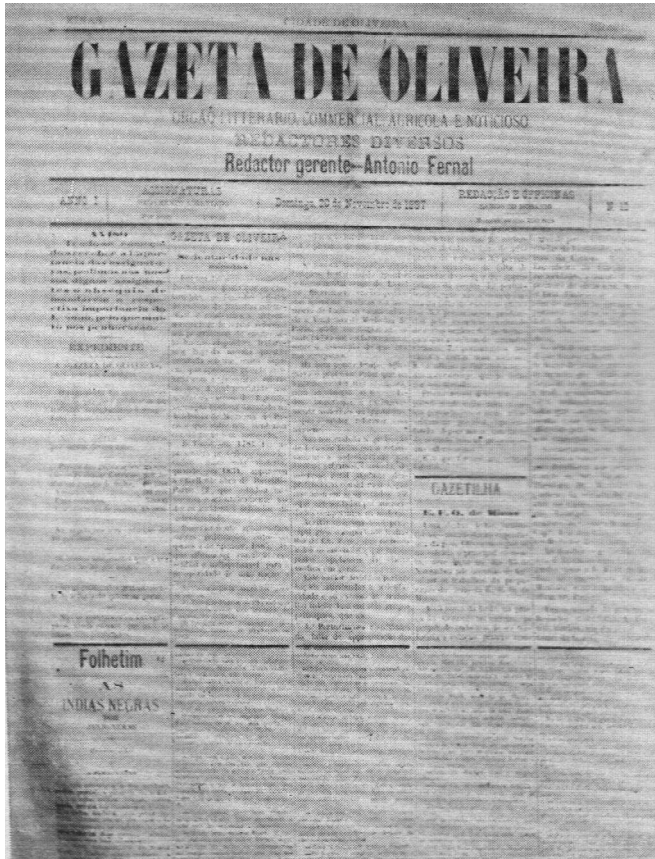
(Entre as páginas 220 e 221 – verso)



JORNALISMO OLIVEIRENSE

Aqui vemos a máquina impressora da *Gazeta de Minas*, jornal fundado em 1887 por Antônio Fernal e que vem desde aquela época registrando os acontecimentos locais com absoluta isenção e fidelidade.

(Entre as páginas 244 e 245 – frente – foto 1)



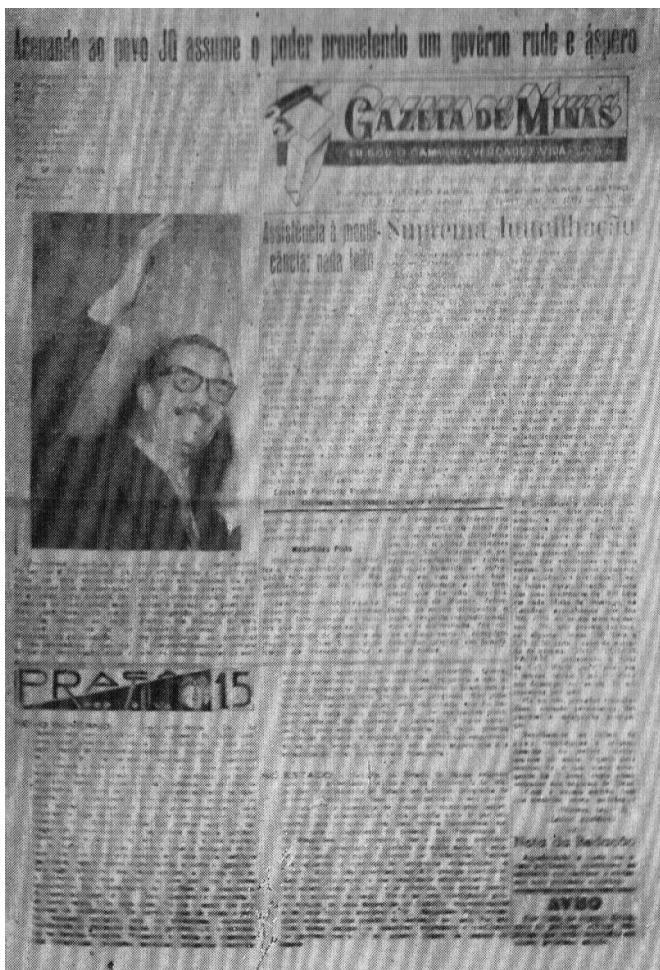
Anteriormente se chamou *Gazeta de Oliveira* e é de 12ª edição a fotografia que estampamos.

(Entre as páginas 244 e 245 – frente – foto 2)



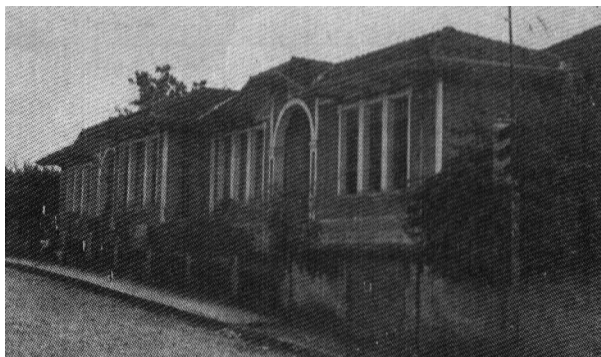
Fundado por Geraldo Ribeiro e dirigido por este e Silveira Neto, o jornal A Lanterna surgiu em Oliveira para defender os interesses do Município, participando de grandes campanhas em prol do desenvolvimento local. Entre outras vitórias de A Lanterna, podemos lembrar a vinda da CEMIG para a cidade, o curso colegial do "Pinheiro Campos" e a luta para que as autoridades tirassem do esquecimento os originais desta obra. A foto reproduz a primeira página, moderna e movimentada, de uma das edições daquele periódico

(Entre as páginas 244 e 245 – verso)



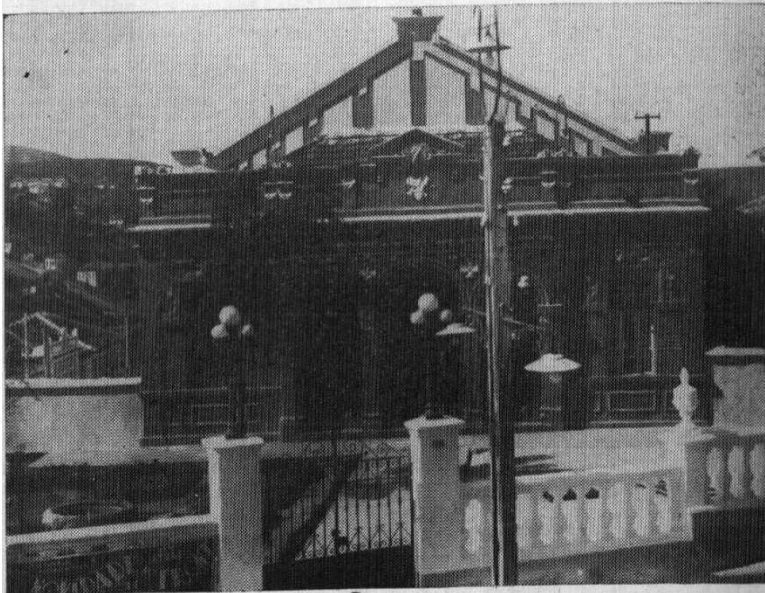
Instalada a Diocese de Oliveira, a *Gazeta de Minas* passou a ser editada sob a responsabilidade da empresa Santa Cruz Publicidade Ltda., tendo como diretor o dr. Hildebrando Vilaça Castro e redatores principais Monsenhor Leão Medeiros Leite e Gumercindo Silveira. Na foto, a primeira página de uma das edições recentes do tradicional semanário oliveirense.

(Entre as páginas 252 e 253 – frente – foto 1)



Prédio do Grupo Escolar "Desembargador Continentino".

(Entre as páginas 252 e 253 – frente – foto 2)



Nas páginas deste livro, os leitores verificarão que Oliveira sempre teve uma tradição cultural e teatral. O cine-teatro Municipal viveu momentos históricos. Na foto de cima, vemos o novo prédio do cinema, em construção; em baixo, o ex-cine-teatro de que todos se recordam com saudades

(Entre as páginas 252 e 253 – verso)



O grande cientista Carlos Chagas, oliveirense que se tornou um nome mundial

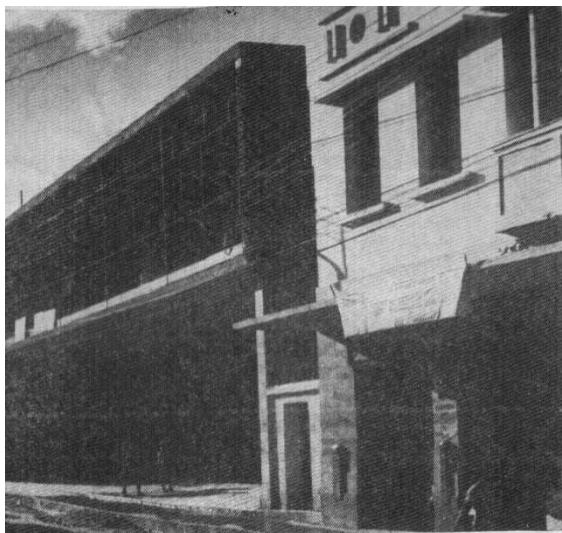
(Entre as páginas 260 e 261 – frente)

PREGADORES FAMOSOS



Oradores e pregadores famosos visitavam Oliveira amiúde, a convite das autoridades e associações culturais. Entre outras, foi marcada por grande interesse a visita do Padre dr. José Antônio Marques, sacerdote e bacharel em Direito, um dos mais notáveis oradores de seu tempo. Segundo informações prestadas pelo oliveirense, dr. Waldemar Lobato, Padre Marques foi vigário em Sabará até 1923, ano em que voltou a Portugal, sua pátria, tendo sido então um dos principais colaboradores do sr. Oliveira Salazar. O ilustre sacerdote aqui esteve por ocasião das festividades em honra de São Sebastião, oportunidade em que recebeu muitas homenagens e manifestações de carinho do povo e sociedade oliveirense. A fotografia foi feita na ocasião e nela aparecem, da esquerda para a direita, assentados, ladeando Padre Marques, os senhores: João das Chagas Lobato, José Ferreira Leite, José Miguel Cordeiro, dr. Lívio de Oliveira (Juiz Municipal), dr. Leopoldo Ferreira Monteiro, dr. Cícero Ribeiro de Castro, dr. Múcio Continentino (Promotor de Justiça), dr. Ladislau Miranda Costa (Juiz de Direito), cel. Gabriel Andrade, Waldemar Fernal e Pedro Martins; na mesma ordem, de pé: dr. Arnaldo, Gustavo Martins, dr. Ademaro de Faria Lobato, dr. Domingos Ribeiro, dr. Djalma Pinheiro Chagas, José Antônio de Carvalho, Carlos de Faria Lobato, dr. Artur Ferreira Diniz, dr. Carlos Bernardes Costa, cel. Américo de Oliveira e Francisco Bernardes Costa). Foto e informações fornecidas pelo sr. Walter Cordeiro)

(Entre as páginas 276 e 277 – frente)



Sede própria do Oliveira Clube, na rua Direita, construção moderna, que veio quebrar a tradição da arquitetura até então predominante na cidade



Esta foto foi feita em 1938, quando se deu a inauguração oficial do Oliveira Clube, como entidade litero-recreativa. Vemos os primeiros dirigentes do clube e pessoas presentes à solenidade, notando-se o autor deste livro, à direita, de óculos claros

(Entre as páginas 276 e 277 – verso)



O prédio do tradicional Ginásio (hoje Colégio) "Prof. Pinheiro Campos", localizado na ladeira dos Passos. Por essa casa de ensino têm passado gerações de moços que hoje projetam o nome de Oliveira por todo o Brasil. Sua instalação oficial ocorreu em 5 de setembro de 1930



Nesta foto, o autor deste livro, com a turma do curso ginásial em 1943, quando ocupava a cadeira de português do "Pinheiro Campos". O "Grêmios Mineiros Capanema" era uma das seções do Centro Cívico de Cultura Brasileira

(Entre as páginas 284 e 285 – frente)

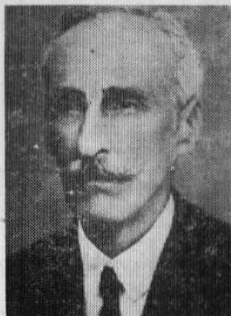


Aqui está a primeira turma diplomada pelo Colégio Nossa Senhora de Oliveira, em 1907, mais tarde transformado em Escola Normal. Vemos, da esquerda para a direita: Valdete Fernal, Diva Pinheiro Chagas, Carmen Pinheiro Chagas, Augusta Carvalho, Anésia Ribeiro da Silva, Margarida Santos e Walmira Luisa Gama. No centro, aparece a grande educadora, d. Manuelita da Costa Chagas (Tia Lilita). Atrás, de pé, vemos os srs. Antônio Adelino Pinto Machado (braço forte de Tia Lilita, segundo d. Margarida Santos), dr. Estêvão Leite de Magalhães Pinto, na época Secretário do Interior, e dr. Manoel Tomás de Carvalho Brito, paraninfo da turma. O término do curso ocorreu em 12 de dezembro de 1907, mas a festa de formatura somente foi realizada em 21 de abril de 1909, data da inauguração do Grupo Escolar "Francisco Fernandes", estabelecimento no qual d. Margarida Santos, durante muitos anos, prestou relevantes serviços como professora e diretora, sempre estimada e respeitada por seus alunos. (Foto cedida por d. Margarida Santos)

(Entre as páginas 284 e 285 – verso)

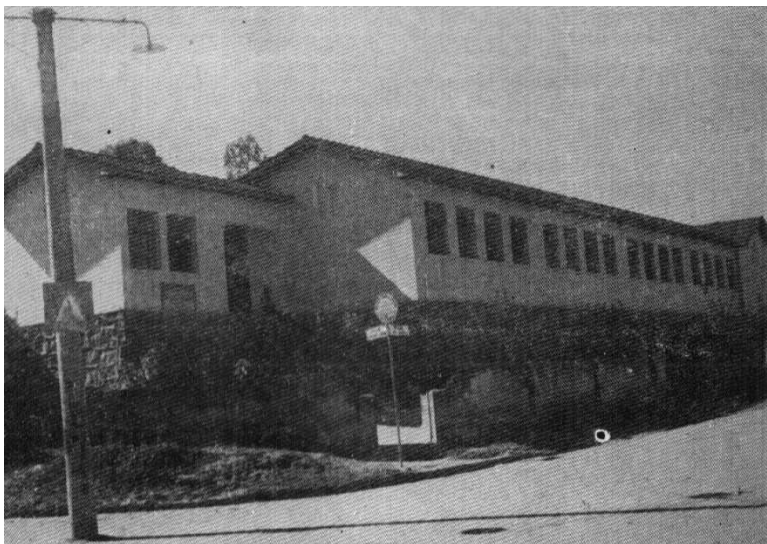
**DOIS HERÓIS
DO ENSINO**

Este é o professor Antônio Pinheiro Campos, nascido em São João del Rei, mas radicado depois em Oliveira, onde se tornou um dos grandes impulsionadores do ensino local, tendo ligado seu nome, imorredouramente, ao tradicional estabelecimento que foi e continua sendo o orgulho de Oliveira: o Colégio "Prof. Pinheiro Campos"



A notável educadora, D. Manuelita Costa Chagas (Tia Lilita), fundadora da Escola Normal Nossa Senhora de Oliveira.

(Entre as páginas 292 e 293 – frente – fotos 1 e 2)



Em cima, o mais novo estabelecimento de ensino primário da cidade, Grupo Escolar “Carlos Pinheiro Chagas”. Em baixo, o Grupo Escolar “Francisco Fernandes” assim denominado em homenagem ao benemérito cel. Francisco Fernandes de Andrade e Silva, que adquiriu o prédio e o doou à Municipalidade em 1890. Desde então, vem abrigando milhares de crianças, educando-as para a vida.

(Entre as páginas 292 e 293 – verso – fotos 1 e 2)



Uma das melhores e mais duradouras formações do Social F. C. é a que vemos na fotografia acima, batida por ocasião de um jogo com o E. C. Fabril, vencido pelo primeiro. (Foto cedida pelo sr. Júlio Laranjo)



Fotografia histórica do Social F. C., feita por ocasião de um jogo com o Ferroviário F. C., de Divinópolis. A madrinha da partida foi a então senhorita Hilda Fernal, que aparece sorridente entre os craques oliveirenses. (Foto cedida por João Dionísio)

(Entre as páginas 300 e 301 – frente)

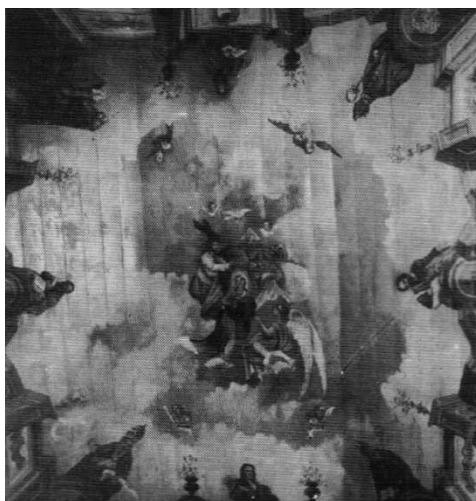


O Esporte Clube Fabril, que antes se chamou 1º de Maio F. C., foi o mais valoroso e aguerrido adversário do Social F. C. nos gramados oliveirenses. Na foto, vemos a sua equipe mais representativa, aparecendo, de pé, da esquerda para a direita: Zeca, João Dionísio, Bené, de Amaro, Olegário, Ivo, Adolfo e Belmirio; agachados, na mesma ordem: Paulo Correira, Vavá e Dorvelino.



Dois aspectos da Praça de Esportes de Oliveira: a piscina infantil e a quadra de basquetebol. A infância e a juventude, ao lado do preparo intelectual, não descaram do preparo físico, realizando o preceito da *mens sana in corpore sano*.

(Entre as páginas 300 e 301 – verso – fotos 1 e 2)



A igreja-matriz de Oliveira, cuja construção deve ter sido iniciada em 1785, mais ou menos, é uma das relíquias da cidade. Teve participação fundamental nos destinos de nossa terra, pois era no seu interior que se reuniam os homens do lugar para decidir questões importantes da comunidade que nascia. Por ordem de D. José Medeiros Leite, o templo foi recentemente restaurado, inclusive na pintura do seu teto, que aqui reproduzimos em clichê.

(Entre as páginas 308 e 309 – frente – fotos 1 e 2)



A antiga igrejinha do Rosário, demolida para em seu lugar ser levantada a matriz-nova, cujas obras se iniciaram em 1929. Construída antes de 1840, teve a igreja do Rosário participação das mais ativas na vida da cidade.



Padre José Ferreira de Carvalho, figura de relevo na história oliveirense. Natural de São João Del Rei, aqui se radicou e participou de iniciativas de grande interesse para a cidade. Orador, jornalista, compositor, professor, Padre Carvalho continua vivo na recordação de todos os oliveirenses.

(Entre as páginas 308 e 309 – verso – fotos 1 e 2)



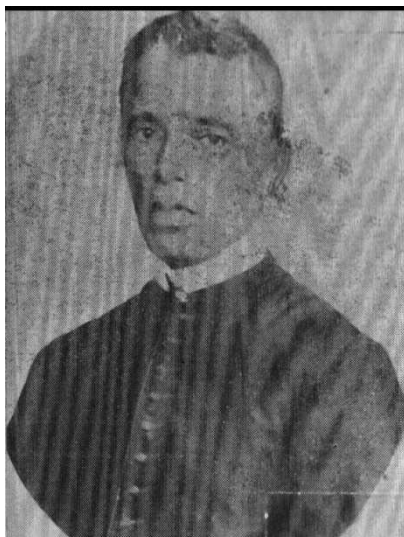
A festa do Rosário ou Festa do Congo, como hoje é conhecida, foi sempre uma tradição em Oliveira. Em tempos mais remotos, era comemorada com muita pompa. Depois, as comemorações cessaram para, mais recentemente, serem retomadas. A foto maior é de 1919, quando foi escolhido rei da festa o sr. Pedro Rocha, em companhia do qual aparecem os srs. Pedro Romualdo, Olímpio (guarda-coroa), Estêvão, José Inácio (guarda-coroa), Aristides Salgado, José Cupertino P. Chagas, Torquato, João Rosa, Miguel (capitão-regente), Aristóteles Mascarenhas e outros não identificados. Vêm-se também os príncipes, escolhidos entre meninos e meninas da sociedade local. (Foto e informações do sr. Firmino Moreira da Cruz, Ziziu). As fotos pequenas mostram aspectos das comemorações recentes da Festa do Congo, aparecendo na do centro o sr. Geraldo Bispo, a quem muito se deve o restabelecimento da festa em honra de Nossa Senhora do Rosário

(Entre as páginas 316 e 317 – frente)



Esta fotografia, rara, data de 1913 ou 1914. Nela aparece o então presidente da Câmara Municipal, coronel João Alves de Oliveira, um dos homens a quem Oliveira deve muitos dos seus principais melhoramentos, e que, naquele ano, fôra escolhido rei da Festa do Rosário, tradicional no calendário oliveirense. A rainha foi a sra. Carmen Ribeiro e a princesa a srta. Maria do Carmo Lobato, que aparecem ladeando o cel. João Alves de Oliveira, em primeiro plano (Fotos e informações do dr. José Maria Lobato)

(Entre as páginas 316 e 317 – verso)



Padre José Teodoro Brasileiro, um dos homens que mais realizaram pelo desenvolvimento espiritual e material da cidade.



Dom José Medeiros Leite, primeiro Bispo Diocesano, empossado em 8 de dezembro de 1945. Culto e inteligente, tem dirigido sua atuação para o campo da assistência social. Muito estimado e respeitado por todos os diocesanos.

(Entre as páginas 340 e 341 – frente – fotos 1 e 2)



A Santa Casa de Misericórdia há anos vem socorrendo os enfermos não só de Oliveira como também dos municípios vizinhos.



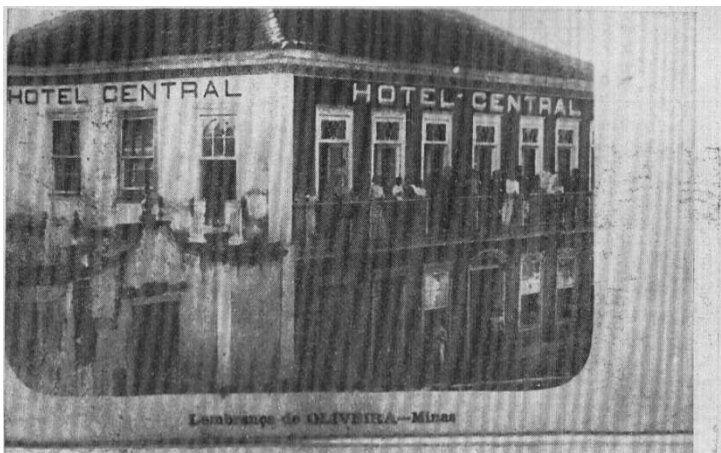
No arranjo fotográfico de Wanderlei Silveira, vemos a figura do saudoso Padre Ananias e a silhueta de Nossa Senhora, que apareceu na cabeceira da cama do virtuoso sacerdote, depois de sua morte. O fenômeno, envolvido ainda em mistério, passou à conta de milagre e atraiu a Oliveira milhares de curiosos. A Igreja, sábia e prudente, ainda não se pronunciou sobre o acontecimento

(Entre as páginas 340 e 341 – verso – fotos 1 e 2)



A fotografia é interessante e nos mostra dois fatos oliveirenses em 1913: o Carnaval e o primeiro automóvel que circulou na cidade. A “Casa da Barateza”, ao fundo, também interessa à história da cidade porque comprova a incidência do elemento sirio no nosso comércio, estudada pelo autor deste livro, como mostra, também, o local onde hoje se encontra a Sapataria Progresso, dos Irmãos Barcellos. Assim, podemos distinguir em frente ao estabelecimento do sr. Eduardo José, os dois automóveis que faziam o curso carnavalesco na época, ao preço de dez mil réis por hora. O carro da frente pertencia ao sr. João Brêda, o de trás aos irmãos Antônio Ferreira da Costa Carvalho (Quinho) e João Ferreira da Costa Carvalho (Nôzinho). Foi o primeiro veículo que entrou em Oliveira, adquirido no Rio de Janeiro, em segunda mão, por cinco contos de réis. Além do curso, fazia corridas do centro da cidade ao restaurante do Chico Turco, no final dos Cabrais, e ao povoado dos Martins, onde funcionava uma escola primária. Os foliões do Carnaval de 1913, que aparecem no clichê, são os senhores Raul Diniz, Waldemar Fernal, Beneditônio Pinto Machado, Waldemar Moura, Augusto Trindade, Beneditônio Ferrari, dr. José Fernal, Antônio Carlos Nascimento (Niquinho do Morro), Joaquim Dias Bicalho (Quinquim Bicalho), José Gomes P. Chagas (Zequita), Arnóbio Caldeira Franco e Tancredo Braga. (Foto e informações dos srs. Sebastião Diniz (Bita) e Antônio Ferreira C. Carvalho (Quinho))

(Entre as páginas 348 e 349 – frente)

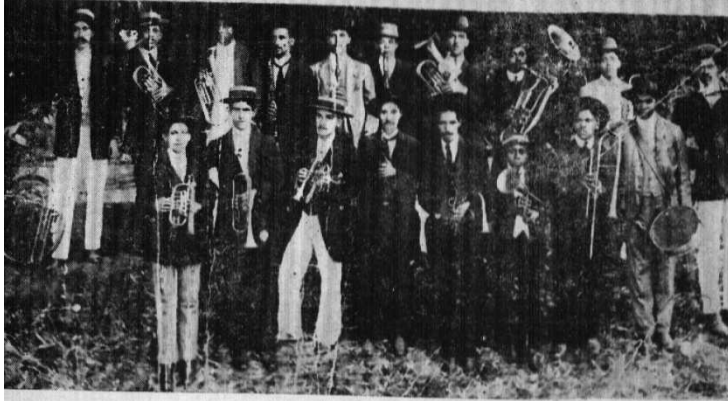


Esta fotografia do Hotel Central, mais tarde Grande Hotel, revela um dos pontos curiosos da história oliveirense. Na sacada, em frente à primeira janela, aparece um cachorrinho que foi feito herdeiro da importância de dez contos de réis, na época um dinheirão. O singular acontecimento data de 1903. O legado, por morte do animal, passara a um pretinho. (Foto e dados fornecidos pelo cel. Francisco Teixeira da Silva, residente em Belo Horizonte)



Em 1961, a Nestlé inaugurou o prédio que se vê no clichê, destinado a receber o leite da região para o tratamento indispensável aos inúmeros produtos que a empresa fabrica

(Entre as páginas 348 e 349 – verso)



A arte musical foi sempre cultivada em Oliveira. As duas fotografias mostram: em cima, a Banda de Música Santa Cecília, em 1921, aparecendo os músicos Otaviano de Oliveira, André de Oliveira, José Neves Filho, João Neves, Carlos Ivo, João Nazaré, José Rocha, Antônio Virote, Manoel de tal, Joaquim Madalena, Eugênio Lenoir, Demóstenes de tal, José Resende Moreno, José Amâncio e Carlos Ribeiro, os quais estão ladeando o sr. Vicente Ferreira de Paiva, presidente da corporação musical. Em baixo, vemos a Banda Intérpretes Oliveirenses, em 1916, aparecendo na foto os seguintes músicos: Telé, Manoel Caminha, Pedro Pio, Eugênio Lenoir, João Augusto da Silveira, José Inácio, Alvaro Cunha, Manoel Pio, Sérgio Ribeiro, Otaviano Virgulino, José Resende Moreno, Iris Caminha, José Moreira da Cruz, José Alexandre Caminha (diretor), Pedro Caminha, Joviano, José Prudente e José da Tota: (Foto e informações fornecidas por Firmino Moreira da Cruz, Ziziu)

(Entre as páginas 388 e 389 – frente)



O antigo jardim da Praça 15 de Novembro visto sob outro ângulo. À esquerda, aparece um dos casarões antigos da cidade, há pouco demolido para em seu lugar ser construído moderno e importante edifício da agência do Banco do Brasil.

(Entre as páginas 388 e 389 – verso – foto 1).



Esta excelente fotografia, além de documentar a presença de um artista da arte fotográfica, tem valor histórico para Oliveira. Representa o cel. Chiquinho de Paula (Francisco de Paula Teixeira Rodrigues), envergando o vistoso uniforme da Guarda Nacional de Oliveira, organismo criado em todo o território brasileiro pela lei regencial de 18 de agosto de 1831. A Guarda Nacional, idealizada pelo Padre Feijó, tinha por objetivo defender a Constituição, a Liberdade, a Independência e a integridade do Império. (foto cedida pelo Sr. Paulo Rocha).

(Entre as páginas 388 e 389 – verso – foto 2)

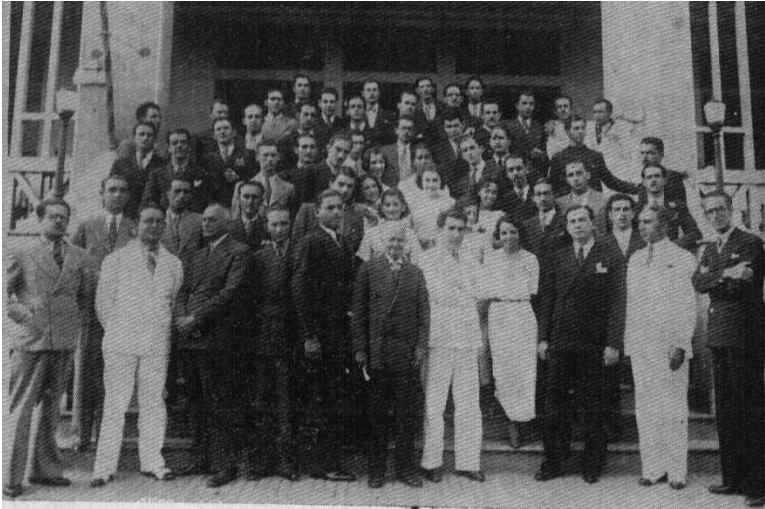
Estudo para um busto do grande compositor João da Mata, feito pelo artista oliveirense Francisco Virote. João da Mata compôs um hino à República, além de dezenas de outras composições



Oliveira sempre participou e vibrou com os grandes acontecimentos da vida nacional. A libertação dos escravos foi aqui comemorada com entusiasmo. Na foto, a primeira página da edição de 20 de maio de 1888, da Gazeta de Oliveira, estampando com destaque a lei sancionada pela Princesa Isabel



(Entre as páginas 396 e 397 – frente)



Fotografia em frente ao então Hospital Colônia de Oliveira, quando da visita que fizeram ao estabelecimento professores da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte e alunos da turma de 1936, entre os quais se achava o dr. Efigênio Salgado dos Santos. Aparecem entre os visitantes alguns dos médicos que aqui exerceram atividades e senhoritas da sociedade local. (Foto e dados fornecidos pelo sr. Vinício Coury)

(Entre as páginas 396 e 397 – verso).

Este trabalho de digitalização do Livro “História de Oliveira”, do professor Luis Gonzaga da Fonseca, é uma homenagem ao povo de Oliveira – (cidade bela, agradável), que não pode nunca se esquecer de sua rica história.

Um agradecimento especial ao Sr. José Cabral, residente em Bauru/SP, que emprestou um exemplar do livro, em ótimo estado de conservação.

Foram mantidas as quebras de páginas originais do livro, bem como as páginas em branco para facilitar as pesquisas e citações.

Oliveira,
25 de janeiro de 2014.

Daniel Sampaio Teixeira